

PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM

PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM

Fazer a História das Misericórdias

Volume 1



Centro de Estudos de História Religiosa
Universidade Católica Portuguesa

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

José Pedro Paiva

COMISSÃO CIENTÍFICA

José Pedro Paiva
(Presidente)

Ana Maria C. M. Jorge
Ângela Barreto Xavier
Isabel dos Guimarães Sá
Laurinda Abreu
Maria Antónia Lopes
Pedro Penteado

Vítor Melícias
(União das Misericórdias Portuguesas)



União das Misericórdias Portuguesas

Projecto	Centro de Estudos de História Religiosa Universidade Católica Portuguesa
Comissão Científica	José Pedro Paiva (Presidente) Ana Maria C. M. Jorge Ângela Barreto Xavier Isabel dos Guimarães Sá Laurinda Abreu Maria Antónia Lopes Pedro Penteado Vítor Melícias (União das Misericórdias Portuguesas)
Secretariado Executivo	Jacinto Salvador Guerreiro João Soalheiro com a colaboração de Isabel Costa
Autoria dos textos	Isabel dos Guimarães Sá Laurinda Abreu Maria Antónia Lopes
Guia dos Arquivos	Pedro Penteado com a colaboração de Silvana Pires
Bibliografia	Comissão Científica concepção Jacinto Salvador Guerreiro execução técnica com a colaboração de Agostinho Macau catalogação e introdução de dados Maria Guadalupe Alemão pesquisa, catalogação e introdução de dados Paula Almeida indexação
Fotografia da capa	Retábulo de Nossa Senhora da Misericórdia, João de Ruão, c. 1530 Varziela (Cantanhede), Capela de Nossa Senhora da Misericórdia (Fotografia: Varela Pécurto)
Concepção, impressão e acabamento	SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia
Edição	Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002
Tiragem	1500 exemplares
Depósito Legal	186596/02
ISBN	972-98904-0-4

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Portugaliae Monumenta Misericordiarum / ed. lit. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; coord. científico José Pedro Paiva. - Lisboa : União das Misericórdias Portuguesas, 2002- . ISBN 972-98904-0-4, vol. 1.

Vol. 1: Fazer a História das Misericórdias. - 388, [28] p.: il., 28 cm.

I - Tit.

II - Misericórdias

1. Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa

2. União das Misericórdias Portuguesas

3. Paiva, José Pedro, coord. científico

CDU: 061.235

256

Fazer a História das Misericórdias

As misericórdias ou Santas Casas da Misericórdia são inequivocamente uma das mais genuínas expressões da identidade, da cultura e da história de Portugal e da lusofonia.

Se, como terá dito Alexandre Herculano, não é possível escrever a história de Portugal sem as misericórdias, tão-pouco é possível compreender e preservar a identidade e potenciar as capacidades destas ímpares instituições sem recurso à sua própria história, escrínio da rica cultura institucional e do acervo de valores que lhes está subjacente e se foi caldeando com o decurso dos tempos e a sucessão de múltiplas gerações e vivências.

A história da saúde e das doenças em Portugal, das migrações internas e externas, da propriedade fundiária, da arte, da religiosidade popular, bem como da pobreza e da luta contra a exclusão, da assistência e da economia social ou do sistema penal e prisional no nosso país e noutros espaços da lusofonia, designadamente o Brasil, está em boa parte contida naquela memória e saber colectivo que se transmitiu no seio das misericórdias ou se encontra guardado nos seus preciosos arquivos.

Consciente da importância, vastidão e riqueza deste espólio bem como da urgência de o preservar, ordenar e pôr à disposição dos estudiosos, a União das Misericórdias Portuguesas, retomando uma ideia há muito surgida no seio das misericórdias e infelizmente nunca concretizada, propôs e diligenciou para que a Comissão Nacional das Comemorações dos 500 Anos incluisse entre os projectos prioritários do seu vasto programa de actividades e iniciativas a elaboração e publicação de uns *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*.

“Entendendo por certo que a comemoração pelo livro é a que maior valor tem”, como escrevia Vítor Ribeiro, a propósito das comemorações do IV Centenário, a União das Misericórdias fomentou a todos os níveis que o V Centenário ficasse assinalado pela publicação de trabalhos e estudos que estimulem e permitam um maior e mais sólido conhecimento da natureza, história, especificidade e potencialidades destas tão portuguesas e universalistas instituições.

Das várias dezenas de importantes publicações que surgiram no contexto das comemorações pentacentenárias consideramos, porém, que a mais importante e fundamental é esta ordenação e colectânea de “monumenta”, ou seja, de “documentos” que, esperamos e acreditamos, constituirão a base e o instrumento imprescindível de toda a investigação e produção bibliográfica sobre as misericórdias em Portugal e no mundo lusófono.

Porque a tarefa é larga e difícil, envolvendo muitas pessoas e instituições durante vários anos, com a mesma fé com que a propus, agradeço agora à Comissão Nacional para os 500 Anos, à União das Misericórdias Portuguesas e ao Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa terem posto ombros a tão ciclópica missão e solicito o apoio de quantos, de qualquer modo, nos puderem ajudar a levá-la a bom termo. Portugal e as suas misericórdias merecem-no. A bem de Portugal, da Solidariedade e da Cultura, bem hajam.

P. Vitor Melícias



(Presidente da União das Misericórdias Portuguesas)

A ideia da comemoração do quinto centenário da fundação das primeiras misericórdias foi especialmente vivida por todos os que estão ligados às Santas Casas, ou conhecem e apreciam a sua bela história.

O vasto programa comemorativo, que a Comissão Nacional levou por diante, não apenas deu o merecido relevo festivo à efeméride, mas também proporcionou uma ampla reflexão valorizadora desta magnífica experiência espiritual, cultural e institucional das misericórdias.

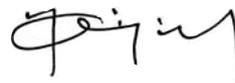
Uma instituição da sociedade eclesial e civil que, durante cinco séculos, se mantém viva e vivificante de solidariedade social (mais propriamente, de verdadeira misericórdia), na força das suas energias de fé, de fraternidade, de voluntariado social, continuando a apresentar-se, ainda hoje, na sua perene juventude espiritual, é uma instituição que merece muito mais do que uma atenção simplesmente comemorativa, isto é, de memória colectiva, porque constitui uma interpelação irrecusável para a contínua reconstrução e aperfeiçoamento pessoal e das nossas sociedades.

A memória das misericórdias deve ser festejada e sobretudo perpetuada para as gerações vindouras. Uma instituição, que não preserve a sua história e o seu passado, dificilmente poderá afirmar-se no presente e mobilizar vontades que lhe permitam continuar o seu trabalho.

A ideia de publicar um inventário de documentos e informações sobre as misericórdias foi um projecto assumido desde o início das comemorações. Esta determinação encontrou na Universidade Católica Portuguesa, através do Centro de Estudos de História Religiosa, um parceiro empenhado na investigação e na divulgação desta dimensão da nossa história, e que resulta na vasta e ambiciosa obra como é a *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*.

No primeiro volume desta obra, que será constituída por uma colecção de dez, desejo, em nome da Comissão Nacional para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, manifestar a grande satisfação pelo trabalho desenvolvido, e que nesta publicação é dado a conhecer.

Prof. Mário Pinto



(Presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias)

Introdução

José Pedro Paiva

Pretende-se com esta *Introdução* apresentar o projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* que com a publicação deste primeiro volume se desencadeia.

Não é minha intenção, nem creio ser este o local apropriado para o fazer, proceder a uma sinopse, em tom mais ou menos encomiástico, do que tem sido a acção das misericórdias portuguesas no transcurso dos cinco longos séculos de existência que algumas delas já patenteiam no seu estatuto de identidade. Mas não deixarei de sublinhar como tiveram um papel que, a vários títulos, merece ser lembrado. Pela originalidade que assumiram no contexto do que foi a prática da assistência desde os alvares da Época Moderna no espaço europeu. Pela fortíssima propensão que, em quase todas, sempre existiu para a ajuda aos mais necessitados, através da concretização dos preceitos evangélicos do amor ao próximo, materializados em obras concretas de auxílio espiritual e material que ampararam os encarcerados que esperavam por justiça, atalharam a fome a quem não tinha que comer, sararam o corpo a quem o tinha doente, protegeram os meninos abandonados, abrigaram os desabrigados, enterraram os mortos e proporcionaram consolo e amparo a uma enorme legião de criaturas carentes que por eles ansiavam. Pela importância decisiva que, sobretudo até ao século XVIII, tiveram na estruturação e consolidação da sociedade e da rede de poderes locais. Pelo peso económico que muitas evidenciaram nas comunidades em que se inseriram. Pela promoção entre vários segmentos leigos da sociedade de uma espiritualidade centrada no valor dos méritos protectores propiciados por Nossa Senhora da Misericórdia e no culto da Paixão de Cristo, que se objectivava no amor confraternal, na compaixão pelos sofredores, na prática de obras de caridade e num vasto conjunto de representações exteriores dessa piedade, que atingiram o seu paroxismo nas procissões de Endoenças, anualmente celebradas na quinta-feira santa. Pelo riquíssimo e específico espólio artístico que patrocinaram, em domínios tão variados como a arquitectura, a pintura e a escultura, e que fazem de algumas delas, nos nossos dias, verdadeiros tesouros da arte portuguesa. Pelo papel activo que desempenharam na afirmação da presença portuguesa e da própria autoridade régia nos territórios do que foi o seu extenso império ultramarino. Pela perpetuação dos laços afectivos entre os vivos e os mortos por via da instituição de centenas de milhar de missas de sufrágio, que alimentaram o quotidiano destas confrarias e estimularam uma piedade escatológica na qual o terceiro lugar – o Purgatório – ocupava um espaço nodal. Pelos mitos que em volta da sua acção e funcionamento tantas vezes se geraram, justificando esforços redobrados para que se repense a memória que algumas de si próprias se forjaram e aquela que presentemente delas se transmite.

Tomando por válidas as propostas interpretativas do que foi a acção das misericórdias acabadas de enunciar, que naturalmente não esgotam as linhas de análise de que aquele instituto pode ser objecto, é forçoso reconhecer como faz todo o sentido proceder à compilação de uma obra que permita conhecer melhor a sua acção pretérita e, simultaneamente, constitua um meio de preservação da sua memória documental que obstaculize a voragem do tempo e o esquecimento dos homens. É esse o escopo fundamental da tarefa que com a publicação deste volume se inicia.

A obra destina-se não só aos historiadores, mas ainda a todos aqueles que, por qualquer modo, de forma denodada se comprometem na actividade que muitas misericórdias continuam a desenvolver, bem como a um vasto público que não só aprecia as indagações sobre o passado como está consciente de que, tal como os indivíduos, as sociedades sem memória de si ficam privadas de identidade e logo perdidas/desorientadas.

De uma determinada perspectiva, a ideia não constitui uma novidade absoluta. No ano de 1940, durante a realização do 3º Congresso do Mundo Português, já Fernando da Silva Correia, um nome incontornável no panorama historiográfico deste campo de estudos, tendo em mente o modelo que Alexandre Herculano tinha lançado com os *Portugaliae Monumenta Historica* para a História de Portugal, havia alvitrado a realização de uns *Caritatis Monumenta Historica*, na qual se editassem documentos decisivos para fazer a história das misericórdias e da assistência em Portugal.

Contrariamente ao desafio então proclamado, mas nunca concretizado, pretende-se agora consumir parte daquele desejo, na medida em que o objecto a tratar serão as confrarias de misericórdia e não a questão do fenómeno da assistência globalmente considerado, no qual, como é universalmente reconhecido, aquelas instituições ocuparam um lugar do mais destacado relevo.

Sublinhe-se, no entanto, não ser intenção da Comissão Científica que esboçou este projecto construir uma obra clássica de edição documental, ou seja, a compilação de um conjunto criteriosamente seleccionado de documentos que, pela sua exemplaridade e/ou raridade, merecessem figurar num catálogo dos textos matriciais, digamos assim, da acção das misericórdias. Não se trata aqui, por conseguinte, de um projecto de publicação simples de documentação. Pretendeu-se ir mais longe. A ideia foi a de criar um instrumento de trabalho que congregasse um conjunto amplo de meios para os que pretendem estudar as misericórdias e o seu papel no domínio da assistência em Portugal e, paralelamente, propor algumas pistas interpretativas do que foi a história dessas notáveis confrarias.

Neste sentido, o leitor poderá encontrar, no recheio dos 10 volumes que se projectam editar, não só um variado leque de documentos produzidos pelas misericórdias no desempenho das suas acções, seleccionados após uma pesquisa sistemática, quer dos arquivos das misericórdias, quer de outras instituições que actualmente custodiam documentação por elas produzida, ou com elas relacionada, mas também outros meios de trabalho fundamentais para quem quiser investigar e conhecer a acção pretérita destas instituições. A saber:

- 1 – Uma bibliografia temática que congrega, com pretensões da máxima exaustividade, os trabalhos de natureza histórica que se tem produzido neste campo;
- 2 – Um guia do recheio dos arquivos das misericórdias actualmente existentes no território nacional, que possibilite obter uma noção da documentação a que os investigadores ainda hoje podem ter acesso para fazer a sua história;
- 3 – Estudos de síntese que procuram traçar uma panorâmica geral do que foi a acção e significado das misericórdias;

- 4 – Um levantamento sistemático de toda a documentação produzida pelas chancelarias régias relacionada com a vida das misericórdias;
- 5 – A inventariação do corpo legislativo que enquadrará a prática assistencial e o desempenho das confrarias de misericórdia, quer se trate de normas produzidas pela administração central, pelos poderes locais, ou pela Igreja (nacional ou supra-nacional);
- 6 – A apresentação de estudos inéditos sobre certas facetas da vida das misericórdias que actualmente se considera estarem insuficientemente esclarecidos, senão mesmo ignotos.

A vastidão de um projecto desta grandeza impõe uma rigorosa definição dos objectivos a alcançar, de metodologias a aplicar, de prazos a cumprir, bem como uma aguda consciência dos múltiplos limites que o constroem. A Comissão Científica responsável por esta tarefa tem disso uma clara noção, sobre a qual produziu uma cuidadosa reflexão. Importa agora dar a conhecer ao leitor as decisões tomadas, apresentando o plano global da obra.

Como já ficou anunciado, ela será composta por um total de 10 volumes, que se prevê sejam publicados com um intervalo de cerca de 8 meses entre cada um. Daqui decorrem fundadas expectativas de que o derradeiro venha a ser impresso no decurso do ano de 2008.

A série dos tomos a publicar foi idealizada do seguinte modo. O primeiro volume, que agora se edita, propõe-se constituir uma apresentação do projecto e conterá três instrumentos essenciais enquanto meios de introdução ao estudo das misericórdias: textos de síntese que traçam uma panorâmica da história das misericórdias desde 1498 até 2000, uma bibliografia temática e um contributo para um guia dos arquivos das misericórdias. O tomo X e último apresentará uma série de estudos inéditos, realizados por especialistas, sobre aspectos variados da história das misericórdias e da assistência, actualizações da bibliografia e do guia dos arquivos publicados no primeiro volume e ainda os índices globais de toda a colecção (temático, onomástico e toponímico).

Depois, os números II a IX serão compostos por um *corpus* que procura espelhar o que foi a história das misericórdias e estão organizados de acordo com um critério cronológico baseado, fundamentalmente, em factos da história política portuguesa, que terá a seguinte sequência:

- Volume II – Antes da fundação das primeiras misericórdias
- Volume III – A fundação das misericórdias: o reinado de D. Manuel I
- Volume IV – De D. João III a 1580
- Volume V – Durante o domínio dos Áustrias
- Volume VI – Da Restauração até ao final do reinado de D. João V
- Volume VII – De D. José I a 1834
- Volume VIII – Da instauração do Liberalismo à implantação da República
- Volume IX – Durante a República

Do ponto de vista da abrangência cronológica, como se pode constatar pela simples leitura da grelha apresentada, optou-se por não circunscrever a abordagem à data da fundação das primeiras misericórdias. Assumindo o presente como passado do futuro, é forçoso reconhecer que o aparecimento das primeiras misericórdias decorre de todo um contexto que as precedeu. Assim, optou-se por retroceder

até ao século XII, aos tempos da fundação do reino de Portugal, para apresentar os vestígios das múltiplas formas da assistência medieval que antecederam a criação das primeiras misericórdias durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521). Do ponto de vista dos limites *ad quem* pretendeu-se seguir a sua acção até ao ocaso do século XX, numa altura em que estas instituições seguiam o estatuto de 1983, que actualmente ainda as rege enquanto Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), tal qual foram definidas pelo decreto-lei 519-G/79, de 29 de Dezembro.

As misericórdias espalharam-se por todos os quadrantes das antigas possessões do império ultramarino português. Em relação ao âmbito geográfico não há meios que permitam em tempo útil cobrir a totalidade da vasta região onde outrora frutificaram. Assim, o projecto confina-se aos limites hodiernos do território da República Portuguesa, procurando sempre que possível dar exemplos pontuais do que se passou nos antigos espaços ultramarinos do império, seleccionando para cada continente (África, Ásia e América) um ou dois casos que, pela abundância e disponibilidade dos acervos documentais, se procurarão seguir com mais pormenor.

Pese embora a Comissão Científica não possua uma visão redutora do conceito de documento, este projecto prevê um tratamento sistemático apenas de documentos escritos. Não se encontrará aqui uma abordagem com critérios de sistematização e exaustividade do imenso património arquitectónico, pictórico, escultórico, iconográfico e de outros bens móveis produzidos, ou encomendados, pelas misericórdias. Não significa isso qualquer desconsideração, mas antes consciência dos limites de um projecto desta envergadura. Todavia, haverá uma preocupação de, a título meramente ilustrativo, recolher e publicar algumas imagens de documentos não escritos que pela sua exemplaridade, valor estético, raridade ou antiguidade assim o justifiquem.

Para conferir a máxima coerência e uniformidade interna aos vários tomos que compõem a colecção e simultaneamente facilitar a sua consulta por parte dos leitores, esboçou-se uma estrutura interna a que todos obedecerão, desde o segundo até ao nono, composta por quatro partes/núcleos principais:

- 1 – Enquadramento legal
- 2 – A instituição em acção
- 3 – Fundamentos doutrinários, espirituais e memória
- 4 – Às pessoas

Em cada um destes núcleos, como facilmente se pode presumir pela respectiva denominação, procuram-se captar dimensões distintas.

O primeiro destina-se a aglutinar a documentação que permite enquadrar do ponto de vista legal a acção das misericórdias (no caso específico do volume II todas as instituições medievais que cumpriam funções relacionadas com o fenómeno da assistência) e subdividir-se-á noutras quatro partes: *Disposições gerais da Igreja, Concordatas, Disposições da administração central e Disposições da administração local.*

O segundo, que habitualmente constituirá a parte mais extensa de cada tomo, será composto pelo conjunto documental que permite captar a dimensão da actuação concreta das misericórdias (no caso do volume II, de outras instituições de assistência como gafarias, hospitais, albergarias, confrarias, etc). Aqui coligir-se-ão exemplos da actividade do maior número possível de misericórdias e seguir-se-ão com miúdo detalhe os desempenhos de algumas delas, seleccionadas de acordo com critérios da sua grandeza e localização geográfica. Para este efeito, foram eleitas um conjunto de misericórdias principais,

misericórdias de grande/média dimensão do interior, misericórdias de grande/média dimensão do litoral, misericórdias pequenas do litoral e misericórdias pequenas do interior.

Também este segundo núcleo se subdivide em quatro partes. Na primeira, *Criação e extinção*, esboçar-se-á um quadro rigoroso e documentalmente sustentado do movimento de erecção e extinção das instituições em actividade em cada um dos períodos a que cada volume se reporta. Na segunda, *Compromissos e estatutos de misericórdias e instituições a elas associadas*, apresentar-se-ão os documentos relacionados com a auto-regulamentação produzida pelas misericórdias e por outras instituições a elas submetidas (hospitais, recolhimentos, asilos, etc). Na terceira, *Documentação produzida pelas misericórdias e custodiada nos seus arquivos*, concentrar-se-ão exemplos dos documentos que atestem o que foi o seu desempenho nas múltiplas áreas da sua intervenção. Neste aspecto haverá particular cuidado em evidenciar o que lhes sucedeu em determinados momentos concretos da vida política (por exemplo, a *Restauração* de 1640, ou o 25 de Abril de 1974), de natureza político-administrativa (tais como a publicação das novas leis testamentárias consignadas pelo alvará de 9 de Setembro de 1769, ou a realização, em 1924, do 1º Congresso da União das Misericórdias e promulgação da lei de 29 de Julho sobre o seu financiamento) e ainda em outros momentos específicos da vida de cada uma em particular (como o tempo da eventual anexação de um hospital, ou a recepção de um importante legado). Na quarta e última, *Documentação relativa às misericórdias existente noutras instituições*, proceder-se-á a um inventário da documentação sobre misericórdias que actualmente não se encontra nos seus arquivos e publicar-se-á a que se venha considerar pertinente.

O terceiro núcleo principal congregará os textos que ajudam a entender a dimensão espiritual e doutrinal que enquadrou a acção das misericórdias e ainda a memória que elas próprias, ou terceiros, produziram sobre a sua acção. Subdivide-se este corpo em quatro partes: *Tratados sobre pobreza e assistência, Sermões, Obras de espiritualidade e Relatos coevos sobre a acção das misericórdias*.

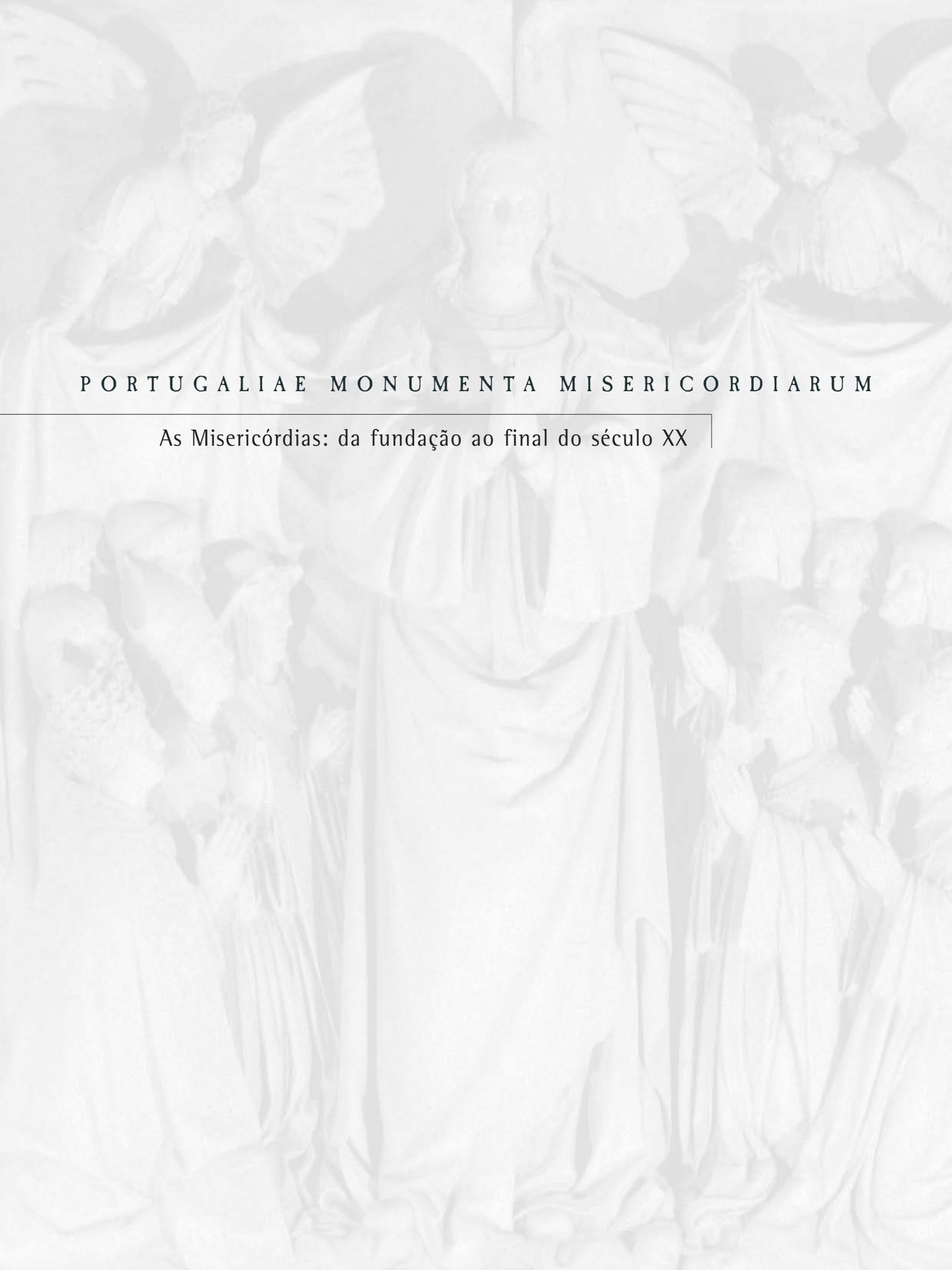
O quarto e último núcleo revelará a acção concreta das pessoas, através da selecção de exemplos que mostrem a intervenção de beneméritos, irmãos ou outros funcionários e ainda fornecendo um elenco dos provedores das misericórdias elaborado a partir dos livros de eleições que o tempo ainda não consumiu. Esta incursão pela história dos indivíduos concretos não pode, infelizmente, incluir a multidão dos que usufruíram do auxílio prestado pelas misericórdias. Os milhares de beneficiados e o carácter anónimo com que tantas vezes o auxílio era prestado não consentem uma abordagem desta natureza.

O surgimento deste projecto não deve ser visto como uma casualidade, como um acaso do tempo presente. Há uma série de factores que ajudam a perceber a sua génese. Por um lado, o renovado interesse que a história das misericórdias tem suscitado na comunidade historiográfica e que se reflecte na grande vaga de estudos que, sobretudo desde os anos 90, têm sido produzidos, com várias teses de doutoramento e mestrado defendidas em universidades portuguesas sobre esta matéria. Por outro lado, as comemorações do quinto centenário da fundação da Misericórdia de Lisboa (1498-1998), instituição que, como é sabido, teve um papel matricial no quadro da vasta rede de confrarias de misericórdia que posteriormente se foi formando. Em terceiro lugar, o esforço que tem vindo a ser feito para se preservar, conhecer e inventariar o património arquivístico português. Por último, um certo revigoreamento da acção que muitas das actuais misericórdias voltaram a ter em vários planos da assistência em Portugal. Ou seja, o projecto emerge num contexto onde convergem interesses historiográficos, arquivísticos, comemoracionistas e de relançamento do papel activo que as misericórdias têm na sociedade portuguesa. Em bom rigor, foi esta congregação de interesses, a que se juntaram algumas vontades pessoais e institucionais, que esteve na origem deste projecto.

Os primeiros passos desta caminhada foram lançados nos inícios do ano 2000 por pessoas ligadas à Comissão Nacional para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, presidida pelo Senhor Professor Doutor Mário Fernando de Campos Pinto, à União das Misericórdias Portuguesas, liderada pelo Senhor Padre Dr. Victor José Melícias Lopes e ao Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, então dirigido pelo Senhor Professor Doutor Carlos A. Moreira Azevedo. Das conversas então mantidas e das propostas apresentadas por uma equipa do Centro de Estudos de História Religiosa, na qual teve papel de relevo o Senhor Dr. Paulo Fontes, foi possível chegar a um consenso, que se veio a materializar na celebração de um protocolo, datado de 2 de Novembro do ano de 2000, que lançou as bases da tarefa que agora me incumbe presidir do ponto de vista científico. Não quero deixar de agradecer à Direcção do Centro a confiança que em mim depositou para presidir à Comissão Científica desta obra, convite que muito me honra.

Os trabalhos preparatórios deste projecto, desenvolvidos por uma Comissão Científica entretanto criada, na qual se procuraram reunir alguns dos mais eminentes especialistas da história das misericórdias e da arquivística, a quem me cumpre agradecer a disponibilidade imediata com que aceitaram os convites, iniciaram-se no final do mês de Janeiro do ano de 2001. São as primícias das tarefas desde então realizadas que agora se começam a trazer a público. A todos os que têm contribuído na construção deste edifício tenho que agradecer, sensibilizado, a forma empenhada e a elevada competência com que o têm feito e relembrar que ainda falta um longo caminho a percorrer que só se consumará... caminhando. É um desafio para o qual, como presidente da Comissão Científica da obra, estou seguro que todos estamos avisados e preparados.

Cumprе agradecer à Biblioteca Nacional, instituição com a qual se estabeleceu um protocolo de colaboração referente aos meios logísticos, técnicos e condições de acesso aos fundos necessários à elaboração da bibliografia incluída neste volume. Agradecimentos que se estendem à Biblioteca Universitária João Paulo II (Universidade Católica Portuguesa) por todo o apoio prestado na concretização da mesma.



PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM

As Misericórdias: da fundação ao final do século XX

As Misericórdias da fundação à União Dinástica

Isabel dos Guimarães Sá

Nos anos noventa do século XX procedeu-se a uma releitura da historiografia precedente sobre as misericórdias, bem como à reinterpretação de algumas fontes de fácil acesso. Surgiu também uma vaga de monografias sobre misericórdias que todos os interessados pelo tema conhecem. No entanto, está ainda em curso uma análise sistemática da documentação primária existente nos arquivos centrais e locais, passível de vir a revelar muitas surpresas. Continuam a escassear, no que toca aos primeiros, análises globais da documentação existente nas *Chancelarias Régias*, no *Corpo Cronológico* e nos fundos do Arquivo Histórico Ultramarino. Para o período em análise, não existe ainda uma visão de conjunto das fontes disponíveis, que sobreviveram nos arquivos locais, especialmente para a primeira metade do século XVI. Esta documentação constitui um corpo documental relativamente fácil de delimitar, uma vez que o seu volume é muito menor do que a disponível para os séculos seguintes.

Este trabalho pretende fornecer um quadro do que actualmente se sabe sobre as misericórdias, desde o ano da fundação da Misericórdia de Lisboa, em 1498, até à União Dinástica (1580), cobrindo os reinados de D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião e D. Henrique. Articula-se também esta informação com alguns dados recentemente levantados aquando de uma recolha sistemática da documentação das chancelarias régias.

As chancelarias régias, actualmente conservadas no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), são o fundo documental onde se encontra reunido o maior número de informações relativas às disposições da Coroa sobre misericórdias. No entanto, não congregam o total da informação originariamente produzida, uma vez que muitos documentos são hoje conhecidos apenas através de cópias existentes nos arquivos locais. Esta documentação concede uma visão global que uma monografia ou estudo regional dificilmente permitem. No entanto, as referências extraídas das chancelarias representam apenas uma pequena parte da documentação emitida pela Coroa. Lagos, Évora ou Viana revelaram possuir muito mais documentos de proveniência régia do que os que se lhes referem actualmente nos volumes conservados na Torre do Tombo, que, como se sabe, sofreram perdas ao longo do tempo. Mesmo assim, podemos adiantar os seguintes números: existe documentação para 31 misericórdias no reinado de D. Manuel I, enquanto que o de D. João III inclui 15 novas misericórdias, para além das que vinham do reinado anterior. Mas é entre 1557 e 1580, nas chancelarias de D. Sebastião e D. Henrique, que se dá a explosão das misericórdias em pequenas localidades: nada mais do que 55, que nunca tinham aparecido antes, surgem pela primeira vez referidas. Não se julgue, no entanto, que se podem utilizar as chancelarias para estabelecer datas de fundação das misericórdias, uma vez que apenas confirmam a sua existên-

cia no terreno. É manifesto que algumas só aparecem referidas nas chancelarias muito tarde, como nos casos de Lagos, Braga, Vila da Praia ou Angra ¹.

A maior parte dos documentos emanados das chancelarias tinha origem no seguimento de solicitações locais, geralmente em forma de petição, a que a Coroa dava resposta. Essa documentação inicial perdeu-se (a não ser nos casos em que os textos das petições foram transcritos), pelo que as *Chancelarias Régias* só nos concedem a versão da Coroa num diálogo que teve originalmente dois sentidos. Este tipo de fonte não permite estudos de carácter relacional: neste aspecto os estudos locais de âmbito estritamente monográfico revelam vantagens inegáveis. Convocam um conjunto diversificado de fontes documentais que podem esclarecer os interesses em campo a nível local e os jogos de força entre eles.

Relativamente ao tempo de D. Manuel I, uma percentagem significativa dos documentos exarados no seu reinado são conhecidos por via indirecta através da chancelaria do seu sucessor. Na maior parte dos casos eram diplomas trazidos à Corte pelas misericórdias para solicitar as devidas confirmações, dos quais só foram registados os que obtiveram resposta afirmativa ².

Nesta síntese privilegia-se a informação colhida numa exploração sistemática das *Chancelarias Régias*, a que se associou a análise de outra documentação de carácter normativo ³, com o objectivo de obter uma imagem tão abrangente quanto possível, e centrada nas políticas régias que nortearam a sua estruturação. Seguiu-se ainda um critério que privilegia a vertente política, pelo que os textos se agruparam segundo os reinados a que diziam respeito. O primeiro, de D. Manuel, dura 26 anos (de 27 de Outubro de 1495 a 13 de Dezembro de 1521); o segundo vai desta última data a 1557 (D. João III morreu a 12 de Junho), num total de cerca de 35 anos. No que respeita ao período compreendido entre a morte deste rei e 1580 (23 anos), devido às várias regências que atravessaram este período, no qual a influência de D. Henrique esteve quase omnipresente, optou-se por aglutinar toda a informação num núcleo único. Foi também esse o critério da organização da própria chancelaria, que agrupa os documentos emitidos por D. Sebastião e D. Henrique nos mesmos livros.

O reinado de D. Manuel I: novas interpretações Foi durante o governo de D. Manuel I que foram instituídas as primeiras misericórdias. Muita coisa aconteceu nos 26 anos em que reinou. Ordenou-se a *Leitura Nova*, fizeram-se os *forais novos*, elaboraram-se numerosos regimentos e imprimiram-se pela primeira vez as *Ordenações do Reino* (duas edições, uma mal sucedida em 1514 e a outra em 1521). Excluíram-se judeus e mouros da vida social portuguesa; reforçou-se o poder económico e político das Ordens Militares. Exploraram-se as potencialidades comerciais da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Como pano de fundo de todas estas mudanças temos, sem margem para dúvidas, o enriquecimento da Coroa proporcionado pelos rendimentos da expansão portuguesa – D. Manuel I é o “rei-mercador” por excelência ⁴.

¹ Destes exemplos, o caso mais flagrante é o de Lagos. O documento mais antigo conservado no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lagos é de 1501, mas a confraria aparece na chancelaria apenas em 1559 (Cf. CORRÊA, Fernando Calapez – *Elementos para a história da Misericórdias de Lagos*. Lagos: Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998, p. 15; Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [IAN/TT]: *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique. Doações*, liv. 3, fl. 395). As Misericórdias da Vila da Praia e de Angra, existentes já no reinado de D. Manuel I, aparecem apenas na chancelaria do seu sucessor, respectivamente em 1548 (IAN/TT: *Chanc. de D. João III*, liv. 67, fl. 43) e 1558 (IAN/TT: *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique. Privilégios*, liv. 1, fl. 93v.).

² Desconhecemos os dispositivos de certificação a que as *Chancelarias* submetiam estes documentos.

³ Dessa base de dados figuram a maior parte das obras inscritas na rubrica fontes impressas no final deste texto.

⁴ Cf. PEDREIRA, Jorge M. – Mercadores e formas de mercantilização. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 169.

A embaixada ao papa de 1514, na qual o rei enviou a Leão X numerosos presentes, entre os quais um elefante e uma onça, ficou justamente conhecida como o símbolo da opulência régia, dada a conhecer à Europa do tempo. Também significativo é o mecenato manuelino em matéria arquitectónica e nas artes visuais. D. Manuel dá, mal ou bem, o nome a um “estilo” e Joaquim de Oliveira Caetano afirma que transformou o reino num “estaleiro”, sublinhando a grande intimidade entre o rei e a arquitectura⁵. O reino assistiu a uma vaga de construção de edifícios sem precedentes, também ela perpassada de intenções de propaganda do rei e da sua família. No campo da pintura, escultura e iluminura são de salientar as diversas figurações directas do rei e da sua família, associadas a uma nova simbologia de auto-comemoração e auto-celebração do rei, do reino e do império⁶.

Todos estes aspectos são familiares a quem se debruce sobre este reinado. No entanto, seria preciso estar-se distraído para não perceber a alteração dos paradigmas interpretativos na recente historiografia nacional. Ao “monopólio do comércio”, expressão que designa o controlo por parte do rei de todo o processo político, económico e financeiro da Ásia portuguesa até 1570, veio juntar-se recentemente outra, a de “mercantilização do Estado”⁷. Em vez de se discutir a afirmação da monarquia na oposição e luta contra a nobreza, contrapõe-se a sua “curialização”⁸. Francisco Bethencourt entendeu ser mais rigoroso falar em “conversão violenta e generalizada à fé cristã” dos judeus do que utilizar o termo “expulsão”⁹. Os historiadores manifestam o seu cepticismo em relação à eficácia dos *forais novos* e relembram as dificuldades em instalar no terreno os juizes de fora, considerados veículos por excelência da interferência régia no poder local¹⁰. Lurdes Rosa contestou o agrupamento das “famosas reformas manuelinas” (das capelas, dos forais, das Casas da Guiné e da Índia, das sisas, das Ordenações, etc...), entendidas como um conjunto de modernizações administrativas que evoluíram no sentido único da construção do Estado Moderno¹¹.

Em tempos de mudança de paradigmas historiográficos, a criação e difusão de misericórdias ganha em ser inserida num contexto mais geral que permita evitar conferir-lhes uma especificidade inexistente. Assim, as doações e privilégios concedidos pelo rei a estas confrarias deverão ser inscritos numa relação do rei com as autoridades locais e os particulares, que incluía por regra a concessão de vantagens materiais, políticas e sociais a grande parte dos agentes em presença e não apenas às misericórdias. Basta um olhar de relance pela legislação emitida a favor do Hospital de Todos os Santos – de tutela régia mas não confraternal – para se perceber que o modo de acção da Coroa era uniforme e não fazia das misericórdias instituições excepcionais no panorama geral¹². Isentar, beneficiar e privilegiar eram o normal do *modus operandi* régio. No entanto, a implantação relâmpago de misericórdias com D. Manuel, bem como a atribuição a estas de um leque de competências alargado, transforma-as nas confrarias mais poderosas de Portugal ao longo da Idade Moderna.

⁵ Cf. CAETANO, Joaquim Oliveira – Uma arquitectura de Estado. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 227.

⁶ Cf. PEREIRA, Paulo – A conjuntura artística e as mudanças de gosto. In *HISTÓRIA da arte em Portugal*. Dir. Paulo Pereira. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, vol. 3, p. 423-467.

⁷ Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero – A estrutura das trocas. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, vol. 3, p. 348; PEDREIRA – *Mercadores e formas de mercantilização*, p. 163.

⁸ Cf. GOMES, Rita Costa – A curialização da nobreza. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 179-187.

⁹ Cf. BETHENCOURT, Francisco – A expulsão dos judeus. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 272.

¹⁰ Cf. DUARTE, Luís Miguel – O Estado manuelino: a onça e o elefante. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 191-197.

¹¹ Cf. ROSA, Maria de Lurdes – O Estado manuelino: a reforma de capelas, hospitais, albergarias e confrarias. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 206-207.

¹² Cf. SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho – *Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*. Introd., transcr., glos., notas e índ. remissivo. Ed. fac-similada. Lisboa: [s.n.], 1996.

A criação e estruturação das misericórdias

A Misericórdia de Lisboa foi a primeira a ser fundada. No entanto, não ficou sozinha por muito tempo. Em 1500 a chancelaria de D. Manuel dá-nos conta da existência nesse ano das Misericórdias de Santarém, Évora e Setúbal. Em 1502 aparecem na mesma documentação Estremoz, os lugares de Além (expressão que na documentação designa as cidades de Arzila, Tânger, Alcácer e Ceuta), Beja e Elvas; em 1504 as de Moura e Porto, Serpa em 1509. Na década de 1510 temos Coimbra, Tomar, Covilhã, Olivença, Ponta Delgada, Castelo de Vide, Portalegre, Funchal, S. João de Rei, Montemor-o-Novo, Safim e Goa. Nos dois últimos anos do reinado (1520 e 1521) aparecem Barcelos, Almeida, Marvão e Castelo Branco¹³. Fora das chancelarias há documentos que atestam a presença de misericórdias em Angra, Vila da Praia, Lagos e Viana de Foz de Lima, que constituem bons exemplos da ausência de exaustividade desta fonte. Ao todo, e até ao momento, encontra-se documentada a existência de 43 misericórdias no reinado de D. Manuel, mas é provável que houvesse outras cuja documentação se perdeu ou não se conhece ainda¹⁴.

A Misericórdia de Lisboa foi objecto de um número avultado de diplomas régios que estruturavam a sua acção. Seria, todavia, errado presumir que existiu uma intenção de copiar textualmente as normas de Lisboa para as restantes misericórdias. Lisboa detém privilégios próprios, e as outras misericórdias do reino também.

Vejamos agora a Misericórdia de Lisboa. Conhecem-se as circunstâncias da sua fundação por D. Leonor, durante a ausência do irmão em Espanha. Tem sido estudado, também, nos trabalhos de Ivo Carneiro de Sousa, o contexto devocional que rodeava a figura da rainha, bem como a sua acção em prol das misericórdias. As suas relações com as correntes de espiritualidade tardo-medievais, alicerçadas na *devotio moderna* e na *praxis* das ordens mendicantes foram consideradas por este autor como o pano de fundo religioso que explica a formação das misericórdias portuguesas¹⁵. Ora, sucede que a rainha viúva assinou apenas três diplomas em favor das misericórdias, em Setembro de 1498¹⁶. Caberia a D. Manuel exercer o seu poder político no sentido de as difundir e estruturar a sua actuação, sendo impossível esclarecer se o fez, ou não, por influência da irmã. Afinal, D. Leonor acompanhou todo o seu reinado e sobreviveu à morte de D. Manuel em 1521, tendo falecido apenas em 1525. Mas é um facto que o rei se dobrou em acções em prol das misericórdias. Enviou funcionários com a incumbência de promover a sua fundação pelas cidades do Reino, de que o caso mais conhecido é o de Álvaro da Guarda¹⁷. Escreveu às Câmaras a solicitar a criação da confraria, como no famoso caso da cidade do Porto, estudado por Magalhães Basto¹⁸. Misericórdias como a de Barcelos referem expressamente que a sua confraria foi orde-

¹³ Um documento de 1576 dá a Misericórdia de Óbidos existente no reinado de D. Manuel I, mas sem precisar a informação. Cf. IAN/TT: *Confirmações Gerais de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 4, fl. 217 [1576.03.13].

¹⁴ As balizas cronológicas aqui referidas referem-se apenas à presença destas misericórdias na *Chancelaria régia* e não excluem a possibilidade de estas insituições serem de fundação anterior. Tal parece ser o caso de Coimbra, que existia já em 1501. A lista destas 30 Misericórdias que aparecem na *Chancelaria* de D. Manuel, por ordem alfabética, é a seguinte: Alcácer, Almeida, Arzila, Barcelos, Beja, Castelo Branco, Castelo de Vide, Ceuta, Coimbra, Covilhã, Elvas, Estremoz, Évora, Funchal, Goa, Lisboa, Marvão, Montemor-o-Novo, Moura, Olivença, Ponta Delgada, Portalegre, Porto, S. João de Rei, Safim, Santarém, Serpa, Setúbal, Tânger e Tomar. Outras quatro têm existência comprovada em documentação local (Angra, Vila da Praia, Lagos e Viana de Foz de Lima). As listas do pagamento do açúcar (cf. quadro 1) referem misericórdias que ainda não tinham aparecido na documentação, tais como Alcácer do Sal, Arronches, Azamor, Cabeço de Vide, Campo Maior, Crato, Fronteira, Jeromenha e Monforte. Todavia, nada obsta que este panorama venha a ser alterado em função de novos dados.

¹⁵ Cf. SOUSA, Ivo Carneiro de – *Da descoberta da misericórdia à fundação das misericórdias*. Porto: Granito, 1999.

¹⁶ Estes documentos, transcritos por Ivo Carneiro de Sousa a partir de cópias existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, não se encontram na chancelaria de D. Manuel de forma literal, nem as suas datas coincidem com as de D. Leonor (cf. *ib.*, p. 215).

¹⁷ Cf. GAMA, Eurico – *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*. Elvas: Santa Casa da Misericórdia de Elvas, 1954, p. 20-21.

¹⁸ Cf. BASTO, A. de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1934, vol. I, p. 164-165.

nada pelo rei ¹⁹. E legislou profusamente a favor da Misericórdia de Lisboa e de outras, a ponto da sua chancelaria ser mais rica que a do sucessor.

Vejamos os mais antigos alvarás emitidos pela Coroa a favor da Misericórdia de Lisboa. É notória a sua preocupação com os presos e condenados de justiça: os primeiros dois diplomas autorizavam a confraria a retirar estes últimos da força, quer logo depois da execução (para os não condenados para sempre), quer no Dia de Todos os Santos (para os de danação eterna). Os irmãos não seriam obrigados a ir em procissões e ninguém devia fazer peditórios para presos, entrevados e envergonhados a não ser a confraria novamente ordenada. O meirinho da Relação não devia levar dinheiro por conduzir os presos degredados até aos navios, nem cobrar-lhes o uso dos ferros que os acorrentavam. A confraria podia ficar com quatro partes dos panos falsos que fossem queimados, destruindo-se apenas simbolicamente um quinto dos mesmos ²⁰. O procurador dos feitos da confraria devia ser ouvido primeiro do que qualquer outro nas audiências da justiça. Finalmente, a confraria passaria a receber dez arrobas de açúcar para a sua enfermaria ²¹. Estes alvarás constroem já uma boa parte das competências e exclusivos das misericórdias: uma relação preferencial no que concerne à assistência aos presos pobres; a capacidade de recolher as ossadas dos condenados; o primado da assistência a presos, entrevados e pobres envergonhados. E também se vislumbra o início da construção do que se viria a tornar numa grande autonomia das misericórdias face aos constrangimentos impostos por outras instituições, patente na proibição de obrigar os irmãos a ir em procissões.

Nos cinco primeiros anos de Quinhentos as misericórdias reafirmaram muitas das tendências esboçadas nestes alvarás iniciais. Consolidaram-se as competências em matéria de assistência material, espiritual e judicial aos presos. A título de exemplo, refira-se que na Misericórdia de Santarém, dos 16 diplomas que integravam a sua lista de privilégios em 1500, sete diziam respeito à cura dos presos nas cadeias e ao encaminhamento dos seus casos nos tribunais ²².

Em 1502 concederam-se pela primeira vez isenções de encargos concelhios aos irmãos oficiais que servissem a Misericórdia nesse ano, privilégios que seriam constantemente reafirmados, quer para Lisboa, quer para as restantes misericórdias. É interessante notar que este privilégio foi outorgado primeiro a Setúbal e Évora e depois a Lisboa, ainda que num intervalo de tempo curto ²³. Este tipo de isenções espalhou-se rapidamente a várias misericórdias, que recebiam privilégios semelhantes à de Lisboa, mas não forçosamente os mesmos. O caso mais saliente é o de Santarém, onde muitos diplomas têm a data de 1500, pelo que seria interessante relacionar esta profusão de diplomas com a eventual presença do rei e da sua corte na cidade. Já Lagos, por exemplo, tem apenas cópias dos privilégios da Misericórdia de Lisboa, possuindo a sua colecção quase completa ²⁴.

¹⁹ Misericórdia de Barcelos: carta para se lhe anexarem o Hospital e a Gafaria da dita vila (cf. IAN/TT: *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fl. 128v. [1520.05.12]).

²⁰ Os panos falsos parecem ter sido uma preocupação recorrente nesses anos em Lisboa. Várias cartas régias procuravam pôr cõbro a irregularidades, tais como vender panos sem terem sido molhados previamente, peças sem medidas regulamentares e tecidos de composição falsa. Vejam-se, entre outras, “Carta régia pela qual se determina que sejam queimados os tecidos falsificados” de 6.10.1501 in RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 261. Esta lei obrigava a que os tecidos falsos fossem queimados em público.

²¹ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João III*, liv. 50, fls. 226-226v., onde se encontram copiados e reunidos estes documentos, com excepção da doação de açúcar (1499.11.18. Misericórdia de Lisboa: doação de padrão de 10 arrobas de açúcar para a enfermaria da confraria, cf. IAN/TT: *Leitura Nova, Místicos*, liv. 4, fl. 98v.).

²² Cf. IAN/TT: *Chanc. D. João III, Doações*, liv. 41, fl. 30-30v.

²³ 1502.04.01. Misericórdia de Setúbal: carta de privilégios a seus oficiais (cf. IAN/TT: *Chanc. D. Manuel*, liv. 6, fl. 30; liv. 14, fl. 18; *Leitura Nova, Odiana*, liv. 1, fl. 263v. e *ib.*, liv. 7, fl. 152); 1502.04.30 Misericórdia de Évora: carta de privilégios a seus oficiais (cf. *Ib.*, liv.1, fl. 277; *ib.*, liv. 6, fl. 49v.); 1502.05.03. Misericórdia de Lisboa: privilégio dos oficiais que servirem em cada ano (cf. IAN/TT: *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 9, fl. 97v)

²⁴ Cf. CORREA – *Elementos para a história*, p. 155-232.

Será necessário esperar pela segunda década do século XVI para se verificarem algumas novidades em matéria de construção institucional das misericórdias. Uma delas é a concessão dos privilégios dos mamposteiros dos cativos aos 28 homens que pedissem esmolas para a Misericórdia de Lisboa, regulamentando-se que metade pediria pela cidade e a outra metade pelo seu termo²⁵. Santarém, uma vez mais, foi lesta em conseguir este diploma para os 13 pedidores da sua Misericórdia. Também nesta década Coimbra, Tomar e Setúbal obtiveram uma quantidade significativa de diplomas, na mesma linha dos de Santarém e Lagos dez anos antes.

Em 1517 temos o primeiro sinal inequívoco de que a Misericórdia de Lisboa ultrapassaria as outras em importância. D. Manuel fez-lhe doação de dois contos de reis por ano, uma soma astronómica para a época, e a que o compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1577 se referiria ainda 60 anos depois²⁶.

O reinado de D. João III trouxe algum sossego aos escrivães da Corte no que se reporta a registos relacionados com as misericórdias. Apareceram apenas 15 que não figuram na chancelaria do seu antecessor: Amarante, Arronches, Braga, Cascais, Castanheira, Golegã, Lamego, Leiria, Palmela, Sardoal, Sintra, Tavira, Valença, Vila de Seda e Viseu. Nada de muito novo no que respeita aos conteúdos documentais: os privilégios e isenções continuaram os mesmos e confirmaram-se, a pedido das misericórdias, muitos documentos anteriores a 1522. Continuou-se a entregar-lhes açúcar, tendo algumas delas sido objecto de novas concessões; reafirmaram-se privilégios e isenções; delimitaram-se áreas e precisaram-se locais de peditório de esmola; anexou-se um hospital ou gafaria aqui e ali²⁷. Estamos muito longe da criatividade do reinado anterior e as novidades relativamente às misericórdias são poucas. Tem lugar o início da aquisição maciça de tenças provenientes de padrões e verbas de juro e a constatação de que as misericórdias começavam a constituir os seus patrimónios imóveis através de heranças ou aquisições. Eram constituídos por prédios rurais ou urbanos, provenientes da posse de hospitais, gafarias, capelas ou confrarias, anexados em tempos de D. Manuel ou nos do seu sucessor²⁸.

De 1557-58 a 1580 irrompem na chancelaria as misericórdias de terras mais pequenas, num total de 55 (também aqui se sabe que muitas das novas confrarias não aparecem nesta documentação)²⁹. Algumas novas misericórdias surgem na chancelaria quando do processo que conduzia à anexação do hospital da vila em que se situavam. Primeiro, uma autorização para a misericórdia embolsar os sobejos das rendas do hospital, depois, a ordem de anexação. Foi assim em Ferreira do Alentejo. A 20 de Janeiro de 1560 o rei deu ordem para esta Misericórdia arrecadar os sobejos do hospital e a 24 de Julho do mesmo

²⁵ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. Manuel*, liv. 46, fl. 133v.; *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 12, fl. 7v.; *Chanc. D. João III*, liv. 50, fl. 230 [1513.01.13].

²⁶ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. Manuel*, liv. 10, fl. 60; *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 12, fl. 75v.-76; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA – *Compromisso da Irmandade da Casa da Sancta Misericórdia na cidade de Lisboa*. [Lisboa]: por Antonio Aluarez, 1600, cap. XXXI.

²⁷ Os exemplos são muitos e a sua enumeração exaustiva seria decerto fastidiosa. A título de exemplo, poderíamos citar, entre as concessões de açúcar, as Misericórdias do Sardoal, Amarante, Safim e Moura (cf. IAN/TT: *Chanc. D. João III*, liv. 55, fl. 196; liv. 48, fl. 79. liv. 41, fl. 91v., liv. 45, fl. 35).

A Misericórdia de Lamego foi uma das que definiram o seu território de peditório de esmolas, sendo autorizada a ter mamposteiros nos lugares de S. João da Pesqueira, Trevões, Barcos e Tarouca, um em cada destes locais (cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João III, Privilégios*, liv. 6, fl. 142-142v. e *Chanc. de D. João III*, liv. 2, fl. 6v.-7)

No que respeita às anexações de capelas, podem-se citar os casos de Vila de Seda (cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João III, Privilégios*, liv. 2, fl. 286 [1543.09.01]), enquanto que Palmela (*ib.*, liv. 35, fl. 26 [1545.01.21]), Sintra (*ib.*, fl. 99v.-100v. [1546.10.15]), Valença (*ib.*, liv. 1, fl. 326-327 [1552.07.03]) e Golegã (*ib.*, liv. 5, fl. 150-150v. [1556.10.10]) anexaram hospitais às misericórdias respectivas.

²⁸ Entre os vários exemplos que poderíamos apontar conta-se a Misericórdia do Porto, que recebeu autorização em 1549 para aforar em vidas as casas pertencentes aos hospitais incorporados em 1521 (*ib.*, liv. 2, fl. 148-148v. [1549.08.14]), ou a de Cascais, cuja câmara lhe concedeu a renda de uns casais que possuía a meias com a Misericórdia de Sintra (*ib.*, liv. 3, fl. 20-22 [1554.05.25]).

²⁹ Alcácer do Sal, Alcáçovas, Alcanede, Alcobaça, Alcochete, Aldeia Galega, Alenquer, Alhos Vedros, Aljubarrota, Aljuster, Almada, Alvalade, Arraiolos, Atouguia, Benavente, Borba, Cabeço de Vide, Campo Maior, Castro Verde, Celorico da Beira, Coima, Crato, Cuba, Ferreira, Figueiró dos Vinhos, Galveias, Gaveas, Guarda, Loulé, Melgaço, Mesão Frio, Messejana, Monção, Monsanto, Montalvão, Óbidos, Pedrógão, Portel, Punhete, Redondo, S. Tiago (Cabo Verde), Santiago do Cacém, Sesimbra, Silves, Tancos, Tentúgal, Terena, Torrão, Torres Vedras, Vila de Frades, Vila de Rei, Vila Franca de Xira, Vila Real, Vimieiro.

ano seguiu-se-lhe o alvará de anexação³⁰. Dá-se também a explosão da aquisição de tenças provenientes de padrões, verbas e apostilhas de juros, com a Misericórdia de Lisboa a distanciar-se das restantes no que toca aos capitais movimentados. As misericórdias eram já outra coisa relativamente às do primeiro vinténio do século. Tornaram-se confrarias burocratizadas e de orgânica administrativa complexa, conforme o comprova a primeira grande reforma do compromisso de Lisboa, datada de 1577. A grande diferença deste período em relação ao anterior consiste na anexação de hospitais, efectuada agora a um ritmo consistente e que adiante analisaremos. O clima dos anos compreendidos entre 1565 e 1580 era já nitidamente pós-tridentino, com os decretos do Concílio a serem absorvidos pela legislação régia, e um nítido endurecimento das atitudes para com os pobres e estrangeiros, expresso na legislação promulgada contra a vadiagem e mendicidade que se vinha publicando desde a década de 30 do século. Fruto também dos novos tempos, em que andava longe a opulência do reinado de D. Manuel.

É cedo para falar de “padronização” hospitalar no reinado de D. Manuel: tratou-se de uma fase experimental, em que as grandes tentativas de reordenamento se centraram em torno do Hospital Real de Todos os Santos. Não ocorreram então tentativas sérias de unificar a rede hospitalar sob a égide das misericórdias. Apenas em quatro localidades se anexam hospitais às misericórdias e só nos últimos dois anos do reinado de D. Manuel: Barcelos (1520), o Porto com três hospitais (1521), Viana do Lima (1521), a vila da Praia (1521). Noutras, refere-se que a misericórdia tem um hospital anexo, como no caso de Tomar em 1517³¹. Outras vezes, ainda, a misericórdia, embora não estando à frente da administração de um dos hospitais locais, exerce algumas competências que a imiscuem nos seus assuntos administrativos. O caso melhor documentado é o de Santarém. Um alvará de 1500 ordenava que a Misericórdia desse uma esmola diária de oito réis a cada doente do hospital de Jesus Cristo e pagasse o salário da hospitaleira, caso os seus administradores o não pudessem fazer. Em ambos os casos deveria ser reembolsada por estes últimos³². Vinte anos depois, uma ordem régia ordenava que a Misericórdia não fizesse dar entrada a nenhum doente nesse hospital sem que este fosse examinado por um conjunto de pessoas formado pelo médico, irmãos da Misericórdia e administradores do hospital. Esta ordem seguia-se a uma queixa do provedor do hospital que acusava a Misericórdia de fazer internar doentes indevidamente, aproveitando-se da prerrogativa que obrigava os hospitais a recolherem doentes seus. O documento torna claro que o hospital se governava por oficiais e regimento próprios³³. Ainda no caso de Coimbra sabe-se que foi intenção do rei proceder à incorporação do hospital real na Misericórdia. Também aqui se obteve uma espécie de parceria, tendo a mesma pessoa ocupado as provedorias das duas instituições³⁴. A acção hospitalar de D. Manuel, em conclusão, foi levada a cabo à margem das misericórdias e não deixa de ser significativo que na sua chancelaria existam 242 documentos sobre hospitais contra apenas 34 relativos a misericórdias³⁵.

Misericórdias e hospitais

³⁰ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique. Privilégios*, liv. 2, fl. 92v.-93 e fl. 104v.-105.

³¹ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. João III. Doações*, liv. 22, fl. 82v. [1517.01.15. e confirmação em 1529.10.06].

³² Cf. *Ib.*, liv. 41, fl. 30v. [1500.04.10].

³³ Cf. *Ib.*, liv. 41, fl. 31v. [1520?.05.18].

³⁴ Cf. OLIVEIRA, António de – *A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congéneres*. In *V CENTENÁRIO da Misericórdia de Coimbra: Memórias da Misericórdia de Coimbra: Documentação e arte. Catálogo*. Coimbra, 2000, p. 19.

³⁵ Estes números foram obtidos através de uma pesquisa na base de dados digitalizada desta *Chancelaria*, disponível na Torre do Tombo, e não correspondem com rigor à realidade documental. Sabemos já que muita documentação manuelina se encontra na *Chancelaria* do seu sucessor, não incluída nesse inventário.

Não era, de resto, a avaliar pelos compromissos iniciais, a vocação fundamental das misericórdias, que se deveriam limitar a fazer ingressar os doentes nos hospitais locais, função que mantiveram na Misericórdia de Lisboa e que parecem ter exercido no já citado hospital de Santarém. É significativo, embora um tanto enigmático, que um documento da chancelaria mencione em 1499 uma *enfermaria* da Misericórdia de Lisboa³⁶.

A verdadeira reestruturação ocorria paralelamente, fora do âmbito das misericórdias, com a mega operação de regulamentação da administração de capelas protagonizada pelo Hospital de Todos os Santos, com o seu regimento de 1504 a ser proposto aos restantes através do regimento de capelas e hospitais de 1514³⁷. E também não podemos ignorar a reorganização hospitalar em curso desde os reinados anteriores, principalmente o de D. João II, a quem se deve a criação do referido hospital³⁸.

Sabemos que todos os casos eram objecto de decisões específicas, tomadas em estreita conexão com os interesses das forças locais, com as quais se procurava um diálogo e não a imposição forçada de directrizes emanadas pela Coroa. Não podia, por conseguinte, haver uniformização, nem padronização, mas sim uma ou várias intenções, mais ou menos constantes que norteavam as respostas e solicitações da Coroa. Uma delas era inquestionavelmente a de favorecer as misericórdias. As autoridades locais cedo fizeram reverter essas intenções da Coroa em seu benefício, conformando-se com os seus interesses e solicitando contrapartidas em forma de privilégios, isenções e oferta de bens materiais, a avaliar pelos pedidos de benesses referidos nas chancelarias régias.

No reinado de D. João III verificou-se um ritmo de incorporações lento, idêntico ao do reinado de D. Manuel. Foram recenseados apenas cinco hospitais em documentos de chancelaria (Palmela, Sintra, Valença, Amarante e Golegã). O hospital do Espírito Santo de Angra, anexado em 1556, seria o sexto, mas o acto de anexação não aparece na chancelaria, mas transcrito noutra fonte³⁹. Sabemos, por outro lado, que datam deste reinado as várias concessões de administrações hospitalares aos Cónegos de S. João Evangelista⁴⁰. A única excepção a este panorama é constituída pelo Hospital Real de Goa, administrado pela Misericórdia local entre 1542 e 1591⁴¹.

Em contrapartida, entre a morte deste rei em 1557 e 1580, mais de 30 misericórdias de vilas e cidades espalhadas pelo reino anexaram hospitais pré-existentes, 19 na década de sessenta e 12 na década seguinte. Muitos deles eram pequenas instituições de localidades de menor envergadura, mas alguns eram grandes hospitais situados em aglomerados urbanos importantes, como o de Montemor-o-Novo e os de Évora, para não falar do gigantesco Hospital de Todos os Santos de Lisboa, incorporado em 1564.

Nesta fase, compreendida entre 1557 e 1580, as incorporações de hospitais nas misericórdias continuaram a ser efectuadas com o beneplácito das autoridades locais. Uma primeira leitura dos alvarás de anexação revelou o que seria de esperar. Havia um primeiro pedido das misericórdias no sentido de unir os bens de um hospital local à confraria; muitos destes hospitais encontravam-se nas mãos da Câmara ou possuíam um administrador nomeado pelo provedor da Comarca. Na sua grande parte eram gafarias, mas

³⁶ Cf. IAN/TT: *Leitura Nova, Místicos*, liv. 4, fl. 98v. [1499.11.18].

³⁷ Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães – A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600). *Cadernos do Noroeste*. 11 (1998) 48-49.

³⁸ Cf. MARQUES, José – Antecedentes das misericórdias portuguesas. In *MISERICÓRDIAS do Alto Minho* (10 a 31 de Outubro de 1998). Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2001, p. 40-41.

³⁹ Cf. AFONSO, João – *O Hospital de Angra nos séculos XV e XVI. Compromisso. Estatutos. Outros documentos inéditos*. Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia, 1970, p. 12-13.

⁴⁰ Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 80-82.

⁴¹ Cf. REGO, António da Silva – *Documentação para a história das missões do Padroado português do Oriente: Índia*. Lisboa: Fundação Oriente, 1991, vol. 2, p. 312-320; MARTINS, J. F. Ferreira – *História da Misericórdia de Goa (1520-1910)*. Nova Goa: [s.n.], 1910, vol. 1, p. 353-355.

havia também “hospitais e gafarias”, ou ainda “hospitais e albergarias”, indicando a mistura de funções num mesmo estabelecimento. Nalguns casos, declaram-se os seus rendimentos, baixos quando comparados com as somas envolvidas nos padrões e verbas de juro (que adiante focaremos), uma vez que eram inferiores a 10 mil réis. No seguimento do pedido, o rei tirava informações pelo seu provedor dos resíduos, e a Câmara era perguntada se não tinha nada a opôr à incorporação, por vezes mesmo em assembleia mandada reunir para o efeito. A resposta dos oficiais municipais era invariavelmente afirmativa. Embora as fontes nunca sejam fiáveis, principalmente as burocráticas, propensas a esbater conflitos, tudo parece indicar que não havia atritos entre câmaras e misericórdias sobre este assunto. No seguimento da incorporação, o provedor da Comarca continuaria por determinação régia a tutelar as contas do hospital. É este um modelo aproximado do conteúdo dos textos da chancelaria relativos a estas anexações, que revelam, como tantos outros, relações de grande contiguidade entre câmaras e misericórdias. Nalguns casos, a anexação por alvará régio parece funcionar mais como oficialização de situações de facto do que como uma mudança efectiva.

Em suma, não se vislumbra qualquer transferência da assistência hospitalar na posse de instituições eclesiásticas para as misericórdias em nenhum momento do período analisado, se exceptuarmos a já referida tentativa (fracassada) de entregar alguns deles aos Lóios. Por outro lado, o Concílio de Trento confirmou a independência das misericórdias face ao poder eclesiástico e clarificou as ambiguidades referentes à sua tutela, embora os conflitos com as autoridades paroquiais ou episcopais tivessem subsistido localmente, por ignorância da lei ou má-fé⁴². Também se torna necessário precisar que não houve grande despique entre rei e instituições eclesiásticas no sentido de dominar a assistência hospitalar. A transferência de “grandes” hospitais para a administração dos Lóios em tempos de João III foi efémera. Tanto as autoridades episcopais como as ordens religiosas conheciam bem as dificuldades e canseiras da gestão hospitalar. O seu retorno, que imaginamos sobretudo consistir em capital político, era mais necessário ao Estado em construção do que à Igreja.

Dissemos já noutra local que o tombamento de bens através do Hospital de Todos os Santos montou uma máquina jurídica de certificação da sua administração⁴³. Ao solicitar sistematicamente que os desembargadores e juizes do hospital avaliassem a legitimidade da posse das capelas aos seus detentores através de provas documentais, pretendia-se fazer passar para a tutela do hospital os bens de capelas vagas ou indevidamente administradas. Nada de semelhante ocorreu sob a égide das misericórdias. Apenas uma ou outra capela se anexou à misericórdia local por ordem régia e precedida de cautelas semelhantes às que presidiam à anexação de hospitais.

No que respeita à instituição de novas capelas com base em doações de particulares, para o período em análise, aparece nas chancelarias apenas uma menção, em 1535, a um Fernão Afonso, clérigo de missa. Deixara muitos bens à Misericórdia de Olivença, com os quais se mantinham muitos presos pobres e outras pessoas necessitadas. Para a missa diária era necessário um capelão, com o salário de 12 mil réis

Confrarias, capelas e misericórdias

⁴² A presença destes conflitos é ubíqua nas misericórdias. Citaremos apenas dois exemplos. No que respeita a conflitos com os párocos, observe-se o caso de Angra, que obteve em 1595 uma sentença do juiz dos feitos da Coroa, emitida a favor da Misericórdia de Chaves em 1577. Tratava-se de um mendigo, aparecido morto num celeiro; a decisão do juiz certificou a autoridade do capelão da misericórdia para efectuar enterros de pobres, uma vez que o pároco local a colocava em questão. No que toca a conflitos com o episcopado, o caso de Goa, onde em meados do século XVII o arcebispo pretendia empregar os capelães da Sé, forçando a Misericórdia a despedir os seus. In SÁ – *Quando o rico se faz pobre*, p. 127 e 167.

⁴³ Cf. ID. – *A reorganização da caridade em Portugal*, p. 44-50.

anuais, e estava em causa a confirmação régia do capelão que a confraria tinha escolhido para preencher a vaga ocasionada pela morte do titular⁴⁴.

Se as novas capelas podem ter sido raras, o mesmo não se pode dizer do desejo de incorporar velhas confrarias nas misericórdias. Já em 1501 o provedor e irmãos da Misericórdia de Beja escreviam ao rei a solicitar que fossem anexadas à Misericórdia cinco confrarias, cujas contas andavam “como Deus sabe”. De uma delas, diziam os peticionários não saber o quanto Deus dela era servido e se as almas dos defuntos estavam contentes⁴⁵. Ignora-se para já a resposta régia a este pedido, mas os documentos de chancelaria em que se autoriza a incorporação de confrarias são em número reduzido.

Em 1518, a ermida de Nossa Senhora do Calhau do Funchal passou a ser sede da Misericórdia, tendo o rei doado o seu edifício à confraria⁴⁶. Mais tarde, em 1543, na vila de Seda, foi a vez de D. João III anexar à Misericórdia respectiva a confraria de S. Bento. O pedido de incorporação, declara-se expressamente, partiu dos juizes, procuradores e homens bons da vila e foi contemporâneo da criação da própria Misericórdia. A capela, com seus juizes e oficiais próprios, tinha um encargo de 30 missas anuais, e depois de cumpridos, a Misericórdia gastaria o remanescente⁴⁷. No Funchal, foi necessário o consentimento e confirmação do rei em 1565 para que a Misericórdia pudesse administrar uma capela *profana*, a que renunciara um casal de irmãos da Misericórdia respectiva⁴⁸. A irmandade do Corpo de Deus em Portel era administrada pelos próprios oficiais da Câmara “de tempo imemorial a esta parte”, e a Misericórdia, a braços com “muitos pobres assim naturais como passageiros”, solicitava a sua posse, conforme veio a conseguir em 1572⁴⁹.

Se pensarmos na natureza das associações de tipo confraternal – grupos de pessoas que se reuniam com objectivos devocionais – muito dificilmente se poderá falar em anexação a partir do “alto” (da Coroa, entenda-se).

Para além de preocupações devocionais, que se resumiam a saber se os bens deixados pelos defuntos eram devidamente empregues a bem das suas almas, as anexações permitiam às misericórdias adquirir um património, que, em fase de arranque, faltava a muitas delas. Foram as anexações de hospitais e capelas, que, trazendo terras e outros bens, fizeram convergir para as misericórdias os primeiros bens de raiz. A relação das primeiras com os segundos é ambígua nas fontes, mas aparecem autorizações expressas para proceder a arrendamentos, tomar posse de herdades ou bens de raiz⁵⁰. Damião de Góis escreveu em 1554 que a Misericórdia de Lisboa se devia libertar através da esmola de todos os bens que acumulava durante o ano⁵¹. Mas, mesmo que fosse esse o seu espírito, é um facto que a Misericórdia adquiria bem antes dessa data prédios urbanos: em 1539, a Misericórdia de Lisboa era referida como tendo comprado três lojas e o rei isentava-as do pagamento de um foro⁵². No que respeita a propriedades rurais, tão cedo como em 1521, a Misericórdia de Castelo Branco recebeu autorização para proceder a contratos de emprazamento. Tal como em Tomar, a existência de bens de raiz está relacionada com a posse de um hospital⁵³. Em Évora, Fernão de Oliveira, senhor da vila de Cerzedas, doou em vida duas herdades que

⁴⁴ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João III, Doações*, liv. 32, fl. 58 [alvará de 1535.02.10, confirmado em carta de 1542.06.22].

⁴⁵ Cf. IAN/TT: *Corpo Cronológico*, Parte I, Maço 3, doc. 40.

⁴⁶ Cf. IAN/TT: *Leitura Nova, Livro de Ilhas*, fl. 230v.; liv. 10, fl. 110v. [1518.02.03].

⁴⁷ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João III, Privilégios*, liv. 2, fl. 286 [1543.09.01].

⁴⁸ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, liv. 5, fl. 7v. [1565.11.20]

⁴⁹ 1572.10.00. Misericórdia de Portel: alvará para se lhe anexar a irmandade do Corpo de Deus (*Ib.*, liv. 9, fl. 341v-342v.).

⁵⁰ Como o alvará para emprazamento dos bens da capela dado à Misericórdia de Alcochete (*Ib.*, liv. 5, fl. 77-78 [1567.11.20]).

⁵¹ Cf. GÓIS, Damião de – *Descrição da cidade de Lisboa pelo cavaleiro português Damião de Góis ao inclito príncipe Dom Henrique, infante de Portugal, eminentíssimo cardeal da Santa Igreja Romana, do título dos quatro santos coroados*. [1554]. Tradução de Raúl Machado [1937]. Lisboa: Frenesi, 2000, p. 52-53.

⁵² Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João III, Doações*, liv. 26, fl. 159-159v. [1539.07.01]

⁵³ Cf. *Ib.*, liv. 52, fls. 28-28v. *Ib.*, liv. 48, fl. 43 [1529.07.04].

passariam a ser administradas pela Misericórdia em benefício exclusivo dos presos da cidade, porque “os verdadeiros tesouros são os que os homens põem no céu enquanto vivem”⁵⁴. No entanto, ainda em 1566 a Coroa continuava a passar alvarás, embora raros, que permitiam a misericórdias locais possuir bens de raiz, como foi o caso da Misericórdia de Messejana⁵⁵. Poucos anos antes, outro alvará régio reiterava a obrigação da Misericórdia de Évora se desfazer dos legados em bens de raiz no prazo de quatro meses, embora autorizasse a posse de uns legados para os quais a Misericórdia tinha pedido autorização⁵⁶.

A patrimonialização das misericórdias arrastou as dificuldades inerentes à cobrança de rendas e juros. Sem dispositivos coercivos eficazes, a capacidade de execução de dívidas das confrarias era limitada. Por essa razão, algumas misericórdias solicitaram e obtiveram do rei autorização para usarem os procedimentos da Fazenda Régia na cobrança das suas rendas. O primeiro documento de chancelaria que o atesta refere-se a Tomar, onde, como vimos, a Misericórdia dispunha de um hospital desde o reinado de D. Manuel⁵⁷. A de Lisboa só alcançou esta prerrogativa em 1558 a título permanente. O texto deixa bem claro que esta não era uma concessão invulgar: a provisão do provedor e irmãos pedia que as dívidas, esmolas e fazendas se arrecadassem como as dívidas de Sua Alteza, *como concedido tem a muitos mosteiros e bispos*⁵⁸. Outras confrarias se lhe seguiram, embora nem sempre a título permanente. Para a Misericórdia de Elvas tratou-se de uma concessão por três anos⁵⁹. Para esta como para muitas outras, o problema agravou-se quando, para além de dificuldades na cobrança de rendas de prédios urbanos ou rurais, se lhe acrescentaram juros e dívidas acumulados por devedores insolventes ou pouco escrupulosos.

Antes disso, porém, as misericórdias receberam rendas, multas de justiça e esmolas em géneros provenientes de dotações da Coroa, e depois foram profusamente agraciadas com padrões de juro, a partir do reinado de D. João III. São essas dotações de bens móveis que analisaremos em seguida.

O açúcar da Madeira parece ter sido a primeira esmola sistematicamente oferecida por D. Manuel às misericórdias. Não se pense, no entanto, que só elas receberam açúcar, que parece ter sido uma *esmola* frequente de D. Manuel a particulares e às mais variadas instituições (conventos, mosteiros, hospitais, etc...). Várias misericórdias foram agraciadas com a sua concessão, numa quantidade que variava entre duas a 10 arrobas anuais (ver quadro 1). Na de Safim, o documento refere que o açúcar seria pago a partir do dia em que fosse fundada, o que significa que ainda não existia à data da doação régia de 1519⁶⁰. D. João III continuou a distribuir açúcar, mas apenas se lhe conhecem duas novas concessões, de duas arrobas cada, às misericórdias do Sardoal e Amarante. As concessões em açúcar tenderam a desaparecer. Uma das últimas vezes que a chancelaria refere esta concessão é uma confirmação da esmola anteriormente concedida ao Funchal, ironicamente o local de origem do açúcar manuelino.

O rei distribuiu também outra substância pelas misericórdias: o incenso, pesado em arráteis e bastante menos presente na documentação do que o açúcar.

Açúcar, incenso e outros géneros: as esmolas do rei

⁵⁴ O texto citava explicitamente S. João Crisóstomo. Cf. *Ib.*, liv. 24, fls. 118 a 119v. [1539.04.26].

⁵⁵ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, liv. 5, fl. 32 [1566.10.11].

⁵⁶ Cf. PEREIRA, Gabriel Victor do Monte – *Documentos históricos da cidade de Évora*. Ed. fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 403-404 [1561.03.19].

⁵⁷ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Confirmações Gerais*, liv. 3, fl. 208v.-209 [1529.10.17].

⁵⁸ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, liv. 1, fl. 195-195v.

⁵⁹ Cf. *Ib.*, liv. 11, fl. 31 [1574.10.25].

⁶⁰ Confirmada em 1529.09.26 (cf. IAN/TT: *Chanc. D. João III, Doações*, liv. 41, fl. 91v.).

Quadro I – Doações manuelinas em açúcar concedidas a misericórdias e hospitais

Local	Antes de 1517	1517	1520
Alcácer d'Além	6 (1502)	8	8
Alcácer do Sal		4	
Arronches		4	4
Árzila	6 (1502)	10	10
Ázamor			4
Barcelos			3
Beja		4	4
Cabeço de Vide			2
Campo Maior			3
Castelo Branco			3
Castelo de Vide			2
Ceuta	6 (1502)	8	8
Coimbra	6 (1510)	6	6
Crato			4
Elvas		8	8
Estremoz		6	6
Évora	3 (1500), 7 (1510)	7	7
Fronteira		2	2
Hosp. das Caldas		15	15
Hosp. de Arraiolos		1	1
Hosp. de Beja			20
Hosp. de Estremoz		6	3
Hosp. de Évora		5	5
Hosp. de Montemor-o-Novo		6	4
Hosp. de Santarém		7	7
Hosp. de Tavira		6	6
Hosp. de Todos-os-Santos			50
Jeromenha			2
Lagos		3	3
Lisboa	10 (1499)		10
Marvão			2 (1521)
Monforte		3	3 ⁶¹
Montemor-o-novo		6	5
Moura	8 (1510)	7	7
Olivença			5
Ponta Delgada	2 (1515)		
Portalegre		8	8
Porto		6	5
Safim		6 ⁶²	6
Santarém		7	7
Serpa			4
Setúbal	2 (1509)	4	6
Tânger	6 (1502)	10	10
Tomar	4 (1511)	4	4

Fontes: IAN/TT: *Chancelarias de D. Manuel e D. João III*; Regimento que el rei D. Manuel deu ao bispo de Safim, provedor do hospital de Todos os Santos desta cidade sobre as ordinarias de açúcar, que daria a certos mosteiros, misericórdias, hospitais e casas pias deste reino [1517.08.12] (IAN/TT: *Livro do Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, fls. 70-75); Regimento que El Rei D. Manuel deu aos oficiais, e tesoureiros da casa da Mina sobre as ordinarias de açúcar, que haviam de pagar a certos conventos, misericórdias, hospitais, e recolhimentos [1520.04.14] (IAN/TT: *Livro do Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, fls. 171-174).

⁶¹ Esta doação tem data posterior à lista de 1520, e ao contrário de todos os outros dados incluídos nesta coluna, a informação da sua existência foi obtida na chancelaria régia (*Chanc. D. João III*, liv. 70, fl. 2 v. [1521.04.08.]).

⁶² Existe também o documento de chancelaria que concede esta doação (cf. *Chanc. D. João III*, liv. 41, fl. 91 v. [1519.04.29]).

Noutras vilas e cidades as esmolos adaptavam-se à economia local: a partir de 1559 a Misericórdia de Lagos recebeu do rei dois atuns por ano⁶³. A de Castelo de Vide recebia um número não declarado de touros, os quais anteriormente “comiam os juízes e oficiais do concelho”⁶⁴.

As “esmolos” em dinheiro foram também adoptadas desde o primeiro quinquénio de vida das misericórdias. As primeiras tenças foram oferecidas às do Norte de África, a partir de 1502 e, desde 1503, consignou-se a obrigação de se pagar um por cento para obras pias em cada renda arrematada, ou cobrada por conta da Fazenda Real. Esta disposição passou, em 1516, para o regimento respectivo e teria uma aplicação especialmente visível nos orçamentos do Estado da Índia⁶⁵.

A Misericórdia de Lisboa começou cedo a dispôr do maior volume de capitais, uma vez que D. Manuel lhe concedeu em 1517 dois contos de réis, divididos da seguinte forma: um conto para dotes de casamento, meio para cativos e outro meio para as restantes obras de misericórdia, pago na Casa da Índia⁶⁶. É a maior doação deste reinado, ainda muito antes dos padrões e verbas de juro fazerem sentir a sua presença nas finanças das misericórdias.

As multas de justiça podiam ser também uma fonte de rendimento para as misericórdias: eram as mais variadas, algumas delas um tanto bizarras como a que atribuía as multas pagas por aqueles que fizessem bodas e festas proibidas pelo rei à Misericórdia de Santarém⁶⁷.

A grande concessão de esmolos de D. Manuel I consistiu em montar uma estrutura de mampos-teiros autorizados, devidamente agraciados com os privilégios habitualmente concedidos, que assegurasse a recolha de esmolos. D. João III continuou a territorializar estes recursos: vários dos documentos por ele emanados atribuem áreas de peditório que se estendiam a todos os concelhos da zona em que não existisse ainda misericórdia⁶⁸. Antes dele, já D. Manuel desencorajara particulares e instituições a fazerem peditórios para determinadas obras de caridade: “*que ninguém peça para presos, doentes e entrevados*”, é o título de um alvará difundido a numerosas misericórdias e que aparece pela primeira vez em 1499⁶⁹.

Para além do financiamento directo, é um facto que D. Manuel concedeu às misericórdias os meios legais para poderem elas próprias zelar pelo seu bem-estar financeiro. Esta medida integra-se numa longa série de diplomas que lhes concederam condições privilegiadas para arrecadar heranças. Em 1516 D. Manuel deu ordem para que a Misericórdia fosse a primeira das obras pias a ser beneficiada pelos testamenteiros⁷⁰. Dois anos mais tarde, tabeliães, escrivães e testamenteiros eram obrigados a dar conhecimento dos testamentos que beneficiassem as misericórdias no prazo de vinte dias, sob pena de 20 cruzados⁷¹.

Em Santarém, em 1518, o trabalho de enterrar os doentes pobres e as pessoas encontradas mortas era recompensado com a possibilidade de a Misericórdia ficar com o seu dinheiro caso lhes não aparecessem herdeiros⁷².

⁶³ Cf. CORREA – *Elementos para a história*, p. 203.

⁶⁴ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique. Doações*, liv. 3, fl. 395 [1559.02.02]. Alvará publicado por CORREA – *Elementos para a história*, p. 203. Misericórdia de Castelo de Vide: cf. IAN/TT: *Chanc. D. João III, Doações*, liv. 69, fl. 174-174v. [1521.04.12 e 1551.05.11].

⁶⁵ Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães – *As misericórdias no Império português (1500-1800)*. In COMISSÃO PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS – *500 anos das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000, p. 114.

⁶⁶ Cf. IAN/TT: *Leitura Nova. Estremadura*, liv. 12, fl. 75v-76v. [1517.07.06].

⁶⁷ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João III, Doações*, liv. 41, fl. 30v [ano ilegível, mas anterior a 1520].

⁶⁸ Casos de Amarante (cf. *Ib.*, liv. 17, fl. 97 [1529.08.27]; Leiria (cf. *Ib.*, liv. 43, fl. 57v. [1546.04?08].

⁶⁹ Cf. *Ib.*, liv. 50, fl. 226 [1499.02.15].

⁷⁰ Cf. CORREA – *Elementos para a história*, p. 187 [1516.10.04].

⁷¹ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. João III, Doações*, liv. 50, fl. 229-229v. [1518.04.17].

⁷² Cf. *Ib.*, liv. 41, fl. 31 [1518.04.24].

Mas foi nas terras do império, nomeadamente no Estado da Índia, que as misericórdias acabaram por deter amplas competências em matéria de gestão de heranças, sobrepondo-se aos provedores dos defuntos e gerindo o dinheiro localmente, sem terem de o enviar para a metrópole antes da identificação e certificação dos seus eventuais herdeiros⁷³.

Misericórdias e padrões de juro A partir do reinado de D. João III a aquisição de padrões de juros pelas misericórdias é um facto. Romero de Magalhães definiu-os como empréstimos forçados ao erário régio⁷⁴. O sistema dos padrões era o seguinte: em vez de adquirirem bens de raiz, as pessoas que quisessem empregar capital compravam uma renda fixa ao rei, entregando uma quantia superior em 12 a 20 vezes ao valor da renda anual adquirida. Os preâmbulos dos registos destes padrões eram unânimes em referir a necessidade de financiar as enormes despesas do Estado. Sabe-se também que mergulharam as finanças régias num endividamento profundo, fazendo com que as suas receitas fossem à partida absorvidas por estes encargos.

Devemos diferenciar estes padrões e verbas de juro das tenças anuais referidas anteriormente para o reinado de D. Manuel. Note-se que, embora redundando na atribuição de uma tença anual, a sua origem era diferente, uma vez que tinham por base um capital em numerário, emprestado à Coroa e adquirido por particulares. Como os textos referem, estes convertiam uma intenção inicial em adquirir bens de raiz cujo rendimento seria doado a uma misericórdia na compra de uma tença ao Estado. Alguns padrões estavam vinculados a determinadas obrigações, como um adquirido pelo Porto em 1540, que devia servir para casar duas órfãs por ano⁷⁵. O quadro 2 pretende apresentar uma sinopse provisória da quantidade e montante dos padrões e verbas de juro recebidos pelas diferentes misericórdias durante o reinado de D. João III e o quadro 3 representa a aquisição destes fundos durante os reinados seguintes, até ao ano da União Dinástica. Refere apenas o valor das rendas anuais, sem estudar o tipo de proveniência dos padrões. Tanto podiam ser adquiridos pelas misericórdias como consistir em “verbas” de juro consignadas em padrões pertencentes a outras entidades.

Quadro 2 – D. João III: padrões e verbas de juros (1522-1556)

Lugar	Padrões	Réis	Verbas	Réis	Total
Amarante			1	24	24
Castanheira	1	42	1	33.6	75.6
Évora	2	104	2	86.6	190.6
Lamego	1	14	1	14	28
Leiria			1	20	20
Lisboa	1	16	5	126.6	142.6
Porto			3	48	48
Totais	5	176	14	352.8	528.8

Fonte: IAN/TT: *Chancelaria de D. João III*

Nota: Os montantes são representados em milhares de réis

⁷³ Cf. Arquivo Histórico de Macau: Santa Casa da Misericórdia, *Livro de Registo de Alvarás, Cartas e Provisões Régias*, Lisboa, Goa, Malaca, Macau, liv. 300.

⁷⁴ Cf. MAGALHÃES – *A fazenda*, p. 94-95.

⁷⁵ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. João III, Doações*, liv. 40, fl. 254v.-246 [1540.11.20]. A mesma doação foi confirmada e ampliada em 1542 (*Ib.*, liv. 32, fls. 89-91).

Conforme se pode observar, é nítida a preponderância da Misericórdia de Évora com 36% do total envolvido, seguida da de Lisboa com 27%. As outras confrarias recebem tenças muito inferiores, mesmo as de cidades importantes. O Porto, por exemplo, tem uma presença discreta e é mesmo suplantado pela Misericórdia da Castanheira. O total dos padrões e verbas de juros perfaz uma soma irrisória: meio conto de réis, ou seja, um quarto do capital envolvido na já referida dotação gigantesca de dois contos de réis à Misericórdia de Lisboa efectuada por D. Manuel em 1517. No entanto, no que toca a tenças de juro, muita coisa se ia ainda passar. Vejamos o quadro 3, que dá conta da explosão do sistema nos reinados seguintes.

Quadro 3 – D. Sebastião e D. Henrique: padrões, verbas de juros e apostilhas (1557-1580)

Lugar	Padrões	Réis	Verbas	Réis	Apost.	Réis	Total
Alcácer do Sal	1	22	2	128			150
Alcanede			1	50			50
Alenquer			2	30			30
Alhos Vedros	1	40	1	40			80
Almada			1	15			15
Borba			1	100			100
Castanheira					1	3.5	3.5
Celorico da Beira	1	30	2	54			84
Coimbra	2	303.6					303.6
Estremoz	1	18.8	1	18.8			37.6
Évora	4	365.6	4	137.6	1	6	509.2
Leiria	1	15.6					15.6
Lisboa	22	2641.7	49	2427.6	11	1599.1	6668.4
Loulé	1	37					37
Guarda	1	37	2	138			175
Porto	2	176.2	2	66.2			242.4
Santarém			1	170			170
Santiago do Cacém			2	100.7			100.7
Setúbal			1	160			160
Viana			4	140.2			140.2
Totais	37	3687.5	76	3776.1	13	1608.6	9072.2

Fonte: IAN/TT: *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*

Nota: Os montantes são representados em milhares de réis. Não se tiveram em conta as reduções de juro operadas neste período para as misericórdias de Alcácer do Sal, Alhos Vedros, Évora, Guarda, Lamego, Lisboa e Porto.

De meio conto passou-se a nove, dos quais 74% (6 668 400) eram recebidos pela Misericórdia de Lisboa. Évora continuava à cabeça das restantes, embora seguindo Lisboa de muito longe com apenas meio conto de réis. As outras com mais de 200 mil réis de juros eram, por ordem decrescente, Coimbra e Porto. Abaixo delas, mas com mais de 100 mil réis anuais, Guarda, Santarém, Setúbal, Alcácer do Sal e Viana. Confirmou-se portanto a macrocefalia da Misericórdia de Lisboa que o já longínquo padrão de 1517 deixava entrever e que as centúrias seguintes iriam confirmar.

De momento ainda não é possível saber se estes padrões e verbas de juro tiveram para as misericórdias os mesmos efeitos devastadores que a utilização de capitais das suas congéneres do Estado da Índia no século XVII. Pelo que se sabe, a utilização destes nas guerras de defesa das praças do Império efectuou desfalques na tesouraria destas confrarias que nunca chegaram a ser repostos. Somente uma análise detalhada dos padrões e verbas dará a entender quem adquiriu os juros. Para já, parecem ter sido os particulares e não as misericórdias a comprá-los, o que representa um argumento em desfavor do

financiamento destas dos desaires da Coroa. Mas isso não invalida que muitas destas tenças fossem de difícil e demorada cobrança, conforme parece ser o desfecho óbvio deste endividamento brutal do Estado.

Apesar de todas as doações e concessões régias, é necessário notar que as misericórdias recorreram desde a primeira hora a formas próprias de angariação de fundos. O caso de Viana foi bem estudado, num trabalho único no que se reporta a este aspecto. Marta Lobo analisou as fontes de receita da Misericórdia de Viana da Foz do Lima para a primeira metade do século XVI. Os recursos angariados consistiam em esmolas recolhidas por pedidores próprios, ou por devotos, por doações individuais oferecidas por particulares, e ainda por esmolas do rei. Os peditórios tinham lugar nas igrejas e nas freguesias, e faziam-se numa base regular semanal ou por ocasião de festividades como a Santa Isabel ou a Semana Santa. Havia também passageiros devotos da Santa Casa que pediam para a confraria nos navios⁷⁶. Embora não tenha sido possível a esta autora efectuar uma contabilidade que permita avaliar o peso de cada uma destas fontes na receita global desta confraria, torna-se evidente que as esmolas do rei não eram as únicas a assegurar a sobrevivência económica da Misericórdia de Viana.

Misericórdias e vida local Nos seus inícios as misericórdias instalaram-se em igrejas pré-existent, com nítida tendência para ocuparem capelas catedralícias ou igrejas matrizes nas respectivas cidades e vilas, como sucedeu nos casos de Lisboa, do Porto, de Braga e de Guimarães. Pedro Dias interpretou a existência do *Fons Vitae* do Porto como o resultado de uma encomenda do bispo da cidade (cujo retrato apareceria em grande destaque no quadro), em cuja catedral a Misericórdia ocupava uma capela⁷⁷. No entanto, na segunda metade do século XVI muitas possuíam já igrejas e espaços próprios. É significativo o caso da Misericórdia de Beja, situada num edifício inicialmente construído para servir de açougue, mas onde a confraria acabou por se fixar nos finais do século XVI⁷⁸. É sintomático da boa convivência entre câmaras e misericórdias o facto de estas últimas se instalarem em velhas “casas da câmara” por ocasião da construção de novos edifícios municipais⁷⁹.

Até agora, este texto deixou clara a confluência de interesses entre câmaras e misericórdias. As primeiras transferiram para as segundas, aparentemente sem atritos, pelo menos pelo que os textos dão a entender, rendas, terrenos, casas, hospitais e capelas. Mesmo a suposta proximidade entre o rei e as misericórdias aparece posta em causa em diplomas como o concedido à Misericórdia de Tomar, em 1512, segundo o qual o juiz de fora da vila não se devia intrometer nos assuntos da confraria⁸⁰. Como explicar tanto *contentamento* por parte das câmaras em abrir mão de tantos bens? Teriam as misericórdias funcionado como uma espécie de desdobramento institucional dos municípios, destinado a aumentar o número de pessoas directamente interessado na governação local e a conceder uma flexibilidade de actuação até aí inexistente? Perguntas ainda sem resposta, mas que parecem apontar cada vez mais para uma relação consensual entre as instâncias do poder central e as instituições locais, em que pelo menos as misericórdias e as câmaras parecem actuar de forma unificada. Conhecem-se, sem dúvida, alguns casos em que é notória alguma resistência inicial à implantação da confraria. O exemplo melhor conhecido é o

⁷⁶ Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – As “esmolas” e os pobres da Misericórdia de Viana da Foz do Lima na primeira metade do século XVI. In D. MANUEL E O SEU TEMPO. III CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES – *Actas*. Guimarães (no prelo).

⁷⁷ Cf. DIAS, Pedro – *Fons Vitae*. In *TESOUROS artísticos da Misericórdia do Porto*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, p. 61-79.

⁷⁸ Cf. PEREIRA – *A conjuntura artística*, p. 464.

⁷⁹ Casos de Tavira [1524.08.06] e Arronches [1537.07.15].

⁸⁰ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. João III, Doações*, liv. 22, fls. 82v.) [1512.08.18].

da Misericórdia do Porto, magnificamente estudada por Magalhães Basto. No entanto, este autor não deixa de integrar os primórdios da confraria no contexto de relações difíceis que a cidade mantinha com o rei por esses anos. Entre 1499 e 1505 o rei tomou várias medidas impopulares: tentou criar o lugar de juiz de fora (os protestos obrigaram-no a recuar de imediato), decretou que as pautas das eleições concelhias lhe fossem enviadas para confirmação e autorizou os fidalgos, até aí interditos, a morar na cidade⁸¹. No entanto, este e outros casos do mesmo teor não deixam de parecer episódicos quando inseridos num período de 70 anos, como o que nos ocupa no presente trabalho. A maioria das fontes disponíveis indica um processo pacífico de implantação das misericórdias, com a lentidão inerente a qualquer processo de construção institucional. A médio ou longo prazo, a relação de conveniência recíproca entre câmaras e misericórdias parece ser um facto.

O quotidiano das populações nos inícios da Idade Moderna era marcado pela violência. Mesmo as localidades rurais desmentem a ideia de que estas comunidades seriam mais harmoniosas e solidárias do que as das cidades. Basta ler a narrativa de Luís Miguel Duarte relativa a vários episódios violentos da vida rural para o comprovar, para o caso português, durante o reinado de D. Manuel⁸².

O quotidiano

A violência do quotidiano encontra-se também documentada para as misericórdias. Vejamos Coimbra, em que o palco dos conflitos é, em 1515, o próprio hospital, onde os doentes, por serem de *condição forte* e alguns *tomados de vinho* causavam *brigas e arruídos*. O rei ordenava em consequência que nessas ocorrências não intervisse o alcaide da cidade a prender nenhum *pedinte* no seu interior (os hospitais eram mesmo para os muito pobres), mas que deixasse o seu provedor castigar os desordeiros⁸³.

Dois localidades nos surpreendem pela obtenção de um privilégio peculiar: em Santarém e Moura os 13 irmãos oficiais da Misericórdia foram formalmente autorizados a circular armados de noite, desde que andassem no serviço da confraria. No caso de Moura, queixavam-se os irmãos que, tendo acorrido ao chamamento para enterrar um pobre, tinham acabado a função depois do sino do correr tangido, pelo que as suas espadas tinham sido apreendidas pelo alcaide e um seu ajudante, sendo-lhes posteriormente atribuída uma multa em julgamento. O rei, ao corrente do sucedido, censurava o alcaide e o seu ajudante por “estorvarem” o serviço de Deus no cumprimento das obras de misericórdia, em vez de o ajudar como deviam⁸⁴.

No mesmo ano, alcançavam os irmãos da Misericórdia de Santarém o mesmo benefício de andar com armas e punhais depois do correr do sino. Invocavam uma razão diferente para o seu pedido: era mais conveniente efectuar as visitas a pobres envergonhados de noite “por ser mais escondido” e andarem durante o dia ocupados em “seus misteres e fazendas”⁸⁵.

Os textos deixam entrever o carácter do trabalho dos irmãos: no terreno, e ainda sem a presença de instituições de assistência que se verificará posteriormente, o serviço voluntário incluía de forma omnipresente a visita domiciliária. Estava-se ainda longe da institucionalização dos pobres de que fala

⁸¹ Cf. BASTO – *História da Santa Casa*, p. 201-236.

⁸² Cf. DUARTE, Luís Miguel – *Retalhos da vida de um reino*. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 305-318.

⁸³ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João III, Doações*, liv. 20, fl. 79v. Como vimos anteriormente, embora não tivesse sido formalmente anexado pela Misericórdia, a provedoria do hospital coincidiu na mesma pessoa.

⁸⁴ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. Manuel I*, liv. 18, fl. 21 [1518.06.11].

⁸⁵ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João III, Doações*, liv. 41, fl. 31-31v. [1518.04.24].

Stuart Woolf, distinguindo entre a caridade praticada no interior e exterior de instituições⁸⁶. Também não se imaginam as misericórdias nestes primeiros anos a praticar uma caridade burocrática, que passava pela escrita de petições ao provedor e mesários, como acontecerá nos dois séculos seguintes. Para já, os irmãos iam ao encontro dos que precisavam, quer os pobres se encontrassem nas prisões ou em suas casas. Não admira, portanto, que existisse uma projecção forte entre a Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel e as “visitações” (designação que possuem nos próprios textos) efectuadas por irmãos. A caridade representava antes de mais o uso constante dos espaços públicos: andar nas ruas para aceder às casas ou prisões, para acompanhar enterros, para integrar cortejos processionais. Mas não pode dizer-se que pertencia apenas à esfera pública, uma vez que a visita domiciliária, por vezes sigilosa, a relegava para o espaço privado e conduzia a relações de proximidade entre doadores e receptores. Estamos ainda longe da caridade-espectáculo, predominantemente barroca, que enfatizava relações de tipo burocrático entre ambos, embora encenasse actos de magnanimidade pública destinados a sublinhar a generosidade de pessoas e instituições.

O exercício da caridade limitava os irmãos aos espaços urbanos. Conhece-se, por exemplo, a natural relutância das localidades em proceder a enterramentos que os afastassem das cidades ou vilas e seus arrabaldes imediatos. No entanto, para os mamposteiros, percorrer estradas e caminhos era inerente à sua actividade de recolha de esmolas. As áreas de peditório (sempre delimitadas para evitar conflitos) foram maiores numa fase inicial e nalguns casos estendiam-se aos territórios do bispado⁸⁷, prerrogativa que deve ter sido de pouco agrado dos prelados. Um texto, relativo à Misericórdia de Amarante, refere que o pedidor novamente ordenado podia pedir esmola na vila e nos lugares *comarcãos* em que não houvesse esta confraria⁸⁸. Os lugares de mamposteiro da misericórdia eram muito cobiçados, pelas vantagens que proporcionavam. Uma delas era a isenção de encargos concelhios, e, para evitar atropelos, os pedidores eram registados nos livros das câmaras.

Irmãos e mamposteiros raras vezes foram compensados directamente em benefícios materiais. Os mamposteiros tardo-medievais recebiam uma parcela das esmolas recolhidas a título remuneratório. O mesmo se pode dizer dos administradores de hospitais, que podiam embolsar parte do rendimento destes. Os homens que serviam as misericórdias não colhiam benefícios deste teor. As contrapartidas dos irmãos deveriam ser espirituais e consistiam, sobretudo, em aguardar a benevolência da justiça divina no dia do Juízo. Mesmo os privilégios que obtiveram os oficiais da Mesa – isenções de carácter concelhio, de aposentadorias e comedorias – eram justificados com a necessidade de lhes poupar o tempo e os recursos para o exercício das suas funções na confraria. Estes privilégios apareceram também desde muito cedo na orgânica da Misericórdia de Lisboa e outras, e generalizaram-se às restantes. Sofreram um pequeno acidente de percurso no seguimento da publicação das *Ordenações*, que contradiziam algumas destas prerrogativas. No entanto, foram rapidamente repostos, uma vez que as misericórdias se apressaram a pedir a confirmação dos privilégios que possuíam. A Misericórdia de Évora, em 1521, reclamava por os seus oficiais serem obrigados a servir de almotacés em resultado da ordenação que proibia as pessoas de se isentarem desse cargo através de privilégios (como sabemos, o mais baixo no conjunto dos cargos concelhios). O rei apressou-se a abrir-lhe uma excepção e tudo voltou à boa ordem inicial⁸⁹. Em Goa, em 1552, o

⁸⁶ Cf. WOOLF, Stuart – Prefácio: Ideologias e práticas de caridade na Europa ocidental do Antigo Regime. In SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 8.

⁸⁷ Caso de Coimbra em 1510.10.15 (cf. IAN/TT: *Chanc. D. João III, Doações*, liv. 20, fl. 79); de Leiria em 1546 (cf. *ib.*, liv. 43, fl. 57v.).

⁸⁸ Cf. *ib.*, liv. 17, fl. 97 [1529.08.27].

⁸⁹ Cf. IAN/TT: *Chanc. D. João III, Privilégios*, liv. 2, fl. 64v.-65. Confirmação de 1549.02.05 de alvará de 1521.08.17.

general Nuno da Cunha ordenou que o provedor e irmãos da Mesa da Misericórdia não fossem na armada, uma variante inédita na metrópole ⁹⁰.

O abastecimento de carne aos pobres que as misericórdias ajudavam foi objecto de alguns cuidados legislativos. Com D. Manuel obrigaram-se os almotacés de Lisboa a fornecer carne à Misericórdia, mas nos reinados seguintes a instituição possuía já o seu carnicheiro, agraciado com privilégios próprios. Vilas de menor importância esforçaram-se também por assegurar um abastecimento preferencial de carne, como por exemplo Montemor-o-Novo ⁹¹. Impõe-se referir que o consumo terapêutico de carne era amplamente utilizado nos hospitais da época, e com maior razão se aplicaria a camadas da população eventualmente subnutridas, como o seriam os pobres assistidos pelas misericórdias. A logística do exercício das obras de Misericórdia, mesmo antes da anexação dos hospitais locais, tornava a carne um género de primeira necessidade para estas confrarias. A documentação deixa entrever uma acesa rivalidade entre as instâncias locais pelo seu abastecimento, tornando fundamental o estabelecimento de precedências. Não é certamente desprezível o facto de se ter assegurado que as misericórdias garantissem à partida o acesso aos açougues em condições preferenciais.

Entrar nas cadeias, limpá-las, dar de comer e tratar na doença os presos pobres, zelar para que fossem rapidamente processados e condenados e assegurar a execução rápida do transporte para o degredo foram obrigações das misericórdias desde o início da sua fundação. As primeiras disposições dizem respeito a Lisboa e são datadas de 1499, mas encontramos-las também em Santarém, em Março do ano seguinte, algumas delas específicas. Entre estas últimas, a que isentava o porteiro que se ocupava dos presos da Misericórdia de ultrapassar o limite de três léguas em redor da vila em ocupações de justiça, ou a que obrigava os presos a sair da cadeia três dias depois de pronunciada a sentença ⁹².

As Misericórdias e os presos

Em Lisboa, sucediam-se os diplomas: o meirinho da Relação não devia levar dinheiro aos presos que fossem degredados, o procurador da confraria seria ouvido em primeiro lugar nas audiências, o corregedor e juízes do crime deviam fazer audiências dentro da cadeia em dias certos, os carcereiros deviam comunicar à Misericórdia quais eram os presos necessitados, os presos pobres não deviam pagar despesas de chancelaria, etc... Todo este processo culminou em 1518, com a nomeação de três juízes para as causas da Misericórdia, com precedência nas audiências ⁹³. Embora nas restantes misericórdias não se tivesse montado nenhuma estrutura judicial semelhante, as confrarias tiveram a assistência aos presos como uma das suas obrigações regulares. Um pouco por todo o lado os alvarás reiteram a necessidade de encurtar as estadias na cadeia, de não os demorar nela depois da sentença (isentando-os para isso do pagamento de custas) e de os enviar rapidamente para os degredos. Nas colónias determinou-se que aguardassem soltos o embarque, como aconteceu em Goa e em S. Tiago de Cabo Verde. Note-se, para acabar, que as

⁹⁰ Cf. Arquivo Histórico de Macau: Santa Casa da Misericórdia, *Livro de Registo de Alvarás, Cartas e Provisões Régias, Lisboa, Goa, Malaca, Macau*, liv. 300, fl. 37v.-38.

⁹¹ Cf. os seguintes documentos: 1513.06.25: Misericórdia de Lisboa: alvará para os almotacés mandarem dar a seus oficiais a carne necessária (IAN/TT: *Chanc. D. João III, Doações*, liv. 50, fl. 228); 1532.11.01. Misericórdia de Lisboa: certidão de privilégios a seu carnicheiro (*Ib.*, liv. 18, fl. 107v.); 1553.05.04. Misericórdia de Montemor-o-Novo: Carta para poderem ter carnicheiro (IAN/TT: *Chanc. D. João III, Privilégios*, liv. 1, fl. 121-121v.); 1564.12.02. Misericórdia de Lisboa: carta de privilégio para o carnicheiro (IAN/TT: *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, liv. 4, fl. 222-223).

⁹² Cf. IAN/TT: *Chanc. D. João III, Doações*, liv. 41, fl. 30-30v. [1500.03.25 e 1500.03.28]

⁹³ Cf. *Ib.*, liv. 50, fl. 226-229.

competências em matéria de presos estabeleciam outro elo de contacto entre as misericórdias e as câmaras, uma vez que as cadeias eram, como se sabe, de administração municipal. Os aljubes e cárceres inquisitoriais parecem ter ficado fora deste arranjo, a não ser que existissem doações específicas para os presos respectivos⁹⁴.

As eleições

Não é necessário esperar pelo século XVII para entrever eleições conturbadas nas misericórdias. Em Silves estipulou-se que a eleição devia passar a ser feita com favas, de acordo com o regimento das eleições municipais. Ordenava o rei que juiz, vereadores e procurador da cidade mandassem recado ao provedor do reino dos Algarves para assistir ao “fazer” das eleições. Tudo em nome da quietação e para evitar alvoroços...⁹⁵ Mais tarde, três documentos relativos a outras misericórdias dão-nos conta do facto de os irmãos mecânicos terem tido de lutar pelo direito de voto nas eleições que lhes era coartado pelos irmãos nobres. Em 1567 pediam os irmãos mecânicos de Setúbal para serem igualados aos irmãos nobres, como acontecia em Lisboa e Évora. Havia discriminação no que toca às eleições, às procissões e ao porte de varas e tochas⁹⁶. Na década de 70, continua alguma turbulência neste sector. Em Serpa ordenou-se ao provedor da Comarca que assistisse às eleições. O provedor e irmãos de Portel foram acusados de riscar do livro da irmandade os opositores que não votassem condignamente nas eleições, e de fazerem fraudes no que toca ao arrendamento das propriedades da confraria. Ordenou-se também à Misericórdia de Campo Maior que esperasse três anos antes de eleger as mesmas pessoas para o oficialato e provedoria⁹⁷. Tudo isto aconteceu antes da grande remodelação do compromisso de Lisboa de 1577, que vigorou pouco tempo e não conheceu grande divulgação fora desta cidade. Destino diferente teve o compromisso de 1618, de longa vigência e ampla influência. Estes dois regulamentos concediam uma atenção aos procedimentos eleitorais até aí inexistente e tudo parece indicar que a insuficiente normalização criava situações díspares. Mas sabemos que, mesmo que os compromissos tenham esclarecido equívocos e normalizado as eleições nas misericórdias, estas continuaram vulneráveis a procedimentos menos correctos, uma vez que existia a tendência para forjar o seu resultado através de acordos e conluios pré-eleitorais entre os irmãos.

Novas devoções, novos rituais

António de Oliveira chamou recentemente a atenção para as novas procissões que se passaram a realizar por ordem de D. Manuel: em primeiro lugar, a do Anjo Custódio, ordenada em 1504, e seguidamente a da Visitação, em 1514, tendo passado ambas ao título 78 do livro I das *Ordenações*⁹⁸.

⁹⁴ Apenas tenho conhecimento de um caso, o de Goa, em que os irmãos assistiam os presos do aljube devido a um legado deixado por um cônego da Sé. Todavia, esta situação verificava-se no século XVIII. Cf. SÁ – *Quando o rico se faz pobre*, p. 192.

⁹⁵ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, liv. 1, fl. 28-28v. [1559.07.20].

⁹⁶ Cf. *Ib.*, liv. 5, fl. 59-59v. [1567.06.16]. Pretensão semelhante manifestaram os irmãos mecânicos de Torrão (cf. *Ib.*, liv. 8, fl. 24-24v. [1568.06.21]) e Alcácer do Sal (cf. *Ib.*, liv. 9, fl. 394-394v. [1573.07.26]). A discriminação entre membros da confraria esteve presente desde a fundação das misericórdias. António de Oliveira demonstrou a distinção entre confrades (inscritos) e irmãos da confraria, patente nos primeiros anos destas confrarias (cf. OLIVEIRA – *A Santa Casa da Misericórdia*, p. 13-14 e sobretudo, a respectiva nota 11). Mais tarde, esta diferenciação interna parece ter-se esbatido em benefício da clivagem entre irmãos de primeira (nobres) e de segunda categoria (mecânicos).

⁹⁷ Serpa: IAN/TT: *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, liv. 11, fl. 28v [1574.08.16]; Portel: *Ib.*, fl. 156-156v. [1578.02.14]; Campo Maior: *Ib.*, liv. 13, fl. 137 [1579.05.19].

⁹⁸ Cf. OLIVEIRA – *A Santa da Misericórdia*, p. 22-23.

É significativo que uma delas, a segunda, se fizesse no dia da irmandade, 2 de Julho, e que tenha sido “decretada” pelo rei (a procissão devia fazer-se em todas as localidades quer houvesse misericórdia ou não). E não se pode esquecer que as misericórdias transformariam a procissão de Quinta-Feira Santa na sua procissão das Endoenças. Em 1552 um anónimo afirmava que esta era uma das duas procissões da Santa Casa, sendo a outra a de Todos os Santos, que adiante analisaremos. Descrevia então a procissão de Quinta-Feira Santa da seguinte forma:

“Partem da igreja os irmãos em anoitecendo, e vão pela Rua Nova ter a S. Francisco, e dali passam à Trindade, e descem ao Carmo, e dali vão a S. Domingos, e tornam pelo Rossio [...] até à Sé, e da Sé tornam à Misericórdia, gastando nisso até à meia-noite, e às vezes até à uma hora. Os irmãos serão sempre duzentos e cinquenta até trezentos, e todos vão vestidos com suas vestimentas pretas, e postos em ordem de procissão com suas velas nas mãos.

Diante deles vão oitocentos, novecentos, até mil homens e mulheres disciplinando-se, os quais todos vão vestidos com vestimentas pretas, e assim homens como mulheres, se ferem com as disciplinas, que tiram muito sangue, e esta mesma procissão vai repartida em três, ou quatro estâncias, e entre uma e outra um retábulo, ou Cristo posto na Cruz, e no meio vão dez ou doze irmãos com suas varas regendo-os e metendo-os em ordem”⁹⁹.

Vejamos agora a segunda das procissões da Misericórdia. No ano seguinte ao da sua formação o rei mandava a Misericórdia de Lisboa fazer a Procissão dos Ossos, destinada a recolher os executados de justiça em cortejo solene no dia de Todos os Santos. Paralelamente, ordenava-se que fosse a Misericórdia a retirar os seus restos mortais das forcas logo depois das execuções. Bem entendido, apenas os que tivessem morrido de morte natural; os condenados “para todo o sempre” estavam destinados a penar à vista de todos sem sepultura em chão sagrado. Seriam esses que as procissões solenes do 1 de Novembro se encarregariam de recolher¹⁰⁰.

Dois documentos de 1506, provenientes da Misericórdia de Lagos, comprovam que, se o hábito de efectuar essas distinções era já antigo, em contrapartida era ainda recente o de estender a misericórdia divina aos condenados para todo o sempre. No primeiro, o rei escrevia, em 23 de Outubro, uma carta ao seu provedor e confrades, em resposta a outra que lhe tinham escrito sobre o facto de o corregedor da comarca não autorizar que tirassem os enforcados do local de execução no dia de Todos-os-Santos. O rei dizia que “*posto que o caso fosse de qualidade pera se deixarem aly leixar estar pera todo o sempre, nós por no-lo pedirdes e pelo de Nossa Senhora da Misericórdia, noz praz que os possais tirar pelo dito dia de Todos-os-Santos*”. Seguia também um alvará, datado do dia seguinte, pelo qual se ordenava ao corregedor do reino do Algarve que fizesse isso mesmo, que deixasse “*tirar das forcas os cinco enforcados que se aí agora enforcaram e isto por dia de Todos os Santos, posto que fossem condenados para todo o sempre porque por terem para isso nosso alvará de privilégio o havemos assim por bem*”¹⁰¹. A avaliar pela resistência do corregedor em recolher os corpos, que deviam permanecer à vista de todos, estamos perante outra das inovações rituais introduzidas no reinado de D. Manuel. Para já, e embora seja necessário aprofundar esta questão, tudo indica que a misericórdia do rei, émula da misericórdia divina, pretendia abarcar mesmo os condenados a danação eterna.

⁹⁹ Citado por ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Civilização, 1968, vol. 2, p. 556.

¹⁰⁰ Cf. SÁ – *As Misericórdias Portuguesas*, p. 89-91. Ana Cristina Araújo esclarece o tipo de crimes e as circunstâncias que originavam penas de morte diferenciadas. Existia mais do que uma simples distinção entre “morte natural” e morte “para todo o sempre”, consoante a qualidade das pessoas envolvidas, o crime perpetrado e as suas agravantes, relacionadas com actos de aleivosia, atrocidade e crueldade. Cf. ARAÚJO, Ana Cristina – Cerimónias de execução pública no Antigo Regime: escatologia e justiça. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 1 (2001) 170-171.

¹⁰¹ CORREA – *Elementos para a história*, p. 183-185 (sublinhados meus).

Nalguns casos, o rei chegou a ordenar que se construísse uma força levadiça. No caso de Lisboa, sabemos que esta não chegou a funcionar, porque a confirmação do alvará dava como local de execução o pelourinho ¹⁰². Em Santarém, onde existe um alvará idêntico datado de 1500 (juntamente com outras misericórdias do reino que também o receberam), mas não sabemos se a tal força levadiça chegou a ser construída.

Já no final do reinado, será a vez do rei mandar rezar uma missa cantada com responso pelas almas do Purgatório, às segundas-feiras, cuja instituição devia ser assente como capítulo nos compromissos ¹⁰³.

Enquanto as duas procissões institucionalizadas por D. Manuel – Anjo Custódio e Visitação – parecem não levantar problemas, o mesmo não se passa com a Procissão dos Ossos. Ao que parece, estamos perante um reordenamento do ritual de execução de condenados. No entanto, o problema aqui consiste em saber como é que as execuções se passavam antes, coisa que nenhuma bibliografia consultada permitiu saber até agora. Uma coisa é certa: antes de D. Manuel não havia misericórdias para se poderem ocupar do acompanhamento dos condenados, bem como dos cuidados com as suas almas e restos mortais posteriormente à sua execução. Por outro lado, é óbvio que a Procissão dos Ossos surge integrada no conjunto de disposições a favor dos presos pobres assistidos pelas misericórdias. Como referimos, foi esse o primeiro grande passo da estruturação institucional da Misericórdia de Lisboa a partir do ano da sua fundação: assegurar a entrada dos irmãos nas cadeias, e o encaminhamento rápido dos presos para o seu “livramento”. Estas preocupações não abrandariam com o decorrer do século XVI e prendiam-se com as fases de um reordenamento que tinha como *pivot* o exercício da justiça pelo rei. Decalcada em moldes escatológicos, esta era entendida em termos de punição-perdão, ou seja justiça-misericórdia. A presença régia semanal nas audiências da Casa da Suplicação, ao que parece, é um hábito dos monarcas desde D. Manuel I ¹⁰⁴. A concessão sistemática de perdões, como se sabe, vinha da Idade Média e continuou a ser praticada ¹⁰⁵. As práticas discursivas exploravam a contiguidade entre justiça e misericórdia ¹⁰⁶. É significativo que o portal da igreja da Misericórdia (Conceição Velha) apresente à direita a figura feminina da justiça, com a sua espada e balança. Em cima, no tímpano, temos a representação da Virgem do Manto protegendo de um lado eclesiásticos e do outro algumas cabeças coroadas (ver figuras).

A realidade textual remete-nos também para outra novidade devocional: a obsessão com que os documentos da chancelaria de D. Manuel referem a importância do exercício das obras de Misericórdia para a salvação da alma. Para além de menções mais diversificadas, aparecem arengas do tipo: “por as ditas obras serem tão aceitas ante Nosso Senhor que segundo é escrito na Sagrada Escritura por elas principalmente no dia do Juízo nos hão de tomar conta”. Ou ainda “considerando nós que como as obras da misericórdia nos são por Nosso Senhor encomendadas mais que outras algumas e como no dia do Juízo somente o cumprimento delas nos há de ser perguntado e que ele diz que aqueles que as ditas obras exercitarem se acharão ante ele” ¹⁰⁷. Também pelo que se conhece dos textos emitidos pelas localidades ressalta a sua insistência nas capacidades escatológicas das obras de Misericórdia. Será o que repetem, em 1501, várias vezes o provedor e irmãos da Misericórdia de Beja, quando pretendem anexar as confrarias da vila, em carta já citada neste texto. A insistência no papel das obras para a salvação da alma ajuda a compreender o enraizamento na *praxis* devocional do reino de práticas que a evolução da Igreja de Roma posteriormente consolidou como católicas, ao reafirmar, contra as igrejas protestantes, que a salvação se obtinha pela fé e pelas obras.

¹⁰² Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João III, Doações*, liv. 50, fl. 226v. 227 [1498.11.02]. Confirmação não datada, onde se lê: “O qual alvará lhe confirmo com tal declaração que se não faça a dita força levadiça e os que houverem de padecer serão enforcados no pelourinho”.

¹⁰³ Provisão de D. Manuel I. In PEREIRA – *Documentos históricos*, p. 395 [1520.09.03].

¹⁰⁴ Cf. CURTO, Diogo Ramada – A cultura política. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, vol. 3, p. 136-138.

¹⁰⁵ Cf. DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medievo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1999].

¹⁰⁶ Cf. SOUSA – *Da descoberta da misericórdia*, p. 15-28, 50-54 e 59-71.

¹⁰⁷ IAN/TT: *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fl. 128v. [1520.05.12]; *Ib.*, *Estremadura*, liv. 12, fl. 75v. [1517.07.06].

Parece ser também com as misericórdias que a popularização do terceiro lugar, o Purgatório, deu os primeiros passos. Os compromissos confraternais do século XV não se lhe referiam; Gil Vicente concebia-o ainda como uma praia, no seu *Auto da Barca do Purgatório*. Mas D. Manuel em 1520 explorava analogias entre a condição dos presos e as almas detidas no Purgatório ¹⁰⁸.

Anjo Custódio, Visitação, Corpo de Deus, Procissão dos Ossos, Procissão das Endoenças, missas pelas almas do Purgatório: é óbvio que estamos perante um reordenamento dos rituais incentivado pela Coroa. À excepção das procissões do Anjo Custódio e do Corpo de Deus, esse reordenamento incentivou o protagonismo das misericórdias. Mas seria preciso obter uma visão de conjunto sobre a ritualidade do século XVI, e compará-la com a do século anterior para esclarecer algumas dúvidas. Sabemos que o reinado de D. Manuel está repleto de institucionalizações em matéria cerimonial: a regulamentação da capela real, da cerimónia da quebra dos escudos nas exéquias fúnebres dos reis... Mas não sabemos ainda como eram os rituais de execução de condenados antes de 1498. Para já, tudo indica que a Misericórdia tivesse inaugurado o novo costume de recolher os restos dos condenados para todo o sempre.

Não é líquido, em matéria de exercício da caridade, que os reis portugueses se tenham apropriado de instituições administradas pela Igreja. Os princípios do exercício da caridade eram religiosos e o estatuto dos hospitais, albergarias e gafarias era por natureza canónico. No entanto, muitas dessas instituições eram administradas por leigos, muitas vezes da confiança régia, e pelos municípios, embora não sejam ainda claros nem o momento, nem a forma, como estes últimos se apropriaram da sua gestão. De resto, a explosão da devoção dos leigos a partir dos finais da Idade Média deu origem a fronteiras extremamente fluidas entre a Igreja e a nebulosa das vivências religiosas leigas, pelo que se torna necessário individualizar as ambiguidades entre uma e outra.

As Misericórdias e a protecção régia

A confusão entre instituições leigas e eclesiásticas aumenta se tivermos em conta que a construção dos estados territoriais procurou trazer para a tutela e posse dos monarcas muitos bens e instituições da Igreja. O movimento é geral, e foi recentemente referido por Adriano Prosperi. Segundo este autor, o papado, em troca do apoio dos monarcas europeus que permaneceram fiéis à Igreja romana, estava disposto a continuar a conceder parte dos seus direitos jurídicos e económicos sobre as igrejas locais. Prosperi afirmou que os soberanos, geralmente desprovidos de aparato fiscal e rendas, tinham particular interesse em apropriar-se das rendas eclesiásticas. Outra cedência do papado consistiu em permitir que os soberanos territoriais nomeassem os benefícios eclesiásticos, com os quais estes gratificavam os seus apoiantes, constituindo estruturas eclesiásticas em que depositavam plena confiança ¹⁰⁹.

Grande parte destas afirmações aplicam-se ao caso português, e sabemos que a Coroa não esperou pelo Concílio de Trento para operar uma apropriação sistemática de bens de natureza eclesiástica. É sabido como as Ordens Militares, principalmente a de Cristo, trouxeram para a esfera régia os rendimentos da Igreja. Francis Dutra refere que D. Manuel, mestre da Ordem de Cristo, quase triplicou os bens desta ordem, graças em grande parte aos bens que lhe foram concedidos pelo papa Leão X entre

¹⁰⁸ Sobre este assunto leiam-se: PICCHIO, Luciana Stegagno – O Purgatório de Gil Vicente: estado ou lugar? In TEMAS VICENTINOS. COLÓQUIO EM TORNO DA OBRA DE GIL VICENTE – *Actas*. Lisboa, 1992, p. 159-173; SÁ – *A reorganização da caridade em Portugal*, p. 40-43.

¹⁰⁹ Cf. PROSPERI, Adriano – *Il Concilio di Trento: una introduzione storica*. Torino: Einaudi, 2001, p. 14-15. Sobre o caso português cf. PAIVA, José Pedro – A Igreja e o poder. In *HISTÓRIA religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 142.

1503 e 1518¹¹⁰. Reconhece-se também que grande parte dos bispos e cardeais portugueses nomeados na Cúria romana pertenciam a clientelas régias¹¹¹. Os padroados ibéricos são também fruto dessa negociação entre poder temporal e Igreja, que, desatenta ou ocupada com outros assuntos (nomeadamente a construção dos estados papais na Península Itálica), concedeu desde muito cedo plenos poderes aos monarcas ibéricos para controlar as rendas e o pessoal eclesiástico dos novos territórios. Nesse âmbito haverá que incluir também a afirmação das competências dos leigos em matéria assistencial que as misericórdias consolidaram definitivamente. Pode-se afirmar com segurança que a Idade Moderna portuguesa não trouxe grande protagonismo à Igreja em matéria de caridade institucional. Evidentemente que não se discute o peso das crenças religiosas católicas no exercício da caridade, nem tão pouco se nega o impacto da caridade protagonizada por alguns prelados que estudos pontuais deixam entrever. Também não se ignora que as misericórdias, pela fundamentação doutrinal das suas práticas, proporcionaram a prelados e outras autoridades eclesiásticas um terreno fértil para o exercício da caridade. De resto, nada impedia os membros do clero de integrar as misericórdias, muito embora se devessem subordinar à sua natureza de confrarias leigas sob protecção régia. Mas é inegável que nenhuma das instituições da Igreja montou uma rede institucional de assistência como o fizeram as misericórdias portuguesas. Estas foram, desde o princípio, instituições régias de índole devocional leiga, princípio que afirmaram subsequentemente. Na década de 70 várias certidões emitidas pela Misericórdia de Lisboa para a sua congénere de Goa afirmavam com orgulho a sua independência face a prelados e outras autoridades eclesiásticas. Nelas se encontram afirmações do seguinte teor: “O Provedor e Irmãos da Misericórdia de Lisboa, fazemos saber a quantos esta nossa certidão virem que nesta Casa da Misericórdia ao presente servem 10 capelães, os quais a Mesa da Misericórdia põe e leva cada vez, que quer, sem nisso, entender o prelado, nem outra nenhuma pessoa”. E ainda outra: “... o Provedor, e Irmãos que nela servem, cada ano, segundo a ordem do compromisso, a regem, e governam, assim no espiritual como no temporal, sem dar nenhum modo de conta ao prelado, nem aos resíduos, nem a nenhuma outra justiça eclesiástica, nem secular”. Mais tarde, em 1596, uma outra certidão elencava, uma por uma, as coisas em que os bispos não “entendiam” na Santa Casa¹¹².

Foi esta independência face às estruturas diocesanas que concedeu às misericórdias alguma da sua originalidade. A ausência de tutela eclesiástica, contrabalançada por uma protecção régia, que se foi construindo desde os primeiros anos destas confrarias, transformou o caso português num caso único no panorama europeu. Pela importância que tiveram no terreno, tanto no século XVI como nos seguintes, em que asseguraram a maior parte dos serviços de caridade em Portugal e no seu Império, as misericórdias criaram um dos primeiros sistemas unificados (relativamente, é certo), de assistência à pobreza na Idade Moderna. No entanto, haverá que matizar as ambiguidades inerentes a esta *especificidade*. A organização das práticas de assistência aos pobres continuou a ser local, quando muito regional, em quase todas as unidades políticas da Europa Católica. O caso português é específico na mesma medida em que se pode falar de especificidade para os diferentes reinos que compoem a Espanha no período moderno ou para cada

¹¹⁰ Cf. DUTRA, Francis A. – *As Ordens militares*. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 240. Ver também ID. – *Membership in the Order of Christ in the Sixteenth Century: Problems and Perspectives*. *Santa Barbara Portuguese Studies*. 1 (1994) 228-239.

¹¹¹ Cf. BETHENCOURT, Francisco – *Os equilíbrios sociais do Poder*. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, vol. 3, p. 155-160

¹¹² *Treslado de uma certidão do Provedor e Irmãos da Misericórdia de Lisboa, do modo que se nela celebram os ofícios divinos* [1573.03.10], fl. 24; *Treslado de outra certidão da Misericórdia de Lisboa de como não dão conta, e faz os ofícios divinos, sem licença do prelado* [1577.03.05], fl. 25; *Treslado da Certidão do Provedor, e Irmãos da Santa Misericórdia de Lisboa, sobre a liberdade dos capelães que a Casa tem* [1596.04.06]. Arquivo Histórico de Macau: Santa Casa da Misericórdia, *Livro de Registo de Alvarás, Cartas e Provisões Régias, Lisboa, Goa, Malaca, Macau*, liv. 300, 1809-1812.

uma das caleidoscópicas unidades políticas da Península Itálica. Apenas o facto de se ter criado um sistema relativamente uniforme, cuja força consistia em aliar autonomia local aos interesses de patrocínio de um poder central mais ou menos ausente, que a expansão portuguesa propagou a um Império tão vasto como fragmentado, concede às misericórdias alguma globalidade. Mas sem ele, as misericórdias portuguesas não teriam ultrapassado um nível meramente regional, como sucedeu em tantas zonas da Europa.

Bibliografia

Fontes manuscritas

Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [IAN/TT]:

Chancelaria de D. Manuel I, Doações, Ofícios, Mercês

Chancelaria de D. João III, Doações, Ofícios, Mercês

Chancelaria de D. João III, Privilégios

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, Ofícios, Mercês

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Confirmações Gerais

“Regimento que el rei D. Manuel deu ao bispo de Safim, provedor do hospital de Todos os Santos desta cidade sobre as ordinarias de açúcar, que daria a certos mosteiros, misericórdias, hospitais e casas pias deste reino”, *Livro do Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, fls. 70-75 [1517.08.12].

“Regimento que El Rei D. Manuel deu aos oficiais, e tesoureiros da casa da Mina sobre as ordinarias de açúcar, que haviam de pagar a certos conventos, misericórdias, hospitais, e recolhimentos”, *Livro do Registo de Leis e Regimentos de D. Manuel*, fls. 171-174 [1520.04.14].

Lisboa: Arquivo Histórico de Macau:

Santa Casa da Misericórdia, *Livro de Registo de Alvarás, Cartas e Provisões Régias, Lisboa, Goa, Malaca, Macau*, livro 300, 1809-1812.

Fontes impressas

AFONSO, João – *O Hospital de Angra nos séculos XV e XVI. Compromisso. Estatutos. Outros documentos inéditos*. Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia, 1970.

GOIS, Damião de – *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel composta por Damião de Góis*. Nova edição conforme a de 1566, parte I. Coimbra: Universidade, 1949.

ID. – *Descrição da cidade de Lisboa pelo cavaleiro português Damião de Góis ao ínclito príncipe Dom Henrique, infante de Portugal, eminentíssimo cardeal da Santa Igreja Romana, do título dos quatro santos coroados*. [1554]. Tradução de Raúl Machado [1937]. Lisboa: Frenesi, 2000.

LEÃO, Duarte Nunes de – *Leis extravagantes e repertório das Ordenações*. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

MIGUÉNS, Maria Isabel N. – *O Tombo do Hospital e Cafaria de Santo Espírito de Sintra*. Cascais: Patrimonia, 1997.

PEREIRA, Gabriel Victor do Monte – *Documentos históricos da cidade de Évora*. Ed. fac-silimada. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

PORTUGAL. Leis, decretos etc – *Regimento de como os contadores das Comarcas hã de prover sobre as capellas, ospitaes, albergarias, cõfrarias, gafarias, obras, terças e residos, novamente ordenado e copillado pello muyto alto e muyto poderoso Rey Dom Manuel nosso senhor, E por especial mandado de sua Alteza Johã Pedro de Bonhomini de Cremona o mandou imprimir*. Com privilégio. [Lisboa]: por João Pedro de Cremona, 1514.

- ID. – *Collecção chronologica de leis extravagantes, posteriores à nova compilação das ordenações*. Comp. de António Delgado da Silva. 5 Vols. Lisboa: Tip. Maignense, 1826-1830.
- ID. – *Collecção chronologica da legislação portuguesa: 1603-1656*. Compil. e anot. por José Justino de Andrade e Silva. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854-1856.
- RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.
- SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho – *Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*. Introd., transcr., glos., notas e índ. remissivo. Ed. fac-similada. Lisboa: [s.n.], 1996.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA – *Compremisso da Irmandade da Casa da Sancta Misericordia da Cidade de Lisboa*. [Lisboa]: por Antonio Aluarez, 1600.
- SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1947, vol. I-II.
- TOMÁS, Manuel Fernandes – *Repertório Geral, ou Índice Alfabético das Leis Extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações, compreendendo também algumas anteriores, que se achão em observancia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1843.
- VIANA, Abel – O tombo do Hospital de Beja. *Brotéria*. 37 (1943) 285-302.

Estudos

- ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Civilização, 1968, vol. II.
- ARAÚJO, Ana Cristina – Cerimónias de execução pública no Antigo Regime: escatologia e justiça. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 1 (2001) 169-211.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – As “esmolos” e os pobres da Misericórdia de Viana da Foz do Lima na primeira metade do século XVI. In D. MANUEL E O SEU TEMPO. III CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES – *Actas*. Guimarães (no prelo).
- BASTO, A. de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1934, vol. I.
- BETHENCOURT, Francisco – A expulsão dos judeus. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 271-280.
- ID. – Os equilíbrios sociais do poder. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, vol. 3, p. 149-164.
- CAETANO, Joaquim Oliveira – Uma arquitectura de Estado. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 211-228.
- CORREA, Fernando Calapez – *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*. Lagos: Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998.
- CURTO, Diogo Ramada – A cultura política. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, vol. 3, p. 115-147.
- ID. – Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII). In *A MEMÓRIA da Nação*. Org. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Lisboa: Sá da Costa, 1991, p. 201-265.
- DIAS, Pedro – Fons Vitae. In *TESOUROS artísticos da Misericórdia do Porto*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, p. 61-79.
- DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medieval*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1999].
- ID. – O Estado manuelino: a onça e o elefante. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 189-204.
- ID. – Retalhos da vida de um reino. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 305-318.
- DUTRA, Francis A. – Membership in the Order of Christ in the Sixteenth Century. Problems and Perspectives. *Santa Barbara Portuguese Studies*. 1 (1994) 228-239.
- ID. – As Ordens militares. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 229-241.
- GAMA, Eurico – *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*. Elvas: Santa Casa da Misericórdia de Elvas, 1954.

- GOMES, Rita Costa – A curialização da nobreza. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 179-187.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero – A Fazenda. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, vol. 3, p. 90-105.
- ID. – A estrutura das trocas. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, vol. 3, p. 315-353.
- MARQUES, José – Antecedentes das misericórdias portuguesas. In *MISERICÓRDIAS do Alto Minho*. (10 a 31 de Outubro de 1998). Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2001, p. 24-42.
- MARTINS, J. F. Ferreira – *História da Misericórdia de Goa (1520-1910)*. Nova Goa: [s.n.], 1910, vol. I.
- OLIVEIRA, António de – A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congêneres. In *V CENTENÁRIO da Misericórdia de Coimbra. Memórias da Misericórdia de Coimbra – Documentação e Arte. Catálogo*. Coimbra, 2000.
- PAIVA, José Pedro – A Igreja e o poder. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 135-185.
- PEDREIRA, Jorge M. – Mercadores e formas de mercantilização. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 157-177.
- PEREIRA, Paulo – A simbólica manuelina: razão, celebração, segredo. In *HISTÓRIA da Arte Portuguesa*. Dir. Paulo Pereira. [Lisboa]: Círculo de Leitores, vol. 2, 1995, p. 115-155.
- ID. – A conjuntura artística e as mudanças de gosto. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, vol. 3, p. 423-467.
- PERES, Damião – *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1933-1934, vols. IV-V.
- PICCHIO, Luciana Stegagno – O Purgatório de Gil Vicente: estado ou lugar? In *TEMAS VICENTINOS. COLÓQUIO EM TORNO DA OBRA DE GIL VICENTE – Actas*. Lisboa, 1992, p. 159-173.
- PROSPERI, Adriano – *Il Concilio di Trento: una introduzione storica*. Torino: Einaudi, 2001.
- REGO, António da Silva – *Documentação para a história das missões do Padroado português do Oriente: Índia*. Lisboa: Fundação Oriente, 1991, vol. II.
- ROSA, Maria de Lurdes – O Estado manuelino: a reforma de capelas, hospitais, albergarias e confrarias. In *O TEMPO de Vasco da Gama*. Dir. Diogo Ramada Curto. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 205-210.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – As misericórdias no Império português (1500-1800). In *COMISSÃO PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS – 500 anos das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000, p. 101-132.
- ID. – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- ID. – The Role of Religion and Race in Shaping Portuguese Society at Home and Overseas: The Example of the Misericórdias from the Sixteenth to the Eighteenth Century. *Portuguese Studies*. Londres. 13 (1997) 210-221.
- ID. – A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600). *Cadernos do Noroeste*. 11 (1998) 31-63.
- ID. – Assistance to the Poor on a Royal Model: The Example of the Misericórdias in the Portuguese Empire from the Sixteenth to the Eighteenth Century. *Confraternitas*. Toronto. 13 (2002) 3-14.
- SOUSA, Ivo Carneiro de – *Da descoberta da misericórdia à fundação das misericórdias*. Porto: Granito, 1999.
- WOOLF, Stuart – Prefácio: Ideologias e práticas de caridade na Europa ocidental do Antigo Regime. In *SÁ, Isabel dos Guimarães – Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 7-13.

As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V

Laurinda Abreu

Sem presumir generalizações indevidas quando ainda não existem estudos em número suficiente que as possam fundamentar, já não é hoje uma atitude meramente conjectural afirmar que em 1580 se inaugurou uma nova etapa na vida das Santas Casas da Misericórdia. Foi um novo momento que ocorreu sem rupturas no processo histórico, antes continuando e desenvolvendo caminhos há muito traçados.

Na verdade, quando os monarcas Habsburgos chegaram a Portugal já as misericórdias tinham conquistado o seu espaço social e adquirido um estatuto de relevo no panorama da assistência nacional. Longe iam as dificuldades dos primeiros tempos e a resistência das populações a instituições que nasciam por sugestão régia e não da sua própria vontade¹. Desde meados de Quinhentos que a existência de uma misericórdia era encarada como uma espécie de certificado do desenvolvimento de uma povoação e, em simultâneo, sinónimo de poder e de alguma autonomia por parte de determinados grupos, como atesta o *auto de entendimento*, lavrado em assembleia municipal, no dia 23 de Julho de 1568, na Câmara de Grândola². Todavia, seriam os reis da nova dinastia que apreenderiam as misericórdias como elementos de reorganização do espaço social e político e as revalorizariam no tecido local³.

Como resultados mais visíveis desta actuação conta-se o reforço da autoridade do Estado na sociedade portuguesa, a progressiva secularização da assistência e a definitiva secundarização da Igreja neste sector. Nas primeiras décadas do século XVII, as misericórdias já estavam configuradas como paradigma dominante da assistência pública moderna, reunindo as condições que as caracterizariam no futuro: possuíam gestões elitistas e oligárquicas, detinham o quase monopólio da rede hospitalar do país e eram as receptoras privilegiadas dos bens das almas do Purgatório. Apesar de funcionarem em regime descentralizado e autónomo, estavam sujeitas à tutela régia, devendo submeter-se às determinações que emanavam do poder central.

Os exemplos que comprovam esta reorientação política em relação às Santas Casas são múltiplos, embora o protagonizado pelas confrarias do Porto e de Penafiel valha por todos.

¹ Ao caso exemplar da Misericórdia do Porto, podem juntar-se muitos outros – como o de Setúbal e o de Évora – em que seria necessário dobrar a primeira metade de Quinhentos para que as populações se comesçassem a interessar pelas Santas Casas, nomeadamente, dando-lhes preferência nas dotações testamentárias.

² Vejam-se, para além do caso de Grândola, o de Fão e a especificidade do de Penafiel. Cf. SILVA, Germesindo – *A fundação da Santa Casa da Misericórdia de Grândola*. [S.n.], 1988. ABREU, Alberto Antunes de – *O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão*. Fão: Esposende: Santa Casa da Misericórdia, 1988. MIRANDA, Abílio – *História da Misericórdia de Penafiel*. Penafiel: [s.n.], 1987.

³ Um facto que torna ternário, sem o enfraquecer, o conjunto composto pelo rei e pelas câmaras identificado por COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O poder concelho: das origens às Cortes constituintes*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986, p. 34 e ss.

Resumindo o essencial de um complexo processo, que merece um estudo mais aprofundado, em 1613, a Misericórdia de Penafiel – que fazia recuar a sua fundação a 1509 –, considerando-se onerada com responsabilidades assistenciais idênticas às das suas congéneres, pedia ao rei que *oficializasse* a sua existência, estendendo até ela os privilégios e regalias das demais misericórdias do reino.

Solicitado o parecer da Misericórdia do Porto, provedor e mesários respondem acusando os moradores de Arrifana do Sousa de quererem utilizar o nome de misericórdia “para com elle se fazerem immediátos á Sua Magestade”. Por esta via procuravam libertar-se da fiscalização do visitador do bispado e do provedor dos resíduos, eximir-se dos encargos do concelho, “e de virem servir a esta cydade quando os ha mister para bém comu”. Não lhes reconhecendo efectivas capacidades assistenciais, reclamam que o lugar não tinha possibilidades económicas que lhe permitisse manter “medico nem botiqa para poder curar doentes”, e chamam em seu auxílio o exemplo da Misericórdia de Azurara, culpabilizando-a pelo enfraquecimento da sua vizinha de Vila do Conde, a quem retirara parte das receitas sem a aliviar das obrigações.

Rejeitando a argumentação da Misericórdia do Porto e, ao que parece, as sugestões da de Lisboa, em 30 de Janeiro de 1614, a sentença do monarca não deixava margem para quaisquer dúvidas: “hey por bem que elles [irmãos da Misericordia do logar da Rifana de Sousa e Sant-lago] possam usar e gosar do compromisso e privilegios que são concedidos á casa da Misericordia desta cidade de Lisboa”⁴.

Na prática, esta decisão, e outras tomadas na mesma linha, reforçam as teorias mais recentes que defendem ter havido durante a monarquia filipina um estímulo ao protagonismo de Lisboa, sabiamente gerido por reis ausentes que, em simultâneo, fortalecem os grupos, as instituições e as redes locais⁵. Os homens “abastados” que queriam “fazer[-se] privilegiados”, conforme os termos que a Misericórdia do Porto utilizou para caracterizar as elites de Penafiel, puderam contar, nestas situações, com o apoio explícito da monarquia. Tanto mais que, pelas relações privilegiadas com o poder central, de que a comunicação directa era exemplo, as misericórdias representavam localmente o rei, ajudando a transmitir e a preservar a sua imagem junto das populações. Ou seja, participavam no processo de construção da nova ordem que o Estado pretendia estabelecer⁶.

E nesse sentido é claro o nexu causal entre o extraordinário movimento de confirmação de compromissos e concessão de privilégios que as *Chancelarias Filipinas* registam e o reforço do papel das misericórdias na sociedade portuguesa. Uma asserção que encontra fundamento em dois procedimentos que se complementam: a assunção de que as misericórdias eram, de facto, as instituições a quem cabia a administração da assistência – inequivocamente expresso nos documentos que entregam o hospital dos marítimos de Cascais à Misericórdia local⁷ e o do Espírito Santo à Misericórdia de Benavente⁸ –, e o esvaziamento funcional das restantes, progressivamente reduzidas às celebrações cultuais. O monopólio dos enterros concedido à Misericórdia de Lisboa, por sentença de 30 de Junho de 1593⁹, é exemplo maior dos propósitos que animavam a actuação régia. Apesar dos protestos que tal decisão gerou – dando origem a conflitos de tama-

⁴ MIRANDA – *História da Misericórdia de Penafiel*, p. 14.

⁵ Cf. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*. Madrid: Universidad Complutense, 1987; SCHAUB, Jean-Frédéric – *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

⁶ Sobre o assunto, veja-se COELHO; MAGALHÃES – *O poder concelhio*, p. 30.

⁷ Cf. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo [IAN/TT]: *Chanc. de D. Filipe I*, liv. 2, fl. 52. Na verdade, a quase totalidade das misericórdias que então foram criadas receberam juntamente com os seus compromissos os alvarás que lhes entregavam os hospitais locais.

⁸ A esse propósito é bem elucidativo o letrado que, por ordem régia, foi mandado colocar na igreja do Espírito Santo: «O hospital do Espírito Santo foi instituído pelos vizinhos da vila seus confrades e vagou para a coroa e se anexou a Misericórdia, enquanto o dito Senhor não mandar o contrário». ALMEIDA, Justino Mendes de – *Da Confraria do Espírito Santo à Santa Casa da Misericórdia: 750 anos de bem-fazer em Benavente*. In ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA – *V centenário das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2000, p. 44.

⁹ Cf. Évora: Arquivo Distrital de Évora: *Livro dos Privilégios do Hospital*, fl. 18.

nha envergadura que, quase sempre, necessitaram da intervenção do papa ¹⁰ –, e dos problemas de saúde pública a que, pelo menos nas grandes cidades, deu origem ¹¹, o monopólio concedido à Misericórdia de Lisboa não só não foi revogado como se estenderia às demais Santas Casas. Nesta linha de actuação se há-de inserir a segunda vaga fundacional, materializada na criação de, pelo menos, quarenta novas misericórdias, entre 1580 e 1640 ¹². A maior parte situar-se-ia em pequenas localidades do interior do país, cobrindo áreas cada vez mais extensas, formando uma espécie de sistema de apoio social, que pretendia abarcar a totalidade do território nacional ¹³. Como seria previsível, e o exemplo de Penafiel demonstrou, o projecto não foi imune à contestação das misericórdias que se encontram nos espaços circunvizinhos e que encaravam as novas confrarias como concorrentes, responsabilizando-as por perdas económicas e sociais e até de influência e poder negocial junto ao monarca. É pertinente, contudo, advertir que este modo de operar teve o cuidado de evitar a constituição de forças demasiado poderosas. Como bem se sabe, apesar de irmanadas pelos mesmos objectivos, as misericórdias não estabeleciam solidariedades entre si – mesmo que recebessem os compromissos e os privilégios das que lhes estavam mais próximas ¹⁴ –, e muito menos com as outras confrarias.

Ainda que ligadas por um peculiar sistema de cartas de guia, espécie de salvos condutos que acompanhavam os doentes em trânsito pelo país, abrindo-lhes as portas das misericórdias por onde passavam, as Santas Casas eram entidades independentes umas das outras e nunca foram incentivadas a constituir-se como um corpo dentro da sociedade portuguesa. E mesmo sendo a Misericórdia de Lisboa uma espécie de arquiconfraria que estendia o seu manto sobre as suas associadas, os monarcas sempre deixaram bem claro que acima dela estava o Estado. Expressa-o de forma inequívoca o alvará de 29 de Junho de 1610, onde o rei critica as frequentes alterações dos compromissos, realizadas arbitrariamente – “alterando, acrescentando e moderando algumas cousas d’elle” –, avisando que no futuro “se não podesse mover cousa alguma sem se lhe dar primeiro conta”¹⁵.

Uma repreensão que está longe de ser isolada no quadro do pretenso pacifismo que teria caracterizado as relações entre o Estado e as misericórdias. De facto, só a simples análise de alguns dos diplomas promulgados, especialmente durante a vigência do governo filipino, revela, se não um ambiente tenso, pelo menos algumas actuações altamente controversas.

A título exemplificativo atente-se na seguinte sequência. Em 24 de Janeiro de 1582 D. Filipe I dirige-se à Santa Casa de Lisboa reiterando-lhe o direito à autonomia administrativa que lhe estava

¹⁰ Documentados para misericórdias, como a de Olivença, Évora, Lagos e Goa.

¹¹ Pelo menos é o que se depreende do discurso atribuído ao vice-rei de Portugal ao tempo de D. Filipe I. Utilizando uma linguagem dura e directa, considera a situação claramente vexatória para o povo, pois «não he razão que em hua cidade como esta aja só hua tumba na Misericórdia, e ficção os defuntos muitos dias por enterrar, e já de desesperados os levam em alcatifas a enterrar, o que causa grande escandalo: que ou tenham tumbas necessarias, ou desistam do breve que tem para que as freguesias tenham suas tumbas para enterrarem seus fregueses». OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1887, vol. 2, p. 324.

¹² Às trinta e seis misericórdias identificadas por Fernando da Silva Correia (*Origem e formação das misericórdias portuguesas*, p. 566-569 – reproduzindo as pouco fiáveis informações de GOODOLPHIM, Costa – *As misericórdias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897) devem acrescentar-se a instituição da Misericórdia de Erra, Vila Verde e Vila da Feira, ao tempo de D. Filipe I (cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Filipe I*, liv. 3, fl. 196 (Erra); liv. 4, fl. 68 (Vila da Feira); liv. 3, fl. 134 (Vila Verde)), e a Misericórdia de Sortelha, ao tempo de D. Filipe III (cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Filipe III*, liv. 2, fl. 82).

¹³ Incluindo-se aqui, os espaços ultramarinos. Sobre o assunto vejam-se os trabalhos de Isabel dos Guimarães Sá, especialmente, *Quando o rico se faz pobre*. Algumas informações complementares em ABREU, Laurinda – O papel das misericórdias dos “lugares de Além Mar” na formação do Império português. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. 8/2. 20 (2001) 591-611.

¹⁴ Como aconteceu durante o reinado de D. Filipe I, em que a Misericórdia de Gafete recebeu os mesmos privilégios que a de Portalegre; as de Aveiro e Góis, os de Coimbra; a das Lages, os do Faial; a de Monsaraz, os de Évora, e a de Muge, o regimento da de Coruche. (cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Filipe I*, respectivamente, liv. 11, fl. 439v; liv. 2, fl. 9v; liv. 4, fl. 175v; liv. 2, fl. 163; liv. 2, fl. 165, liv. 10, fl. 101v). Já D. Filipe III autoriza a Misericórdia de Montalvão a usar os privilégios da de Abrantes (cf. IAN/TT: *Chanc. de Filipe III*, liv. 1, fl. 203v).

¹⁵ RIBEIRO, Vitor – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história*. Ed. fac-similada Estudo introd. de José Vitorino de Pina Martins. Lisboa: Academia das Ciências, 1998, p. 54.

consignado na lei ¹⁶, ao mesmo tempo que reafirmava a determinação de que os provedores das comarcas careciam de especial autorização para fiscalizar as misericórdias. Em Novembro de 1593, os ditos provedores não só já tinham obtido essa autorização, como com ela levavam a incumbência de procederem a uma revisão geral das receitas e despesas realizadas pelas confrarias durante os últimos dez anos ¹⁷. Em 6 de Dezembro de 1603 uma nova carta de lei especificava que a fiscalização das misericórdias e hospitais era anual e que dela só estavam isentas as misericórdias “de primeiro banco”. De caminho, o mesmo diploma aproveitava para anular a determinação, registada em 1593, que impedia os oficiais régios de cobrarem salário pelo serviço realizado, permitindo-lhes receber metade do estipêndio habitual, desde que este não ultrapassasse os 4 000 réis¹⁸.

No ano seguinte o rei esclarecia, referindo-se ao controle das misericórdias, que “se não inouvasse couza e os provedores das comarcas não tivessem nella a jurisdição que se lhes dava no tomar das contas”¹⁹. Porém, uma década volvida, o alvará de 13 de Janeiro de 1615 ordenava aos mesmos provedores que procedessem a uma devassa sigilosa no intuito de determinarem se as Santas Casas que tinham hospitais anexos “cumprem em tudo as instituições e legados, a que rendas delles estejam applicadas, e se ha d’isso algum escandalo”²⁰.

Se as divergências patentes nestes documentos poderão reflectir diferentes conjunturas políticas, e até ocultas motivações, elas são, no entanto, atravessadas por um denominador comum: as notícias de “sobornos, deshordes e escândalos”, que levaram o poder central a interferir desde cedo nos processos eleitorais de algumas misericórdias. Pelo menos, foi o que aconteceu na de Viana do Castelo ²¹, na da Sertã ²², na de Setúbal ²³, na do Redondo ²⁴ e na de Penela ²⁵. Apesar de contestada, a presença do provedor da Comarca nos actos eleitorais torna-se cada vez mais frequente. Em situações de maior gravidade, sobretudo já perto dos finais do século XVII, os monarcas optaram mesmo pela nomeação de alguns provedores, às vezes pela totalidade dos elementos que compunham as mesas.

Discursos de afirmação de autoridade que se estenderam também em direcção à Igreja ²⁶, conforme as coevas, e frequentes, advertências que os monarcas fazem aos bispos, recordando-lhes que as misericórdias eram de régia protecção, e, portanto, estavam fora da alçada do Ordinário ²⁷. Intervenções que ganhariam novos contornos no contexto da publicação da Constituição *Quaecumque*, de 1604, do papa

¹⁶ Provisão de 24 de Janeiro de 1582, citada por SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, p. 103. Cf. *Ordenações Filipinas*, liv. I, t. 16, nº 3.

¹⁷ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Filipe I*, liv. 27, fls. 175-175v.

¹⁸ Cf. PORTUGAL. Leis, decretos etc. – *Collecção chronologica de leis extravagantes, posteriores à nova compilação das ordenações do reino, publicadas em 1603*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1819, p. 17-21.

¹⁹ GUSMÃO, Armando Nobre de – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora*. Évora, 1969, vol. 2, p. 377-378. Provisão de 20 de Setembro de 1604, que chega a Tavira pouco depois, com a indicação de que era destinada a todas as misericórdias do reino do Algarve. Cf. CORRÊA, Fernando Calapez – *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*. Lagos: Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998, p. 218-219.

²⁰ PORTUGAL. Leis, decretos etc. – *Collecção chronologica de leis extravagantes*, p. 245-246. Depois disso são inúmeras as intervenções dos funcionários régios na vida interna das confrarias e, algumas vezes, a pedido das visadas, como a simples leitura dos índices das *Chancelarias Régias* comprova.

²¹ Cf. ABREU – *O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão*, p. 101.

²² Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Filipe III*, liv. 22, fl. 346v. Documento datado de 20 de Julho de 1630.

²³ Começa com intervenções pontuais nos finais do século XVII, tornando-se sistemáticas a partir do século XVIII. Cf. ABREU, Laurinda – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal entre 1500 e 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 62-63.

²⁴ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João IV*, livros 11 e 18, respectivamente, fls. 158v e 236v. Documento datado de 16 de Março de 1647.

²⁵ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Filipe II*, liv. 23, fl. 3.

²⁶ Para uma visão geral do assunto, veja-se PAIVA, José Pedro – *A Igreja e o poder*. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 135-185.

²⁷ Como bem salientou OLIVEIRA – *A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra*, p. 15.

Clemente VIII – a primeira codificação das competências e direitos da Igreja sobre as confrarias, responsável pelo extremar de posições entre reis e papas, em luta pelo controle destas associações.

De entre as inúmeras manifestações resultantes deste confronto de poderes, e para além das determinações que foram registadas nas *Ordenações Filipinas*, destaca-se a promulgação de vários diplomas régios ameaçando os visitantes eclesiásticos que ousassem intervir na vida das confrarias de erecção secular. Um movimento que foi acompanhado por um inusitado número de confirmações de compromissos, a pedido das confrarias, que, a pretexto do desaparecimento dos documentos originais, aproveitaram o momento para se colocar sob a tutela régia²⁸.

E é só agora, neste preciso enquadramento, que se pode falar do processo conducente à racionalização e laicização da assistência em Portugal. Isto porque se é certo que o Concílio de Trento aceitara que as misericórdias ficassem sob a “imediata protecção régia” – precisamente no momento em que a assistência era recolocada sob a autoridade dos bispos –, também é necessário ter presente a circunstância de, ao tempo, o regente do reino ser, em simultâneo, cardeal, inquisidor-geral, arcebispo de Lisboa e legado pontifício²⁹. Não parece pois desadequado admitir que, sob a tutela de um Estado com as características que o de Portugal tinha naquela altura, as expectativas de Trento e da própria monarquia portuguesa, no que à assistência dizia respeito, fossem mais no sentido de potenciar resultados e menos demarcar poderes e esferas de intervenção³⁰. Sentido bem diferente é o que se depreende dos discursos que acompanham a entrega dos hospitais às misericórdias durante o período filipino, quando a anexação hospitalar assume formas quase compulsivas, como aconteceu no já referenciado caso de Cascais. Os efeitos devastadores das Guerras da Restauração, o relativo aumento demográfico que se verifica a partir de 1680, a degradação das condições de vida das populações, entre outros factores, seriam os principais responsáveis pela continuação do processo tendente ao apagamento da vertente espiritual da assistência praticada pelas misericórdias.

Neste percurso, chame-se-lhe *filipino*, da vida das misericórdias, para além do que já foi referido, dois acontecimentos tiveram um especial relevo: a reforma estatutária, que culminou no Compromisso de 1618, e a “conforma[ção]” das bandeiras de todas as Santas Casas com a de Lisboa, ordenada por alvará de 24 de Abril de 1627, tornando obrigatória a pintura da imagem de Frei Miguel Contreiras e das letras FMI, representadas no estandarte da casa-mãe desde 1576³¹.

Duas medidas aparentemente autónomas mas intrinsecamente ligadas. Isto porque com elas se encerrava um trajecto de disciplina e normalização que trazia em si os atributos de um novo momento fundador. Uma delas mais virada para o exterior – com carácter marcadamente simbólico, mas com a particularidade de contribuir para a criação de uma imagem pública onde pontuava a uniformização –, e a outra para uso interno, sob a forma de um organigrama funcional que, em teoria, lhes garantiria organização, eficácia e excelência.

Se o estudo dos pendões das misericórdias já se pode dar por concluído³², o mesmo não se deve afirmar em relação aos estatutos Seiscentistas. Por tudo aquilo que significou, o Compromisso de 1618

²⁸ Cf. ABREU – *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage, 1999, p. 243.

²⁹ Cf. CAETANO, Marcello – Recepção e execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. 19 (1965) 7-52.

³⁰ Assunto desenvolvido em ABREU, Laurinda – A especificidade do sistema de assistência pública português: linhas estruturantes. *Arquipélago-História*. 6 (2002) (no prelo).

³¹ Importantes e esclarecedoras informações sobre este assunto podem colher-se em SOUSA, Ivo Carneiro de – *V centenário das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 1998, p. 17-61. Interessante, neste contexto, a interpretação dada por Frei Nicolau de Oliveira, na sua obra *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804, p. 584-599.

³² Para o estudo das bandeiras das misericórdias tornam-se fundamentais os trabalhos de SERRÃO, Vitor – Sobre a iconografia da *Mater Omnium*: a pintura de intuítos assistenciais nas Misericórdias durante o século XVI. *Oceanos*. 35 (1998) 135-144; SOUSA – *V centenário das misericórdias portuguesas*; CAETANO, Joaquim Oliveira – A Virgem da Misericórdia: uma aproximação iconográfica. *Oceanos*. 35 (1998) 62-77.

merece uma atenção mais demorada. E, sobretudo, uma leitura relacional que o integre no movimento geral da reforma da administração pública que estava em curso. De facto, são tão evidentes as semelhanças entre este processo e aquele outro que terminara em 1611 com a fixação dos condicionalismos que regulavam o acesso aos órgãos camarários³³, que é de todo impossível não os ligar entre si.

Neste sentido, há alguns dados que se impõem por si próprios. Nomeadamente, a similitude de comportamentos que, desde há alguns anos, se vinha a verificar entre os responsáveis pelas câmaras e pelas misericórdias. Na verdade, desde os finais do século XVI que se torna relativamente fácil acompanhar os vereadores e os mesários no caminho que conduziu à cristalização do “grupo social da gente nobre da governança”³⁴.

No que às misericórdias diz respeito basta, para tanto, seguir os seus estatutos desde a sua primitiva forma Quinhentista até ao produto final de 1618. Rapidamente se constata que à indiferenciação dos primeiros compromissos, no respeitante à categoria dos irmãos que se encarregariam de gerir a confraria – determinando apenas que o provedor fosse um homem da nobreza, devendo os restantes membros da Mesa (seis oficiais e os demais “doutra condiçam”), serem “bons, virtuosos e de boa fama” –, o Compromisso de 1577 já substituíra a nobreza do provedor pela fidalguia e acrescentava ao escrivão e ao tesoureiro os atributos de honradez, autoridade e virtude. Requisitos que o Compromisso de 1618 faria anteceder da indicação de que deveriam ser homens nobres³⁵, fechando com esta exigência um movimento que oficializava a *nobilitação* da administração das misericórdias nos cargos que constituíam o núcleo gestor central³⁶.

Em essência, as misericórdias, tal como já acontecia com as câmaras, passariam a reproduzir as relações de poder que caracterizavam a sociedade de Antigo Regime. Uma sociedade que procurava o equilíbrio entre o domínio dos poderosos e a participação dos de menor condição nos órgãos de decisão³⁷. Ainda que perdessem a paridade estamental que assistia aos seus primeiros gestores, em 1618 as misericórdias continuavam a manter uma estrutura social compósita, representada nas mesas por seis irmãos nobres e por seis oficiais. A novidade da situação é que estes eram agora remetidos para o lugar de “companheiros” dos irmãos de primeira condição, mordomos principais a quem competia o efectivo poder³⁸.

Parece ter sido durante este processo – portanto entre as últimas décadas do século XVI e a aprovação do compromisso Seiscentista – que se terá clarificado o estatuto dos que ingressavam nas misericórdias. Um assunto ainda mal conhecido, cuja solução reside na cada vez mais credível hipótese de, inicialmente, terem existido dois tipos de membros. Uns designados por irmãos, outros por confrades, recrutando-se aqueles entre estes, os melhores entre os melhores, a quem era entregue o destino das instituições³⁹.

33 Cf. PORTUGAL. Leis, decretos etc. – *Collecção chronologica da legislação portugueza: 1603-1656*. Compil. e anot. por José Justino de Andrade e Silva. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854-1856, p. 315. Sobre o assunto, veja-se CAPELA, José Viriato – Estudo prévio. In *CONSTRUCTION d'un gouvernement municipal: élites, élections et pouvoir à Guimarães entre Absolutisme et Libéralism (1753-1834)*. Braga: Universidade do Minho, 2000, p. 19-46.

34 Conforme o discurso utilizado em relação aos vereadores por COELHO; MAGALHÃES – *O poder concelhio*, p. 43.

35 Mutações que, a confirmar-se a data do segundo compromisso da Misericórdia de Lagos, já estariam consagradas nos seus estatutos desde 1572. Cf. CORRÊA – *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*, p. 42-50.

36 Movimento acentuado no compromisso de 1577, nomeadamente ampliando e depurando as segregações ali impostas em relação às condições de acesso de novos irmãos. Cf. SÁ – *Quando o rico se faz pobre*, p. 92-94. De referir, ainda, que a paridade estamental se mantinha apenas ao nível dos mordomados, embora, regra geral, o irmão oficial assumisse o cargo menor de companheiro do nobre, assunto que desenvolvemos nos nossos trabalhos – Purgatório, misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX). *Dynamis*. Granada. (2000) 395-415; e, *A especificidade do sistema de assistência pública português*.

37 Considerações teóricas sobre o assunto, podem encontrar-se em COELHO; MAGALHÃES – *O poder concelhio*, p. 41-56.

38 Específico, o caso de Évora, onde estas generalizações não têm aplicação. Como, aliás, está prestes a ser demonstrado pela tese de mestrado que a Dr^a Rute Pardal apresentará na Universidade de Évora, intitulada *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina: estratégias de controle do poder local (1580-1640)* (Informação cedida pela autora antes da defesa pública da referida tese).

39 Para esta problemática, veja-se a interpretação de SOUSA – *Da descoberta da misericórdia à fundação das misericórdias*, p. 148-149, e também a de OLIVEIRA – *A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congêneres*. In *MEMÓRIAS da Misericórdia de Coimbra: Documentação & Arte*. Coimbra, 2000, p. 14.

Como o caso da Misericórdia de Évora demonstra, até aos finais do século XVI não se verificou ali qualquer restrição social ou sexual à integração de novos associados⁴⁰. Mas em Évora, tal como em Lagos e em Grândola, muitos desses outros irmãos eram identificados como “pedidores”⁴¹, indivíduos geograficamente recrutados nas áreas onde as misericórdias não tinham quem recolhesse as esmolas.

E se a tarefa de mamposteiro era absolutamente fundamental para as confrarias, para quem se inscrevia como “pedidor” as vantagens eram múltiplas. Não só de natureza espiritual – onde pontificavam as indulgências papais que facilitavam o árduo caminho da salvação –, mas também as de cariz económico e social. Ser arrolado como pedidor da Santa Casa significava, pelo menos teoricamente, estar dispensado das fintas para a execução de pontes, fontes e calçadas, ficar isento da contribuição financeira destinada à limpeza das esterqueiras da cidade e demais obras de higiene pública, e, não menos importante, ser liberto dos exercícios da ordenança⁴².

Além de tudo isto, o capital social não seria, com certeza, um aliciante menor. Dado o seu carácter “elitista” – até porque contavam com reis e rainhas entre os seus irmãos –, pelo menos desde meados do século XVI, como atrás se afirmou, que ser irmão de uma misericórdia se tornara sinal de distinção social. Distinção reforçada quando os seus compromissos passaram a exigir prova de limpeza de sangue. Uma directriz não compatível com o recrutamento indiscriminado que era praticado pelas Santas Casas, mas que sobrevalorizava socialmente aqueles que nelas entravam.

Contudo, ainda que os objectivos políticos fossem claros, as normas podiam ser alteradas em função das circunstâncias. Na verdade, são vários os exemplos onde o poder central aparece claramente dividido entre a necessidade de afirmar a sua autoridade moralizadora e o desejo de não enfrentar demasiado as comunidades, atenuando a lei que previa a uniformidade, tornando-a mais tolerante para com as idiosincrasias locais.

Ilustram-no bem as excepções relativas à admissão de cristãos-novos, que eram excluídos dos órgãos de gestão das misericórdias e de participação dos actos religiosos públicos, mas que gozavam das demais regalias materiais e espirituais que as confrarias ofereciam⁴³ – como fica bem claro na apostilha que, antes de 1632, reajustou o compromisso que em 1629 tinha sido dado à Misericórdia de Peniche, criada pelos duzentos confrades que compunham a irmandade do Calvário⁴⁴ – mas, também, a autorização(?) para que os destinos das misericórdias fossem geridos por mulheres, como terá acontecido em Santa Maria da Feira⁴⁵ e em Aldeia Galega do Ribatejo⁴⁶.

⁴⁰ Ainda em 1588, a bula de Sixto V, dirigida a todos os confrades, especificava: «assim homens como mulheres que verdadeiramente arrependidos e confessados entrarem na confraria». (Arquivo Distrital de Évora: liv. 48, fls. 547-547v). Discurso idêntico encontra-se, ainda em 1625, na bula de indulgências que o papa Urbano VIII enviou à Misericórdia de Lagos. (Cf. CORRÊA – *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*, p. 256-257).

⁴¹ Cf. SILVA – *A fundação da Santa Casa da Misericórdia de Grândola*, p. 61-63.

⁴² A importância destes privilégios (identificados por PEREIRA, Gabriel Victor do Monte – *Documentos históricos da cidade de Évora*. Évora, 1887-1891. Ed. fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 372-374) é atestada pelas sucessivas queixas que – pelo menos até 1626 – a Misericórdia de Évora fez ao rei contra a vereação e capitães das Ordenanças que teimavam em não os respeitarem.

⁴³ Expressas directrizes para não aceitarem cristãos-novos, ou «pessoas de infecta nação» – o que poderá ser revelador de uma prática anterior de sentido contrário – encontram-se, segundo os índices das Chancelarias, para as Misericórdias de Alagoa (D. João IV); Aljubarrota (D. Filipe III); Idanha a Nova (com a especificação relativa à ocupação de cargos; D. Filipe III); Leiria (D. Filipe II) e Miranda (do Douro?) (D. Filipe III).

⁴⁴ Cf. FERREIRA, Florival Maurício – *A Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1626-1700): subsídios para a sua história*. Peniche: Câmara Municipal de Peniche; Santa Casa da Misericórdia de Peniche, 1997, p. 73-74.

⁴⁵ Onde em pleno século XVII ainda parece frequente a admissão de mulheres, uma delas – a Condessa da Feira, Dona Joana Forjaz Pereira Meneses e Silva – assumindo as funções de provedora. Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da – *A Misericórdia de Santa Maria da Feira: breve notícia histórica*. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto. 2ª série. 12 (1995) 355-370.

⁴⁶ Cf. QUARESMA, José Simões – *Albergaria, hospital, misericórdia de aldeia-galega do Ribatejo: apontamentos e lembranças para a sua história*. Montijo: Ed. Autor, 1948, p. 45-46. Situação anterior a 1621, data da morte de Dona Antónia da Silva, vários anos provedora da referida Misericórdia.

Irmãos de pleno direito, ou de direitos limitados, o certo é que o poder do mando estava reservado a um pequeno número de confrades. Nas misericórdias, tal como acontecia nos concelhos⁴⁷, a tendência seria para a prática de gestões oligárquicas e endogâmicas, sendo bastante frequente encontrarem-se os mesmos grupos em ambas as instituições. Pela vasta gama de benefícios que passavam a ter à sua disposição, o movimento mais comum foi o da rotatividade de indivíduos entre as duas instâncias de poder. Isso permitiu, em muitos casos, que cumprissem os três anos de interregno estipulados na lei até poderem voltar a ocupar os mesmos cargos em qualquer dos institutos.

Pela cumplicidade social que construíram, pelo efectivo poder que detinham, e por aquele que a sociedade lhes reconhecia, as misericórdias e as câmaras procuraram tecer diversificadas estratégias no sentido de salvaguardarem e defenderem privilégios e patrimónios adquiridos⁴⁸. Não é, neste contexto, obra do acaso o facto de o alvará de 6 de Dezembro de 1603 juntar vereadores e oficiais da câmara aos provedores e oficiais das misericórdias na mesma acusação de utilização indevida dos bens que administravam. Os resultados decorrentes da má gestão da propriedade pública eram, segundo o diploma, idênticos em ambas as situações: altamente lesivos para as populações e pouco abonatórios para a reputação de quem assim procedia⁴⁹.

Estando longe de ser um problema novo na sociedade portuguesa – ainda que passasse a merecer redobrados cuidados por parte da administração central⁵⁰ –, o assunto era complexo, se não mesmo melindroso. Isto porque sendo as câmaras e as misericórdias interlocutores privilegiados da monarquia, poderiam garantir-lhe apoios substantivos em determinadas oposições locais, nomeadamente as provenientes do sector eclesiástico. Talvez por isso, em muitos casos, seja tão evidente o carácter contratual dos laços que os uniam.

E nem sequer surpreende que o Estado procurasse colocar pessoas da sua confiança em lugares tão importantes como eram as provedorias das misericórdias⁵¹. A esse propósito é bem eloquente a missiva que, em Março de 1629, a Corte envia ao governador e capitão-general do reino do Algarve. Começando por lhe recordar que aos ocupantes daquele cargo competia “detreminar as dúvidas e brigas e sobornos que há nas eleições [das misericórdias] e ocasionão muitas vezes os povos a se perderem se lhe não acudirem com tempo”, lembrava-lhe, também, que “hé muy dilatado [pello que será grande serviço de Deus e de Sua Magestade] mandarem a el-Rei saber o que se deve fazer”⁵². Pelo que se subentende da carta régia, e a Misericórdia de Lagos confirma – já que o cargo de provedor era, pelo menos desde 1599, ocupado, precisamente, pelo governador e capitão-general do Algarve⁵³ –, a melhor forma de servirem os interesses do Estado seria controlarem as misericórdias⁵⁴.

⁴⁷ Ver COELHO; MAGALHÃES – *O poder concelhio*, p. 29.

⁴⁸ E, por isso, também os dirigentes das misericórdias tenderam a mostrar-se pouco receptivos à permeabilidade de estranhos. O que não impedia que os recebessem. Bastava, tantas vezes, saber subir com mestria os degraus da pirâmide social, nomeadamente *construindo* o seu próprio passado. Múltiplos exemplos sobre o assunto podem encontrar-se em ABREU – *Memórias da alma e do corpo*.

⁴⁹ Quem se encontrasse nesta situação, em qualquer uma destas instituições, tinha seis dias para a regularizar. Cf. PORTUGAL. Leis, decretos etc. – *Collecção chronologica de leis extravagantes*, p. 17-21.

⁵⁰ Entre outros exemplos: *Chanc. de D. Filipe I*, liv. 30, fl. 83 (relativo a Ponta Delgada) e *Chanc. de D. Filipe III*, liv. II, p. 221 (relativo a Montemor-o-Novo).

⁵¹ Paradigmático, o caso de Lisboa, nos primeiros anos da governação filipina. Sobre o assunto, veja-se SERRÃO – *A Misericórdia de Lisboa*, p. 97-112.

⁵² Cf. CORRÊA – *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*, p. 428.

⁵³ Uma situação que se manterá sem grandes alterações até 1765-1766. Cf. *ib.*, p. 393-420.

⁵⁴ Por conhecer está a participação dos juízes de fora e dos corregedores nas Misericórdias. Um assunto pertinente, já há muito abordado por José Damião Rodrigues, mas que não teve continuidade em termos de investigação histórica. Cf. *Poder municipal e oligarquias urbanas: Ponta Delgada no século XVII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, p. 181-182.

Também não é menos verdade, contudo, que este tempo foi, para as confrarias, o da constituição patrimonial. Ora, conhecidas que são as atitudes de auto-beneficiação que muitas mesas administrativas tomaram em relação aos bens que geriam – como o diploma de 1603 reconhece –, as misericórdias acabavam por funcionar, e em muitos casos com a cumplicidade régia, como uma nova fonte de receitas que, a par da Corte e da empresa ultramarina, iria reforçar o poder económico e respectivo capital social da nobreza, que, neste preciso momento, via alargar os seus quadros⁵⁵. Troca de favores, com benefícios mútuos, não há dúvida. Sem generalizações abusivas, entenda-se, que os documentos não o permitem.

Certo mesmo, só o facto de os cargos directivos terem sido, durante muito tempo, “ruidosamente” disputados. Por eles se dirimiriam, em Lisboa, aceras lutas entre diferentes facções da nobreza⁵⁶. Lutas que às vezes acabavam em cutiladas e motins, como parece ter ocorrido no Algarve⁵⁷, e que são bem reveladoras da importância do que estava em jogo.

Porém, nos alvares de Setecentos, aparecem dispersos sinais do que seria um movimento generalizado a partir da segunda metade do século: a recusa das elites tradicionais em ocuparem os cargos para que eram escolhidas. Num contexto de falência generalizada, as misericórdias já pouco lhes podiam oferecer. Nas Santas Casas, como na sociedade em geral, outros grupos se erguiam, ensaiando os papéis principais da nova ordem social que se fazia anunciar.

Constituição e gestão do património

Um projecto assistencial tão abrangente como o que estava delineado nos compromissos das Misericórdias pressupõe a existência de uma base económica que pudesse responder aos objectivos propostos. Ou, nas palavras da Santa Casa do Porto, que lhes permitisse “exercitar o ministerio da Misericordia como convem”⁵⁸.

No período em análise assiste-se ao aprofundamento e efectiva consumação do processo de constituição do património das misericórdias, que se desencadeara desde meados do século XVI. Por razões já conhecidas, esta etapa daria lugar a uma outra: aquela em que, depois de transformadas nas mais importantes instituições de assistência, se lhes exigiu mais do que os seus recursos permitiam. À entrada de Setecentos as misericórdias já começavam a enfrentar situações económicas complicadas, que rapidamente evoluiriam para a completa ruptura financeira.

Havendo um consenso generalizado quanto à importância do apoio da monarquia no período da fundação das misericórdias, omite-se com frequência o contributo da Igreja. E, no entanto, directa, ou indirectamente, ela sempre esteve presente. Às vezes actuando em concertação com o poder político; outras vezes legitimando determinados comportamentos passíveis de punição à luz do Direito Canónico, nomeadamente os relacionados com a administração dos bens das almas; às vezes disponibilizando-lhes recursos para a concretização das obras de misericórdia.

Assim aconteceu quando o breve de 1596 alargou o alcance da bula de 1545 a toda a diocese de Lisboa – o que se traduziria num importante contributo económico para a Misericórdia local, já que para ela reverteria o produto dos legados não cumpridos –, e quando os papas – pródigos na concessão de

⁵⁵ Cf. OLIVEIRA, António – *Poder e oposição política em Portugal no período filipino*. Lisboa: Difel, 1990. Sobre os poderes e os rendimentos que os grandes senhores detinham ao tempo, p. 14 e ss.

⁵⁶ Cf. SERRÃO – *A Misericórdia de Lisboa*, p. 193 e p. 187-188.

⁵⁷ Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Algarve económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 347.

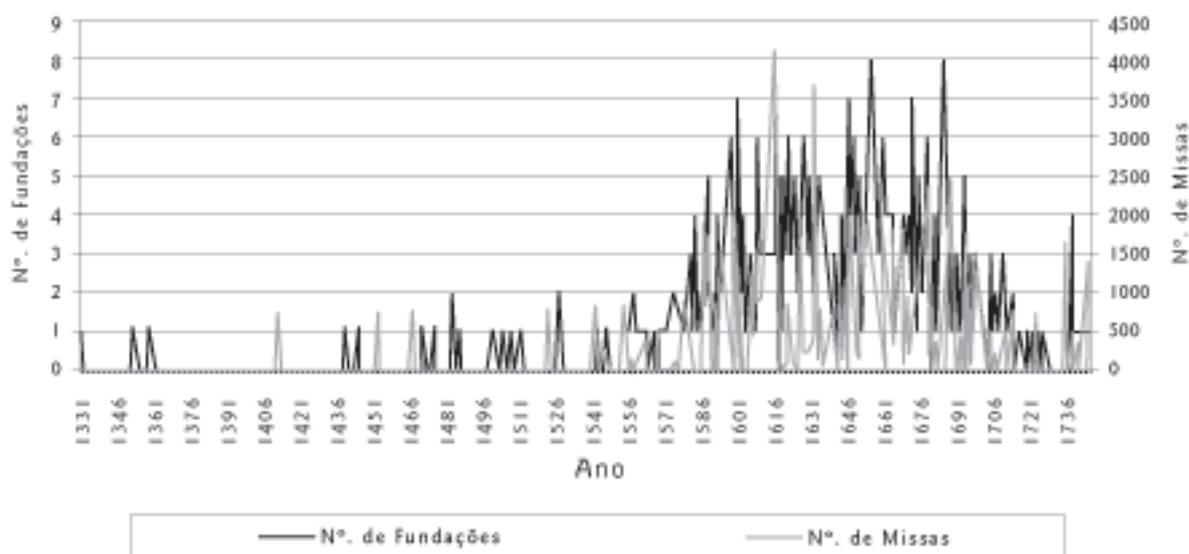
⁵⁸ MIRANDA – *História da Misericórdia de Penafiel*, p. 9-13.

indulgências, pelo menos até Sisto V – as abençoavam com múltiplos “ favores espirituais”⁵⁹, que acabariam por ter substantivas implicações económicas na vida das confrarias.

Todavia, seria a entrega dos hospitais às misericórdias, continuando um movimento que já vinha de trás, que as transformaria em entidades senhoriais de algum vulto. Isto porque, para além do património que traziam, os hospitais criavam condições propiciadoras de novas fundações pias no âmbito da difusão da ideia de que a passagem pelo Purgatório era uma quase inevitabilidade para quem aspirava à salvação eterna e as missas perpétuas eram o melhor passaporte para o Paraíso.

A contemporaneidade destes dois movimentos – anexação dos hospitais às misericórdias e difusão da ideia do Purgatório – é evidente e dela beneficiariam as Santas Casas, que viveram neste tempo o seu período áureo em termos de aquisição de bens. Um fenómeno que é comprovado pelos hospitais que receberam – 26 entre 1560 e 1578⁶⁰, 20 entre 1580 e 1640⁶¹ –, e pelo número de instituição de capelas – no sentido de bens vinculados à celebração de missas perpétuas – que *fixa* o apogeu do Purgatório – na perspectiva da fundação de sufrágios –, durante o século XVII. Demonstram-no alguns estudos cronologicamente circunscritos, mas também o levantamento sistemático que foi realizado para Setúbal e aquele que está em curso para todo o arcebispado de Lisboa⁶²: quando colocados graficamente, os números não deixam quaisquer dúvidas quanto à tardia “ cronologia” do Purgatório nas regiões referidas⁶³.

Vínculos de capelas instituídas em Setúbal 1331 - 1747



⁵⁹ Cf. DOMPNIER, Bernard – Les confréries françaises agrégées à l’archiconfrérie du Gonfalon: recherche sur une forme du lien à Rome. *Cahiers du GRHS: Les confréries du Moyen Âge à nos jours: nouvelles approches*. Rouen. 211/3 (1995) 41.

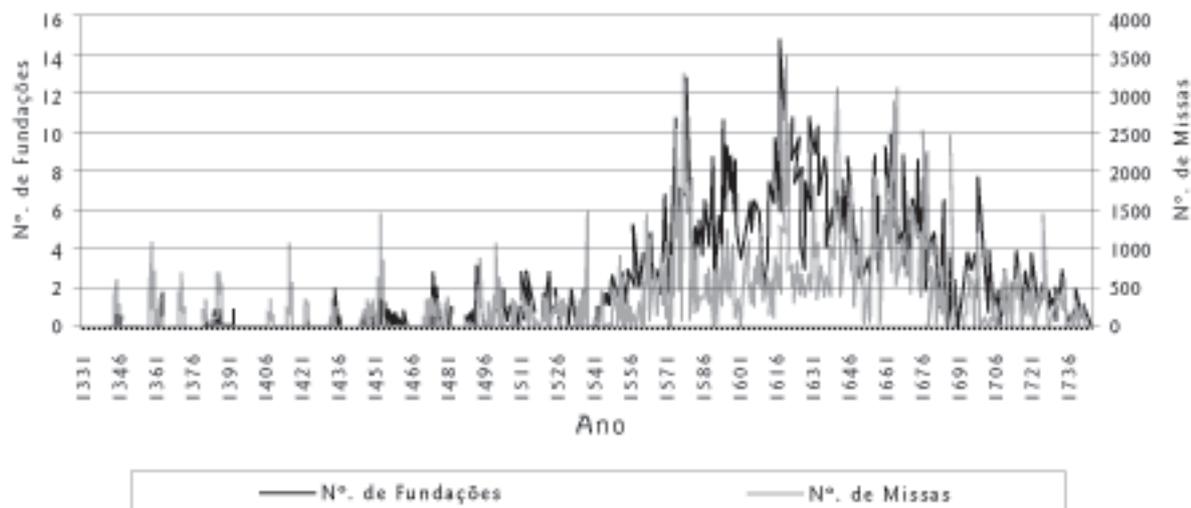
⁶⁰ Consulte-se, a propósito, o calendário das anexações de hospitais que se encontra em ABREU – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, p. 30-31.

⁶¹ Segundo os índices das *Chancelarias Filipinas*, durante o reinado de D. Filipe I foram anexados às Misericórdias locais os hospitais de Abiul, Alenquer, Atalaia, Barreiro, Campo Maior, Cascais, Cóz, Erra, Lourinhã, Messejana, Tancos, Cela, Maiorca, Tentúgal, Vila Verde. No reinado de D. Filipe II seriam os de Alcanede, Moncarrapacho, Amarante e Ponte de Lima. Ao tempo de D. Filipe III seria o de Vila Nova de Anços.

⁶² Quando estão levantados os dados relativos a cerca de 20% das capelas instituídas no arcebispado, correspondente a um milhar de documentos de um universo que se deve situar pouco acima dos cinco mil. Um estudo que está a ser orientado para a análise da vinculação da propriedade em morgados e capelas. Cf. ABREU – *As cidades litorâneas de Setúbal e Lisboa em tempos de Contra-Reforma*. In *O LITORAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA (SÉCS. XVI-XVIII) – Actas*. Porto (no prelo).

⁶³ Vide gráficos 1 e 2. O estudo dos testamentos e das fundações vinculadas realizadas em Lisboa, para o século XVIII e primeiras décadas do século XIX, foi feito por ARAÚJO, Ana Cristina – *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*. Lisboa: Editorial de Notícias, 1997.

Vínculos de capelas instituídas em Lisboa 1331 - 1747



Os resultados deste percurso impõem-se por si próprios nos livros de receitas das misericórdias e nos tombos de propriedades mandados realizar nos finais de Seiscentos. E, na sua ausência, numa série de outros indicadores, como sejam, por exemplo, os que referem a evolução do número de missas instituídas e/ou a quantidade de capelães que as Santas Casas tinham ao seu serviço.

Assim aconteceu em Lisboa. Apesar de as informações serem descontínuas e escassas, é possível acompanhar este processo com alguma segurança naquela cidade, a partir de 1554⁶⁴. Em 1590, Duarte de Sande dava conta de um crescimento exponencial registado depois de 1564, ou seja depois de integrar o Hospital Real de Todos os Santos⁶⁵. Crescimento que os Estatutos de 1618 oficializariam ao regulamentarem pela primeira vez as atribuições do corpo de religiosos que servia a Santa Casa, e que o relator da visita que D. Filipe III efectuou a Portugal confirmaria⁶⁶. Uma década depois, António de Sousa Macedo avançava com números mais precisos: no ano económico de 1627-28 a Misericórdia de Lisboa mandara celebrar 28 022 missas *encapeladas*⁶⁷. Em 1679 eram já 30 292, ascendendo a 62 119 em 1695⁶⁸.

No Norte do país, na cidade do Porto, a revolução patrimonial da Misericórdia chegaria em 1584 sob a forma de um legado fabuloso deixado por um partidário da causa castelhana e íntimo de Cristóvão de Moura⁶⁹ – D. Lopo de Almeida, fidalgo português residente em Madrid, sacerdote de missa e capelão de D. Filipe II, cuja fortuna permitiu à Misericórdia a construção de um hospital e a consolidação da sua posição na comunidade.

⁶⁴ Cf. SERRÃO – *A Misericórdia de Lisboa*, p. 74-75.

⁶⁵ Cf. SANDE – *Diálogo sobre a missão dos embaixadores japoneses à Cúria romana*, p. 11.

⁶⁶ Cf. LAVANHA, João Baptista – *Viagem da catholica real magestade d'el-rei D. Filipe II N. S. ao reino de Portugal [...]*. Madrid: por Tomas Junti, 1622, p. 62.

⁶⁷ Cf. MACEDO, António de Sousa – *Flores de España excellencias de Portugal: en que brevemente se trata lo mejor de suas historias y de todas las del mundo [...]*. Coimbra: Of. Antonio Simoens Ferreyra, 1737.

⁶⁸ Cf. SERRÃO – *A Misericórdia de Lisboa*, p. 174.

⁶⁹ Cf. BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1934, vol. 2, p. 101.

Ao mesmo tempo, em Évora, em Setúbal, em Guimarães, em Aveiro, no Funchal, em Ponte de Lima, em Vila Viçosa, em Olivença⁷⁰, em Fão⁷¹, em Mesão Frio⁷², em Lamego⁷³, em Palmela⁷⁴, o Purgatório dava consistência económica às Santas Casas de Misericórdia e custeava as despesas com a assistência pública, libertando de tais encargos as receitas do poder local e da fazenda real.

Uma questão complexa e pertinente que se coloca face a este movimento sem precedentes na história de Portugal, relaciona-se com o fenómeno da vinculação do património, um dos muitos casos que reflecte a ambiguidade que caracterizou as relações entre o Estado e a Igreja neste período. Isto porque o mesmo poder político que tanto se preocupou com a amortização⁷⁵, não se mostrou particularmente interessado com os efeitos que a constituição desregrada de milhares de vínculos poderiam ter na economia⁷⁶. Com efeito, a *materialização* da crença no Purgatório, via vinculação da propriedade, seria capitalizada pelo Estado, que soube tirar partido da actuação de uma Igreja que procurava reforçar a sua presença junto das populações, uniformizando comportamentos e impondo uma matriz cultural relativamente homogénea. De forma idêntica e igualmente contraditória, enquanto lançava sérios reparos aos bispos a respeito da sua incontestável autoridade sobre as misericórdias, o governo filipino juntava-se aos ordinários na condenação do incumprimento dos legados pios.

As explicações para esta duplicidade de comportamentos já foram apresentadas em outros lugares⁷⁷. Não é demais referir, contudo, ainda que se questione a afinidade de interesses com que é apresentada – ou seja, o padecimento das almas dos defuntos e as perdas do Hospital Real –, que esta aproximação entre Igreja e Estado, favoreceu a Misericórdia de Lisboa. E não foi por falta de empenho dos visados que a Santa Casa não recebeu atempadamente as rendas a que tinha direito.

De facto, à queixa apresentada, em 1609, pelo provedor da Misericórdia de Lisboa, de que “alguns priores, vigários, reitores, curas e capellães, que por piedade ou por fazerem amizade aos administradores [das capelas] costumam dar certidões que são ditas as taes missas, não o sendo na verdade”, respondeu o arcebispo D. Miguel de Castro com pena de excomunhão a todos os que passassem falsas declarações⁷⁸.

⁷⁰ Cf. VALLECILLO TEODORO, Miguel Angel – *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza: 1501-1970*. Badajoz: Santa Casa de la Misericordia de Olivenza, 1993, p. 62 e ss.

⁷¹ Cf. ABREU – *O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão*, p. 103 e ss.

⁷² Cf. NORONHA, Remo de – *A Misericórdia de Mesão-Frio: alguns subsídios para a sua história*. In IV CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – Actas. Lisboa, 1959, p. 6-12 e p. 33-38.

⁷³ Cf. AZEVEDO, Joaquim de – *História eclesiástica da cidade e bispado de Lamego*. Porto, 1877, p. 58. Uma Misericórdia generosamente dotada pelo “bispo esmoler”, D. Fr. Luís da Silva, que, em 10 de Novembro de 1684, doa ao hospital da Santa Casa doze camas e respectivo enxoval (Investigação realizada pela aluna da Universidade de Évora, Margarida Ribeiro, no âmbito de um trabalho para a cadeira de História de Portugal Moderno, no ano lectivo de 1998-1999). Sobre este bispo, com especial destaque para a importância da acção assistencial dos eclesiásticos, vide PAIVA, José Pedro – D. Frei Luís da Silva e a gestão dos bens de uma mitra: o caso da diocese de Lamego (1677-85). In *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 20001, p. 243-255.

⁷⁴ Cf. FORTUNA, A. Matos – *Misericórdia de Palmela: vida e factos*. Palmela: Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990, p. 213-221.

⁷⁵ Como observámos noutra local, a ênfase deve ser colocada no alvará de 30 de Julho de 1611 – ainda que o prazo para o seu cumprimento tivesse sido sucessivamente prorrogado até 1613 (Cf. PORTUGAL. Leis, decretos etc. – *Collecção chronologica de leis extravagantes*, p. 181-182; p. 185-186; p. 209-10) – já que sobre ele se ergueu, a partir da lei das Consolidações, o *edifício desamortizador* pombalino.

⁷⁶ Uma primeira abordagem ao fenómeno do Purgatório enquanto “objecto económico”, ou seja, enquanto responsável pelo crescimento exponencial da amortização eclesiástica e aprisionamento da terra e dos seus rendimentos nas malhas do instituto vincular, pode ver-se em ABREU – *As cidades litorâneas de Setúbal e Lisboa em tempos de Contra-Reforma*.

⁷⁷ Nomeadamente, no supracitado trabalho de José Pedro Paiva. A propósito do mesmo assunto, veja-se PALOMO DEL BARRIO, Federico – *Disciplina Christiana*. Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa en la alta edad moderna. *Cuadernos de Historia Moderna*. Madrid. 18 (1997) 119-136. E, ainda do mesmo autor, La autoridad de los prelados post-tributivos y la sociedad moderna. El gobierno de don Teotónio de Braganza en el arzobispado de Évora. *Hispania Sacra*. Madrid. 47 (1995) 587-624.

⁷⁸ Cf. MONTEIRO, Abílio Augusto – *Direito portuguez sobre legados pios*. Porto: Typ. de António José da Silva, 1879, p. 7-8. Também, PORTUGAL. Leis, decretos etc. – *Collecção chronologica de leis extravagantes*, p. 618-619.

Uma ameaça recorrentemente repetida sempre que as reclamações foram do mesmo teor⁷⁹. Como também o seriam, ao longo dos dois séculos seguintes, as considerações tecidas por D. Filipe II no alvará de 15 Março de 1614⁸⁰.

Sendo um diploma com pressupostos eminentemente económicos, o documento de 1614 é também um libelo acusatório que denuncia “concertações” entre os eclesiásticos, os administradores das capelas e os testamenteiros, unidos num mesmo pecado, que defraudava as almas do Purgatório e o Hospital Real, este duplamente penalizado, uma vez que perante os documentos forjados pelos provedores das Capelas e Resíduos, nem sequer conseguia recuperar o que gastava nos procedimentos judiciais.

Para tentar resolver o problema, e partindo do princípio da co-responsabilização dos vários intervenientes no processo – e depois de consultar o provedor dos Resíduos, a Misericórdia e o Desembargo do Paço –, o monarca determinou a criação de dois livros de registo, perfeitamente iguais e com *garantia* de inviolabilidade, onde os escrivães do Juízo das Capelas e Resíduos copiariam todos os testamentos e instituições de morgados e capelas com encargos pios anuais⁸¹, que se encontrassem nos seus cartórios. Um dos livros seria entregue ao provedor das capelas, outro ao provedor do hospital, ficando ambos responsáveis pela sua actualização.

Mas esta era apenas uma das versões do problema: a do poder instituído, colocado perante a gravíssima situação económica do hospital administrado pela Misericórdia de Lisboa. Porque do outro lado do espelho, nos cartórios das outras misericórdias, e da generalidade das instituições que tinham este tipo de encargos, abundam os testemunhos dos processos instaurados, e sempre perdidos, contra aquilo a que os seus gestores consideravam ser a arbitrariedade do Hospital Real e os excessos do seu enfermeiro-mor, recrutado entre a nobreza, quase sempre titulado, e, portanto, com fácil acesso ao poder e às decisões por ele tomadas.

É que as verbas em causa eram, de facto, muito significativas. Ou, nas palavras do alvará de 15 de Março de 1614, “muito proveitosas”⁸². Não surpreende, por isso, que, depois da de Lisboa, outras misericórdias tentassem obter de Roma semelhantes privilégios. Luta que a do Porto conclui com sucesso em 1693, a de Évora em 1712, e a de Braga no ano seguinte⁸³.

Para se ter uma ideia aproximada da complexidade do que estava em causa num processo deste tipo, invoque-se, como referência, o exemplo de Évora. Alcançando o direito a receber as verbas dos legados pios não cumpridos no respectivo arcebispado, pela bula do Papa Clemente XI, datada de 26 de Novembro de 1711⁸⁴, em Outubro de 1717 a Misericórdia ainda não tinha conseguido fazer cumprir o texto papal⁸⁵.

A primeira contrariedade viera do próprio monarca que, no alvará de 1 de Dezembro de 1712, o que registara o beneplácito régio ao texto de Clemente XI, cingira a aplicação do documento à comarca de

⁷⁹ Nomeadamente, a realizada pelo arcebispo D. Luís de Sousa, capelão-mor do rei e conselheiro de Estado. Cf. GUERREIRO – *Subsídios para a história da Misericórdia de Évora*, vol. 3, p. 43.

⁸⁰ Alvará reiterado pelo de 22 de Outubro de 1642 (Cf. PORTUGAL. Leis, decretos etc. – *Collecção chronologica de leis extravagantes*, p. 435-440), pelo diploma de 12 de Setembro de 1683 (Cf. SERRÃO – *A Misericórdia de Lisboa*, p. 166) e pelo alvará extravagante de 22 de Maio de 1685 (Cf. RIBEIRO – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, p. 323). Sobre conflitos de jurisdições entre o Estado e a Igreja, a propósito das contas dos legados pios, veja-se, para a diocese de Coimbra, PAIVA, José Pedro – *A administração diocesana e a presença da igreja: o caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. Lusitania Sacra. 2ª série*. 3 (1991) 80-82.

⁸¹ Sobre esta instituição, consulte-se o estudo de ROSA, Maria de Lurdes – *A vontade dos finados é lei entre os Christãos*. Os direitos das almas e a reforma das Capelas no reinado de D. Manuel. In D. MANUEL E A SUA ÉPOCA. III CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES – *Actas*. Guimarães (no prelo).

⁸² Cf. PORTUGAL. Leis, decretos etc. – *Collecção chronologica de leis extravagantes*, p. 237. Orçando em cerca de 750 000 réis, numa estimação realizada em 1668 pelo Senado da Câmara de Lisboa. Cf. OLIVEIRA – *Elementos*, vol. 6, p. 369-371.

⁸³ Cf. MONTEIRO – *Direito portuguez sobre legados pios*, p. 14-17.

⁸⁴ Cf. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÉVORA – *Legados Pios*. Évora: Typ. da Casa Pia, 1882.

⁸⁵ Pelo menos a avaliar pelo discurso produzido, em Outubro de 1717, pelo Deão e Cabido da Sé. Cf. *ib.*, p. 7-8. (Também, GUERREIRO – *Subsídios para a história da Misericórdia de Évora*, vol. 3, p. 46).

Évora deixando de fora todas as outras que compunham o arcebispado⁸⁶. Rectificada a situação pela provisão de 7 de Setembro de 1715, os infractores invocam novos argumentos, igualmente válidos, para justificar a não entrega do dinheiro à Misericórdia: afinal, a maior parte das igrejas do arcebispado estavam isentas da jurisdição régia por serem das ordens militares, e, por conseguinte, a provisão não as contemplava. Seguiu-se um novo diploma, em Novembro desse mesmo ano, enfatizando o monarca que não era “justo faltar-se à verdade e pias vontades dos testadores”. O que, no entanto, não seria discurso suficientemente convincente para que os seus súbditos o respeitassem.

O que se repetiu com a prelecção do arcebispo de Évora, D. Simão da Gama, registada na carta pastoral de 1 de Março de 1714. Segundo o eclesiástico, “muitas pessoas que são obrigadas a dar conta dos testamentos e outras capellas se valem com industria de quitações com antedata de como tem satisfeito os legados e missas e ficarem desta sorte livres da pena em que tem incorrido por virtude do dito breve”⁸⁷. E se, como o próprio reconhecia, esse comportamento não honrava os fiéis, também não seria a posterior ameaça de excomunhão, proferida por Vicente Bichi, “legado à latere e nuncio”, que os convenceria a mudar de atitude⁸⁸.

Foi precisamente nesta mesma altura que muitas misericórdias tornaram público um pecado semelhante. Afinal, também elas tinham incorrido no incumprimento dos legados pios que tinham à sua responsabilidade. O cerne da questão, segundo as confrarias, residia no facto de as despesas hospitalares assumirem tais proporções que as obrigavam a utilizar com os doentes as verbas destinadas às preces pelas almas dos seus instituidores. Em consequência, tinham acumulado um passivo de milhares de missas por celebrar que agora pretendiam ver perdoadas.

O princípio da comutação dos legados pios em outras obras assistenciais, que aqui estava em causa, não era novo na história da Igreja. Na verdade, o próprio Concílio de Trento havia criado condições facilitadoras para a sua efectivação ao delegar nos bispos, em concílio diocesano, e nos abades e gerais das ordens, nos seus capítulos gerais, competências para o fazerem⁸⁹.

E foi sustentado no discurso das actas conciliares que, no século XVIII, despontou um movimento de grandes dimensões que, em simultâneo, legitimaria as situações de não respeito pelas últimas vontades dos crentes e reduziria drasticamente o número de missas instituídas⁹⁰. A primeira situação seria autorizada pelos breves de perdão, a segunda pelos breves de redução. À uma só voz, os administradores dos hospitais explicavam que, “para que não percesse hum sem numero de pobres”, tinham suspenso a celebração de algumas missas. Afinal, “os mortos não precisam de património na terra deixando de existir nella”, e nem lhes parecia justo que os capelães consumissem “os rendimentos precizos ao curativo dos enfermos”⁹¹. Curá-los é obra pia tão meritória como rezar pelas almas dos defuntos, acrescentariam as autoridades eclesiásticas que assinavam as cartas de perdão e de redução.

⁸⁶ Ou seja, Beja, Campo de Ourique, Setúbal, Santarém e algumas terras da Comarca de Elvas. Cf. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÉVORA – *Legados pios*, p. 6-7.

⁸⁷ *Ib.*, p. 7.

⁸⁸ Segundo Vicente Bichi, aqueles que assim procediam «obravão, ou por causa de seus interesses, ou por amizade que têm com os administradores, de que procedia passarem-se vinte e trinta annos sem que se satisfizessem aos suffragios annuaes, com grande prejuizo das almas a que são applicadas e das consciencias dos administradores». *Ib.*, p. 4-6.

⁸⁹ Cf. REYCEND, João Baptista – *O sacrosanto e ecumenico Concilio de Trento, em latim e portuguez*. Lisboa: Off. de Francisco Luiz Ameno, 1781, p. 702.

⁹⁰ Para ser mais precisa, o movimento já ganha alguma visibilidade desde os últimos anos do século XVII, quando alguns conventos conseguem ver reduzido o número de missas de várias capelas. Um assunto que temos em estudo, a partir da documentação guardada no Arquivo Secreto do Vaticano.

⁹¹ Em 1717, a Misericórdia de Setúbal via perdoadas «quarenta e tantas mil missas» que tinha em dívida às suas capelas e alcançava a redução de cerca de quatro mil missas anuais – o que correspondia a 27% das suas obrigações. Pouco depois, o hospital da Anunciada, também de Setúbal,

E se os contornos deste movimento já estão perfeitamente identificados para Setúbal⁹², outras histórias começam agora a ser conhecidas. Como a de Tavira⁹³, a de Lagos⁹⁴, a de Aveiro⁹⁵, a do Funchal⁹⁶ e a de Goa⁹⁷.

Aproveitando o momento, mas usando como argumentação a “tenuidade” – segundo os termos dos documentos analisados – dos rendimentos dos bens destinados às missas, vários conventos, colegiadas e confrarias, seguiriam o exemplo das misericórdias e procuraram libertar-se dos sufrágios que tinham a seu cargo, num movimento que viria a atingir impressionante dimensão na sequência da legislação pombalina.

Por tudo isto, talvez se entenda melhor a curva dos gráficos 1 e 2 e os testemunhos de quem conhecia bem toda esta problemática. Como o do pároco da igreja de S. Julião de Setúbal que, em 1745, tomava de outros palavras que se adivinham suas. Um colega, contava, “que era consultado de muitos que querião fazer seos testamentos, nunca aconselhara a pessoa alguma que deixasse capellas ou anniversários porque semelhantes legados, posto que peissimos, levavão regularmente muitas almas arrastadas ao inferno: pois condenavão-se os legatários, que desfrutando a fazenda se descuidavão, e alguns athe iniquamente se defendião para não satisfazer a pensão, que na mesma fazenda lhe deixarão; condenavão-se os priostes que os não obrigavão à solução, huns por descuido, outros por atenção ou amizade, e o miseravel instituidor penava no Purgatorio sem remedio”⁹⁸.

Apesar da dependência tão profunda das misericórdias em relação aos bens das missas pelas almas do purgatório, tal não significou que prescindissem de outras fontes de financiamento. Muito pelo contrário. No seio de quase todas as Santas Casas travaram-se lutas incessantes na procura de novos recursos e diversificação de receitas, ao mesmo tempo que distratavam foros e censos procurando a rápida conversão de rendas perpétuas em consideráveis somas de “dinheiro de contado”, recebidas por uma só vez⁹⁹. O recurso ao mercado de capitais foi outra das opções administrativas tomadas. Que, aliás, tem história antiga na vida das confrarias, recuando a tempos muito anteriores à despenalização do empréstimo a juros. Para o período em estudo, só os documentos relacionados com a transacção de capitais representam mais de 50% dos cerca de 1 600 documentos exarados nas *Chancelarias Régias*¹⁰⁰.

Na gestão financeira das misericórdias este movimento desenvolveu-se em três vertentes distintas. A que conduziu ao auto-financiamento dos confrades, alguns aristocratas¹⁰¹, mas também outros com menos nobreza mas igual poder para se eximirem ao pagamento das dívidas contraídas. A que se materia-

comprava o perdão de sessenta mil missas não oficiadas e conseguia uma drástica diminuição das obrigações das três maiores capelas que possuía. (Setúbal: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal: *Livro de Redução de Legados Pios*, fls. 30v e ss.). Sobre o assunto, vide ABREU – Uma outra visão do Purgatório: uma primeira abordagem aos breves de perdão e de redução. *Revista Portuguesa de História*. 23/II (1999) 713-736.

⁹² Cf. ID. – *Memórias da alma e do corpo*, p. 135-172.

⁹³ Cf. ANICA, Arnaldo Casimiro – *O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade*. Tavira: [s.n.], 1983, p. 52-53.

⁹⁴ Cf. CORRÊA – *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*, p. 273-277.

⁹⁵ Segundo informações fornecidas pelo Dr. Pedro Penteado, no âmbito do trabalho sobre arquivos que se publica neste mesmo volume.

⁹⁶ Cf. JARDIM, Maria Dina dos Ramos – *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal, século XVIII: subsídios para a sua história*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 59.

⁹⁷ Cf. SÁ – *Quando o rico se faz pobre*, p. 181.

⁹⁸ São Julião: Arquivo Paroquial de São Julião: *Livro das obrigações das missas desta freguesia de S. Julião, anno de 1740*.

⁹⁹ Sobre a problemática dos “distratos” – venda de parte dos foros e censos, reduzindo-os a quantias simbólicas –, veja-se ABREU – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, p. 59-62.

¹⁰⁰ Um número ainda assim bastante reduzido se se tiver presente que ele contempla quase exclusivamente os juros transaccionados sobre bens da fazenda real e da administração pública.

¹⁰¹ Documentalmente conhecido na Misericórdia de Lisboa para 1672, mas, de certeza, a vigorar bem antes dessa data. Cf. SERRÃO – *A Misericórdia de Lisboa*, p. 165 e p. 171. Também, MONTEIRO, Nuno Gonçalo – O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos. *Análise Social*. 27 (1992) 263-283.

lizou no endividamento compulsivo com o objectivo de recolocar o dinheiro no mercado creditício – beneficiando do privilégio de poderem pagar juros à taxa de 5% e emprestarem à razão de 6,25%. E, finalmente, a que resultou na aquisição de juros da fazenda real ou das rendas dos concelhos.

A breve trecho todas estas opções se mostrariam ruinosas para as finanças das misericórdias uma vez que se traduziriam numa imobilização de capital e não na sua multiplicação. Aferir qual delas foi a mais nociva é, para já, tarefa inglória. Aparentemente, a compra, quase sempre forçada, de juros sobre a fazenda pública parece ter sido a aplicação mais gravosa. E se casos houve em que essa aquisição foi facilitada por irmãos que se colectavam para reunir os montantes necessários, como sucedeu, por exemplo, em Braga, já em Lamego, no Porto e em Lisboa, a situação parece ter sido bem diferente ¹⁰².

Num arrolamento de dívidas que o senado de Lisboa apresentou em 30 de Julho de 1661, no almoxarifado da carne e no real de água no vinho, as misericórdias de Abrantes, Lisboa, Santarém, Porto, Vila Franca e Almada eram credoras de 1 431 000 réis de juros anuais ¹⁰³. Uma tendência que se acentuaria drasticamente ao tempo de D. João V ¹⁰⁴, quando os juros às instituições se acumulavam por pagar, consolidando-se ao “principal”, em quantias que às vezes o excediam largamente. Só à Misericórdia de Lisboa mandou o rei pagar, em 1725, 44 contos de réis de juros, correspondentes a 22 anos de dívidas. Em Dezembro de 1748 seria a vez do senado ser intimado a liquidar 10 970 642 réis de juros vencidos ¹⁰⁵. Desconhece-se completamente a representatividade destes valores no cômputo total das dívidas que a administração pública tinha contraído à Misericórdia de Lisboa. A crer nas queixas por ela apresentadas, limitar-se-ia apenas a uma parcela do montante que estava à cobrança. E o que se passaria em relação às restantes misericórdias do reino?

Neste quadro de endividamento que se vive desde as primeiras décadas do século XVII, não surpreende que os apelos das misericórdias à generosidade régia fossem cada vez menos atendidos. Do leque das esmolas concedidas entre os reinados de D. Filipe I e D. João V, e registadas nas respectivas chancelarias, apenas têm alguma expressão as recebidas pelas misericórdias ultramarinas, nomeadamente pela de Angola ¹⁰⁶ e pela de Cabo Verde ¹⁰⁷ – o que se explica no contexto das específicas competências que lhes estavam atribuídas ¹⁰⁸ –, pela de Lisboa ¹⁰⁹, pela de Leiria ¹¹⁰ e pela de Lagos ¹¹¹. Quanto às restantes, encontram-se apenas algumas esmolas avulsas para obras de igrejas ¹¹², ou para acudir a situações pontuais. Raramente tinham uma expressão económica relevante. Na verdade, a precariedade destas doações era a tónica mais marcante. Apesar de poderem ser sucessivamente confirmadas, poucas vezes se tornavam

¹⁰² Conforme as dezenas de documentos registados nas diferentes chancelarias. Veja-se, a propósito, OLIVEIRA – *Elementos*, vol. 4, p. 323.

¹⁰³ Cf. *ib.*, vol. 6, p. 276-285. Também vol. 3, p. 405.

¹⁰⁴ Profusamente documentados na respectiva chancelaria.

¹⁰⁵ Em vão, a Misericórdia tentou que o monarca ordenasse o levantamento do sequestro que vários credores tinham feito das rendas da cidade, para assim poder cobrar o seu dinheiro. Todavia, apenas conseguiu que, em Maio de 1750, lhe fossem pagos 2 contos de réis. Cf. *ib.*, vol. 15, p. 69-74 e p. 155-157.

¹⁰⁶ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Pedro II*, liv. 39, fl. 33v.

¹⁰⁷ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João IV*, liv. 12, fl. 186. Uma doação que pelo menos remete a D. Filipe III. (cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Filipe III*, liv. 31, fl. 265v).

¹⁰⁸ Cf. ABREU – *O papel das Misericórdias dos “lugares de Além Mar”*.

¹⁰⁹ Entre outras, destaca-se a esmola de 400 000 réis para aquisição de roupa para a enfermaria, a cobrar no contrato dos escravos de Angola, e a concessão das fianças das condenações dos presos degradados. Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João IV*, liv. 15, fl. 127; *Chanc. de D. Pedro II*, liv. 40, fl. 155v. Veja-se, ainda SERRÃO – *A Misericórdia de Lisboa*, p. 182-183.

¹¹⁰ 40 000 réis que lhe foram prometidos em 1595, a cobrar nas sentenças e condenações crimes que dessem o corregedor e juiz de fora da vila. Privilégio várias vezes suspenso mas com frequentes prorrogações, pelo menos até 1686. Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Filipe I*, liv. 18, fl. 168.

¹¹¹ Mais regular parece ter sido o pagamento de 1% das sisas do almoxarifado da alfândega do Algarve, prometido à Misericórdia de Faro por D. João III e várias vezes prorrogado ao longo dos séculos seguintes.

¹¹² Como as recebidas pelas misericórdias de Almeida e a de Vila da Feira, respectivamente em 3 de Julho de 1693 e 8 de Junho de 1702: um real em cada quartilho de vinho e um arrâtel de carne, a cobrar durante um ano. Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Pedro II*, liv. 38, fl. 175 e liv. 27, fl. 184v.

definitivas. Como se encontra claramente explícito na carta de doação de um juro de 8 000 réis à Misericórdia de Linhares ¹¹³ – e noutros documentos afins –, onde o monarca faz questão de declarar que a confraria não adquiria quaisquer direitos sobre os bens que lhe eram temporariamente doados.

Outra importância tiveram, com toda a certeza, as doações de carácter administrativo. Ou melhor, aquelas que permitiam às misericórdias acelerar o processo de recolha das rendas, punir os infractores, resolver os conflitos judiciais. No cômputo geral, trata-se de um elevado número de privilégios que as autorizavam a “cobrar suas dívidas como fazenda real”, ou a possuírem juiz ¹¹⁴, tabelião e escrivão privativos. Ou seja, facilitar-lhes a gestão do quotidiano.

Complementarmente, as misericórdias recebiam também ajuda económica das suas comunidades. Um assunto que se conhece mal e que merece melhor sorte em termos de investigações futuras. À falta de estudos de história local que colmatem estas lacunas, as informações de mais fácil acesso são as que se encontram registadas nos organismos da administração central. Aí se colhe, a título de exemplo, que a Câmara de Proença a Velha entregou alguns dos seus rendimentos à Misericórdia local ¹¹⁵, que a de Castelo Novo contribuiu com o produto da renda das pastagens ¹¹⁶, a de Avis com a renda de uma coutada, a de Lamego com as sisas dos mercados nos terreiros domingueiros, a de Vila do Conde com parte dos sobejos do cabeção das sisas ¹¹⁷. Pouco mais.

A característica mais assinalável que emana desta documentação é a natureza de tributo forçado. O mesmo é dizer que parece que as câmaras ajudaram as misericórdias porque os monarcas assim o decidiram. O que poderá explicar a irregularidade com que as verbas eram entregues e a morosidade dos processos administrativos que as acompanhavam. Tanto mais que a satisfação desses contributos estava condicionada pelas disponibilidades dos orçamentos camarários e até pelas relações existentes entre os senados e as misericórdias. Uma preposição que está longe de ser especulativa, já que resulta da leitura de um vastíssimo conjunto de documentos relativos aos contactos estabelecidos entre a Câmara e a Misericórdia de Lisboa a propósito da assistência pública. E que revela, entre outras coisas, que, pelo menos em Lisboa, o Estado recorreu à tributação directa às populações como forma de custear as despesas com a assistência ¹¹⁸.

O assunto é introduzido pelo senado lisboeta em plena crise provocada pela peste dos últimos anos do século XVI, que levava até à capital hordas de gente muito pobre que, “em manadas”, pediam esmola e espalhavam o pânico entre a população. Perante a incapacidade de o Hospital Real as acolher, a Câmara solicitou ao rei, em Abril de 1598, que a autorizasse a “lançar um real de água por arrátel, imposto na carne e dois por canada de vinho” procurando, desta forma, obter o dinheiro necessário para fazer face à situação. Simultaneamente, a edilidade propunha-se iniciar de imediato a construção de um novo hospital que servisse de apoio ao da Misericórdia, tomando para isso três mil cruzados, “d’algum dinheiro que ainda tem”. Ainda que com a oposição dos representantes do povo, a proposta agradou sobremaneira aos

¹¹³ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João IV*, liv. 17, fl. 34.

¹¹⁴ Ou, mais comumente, para que o juiz de fora fosse privativo das causas das misericórdias.

¹¹⁵ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. João IV*, liv. 13, fl. 335.

¹¹⁶ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Filipe I*, liv. 11, fl. 99v.

¹¹⁷ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Filipe I*, liv. 1, fl. 2v (Castelo Novo, 24-5-1583); *Chanc. de D. Afonso VI*, liv. 41, fl. 74 (Avis, 30-5-1618), liv. 41, fl. 74 (Lamego: 3-2-1671); liv. 54, fl. 72v (Vila do Conde, 8-6-1683).

¹¹⁸ Investigações futuras revelarão se esta forma de actuar, que aqui aparece como circunstancial, teve paralelo no resto do país. Importantes, neste contexto, são os contributos provenientes da caridade particular. Vejam-se, neste contexto, as várias autorizações que muitas misericórdias receberam para poderem colocar pedidores nas suas terras, ou nos lugares circunvizinhos. Nomeadamente, a de Barcelos (IAN/TT: *Chanc. de D. Filipe I*, liv. 1, fl. 82v; 14-3-1591); Galizes (*Chanc. de D. Afonso VI*, liv. 41, fl. 33; 2-9-1670); Santa Comba Dão (*Chanc. de D. Filipe I*, liv. 4, fl. 43; 11-3-1596); S. João da Pesqueira (*Chanc. de D. Filipe I*, liv(s). 2, 4, 5, fls. 116, 57, 172), Trancoso (*Chanc. de D. Filipe I*, liv. 1, fl. 14), e Óbidos (*Chanc. de D. Filipe I*, liv. 2, 152).

governadores do reino e foi prontamente apoiada pelo monarca, que louvou a solução encontrada “para remédio dos pobres”¹¹⁹.

Não era a primeira vez que se utilizava este expediente. Aquando da grande “esterilidade” que provocara a fome nas terras de Entre Douro e Minho e Alentejo, e trouxera as suas gentes até Lisboa, já então se tinha lançado mão do real de água ¹²⁰. Porém, pela característica de recurso que agora assumia, perspectivava-se, como os representantes do povo bem entenderam, a sua utilização sistemática como meio de participar nas despesas de um sector tradicionalmente suportado pela caridade.

E foi precisamente isso que aconteceu. Com uma duração prevista para três meses, logo em Novembro desse mesmo ano de 1598, os governadores do reino alongaram, “excepcionalmente”, o prazo por mais meio ano. Isto, aparentemente em contradição com as orientações régias, a quem não parecia conveniente “prorogala por mais tempo pera a despeza de cassa da saude, porque se ho mal não cesar, o que deus não permita, ficarião paguando esta enpucisão os pobres que ficão na cidade, pois os ricos se ão de sair della”¹²¹.

Outras prorrogações se lhe seguiriam, perdendo progressivamente o carácter “excepcional” com que de início tinham sido justificadas. A destinatária das receitas recolhidas era agora a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ¹²². Esmolas que, pelo menos, entre 1610 e 1622, seriam regulares, atingindo somas avultadas ¹²³.

Não se pense, contudo, que estes “novos” impostos foram cobrados num quadro de perfeito relacionamento institucional entre o senado e a confraria. Se houve momentos em que tal aconteceu, a regra foi o conflito, a contestação e a troca de acusações ¹²⁴. Frequentemente chamado a intervir, o monarca decidiu sempre a favor da Misericórdia. Não raras vezes, dirigindo duras admoestações à Câmara, ordenando-lhe que entregasse à Santa Casa as verbas em questão, “sem dilação, escusa nem contradição alguma”¹²⁵.

Tensões particularmente graves foram vividas nos complexos anos 20 do século XVII. Um ambiente que apenas se desanuviaria em 1631, no contexto de uma nova crise de saúde pública, provocada por novo surto de peste “e aperto da fome”¹²⁶. A partir daí, e pelo menos até 1662, retomar-se-iam com alguma regularidade as contribuições entregues pela Câmara à Misericórdia, quase sempre provenientes do real de água ¹²⁷. O recurso sistemático a este tributo para custear as despesas da assistência tornara-se tão normal que rapidamente seria tomado como hipótese de solução para problemas de índole mais privada. Como dá conta o pedido das freiras de Santa Marta que, em 1 de Setembro de 1661, solicitavam a sua

¹¹⁹ OLIVEIRA – *Elementos*, vol. 2, p. 105-108. Mais prudente mostrou-se o monarca em relação ao contributo que era solicitado à Fazenda Real, rematando, a esse respeito, com a lacónica resposta de que «se fará nisso tudo o que puder ser».

¹²⁰ Sobre a problemática do real de água, *vide* OLIVEIRA – *Poder e oposição*, p. 125 e ss. Sem esquecer os seus pioneiros trabalhos sobre as «alterações» e os levantamentos populares desencadeados na sequência deste e de outros tributos filipinos.

¹²¹ Sugerindo que fosse contraído um empréstimo de 12 000 cruzados aos mercadores para acudir à situação. O que efectivamente se concretizaria em 1600, mas já de 30 000 cruzados. Cf. OLIVEIRA – *Elementos*, vol. 3, p. 107-108 e p. 119.

¹²² Outras soluções do poder central acompanham a proposta camarária: a concentração «de todos os pobres sem remédio e os meninos sem pais, numa rua ou bairro, de onde não possam sair, provendo-os aí dos necessários mantimentos», ou, em alternativa, embarcá-los para o Brasil, para povoar as terras aí conquistadas. Neste contexto, e “para acorrer aos enfermos do mal da peste”, a Câmara vendeu 300 000 réis de juros, em 25 de Janeiro de 1599, e aceitou uma capela de um cidadão que lhe entregava 9 000 cruzados «para remir algua parte das grandes nesciedades em que a cidade se via», em troca da edilidade lhe mandar celebrar vários sufrágios. Cf. *Ib.*, vol. 3, p. 120, p. 122 e p. 124-125.

¹²³ Cf. *Ib.*, vol. 2, p. 261, p. 273, p. 334 e p. 355, e vol. 3, p. 37.

¹²⁴ Cf. *Ib.*, p. 75.

¹²⁵ *Ib.*, p. 89 e p. 90-91. Atitude mais conciliatória revelaria o monarca em carta de 26 de Julho de 1626, onde informa a Câmara de que iria acorrer à Misericórdia com 1 000 cruzados «nas esmolas que se ão de repartir das naos que tem vindo da India», solicitando à edilidade que contribuisse com o que pudesse. Cf. *Ib.*, p. 235-236.

¹²⁶ Numa situação que ameaçava assumir proporções de calamidade pública, a Câmara dirigiu-se à Misericórdia suplicando-lhe que recolhesse os «moços dezemparrados e de pouca idade, que acodião de fora, e se tem entendido dos medicos que ha doenças de febres malinas, e que vem adoecer os ditos moços e a morrer no hospital, de que nasce cuidado, pera se lhes aver de acudir, antes que o danno venha a ser mayor». Um pedido que fez acompanhar de uma esmola de 4 000 cruzados, acrescida, pouco depois, de outra de 240 000 réis. Cf. *Ib.*, p. 436-438.

¹²⁷ Cf. *Ib.*, p. 554, p. 597, vol. 4, p. 60, p. 77-78 e vol. 6, p. 177 e p. 341.

utilização para comprar os paramentos e alfaias de culto, desaparecidos no incêndio que deflagrara na sua sacristia. Todavia, peremptório, o rei respondia: “os efeitos a que está applicado o real d’agua não permitem estas esmolas”¹²⁸.

Apesar de pouco documentado, parece que depois da Restauração as relações entre o Senado e a Santa Casa, no que concerne à comparticipação nas despesas com a assistência, se tornaram mais amistosas. Todavia, verdadeiramente dignas de registo nesta altura seriam as esmolas com que D. Afonso VI privilegiou o Hospital Real de Todos os Santos. De carácter administrativo – visando acelerar a recolha das rendas e actuar judicialmente sobre os faltosos¹²⁹ –, patrimoniais¹³⁰ – com especial destaque para a doação de lezírias¹³¹ –, ou atendendo às necessidades quotidianas de legumes verdes, de pão, de vinho, de incenso, de sândalo¹³², a Chancelaria regista um notável número de doações que deverão ter tido reflexos substantivos na vida da instituição. Insuficientes, contudo, para fazer face às enormes despesas do hospital¹³³.

À Misericórdia de Lisboa valia-lhe, em alturas de maior aperto financeiro, a “Providência Divina (...) patente em muitas inopinadas esmolas”, com que os particulares a iam distinguindo¹³⁴. Poderiam as restantes misericórdias afirmar o mesmo?

Assistência e assistidos

Um regulamento é, basicamente, um documento que codifica um conjunto de regras normativas, que estabelece preceitos de actuação, que organiza e esclarece competências. É, portanto, uma carta de intenções. O seu cumprimento depende do rigor de quem o implementa, de imprevisíveis conjunturas, das orientações emanadas dos poderes tutelares. Os compromissos das misericórdias são regulamentos. Portanto, cartas de intenções. Traves mestras de edifícios cuja sustentabilidade esteve, não raras vezes, mais dependente das circunstâncias exteriores do que de quem administrou a obra.

Serve esta introdução para convocar o tema da assistência – afinal, razão primeira e última da existência das misericórdias. E, sobretudo, para advertir para a disparidade que pode existir entre as instruções registadas nos compromissos e as exigências mais triviais do quotidiano, que obrigavam a respostas que assumiam a forma de outras leis, mais ajustadas à realidade em que as instituições estavam inseridas. Para além disso, é já hoje relativamente consensual que as razões de saúde pública foram implacáveis para com as misericórdias. As fomes, as pestes e as guerras, recorrentes ao longo de todo o Antigo Regime, impuseram-lhes caminhos, não necessariamente escolhas. A assistência aos feridos de uma qualquer guerra, aos acidentados, aos subnutridos, aos portadores de doenças contagiosas, entre um infundável número de outros necessitados, foi assumindo um peso crescente nas actividades das Santas Casas, mobilizando recursos e esforços que acabariam por tornar menos prioritárias as celebrações das

¹²⁸ Cf. *Ib.*, p. 205.

¹²⁹ Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Afonso VI*, liv. 4, fl. 253v; liv. 10, fl. 61v.

¹³⁰ Cf. *Ib.*, liv. 4, fl. 244, fl. 245; fl. 246v; liv. 10, fl. 54.

¹³¹ Da Azambuja, da Malveira, de Alcabatim, Vila Franca de Xira e de Alcanena. Cf. *Ib.*, liv. 10, fl. 51, fl. 56, fl. 58, fl. 60. Doou, ainda, o paúl da Ota (liv. 4, fl. 256) e o casal de Queluz (liv. 10, fl. 61).

¹³² Cf. *Ib.*, liv. 1, fls. 50v-57; liv. 4, fl. 246, fl. 248, fl. 253v; liv. 10, fls. 62-62v.

¹³³ Isto apesar de a Misericórdia contar de forma permanente, desde 1612, com os consideráveis réditos provenientes da realização dos espectáculos – ou da exploração das comédias, segundo a terminologia de então –, um benefício inicialmente concedido a título precário, por alvará de 20 de Agosto de 1588. O desrespeito por este privilégio obrigou a ópera italiana, que em 1735 começara a representar sem respeitar as prerrogativas do hospital, a recompensá-lo pelas rendas não recebidas. À semelhança de outras rendas recebidas pela Misericórdia em espaços ou tributos em que a Câmara tinha alguma jurisdição, também esta não foi de pacífica cobrança. Cf. OLIVEIRA – *Elementos*, vol. 3, p. 39-55.

¹³⁴ Conforme o discurso produzido pelo enfermeiro-mór, em Setembro de 1745. Cf. *Ib.*, vol. 14, p. 455.

cerimónias comemorativas e dos rituais litúrgicos inscritos nos compromissos. Sem pretender fazer qualquer juízo moral, apenas se pode constatar uma evidência: o caminho das misericórdias fez-se no sentido do reforço da vertente material da assistência em detrimento do investimento nas obras espirituais.

É óbvio que esta tendência não foi unívoca. No interior do complexo universo das misericórdias houve lugar para comportamentos e atitudes variadas. Misericórdias pequenas, de terras pequenas, como por exemplo a da Soalheira, dedicaram-se preferencialmente a actividades “simples e de maior modéstia”¹³⁵. O mesmo se poderá dizer da Misericórdia da Lousã¹³⁶, da de Penela¹³⁷ e da do Souto¹³⁸. E de um elevado número de outras cujas memórias só muito lentamente vão sendo recuperadas. Nestas confrarias a componente espiritual levava a primazia. Uma prática que poderia resultar menos de uma opção do que dos condicionalismos económicos das instituições em causa.

Na verdade, rezar pelos vivos e pelos mortos, acompanhá-los à sepultura¹³⁹, dar bons conselhos, entre outras obras da mesma natureza, não pressupunha a prévia existência de bens materiais para a sua execução. Bastava ter fé, estar religiosamente comprometido com a comunidade, ser solidário para com o próximo. Todavia, assistir e alcançar a liberdade para presos e cativos, cuidar de doentes, de pobres e de peregrinos, satisfazer as necessidades primárias dos mais carenciados, enterrar os mortos e celebrar as missas estipuladas nos testamentos, eram tarefas que apelavam para outro tipo de intervenção e investimento.

Investimento financeiro, em primeiríssimo lugar, já que a sua execução assentava na transacção de serviços e bens. Mas também investimento logístico. O exercício destas obras de caridade era inconcebível na ausência de estruturas materiais e recursos humanos, quer da própria irmandade, quer recrutados no exterior. Exigia, ainda, alguma burocracia e funcionários especializados.

Promover a libertação dos presos – já para não mencionar a remissão dos cativos, que nesta altura se encontrava fora da alçada das misericórdias – era tarefa dos homens das leis. Manter um hospital requeria um funcionalismo próprio, desde as pessoas que se dedicavam aos cuidados de saúde propriamente ditos, aos administrativos que superintendiam às tarefas de secretaria, àqueles que, dia a dia, asseguravam a manutenção das instalações e dos doentes. Gerir médicos, enfermeiros, sangradores, boticários, sanguesugadeiras, cirurgiões, cozinheiras, lavadeiras, costureiras, secretários, para além dos “moços” que acompanhavam cada um destes funcionários, era um trabalho árduo que demandava a pré-existência de estruturas organizacionais com alguma solidez.

O mesmo se passava com os serviços religiosos e com as funções culturais. Celebrar um infindável número de missas diárias pelas almas dos instituidores, reencenar ano após ano as várias cerimónias comemorativas do calendário litúrgico, participar na vida religiosa da colectividade, exigia a manutenção de um corpo relativamente estável de capelães, a existência de sacristães, o recrutamento regular de pregadores. Impunha, também, a contratação de serviços dos armadores que montavam os cenários para as representações das várias etapas da Paixão, dos músicos e das “figuras” necessárias aos teatros litúrgicos. Obrigava,

¹³⁵ RUIVO, Augusto Duarte – *A Soalheira e a sua Misericórdia*. Soalheira: Santa Casa da Misericórdia, 1970, p. 18.

¹³⁶ Cf. LEMOS, Eugénio de Mascarenhas Viana de – *A Santa Casa da Misericórdia da Lousã, 1566-1966*. [Lousã: s.n.], 1966. Um estudo mais aprofundado sobre esta Misericórdia está a ser desenvolvido no âmbito da tese de doutoramento que a Dr^a Maria do Rosário Castiço de Campos tem em preparação.

¹³⁷ Cf. NUNES, Mário – *A Misericórdia de Penela, 1559-1999: servir e amar*. Penela: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, 1999.

¹³⁸ Cujá pobreza a leva a solicitar ao rei, em 1686, a confirmação do termo em que a Mesa decidira não gastar dos rendimentos da Casa os 3 200 réis nos jantares que costumava fazer na quinta feira santa e no dia de Santa Isabel. Cf. IAN/TT: *Chanc. de D. Afonso VI*, liv. 45, fl. 178.

¹³⁹ Ainda que esta fosse uma obra de misericórdia que raramente agradou aos confrades, e não só aos das misericórdias. Na de Lisboa e na de Setúbal, por exemplo, à mingua de quem o quisesse fazer, e depois da expulsão de vários irmãos que sistematicamente se recusavam a participar nas cerimónias fúnebres, estabeleceu-se uma *escala de serviço* que previa a existência vários suplentes. Cf. ABREU – *Memórias da alma e do corpo*, p. 309-320. Problema que a Misericórdia de Elvas tentou resolver através da criação de uma irmandade – a Irmandade do Amparo (1589) –, cujo fim principal era, precisamente, enterrar os mortos. Cf. GAMA, Eurico – *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*. Coimbra: [s.n.], 1954, p. 129-140.

ainda, à aquisição de flores, de incenso e cera, de brocados, damascos e cetins, e de todos os adereços necessários à criação dos ambientes deslumbrantes, fundamentais à rememoração dos acontecimentos fundadores.

E parece desnecessário continuar a aduzir mais argumentos para aceitar o que se impõe por si próprio: a capacidade económica das misericórdias condicionou fortemente os domínios em que intervieram e o modo como o fizeram.

Posta esta questão prévia, e sem nunca perder do horizonte analítico as mutações operadas nos princípios teóricos que enformaram a prática assistencial ao longo da Idade Moderna, e que lentamente a encaminham para a medicalização e racionalização de recursos ¹⁴⁰, é pacífico dividir as misericórdias portuguesas em dois grupos relativamente distintos: as que administravam hospitais e aquelas que nunca exerceram essa valência. Uma divisão que, essencialmente, residia na possibilidade de possuir efectivas competências para modelar a sociedade. Gerir um hospital significava, como foi dito, gerir os seus bens ¹⁴¹, potenciar as hipóteses de crescimento patrimonial, deter meios para a prática da assistência. Recorde-se que um número significativo de misericórdias só teve visibilidade social – entenda-se aqui, adesão das populações – quando se tornou responsável pela assistência hospitalar.

Ainda que não seja de excluir o aparecimento de novas informações que apontem em sentido contrário, não há conhecimento de qualquer misericórdia – para além do caso muito particular da de Peniche – que tenha preterido a administração de um hospital. Mas vários motivos podiam contribuir para que algumas delas nunca tivessem integrado o grupo dos administradores hospitalares. Bastava, para tanto, que a comunidade fosse tão pequena que não justificasse a existência de um hospital. Ou que a proximidade de um hospital geral tornasse inútil a duplicação de serviços. Ou, ainda, que os hospitais pertencentes a outras confrarias possuíssem privilégios que impedissem a sua desanexação. Exemplos desta diversidade de situações encontram-se, pelo menos, em Tavira ¹⁴², em Peniche e em Setúbal ¹⁴³.

Nos centros urbanos, porém, poucos terão sido os hospitais que escaparam ao controle das misericórdias. O processo recua aos anos 60 do século XVI, continuando a partir daí a anexação hospitalar num movimento quase constante que praticamente se concluiu durante a monarquia filipina ¹⁴⁴.

Apesar das limitações das provas documentais, é particularmente fácil observar-se que, desde logo, os gastos com os hospitais lideraram o sector das despesas das misericórdias. Encargos financeiros que atingiriam os 75% em Setúbal ¹⁴⁵, acima dos 50% em Guimarães ¹⁴⁶ e Vila Viçosa, um pouco menos em Ponte de Lima ¹⁴⁷ e Aveiro ¹⁴⁸. A estes valores correspondeu um contínuo aumento do número de

¹⁴⁰ Entre várias obras que versam o assunto, veja-se GRELL, Ole Peter; CUNNINGHAM, Andrew; ARRIZABALAGA, Jon (ed.) – *Health Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*. London; New York: Routledge, 1999, e, também, BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *Assistência, saúde pública e prática médica em Portugal, séculos XV-XIX*. Lisboa: Universitária Editora, 2001.

¹⁴¹ Total ausência de bens só a encontramos referenciada para o hospital administrado pela Misericórdia da Amieira. Cf. SOUSA, Tude Martins de; RASQUILHO, Francisco Vieira – *Amieira do antigo Priorado do Crato*. Ed. fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, p. 472-476.

¹⁴² O que só acontece em 1920. Cf. ANICA – *O Hospital do Espírito Santo*, p. 69-70.

¹⁴³ Cf. ABREU – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, p. 26-31.

¹⁴⁴ Nesse sentido deverá igualmente ser interpretado o forte apoio que a monarquia filipina concedeu às misericórdias, num movimento que deverá ser estudado em articulação com a nomeação camarária dos guardas-mores da saúde. Assunto já abordado por MAGALHÃES – *O Algarve económico*, p. 39 e ss.

¹⁴⁵ Cf. ABREU – *Memórias da alma e do corpo*, p. 400-414.

¹⁴⁶ Cf. COSTA, Américo Fernando Silva – *Sociabilidade, poder e conflito: a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães – 1750-1820*. Braga, 1993, p. 181.

¹⁴⁷ Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 164 e p. 510 e ss.

¹⁴⁸ Cf. BARREIRA, Manuel de Oliveira – *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: pobreza e solidariedade (1600-1750)*. Coimbra: [s.n.], 1995, p. 129.

homens e mulheres assistidos nos hospitais das misericórdias. Quando representadas graficamente, as entradas dos doentes desenham uma linha que evolui em sentido ascendente ao longo do século XVIII, num movimento que acompanha a conjuntura económica e os comportamentos populacionais, onde os fluxos migratórios ocupam um lugar privilegiado.

Dispersos, alguns números apontam para uma média anual de 600 doentes registados no Hospital do Espírito Santo, de Évora, nas primeiras décadas de Setecentos ¹⁴⁹. Em Guimarães seriam, pela mesma altura, cerca de 500 ¹⁵⁰. Valor que quase triplicava em Setúbal ¹⁵¹, e que terá sido incomparavelmente superior em Lisboa, no Hospital Real de Todos os Santos, que parece ter começado o século XVIII com uma média de 6 000 doentes por ano, contando-se 34 000 em 1730 ¹⁵².

Doentes civis, mas também doentes militares ¹⁵³. Uma competência assistencial que as misericórdias oficialmente adquiriram no contexto das Guerras da Restauração e da Sucessão de Espanha, e que acabaria por contribuir de forma activa para a sua ruína financeira. Isto apesar da assistência aos exércitos ter sido assumida como uma prestação de serviços, formalmente contratualizada entre as misericórdias e o Estado, com aparentes benefícios para ambas as partes ¹⁵⁴: o Estado poupava na construção de hospitais de campanha e as misericórdias equilibrariam as suas frágeis finanças já que lhes era prometido o salário correspondente aos dias que os soldados estivessem internados.

Mostrou-lhes a experiência que os contratempos seriam incomparavelmente maiores que as vantagens e as perdas mais importantes que os ganhos. Às guerras prolongavam-se muito para além do que eram as capacidades logísticas das misericórdias, os militares tornaram-se uma fonte de instabilidade permanente, o Estado não pagava as despesas realizadas. No final do século XVII, o poder central era já, por esta via, o maior devedor de muitas misericórdias. Enquanto os passivos dos hospitais disparavam, e o recurso ao crédito colmatava necessidades mais prementes, as taxas de mortalidade entre os doentes hospitalizados espelhavam o caos que se vivia no interior das instituições.

Mas não se reduziram exclusivamente aos doentes as preocupações das misericórdias. Ainda que – sem generalizar excessivamente – tenha sido à conta dos doentes que lhes chegou um outro grupo de carenciados que polarizaria a atenção das confrarias: os enjeitados. Isto porque, apesar da criação dos expostos ser da responsabilidade dos concelhos, desde há muito que era assegurada pelos hospitais, frequentemente com participação financeira das câmaras. Ao anexá-los, as misericórdias herdaram as crianças abandonadas. Na verdade, os doentes e os enjeitados estiveram sempre na linha da frente quando as misericórdias solicitavam a Roma a comutação das verbas destinadas às missas para as aplicarem no financiamento dos hospitais.

No entanto, o nível de investimento realizado nestes dois serviços assistenciais não tinha comparação possível. A começar pelo facto de que, enquanto obra de misericórdia, o cuidado dos expostos não constar como uma das obrigações claramente explícita nos compromissos das Santas Casas. Em segundo

¹⁴⁹ Cf. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÉVORA – *Legados pios*.

¹⁵⁰ Cf. COSTA – *Sociabilidade, poder e conflito*, p. 188

¹⁵¹ Cf. ABREU – *Memórias da Alma e do Corpo*, p. 402.

¹⁵² Cf. SERRÃO – *A Misericórdia de Lisboa*, p. 186.

¹⁵³ Talvez pesassem menos à Misericórdia de Lisboa, uma vez que a cidade possuía um hospital militar, pelo menos desde 1661. Cf. OLIVEIRA – *Elementos*, vol. 6, p. 245. Sobre a gravidade da situação da assistência aos militares no Alentejo, *Ib*, p. 92-93.

¹⁵⁴ Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII*. In CONGRESSO COMEMORATIVO DO V CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DO HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA – *Actas*. Évora: Hospital do Espírito Santo, 1996, p. 149-164.

lugar, e ao contrário dos pobres e dos doentes, só muito raramente as crianças beneficiaram da caridade particular. E, não menos importante, também não foram contempladas nas transacções que permitiram aplicar na assistência os bens que estavam adjudicados às missas pelas almas do Purgatório. Desamparadas, estavam à mercê das verbas que o poder local lhes atribuía; em casos excepcionais, do produto das fintas lançadas sobre as populações; de algumas, parcas, esmolas régias; frequentemente da capacidade económica das misericórdias que as acolhiam.

Problema de saúde pública, que durante a Idade Moderna atingiu proporções avassaladoras em todo o país, os enjeitados foram também um constante foco de animosidade entre as misericórdias e as câmaras que, sistematicamente, se recusavam a cumprir as suas obrigações, escudadas no facto de as crianças estarem sob a tutela dos hospitais e, por consequência, das misericórdias que os administravam.

Sendo relativamente reduzidos os estudos que analisam o problema dos enjeitados para épocas recuadas¹⁵⁵, há, em alternativa, um caso que compensa a escassez de dados quantitativos com informações bastante precisas sobre a complexidade desta problemática. Nada menos que o registo da correspondência trocada entre o Câmara e a Misericórdia de Lisboa a propósito da criação dos expostos. Testemunhos demasiado longos para aqui serem tratados com a atenção que lhes é devida, merecem, contudo, uma análise mais demorada, quanto mais não seja porque se sabe serem representativos de comportamentos que tiveram paralelo noutros concelhos¹⁵⁶.

Tendo recebido os enjeitados juntamente com o Hospital Real de Todos os Santos, portanto em 1564 e não em 1635 como pretende Victor Ribeiro¹⁵⁷, reportam-se a 1627 as primeiras notícias que dão conta das movimentações da Misericórdia de Lisboa no sentido de devolver as crianças ao cuidado da cidade¹⁵⁸.

Com a mediação do rei, o primeiro contrato entre as duas entidades ter-se-á celebrado nesse mesmo ano de 1627. Primeiro contrato e primeiro desacerto, já que, logo em Fevereiro do ano seguinte, a Misericórdia declarava que “os emgeitados que vão ao hospital, vão morrendo sem lhes podermos acudir”¹⁵⁹.

A este contrato seguiu-se um segundo, datado de Dezembro de 1634, comprometendo-se então o Senado ao pagamento de uma verba anual de 689 360 réis¹⁶⁰. Entre avanços e recuos da Câmara – onde pontuam várias ameaças à Santa Casa¹⁶¹ –, o rei mandou embargar as rendas da cidade para que delas fosse feito o pagamento à Misericórdia¹⁶².

Sem chegarem a consenso quanto às verbas a entregar para a criação das crianças¹⁶³, não poucas vezes a Câmara se socorreu do real de água para liquidar as dívidas à Santa Casa. Afinal, esclarecia,

¹⁵⁵ Destaque-se, a este propósito, as pioneiras teses de mestrado apresentadas por SÁ – *A assistência aos expostos no Porto*; e por REIS, Maria de Fátima – *Os expostos em Santarém: a acção social da Misericórdia (1691-1701)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

¹⁵⁶ Cf. ABREU – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, p. 77-96.

¹⁵⁷ Cf. RIBEIRO – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, p. 395-396 e OLIVEIRA – *Elementos*, vol. 2, p. 241.

¹⁵⁸ Do seu lado encontrava-se o monarca que, no entanto, colocou ao Senado a hipótese de continuar a manter os expostos sob a tutela da Santa Casa mediante a comparticipação nas despesas efectuadas. No momento em que o assunto estava em discussão, a Câmara respondeu a um apelo da Santa Casa concedendo-lhe uma esmola de 300 000 réis para ajuda do hospital e enjeitados (31 de Agosto de 1627). Cf. *Ib.*, vol. 3, respectivamente, p. 236, 241 e p. 264-265.

¹⁵⁹ Sem qualquer regularidade, a Câmara concedia-lhe algumas esmolas, contributos insignificantes face às necessidades das crianças. Cf. *Ib.*, respectivamente, p. 282, p. 288 e p. 345.

¹⁶⁰ Cf. *Ib.*, vol. 4, p. 86-87 e p. 119. Ao que parece, fez acompanhar o contrato de um esclarecimento em que acusava a Misericórdia de pretender que «a Câmara lhe sustent[asse] os emgeitados». A reacção da Santa Casa foi imediata e elucidativa do espírito que animava os seus gestores. Dando conhecimento ao monarca, mandou afixar nas portas de alguns conventos da cidade o alvará régio que reconhecía a responsabilidade camarária sobre as crianças, acrescentando-lhe a informação de «que [o povo] não levasse mais emgeitados ao hospital, porque ja lhe não tocava a criação delles». Cf. *Ib.*, respectivamente, p. 131 e p. 135.

¹⁶¹ Que, em 1636, é avisada de que se rejeitasse a proposta da edilidade deveria entregar-lhe as crianças. Cf. *Ib.*, p. 203-204.

¹⁶² Cf. *Ib.*, p. 220.

¹⁶³ Cf. *Ib.*, p. 525, e vol. 5, p. 46-47. Em vão as advertências régias subiam de tom, e nem mesmo a intimidação, feita aos vereadores em 1647, de que dispunham de quinze dias «para se poder tomar resolução que mais convenha acêrca da competencia que ha sobre a criação dos emgeitados da cidade de Lisboa», os fez ceder. Enquanto se aguardavam alternativas, as crianças morriam às centenas, «de pura necessidade».

tratando-se de dinheiro do povo, que melhor aplicação se lhe poderia dar que o “sustento dos enjeitados, que é gente do povo”¹⁶⁴?

Do trabalho desenvolvido pela Mesa dos Enjeitados, criada na Santa Casa de Lisboa em 1657¹⁶⁵, pouco se sabe. Porém, em Julho de 1672, Câmara e Misericórdia aparecem, pela primeira vez, sintonizadas no discurso, ambas admitindo a necessidade de conjugação de esforços para encontrar solução para um problema que respeitava a toda a sociedade. Num texto que apelava à piedade para com as crianças inocentes, e que valorizava a sua importância socioeconómica para o futuro do país, sobressai o inventário económico do processo relativo aos expostos. Somados todos os rendimentos que lhe estavam adjudicados¹⁶⁶, a receita não chegava aos 900 000 réis anuais. Ou seja, uma insignificância, a crer no valor que é apresentado para as despesas, orçadas entre os 6 e os 8 contos de réis¹⁶⁷.

Não surpreende, por isso, a dureza da conclusão apresentada: o hospital era uma “sepultura” onde anualmente 300 a 400 crianças encontravam a morte. Por certo, aquelas que ficavam excluídas da selecção das que eram escolhidas para serem assistidas¹⁶⁸. Informações esparsas vão dando conta dos esforços da Misericórdia tentando captar novas fontes de rendimento – de que a criação de uma lotaria, em 1720, é exemplo. Mas o número de crianças abandonadas crescia de forma descontrolada – cerca de 700 por ano nas duas primeiras décadas do século XVIII; mais de um milhar perto do final do reinado de D. João V¹⁶⁹ – e à medida que os anos corriam, nem a Câmara¹⁷⁰, nem o Estado, afundados em dívidas colossais, pareceriam preocupar-se verdadeiramente com o problema. Em 1747 a dívida do Senado à Santa Casa ascendia a 4 578 712 réis. Ou seja, a prestação anual a pagar aos enjeitados tinha sido suspensa em 1732¹⁷¹.

Apesar da relação institucional entre os diferentes poderes que partilhavam responsabilidades em relação aos expostos se encontrar menos documentada para o resto do país, já existe um número razoável de estudos que apontam para cenários idênticos ao de Lisboa no que concerne ao número de crianças abandonadas e às taxas de mortalidade registadas entre eles.

A título meramente exemplificativo da primeira situação, tome-se o caso de Évora. Em 1568 deram entrada no hospital de S. Lázaro, gerido pela Misericórdia, 26 enjeitados. Em 1711 o número subia para 200 e em 1774 chegava aos 447¹⁷². Números quase idênticos são registados em Setúbal¹⁷³ e no Porto, onde a relação é de cerca de 100 crianças em 1690 para 600 em 1748¹⁷⁴.

¹⁶⁴ O valor da contribuição da Câmara fixara-se entretanto em 600 000 réis anuais. Cf. *Ib.*, vol. 6, p. 124.

¹⁶⁵ Cf. SERRÃO – *A Misericórdia de Lisboa*, p. 154-156.

¹⁶⁶ A contribuição da cidade, a 3ª parte dos legados pios não cumpridos, (estimada em 250 000 réis), e uma incerta propina de 40/50 000 réis recolhida nas arrematações dos contratos da fazenda real.

¹⁶⁷ Por aqui se fica a saber que o Estado tentara, sem sucesso, impor 3 mil cruzados de pensões nos bispados para a criação dos enjeitados.

¹⁶⁸ Elementos suficientemente graves, que justificavam o pedido ao monarca – “o único pai que os enjeitados tinham” – para que nomeasse uma junta de ministros composta por membros do senado e irmãos da Misericórdia, que procurasse «remediar este damno». A autorização régia foi concedida mas não se sabe se o projecto foi avante. Cf. OLIVEIRA – *Elementos*, vol. 6, p. 303, p. 369-371.

¹⁶⁹ Cf. RIBEIRO – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, p. 398-399.

¹⁷⁰ Veja-se a polémica levantada em 1682 e 1683, respectivamente sobre a pretensão da ocupação do hospital de S. Lázaro para aí instalar os enjeitados, e a exploração do Terreiro da cidade, por forma a obter outros rendimentos que ajudassem às despesas com as crianças. Cf. OLIVEIRA – *Elementos*, vol. 8, p. 456-458 e p. 485-488.

¹⁷¹ Resultantes da prestação dos 600 000 réis e de um legado de 100 450 réis que o inquisidor Francisco de Miranda Henriques deixara imposto para as crianças nas rendas do concelho. Cf. *Ib.*, vol. 13, p. 588-590.

¹⁷² Cf. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÉVORA – *Legados pios*.

¹⁷³ Cf. ABREU – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, p. 86-87. E, ainda, ID. – The Évora foundlings between the 16th and the 19th centuries: the Portuguese public welfare in analysis. In 5TH CONFERENCE HEALTH AND THE CHILD CARE AND CULTURE IN HISTORY. Geneva: Geneva Medical School, 2001 (no prelo).

¹⁷⁴ Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação das crianças na Europa do Sul: o exemplo da Casa da Roda do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 163.

Menos concordantes, os números da morte tanto se fixam na casa dos 50% como sobem muito acima dos 90%. Excessivos, em qualquer dos casos, mesmo sabendo que a mortalidade infantil atinge por estas alturas percentagens elevadíssimas. Quanto às crianças que sobreviviam, vale por todos o testemunho que a Misericórdia de Évora enviou ao papa no ano de 1711: terminado o tempo da criação fixado na lei, ou seja, aos 7 anos de idade, os expostos eram “lançados fora” sem doutrina alguma. “E assim os mininos machos nam tendo aprendido artes sahem homens ociozos, inuteis á Republica, e as femeas nam podendo ser sustentadas em lugar certo athe chegarem á idade de poderem cazar, perigam na fama e na honra”¹⁷⁵.

A perigar na fama e na honra ficavam também muitas órfãs a quem as misericórdias prometiam um dote para casamento e que viam sucessivamente adiado o seu cumprimento. Não sendo esta, à semelhança da criação dos expostos, uma obra de misericórdia que constasse dos estatutos das Santas Casas, a atribuição de dotes era, contudo, um dos actos caritativos que mais agradava aos seus gestores já que tinha grande visibilidade pública, projecção social e engalanava com trajes de festa o acto de dar.

Provenientes de dotações testamentárias, preferencialmente destinados a mulheres pertencentes à família do dotador, não raras vezes à dos seus servidores domésticos, os dotes tinham como objectivo proteger as mulheres, pobres “honradas e virtuosas”, facilitando-lhes o processo de “buscarem marido”.

Quase sempre integradas no património administrado pelas misericórdias, as rendas adscritas aos dotes estavam sujeitas a todas as contingências inerentes às opções de gestão patrimonial tomadas pelos administradores das Santas Casas. Incorriam, por isso, nos problemas comuns a todos os outros bens: desvalorizavam-se, depreciavam-se, e, em alguns casos, acabavam por se perder. Nada que interferisse, no entanto, na política das mesas das misericórdias, generosas nas promessas, ignorando as disponibilidades financeiras para as cumprir.

Para os homens que casavam “a título de dote”, as expectativas saíam muitas vezes defraudadas e a violência doméstica daí resultante está bem documentada, pelo menos para Setúbal. Por esta, e por outras razões análogas, as misericórdias foram progressivamente reduzindo o número de dotes bem como as verbas a eles consignadas. Uma realidade talvez mais atenuada em Lisboa e em Évora ¹⁷⁶ e declaradamente oposta em Ponte de Lima ¹⁷⁷.

Caso idêntico ao das dotadas ocorreu com as providas e visitadas. Um grupo socialmente heterogéneo, quase sempre composto por várias dezenas de mulheres, normalmente sozinhas, mas nem sempre viúvas – ainda que a estas fosse reconhecido que “na falta de seus maridos pereceram os rendimentos e utilidades” –, e de fracos recursos económicos. Depois de fazerem prova pública de “todos os requezitos de pobreza necessarios”, e de um comportamento que, tal como o das dotadas, devia respeitar os cânones da honradez e da virtude, as eleitas que adquiriam o estatuto de providas e visitadas passavam a ter direito a um estipêndio mensal, apoio médico na doença e enterro gratuito. Estando completamente dependente das disponibilidades económicas das instituições, este era um dos primeiros serviços a ser suspenso sempre que a situação financeira se agravava. Em 1659, em plena ruptura hospitalar resultante das guerras da

¹⁷⁵ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÉVORA – *Legados pios*.

¹⁷⁶ Segundo as conclusões mais recentes apresentadas por PARDAL, Rute – *A influência da estrutura socio-política das elites eborenses nas práticas assistenciais: 1580 – 1640* (no prelo).

¹⁷⁷ Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Pobres, honradas e virtuosas: a distribuição de dotes de D. Francisco pela Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

Restauração, uma acta da Misericórdia de Setúbal é peremptória a este respeito: “abreviem-se os gastos da Casa não provindo vizitadas”¹⁷⁸.

Finalmente, os prisioneiros, ou, como comumente eram designados, “os miseráveis infelizes presos na cadeia”. Tendo sido o primeiro sector de intervenção social das Santas Casas, tornou-se também a primeira fonte de conflito entre as confrarias e as câmaras, como dão conta os sucessivos diplomas régios reiterando os privilégios manuelinos concedidos às misericórdias a propósito dos presos.

A principal questão que opunha as autoridades locais às misericórdias derivava do facto de os pobres serem condenados a penas pecuniárias e só poderem sair da prisão depois de pagarem as custas dos processos forenses. Ambas as situações eram onerosas para as Santas Casas e quase sempre degeneravam em violentos e morosos contenciosos entre ambas as entidades. Sem sucesso, D. Filipe I tentou pôr-lhes termo, pelo alvará de 1590, determinando que os presos protegidos pelas misericórdias não deveriam ser condenados a penas pecuniárias mas de degredo, que se deveriam cumprir com a maior brevidade possível ¹⁷⁹.

O fenómeno não se circunscrevia, contudo, apenas a problemas desta ordem. Antes era potenciado pelo aparelho judiciário vigente, que enredava na mesma teia todo o tipo de delitos e de faltosos, que eternizavam na prisão à espera da sentença, quando não da formalização da culpa. Por estas, e por outras razões – nomeadamente as que se prendiam com o crescente peso das despesas hospitalares –, as verbas que as misericórdias destinavam à assistência aos presos foram decrescendo um pouco por todo o país, sendo poucas as localidades onde essa inflexão não é evidente ¹⁸⁰.

Uma atitude que correu em sentido inverso ao número de pessoas que diariamente eram encarceradas – e que, inclusive, levou o monarca a proibir a prisão de pobres por dívidas inferiores a dez mil réis ¹⁸¹ –, e que agonizavam nas prisões na “mizeria, fome e penuria”, contraindo doenças que se tornavam endémicas e que transformavam locais como o Limoeiro em dantescos antros de sofrimento e morte.

Depois das despesas com os hospitais, com os enjeitados, com as dotadas, com as providas e com os presos, quanto ficava às misericórdias para despender nas cerimónias litúrgicas e nos rituais estipulados nos seus compromissos ¹⁸²? Muito pouco, se o assunto for analisado numa perspectiva meramente económica. Especial destaque merecem as celebrações da Semana Santa – de modo particular, a Procissão das Endoenças, momento maior das “comemorações religiosas e penitenciais públicas da Paixão”¹⁸³ – e os rituais que, nos primeiros dias de Novembro, rememoram os santos e os mortos, onde o investimento era, a todos os níveis, especialmente simbólico, muito grande ¹⁸⁴. Bastante inferior, em termos económicos, repita-se, quando comparado com o realizado na assistência – com os custos de pessoal e manutenção dos edifícios incluídos –, que levava a fatia principal dos gastos realizados. Com os pobres, perguntar-se-á?

¹⁷⁸ Setúbal: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal: *Livro de Termos*, nº 442, fl. 155. A Misericórdia de Setúbal não teve recolhimentos femininos nem merceiras. E foram poucas as misericórdias continentais que as tiveram a seu cargo. Tudo indica, contudo, que as suas condições de sobrevivência não fossem as melhores. Não o eram, de certeza, para as merceiras sustentadas pela Misericórdia de Évora, em 1711.

¹⁷⁹ Cf. ABREU – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, p. 101.

¹⁸⁰ Sobre o assunto, veja-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos pelas Misericórdias de Vila Viçosa e de Ponte de Lima. *Cadernos do Noroeste*. 11: 2 (1998) 83-114.

¹⁸¹ Cf. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA – *Colectânea legislativa da Santa casa da Misericórdia de Lisboa: 1498-1998*. Lisboa, 1998, p. 12-13.

¹⁸² Um estudo aprofundado dos Compromissos das misericórdias sob o ponto de vista das cerimónias e rituais pode ver-se em SÁ, Isabel dos Guimarães – *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 81-103 (Agradece-se à autora ter facilitado o acesso ao texto antes dele ser colocado no mercado).

¹⁸³ SOUSA – *V centenário das misericórdias portuguesas*, p. 119.

Sem consenso possível entre os historiadores quanto à proveniência social dos indivíduos assistidos pelas misericórdias, ficam os testemunhos dos seus gestores. Na de Setúbal, já na parte final do século XVIII, queixava-se o provedor de que os serviços hospitalares eram maioritariamente utilizados pelos “criados de pessoas particulares, trabalhadores e oficiais [...] que ganham o seu jornal diariamente”. Gente que abusava da generosidade da Santa Casa porque sabia “que por geral e piedozo costume [o hospital] curava toda e qualquer pessoa que a ella chegava molesto de todo o reyno e fora delle”¹⁸⁵.

Antes dele, em meados de 1750, já o Conde de Valadares, enfermeiro-mor do Hospital Real de Todos os Santos, tinha escrito: “sendo do seu regimento o acceitar e curar no mesmo hospital todo o pobre doente, não deve de acceitar os que têm bens para se curar [...], porque entre estes ha muitos que, por malicia ou avareza, se revestem com a capa de pobres, por não se curarem nas suas doenças com despesa propria, querendo só valer-se do alheio, em que commettem um verdadeiro furto ao hospital que fica perdendo com o que com elles gasta, por não poder averiguar os bens de cada um, principalmente onde os não ha manifestos, mas occultos, e estes, pela maior parte, são homens de ganhar, a quem vulgarmente chamam mariolas, que, vindo das suas terras a trabalhar nesta cidade, para juntarem cabedal e depois se recolherem com elle, por não gastarem o que ganham, ou por quererem levar mais, entram no hospital a curar-se, affectando necessidade, e com elles gasta o que pudéra empregar-se nos que são verdadeiramente pobres...”¹⁸⁶.

Idênticos discursos, fruto de vivências semelhantes: a de provedores de confrarias cuja principal actividade era a assistência hospitalar. Em Lisboa como em Setúbal, só para citar os dois casos referidos, em meados do século XVIII as misericórdias soçobravam perante o crescente peso das despesas hospitalares. Mal apetrechados, com condições sanitárias bastante precárias e práticas médicas arcaicas – que continuavam a privilegiar a prescrição de purgantes e sangrias, mantendo as dietas como “o principal remédio do curativo” –, os hospitais tinham-se tornado os pólos centrais do sistema assistencial. Perante um afluxo descontrolado de doentes e a dramática diminuição das receitas, tornava-se prioritário seleccionar os alvos a assistir. Pouco mais se podia fazer. Para o Estado de então, conceitos como os de “saúde pública” e “prevenção” ainda não faziam parte do vocabulário político ¹⁸⁷.

Bibliografia

Fontes manuscritas

Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [IAN/TT]:

Chancelaria de D. Filipe I

Chancelaria de D. Filipe II

Chancelaria de D. Filipe III

Chancelaria de D. João IV

¹⁸⁴ Um contencioso a merecer um estudo aprofundado foi o protagonizado em Évora, pela Misericórdia e pelos padres de Santo Agostinho, em 1613, a propósito da procissão dos Passos, «pelo muito prejuizo que faz à das Endoenças». No espaço de um mês, e no sentido de evitar “a concorrência”, a Misericórdia recorreu, respectivamente, ao arcebispo, ao rei, à Misericórdia de Lisboa e, finalmente, à Câmara Municipal. Cf. Arquivo Distrital de Évora: *Livro de Lembranças*, nº 10 (1612-1617), fls. 17-24.

¹⁸⁵ Setúbal: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal: *Livro de Termos*, livro 445, fls. 69-70v.

¹⁸⁶ OLIVEIRA – *Elementos*, vol. 15, p. 143-144.

¹⁸⁷ Veja-se, a propósito, a carta duodécima de Luís António VERNEY – *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, s/d.

Chancelaria de D. Afonso VI
Chancelaria de D. Pedro II
Chancelaria de D. João V

Évora: Arquivo Distrital de Évora:
Livro de Lembrança, n. 10 (1612-1617)
Livro dos Privilégios do Hospital
Livro 48

São Julião. Arquivo Paroquial de São Julião:
Livro de obrigações das missas desta freguesia de S. Julião, anno de 1740.

Setúbal. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal:
Livro de Redução de Legados Pios
Livro de Termos, n. 442
Livro de Termos, n. 445

Fontes impressas

- LISBOA. Arquidiocese de Lisboa - *Constituições synodais do Arcebispado de Lisboa [...]*. Lisboa Oriental: Off. de Filippe de Sousa Villela, 1737.
- PORTUGAL. Leis, decretos etc. – *Collecção chronologica de leis extravagantes, posteriores à nova compilação das ordenações do reino, publicadas em 1603*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1819.
- ID. - *Collecção chronologica da legislação portugueza: 1603-1656*. Compil. e anot. por José Justino de Andrade e Silva. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854-1856.
- ID. - *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA - *Compromisso da Irmandade da Sancta Casa da Misericórdia da cidade de Lisboa*. [Lisboa]; por Antonio Alvarez, 1600.
- ID. - *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618*. Lisboa: Off. de Pedro Craesbeeck, 1619.
- ID. – *Colectânea legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: 1498-1998*. Coord. geral de Etelvina Brandão. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÉVORA – *Legados Pios*. Évora: Typ. da Casa Pia, 1882.

Estudos

- ABREU, Alberto Antunes de – *O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão*. Fão; Esposende: Santa Casa da Misericórdia, 1988.
- ABREU, Laurinda – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal entre 1500 e 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.
- ID. – A especificidade do sistema de assistência pública português: linhas estruturantes. *Arquipélago-História*. 6 (2002) (no prelo).
- ID. – As cidades litorâneas de Setúbal e Lisboa em tempos de Contra-Reforma. In COLÓQUIO “O LITORAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA (SÉCS. XVI-XVIII)” - *Actas*. Porto, 2000 (no prelo).
- ID. – *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage, 1999.
- ID. – O papel das misericórdias dos “lugares de Além Mar” na formação do Império português. *História Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. 8/2: 20 (2001) 591-611.
- ID. – *Purgatório, misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)*. *Dynamis*. Granada. (2000) 395-415.
- ID. – Uma outra visão do Purgatório: uma primeira abordagem aos breves de perdão e de redução. *Revista Portuguesa de História*. 23/II (1999) 713-736.

- ID. – The Évora foundlings between the 16th and the 19th centuries: the Portuguese public welfare in analysis. In 5TH CONFERENCE HEALTH AND THE CHILD CARE AND CULTURE IN HISTORY. Geneva: Geneva Medical School, 2001 (no prelo).
- ALMEIDA, Justino Mendes de – Da Confraria do Espírito Santo à Santa Casa da Misericórdia: 750 anos de bem-fazer em Benavente. In ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA - V *centenário das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2000, p. 37-48.
- ANDRADE, António Alberto Banha de – Roteiro do Arquivo Histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A.H.M.M.N.) com a história da fundação e primeiros anos da Santa Casa. *Revista Portuguesa de História*. 17 (1977) 137-176.
- ANICA, Arnaldo Casimiro – *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade: notas*. Tavira: [s.n.], 1983.
- ARAÚJO, Ana Cristina – *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*. Lisboa: Editorial de Notícias, 1997.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.
- ID. – *Pobres, honradas e virtuosas: a distribuição de dotes de D. Francisco pela Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.
- ID. – A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII. In CONGRESSO COMEMORATIVO DO V CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DO HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA – *Actas*. Évora: Hospital do Espírito Santo, 1996, p. 149-164.
- ID. – Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos pelas Misericórdias de Vila Viçosa e de Ponte de Lima. *Cadernos do Noroeste*. 11: 2 (1998) 83-114.
- AZEVEDO, Joaquim de – *História eclesiástica da cidade e bispado de Lamego*. Porto, 1877.
- BARREIRA, Manuel de Oliveira – *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: pobreza e solidariedade (1600-1750)*. Coimbra: [s.n.], 1995.
- BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Vol. I. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1934.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*. Madrid: Universidad Complutense, 1987.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *Assistência, saúde pública e prática médica em Portugal, séculos XV-XIX*. Lisboa: Universitária Editora, 2001.
- CAETANO, Joaquim Oliveira – A Virgem da Misericórdia: uma aproximação iconográfica. *Oceanos*. 35 (1998) 62-77.
- CAETANO, Marcello – Recepção e execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. 19 (1965) 7-52.
- CAPELA, José Viriato – Estudo Prévio. In *CONSTRUCTION d'un gouvernement municipal. Élités, élections et pouvoir à Guimarães entre Absolutisme et Libéralisme (1753-1834)*. Braga: Universidade do Minho, 2000, p. 19-46.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O poder concelhio: das origens às Cortes constituintes*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.
- CORRÊA, Fernando Calapez – *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*. Lagos: Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998.
- CORREIA, Fernando da Silva – *Origens e formação das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- COSTA, Américo Fernando Silva – *Sociedade, poder e conflito: a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães – 1750-1820*. Braga, 1993.
- CUNHA, Alfredo – *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*. Porto, 1925.
- DOMPNIER, Bernard – Les confréries françaises agrégées à l'archiconfrérie du Gonfalon: recherche sur une forme du lien à Rome. *Cahiers du GRHIS. Les confréries du Moyen Âge à nos jours. Nouvelles approches*. Rouen. 211/3 (1995) 41-56.
- FERREIRA, Florival Maurício – *A Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1626-1700): subsídios para a sua história*. Peniche: Câmara Municipal de Peniche; Santa Casa da Misericórdia de Peniche, 1997.
- FORTUNA, A. Matos – *Misericórdia de Palmela: vida e factos*. Palmela: Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990.
- GAMA, Eurico – *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*. Coimbra: [s.n.], 1954.
- GOODOLPHIM, Costa – *As misericórdias*. Lisboa, 1897.
- GRELL, Ole Peter; CUNNINGHAM, Andrew; ARRIZABALAGA, Jon (ed.) – *Health Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*. London; New York: Routledge, 1999.
- GUERREIRO, Deão Alcântara – *Subsídios para a história da Misericórdia de Évora nos séculos XVII a XX*. Évora: [s.n.], 1979.

- GUSMÃO, Armando Nobre de – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora*. Évora: [s.n.], 1958-1969.
- JARDIM, Maria Dina Ramos – *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal, século XVIII: subsídios para a sua história*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996.
- LAVANHA, João Baptista – *Viagem da catholica real magestade d'el rei D. Filipe II N. S. ao reino de Portugal [...]*. Madrid: por Tomas Junti, 1622.
- LEMOS, Eugénio de Mascarenhas Viana de – *A Santa Casa da Misericórdia da Lousã, 1566-1966*. Lousã: [s.n.], 1966.
- LEÃO, Duarte Nunes do – *Leis extravagantes e relatório das ordenações*. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- LOPES, Maria Antónia da Silva Figueiredo – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1999.
- MACEDO, António de Sousa – *Flores de España excellencias de Portugal. En que brevemente se trata lo mejor de suas historias y de todas las del mundo [...]*. Coimbra: Off. Antonio Simoens Ferreyra, 1737.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Algarve económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- MIRANDA, Abílio – *História da Misericórdia de Penafiel*. Penafiel: [s.n.], 1987.
- MONTEIRO, Abílio Augusto – *Direito portuguez sobre legados pios*. Porto: Typ. de António José da Silva, 1879.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos. *Análise Social*. 27 (1992) 263-283.
- MORA, Amadeu da Cunha – *Esboço histórico da Santa Casa da Misericórdia de Pombal*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 1953.
- NORONHA, Remo de – *A Misericórdia de Mesão-Frio: alguns subsídios para a sua história*. Lisboa, [s.n.]: 1959.
- NUNES, Mário – *Misericórdia de Penela 1559-1999: servir e amar*. Penela: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, 1999.
- OLIVEIRA, António de – A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congéneres. In *MEMÓRIAS da Misericórdia de Coimbra: Documentação & Arte*. Coimbra, 2000, p. 11-41.
- OLIVEIRA, António – *Poder e oposição política em Portugal no período filipino*. Lisboa: Difel, 1990.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1882-1911.
- OLIVEIRA, Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Impressão Régia, 1804.
- PAIVA, José Pedro – A administração diocesana e a presença da igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Lusitânia Sacra*. 2ª série. 3 (1991) 71-110.
- ID. – A igreja e o poder. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 135-185.
- ID. – D. Fr. Luís da Silva e a gestão dos bens de uma mitra: o caso da diocese de Lamego (1677-85). In RAMOS, Luís A. Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia, coord. – *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, vol. 2, p. 243-255.
- PALOMO DEL BARRIO, Federico – *Disciplina Christiana*. Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa en la alta edad moderna. *Cuadernos de Historia Moderna*. Madrid. 18 (1997) 119-136.
- ID. - La autoridad de los prelados postridentinos y la sociedad moderna. El gobierno de don Teotonio de Braganza en el arzobispado de Évora. *Hispania Sacra*. Madrid. 47 (1995) 587-624
- PARDAL, Rute – *A influência da estrutura socio-política das elites eborenses nas práticas assistenciais: 1580 – 1640* (no prelo).
- PEREIRA, Gabriel Victor do Monte – *Documentos históricos da cidade de Évora*. Évora, 1887-1891. Ed. fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.
- PINHEIRO, Alfredo Dias – *A Santa Casa de Misericórdia de Guimarães: apontamentos para a sua história*. [Guimarães: s.n.], 1931.
- PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Victor Roberto Mendes – *As Misericórdias do Algarve*. Lisboa: Ministério da Saúde e Assistência; Direcção-Geral de Assistência, 1968.
- QUARESMA, José Simões – *Albergaria, hospital e misericórdia de aldeia-galega do Ribatejo: apontamentos e lembranças para a sua história*. Montijo: Ed. Autor, 1948.
- REIS, Maria de Fátima – *Os expostos em Santarém: a acção social da Misericórdia (1691-1701)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.
- REYCEND, João Baptista – *O sacrosanto e ecumenico Concilio de Trento, em latim e portuguez*. Lisboa: Off. de Francisco Luiz Ameno, 1781.
- RIBEIRO, Vitor – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história*. Ed. fac-similada. Estudo introd. de José Vitorino de Pina Martins. Lisboa: Academia das Ciências, 1998.

- RODRIGUES, José Damião – *Poder municipal e oligarquias urbanas: Ponta Delgada no século XVII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.
- ROSA, Maria de Lurdes – *A vontade dos finados é lei entre os cristãos: Os direitos das almas e a reforma das Capelas no reinado de D. Manuel*. In D. MANUEL E A SUA ÉPOCA. III CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES - *Actas*. Guimarães, 2001 (no prelo).
- RUIVO, Augusto Duarte – *A Soalheira e a sua Misericórdia*. Soalheira: Santa Casa da Misericórdia, 1970.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul: o exemplo da Casa da Roda do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- ID. – A reorganização da caridade em Portugal no contexto europeu (1490-1600). *Cadernos do Noroeste*. 11: 2 (1998) 31-63.
- ID. – *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- ID. – “Quando o rico se faz pobre”: *Misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- SANDE, Duarte de – *Diálogo sobre a missão dos embaixadores japoneses à cúria romana*. Macau: Fundação Oriente, 1977.
- SCHAUB, Jean-Frédéric – *Portugal na monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
- SERRÃO, Vitor - Sobre a iconografia da *Mater Omnium*: a pintura de intuítos assistenciais nas misericórdias durante o século XVI. *Oceanos*. 35 (1998) 135-144.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *A Misericórdia de Santa Maria da Feira: breve notícia histórica*. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto. 2ª série. 12 (1995) 355-370.
- SILVA, Germesindo – *A fundação da Santa Casa da Misericórdia de Grândola*. [S.n.], 1988.
- SOUSA, Ivo Carneiro de – *V centenário das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 1998.
- SOUSA, Tude Martins de; RASQUILHO, Francisco Vieira – *Amieira do antigo Priorado do Crato*. Ed. fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.
- VALLECILLO TEODORO, Miguel Ángel – *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza: 1501-1970*. Badajoz: Santa Casa de la Misericordia de Olivenza, 1993.
- VERNEY, Luís António – *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, s/d.

As Misericórdias de D. José ao final do século XX

Maria Antónia Lopes

Na segunda metade do século XVIII as misericórdias atravessavam graves dificuldades, situação que se prolongava já desde inícios da centúria ¹. O número excessivo de encargos pios instituídos absorvia demasiadas receitas e ultrapassava as capacidades de resposta que, nem a contratação de cada vez maior número de capelães, o recurso a padres externos ou a comunidades religiosas, conseguia resolver. Além disso, as misericórdias debatiam-se com a perda de rendimentos provocada pela alta de preços e créditos malparados. Isto é, a inflação que depreciava as rendas, aliada à busca da facilidade administrativa, fez com que as Santas Casas recorressem cada vez mais à concessão de capital emprestado a juros como fonte de receita. Claro que isso implicava a venda das propriedades recebidas. Assim sendo, deve salientar-se que as leis pombalinas contra a amortização não vieram mais do que corresponder a uma prática já usual e considerada mais proveitosa. Mas como o capital era geralmente emprestado a famílias nobres e poderosas que deixavam de pagar os juros, sem que as misericórdias tivessem força suficiente para as enfrentar, “de ricas se fizeraõ pobres pelas más pagas dos juros, & capitaes” que emprestaram a muitos e sobretudo “a pessoas de respeyto, ou poderosas”, como já se afirma numa publicação de 1720 ².

I. Na Monarquia Absoluta

As misericórdias empobrecidas tornaram-se pouco prestigiantes, perdendo interesse para as elites que, por outro lado, já não encontravam aí o crédito fácil e barato que outrora as fizera tão apetecíveis, mas que nesta época foi fortemente coarctado pelas condições económicas e pela intervenção pombalina. De um modo geral, ia diminuindo também o pequeno mas seguro rendimento proveniente do monopólio dos enterros, em benefício de outras confrarias ou ordens terceiras. Outras vezes, o desleixo administrativo, aliado a preocupações de visibilidade ostentatória, foi responsável pela assistência medíocre que asseguravam, contrapondo-se à opulência das cerimónias religiosas que insistiam em perpetuar. Como solução para as dificuldades financeiras, proliferam nas últimas décadas do século XVIII os pedidos de criação de lotarias tanto por parte das Santas Casas como de outras instituições. Constituem uma novidade

¹ Ver SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 84-86. Dada a quase inexistência de estudos sobre as misericórdias nos séculos XIX e XX, este trabalho possui inevitavelmente o carácter transitório de primeira abordagem.

² Cit. por LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2000, vol. 1, p. 109.

no financiamento das misericórdias, mas só a de Lisboa terá êxito³. Criada por decreto de 18.11.1783, destinava-se a angariar fundos para os expostos, Hospital de S. José e Academia Real das Ciências. As restantes desaparecerão, pois o decreto de 23.9.1828 proíbe todas as rifas, sortes e lotarias à excepção das que são concedidas a favor da Misericórdia de Lisboa e Casa Pia, o que será reafirmado pelos governos liberais (portaria de 7.8.1837 e decreto de 3.6.1841).

Estas dificuldades das misericórdias devem ser compreendidas no quadro do ambiente geral do país. Lembremos, sumariamente, que por meados do século a crise financeira se instalara com a rarefacção aurífera brasileira, que a fidalguia portuguesa empobrecia, que entre 1762 e 1779 se viveu nova e aguda crise económica, particularmente grave em 1768-1771. Nos finais do século a inflação foi violenta. Seguem-se as invasões francesas e o país fica devastado. Simultaneamente, a abertura dos portos brasileiros ao livre comércio (1808) e a assinatura de um tratado comercial com a Inglaterra (1810) foram catastróficos para a economia nacional. É claro que tudo isto provocou uma subida de preços extraordinária, empobrecimento brutal e generalizado, fuga de populações, órfãos aos milhares vagueando pelos caminhos, aglomeração de pobres nas cidades onde procuravam ajuda, propagação de epidemias e incapacidade das instituições de assistência para responder às necessidades. Em 1820 a revolução liberal triunfa, dois anos depois o Brasil proclama a independência e em 1828 um golpe de estado absolutista retoma a antiga ordem. De 1832 a 1834, ano da vitória liberal, Portugal debate-se numa sangrenta guerra civil.

Era inevitável que todo este ambiente adverso se reflectisse nas misericórdias. Tal como muitas outras, a de Guimarães perdeu prestígio no século XVIII, vivendo em finais da centúria uma situação económica difícil, o que, aliás, não era novidade no seu percurso. Tornou-se imperiosa a intervenção do poder central em 1801, que ordenou ao provedor da Comarca uma auditoria às contas desde 1785 a 1800. Mas a situação não melhorou. Em 1818 só 47% do capital emprestado eram considerados seguros⁴. Também a de Vila Viçosa se tornara, na segunda metade do século XVIII, e nas sugestivas palavras de Marta Araújo, “um microcosmos agitado, de enfraquecido poder e minguadas receitas”⁵. No mesmo período a de Ponte de Lima estava em crise, de tal forma que, entre 1785 e 1787, 42% das suas receitas são fruto de empréstimos contraídos⁶. O mesmo acontecia na Santa Casa de Lagos que subsistia à custa de dívidas passivas por não ter força suficiente para cobrar as rendas devidas pelos nobres da cidade. A provisão de D. Maria I, de 17.1.1780, procurou resolver a situação cometendo ao corregedor da Comarca a cobrança executiva das dívidas com o mesmo privilégio e força como se fossem da Fazenda Real, procedimento que fora solicitado pela Mesa da Santa Casa⁷. Eram tão grandes as dificuldades financeiras e de renovação dos quadros dirigentes que se manifestavam nos finais de Setecentos na Misericórdia de Praia da Vitória que esta requereu, também, a intervenção do poder central⁸. Tal como em Lagos, a quase falência da Misericórdia de Aveiro, em inícios de Oitocentos, foi provocada pela ruína económica da nobreza que não pagava à irmandade nem

³ A Misericórdia do Porto, por exemplo, teve uma lotaria autorizada por carta régia de 20 de Setembro de 1790, mas foi de existência efémera, ao que parece por desinteresse do público, datando a 7ª e última extracção de 1798 (Cf. OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *Lotarias do Porto no século XVIII*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1961, p. 12-14, 21-22).

⁴ Cf. COSTA, Américo Fernando da Silva – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999, p. 117, 119, 135, 147.

⁵ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Vila Viçosa; Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 107.

⁶ Cf. *ib.*, p. 478, 499.

⁷ Cf. CORREIA, Fernando Calapez – *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*. Lagos: Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998, p. 225-230.

⁸ Cf. MOTA, Valdemar – *Misericórdia da Praia da Vitória: memória histórica, 1498-1998*. Praia da Vitória: Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, 1998, p. 48.

créditos nem juros⁹. Em Melgaço, por meados do século XVIII, rareavam as esmolas e quase não se prestava assistência devido ao desmazelo administrativo, aos excessivos gastos com esplendorosas cerimónias religiosas, obras na igreja e compra de alfaias. Esta casa, que parecia preocupar-se apenas com o culto, mantendo tal comportamento por todo o século e ainda na centúria imediata, passou a prestar contas anuais ao juiz de fora por imposição de uma provisão régia de 1814¹⁰. A Misericórdia de Ferreira do Alentejo, de meados do século XVIII a meados do XIX, centralizou a actividade religiosa da vila, celebrando com fausto e grandiosidade as festividades religiosas, o que se devia também ao facto de ter absorvido diversas confrarias e capelas. Foi o Liberalismo que veio pôr cobro a esta situação, que a autora da monografia desta Santa Casa qualifica, e bem, de descaracterização da instituição¹¹.

Há, pois, neste período, enormes dificuldades de financiamento e excessivas despesas culturais. É também notório o desinteresse por parte dos nobres e elites locais e conseqüente ascensão numérica dos irmãos de segunda condição, o que não significa, longe disso, um peso correspondente nos órgãos de poder. Em Bragança, em 1754, não havia quem quisesse servir a Mesa e por isso a Coroa intervém nomeando o provedor e mais mesários¹². A irmandade da Misericórdia de Lisboa era composta, em 1787, por 262 irmãos da classe nobre incluindo os letrados e 1400 dos mesteres¹³. Depois, com as convulsões da Guerra Peninsular, o esvaziamento da nobreza foi abrupto e total: em 1809 e 1810 a Santa Casa da capital tinha 4 irmãos nobres¹⁴. Em Mora, pequena localidade desprovida de fidalguia, os irmãos de primeira condição eram lavradores abastados, clérigos e funcionários, mas também estes se desinteressavam da Misericórdia nos finais do século, quando se registam descontinuidade das sessões, faltas dos mesários, poucos ingressos de novos membros. Situação que persiste, aliás, na centúria seguinte¹⁵. Em 1750 a Misericórdia de Ponte de Lima lamenta o diminuto número de confrades, sobretudo de maior condição, e em Vila Viçosa, ao longo da segunda metade de Setecentos, verifica-se uma diminuição acentuada dos irmãos nobres e o aumento dos oficiais¹⁶. Também em Montemor-o-Velho, no mesmo período, é crescente o desequilíbrio entre as duas classes de irmãos, chegando os de segunda categoria a ocupar 2/3 dos lugares¹⁷.

Contudo, embora seja consensual considerar o século XVIII, nomeadamente a sua segunda metade, e as primeiras décadas de Oitocentos como um período de decadência das misericórdias, a crise não foi avassaladora. Fundaram-se muito poucas misericórdias, mas a criação de novos serviços nas já existentes, o alargamento, beneficiação e inauguração de edifícios, sobretudo hospitais, e a confiança nelas depositada por tantos benfeitores não podiam ter ocorrido em época de profunda corrupção, desleixo administrativo e desinteresse dos poderes locais e nacionais. E não faltam exemplos do que acaba de se

⁹ Cf. BARREIRA, Manuel – *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: poder, pobreza e solidariedade*. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998, p. 62.

¹⁰ Cf. ESTEVES, Augusto César – *Santa Casa da Misericórdia de Melgaço*. Melgaço: Tip. Melgacense, 1957, p. 101-119. Na realidade, já desde o alvará de 19.10.1806 a isso eram obrigadas todas as misericórdias.

¹¹ Cf. FIGUEIREDO, Maria Josefina d'Oliveira – *Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo (1595-1850): assistência e economia*. Coimbra, 1971 (tese de licenciatura), p. 92.

¹² Cf. CASTRO, José de – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*. Lisboa: União Gráfica, 1948, p. 93.

¹³ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*. Lisboa: Livros Horizonte; Misericórdia de Lisboa, 1998, p. 277. O autor conclui haver desinteresse por parte da nobreza em pertencer à Irmandade, o que é verdade, por certo, mas Victor Ribeiro explica a razão de tão grande desequilíbrio: é que os irmãos das extintas confrarias erectas em S. Roque tinham ingressado na Misericórdia (Cf. RIBEIRO, Victor – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (subsídios para a sua história): 1498-1898*). Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1902, p. 131).

¹⁴ Cf. *ib.*, p. 135.

¹⁵ Cf. CORREIA, Joaquim Manuel Lopes – *A Santa Casa da Misericórdia de Mora*. Figueira da Foz: Imprensa Económica, 1964, p. 30-31.

¹⁶ Cf. ARAÚJO – *Dar aos pobres e emprestar a Deus*, p. 81, 531-532.

¹⁷ Cf. SILVA, Mário José Costa da – *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho: espaço de sociabilidade, poder e conflito (1546-1803)*. Coimbra, 1996 (tese de mestrado), p. 147.

afirmar¹⁸. Inauguram-se novos hospitais em Elvas em 1752, Silves em 1775, Mesão Frio em 1780, Vila Real em 1796; em Viseu, entre 1758 e 1760, foi reedificado e ampliado o Hospital das Chagas e em 1793 aprovou-se a construção do actual edifício; em Castelo Branco procedeu-se a obras no hospital em 1798 e, em 1802, instalou-se uma botica privativa; foram efectuados grandes melhoramentos no Hospital de S. Marcos da Misericórdia de Braga em meados e finais do século, obras de ampliação do hospital e construção da botica na Santa Casa de Viana de Castelo; a Misericórdia do Porto internava no hospital de D. Lopo, em finais do século, mais de 6000 pessoas por ano com uma despesa que excedia os 24 contos anuais¹⁹, chegando a ter os enfermos deitados no chão e 2 e 3 por cama, mas a construção do grandioso Hospital de Santo António, decidida pela Mesa de 1766/67 e iniciada em 1770, veio descongestionar os serviços, pois o novo estabelecimento recebeu os primeiros doentes em 1799.

Apesar das dificuldades económicas, o peso crescente da assistência aos pobres verifica-se em todas as misericórdias que já foram objecto de estudo, o que nos obriga a matizar o cenário de crise total destas irmandades em finais do Antigo Regime. De facto, neste período, ocorre uma mutação absolutamente fundamental no que concerne à acção das misericórdias: é que os testadores tendiam cada vez mais, também a isso compelidos pelo espartilho legislativo, a restringir a criação de obrigações pias em benefício do socorro aos doentes, idosos, pobres envergonhados, donzelas, órfãos ou enjeitados e isso materializava-se de imediato nos novos serviços que iam surgindo nas misericórdias. Mesmo que os mesários não acompanhassem a evolução das ideias, viam-se obrigados a cumprir as imposições dos legados que recebiam. Assim sendo, a assistência prestada pelas Santas Casas é o reflexo imediato, sem qualquer hiato temporal, da vontade e sensibilidade dos possidentes da época. Acresce que algumas confrarias, também elas sensibilizadas por novas formas de encarar a vida e a morte, inauguravam serviços inovadores por sua iniciativa e com rendimentos próprios, sem que os compromissos ou os instituidores a isso as obrigassem. Veja-se o caso de Coimbra no primeiro terço do século XIX onde por vontade de vários testadores surgem o Colégio dos Órfãos de S. Caetano em 1804, o Colégio das Órfãs de Seixas em 1823, dotes para raparigas pobres, um fundo importante para a criação de expostos em 1833 e o alargamento dos quadros dos dois Colégios. Mas foi por iniciativa da instituição que se aumentou o número de médicos dos pobres e que se abriu a botica em 1804 (com o objectivo de fornecer medicamentos gratuitos), uma aula pública para meninas pobres antes de Agosto de 1805 e um hospital especial provisório em 1812²⁰.

As misericórdias estiveram desde sempre sob a especial protecção e jurisdição régia, mas era em geral uma tutela pouco interveniente. A acção pombalina irá mudar este relacionamento, impondo-se uma forte intervenção da Coroa, embora, por vezes, fossem as próprias mesas a requerer tal intervenção. Alguns dos exemplos já citados atestam essa prática no reinado de D. Maria I, mas podemos acrescentar outros do período josefino. A Misericórdia do Fundão requereu ao poder real que os lugares de provedor, tesoureiro e escrivão não mais pudessem ser confiados a quem fosse devedor à Santa Casa e que tais pessoas perdessem

¹⁸ Os casos que se seguem foram colhidos em: ALMEIDA, Reinaldo Cardoso Correia de – *Santa Casa da Misericórdia de Viseu: subsídios para a sua história*. Viseu: Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 1985, p. 34, 37; BASTO, Artur de Magalhães – *Origens e desenvolvimento de um grande estabelecimento de assistência e caridade: o Hospital de Santo António da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1998, p. 29, 35; CASTRO, Maria de Fátima – *Construção, conservação e ampliação de edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Braga (da 2ª metade do século XVI à 1ª década do século XX)*. *Bracara Augusta*. Braga. 47: 100 (1997) 5-106; GAMA, Eurico – *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*. Elvas: Santa Casa da Misericórdia de Elvas, 1954, p. 75; GOODOLPHIM, Costa – *As misericórdias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897, p. 106, 205, 319-320, 355; *MISERICÓRDIAS do distrito de Vila Real: passado, presente, futuro*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1998, p. 63, 165; SILVA, H. Castro – *A Misericórdia de Castelo Branco: apontamentos históricos*. Castelo Branco: Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, 1958, p. 125, 184.

¹⁹ Um conto corresponde a um milhão de réis.

²⁰ Cf. LOPES – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. 1, p. 205-207, 333-408, 646, 799-820; vol. 2, p. 29-48, 132-138.

também o direito de voto, o que foi concedido por alvará de 21.7.1752²¹. Em Ferreira do Alentejo os irmãos da Misericórdia informaram o rei D. José que o provedor permanecia há 6 anos no cargo e não realizava eleições. Por isso requereram ao monarca que as mandasse realizar e o obrigasse a apresentar contas. O rei deferiu o pedido por provisão de 26.8.1768, ordenando ao provedor da Comarca de Beja que procedesse à eleição da Mesa e à tomada de contas e que o provedor da Misericórdia fosse impedido de votar e ser eleito²². Também a anexação de nove misericórdias dos coutos de Alcobaça à Santa Casa da sede, em 1775, foi feita a pedido das entidades locais, neste caso o abade. Alegou o prelado as dificuldades sentidas pela Santa Casa da vila em manter o hospital porque as despesas cultuais absorviam todos os seus recursos²³.

A redução dos encargos pios era, efectivamente, uma imperiosa necessidade que as misericórdias repetidamente solicitavam e obtinham porque também a hierarquia eclesiástica percebia a sua inevitabilidade. A título de exemplo, citem-se as palavras do bispo da Guarda ao reduzir as missas obrigatórias da Misericórdia do Fundão em 1790: “Nam podendo ser (...) da Religiosa intenção daquelles pios instituidores que os referidos encargos focem tam excessivamente gravozos a ditta Santa Caza, e que ella ficace com as maons atadas para deixar de socorrer a indigencia dos pobres, e mizeraveis infermos com piedade e mizericordia e caridade sendo estas excelentissimas virtudes hum sacrificio propiciatorio e hum poderoso sufragio para as Almas dos mesmos Instituidores e bemfeitores da mesma Santa Caza”²⁴.

Em Bragança, logo a partir de 1750, começa a reduzir-se o número de capelães da Santa Casa²⁵; a Misericórdia de Guimarães pede a redução de missas em 1768, o que foi concedido em 1770²⁶; em Lisboa um breve papal de 1775 converte 142 capelas em 20²⁷; em Montemor-o-Velho solicita-se breve de redução em 1773, concedido três anos depois e, em 1816, alcança-se nova bula de redução²⁸; em Setúbal uma primeira vaga de breves de redução ocorrera nas primeiras décadas de Setecentos e inicia-se um segundo processo em 1798, o qual se irá prolongar até 1813²⁹; a Misericórdia de Tavira obtém redução de missas em 1800, passando de 6 para 4 capelães e em 1814 para dois³⁰; em Alcobaça alcança-se o mesmo em 1800³¹ e em Coimbra nos primeiros anos do século XIX³².

A legislação pombalina, proibindo encapelar bens e restringindo a capacidade de testar em favor da alma, foi, portanto, uma medida inadiável mas, como vemos, insuficiente, pois o problema persiste devido em parte a subsequentes alterações legislativas. A lei de 9 de Setembro de 1769 (já esboçada na de 25.6.1766) determina que só se poderá canalizar para legados pios a terça parte da terça das heranças que nunca poderá exceder os 400 mil réis, com excepção dos legados às misericórdias, hospitais e casas de educação que poderão aceitar até 800 mil réis se couberem na terça. Para quantias superiores seria necessária

²¹ Cf. CORREIA, Manuel Antunes – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (séc. XVI, XVII e XVIII)*. Coimbra, 1971 (tese de licenciatura), p. 115-116, 224-226.

²² Cf. FIGUEIREDO – *Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo*, p. 161-163.

²³ Cf. ZAGALO, Francisco Baptista d’Almeida Pereira – Breve memoria historica da Misericordia de Alcobaça. In *PRIMEIRO Congresso Portuguez de Beneficencia. Documentos*. Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1906, p. 108-110. Foram extintas as Misericórdias de Aljubarrota, Alvorinha, Cela, Coz, Évora de Alcobaça, Maiorga, Pederneira, Santa Catarina e Turquel por decreto de 29.4.1775 e provisões de 15 de Maio e 15 de Julho do mesmo ano. As Misericórdias de Aljubarrota e Pederneira conseguiram a desanexação em 1781 e 1784.

²⁴ Cit. por CORREIA – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia do Fundão*, p. 195.

²⁵ Cf. CASTRO – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*, p. 76.

²⁶ Cf. COSTA – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães*, p. 87.

²⁷ Cf. RIBEIRO – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, p. 127.

²⁸ Cf. SILVA – *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho*, p. 93.

²⁹ Cf. ABREU, Laurinda – *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na modernidade*. Viseu: Palimage Editores, 1999, p. 154-164; 168-171.

³⁰ Cf. ANICA, Arnaldo Casimiro – *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira (da fundação à actualidade: notas)*. Tavira: [s.n.], 1983, p. 53.

³¹ Cf. ZAGALO – *Breve memoria historica da Misericordia de Alcobaça*, p. 112.

³² Cf. LOPES – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. I, p. 359.

ordem real (§§6-8). As capelas já devolutas ou a devolver à Coroa ficariam automaticamente livres dos seus encargos (§18). Proíbe-se a instituição de capelas sobre bens, sendo autorizadas apenas em dinheiro corrente (§§14-17), o que, aliás, já era a prática adoptada por muitas misericórdias. Quanto aos bens já encapelados, os encargos pios não poderiam exceder um décimo do seu rendimento líquido (§19) e seriam consideradas extintas as capelas com receita inferior a 100 mil réis no reino e 200 mil réis em Lisboa e Estremadura (§21). A radical proibição de instituir a alma por herdeira assenta num bom senso indiscutível: “as propriedades de casas, os fundos de terras, e as fazendas, que foraõ creadas para a subsistencia dos vivos, de nenhuma sorte podem pertencer aos defuntos. Que nem ha razão alguma, para que qualquer homem depois de morto haja de conservar até o dia do juizo o dominio dos bens, e fazendas, que tinha quando vivo: Que menos a pode haver, para que o sobredito homem pretenda tirar proveito do perpétuo incommodo de todos os seus successores até o fim do Mundo” (§21).

Esta arrojada lei foi em grande parte suspensa pelo decreto de 17.7.1778, mas o alvará de 20.5.1796 retoma-a parcialmente³³.

O alvará de 19 de Outubro de 1806 constitui um marco na história da intervenção do poder central nas misericórdias. Nele se determina, entre várias outras coisas, que todas as mesas cessantes passem a apresentar contas à nova direcção na presença do provedor da comarca (ou corregedor ou juiz de fora nas terras sem provedor). Estes magistrados examinarão as contas, proporão medidas administrativas e as despesas que devem ou não fazer-se. De tudo se fará assento e em caso de dúvida se informará o Desembargo do Paço. As contas serão anualmente enviadas ao poder central e à Intendência Geral da Polícia remeter-se-ão os mapas com os movimentos dos doentes, expostos e viajantes providos com cartas de guias.

Porque as medidas legislativas contra a amortização devem ter ficado em boa parte por cumprir, um edital do Desembargo do Paço de 20.3.1820 ordena que se observem literalmente as leis sobre a abolição dos vínculos e encargos pios e, devido às muitas dúvidas suscitadas, esclarece-se em 26 de Fevereiro de 1825, que os bens das capelas das misericórdias são próprios da Coroa, mas dispensados do pagamento do quinto do rendimento.

As misericórdias eram, naturalmente, alvos tentadores da cobiça tributária, mas, neste período, escaparam aos grandes impostos³⁴, apesar de opiniões que defendiam o contrário. Surgiam ideias novas, projectos de criação de estruturas nacionais de socorro aos pobres e repressão da mendicidade e as rendas das Santas Casas podiam ser a solução do financiamento. Sirva de exemplo uma proposta do juiz do crime de Coimbra, remetida à Intendência Geral da Polícia em 1781, defendendo o internamento de todos os vadios e ociosos em “casas pias” a erigir de forma a cobrir a totalidade do território nacional: “Fundo para estas casas bastará aplicar a décima parte das rendas das misericórdias das províncias [...]”. Das outras

³³ Em concreto, de entre os parágrafos citados, foram suspensos, mas retomados em 1796, os §§ 18, 19 e 21, permaneceram em vigor mesmo depois de 1778 os §§ 14-17 e nunca foram repostos os §§ 6-8. Segundo Victor Ribeiro, foi o decreto de 15.3.1800 que veio mudar completamente a natureza dos bens das misericórdias, deixando então de ser bens doados por particulares para serem bens incorporados na Coroa (Cf. RIBEIRO – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, p. 146). Na verdade, não foi esse decreto que alterou a natureza dos bens encapelados, pois nele o legislador limita-se a lembrar que já assim era desde as leis contra a amortização e que as misericórdias e hospitais possuíam esses bens ilegalmente. Esclarece este diploma que os bens das misericórdias e hospitais se encontravam já livres de vínculos e encargos, tudo por efeito da lei de 9.9.1769 e do decreto de 20.5.1796. A novidade do decreto de 15 de Março de 1800 foi a de explicitar com toda a clareza que se tratava de bens próprios da Coroa que esta doava depois às misericórdias e hospitais livres de quaisquer encargos pios, para que as instituições os pudessem aplicar às despesas necessárias.

³⁴ O *Regimento das décimas*, de 26.9.1762, isentava-as desse imposto que passaram a pagar pela aplicação do alvará de 14.12.1775. Seria, contudo, por pouco tempo, pois o alvará de 6.8.1777 volta a isentá-las. Em 1809 (alvará de 7 de Junho) cria-se uma contribuição extraordinária de defesa, pela qual as Santas Casas passaram a pagar 30% dos seus rendimentos. A portaria de 2.8.1810 baixa este tributo para 20% (o quinto), gravando as restantes confrarias num terço das suas rendas. Como vimos, em 1825 estavam dispensadas do pagamento do quinto do rendimento dos seus bens.

confrarias tirar-lhes tudo o que não lhe for muito preciso, porque ordinariamente servem aquelas rendas de levar mesários para o inferno. E dos encargos pios seculares aplicar todos à excepção das missas [...] e não parece se deteriorarão as misericórdias, pois havendo a gente ocupada logo há menos pobres a quem as misericórdias necessitem acudir, e há de diminuir-lhe a despesa que fazem nas cadeias e livramentos de criminosos”³⁵.

Por carta real de 27.9.1756, com o intuito de canalizar os capitais disponíveis para a recém-criada Companhia de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, haviam sido proibidos em todo o território abrangido pelo Tribunal da Relação do Porto os empréstimos de dinheiro a juro que não fossem destinados a investir nesse empreendimento “enquanto senão achasse completo o fundo da Companhia”. É evidente que tal ordem teve consequências nas misericórdias, patentes no cuidado com que, mais tarde, as Santas Casas da Guarda e do Fundão requereram a cópia do decreto que levantou a proibição (em 14.11.1757)³⁶. A ordem real terá acarretado prejuízos à Misericórdia do Porto por esta ter concedido avultados empréstimos para esse fim a famílias nobres que nunca os restituíram³⁷. Também a Misericórdia de Guimarães se viu compelida a ceder créditos para a mesma aplicação³⁸. Em 22 de Junho de 1768 Pombal volta a intervir na actividade creditícia das misericórdias: impõem-se regras, a supervisão do Desembargo do Paço e prioridades (em primeiro lugar para despesas militares e diplomáticas). Uns anos depois, pela lei de 17 de Janeiro de 1775, fixa-se o ágio no máximo de 5%. Nesse mesmo mês a Santa Casa de Lisboa foi proibida de emprestar dinheiro a juros (alvará de 31.1.1775).

Como vemos, razões de Estado sobrepunham-se, por vezes, aos interesses das misericórdias, mas, embora Pombal nunca pretendesse inviabilizá-las ou prejudicá-las³⁹, é um facto que a sua intervenção é cada vez mais notória, perceptível também nas nomeações dos órgãos dirigentes⁴⁰. A primeira nomeação do provedor da Misericórdia de Lisboa dá-se em 1751. Depois, de 1755 e até 1812, os provimentos são sistemáticos. Em 1817-19 a Mesa é novamente nomeada, mas eleita no triénio liberal de 1820-22⁴¹. Em Coimbra a primeira nomeação régia do provedor e escrivão ocorre logo em 1749 e todas as mesas de 1771 a 1796 são providas pela Coroa, que também reconduz as mesas em 1805, 1811 e 1815⁴². Em certos casos são as obras de grande vulto que, não podendo compadecer-se com a rotatividade anual das mesas, justificam a recondução dos mesários por largos anos. Foi o que aconteceu com a Mesa da Misericórdia do Porto que, a partir de 1767, foi sucessivamente reinstalada a fim de levar a cabo a obra do Hospital de Santo António⁴³, o mesmo sucedendo em Braga quando se procedia a remodelações do Hospital de S. Marcos⁴⁴.

³⁵ Cit. por LOPES – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. 1, p. 144.

³⁶ Cf. CORREIA – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia do Fundão*, p. 118-120. O decreto de 14.11.1757 está transcrito a p. 227-228.

³⁷ Segundo António Luís Gomes, a casa de Abrantes nunca terá devolvido os 80 milhões de réis que recebeu emprestados para investir na Companhia (Cf. SEGUNDO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS (Porto de 19 a 22 de Maio de 1929) – *Actas*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1930, p. 239).

³⁸ Cf. COSTA, Américo Fernando da Silva – *A Misericórdia de Guimarães: crédito e assistência (1650-1800)*. *Cadernos do Noroeste*. 11: 2 (1998) 163.

³⁹ A Misericórdia de Lisboa foi mesmo muito beneficiada ao receber o património que pertencera à Companhia de Jesus: a igreja e casa de S. Roque em 1768 e, em 1775, as riquíssimas rendas das confrarias erectas nessa igreja.

⁴⁰ Sobre a intervenção pombalina nas misericórdias, ver SÁ, Isabel dos Guimarães – *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 127-131.

⁴¹ Cf. SERRÃO – *A Misericórdia de Lisboa*, p. 205, 313, 323

⁴² Cf. SILVA, Armando Carneiro da (publicação e anotações de) – *O Catálogo dos Provedores e Escrivães da Misericórdia* (elaborado por António de Moura e Freitas, cartorário secretário da Santa Casa em 1860). Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1991, p. 72-80.

⁴³ Cf. FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, p. 229-231.

⁴⁴ Cf. CASTRO – *Construção, conservação e ampliação de edifícios*, p. 85.

Quanto às relações com o poder episcopal, eram bem conhecidos os privilégios das misericórdias, totalmente isentas da jurisdição dos bispos⁴⁵, como se colhe no seguinte exemplo: em 1795 a Misericórdia de Braga decidiu fazer a procissão das Endoenças com fogaréus, mas como ao arcebispo não agradasse a resolução, solicitou à Mesa da Santa Casa que “de mercê e de favor, por esta vez somente” não houvesse fogaréus, ao que a Mesa anuiu “por lhe querer fazer esse obséquio, atendendo a que concorre com suas esmolas para o hospital, e não por outra razão alguma ou motivo”⁴⁶. O que não obsta a que as relações entre as misericórdias e os bispos, cónegos ou sacerdotes não fossem intensas, pois eles podiam ser, e eram, confrades e dirigentes em muitas Santas Casas. Por vezes, os bispos tinham o lugar de provedor tacitamente cativo, o que sucedeu, por exemplo, com os três prelados da efémera diocese de Castelo Branco, todos eleitos provedores da Misericórdia, lugar que ocuparam por largos anos⁴⁷. A cidade certamente rejubilou com a sua elevação a sede episcopal e, honrada por ter o seu próprio bispo, elegeu-o sempre para o cargo máximo da Santa Casa. Também em muitas outras dioceses foi normal o prelado ser provedor. Mas, regra geral, era-o apenas durante um mandato ou em mesas interpoladas, como qualquer outra grande personagem local. Os cónegos, igualmente, eram presenças habituais nas mesas das misericórdias, entre os irmãos de primeira categoria, evidentemente.

2. Na Monarquia Constitucional

O primeiro Liberalismo português (anterior à Regeneração), ao alicerçar-se na filosofia das Luzes, antropocêntrica e optimista, pugnava por uma transformação radical e generosa da sociedade. O amparo dos indigentes assume-se, pois, como tarefa nacional que decorria das atribuições do Estado⁴⁸. A novidade não consiste no intervencionismo do poder central, embora este seja a partir de agora muito mais coerente e eficaz. O que é novo são as razões dessa intervenção. Já não é porque o rei deve ser bom, ou pai, ou porque a economia nacional e a segurança pública não toleram particularismos e/ou desordens que os governos actuam no domínio da assistência, mas sim porque se reconhecem direitos aos cidadãos, entre os quais o direito ao socorro por parte de quem nada tem.

Mas se esta era a formulação teórica, as realizações práticas foram modestas. Como o país não dispunha de meios para a criação de base de um novo sistema assistencial e, por outro lado, possuía uma rede bem disseminada de casas de Misericórdia, instituições bem arreigadas nos hábitos locais e dotadas de meios, a nova ordem constitucional não a desmantelou. Muito pelo contrário. As misericórdias foram consideradas insubstituíveis, as pedras basilares do sistema nacional de beneficência que, por isso mesmo, as não podia deixar entregues aos caprichos dos dirigentes locais⁴⁹. E havia, de facto, em muitas

⁴⁵ Mas são conhecidas algumas tentativas por parte dos prelados e párocos em exercer a sua jurisdição nas misericórdias em períodos anteriores. Em 1630 o bispo do Porto pretendeu visitar a igreja da Misericórdia e o mesmo fez um dos seus sucessores em 1746, o que provocou um processo levado à Relação do Porto que, obviamente, se pronunciou a favor da Misericórdia que não o autorizava (Cf. FREITAS – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, p. 421-442). Também no século XVII, em 1680, a Misericórdia do Fundão teve de recorrer ao bispo da sua diocese para que proibisse o pároco de se intrometer na igreja da Santa Casa o que seria “couza inaudita e nunca vista”, “por serem as ditas Santas Casaz meramente leigas e da protecção real”, o que foi deferido pelo prelado por despacho de 12.10.1680 (CORREIA – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia do Fundão*, p. 198-200).

⁴⁶ Cit. por CASTRO, Maria de Fátima – *Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades (do século XVI a começos do século XX)*. [S.l.]: Ed. Autor, 1998, p. 22.

⁴⁷ Cf. SILVA – *A Misericórdia de Castelo Branco*, p. 249-250.

⁴⁸ Ver LOPES, Maria Antónia – Os pobres e a assistência pública. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, vol. 5, p. 501-515; ID. – *Pobreza, assistência e controlo social*, vol. 1, p. 157-163.

⁴⁹ A portaria de 2.9.1835 ordena aos governadores civis que tomem contas a todos os hospitais, misericórdias e outros estabelecimentos pios e o decreto de 21 de Outubro do ano seguinte manda aos mesmos que procedam à fiscalização dos bens e da administração das irmandades e confrarias e lhes exijam contas e orçamentos anuais. No ano imediato, por portaria de 12 de Fevereiro, também os administradores dos concelhos

misericórdias, corrupção e enormes gastos em cerimónias cultuais sumptuosas, lesivas das necessidades dos pobres para quem nada sobrava. Noutras era o desinteresse a causa da existência de bens e capitais improdutos. Algumas manifestavam desejos de reformas, mas temendo as reacções da população, apegada a práticas tradicionalistas, nada faziam. Havia-as esvaziadas de confrades, constituindo a de Lisboa o exemplo mais clamoroso. Outras, enfim, tinham administrações excelentes. Imperava a diversidade porque as misericórdias eram autónomas.

Pelos meados da centúria o discurso legislativo abandonava as ideias iluministas mais características, optando por um liberalismo puro. O Estado, diz-se agora, não tem qualquer obrigação de prevenir a miséria e se acode àqueles que já caíram na indigência é porque pratica a virtude da caridade ou da benevolência. A missão dos governos nesta matéria deverá ser de superintendência, inspecção e vigilância das instituições caritativas particulares. Os textos legais insistem em afirmar que a assistência prestada pelo governo (fruto de comiserção e não de dever de Estado) será tendencialmente restritiva.

Em concreto, a intervenção dos governos oitocentistas traduziu-se na fiscalização das administrações das instituições de beneficência, na imposição de prioridades assistenciais e na desamortização dos seus bens, muitas vezes improdutos, o que prejudicava não só o funcionamento desses organismos como a economia nacional. Mas o processo de desamortização, bem-intencionado e até inicialmente aplaudido pelas próprias Santas Casas, foi desastrado, precipitado e prejudicial para as irmandades.

Em 1834, por falta de irmãos eleitores na Misericórdia de Lisboa, os mesários em exercício pediram ao governo a nomeação da Mesa que foi instalada por decreto de 28.2.1834 com a incumbência de examinar a situação. A 4 de Abril, novo decreto autoriza a comissão a executar todas as medidas necessárias ao melhoramento do caos que haviam encontrado, pois o estado da casa era lastimoso: enormes dívidas activas e passivas, absoluta falta de crédito junto dos fornecedores, prédios urbanos degradados. A situação das centenas de expostos a seu cargo apresentava-se deplorável em todos os aspectos (alimentação, vestuário, alojamento, educação e saúde). Em contrapartida, registavam-se gastos excessivos com capelães e mestres de cerimónia. Como consequência, é publicado o decreto de 11 de Agosto de 1834 que dissolve a Mesa e dá como extinta a irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Doravante os seus dirigentes, nomeados, serão pessoas da confiança dos governos. O decreto de 26.11.1851 que reformou o Conselho Geral de Beneficência (criado em 1835) alterou as administrações da Misericórdia de Lisboa e do Hospital de S. José, passando aquela a ser dirigida por um provedor e este por um enfermeiro-mor, sendo ambos os cargos de nomeação governamental. No mesmo ano, o decreto de 2 de Dezembro (que ordena se faça a lista de todos os irmãos) e, mais tarde, o de 3 de Setembro de 1863 (que manda elaborar novo compromisso) demonstram que o governo desejava restaurar a Misericórdia na sua tradicional natureza, mas nada foi conseguido⁵⁰. Da Misericórdia de Lisboa só restava o nome, “nem mesmo havia já elementos para se constituir a irmandade. A sua administração tomava pela força das circunstancias um character official, e assim deveria continuar. Às commissões succederam os provedores, cargos officiaes, de nomeação regia. (...) O seu compromisso, que era o codigo da instituição, foi substituido pelos decretos e portarias”⁵¹.

Mas mais ainda do que a extinção da irmandade da Santa Casa de Lisboa, a desamortização dos bens das misericórdias constitui o facto maior e mais traumático da história oitocentista destas confrarias.

se vêm encarregados de examinar as contas dessas instituições. Estas atribuições dos dirigentes distritais e concelhios são retomadas e explicitadas nos diplomas de 12.5.1837, 18.5.1837, 20.9.1837 e 26.6.1839 e consagradas no Código Administrativo de 1842 (artigos 226º e 248º).

⁵⁰ Cf. GOODOLPHIM – *As misericórdias*, p. 61-65; RIBEIRO – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, p. 139-149; SERRÃO – *A Misericórdia de Lisboa*, p. 397-440.

⁵¹ GOODOLPHIM – *As misericórdias*, p. 64.

A desamortização do património não necessário à actividade pia e beneficente foi ordenada pela lei de 22 de Junho de 1866, que estendeu às misericórdias e demais estabelecimentos assistenciais e cultuais a desamortização já determinada pela lei de 4 de Abril de 1861 para outras instituições. O Estado não se apropriou directamente dos bens, como fizera a partir de 1834 com as propriedades das congregações regulares. O sistema utilizado foi o da obrigatoriedade da venda e a aplicação do produto em títulos de dívida pública, mas o processo escolhido foi o pior possível e teve efeitos desastrosos. É que a lei determinava que se realizasse o inventário de todos os prédios rústicos e urbanos, foros, censos, quinhões e pensões cuja relação se remetia ao poder central. Era este que, anunciada a venda no Diário do Governo, procedia posteriormente à alienação em hasta pública na capital do distrito e sem a intervenção das misericórdias. Determinava-se também que, se não houvesse comprador, o preço seria reduzido em 10% sucessivamente até ao mínimo de um décimo do seu valor ou cinco vezes o seu rendimento. É claro que as propriedades foram vendidas ao desbarato e tornaram-se alvo fácil de gente sem escrúpulos. “Elementos preponderantes das localidades, influentes políticos, aspirantes a proprietários, em posição singular ou em agrupamentos combinados, souberam aproveitar-se bem das facilidades”⁵².

O princípio de desamortização não gerara em si mesmo polémica e fora mesmo bem recebido em várias misericórdias, o que não devemos estranhar. Detentoras de inúmeros bens de natureza diversa, estas instituições não eram fáceis de gerir. Com a alienação da propriedade realizada pelas misericórdias e o capital aplicado em actividade creditícia, facilitava-se a administração e esperavam-se rendimentos mais regulares e elevados. Ninguém poderia prever a crise financeira do Estado de finais do século e a posterior inflação, mas receava-se já que o processo de venda e a aplicação do capital não fossem os mais convenientes.

Tendo a Mesa da Santa Casa de Coimbra de 1861/62 tomado conhecimento que o governo apresentara às Cortes uma proposta para desamortizar os bens das misericórdias, entendeu enviar uma representação ao Parlamento onde alegava que “a completa libertação da propriedade predial, até agora retida em poder das corporações de mão morta, é uma medida d’incontestavel utilidade, uma necessidade economica”; “desaparecem as dificuldades d’administração, não tem a fazer-se as despesas inevitaveis de conservação, os rendimentos em regra geral augmentam, a sua cobrança é ao mesmo tempo mais prompta e simples”. Mas os dirigentes da Misericórdia coimbrã discordavam inteiramente do modo como se pretendia levar a cabo a alienação porque não seria feita pelas instituições. Além disso, opunham-se terminantemente a que no futuro fosse necessária a autorização do governo para qualquer empréstimo de capitais que as misericórdias concedessem, pois isso provocaria uma tal morosidade que se traduziria numa estagnação de capitais e logo num enorme prejuízo para instituições que dependiam desses investimentos⁵³.

A proposta de lei a que essa Misericórdia se opunha não chegou a ser discutida porque o governo a retirou. Será só em 1866 que a amortização dos bens das misericórdias virá a ser decretada, mas percebia-se claramente, desde o início da década de 1860, que ela seria inevitável, assim como a aplicação dos capitais em títulos de dívida pública. Afirmava o provedor da Misericórdia de Coimbra de 1862/63 que “o emprego de capitaes em inscripções é aconselhado por muita gente, e cêdo ou tarde será determinado por lei”⁵⁴.

⁵² CALEM JUNIOR, António Alves – Actualização dos juros dos títulos do Estado, cuja aquisição obrigatória, foi determinada pelos poderes públicos. In SEGUNDO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS (Porto de 19 a 22 de Maio de 1929) – *Actas*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1930, p. 81. Ver ZAGALO, Francisco Baptista d’Almeida Pereira – Desamortização nos bens das corporações de beneficencia. In *PRIMEIRO Congresso Portuguez de Beneficencia. Documentos*. Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1906, p. 100-104.

⁵³ Cf. FREIRE, Francisco de Castro – *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 27 de Julho de 1861 a 14 de Julho de 1862*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1862, p. 7-9.

⁵⁴ JARDIM, Manuel dos Sanctos Pereira – *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 27 de Julho de 1862 a 26 de Julho de 1863*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1863, p. 15.

Sabe-se também, na Santa Casa de Évora, em Fevereiro de 1862, que se preparava uma lei de desamortização abrangendo as misericórdias. Em 1864 volta-se a falar do assunto e a opinião da Mesa é de concordância, considerando a medida de inquestionável utilidade e alegando que se venderem os bens e puderem emprestar o dinheiro, cada misericórdia se transformaria num “Banco rural indirecto” que traria prosperidade à agricultura⁵⁵. A lei da desamortização, publicada dois anos depois, exprime essa mesma ideia, mais tarde desenvolvida na chamada lei de Andrade Corvo (proposta em Janeiro de 1867 e publicada a 22 de Junho desse ano) que visava, precisamente, organizar bancos de crédito agrícola e industrial com os fundos adquiridos pela venda dos bens desamortizados.

Em Castelo Branco foi o governador civil que alertou a Misericórdia para a lei que se preparava. Em Novembro de 1865 compareceu numa reunião da Mesa e informou que se presumia que dentro de dois anos se iria legislar para desamortizar os bens das misericórdias. Sugeria, pois, que a Mesa pensasse nas vantagens de ir vendendo gradualmente as suas propriedades. Nesse mesmo mês a Mesa pede licença ao governo para a venda gradual dos bens, invocando a urgente necessidade de dinheiro para as obras do hospital. A desamortização provocou imediato e largo aumento das receitas desta irmandade. De 1858/59 a 1864/65 oscilou o seu rendimento entre os 2,8 e os 5 contos; de 1865/66 a 1871/72 situou-se entre os 4 e os 11,5 contos; a partir de 1868/69 foi sempre superior a 9 contos. Em Janeiro de 1867 o governador civil, demonstrando uma vez mais a sua actualização e empenho em proteger a Misericórdia, volta a comparecer numa reunião da Mesa onde expôs a conveniência de aplicar parte do produto das vendas na criação de um banco agrícola e industrial, aproveitando as bases da proposta de Andrade Corvo. A Misericórdia concordou, oficiando nesse sentido à Repartição do Comércio e Indústria. No ano seguinte os trabalhos avançavam, tendo sido tomado como modelo o Banco da Misericórdia de Viseu. Contudo, por razões não esclarecidas, essa instituição bancária nunca foi criada⁵⁶.

A ideia da criação de bancos foi acolhida por muitas outras misericórdias que tentaram executá-la⁵⁷, mas só foi concretizada pelas de Viana do Castelo e Viseu. Esta conseguiu-o com êxito notável. Autorizada a fundação por decreto de 19.2.1868, aprovados os estatutos por alvará régio de 2 de Março seguinte, tinha como objectivo emprestar os capitais necessários para a agricultura, pequeno comércio e indústria e ainda receber poupanças em depósito, funcionando como Caixa Económica. Manteve-se em funcionamento sem alteração da sua natureza até 1968⁵⁸.

Um outro golpe atinge as misericórdias em 1892. A lei de 26 de Fevereiro desse ano reduz em 30% os juros das inscrições de dívida pública que as instituições possuíam. Para cobrir eventuais défices orçamentais dos estabelecimentos de beneficência, o governo concedeu aos que o requereram um subsídio correspondente à dedução decretada, o que não impediu importantes quebras nas receitas e, evidentemente, impossibilitava o crescimento das instituições, pois se capitalizassem perdiam o direito à indemnização⁵⁹. Além disso, os títulos adquiridos depois de 1892 ficavam sujeitos ao novo imposto.

Nos finais do século XIX só oito misericórdias ultrapassavam a receita anual de 20 milhões de réis. Eram essas as grandes Casas: Porto, Lisboa, Ponta Delgada, Braga, Viseu, Évora, Coimbra e Guimarães.

⁵⁵ Cf. GUERREIRO, Alcântara – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora nos séculos XVII a XX (1667-1910)*. Évora: [s. n.], 1979, p. 125-127, 130-131, 135.

⁵⁶ Cf. SILVA – *A Misericórdia de Castelo Branco*, p. 149-150, 208-219, 220-222.

⁵⁷ Em Coimbra, pelo contrário, considerou a Mesa ser inconveniente tal instituição (Cf. CASTRO, Manuel de Oliveira Chaves e – *Relatório da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra desde 12 de Julho de 1867 a 22 de Julho de 1868*. Coimbra: Typ. de Santos & Silva, 1868, p. 6-8, 27-28).

⁵⁸ Cf. ALMEIDA – *Santa Casa da Misericórdia de Viseu*, p. 105-107.

⁵⁹ Ver ZAGALO, Francisco Baptista d’Almeida Pereira – *Imposto do rendimento das inscrições das corporações de beneficencia*. In *PRIMEIRO Congresso Portuguez de Beneficencia*. Documentos. Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1906, p. 118-123.

Mas também as de riqueza média-alta (de 10 a 20 contos) asseguravam, por certo, importantes serviços sociais, por ora impossíveis de avaliar, pois todas elas carecem de investigações históricas para este período. Note-se a importância das misericórdias dos Açores, com 6 irmandades na tabela que se segue.

Quadro 1 - Misericórdias com receitas iguais ou superiores a 5 contos de réis (finais do século XIX)

Misericórdia	Réis (milhões)	Misericórdia	Réis (milhões)	Misericórdia	Réis (milhões)
Porto	434,5	Angra do Heroísmo	12,2	Montemor-o-Novo	6,9
Lisboa	249,3	Funchal	10,5	Póvoa de Varzim	6,8
Ponta Delgada	46,6	Elvas	10,1	Barcelos	6,5
Braga	39,7	Penafiel	9,1	Amarante	6,2
Viseu	29,3	Guarda	8,8	Alcácer do Sal	6
Évora	28,5 ⁶⁰	Santo Tirso	8	Portalegre	6
Coimbra	26,6	Ribeira Grande	7,8	Vila da Praia	5,8
Guimarães	24,5	Estremoz	7,6	Leiria	5,4
Setúbal	14,7	Faial	7,6	Valença	5
Vila Franca do Campo	14,3	Ponte de Lima	7,5		
Castelo Branco	12,9	Lamego	7,3		

Fonte: GOODOLPHIM, Costa – *As misericórdias*.

A Misericórdia do Porto, pelas avultadíssimas receitas que possuía e pelo serviços que assegurava às populações, era uma instituição com características absolutamente excepcionais. Administrava então o Hospital de Santo António, o Recolhimento dos Órfãos de Nossa Senhora da Esperança, o Estabelecimento Humanitário do Barão de Nova Sintra (internato para adolescentes), o Recolhimento de Velhas Inválidas de St^a Clara, o Recolhimento de Viúvas Pobres de Nossa Senhora das Dores, o Hospital dos Alienados do Conde Ferreira, o Instituto dos Surdos-Mudos Araújo Porto e os Hospitais dos Lázarus, das Lázarus, dos Entrevados e das Entrevadas. Em 1899 abriu um asilo para cegos com capacidade para 100 internados.

Lisboa constituía um caso à parte. Prestava, sem dúvida, notáveis e imprescindíveis serviços de assistência, mas era um organismo do Estado e não uma irmandade. Mesmo assim, a do Porto, que sempre manteve a sua natureza e a sua administração independente sem necessitar de chefias bem remuneradas pelo Estado, nem do monopólio das lotarias nacionais, deixava-a a enorme distância. Nos finais do século, a Santa Casa de Lisboa despendia a sua maior verba com os expostos e com as sopas de caridade. Vinham a seguir o Recolhimento das Órfãs, as visitadas, os subsídios para rendas de casas, os hospitais do Amparo e de St^a Ana e os presos.

Quanto às restantes, concentravam os seus esforços na assistência hospitalar, embora algumas administrassem orfanatos, asilos de inválidos e/ou idosos e recolhimentos femininos. Surgem também, nos finais do século, cozinhas económicas, balneários públicos, albergues nocturnos, apoios diversos ao ensino primário. Destaque-se a Misericórdia de Viseu pelo seu importante banco agrícola e industrial e a de Coimbra que, sem hospital, diversificou desde muito cedo a assistência aos pobres, enquanto a maioria das suas congéneres concentrava esforços na assistência hospitalar⁶¹.

⁶⁰ É possível que os seus rendimentos fossem superiores. Segundo Alcântara Guerreiro, em Julho de 1869, já vendidas 46 herdades e tendo ainda 13, além de outras propriedades, auferia a Santa Casa de Évora o rendimento de quase 46 contos e em 1899/1900 a despesa rondou os 35 contos, sendo a receita de 33,5 (*Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora [...] (1667-1910)*, p. 134-136, 154-155).

⁶¹ A diversificação, característica da Santa Casa de Coimbra logo em inícios do século XIX, ocorreu na generalidade das misericórdias, como veremos, só depois de 1975 e exactamente pelo mesmo motivo: a perda dos hospitais.

De facto, e apesar das pressões governamentais para que assegurassem um variado leque de cuidados assistenciais, as misericórdias especializam-se cada vez mais nos serviços de saúde. Prosseguindo um movimento que as maiores casas haviam iniciado na centúria anterior, são inúmeras as pequenas misericórdias que constroem hospitais de raiz, como, por exemplo, a de Alcobaça que, apesar dos seus modestos rendimentos (1.611.725 réis em 1904/05) reedifica o hospital entre 1852 e 1854, inaugura um novo em 1890 e, em 1902, inicia a construção de um pavilhão para doenças infecto-contagiosas⁶². E muitos outros casos podiam ser citados como os de Mora, Vila Nova de Cerveira, Lousã, Arcos de Valdevez, etc.

Perante as crescentes dificuldades financeiras, as misericórdias mostram-se inventivas na angariação de receitas. Surgem novas formas de financiamento, como as subscrições logo em meados do século e, mais tarde, bailes, espectáculos, quermesses, saraus, exposições, etc. Na segunda metade de Oitocentos entra em cena uma nova personagem social que irá revigorar não poucas misericórdias: os *brasileiros*, isto é, portugueses que regressavam do Brasil, ricos e ávidos de protagonismo e reconhecimento, sendo o Conde de Ferreira o exemplo mais conhecido⁶³.

Ao longo de toda a segunda metade de Oitocentos e particularmente nos finais do século, vão surgindo novos compromissos que imprimem importantes alterações ao funcionamento das irmandades. Logo em 1837, a Mesa da Misericórdia de Castelo Branco obtém do administrador geral do distrito autorização para proceder a algumas modificações no seu compromisso. Fica então decidido, entre outras medidas, que ninguém seria excluído da irmandade pela profissão e emprego, que a eleição da Mesa passaria a ser directa e a reeleição proibida⁶⁴. O compromisso de Bragança de 1856 extingue a divisão dos confrades entre primeira e segunda classe, mas surgem os “Irmãos Beneméritos”. Em 1877 esta Misericórdia aprova nova lei orgânica instituindo um terceiro tipo de irmãos, os “Subscritores”, dispensados de exercer funções mas pagando quotas⁶⁵. Desde meados do século, de facto, porque se mantinham em vigor os compromissos seiscentistas, faziam-se sentir os inconvenientes da manutenção das duas classes de confrades definidas num tempo há muito ultrapassado. A desproporção entre as duas categorias era cada vez maior. Em Tavira, cujo compromisso estipulava o número de 150 irmãos de cada classe, havia, em 1855, 70 de primeira e mais de 400 de segunda⁶⁶. Em Lamego, muitos não queriam ingressar na Misericórdia devido a essa distinção que provocava amiúde “cenas desagradáveis”, como se afirma em 1859. Por isso os novos estatutos extinguem as duas categorias, mas adoptam para a elegibilidade dos dirigentes um critério censitário⁶⁷, que, manifestamente, não agredia os valores burgueses de então.

As misericórdias perdem o serviço dos expostos que passam para as câmaras municipais (decreto de 19.9.1836 retomado pelo Código Administrativo de 1842)⁶⁸, o que foi uma benesse para as irmandades e um pesadelo para as autarquias, também compelidas a actuar noutros ramos da beneficência. Em contrapartida, as misericórdias foram obrigadas ou convidadas a contribuir para serviços que muitas vezes não asseguravam, como a assistência aos presos. A portaria de 30.6.1838 declara que o governo não pode

⁶² Cf. ZAGALO – *Breve memoria historica da Misericordia de Alcobaça*, p. 112-116.

⁶³ Ver ALVES, Jorge Fernandes – *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Ed. Autor, 1994, p. 315-345; PEIXOTO, Ana – *Testamentos: alguns exemplos (séculos XVI a XX)*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997; *OS BRASILEIROS de torna-viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

⁶⁴ Cf. SILVA – *A Misericórdia de Castelo Branco*, p. 103-104.

⁶⁵ Cf. CASTRO – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*, p. 53-57.

⁶⁶ Cf. ANICA – *O Hospital do Espírito Santo*, p. 49.

⁶⁷ Cf. CARVALHO, Abílio Pereira de – *Misericórdia de Castro Daire (subsídios para a sua história)*. Castro Daire: Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, 1990, p. 74-78.

⁶⁸ Desde o reinado de D. Manuel que a criação dos expostos competia às câmaras, mas estas eximiam-se desse ónus quando nos seus territórios existiam misericórdias.

assumir o encargo de sustentar os presos pobres e invoca a lei ao atribuir esse dever às misericórdias⁶⁹. A portaria de 22 de Julho de 1850 reconhece que o Estado tem obrigação de socorrer os presos pobres com alimento, fato e curativo, mas só “depois de empregado o que fôr costume receber-se para este fim das Camaras Municipaes, das Misericordias, dos Hospitais...”⁷⁰. As Santas Casas são ainda compelidas a contribuir para hospitais locais se os não tivessem próprios, a conceder subsídios ao ensino primário, a socorrer as populações atingidas por calamidades, etc. Mas criam-se também subsídios governamentais e participações locais e muitas foram as misericórdias que receberam do Estado edifícios das extintas ordens religiosas para instalar os seus serviços.

A admissão das mulheres constitui uma outra alteração de fundo. As misericórdias, como se sabe, excluía-m-nas. Alguns compromissos de finais do século (o de Viana do Castelo logo em 1874) passaram a admiti-las, mas sem qualquer acesso ao exercício do poder, porque não eram elegíveis nem eleitoras. Além disso, podia ser-lhes imposto um restrito número de lugares como, por exemplo, em Arganil, cujo compromisso de 1882 estabelecia o número de 220 irmãos e de 12 irmãs. A inclusão de mulheres nas misericórdias tinha alguns antecedentes. Nos primórdios da sua história, estas irmandades tinham membros de ambos os sexos, mas as mulheres foram rapidamente expulsas, em conformidade com o compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1577, embora a mudança possa ter demorado algum tempo, como aconteceu em Angra que só em 1605 as excluiu⁷¹. Subsistiram, porém, algumas excepções. Por meados do século XVII, a Misericórdia do Montijo terá tido duas provedoras⁷², o que, a confirmar-se, é absolutamente notável. E sabemos que havia irmãos de ambos os sexos na Misericórdia de Sarzedas (em meados do século XVIII)⁷³ e, pelo menos entre 1720 e o 1º terço de Oitocentos, nas de Melo e Gouveia, esta recentemente estudada por Isabel dos Guimarães Sá⁷⁴.

Em 1797, por falta de irmãos que cumprissem as obrigações do compromisso, a Mesa da Misericórdia de Lisboa requereu e obteve autorização para que o governo do Recolhimento das Órfãs, do Hospício do Amparo e do Hospital dos Expostos fosse assumido por senhoras nobres. Tratava-se de tarefas de grande responsabilidade que de imediato foram aceites. Em 1800 surgiu a Real Ordem de Santa Isabel, constituída por 26 fidalgas, que tinha por objectivo superintender ao governo do Hospital dos Expostos. Teve, porém, esta associação existência efémera⁷⁵. Na primeira metade de Oitocentos começam a ser registadas as mulheres dos novos irmãos na Misericórdia de Ponte de Lima⁷⁶. Em Bragança surgem os “Irmãos Beneméritos” pelo compromisso de 1856, entre os quais, em 1864-65, uma mulher. De 1865 a 1871 essa Santa Casa fornece tecido às senhoras da cidade a quem pede a confecção de roupas para os pobres⁷⁷, fazendo delas, portanto, colaboradoras activas da confraria. Tais inovações, muito graduais, preparam as misericórdias para o acolhimento das mulheres, embora nem sempre elas correspondam. Em Pombal, por exemplo, foi só em 1913 que o novo compromisso permitiu o seu acesso, mas até pelo menos 1953 nunca nenhuma aí ingressou⁷⁸, e em Penela, segundo o compromisso de 1912, a Misericórdia seria

⁶⁹ O diploma remete para as *Ordenações*, Liv. 5º, Tit. 132, § 3º, Tit. 140, § 6º e para o alvará de 18.10.1806.

⁷⁰ A portaria de 17.7.1855 declara expressamente à Misericórdia do Porto que não podia eximir-se, como pretendia, de dar comida aos presos.

⁷¹ Cf. SÁ – *Quando o rico se faz pobre*, p. 94-96; 129-130; ID. – *A Misericórdia de Gouveia (no prelo)*.

⁷² Cf. QUARESMA, José Simões – *Albergaria, Hospital e Misericórdia de Aldeia-Galega do Ribatejo: apontamentos e lembranças para a sua história*. [S.l.]: Ed. Autor, 1948, p. 45-46; 53-54.

⁷³ Cf. SANTOS, João Marinho; ROQUE, João Lourenço – Os bens da Misericórdia de Sarzedas em meados do século XVIII. *Biblos*. Coimbra, 55 (1979) 234.

⁷⁴ Cf. SÁ – *A Misericórdia de Gouveia (no prelo)*

⁷⁵ Cf. RIBEIRO – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, p. 133-134.

⁷⁶ Apud REIS, António Matos – *A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima no passado e no presente*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 1997, p. 83.

⁷⁷ Cf. CASTRO – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*, p. 148, 305.

⁷⁸ Cf. MORA, Amadeu C. – *Esboço histórico da Santa Casa da Misericórdia de Pombal*. Pombal: Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 1953, p. 12.

composta por 100 irmãos do sexo masculino e 50 do feminino. As primeiras mulheres desta irmandade surgem apenas nos finais da década de 1980⁷⁹.

As senhoras fidalgas de Lisboa, com a colaboração prestada à Misericórdia, haviam iniciado um modelo. As mulheres passaram a ser imprescindíveis na actividade assistencial e as instituições de benemerência tipicamente liberais integravam-nas sempre. Tendo-se alterado hábitos de sociabilidade, elas eram já aceites no espaço exterior e também as religiosas abandonavam a clausura iniciando a sua obra de assistência aos pobres, cujos serviços seriam aproveitados pelas misericórdias, sobretudo nos seus hospitais. As freiras, geralmente Franciscanas Hospitaleiras, começaram a assumir o serviço de enfermagem de alguns hospitais das misericórdias nas últimas décadas de Oitocentos: em Évora (mas foram dispensadas em 1901), Elvas, Santarém, Lamego, Vila Real, Vila Nova de Famalicão, Viana do Castelo, Arcos de Valdevez... Outras Santas Casas tentaram contratar os seus serviços, não tendo, contudo, chegado a acordo, como em Castelo Branco na década de 1890. Embora a opção fosse muito contestada por certos sectores da opinião pública, o serviço de enfermagem assumido por ordens religiosas femininas em hospitais das misericórdias torna-se, pois, relativamente vulgar nos finais do século. Posteriormente, pelos meados do século XX, será uma prática usual. Esta característica, aliada ao facto de as misericórdias terem sempre mantido actividades religiosas públicas num tempo em que outras associações há muito as não realizavam, contribuiu, decerto, para a gradual convicção de que as misericórdias eram organismos da Igreja. Mas o que sucedia relativamente ao serviço das religiosas, é que cada irmandade tratava do assunto por sua iniciativa se assim o desejasse. O mesmo se passava com os capelães, contratados individualmente e considerados funcionários. Isto é, não se tratava em nenhum dos casos, como aliás nunca tinha sido, de nomeação por parte das autoridades diocesanas, pois estas continuavam sem poder de jurisdição nas misericórdias. Segundo os compromissos de finais de Oitocentos, as misericórdias definem-se como instituições de beneficência de carácter cristão. Como sempre, eram aprovados pela autoridade civil sem intervenção da hierarquia eclesiástica⁸⁰. Mas se a Igreja não detinha a tutela destas confrarias, era dela que dependia, como é óbvio, a autorização necessária para consagrar um local de culto ou reduzir os encargos pios obrigatórios.

Em 1835 o cardeal Saraiva, D. Francisco de S. Luís, preocupava-se com a boa administração das misericórdias, que considerava decadentes, advogando uma redução geral dos encargos pios. As rendas deveriam ser aplicadas no “socorro dos miseráveis indigentes, porque também isto he culto de Deos, e em alguns casos mais aceitavel, mais pio, e mais christão que o das festas, e solemnidades”⁸¹. E a redução do número de missas foi, efectivamente, uma constante ao longo do século XIX. Como consequência, as misericórdias foram restringindo ainda mais o quadro dos seus capelães, para o que também contribuiu a publicação da carta de lei de 26.7.1855 (que tornou extensivo a todos os encargos pios o disposto no §19 da lei de 9.9.1769), os novos legados que já não implicavam tantas missas e outros actos litúrgicos e a própria iniciativa de algumas misericórdias que, de *motu proprio*, extinguíam certas cerimónias religiosas demasiado frequentes e pomposas. E, por vezes, não reduziam mais porque temiam as reacções da opinião pública, como confessa o provedor da Misericórdia de Coimbra em 1862/63⁸².

A reforma dos serviços de saúde e beneficência decretada por Hintze Ribeiro em 24.12.1901 criou organismos de supervisão a nível nacional, mas não buliu na autonomia das misericórdias. Foi em 1903, quando se projectava nova lei sobre a assistência pública e se temia uma centralização ainda mais

⁷⁹ Cf. NUNES, Mário – *Misericórdia de Penela, 1559-1999: servir e amar*. Penela: Santa Casa da Misericórdia de Penela, 1999, p. 141, 143.

⁸⁰ Houve, contudo, pelo menos uma excepção: por motivos que ignoro, a Santa Casa de Braga fez aprovar o seu compromisso de 1893 pelo governador civil e pelo arcebispo (GOODOLPHIM – *As misericórdias*, p. 109).

⁸¹ Cit. por LOPES – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. 1, p. 132.

⁸² Cf. JARDIM – *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra*, p. 30.

acentuada, que as misericórdias e outras instituições de benemerência se alarmaram e reagiram. Por iniciativa da Misericórdia do Porto, e em ambiente de grande exaltação, preparou-se uma reunião de responsáveis de estabelecimentos de beneficência de todo o país. Foi figura de proa deste movimento o provedor da Santa Casa portuense, José António Forbes de Magalhães. Uma série de reuniões preparatórias, iniciadas em Maio de 1903, antecederam o *Primeiro Congresso Portuguez de Beneficencia* que teve lugar no Porto em Janeiro de 1905 e que deveria responder às seguintes questões:

1ª: Deve a beneficência ser organizada?; 2ª: Qual é a organização que mais convém em Portugal?; 3ª: Como se deve obter essa organização?; 4ª: Que intervenção deve ter o Estado quanto à organização e funcionamento?; 5ª: Como se poderá evitar a criação de instituições desnecessárias?; 6ª: Como se poderá obstar à duplicação do socorro?; 7ª: Como se poderá evitar que a beneficência desenvolva a imprevidência e a ociosidade?; 8ª: Quais as necessidades das instituições de beneficência?; 9ª: Como se poderá realizar a associação temporária ou perpétua de instituições de beneficência para a consecução de um fim comum?.

Realizado o congresso, foi aprovado o seguinte: 1ª: Sim; 2ª: As misericórdias (como órgãos essenciais e principais da beneficência, podendo ser auxiliadas por outras instituições particulares); 3ª: Aperfeiçoando as Santas Casas existentes e fundando-as onde não existam; 4ª: Deve fiscalizar a administração das instituições beneficentes e conceder protecção especial às misericórdias que assumirem a beneficência na sua circunscricção; 5ª: Demonstrada a sua dispensabilidade, dificultar a aprovação dos seus estatutos; 6ª: Por meio de combinação entre as instituições que prestam socorros domiciliários; 7ª: Investindo esforços nas instituições de previdência, na instrução profissional e no desaconselhamento das esmolas de rua; 8ª: Não foi globalmente votada, mas aprovou-se a isenção da contribuição imposta em 26.2.1892, autorização para empregar o produto dos bens amortizados e desamortizados em empréstimos hipotecários, intervenção directa das instituições na venda dos seus bens e aprovação automática das contas sempre que as administrações dos concelhos demorassem mais de 6 meses a aprová-las; 9ª: Devem as instituições acordar entre si, tomando as misericórdias a iniciativa ⁸³.

As misericórdias assumem-se, pois, como os órgãos de assistência do país, reclamam maior autonomia e rendimentos, mas reconhecem dever estar subordinadas à supervisão do Estado. Esta congregação de esforços, que fez suspender a anunciada reforma de 1903, constitui uma novidade absoluta na história das misericórdias que até aí sempre haviam actuado isoladamente. Prefigurava-se uma estrutura federativa que só viria a concretizar-se em 1976 com a União das Misericórdias Portuguesas, embora desde esse ano de 1905 fosse um objectivo declaradamente expresso nos sucessivos congressos que, no século XX, pontuarão a história destas irmandades.

3. Na Primeira República A 1ª República não foi agressiva com as misericórdias. Muito pelo contrário. O maior efeito foi sentido na drástica redução dos actos de culto, mas enquanto instituições de beneficência “recebem do Estado o maior respeito e apoio”, como afirma o insuspeito José Fraústo Basso ⁸⁴. Não foi em 1910, mas depois de 1914-16, que a situação das misericórdias se tornou aflitiva, pois os seus grandes inimigos foram a guerra e a pneumónica, responsáveis pela depreciação dos rendimentos e empobrecimento das populações. Não esqueçamos que, desde a desamortização, as receitas das misericórdias eram constituídas exclusivamente por títulos de dívida pública. É evidente que a enorme

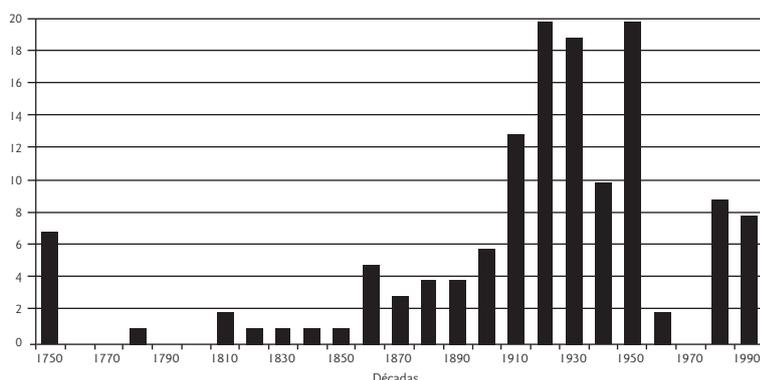
⁸³ Cf. *PRIMEIRO Congresso Portuguez de Beneficencia*, p. 55, 267-272.

⁸⁴ Cf. BASSO, José Fraústo – *As misericórdias. Boletim Informativo da Corporação da Assistência*. Lisboa. 5 (1973) 7.

inflação, que se irá prolongar até meados da década de 20, provocou o empobrecimento generalizado não só das misericórdias, como do Estado e do país⁸⁵. As Santas Casas viram-se obrigadas a restringir a sua acção, como sucedeu no Porto, Évora, Braga ou Coimbra⁸⁶. Meios diversos foram adoptados numa tentativa de atalhar as dificuldades: promoveram-se récitas, rifas ou peditórios como forma de angariação de receitas; recorreu-se cada vez mais a comissões de senhoras, desde as grandes cidades às pequenas vilas do interior, que organizam estas novas formas de recolha de fundos; aprovou-se a quotização dos irmãos.

Apesar do descalabro financeiro, surgiram novas fundações de misericórdias neste período. Compulsando os dados publicados pela União das Misericórdias Portuguesas em 2000, e que só podem ser considerados uma primeira aproximação provisória e por isso ilustrativos tão-somente de linhas de tendência⁸⁷, eis os quantitativos encontrados:

Gráfico I - Ritmo decenal de fundações de misericórdias (dados provisórios)



Fonte: *As MISERICÓRDIAS de Portugal*, UMP, 2000.

A confirmarem-se estas datas, muda radicalmente a versão que se tem apresentado da história das misericórdias, desde a desamortização até à emergência do Estado Novo. Na década de 1860, e ainda nas imediatas, fundam-se mais misericórdias do que em qualquer outra dos cem anos anteriores e na 1ª República há um forte movimento de criação de novas Casas, movimento este que é até anterior ao congresso de 1924, de que se falará adiante. Como conciliar a indiscutível crise financeira dos anos 10 e 20 com tal fôlego fundacional? Julgo perceber bem frisando o seguinte: a situação era catastrófica nas grandes e médias misericórdias que se viam sem rendimentos suficientes para manter os serviços mas,

⁸⁵ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal da Monarquia para a República*. Vol. XI da *Nova História de Portugal* dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1991, p. 216-218, 267-271; PRIMEIRO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS (16 de Março de 1924) – *Actas*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1925, p. 83, 142-143; SEGUNDO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*, p. 196, 204.

⁸⁶ PRIMEIRO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*, p. 63, 217-218, 242, 268; GUERREIRO – *Subsídios para a história da (...) Misericórdia de Évora (1910-1975)*, p. 37-38; *REMODELAÇÃO dos serviços da Misericórdia: 1920*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1993.

⁸⁷ E mesmo estas sujeitas a revisão, pois a publicação contém omissões e erros importantes e frequentes na datação das fundações, dos quais se podem referir alguns exemplos. As misericórdias de Pedrógão Grande e de Vila Franca do Campo teriam sido fundadas antes da de Lisboa (!), pois 1470 e 1483 são os anos apontados para a criação dessas instituições. Como data de fundação da Santa Casa das Sarzedas é indicado o ano de 1753, mas esta irmandade é de facto anterior (Cf. SANTOS; ROQUE – *Os bens da Misericórdia de Sarzedas*). Segundo a mesma publicação, as misericórdias de Melo e de Gouveia, foram fundadas respectivamente em 1816 e 1875, o que está incorrecto, pois já estão mencionadas como confrarias antigas nas informações paroquiais de 1721 e a sua actividade setecentista foi recentemente estudada (Cf. SÁ – *A Misericórdia de Gouveia* (no prelo). E um último exemplo: 1914 é o ano que se atribui à fundação da Misericórdia de Almeida; ora esta instituição funcionou em pleno durante o século XIX, se não mesmo antes (Cf. CARVALHO, José Vilhena de – *Santa Casa da Misericórdia de Almeida: subsídios para a sua história*. Almeida: Santa Casa da Misericórdia de Almeida, 1991). Estes poucos casos indiciam algum erro por excesso no que concerne o movimento fundacional dos séculos XVIII-XX, talvez parcialmente neutralizado pelas frequentes omissões nas datas de fundação (mais de 40 misericórdias).

simultaneamente, a legislação republicana incentivou e possibilitou a fundação de pequenas instituições, responsáveis pela configuração do gráfico.

A Constituição de 1911 reconhece o direito à assistência pública (art. 3º). A lei de 25 de Maio de 1911 reestrutura a assistência, criando uma série de organismos doravante presentes no quotidiano das misericórdias: a Direcção-Geral de Assistência, o Conselho Nacional de Assistência Pública, comissões de assistência distritais e municipais. A partir de 1916 as misericórdias ficam isentas do pagamento de selos e custas judiciais, administrativas e fiscais. No ano seguinte estende-se a isenção de custas aos processos de julgamento das suas contas. Em 1919 é criado o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, com tutela sobre as instituições de beneficência, e o provedor da Misericórdia do Porto (além do de Lisboa) integra o Conselho Nacional de Assistência⁸⁸.

A Lei da Separação do Estado e da Igreja (de 20 de Abril de 1911) obrigou as corporações de assistência à redução das despesas culturais até ao máximo da terça parte dos seus rendimentos e dois terços do que habitualmente gastavam com o culto, o que implicou reforma de compromissos. As mudanças nem sempre foram imediatas ou mesmo plenamente acatadas. Em Tavira, por exemplo, foi só depois de 1921 que deixaram de se realizar as cerimónias da Visitação e do aniversário dos irmãos defuntos e é também nesse ano, quando se dá a fusão da Misericórdia e do Hospital do Espírito Santo, que desaparece o capelão privativo⁸⁹. Mas a Lei da Separação trouxe outras consequências, ao limitar a duração dos encargos pios a um período máximo de 30 anos. Além disso, proibia, por ser atentatório da liberdade de consciência, que os usufrutuários de legados fossem obrigados a assistir a actos de culto, como acontecia frequentemente. Isto provocou de imediato a extinção de certas modalidades de assistência, aliás já muito arcaizantes, como a das merceiras de Évora⁹⁰. Mais tarde as misericórdias afirmam-se-ão altamente prejudicadas com esta medida porque, ao impedir que se impusesse aos beneficiários a obrigação de rezar pelos benfeitores, a corrente de dádivas cessou ou diminuiu drasticamente⁹¹. As religiosas, compelidas a secularizar-se, abandonam os serviços de enfermagem, mas regressam rapidamente e assumem mesmo pela primeira vez esse encargo em vários hospitais. Em Arcos de Valdevez deixam a instituição no primeiro dia de 1911, mas regressam em Maio de 1912 e aí permanecem até Agosto de 1973⁹². Em Mesão Frio foi em 1916, em plena República, que as freiras franciscanas se encarregaram do hospital, onde estiveram até 1992, data do encerramento⁹³. Em Castelo Branco as franciscanas chegam em Março de 1921⁹⁴.

Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias* em Março de 1922, António de Oliveira Salazar, então provedor da Misericórdia de Coimbra, foi muito claro ao distinguir o problema da desamortização do da desvalorização dos títulos⁹⁵. Esta é que prejudicou as misericórdias e não aquela. Salazar reafirma o que se dizia na década de 1860: a desamortização é vantajosa para as instituições por tornar a administração

⁸⁸ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, [1978], p. 411-417; ou ID. – *Portugal da Monarquia para a República*, p. 233-237.

⁸⁹ Ver ANICA – *O Hospital do Espírito Santo*, p. 61.

⁹⁰ Cf. GUERREIRO – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora (1910-1975)*, p. 25.

⁹¹ O provedor da Misericórdia do Porto argumentará em 1924 que as obrigações de culto não podiam ser consideradas um atentado aos direitos individuais, pois sendo os beneficiários católicos praticantes e pessoas gratas pelos benefícios recebidos, de *motu proprio* frequentavam os templos e rezavam pelos benfeitores (Cf. PRIMEIRO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*, p. 155-157).

⁹² Cf. ARIEIRO, José Borlido C. – *Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 1995, p. 51.

⁹³ Cf. DIAS, António Gonçalves – *Monografia simplificada da Misericórdia de Mesão Frio e apostilada no final com pedaços da história deste concelho*. Mesão Frio: Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, 1993, p. 41.

⁹⁴ Cf. DIAS, José Lopes – II parte da 2ª edição de SILVA, H. Castro, *A Misericórdia de Castelo Branco: apontamentos históricos*. Castelo Branco: Santa Casa da Misericórdia, 1958, p. 284.

⁹⁵ Artigo transcrito em *REMODELACÃO dos serviços da Misericórdia: 1920*, p. 117-122.

do seu património fácil e barata. E é aconselhável do ponto de vista da economia nacional. Mas, acrescenta: “... mantido o princípio da desamortização, não há razão para que não se modifique – e radicalmente – a forma de se fazer, visto que as disposições legais que a regulam, tem a experiência de dezenas de anos demonstrado redundarem num prejuízo avultado para as instituições a quem os bens pertenciam. (...) O que porém directamente nos explica a ruína das instituições de caridade e as sucessivas restrições na sua acção beneficente, é a profunda desvalorização do nosso dinheiro. Como os rendimentos destas instituições são quase todos em moeda, é como se entre 1914 e 1922 tivessem descido a dez ou doze vezes menos. (...) As instituições do país que não se arruinaram, prestam hoje pouco mais ou menos a décima parte dos serviços de assistência que prestavam outrora” ⁹⁶.

Vivendo-se uma época de empobrecimento das populações, avolumam-se drasticamente as consequências da restrição dos serviços provocada pela crise financeira das misericórdias. O então professor de Economia e Finanças apresenta, porém, uma solução técnica: “o Estado deve criar um consolidado-ouro em que converta o produto das desamortizações futuras (conforme o seu valor-ouro), e que troque “ao par” pelos títulos antigos do consolidado (valor real) possuídos pelas instituições de que falamos”. Além disso, para ressarcir as misericórdias dos prejuízos decorrentes da aplicação do capital em empréstimos a particulares, e enquanto não se resolve o problema monetário português, o Estado deve conceder um subsídio correspondente à diminuição do valor dos juros recebidos ⁹⁷. No mesmo ano, o deputado católico Joaquim Dinis da Fonseca apresenta ao Parlamento um projecto com as soluções apresentadas por Salazar que nunca foi discutido ⁹⁸. Porque nada se fazia, os dirigentes das misericórdias movimentam-se e realizam uma assembleia nacional com o objectivo de “criar e propor as medidas tendentes à resolução da crise económica e financeira, e bem assim, o estudo dos problemas que se relacionem com o desempenho da sua missão” ⁹⁹.

A ideia do 1º Congresso das Misericórdias, realizado de 16 a 18 de Março de 1924, partiu da Santa Casa de Elvas que solicitou à de Lisboa a sua organização. Neste ano havia em Portugal Continental e Ilhas Adjacentes 306 misericórdias (286 no continente e 20 nas ilhas). Fizeram-se representar 261 (mais 7 aderentes) com um total de 367 delegados ¹⁰⁰. Este congresso, inaugurado na presença do Presidente da República, Presidente do Ministério, Ministro do Trabalho, Presidente do Senado, senadores, deputados e outras personalidades, logo nesse ano viu parte das suas reivindicações acatadas em diversos diplomas legislativos, visando, no seu conjunto, o saneamento económico das irmandades. A situação financeira das Santas Casas era, de facto, muito grave. Entre as 233 misericórdias que responderam ao inquérito sobre os seus défices, 55,4% estavam endividadas. Entre as restantes, 24 tinham orçamentos equilibrados apenas porque haviam suspenso ou reduzido a sua acção social, número que representa 10,3% das que responderam e 23,1% das não endividadas ¹⁰¹.

⁹⁶ *Ib.*, p. 120-121.

⁹⁷ *Cf. Ib.*, p. 122.

⁹⁸ *Cf. PRIMEIRO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – Actas*, p. 74-75; *SEGUNDO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – Actas*, p. 222.

⁹⁹ *PRIMEIRO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – Actas*, Artigo 1º da sua constituição (p. 39).

¹⁰⁰ Por dificuldades de deslocação participaram apenas 4 misericórdias dos Açores e Madeira.

¹⁰¹ *Cf. PRIMEIRO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – Actas*, p. 381-388. A Misericórdia de Setúbal gozava de uma situação única: em 1916 as forças vivas locais criaram para ela um imposto sobre a exportação da cidade feita pela sua delegação aduaneira, o que lhe permitia manter-se sem défice (*Ib.*, p. 279, 386). Uma outra, a de Figueira de Castelo Rodrigo, explicava não ter dívidas porque fora fundada alguns meses antes (*Ib.*, p. 383).

Quadro 2 – Misericórdias com défices iguais ou superiores a 20 contos em Março de 1924

Misericórdia	Défice real em	Défice provável
	Março de 1924	em Junho de 1924
	Milhares de escudos	Milhares de escudos
Porto	439,7 ^{a)}	1473,2
Braga	90,4	108,5
Évora	89	134
Castelo Branco	72,3	95
Ponte da Barca	66,7	5 ^{b)}
Ponta Delgada	60,5 ^{c)}	120
Santarém	46,9	70
Viseu	45,4	108,7
Covilhã	43,7	55,7
Elvas	41,4	63
Coimbra	40,1	55
Áveiro	40	53
Portel	40	
Beja	39,5	55
Tomar	31,4	43,4
Ábrantes	24,2	33,6
Árcos de Valdevez	21,6	39,6
Horta	20	30

Fonte: *Primeiro Congresso das Misericórdias*, p. 381-388.

a) Só até Dezembro de 1923; b) *Sic*; c) Só até Junho de 1923.

Além destas, previam défices iguais ou superiores a 20 contos para Junho desse ano as de Alenquer, Amarante, Seia, Chaves, Faro, Felgueiras, Figueira da Foz, Guarda, Leiria, Portalegre, Redondo e Vila Real. Face a tal situação, as reivindicações do congresso foram em boa parte de ordem financeira ¹⁰²:

- 1 – Que as misericórdias, mantendo a sua autonomia, sejam em cada concelho o órgão primordial da assistência.
- 2 – Que as câmaras municipais fiquem autorizadas a lançar e cobrar um adicional às contribuições gerais para suprir as necessidades das instituições de assistência, com preferência das misericórdias.
- 3 – Que seja suspensa a execução dos diplomas de desamortização na parte que determina a alienação dos bens imóveis e remissão obrigatória de foros, censos, quinhões ou pensões dos institutos de beneficência; e que para a alienação seja adoptado o projecto apresentado à Câmara de Deputados (e ainda não discutido) por Joaquim Dinis da Fonseca.
- 4 – Que sejam revogadas as disposições legais que proíbem ou restringem o cumprimento de encargos culturais.
- 5 – Que sejam extensivas às misericórdias isenções existentes em matéria de impostos e que passem a estar dispensadas de pagamento de direitos aduaneiros dos materiais necessários ao serviço médico, das custas dos processos legais e das taxas postais.

¹⁰² Cf. PRIMEIRO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*, p. 371-377.

6 – Que, caso seja requerido, possa ser entregue às misericórdias o exclusivo de empresa funerária ¹⁰³.

As reivindicações do congresso obtiveram resposta incompleta, mas imediata: a lei 1641, de 29 de Julho de 1924, permite ao governo saldar os défices contraídos até 31 de Dezembro de 1923 de todas as misericórdias que mantenham serviços de assistência, sendo a verba necessária retirada dos lucros da lotaria da Santa Casa de Lisboa. No mesmo ano, a lei 1667, de 8 de Setembro, autoriza o governo, entre outras medidas, a lançar em cada concelho um adicional até 5% sobre todas as contribuições gerais directas do Estado, cujo produto reverterá para as instituições de beneficência do concelho que dele necessitem, tanto para as despesas assistenciais existentes, como para as que decidam criar; a mesma lei determina que o produto da lotaria da Misericórdia de Lisboa será doravante assim distribuído: 25% para o Tesouro, 33,33% para a Misericórdia de Lisboa, 14,75% para a Casa Pia de Lisboa, 13,33% para os Hospitais civis, 11% para o Instituto de Seguros Sociais e Previdência Geral e 2,75% para o Asilo de Mendicidade de Lisboa, sendo o montante entregue ao Instituto de Seguros Sociais distribuído por todas as comissões municipais de assistência criadas por lei de 25.5.1911. Outra lei (1668), do mesmo dia 8 de Setembro, eleva 15 vezes e torna extensivas ao país as taxas impostas pelos decretos de 25.5.1911, 3.4.1919 e 19.11.1920 para se aumentarem os recursos do Fundo Nacional de Assistência, muito depauperado pela inflação. Finalmente, o decreto 10242, de 1 de Novembro de 1924, define a assistência obrigatória prestada pelas misericórdias em cada concelho: socorro aos doentes em hospitais e domicílio, protecção às grávidas e recém-nascidos, assistência à primeira infância desvalida e aos velhos e inválidos de trabalho caídos em indigência. Trata-se aqui, como expressamente se afirma, de direitos sociais destas camadas populacionais. Reconhece-se às misericórdias a faculdade de exercer outros tipos de assistência, mas, se alguma não desejar adaptar-se ao novo regime, fica impossibilitada de requerer ajudas financeiras.

Como a lei do adicional trazia obrigações, muitas misericórdias recusaram-no. Houve mesas que entenderam não se dever lançar mais impostos sobre o povo português já tão empobrecido; outras não aceitaram o adicional por recearem que dessa forma cessasse ou diminuísse muito a caridade particular (que passaria a ver as misericórdias como entidades subsidiadas); outras, ainda, porque se consideravam incapazes de instalar serviços de assistência. Declararam expressamente não aceitar o adicional mais de 30 misericórdias, entre elas as do Porto, Braga, Coimbra, Aveiro, Beja, Funchal, Covilhã, Póvoa de Varzim, Amarante, Penafiel, Vila do Conde ¹⁰⁴ ... Contudo, a nova legislação conseguiu revitalizar as misericórdias de menor dimensão e explica em parte as numerosas fundações destes anos.

4. *No Estado Novo*

O novo regime é muito claro ao definir a acção do Estado no sector da assistência como meramente supletiva, destacando as misericórdias como os órgãos centrais, orientadores e coordenadores a nível concelhio. É o que se afirma no decreto de 23.7.1928 que, com o objectivo expresso de “estimular o reflorescimento das misericórdias existentes e a criação delas nos concelhos onde ainda não existam”, promulga uma catadupa de medidas: isenção do imposto de selo e cus-

¹⁰³ Na origem deste pedido está o seguinte: os enterramentos, que haviam sido durante séculos uma fonte de receita para as misericórdias, há muito que não eram monopólio destas confrarias e, no século XX, os funerais dos pobres transformaram-se num serviço dispendioso porque passaram a ser feitos em caixão, que era enterrado, e não em esquife que só transportava os corpos ao cemitério. A Misericórdia de Bragança, por exemplo, adoptou o caixão em 1925 (Cf. CASTRO – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*, p. 194).

¹⁰⁴ Évora declarou ser inconveniente lançar o imposto, não se percebendo se o aceitou.

tas nos processos administrativos, judiciais e fiscais; alteração para 20 anos do prazo mínimo de desamortização de prédios doados ou legados para serem conservados; extensão às misericórdias das vantagens das leis do inquilinato aplicadas aos corpos administrativos; entrega dos legados pios não cumpridos às misericórdias locais; admissão de enfermeiras religiosas; concessão de subsídios por parte das câmaras; autorização de federação de grupos de misericórdias, etc. É também este diploma que cria o *Conselho de Inspeção das Misericórdias*, que visava uniformizá-las e redigir o projecto do *Código das Misericórdias*. Em Dezembro do mesmo ano de 1928 a Direcção Geral de Assistência distribuiu avultadas verbas por 181 misericórdias dotadas de hospitais ¹⁰⁵.

Mas a questão da actualização dos juros continuava em aberto e colocava-se agora, no ambiente proporcionado pelo novo regime, o problema da orientação espiritual. Foram estas as grandes motivações do 2º Congresso das Misericórdias realizado no Porto em 1929 ¹⁰⁶. A sua comissão organizadora delimitou três matérias a debater:

- 1ª – Actualização dos juros dos títulos do Estado cuja aquisição obrigatória fora determinada pelos poderes públicos.
- 2ª – Conveniência de as misericórdias manterem na sua orientação beneficente e caritativa os princípios doutrinários que inspiraram e animaram a sua fundação.
- 3ª – “Interesses das misericórdias em geral”. Entre outros, liquidação dos laudémios, remissão dos foros e sua cobrança coerciva, alterações às leis do inquilinato, alterações à Lei da Separação.

O assunto da actualização dos juros arrastava-se há muito sem que suscitasse uma resolução legislativa. Nem uma comissão especial criada por decreto de 11 de Agosto de 1927 para estudar os problemas financeiros das misericórdias e que também não encontrara outra solução que não passasse pela actualização dos juros dos títulos de dívida pública, obteve qualquer eco, não conseguindo ver a sua proposta convertida em lei. Calculava-se, neste ano de 1929, que as receitas desses títulos estavam desvalorizadas 95% ¹⁰⁷. Assim sendo, o congresso, retomando as propostas de Salazar e J. Dinis da Fonseca apresentadas em 1922, solicitou ao governo que criasse “títulos de assistência” em ouro consolidado com juros de 6%. Os títulos possuídos e a adquirir pelas Santas Casas seriam convertidos nesses títulos especiais. Quanto às pequenas misericórdias que os não possuíam, deviam ser subsidiadas. Os congressistas justificavam o direito absoluto a subvenções estatais com carácter de *restituição*, *indemnização* e *assistência social*, embora, enquanto instituições de carácter particular, devessem sustentar-se a si próprias e a situação ideal fosse nada receberem para que não diminuísse a corrente de legados particulares.

A discussão azedou na questão da natureza doutrinal das misericórdias porque dois delegados defenderam o total vazio religioso, mas foi acordado que as misericórdias não inquiram sobre o credo daqueles a quem beneficiam nem também o deveriam fazer aos seus funcionários, mas são de inspiração cristã, fraternidades cristãs particulares e autónomas. O problema que se levantava era meramente ideológico. Ninguém considerava as misericórdias organismos tutelados pela hierarquia eclesiástica. Na sessão de abertura deste congresso esteve presente o bispo coadjutor do Porto, mas por convite do provedor da

¹⁰⁵ Veja-se a lista completa em SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. 13: *Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*. Lisboa: Verbo, 1997, p. 492-494.

¹⁰⁶ Cf. SEGUNDO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*. As referências que se seguem são das páginas 85, 89-93, 95-105, 116, 147-153, 179-184, 242, 249-256, 260-261, 266, 272-273, 282, 292-293, 297, 300 e *Apêndice*, p. 1-12.

¹⁰⁷ Cf. CALEM JÚNIOR – *Actualização dos juros dos títulos do Estado*, p. 79-82; ALMEIDA, Adriano Carlos Veloso de – *Interesses das Misericórdias em geral*. In SEGUNDO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS (Porto de 19 a 22 de Maio de 1929) – *Actas*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1930, p. 97.

Misericórdia da mesma cidade e na qualidade de delegado da Misericórdia de Angra do Heroísmo que para isso o mandatou.

Quanto ao terceiro ponto, além de se solicitarem muitas medidas de carácter técnico, pediu-se a suspensão do limite imposto pela Lei da Separação quanto à duração dos encargos pios e reconheceu-se que o adicional de 5%, embora tivesse sido recusado por muitas, era indispensável às pequenas misericórdias.

Entre outros assuntos debatidos e aprovados, destaque-se a intenção, mais uma vez manifestada, de confederar as misericórdias numa união geral sem que, no entanto, tal desejo se tivesse concretizado. Foi ainda aprovada por unanimidade uma recomendação de concessão de igualdade de direitos e deveres aos confrades do sexo feminino. Ignoro se o voto obteve resultados práticos, embora a ideia fosse aplaudida. Na Misericórdia de Elvas já desde a aprovação do compromisso de 1926 que as mulheres eram elegíveis¹⁰⁸. Pelo contrário, na pequena Misericórdia da Soalheira ainda no ano de 1970 não eram elegíveis nem eleitoras¹⁰⁹.

Este congresso, fonte imprescindível para o estudo das misericórdias no século XX pelo que revela sobre situações concretas e pela auto-reflexão que aí se fez, não obteve do governo resposta às suas reivindicações. O mesmo se diga do terceiro, realizado em Setúbal três anos depois.

Nos anos 30 levantaram-se restrições à possibilidade de conservar e adquirir bens imóveis, o que parece ter feito avolumar os legados de particulares¹¹⁰. Segundo o Código Administrativo de 1936, como já se dispusera em 23.7.1928, as misericórdias eram consideradas os organismos primordiais e coordenadores da assistência em cada concelho. Embora o Código definitivo, o de 1940, assim as não apresente por vontade das próprias misericórdias¹¹¹, voltam a ser definidas como tais no *Estatuto da Assistência Social* (1944), que declara a acção do Estado meramente supletiva da dos particulares, e no famoso decreto de 7 de Novembro de 1945, adiante referido.

É o Código Administrativo de 1940 (ano que é também o da Concordata) que atribui às misericórdias a natureza jurídica de associações canonicamente erectas. A definição surge no art. 433º: “A denominação de “Santa Casa da Misericórdia” ou de “Misericórdia” só pode ser usada por estabelecimentos de assistência ou beneficência criados e administrados por irmandades ou confrarias canonicamente erectas e constituídas por compromisso, de harmonia com o espírito tradicional da instituição, para a prática da caridade cristã”.

Nascia a polémica que muita tinta iria fazer correr. Embora o artigo mantivesse a obrigatoriedade da aprovação dos compromissos por parte do governo, é evidente que o carácter canónico implicava a sua integração na esfera eclesial e era agora fácil à hierarquia católica reclamar a tutela. Contudo, as misericórdias não eram consideradas associações religiosas ou eclesiais nos textos da Concordata, Código Administrativo e Estatuto da Assistência Social¹¹².

Era previsível que tal ambiguidade acarretasse dúvidas e dificuldades práticas. Assim sendo, o decreto-lei 35108, de 7 de Novembro de 1945, veio esclarecer essa dualidade, estabelecendo fronteiras artificiais cuja necessidade fora gerada pela definição que o Código Administrativo consignava. Segundo esse decreto, as misericórdias são estabelecimentos de assistência ou beneficência com compromissos “elaborados de harmonia com o espírito tradicional das instituições para a prática da caridade cristã”, obrigatoriamente

¹⁰⁸ Cf. GAMA – *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*, p. 44-46.

¹⁰⁹ Cf. RUIVO, Augusto Duarte – *A Soalheira e a sua Misericórdia*. Soalheira: Santa Casa da Misericórdia de Soalheira, 1970, p. 33.

¹¹⁰ Cf. BASSO – *As misericórdias*, p. 12.

¹¹¹ Cf. parecer da Câmara Corporativa cit. por ID. – *A assistência particular em Portugal e as misericórdias: elementos para o seu estudo*. In QUINTO CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *Actas*. Lisboa: Secretariado da União das Misericórdias Portuguesas, 1977, p. 255.

¹¹² Cf. BIGOTTE, J. Quelhas – *Situação jurídica das misericórdias portuguesas*. 2ª ed.. Seia: [s.n.], 1994, p. 25.

aprovados pelo Ministro do Interior. Junto das misericórdias existem irmandades ou confrarias canonicamente erectas, que têm por finalidade praticar actos de culto e conceder assistência religiosa e moral, e que serão representadas por um membro nas mesas das respectivas misericórdias. Estas tornam-se, pois, associações que prestam apenas assistência física, sendo as irmandades os organismos que se dedicam ao amparo religioso ¹¹³. Nada de mais artificial e desvirtuante da essência das misericórdias. Como explicar esta inovação legislativa?

Por meados do século difundia-se a ideia de que as misericórdias sempre foram instituições da Igreja Católica, responsabilizando-se os governos liberais e a 1ª República por terem alterado radicalmente a natureza dessas confrarias - o que é totalmente erróneo. O Liberalismo desvirtuou a natureza da Misericórdia de Lisboa, mas não buliu nas outras que permaneceram, como sempre tinham sido, “confrarias de leigos e governadas por leigos sem estipêndio” ¹¹⁴. Leigos cristãos, sem dúvida, que procuravam viver a sua fé praticando a caridade, mas instituições fundadas por mandato régio, funcionando sob a sua supervisão e completamente autónomas da fiscalização da Igreja ¹¹⁵. É provável que após a publicação do Código de 1940 a hierarquia católica começasse a intervir no funcionamento interno de algumas Santas Casas, pois, em 1945, afirma claramente partilhar a sua tutela com o Estado. E é um facto que muitas misericórdias passaram a negar a admissão aos que não fossem católicos praticantes, o que gerava conflitos, pois ia contra a prática estabelecida. As duas reacções (controlo episcopal e restrição da admissibilidade), facilmente previsíveis após a publicação do Código Administrativo, estiveram na origem do decreto de 7 de Novembro de 1945 ¹¹⁶. É que ambas seriam desastrosas para o país. Não esqueçamos que era nas misericórdias que assentava a assistência social e que os serviços de saúde estavam quase inteiramente entregues às Santas Casas. Como poderia o Estado permitir a sua confessionalidade estrita, consentir que a política social da nação fosse controlada pela Igreja? Assim sendo, o legislador, a bem dizer o responsável por tal situação, tentou ultrapassar o problema, reservando aos católicos praticantes a confraria canónica sob a inspecção da Igreja e abrindo a todos a instituição beneficente que era o verdadeiro organismo onde assentava a política social do Estado e que este tutelava. Mas o decreto de 45 provocou a indignação de muitas misericórdias e da hierarquia católica. E é este ambiente de descontentamento e de confusão histórica e jurídica que marca o 4º Congresso das Misericórdias, realizado em Dezembro de 1958.

A 1ª área temática a ser tratada no congresso foi precisamente a *Inspiração espiritual e estrutura institucional das misericórdias*. Abriu a sessão o arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro, e as palavras que então proferiu não deixam margens para dúvidas. Depois de estender à generalidade das misericórdias o que se passou apenas em Lisboa e de as considerar como confrarias canonicamente erectas e como tal sujeitas às disposições do Código de Direito Canónico (que datava de 1917), afirma situar-se em 1834 “o declínio maior e a corrupção fatal das misericórdias”, explicitando depois que foi a reforma de

¹¹³ Repare-se que a própria formulação do artigo 433º do Código Administrativo dava já azo a este dualismo.

¹¹⁴ OLIVEIRA, António de – *A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congêneres*. In *MEMÓRIAS da Misericórdia de Coimbra: Documentação & Arte*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000, p. 12.

¹¹⁵ Se insisto nesta questão, que não oferece qualquer dúvida aos historiadores do tema, é porque continua a afirmar-se o contrário, nomeadamente entre as entidades mais responsáveis (das misericórdias, governos e Igreja Católica). Sobre a autonomia das misericórdias relativamente à Igreja, consultem-se OLIVEIRA – *A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra*; OLIVEIRA, António de – Por uma história nova. [prefácio a] LOPES – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. 1, p. 7-10; SÁ, Isabel dos Guimarães – *A assistência: as misericórdias e os poderes locais*. In *HISTÓRIA dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Org. César de Oliveira. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1996, p. 136-142; ID. – *Quando o rico se faz pobre*; ID. – *A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600)*. *Cadernos do Noroeste*. Braga. 11: 2 (1998) 31-63; ID. – Misericórdias. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 200-203; ID. – *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*; ABREU, Laurinda – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e de poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990; ID. – *Memórias da alma e do corpo*; BRAGA, Isabel Drumond – *Poor Relief in Counter-Reformation Portugal: the Case of the Misericórdias*. In *HEALTH Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*. Dir. Ole Peter Grell, Andrew Cunningham and Jon Arrizabalaga. London: Routledge, 1999, p. 201-214.

¹¹⁶ Cf. FONSECA, Carlos Dinis da – *História e actualidade das misericórdias*. Lisboa: Inquérito, 1996, p. 242-243.

11 de Agosto de 1834 que “corrompeu visceralmente as misericórdias”, as quais, ficando reduzidas “a simples departamentos do Estado, logo se laicizaram, perdendo o seu espírito e a sua eficiência”. Continuando esta linha de pensamento, diz pouco depois que, “violando o compromisso das misericórdias e reduzindo-as a puras associações laicas, o Estado cometeu um atentado contra o direito, contra a Igreja, contra os pobres e doentes, contra as próprias misericórdias”. E conclui: “sendo as misericórdias primitivas irmandades e confrarias, eram automaticamente associações eclesiásticas pelo que a Igreja também tinha competência jurídica e moral na reforma que se impunha”¹¹⁷.

Provavelmente D. Manuel Trindade Salgueiro conhecia já a tese de doutoramento em Direito Canónico que o padre Quelhas Bigotte apresentara em Roma nesse mesmo ano de 1958 e publicou imediatamente a seguir ao congresso. Segundo este autor, as misericórdias são irmandades canonicamente erectas, devendo o ordinário aprovar e corrigir os seus compromissos e tendo também o direito de exigir a apresentação de contas. As misericórdias gozaram, confirma o autor, de isenção da visita canónica do ordinário, mas como o privilégio fora concedido por serem da imediata protecção dos reis, extinguiu-se com a queda da monarquia. Os bens das misericórdias são eclesiásticos regulando-se, portanto, pelas leis canónicas. A legislação civil vigente desvirtua as misericórdias. Para cessarem as divergências entre a Igreja e o Estado nesta matéria devia proceder-se a um acordo, pois “o Estado Novo não conseguiu ou não quis ainda dar à Igreja a jurisdição que lhe pertence nas misericórdias”¹¹⁸. Eis algumas conclusões de Quelhas Bigotte, doravante adoptadas pela hierarquia eclesiástica e por grande parte das mesas das Santas Casas.

Voltando ao 4º congresso, a comunicação do arcebispo de Évora revela-nos como a publicação do decreto de 7.II.1945 deixou os bispos consternados. Afirma ele que o episcopado reagiu de imediato, apresentando ao governo um estudo da questão assente no princípio da “unidade de instituição e dualidade de tutela”, a da Igreja e a do Estado. Também, segundo o mesmo, as misericórdias do Porto, Coimbra e Braga protestaram solenemente.

Logo depois da palestra de D. Manuel Salgueiro, o presidente da mesa, Marcelo Caetano, encerrou a sessão não se limitando a palavras formais. Sem sequer aludir ao discurso do arcebispo, o académico referiu-se às origens das misericórdias, traçando um quadro completamente diferente do que se acabara de ouvir. Mas as palavras de Caetano, então reitor da Universidade de Lisboa e inquestionável especialista em direito administrativo e em história da administração portuguesa, foram ignoradas pelos congressistas. E, contudo, eram bem claras: a primeira misericórdia “toma a forma de confraria por ser essa a fórmula associativa corrente; e que se abriga na Igreja como toda a vida social das povoações medievais, mas que tem a promovê-la e a incentivá-la o interesse da Coroa”. E se foram um sucesso, continua, foi graças à cooperação do empenho directo e pessoal de D. Manuel I e do fervor cristão dos confrades que por todo o país aderiram à nova instituição. Remata avisando que não se imagine “seja hoje possível revigorar as misericórdias fora de todo o apoio e até da dependência do Estado. As misericórdias nasceram do impulso régio e a sua posição característica na vida social portuguesa resultou dos privilégios que a Coroa lhe prodigalizou”. Mas o ambiente era outro e o “regresso” à tutela eclesiástica foi advogado em várias teses enviadas ao congresso¹¹⁹. Não, porém, pelos especialistas Artur de Magalhães Basto e Fernando da Silva Correia.

Magalhães Basto, convidado a apresentar um texto sobre a inspiração espiritual das misericórdias, é breve e claro: o seu espírito é evangélico e foram criadas por “alguns bons e fiéis cristãos” para exercer todas as obras de misericórdia, “tanto corporais como espirituais, quanto possível for”.

¹¹⁷ As informações que se apresentam sobre o 4º Congresso foram colhidas dos volumes e páginas seguintes de IV CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*, vol. 1, p. 65-67, 81-115, 133-139, 191-194; vol. 3, p. 43-45, 48-50, 53-55.

¹¹⁸ BIGOTTE – *Situação jurídica das misericórdias portuguesas, passim*. A citação é da p. XX.

¹¹⁹ Ver teses de Fernando de Matos e Leonel Diogo dos Ramos.

Quanto a Fernando da Silva Correia, o que mais preocupa é o facto de muitas misericórdias se cingirem cada vez mais à assistência hospitalar, de tal forma que na opinião comum hospital e misericórdia eram já sinónimos. Para este autor tal evolução constitui o terceiro grande golpe na história destas instituições: o primeiro teria ocorrido nos finais do século XVI e inícios do século XVII com o exagero das manifestações culturais e despesas gastas com elas em detrimento da caridade e, ainda, com a propaganda à figura de Frei Miguel Contreras; o segundo foi provocado pelas leis de desamortização na segunda metade de Oitocentos; o terceiro é o afunilamento da assistência no século XX, pois as Santas Casas deixaram de praticar as obras de misericórdia, especializando-se numa única. Este autor opõe-se a que se aceitem nas misericórdias apenas os católicos praticantes e ritualistas. Elas deverão ser uma escola de cristianismo em acção ¹²⁰.

Nas conclusões do congresso consideram-se “necessárias ao revigoração que convém imprimir às Santas Casas, providencias legislativas que possam adequá-las, como irmandades, ao direito canónico, sem prejuízo, todavia, da sua subordinação à actividade coordenadora e fiscalizadora do Estado, num ordenamento geral da Saúde, Assistência e Previdência”. Votou-se, pois, pela “restauração da genuinidade canónica das misericórdias”. Outros votos respeitavam à coordenação da acção social (muito vagos, aliás), formação profissional dos agentes de saúde, desenvolvimento da medicina preventiva e, por fim, incitavam-se as Misericórdias a não se cingirem apenas à assistência hospitalar.

Se descermos ao terreno, e apesar do inegável afunilamento assistencial assinalado por Fernando Correia, verifica-se nova aceleração fundacional e revitalização das misericórdias nos anos 30. Em Elvas é criada a Sopa dos Pobres em 1931 e uma portaria de 18 de Agosto do mesmo ano incorpora nesta Misericórdia um asilo para cegos, surdos e aleijados ¹²¹. A Misericórdia de Alijó abre uma creche em 1931 e dez anos depois, com avultado subsídio estatal, uma maternidade. A Santa Casa de Mondim de Basto é solenemente inaugurada em 1935. Em 1936 a de Murça abre o seu hospital. Em Chaves, surge a Escola Agrícola, de Artes e Ofícios em 1942 por reconversão da Casa da Infância Desvalida ¹²². A partir de 1935 as condições financeiras da Misericórdia de Évora melhoram e por isso volta a dar dotes, aumenta as esmolas, concede subsídios de renda de casa ¹²³. Surgem serviços altamente especializados nos hospitais. Criam-se colónias balneares para crianças, como por exemplo, na Misericórdia de Penela que, de 1939 a 1941, envia para a Figueira da Foz meninos e meninas pobres dos 5 aos 12 anos e de fraca compleição física, com o objectivo de proporcionar bem-estar “aos desprotegidos da sorte” e “para robustecimento da raça” ¹²⁴.

As manifestações culturais readquirem importância. No ano de 1938 a Misericórdia de Évora retoma as festividades da Semana Santa, que não se realizavam desde 1910, e o arcebispo é proclamado provedor honorário. Já no ano anterior haviam regressado as religiosas e em 1940 restabelece-se a obrigatoriedade de duas missas instituídas por um benfeitor e que há muito se não diziam ¹²⁵. Também na vila de Penela a Santa Casa repõe em 1930 as celebrações da Semana Santa ¹²⁶. Vulgariza-se a contratação de religiosas para o ser-

¹²⁰ É por essa razão que concorda com o carácter dualista das misericórdias. Na confraria só seriam admissíveis católicos praticantes, mas na Misericórdia todas as pessoas de bem poderiam participar (tese defendida em: O conceito social moderno da instituição “Misericórdia”. Sep. de *A Medicina Contemporânea*. 60: 22 (1942) 9-10).

¹²¹ Cf. GAMA – *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*, p. 46.

¹²² Cf. *MISERICÓRDIAS do distrito de Vila Real: passado, presente, futuro*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1998, *passim*.

¹²³ Cf. GUERREIRO – *Subsídios para a história da (...) Misericórdia de Évora (1910-1975)*, p. 51.

¹²⁴ Cf. NUNES – *Misericórdia de Penela*, p. 102-103.

¹²⁵ Cf. GUERREIRO – *Subsídios para a história da (...) Misericórdia de Évora (1910-1975)*, p. 53-58.

¹²⁶ Cf. NUNES – *Misericórdia de Penela*, p. 98.

viço hospitalar, como em Águeda em 1927 (embora tivesse havido alguma oposição), na Lousã em 1936, em Oliveira do Bairro em 1941, no Alandroal em 1944 (aqui para um lar de idosos e inválidos) ¹²⁷.

Como consequência da 2ª guerra mundial, surgiram dificuldades financeiras. Aparecem por isso, a par de outras modalidades tradicionais de angariação de fundos, os cortejos de oferendas ¹²⁸ que irão ser um sucesso e serão realizados por todo o lado até finais dos anos 60. Na década de 50 há misericórdias que possuem praças de touros e cine-teatros, concebidos como fonte de receita, mas os cinemas foram em geral investimentos ruinosos e fecharam rapidamente. Impõem-se quotas aos associados, há agora também importantes subsídios estatais e é crescente a frequência e riqueza das doações de particulares. Afirma-se num parecer da Câmara Corporativa de 1961, provavelmente com algum exagero, que “o aumento do património das instituições particulares verificado nos últimos dezasseis anos só encontra paralelo no que se teria dado no período áureo da criação das misericórdias” ¹²⁹.

Na década de 60 a produção legislativa intensifica-se. Uma circular da Direcção Geral de Assistência, de 1962, ordena às misericórdias que não percam hábitos litúrgicos tradicionais ¹³⁰. O *Estatuto da Saúde e Assistência* (1963) promulga as bases da política social do país, sendo as misericórdias os organismos locais. Em 1966 o novo Código Civil permite às pessoas colectivas (e as misericórdias eram-no) adquirir e conservar bens imóveis a título gratuito e, mediante autorização do governo, a título oneroso. A partir de 1966 funciona a Corporação da Assistência, formada pelo conjunto das misericórdias e outras instituições de assistência. Em 1967, por considerarem ser intolerável ingerência do Estado, as misericórdias reagem aos anteprojectos do *Estatuto Hospitalar Nacional* e do *Regulamento Geral dos Hospitais* ¹³¹, que serão aprovados a 27 de Abril de 1968 e alterados em 1970.

Grandes ajudas financeiras públicas são concedidas pela Direcção Geral de Assistência (nomeadamente para o equipamento hospitalar), comissões municipais de assistência, governos civis, câmaras municipais, e por vezes, até, juntas de freguesia ¹³². Também a Gulbenkian financiou algumas misericórdias, como sucedeu com a de Arcos de Valdevez nos anos 60 ¹³³. Em 1968 o rendimento do produto líquido do Totobola da Santa Casa de Lisboa é parcialmente canalizado para as misericórdias, regulando-se a distribuição das receitas da seguinte forma: 50% para a Misericórdia de Lisboa, 17% para a do Porto, 5% para a de Braga, 3% para a de Évora e 25% para outras instituições de assistência. Três anos depois a Misericórdia de Lisboa passa a receber 32% e a do Porto 35%, mantendo-se nas restantes a mesma proporção e, em 1972, são apenas discriminadas as quotas de Lisboa e Porto (32% e 35%), sendo o remanescente para outras misericórdias e instituições de assistência.

Nas vésperas da Revolução de 1974 existiam 351 misericórdias no Continente e Ilhas ¹³⁴, mas os seus responsáveis estavam novamente descontentes e apreensivos com a organização do Ministério da

¹²⁷ Cf. COUTINHO, José Maria – *A Santa Casa da Misericórdia de Águeda*. Águeda: Gráfica Ideal, 1958, p. 209; LEMOS, Eugénio de – *A Santa Casa da Misericórdia da vila da Lousã: resenha histórica*. Lousã: Tip. Lousanense, 1966, p. 72; MOTA, Armor Pires da – *Oliveira do Bairro: vida e obra da Santa Casa*. Oliveira do Bairro: [s.n.], 1999, p. 85; MARCOS, Francisco Sanches – *História da Misericórdia do Alandroal*. Alandroal: Tip. Diana, 1982, p. 171.

¹²⁸ Concretamente em 1941 e realizado pela Misericórdia de Oliveira do Bairro que reclama este pioneirismo (Cf. MOTA – *Oliveira do Bairro: vida e obra da Santa Casa*, p. 61-61).

¹²⁹ Cit. por BASSO – *A assistência particular em Portugal e as misericórdias*, p. 231.

¹³⁰ Cf. GUERREIRO – *Subsídios para a história da (...) Misericórdia de Évora (1910-1975)*, p. 94.

¹³¹ Cf. *ib.*, p. 103-105.

¹³² Cf., por exemplo, CARDADOR, José de Carvalho A – *Subsídios para o estudo da Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra de Magos*. Coimbra, 1970 (Tese de licenciatura policopiada), p. 231; CASTRO – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*, p. 150; DIAS – II parte da 2ª edição de SILVA – *A Misericórdia de Castelo Branco*, p. 288; GUERREIRO – *Subsídios para a história da (...) Misericórdia de Évora (1910-1975)*, p. 96-99.

¹³³ Cf. ARIEIRO – *Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez*, p. 63.

¹³⁴ Cf. BASSO – *A assistência particular em Portugal e as misericórdias*, p. 234

Saúde e Assistência (decreto-lei 413/71 e decreto 351/72) que parecia ameaçar a tradicional concepção da acção assistencial supletiva por parte do Estado. Estes diplomas “causam alarme nas misericórdias e na consciência católica da Nação por evidenciarem o propósito de uma progressiva integração das instituições particulares de assistência nos serviços do Estado”, escrevia-se em 1973 ¹³⁵. De facto, havia razões para alarme, pois dois terços das camas hospitalares do país pertenciam às misericórdias e o Estado geria apenas os hospitais centrais de Lisboa, Coimbra e, parcialmente, do Porto. Além disso, em 1973 funcionava uma comissão que se preparava para reformar a natureza jurídica das misericórdias e estava já legislado que, a partir do ano seguinte, essas instituições deixariam de ser reembolsadas das despesas com doentes pobres que até aí as câmaras municipais pagavam ¹³⁶. Propunha-se mesmo a estatização dos hospitais ¹³⁷, o que se viria a concretizar após a Revolução.

5. No Pós-25 de Abril de 1974

Logo em 1974, o decreto-lei de 7 de Dezembro 704/74 determina que os hospitais centrais e distritais pertencentes a pessoas colectivas de utilidade pública e administrativa passem a ser administrados por comissões nomeadas pelo governo. A propriedade dos edifícios mantinha-se, mas eram cedidos a título gratuito e voltariam à posse dos proprietários se deixassem de ser utilizados como estabelecimentos de saúde pública. No ano seguinte, a 11 de Novembro, o decreto-lei 618/75 estendia estas disposições aos hospitais concelhios. Foi um golpe duramente sentido pelas misericórdias. A Igreja, com quem contavam, demorou a reagir, só se pronunciando em Abril de 1976, mas já desde Março de 1975 que dirigentes de várias misericórdias se movimentavam e, em Julho de 1976, estão preparados para anunciar a realização de um congresso nacional que virá a decorrer em Novembro. Os seus organizadores são os provedores das Misericórdias de Amarante, Braga, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Guimarães, Nisa e Viseu. O secretário geral, de facto o promotor e orientador da iniciativa, era o padre Virgílio Lopes, provedor da Misericórdia de Viseu. Tinha o congresso como objectivos conhecer e explicitar claramente a natureza das misericórdias, renová-las para que readquirissem dinamismo e criar uma confederação nacional.

Quanto ao primeiro objectivo, afirma-se que se procurará “levantar o véu da história das misericórdias para observar bem como elas foram, no seu nascimento e primeiros tempos da sua existência” ¹³⁸. Mas não se recorreu a historiadores. Em vez disso, os próprios organizadores (a que se juntaram alguns textos enviados por outros irmãos) se encarregaram da tarefa. Sem dúvida convencidos da veracidade do que afirmavam, citaram e repetiram *ad nauseam*, tanto no congresso como em publicações e conferências posteriores, trechos do discurso de D. Manuel Trindade Salgueiro no congresso de 1958 e os argumentos invocados por Quelhas Bigotte, que em conjunto passaram a ser a memória colectiva das misericórdias.

O 5º Congresso das Misericórdias, pela voz autorizada do seu secretário geral, rejeita todas as tutelas, quer estatais quer eclesiásticas, mas reclama para as misericórdias a natureza de instituições eclesiais e considera que na terminologia do novo Código Canónico ¹³⁹ deveriam ser integradas nas associações particulares de fiéis.

¹³⁵ Cf. ID. – *As misericórdias*, p. 9. Ver também ESTEVES, Luís de Sena – *Misericórdias portuguesas em risco: a propósito do decreto-lei 413/71*. Lisboa: [s.n.], 1971.

¹³⁶ Cf. BASSO – *As misericórdias*, p. 1-2, 5.

¹³⁷ Cf. ID. – *A assistência particular em Portugal e as misericórdias*, p. 237-238, 281-282.

¹³⁸ QUINTO CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *Actas*. As citações e informações utilizadas são das p. 41-54, 171, 175.

¹³⁹ Nessa altura em fase adiantada de elaboração e que viria a ser promulgado em 1983.

Reivindica-se que se reveja a legislação prejudicial às misericórdias, nomeadamente os decretos-lei de 7 de Novembro de 1945, 413/71, 704/74, 618/75 e o decreto 351/72; que “seja reconhecida a natureza jurídica tradicional de irmandades ou confrarias canonicamente erectas para a prática da caridade cristã”; que lhes seja restituída a posse e administração dos bens recentemente esbulhados, ou, não sendo possível, fique a cedência dos edifícios e equipamentos hospitalares regulada por um contrato de arrendamento; que sejam indemnizadas dos danos que as leis de desamortização continuavam a causar; que seja formalmente reconhecida a liberdade e autonomia das misericórdias, embora com observância dos interesses do Estado; e, por fim, que seja criado um órgão nacional que assegure a união das misericórdias sem afectar a sua liberdade de acção e iniciativa. Do ponto de vista reivindicativo, o congresso de Viseu constituiu um êxito retumbante, pois, exceptuada a indemnização pelos danos das desamortizações (que era completamente irrealista), viu satisfeitas todas as suas exigências.

A União das Misericórdias Portuguesas (UMP) foi formalmente constituída no próprio congresso, datando a aprovação dos seus estatutos e erecção canónica de 24 de Janeiro de 1977, concedidas pelo bispo de Viseu ¹⁴⁰. Os novos estatutos foram aprovados pela Conferência Episcopal Portuguesa em 18 de Outubro de 1983 ¹⁴¹.

O decreto-lei 519-G/79, de 29 de Dezembro, que é o 1º Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), define as misericórdias como “associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objectivo de satisfazer carências sociais e de praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs”. “Adquirem personalidade jurídica e são reconhecidas como instituições privadas de solidariedade social, mediante participação escrita da sua erecção canónica, feita pelo ordinário diocesano aos serviços competentes do Ministério dos Assuntos Sociais” (art. 56º). Fica, pois, revogado o regime dualista em vigor desde 1945. O artigo 59º dispõe que a extinção de qualquer misericórdia deve ser comunicada pelo ordinário diocesano ou pelos tribunais competentes. Pouco depois, pelo decreto-lei 119/83, de 25 de Fevereiro, entra em vigor o 2º Estatuto das IPSS que mantém a definição de 1979, mas afirma claramente que as misericórdias podem ser extintas pelo ordinário diocesano ou pelos tribunais (art. 71º). Além disso, este novo Estatuto ampliou o tipo de instituições abrangidas e atenuou ainda mais a tutela administrativa.

Por resolução do conselho de ministros de 2 de Fevereiro de 1980 reconheceu-se que o processo da oficialização hospitalar havia sido incorrecto e as misericórdias deviam ser ressarcidas dos prejuízos. Assim sendo, o decreto-lei 14/80, de 20 de Fevereiro, revogou o princípio da gratuidade da transferência dos equipamentos hospitalares. Os primeiros acordos, que fixavam uma renda pela utilização dos edifícios e o pagamento pela compra do material nele existente à data da transferência, foram assinados logo em Abril desse ano pelas misericórdias de Viseu, Mangualde, Proença-a-Nova e Celorico de Basto ¹⁴². A 9 de Janeiro de 1985 são ampliadas as isenções fiscais de que as IPSS já gozavam e a 1 de Abril do mesmo ano é revogado o art. 32º do Estatuto das IPSS que as obrigava a alcançar prévia autorização dos serviços competentes para a aquisição de bens imóveis a título oneroso, a alienação de imóveis a qualquer título e a realização de empréstimos.

Depois do congresso de 1976, Virgílio Lopes, na qualidade de presidente do Secretariado Nacional da UMP, movimentou-se por todo o país promovendo múltiplas reuniões, sempre abertas com uma alocução sua, onde invariavelmente repetia que a natureza das misericórdias era eclesial. Por isso, explicava, era

¹⁴⁰ Cf. *ESTATUTOS da União das Misericórdias Portuguesas e Conclusões do seu V Congresso*. Viseu: [s.n.], 1977 (páginas não numeradas).

¹⁴¹ Cf. FREIRE, Manuel Leal – *As misericórdias e as IPSS em geral, na história, na legislação, na jurisprudência e na prática administrativa*. Porto: Elcla, 1995, p. 211.

¹⁴² Cf. FONSECA – *História e actualidade das misericórdias*, p. 297-305.

necessário aprovar novos compromissos obedecendo às conclusões do congresso, fazê-los aprovar pela autoridade diocesana e alcançar a revogação da legislação de 1974 e 1975 ¹⁴³.

Com razão lhe chamaram o apóstolo das misericórdias ¹⁴⁴. É justa a antonomásia porque lhe reconhece o dinamismo, a militância e a dedicação, mas na realidade as misericórdias mudaram de natureza, pois até ao século XX eram associações independentes, actuando dentro da doutrina católica, tendo por objectivo praticar as obras de misericórdia para com os vivos e os mortos, totalmente autónomas da tutela eclesiástica e só respondendo perante o poder político central. O Estado Novo considerara-as instituições canonicamente erectas, o que o pós-25 de Abril sancionou e as misericórdias aplaudiram ¹⁴⁵, num gesto que foi, por certo, de autodefesa perante as ameaças vindas do poder político. Foi porque estavam sedentas de autonomia que acolheram com entusiasmo o movimento gerado no 5º congresso, aderindo à União e reformando os estatutos. Mas poderosos interesses se jogavam e evoluía-se rapidamente no sentido de uma estrita dependência dos bispos, apesar do próprio Virgílio Lopes ter afirmado, logo no congresso, que as misericórdias nunca permitiriam que os seus princípios de organização interna fossem “ditados a partir de gabinetes ministeriais ou de paços episcopais” ¹⁴⁶.

A 15 de Março de 1988 a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) publica as *Normas Gerais para a Regulamentação das Associações de Fiéis* onde se decreta que “são públicas todas as Associações de fiéis erectas em pessoa moral pela Autoridade eclesiástica, antes da entrada em vigor deste [Código de Direito Canónico], em 27 de Novembro de 1983, e nomeadamente as denominadas Irmandades ou Confrarias” ¹⁴⁷. Instala-se a polémica e o contencioso entre a UMP e a hierarquia católica é indissolúvel, pois as misericórdias, como vimos, reclamavam a natureza de “associações privadas de fiéis”.

Segundo o Código Canónico de 1983, estas últimas, embora estejam sujeitas à vigilância e dependência da autoridade eclesiástica (cân. 323), só adquirem personalidade jurídica com a aprovação canónica dos estatutos (cân. 322) e em casos graves de ordem doutrinária ou disciplinar possam ser suprimidas pela autoridade eclesiástica (cân. 326), são, apesar destes pesados condicionamentos, dirigidas e governadas pelos próprios fiéis (cân. 321), administram livremente os seus bens (cân. 325) e extinguem-se de acordo com os estatutos (cân. 326). Quanto às “associações públicas de fiéis”, são erectas pelo bispo diocesano (se de âmbito local), pela Conferência Episcopal ou pela Santa Sé (cân. 312), administram os seus bens sob a direcção da autoridade eclesiástica a quem anualmente devem prestar contas (cân. 319) e são suprimidas por quem as erigiu (cân. 320); além disso, pertence à hierarquia a confirmação ou mesmo a nomeação dos órgãos dirigentes (cân. 317) e a faculdade de os destituir (cân. 318).

A partir de Abril desse ano de 1988 não há número da *Voz das Misericórdias* (órgão de informação da UMP) que não se refira à questão. Publicam-se artigos de Virgílio Lopes, Fernando Caldas, Carlos Dinis da Fonseca ¹⁴⁸ e do canonista João Marado, sustentando todos que as misericórdias são associações privadas de fiéis. Entre Junho de 88 e Fevereiro de 89 o tom endurece com belicosas manchetes e editoriais de primeira página. Depois, subitamente, o jornal faz silêncio sobre o assunto. Mas em Agosto,

¹⁴³ Ver *MISERICÓRDIAS Portuguesas. Revista de problemas da assistência*. 2 (1978) 65-67, 69-71; 4 (1978) 73-74; 5 (1978) 61-62; 6 (1979) 63-67, 68; NUNES – *Misericórdia de Penela*, p. 120.

¹⁴⁴ Cf. *MISERICÓRDIAS Portuguesas. Revista de problemas da assistência*. 6 (1979) 65.

¹⁴⁵ É evidente que as misericórdias têm todo o direito de ser instituições eclesiais. O que não podem é justificar essa vontade no seu passado histórico.

¹⁴⁶ QUINTO CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *Actas*, p. 175.

¹⁴⁷ Cit. por GUERREIRO, Analide – *Situação jurídico-canónica das irmandades das santas casas de misericórdia portuguesas: peças de um processo que correu termos na Cúria Diocesana do Algarve*. Faro: Diocese do Algarve, 1991, p. 26.

¹⁴⁸ Em 1979 um artigo deste autor revelava já algum receio de demasiada ingerência por parte da hierarquia católica (*As misericórdias e a Igreja Católica*, publicado em *Misericórdias Portuguesas. Revista de problemas da assistência*. 6 (1979) 3-21).

perante as misericórdias da arquidiocese de Braga. Quelhas Bigotte profere uma conferência que intitula “As misericórdias são associações privadas dos fiéis”. Diz o conhecido canonista: “Parece que se desenha em certos meios da Igreja um grande empenhamento em considerar públicas as irmandades das misericórdias que nasceram e fizeram a sua magnífica história caritativa como associações privadas dos fiéis cristãos, por eles criadas e sempre administradas com autonomia e independência tanto do poder civil como do eclesiástico”.

Afirmando não compreender tal tendência clericalizante, pois a condição das misericórdias é eclesial mas não eclesiástica, lembra agora o que nunca antes tinha sido frisado: “a Igreja nunca mandatou as misericórdias para agirem em seu nome nem elas aceitaram tal inversão de valores”; sendo as misericórdias associações confinadas a um espaço dentro de cada diocese, a autoridade religiosa é o bispo e não a Conferência Episcopal; o exercício dessa autoridade não inclui a alteração da natureza das misericórdias; a actividade cultural existente na maioria destas irmandades “nunca foi, como se prova historicamente, nem é, nem quer ser, a principal razão da sua existência”; “a posse de igrejas, capelas ou oratórios pelas misericórdias não alterou nunca a sua finalidade primordial”; “as misericórdias gozaram sempre do privilégio da isenção da visita do ordinário ou seus delegados e foram ciosas em defendê-lo” e também nunca apresentaram contas ao ordinário. Em conclusão: “é abuso de poder que se lhes queira aplicar o cân. 1497 §1º do Código de 1917, para considerar os seus bens temporais como *eclesiásticos* (cân. 1495 §2º)”¹⁴⁹.

Nesse mesmo ano aconteceu o que mais se temia: a 15 de Novembro de 1989 a CEP declara que as misericórdias são “associações públicas de fiéis”, apoiando-se expressamente nos textos oficiais do 5º congresso e da UMP¹⁵⁰. Uma vez mais Quelhas Bigotte se manifesta e, declarando que a decisão da CEP carece de valor histórico e jurídico-canónico, resume as implicações práticas da *Declaração* que “pretende colocar nas mãos do Bispo Diocesano o poder de vigilância sobre a parte material das igrejas da confraria”, lhe confere o direito de “exigir a apresentação de orçamentos e contas de toda a acção praticada no campo social”, “e até poder exigir o pagamento duma percentagem sobre o rendimento das misericórdias para obras Diocesanas”¹⁵¹. A 17 de Fevereiro do ano seguinte uma assembleia extraordinária da UMP conclui que “a integração das misericórdias no seio da Igreja”, a sua “eclesialidade”, não oferece dúvidas, mas são autónomas administrativamente e a sua erecção canónica é mera formalidade constitutiva da personalidade jurídica¹⁵².

Os conflitos locais não se fizeram esperar. Pretendendo a Misericórdia de Moncarapacho alienar um terreno e considerando o bispo do Algarve que tal não era aconselhável nem possível sem a sua autorização, proíbe a realização do negócio sob pena de destituição da Mesa. Esta faz sair uma circular, em 27 de Fevereiro de 1991, onde declara que não aceitará a demissão que lhe for imposta pelo prelado, pois considera-a “intromissão por entidades estranhas aos organismos legalmente constituídos”. A 6 de Março o bispo do Algarve dissolve todos os órgãos directivos da Misericórdia e nomeia uma comissão administrativa, uma vez que “compete à Autoridade Eclesiástica (...) dirigir a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Moncarapacho”. E a 19 de Julho publica um decreto explicitando serem as misericórdias “pessoas jurídicas canónicas públicas”. As misericórdias algarvias insurgem-se e requerem a revogação do decreto.

¹⁴⁹ Conferência publicada na 2ª ed. de *Situação jurídica das misericórdias portuguesas*, p. 381-415. Como vimos, na dissertação de doutoramento Q. Bigotte defendera opinião contrária. Também Virgílio Lopes, apesar de se manifestar revoltado em 1988 com as pretensões da Igreja ao património das misericórdias, dez anos antes afirmara que era pertença da Igreja Católica, apelando aos Bispos para que o defendessem (*Misericórdias Portuguesas. Revista de problemas da assistência*, 4 (1978) 5). Felizmente a reivindicação dos bens temporais das misericórdias por parte da Igreja não foi feita 70 anos antes. Se assim fora, o património das misericórdias poderia ter desaparecido na 1ª República.

¹⁵⁰ Cf. *Declaração conjunta dos Bispos sobre a dimensão pastoral e canónica das misericórdias portuguesas* (publicada na *Voz das Misericórdias*, 63 (1989) e em GUERREIRO – *Situação jurídico-canónica*, p. 7-9).

¹⁵¹ *Situação jurídica das misericórdias portuguesas*, 2ª ed., p. 419-424. Retoma o tema noutra conferência em Março de 1990 (*ib.*, p. 425-432).

¹⁵² Cf. *Voz das Misericórdias*, 63 (1989), última pág.

A Cúria indefere a pretensão em 24 de Agosto 153. Posteriormente, 15 dessas irmandades, com o apoio da UMP, pedem recurso administrativo junto da Santa Sé. O decreto do Conselho Pontifício para os Leigos, de 30.II.1992, considera as misericórdias portuguesas associações públicas de fiéis, tal como o episcopado português o declarara, sentenciando a legitimidade do decreto do prelado algarvio. Não desistindo, a UMP promove o recurso da sentença junto do Tribunal da Assinatura Apostólica, em Roma 154.

Em 1993, no prefácio à reedição da sua tese que tão usada fora para o “regresso” das misericórdias à Igreja, Quelhas Bigotte lamenta o equívoco em que se caiu em palavras de sentida desilusão: “Depois da tutela do Estado de que as misericórdias se libertaram, outra foi imposta pelo Episcopado com a publicação do Decreto tão mal fundamentado, em que as declara *associações públicas de fiéis*. Que me perdoem os altos responsáveis da Igreja, julgo que esta decisão veio contra a história destas instituições e contra o espírito que mostram desde a sua fundação. Talvez uma nova tentativa de tutela sobre tão prestimosas confrarias, sobretudo porque têm riqueza material, e belas igrejas a cujo poderio alguém não soube resistir” 155.

Também Carlos Dinis da Fonseca, outro lutador da “reintegração” das misericórdias na Igreja, se opõe frontalmente à interpretação da CEP, recusando a sua tutela administrativa” 156. Mas o diferendo persistia. Em Abril de 1996 alertava a *Voz das Misericórdias*: “São as próprias Santas Casas quem pode e deve prever e prevenir tudo e todos quanto possam constituir um perigo de desvirtualização para a natureza, vocação e missão das misericórdias. E esse perigo, tanto pode surpreender-se das bandas do Estado como também da mesma Igreja” 157.

O Presidente da UMP, agora o padre Vítor Melícias, afirma em entrevista de Fevereiro de 1997 existirem três pilares na cultura e história portuguesas: a Matriz, a Misericórdia e o Município. Esta trilogia (os 3 Ms) tem a vantagem de posicionar as misericórdias autonomamente face ao poder civil e ao eclesástico 158, mas o problema mantém-se, embora ninguém deseje o confronto. Uma *Nota Pastoral do Episcopado sobre as Misericórdias Portuguesas*, de 31 de Maio de 1998, é conciliatória e lisonjeira 159, o que não impede que no ano seguinte a *Voz* insista novamente nos “perigos que rodeiam as misericórdias”, percebendo-se que se refere ao Estado e à hierarquia 160. Entretanto, em Abril de 1999, o Tribunal da Assinatura profere a sentença do caso das misericórdias algarvias. A questão não foi publicitada nem pela CEP nem pela UMP, tratando-se o assunto “com todo o cuidado, recato e solidariedade eclesial” (no dizer do Secretariado Nacional da UMP). Contudo, algo de inesperado irá acontecer: em Agosto de 2000 o padre Agostinho Jardim Moreira, Presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal, envia uma circular a todas as misericórdias com a tradução da sentença do tribunal romano, na qual se lê que as misericórdias têm natureza pública. O Secretariado Nacional da UMP reage com viva indignação em carta enviada a Jardim Moreira e a todas as misericórdias. Repudia-se a atitude do padre Moreira (que consideram intromissão inadmissível), a tradução (que revela “falta de apuro e de qualidade técnica”) e as implicações jurídico-

153 Todos as citações deste caso pertencem aos documentos que Analide Guerreiro, chanceler da cúria diocesana do Algarve, decidiu publicar logo em Setembro desse ano de 1991 “porque o caso do Algarve pode repetir-se, se é que não se verificou noutras dioceses, dada a conduta da “União das Misericórdias Portuguesas”, instituição esta, também canónica, que parece estar a desviar-se dos seus fins estatutários, apoiando os ditos Provedores recalcitrantes” (GUERREIRO – *Situação Jurídico-Canónica...*).

154 FREIRE – *As Misericórdias e as IPSS em geral...*, p. 225-227; FONSECA – *História e actualidade das misericórdias*, p. 262.

155 BIGOTTE – *Situação jurídica das misericórdias portuguesas*, p. VIII-IX.

156 *História e actualidade das misericórdias*, p. 237-263, 261.

157 N.º 133, p. 2 e 3 (nesta em destaque).

158 Vítor Melícias é muito claro: as Santas Casas “são auto-geridas por princípios democráticos” e por isso devem reagir a tentativas de imposição provenham elas do Estado, municípios, Igreja ou sociedade civil” (*VOZ das Misericórdias*. 142 (1997) 9).

159 Publicada na *VOZ das Misericórdias*. 159 (1998).

160 *VOZ das Misericórdias*. 168 (1999).

-canónicas decorrentes dessa mesma tradução, pois, na opinião do Secretariado Nacional da UMP, o Tribunal da Assinatura não se pronunciou sobre a natureza das misericórdias, mas apenas sobre a legitimidade formal dos actos do bispo de Faro e do Conselho Pontifício para os Leigos ¹⁶¹. A CEP nunca aludiu publicamente a sentença, mas logo no mês imediato (Novembro de 2000) reafirma o carácter público das Santas Casas e revela que o diálogo mantido com a UMP não tinha levado a nenhum consenso ¹⁶². Como resposta, a UMP proclama, uma vez mais, a natureza privada das misericórdias ¹⁶³.

Todavia, se o contencioso continua em aberto, não tem impedido as misericórdias de se expandirem (veja-se o gráfico atrás publicado) e diversificarem os serviços prestados. Privadas dos seus hospitais em 1974-75, ameaçadas de extinção se não tivessem outra actividade social e, mais tarde, dispondo das receitas proporcionadas pelo arrendamento dos edifícios hospitalares e beneficiando das isenções fiscais e das vantagens concedidas pelo decreto-lei 89/85, lançam-se em novas formas de actividades assistenciais, abrindo infantários, jardins de infância, estabelecimentos de educação pré-escolar, centros de actividades de tempos livres, lares de terceira idade, centros de dia, construindo casas de renda económica, iniciando o apoio domiciliário... O que é, de facto, o retomar da genuína vocação das Santas Casas que consiste em praticar a caridade “quanto possível for”.

Segundo publicação da UMP com data de 2000, estão activas 384 misericórdias, em boa parte (em 339) com equipamentos de acção social que vão desde os lares de idosos existentes em 251, os centros de dia em 224, os jardins de infância em 111, as creches em 105, até outras actividades menos vulgarizadas como ludotecas, colónias de férias, residências de seropositivos, oficinas profissionais, transporte de deficientes, etc. Poucas retomaram (ainda?) a gestão dos seus antigos hospitais (retoma permitida pelo decreto-lei 489/92, de 28 de Dezembro), mas são muitas as que se integram em projectos sociais de criação oficial como o rendimento mínimo garantido (102), a luta contra a pobreza (66), o projecto de apoio integrado ao idoso (28). Ultimamente cresce o número das que se dedicam a actividades culturais, abrindo bibliotecas e/ou arquivos, museus, galerias de arte, promovendo exposições, palestras, concertos, criando grupos corais, orquestras ou pequenos grupos teatrais.

Nos anos 90, sob a presidência de Vítor Melícias, a UMP integrou-se em inúmeros programas nacionais de iniciativa governamental, assinando acordos de cooperação com o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Saúde, Gabinete do Alto Comissário para o Projecto Vida, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Instituto Português de Museus, Comissão Nacional de Luta contra a Sida, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, etc. ¹⁶⁴.

Com 500 anos de história, as misericórdias, pólos importantíssimos da vida cívica onde se cruzam interesses e ambições, mas também solidariedade e doação, continuam, pois, a revelar-se adequadas ao meio social onde actuam, vivendo agora um dos períodos mais dinâmicos do seu tão longo percurso.

¹⁶¹ Fontes para este assunto: circular com data de 16 de Outubro de 2000 enviada pelo Secretariado da UMP a todas as misericórdias e ofício, de 11 de Outubro do mesmo ano, dirigido ao padre Agostinho Jardim Moreira e também comunicado às misericórdias (Arquivo da UMP).

¹⁶² *VOZ das Misericórdias*. 184 (2000) 2.

¹⁶³ *VOZ das Misericórdias*. 185 (2000) 5, 10.

¹⁶⁴ Cf. UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol I: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000, *passim*.

Bibliografia

Fontes impressas

- ALMEIDA, Luiz A. A. Moraes e – *Relatório da administração da Sancta Casa da Misericórdia de Coimbra no anno administrativo de 1876 a 1877*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1878.
- ALMEIDA, Luiz da Costa e – *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 24 de Julho de 1873 a 13 de Julho de 1874*. Coimbra: Typ. de A. D. Areosa, 1875.
- CASTRO, Manuel de Oliveira Chaves e – *Relatório da administração da Sancta Casa da Misericordia de Coimbra desde 12 de Julho de 1867 a 22 de Julho de 1868*. Coimbra: Typ. de Santos & Silva, 1868.
- CONCORDATA e Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa: assinados a 7 de Maio de 1940. Lisboa: União Gráfica, 1940.
- ESTATUTOS da União das Misericórdias Portuguesas e Conclusões do seu V Congresso. Viseu: [s.n.], 1977.
- FREIRE, Francisco de Castro – *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 27 de Julho de 1861 a 14 de Julho de 1862*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1862.
- GUERREIRO, Analide – *Situação jurídico-canónica das irmandades das santas casas de misericórdia portuguesas: peças de um processo que correu termos na Cúria Diocesana do Algarve*. Faro: Diocese do Algarve, 1991.
- IGREJA CATÓLICA – *Código de direito canónico* [1983]. Braga: Theologica, 1984.
- JARDIM, Manuel dos Sanctos Pereira – *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 27 de Julho de 1862 a 26 de Julho de 1863*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1863.
- MISERICÓRDIAS Portuguesas. *Revista de problemas da assistência particular em Portugal*. Viseu: Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, 1977-1979.
- MOREIRA, Guilherme Alves – *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericordia de Coimbra no anno economico de 1893-94*. Coimbra: Typ. de F. França Amado, 1894.
- PORTUGAL. Direcção Geral de Segurança Pública. – *Estatuto da Assistência Social*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1944.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc – *Código administrativo* [1940]. Anadia: Tip. Cisial, 1951.
- ID. – *Código administrativo portuguez de 18 de Março de 1842*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1849.
- ID. – *Código administrativo portuguez por decreto de 31 de Dezembro de 1836*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1838.
- ID. – *Código administrativo: decreto-lei nº 27424 de 3 de Dezembro de 1936: seguido de um relatório alfabético*. Cipriano Simões Alegre. [S.l.: s.n., 1937] (Anadia: Tip. Comercial).
- ID. – *Código civil* [1960]. Coimbra: Coimbra Editora, 1967.
- ID. – *Colecção da legislação das Côrtes de 1821 a 1823*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843.
- ID. – *Colecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação de Camaras Legislativas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840.
- ID. – *Colecção de legislação portuguesa* [1908-1960].
- ID. – *Colecção de leis* [1822-1834].
- ID. – *Colecção de leis e outros documentos officiaes* [1834-1841]. 9 Vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837-1841.
- ID. – *Ordenações filipinas*. 4 Vols. Ed. fac-sim. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- PRIMEIRO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1925.
- PRIMEIRO Congresso Portuguez de Beneficencia. *Documentos*. Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1906.
- QUARTO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*. 3 Vols. Lisboa: [s.n.], 1959.
- QUINTO CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *Actas*. Lisboa: Secretariado da União das Misericórdias Portuguesas, 1977.
- RESUMO de teses e comunicações do IV Congresso das Misericórdias. Lisboa: [s.n.], 1958.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE COIMBRA – *Regulamento para o governo da Irmandade da Sancta Casa da Misericordia da Cidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa de E. Trovão, 1854.
- ID. – *Regulamento para o governo da Sancta Casa da Misericórdia da cidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909.
- ID. – *Relatório e contas da Santa Casa da Misericordia de Coimbra do anno de 1891-1892*. Coimbra: Typ. de M. C. da Silva, 1892.

- ID. – *Remodelação dos serviços da Misericórdia: 1920*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1993.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA – *Colectânea legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1498-1998)*.
Coord. Elvira Brandão, Rogério Seabra Cardoso. Lisboa: Misericórdia de Lisboa, 1998.
- ID. – *Compromisso da Misericórdia de Lisboa ...*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619.
- SEGUNDO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1930.
- SILVA, António Delgado da – *Collecção da Legislação Portuguesa [1750-1820]*. Lisboa: Typ. Maignrense, 1825-1830.
- ID. – *Collecção Official de Legislação Portuguesa [1842 -1851]*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842-1851.
- VOZ das Misericórdias. *Órgão dinamizador da Solidariedade Social em Portugal*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. (1985-2000).

Estudos

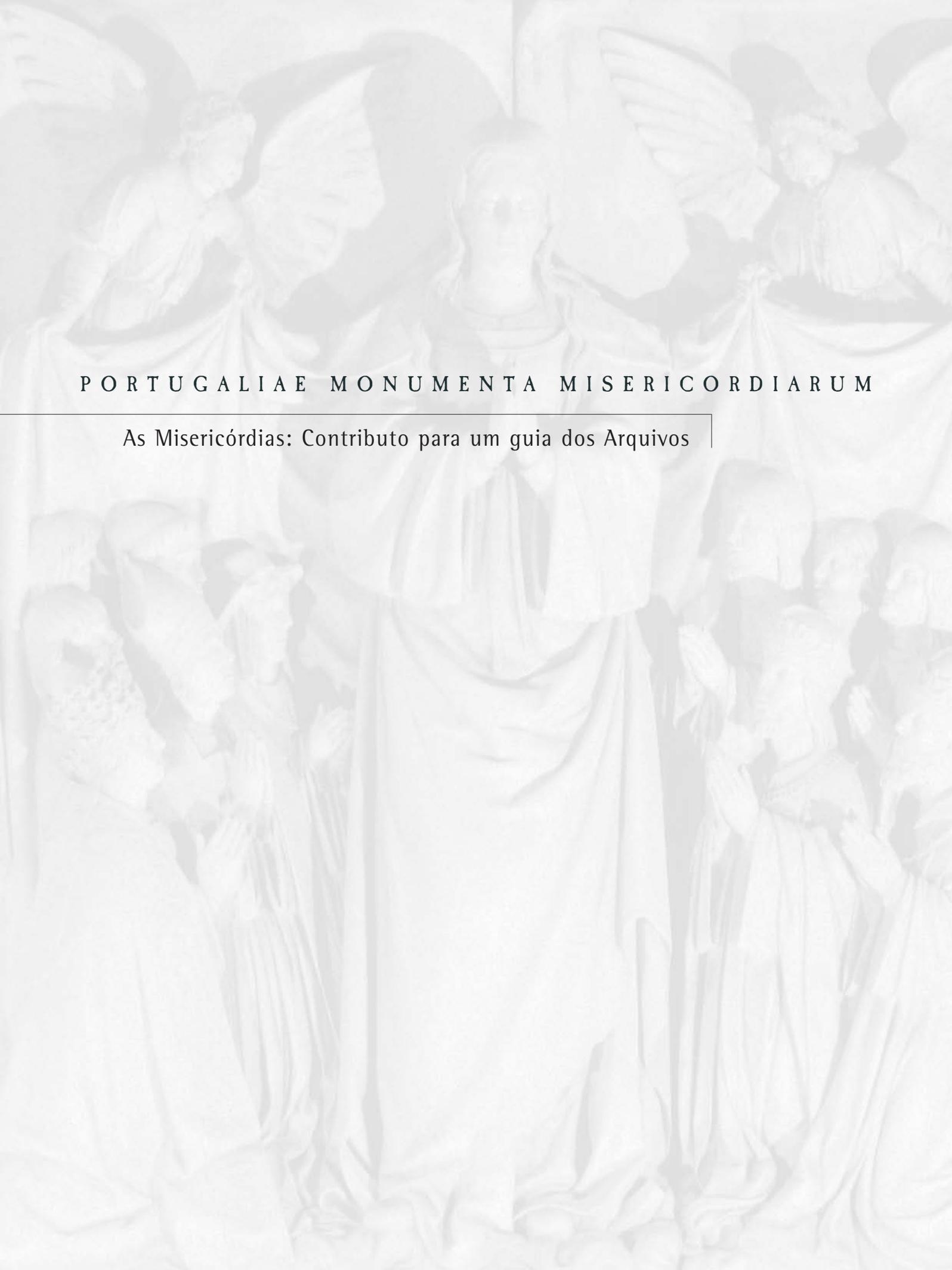
- ABREU, Laurinda – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e de poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.
- ID. – *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na modernidade*. Viseu: Palimage Editores, 1999.
- ALMEIDA, Adriano Carlos Veloso de – Interesses das Misericórdias em geral. In SEGUNDO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS (Porto de 19 a 22 de Maio de 1929). Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1930, p. 95-105.
- ALMEIDA, Reinaldo Cardoso Correia de – *Santa Casa da Misericórdia de Viseu: subsídios para a sua história*. Viseu: Santa Casa da Misericórdia, 1985.
- ALVES, Alexandre – *Igreja da Misericórdia de Viseu*. Viseu: Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 1988.
- ALVES, Jorge Fernandes – *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Ed. Autor, 1994.
- ALVES, Luís Alberto Marques – O brasileiro: ausência e presença no Portugal Oitocentista. In *BRASILEIROS (OS) de torna-viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 41-59.
- ANICA, Arnaldo Casimiro – *História da Misericórdia de Tavira no último quartel do séc. XX*. Tavira: Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1998.
- ID. – *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira (da fundação à actualidade: notas)*. Tavira: [s.n.], 1983.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Vila Viçosa; Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.
- ID. – *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1650-1850)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.
- ID. – *A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII*. In CONGRESSO COMEMORATIVO DO V CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DO HOSPITAL REAL DO ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA – *Actas*. Évora: Hospital do Espírito Santo, 1996, 149-164.
- ID. – *Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima*. *Cadernos do Noroeste*. Braga. 11: 2 (1998) 83-114.
- ARIEIRO, José Borlido C. – *Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 1995.
- ÁVILA, João Gabriel – *Santa Casa da Misericórdia da Vila de Velas: achegas para a sua história*. Vila de Velas: Santa Casa da Misericórdia, 1996.
- BARREIRA, Manuel – *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: poder, pobreza e solidariedade*. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998.
- BASSO, José Fraústo – *A assistência particular em Portugal e as misericórdias: elementos para o seu estudo*. In QUINTO CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS. Lisboa: Secretariado da União das Misericórdias Portuguesas, 1977, p. 211-292.
- ID. – *As misericórdias*. *Boletim Informativo da Corporação da Assistência*. Lisboa. 5 (1973).
- BASTO, Artur de Magalhães – *Origens e desenvolvimento de um grande estabelecimento de assistência e caridade: o Hospital de Santo António da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1998.

- BIGOTTE, J. *Quelhas – Situação jurídica das misericórdias portuguesas*. 2ª ed.. Seia: [s.n.], 1994.
- BRAGA, Isabel Drumond – *Poor Relief in Counter-Reformation Portugal: the Case of the Misericórdias*. In *HEALTH Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*. Dir. Ole Peter Grell, Andrew Cunningham and Jon Arrizabalaga. London: Routledge, 1999, p. 201-214.
- BRASILEIROS (OS) *de torna-viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- CALADO, Rafael Salinas – *Origens e vida da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras*. Torres Vedras: Sociedade Progresso Industrial, 1936.
- CALEM JUNIOR, António Alves – *Actualização dos juro dos títulos do Estado, cuja aquisição obrigatória, foi determinada pelos poderes públicos*. In *SEGUNDO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1930, p. 79-85.
- CARDADOR, José de Carvalho A – *Subsídios para o estudo da Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra de Magos*. Coimbra, 1970 (Tese de licenciatura policopiada).
- CARVALHO, Abílio Pereira de – *Misericórdia de Castro Daire (subsídios para a sua história)*. Castro Daire: Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, 1990.
- CARVALHO, José Vilhena de – *Santa Casa da Misericórdia de Almeida: subsídios para a sua história*. Almeida: Santa Casa da Misericórdia de Almeida, 1991.
- CASTRO, José de – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*. Lisboa: União Gráfica, 1948.
- CASTRO, Maria de Fátima – *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades (do século XVI a começos do século XX)*. [S.l.]: Ed. Autor, 1998.
- ID. – *Construção, conservação e ampliação de edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Braga (da 2ª metade do século XVI à 1ª década do século XX)*. *Bracara Augusta*. Braga. 47: 100 (1997) 5-106.
- CORREIA, António Augusto Mendes – *Conveniência de as Misericórdias manterem na sua orientação beneficente e caritativa os princípios doutrinários que inspiraram e animaram a sua fundação*. In *SEGUNDO CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1930, p. 87-93.
- CORREIA, Fernando da Silva – *O conceito social moderno da instituição “Misericórdia”*. *A Medicina Contemporânea*. 60: 22 (1942).
- ID. – *Origens e formação das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Henrique Torres, 1944.
- CORREIA, Fernando Calapez – *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*. Lagos: Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998.
- CORREIA, Joaquim Manuel Lopes – *A Santa Casa da Misericórdia de Mora*. Figueira da Foz: Imprensa Económica, 1964.
- CORREIA, Manuel Antunes – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (séc. XVI, XVII e XVIII)*. Coimbra, 1971 (Tese de licenciatura policopiada).
- COSTA, Américo Fernando da Silva – *A Misericórdia de Guimarães: crédito e assistência (1650-1800)*. *Cadernos do Noroeste*. 11: 2 (1998) 147-167.
- ID. – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.
- COSTA, António da (D.) – *História da instrução popular em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.
- COUTINHO, José Maria – *A Santa Casa da Misericórdia de Águeda*. Águeda: Gráfica Ideal, 1958.
- DIAS, António Gonçalves – *Monografia simplificada da Misericórdia de Mesão Frio e apostilada no final com pedaços da história deste concelho*. Mesão Frio: Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, 1993.
- DIAS, José Lopes – *II parte da 2ª edição de SILVA, H. Castro, A Misericórdia de Castelo Branco: apontamentos históricos*. Castelo Branco: Santa Casa da Misericórdia, 1958.
- DIOGO, José Leal – *Para a história de Vila Nova de Cerveira II: Santa Casa da Misericórdia*. Vila Nova de Cerveira: Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, 1979.
- ESTEVES, Augusto César – *Santa Casa da Misericórdia de Melgaço*. Melgaço: Tip. Melgacense, 1957.
- ESTEVES, Luís de Sena – *Misericórdias portuguesas em risco: a propósito do decreto-lei 413/71*. Lisboa: [s.n.], 1971.
- FIGUEIREDO, Maria Josefina d'Oliveira – *Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo (1595-1850): assistência e economia*. Coimbra, 1971 (Tese de licenciatura policopiada).
- FONSECA, Carlos Dinis da – *História e actualidade das misericórdias*. Lisboa: Inquérito, 1996.
- FORTUNA, A. Matos – *Misericórdia de Palmela: vida e factos*. Palmela: Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990.

- FREIRE, Manuel Leal – *As misericórdias e as IPSS em geral, na história, na legislação, na jurisprudência e na prática administrativa*. Porto: Elcla, 1995.
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995.
- GAMA, Eurico – *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*. Elvas: Santa Casa da Misericórdia de Elvas, 1954.
- GOMES, J. Pinharanda – Confrarias, misericórdias, ordens terceiras, obras pias e outras associações de fiéis em Portugal nos sécs. XIX e XX: bibliografia institucional (contributo). *Lusitania Sacra*. 2ª série. 8/9 (1996/97) 611-648.
- GOODOLPHIM, Costa – *As misericórdias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- GOULÃO, Francisco da Conceição Carriço – *A Misericórdia de Proença-a-Nova*. Coimbra, 1971 (Tese de licenciatura policopiada).
- GUERREIRO, Alcântara – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora nos séculos XVII a XX (1667-1910)*. Évora: [s. n.], 1979.
- ID. – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora (1910-1975)*. Évora: [s. n.], 1980.
- JARDIM, Maria Dina dos Ramos – *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal: século XVIII*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1996.
- LAMY, Alberto Sousa – *História da Santa Casa da Misericórdia de Ovar*. Ovar: Santa Casa da Misericórdia de Ovar, 1984.
- LEMOS, Eugénio de – *A Santa Casa da Misericórdia da vila da Lousã: resenha histórica*. Lousã: Tip. Lousanense, 1966.
- LOPES, Maria Antónia – A Misericórdia de Coimbra e a sua memória. In *MEMÓRIAS da Misericórdia de Coimbra – Documentação & Arte*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000, p. 45-50.
- ID. – Os pobres e a assistência pública. In *HISTÓRIA de Portugal*. Dir. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, vol. 5, p. 501-515.
- ID. – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. 2 Vols. Viseu: Palimage, 2000.
- ID.; ROQUE, João Lourenço – Pobreza, asistencia y política social en Portugal en los siglos XIX e XX: perspectivas historiográficas. In ESTEBAN DE VEGA, Mariano, org. – *Ayer. Pobreza, beneficencia y política social*. Madrid. 25 (1997) 211-240 (publicado em português em *A CIDADE e o campo: Colectânea de estudos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, p. 63-83).
- MAIA, Fernando – *Segurança social em Portugal: evolução e tendências*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.
- MARCOS, Francisco Sanches – *História da Misericórdia do Alandroal*. Alandroal: Tip. Diana, 1982.
- MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo – *A legislação pombalina: alguns aspectos fundamentais*. Sep. do *Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. Coimbra. 33 (1990).
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, [1978].
- ID. – *Portugal da Monarquia para a República*. Vol. XI da *Nova História de Portugal* dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1991.
- MEMÓRIAS da Misericórdia de Coimbra: Documentação e arte: Catálogo*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000.
- MISERICÓRDIAS: cinco séculos. *Oceanos*. 35 (1998).
- MISERICÓRDIAS (AS) ONTEM, HOJE E AMANHÃ. II CONGRESSO INTERNACIONAL DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 1986.
- MISERICÓRDIAS (AS) de Portugal*. 2 Vols. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000.
- MISERICÓRDIAS do distrito de Vila Real: passado, presente, futuro*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1998.
- MONJARDINO, Álvaro – *Legados Pios. Misericórdias. Estabilização dos serviços hospitalares. Parecer*. Braga: Livraria Cruz, 1975.
- MORA, Amadeu C. – *Esboço histórico da Santa Casa da Misericórdia de Pombal*. Pombal: Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 1953.
- MOURO, Helena; CARVALHO, Anabela – *Serviço social no Estado Novo*. Coimbra: Centelha, 1987.
- MOTA, Armor Pires da – *Oliveira do Bairro: vida e obra da Santa Casa*. Oliveira do Bairro: [s.n.], 1999.
- MOTA, Valdemar – *Misericórdia da Praia da Vitória: memória histórica, 1498-1998*. Praia da Vitória: Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, 1998.
- NUNES, Mário – *Misericórdia de Penela, 1559-1999: servir e amar*. Penela: Santa Casa da Misericórdia de Penela, 1999.
- OLIVEIRA, António de – A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congéneres. In *MEMÓRIAS da Misericórdia de Coimbra: Documentação & Arte*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000, p. 11-41.
- ID. – Por uma história nova. [prefácio a] LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2000, vol. 1, p. 7-10.

- OLIVEIRA, António Resende de – Poder e sociedade: a legislação e a antiga sociedade portuguesa. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. 4: 1 (1982) 51-90.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *Lotarias do Porto no século XVIII*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1961.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de – *A saúde pública no vintismo: estudo e documentos*. Lisboa: Sá da Costa, 1992.
- OLIVEIRA, Marta Tavares Escodard de – As Misericórdias e a assistência aos presos. *Cadernos do Noroeste*. Braga. 11: 2 (1998) 65-81.
- ORIGEM da lotaria da Misericórdia. *Archivo Pittoresco*. 3 (1860) 260-261, 272, 319-320, 326-327.
- PEIXOTO, Ana – *Testamentos: alguns exemplos (séculos XVI a XX)*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997.
- PENTEADO, Pedro – Confrarias. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 459-470.
- ID. – Misericórdias nos séculos XIX-XX. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, vol. 4, p. 457-459.
- PEREIRA, Fernando Jasmins – Assistência. In *DICIONÁRIO de História da Igreja em Portugal*. Dir. A. A. Banha de Andrade. Lisboa: Editorial Resistência, 1980, vol. 1, p. 661-717.
- PIMENTA, Álvaro – *A Misericórdia de Castello de Vide e seus benemeritos: fragmentos de um sudario*. Portalegre: Ed. Autor, [1910].
- PROVEDORES da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*. Lisboa: Misericórdia de Lisboa, 1995.
- QUARESMA, José Simões – *Albergaria, Hospital e Misericórdia de Aldeia-Galega do Ribatejo: apontamentos e lembranças para a sua história*. [S.l.]: Ed. Autor, 1948.
- REIS, António Matos – *A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima no passado e no presente*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 1997.
- RESENHA histórica da Santa Casa da Misericórdia de Amares*. Amares: Santa Casa da Misericórdia de Amares, 1996.
- RIBEIRO, Ângelo – Assistência. In PERES, Damião – *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1934, vol. 6, p. 625-636.
- ID.; PERES, Damião – Assistência. In PERES, Damião – *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1935, vol. 7, p. 785-792.
- RIBEIRO, Victor – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (subsídios para a sua história): 1498-1898...*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Ciências, 1902.
- ID. – *As lotarias da Misericórdia e a Academia das Ciências*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914.
- ID. – História da beneficência pública em Portugal. *O Instituto*. Coimbra. 48-54 (1901-1907).
- RODRIGUES, Carlos Farinha – Assistência social. In *DICIONÁRIO de História do Estado Novo*. Dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1996, vol. 2, p. 742-744.
- ID. – Pobreza. In *DICIONÁRIO de História do Estado Novo*. Dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1996, vol. 1, p. 70-73.
- RODRIGUES, Jorge Rosa – *Outra obra de misericórdia*. Chamusca: Tip. A Persistente, 1952.
- ROQUE, João Lourenço – *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870): contributo para o seu estudo*. 2 Vols. Coimbra, 1982 (Tese de doutoramento policopiada).
- ROQUE, João Lourenço – Ver LOPES, Maria Antónia.
- ROQUE, João Lourenço – Ver SANTOS, João Marinho.
- RUIVO, Augusto Duarte – *A Soalheira e a sua Misericórdia*. Soalheira: Santa Casa da Misericórdia de Soalheira, 1970.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – A assistência: as misericórdias e os poderes locais. In *HISTÓRIA dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Org. César de Oliveira. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1996, p. 136-142.
- ID. – *A Misericórdia de Gouveia no período moderno* (no prelo).
- ID. – A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600). *Cadernos do Noroeste*. Braga. 11: 2 (1998) 31-63.
- ID. – *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- ID. – Assistência. II. Época Moderna e Contemporânea. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 140-149.
- ID. – Misericórdias. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001, vol. 3, p. 200-203.
- ID. – Misericórdias, portuguesas no Brasil e brasileiros. In *BRASILEIROS (OS) de torna-viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 117-133.
- ID. – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

- SANTOS, Eugénio dos – Os *brasileiros* de torna-viagem no Noroeste de Portugal. In *BRASILEIROS (OS) de torna-viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 15-25.
- SANTOS, João Marinho; ROQUE, João Lourenço – Os bens da Misericórdia de Sarzedas em meados do século XVIII. *Biblos*. Coimbra. 55 (1979) 233-258.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*. Lisboa: Livros Horizonte; Misericórdia de Lisboa, 1998.
- ID. – *História de Portugal*. Vol. 13: *Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*. Lisboa: Verbo, 1997.
- SILVA, António Martins da – *Nacionalizações e privatizações em Portugal: a desamortização oitocentista*. Coimbra: Minerva, 1997.
- SILVA, Armando Carneiro da (publicação e anotações de) – *O Catálogo dos Provedores e Escrivões da Misericórdia* (elaborado por António de Moura e Freitas, cartorário secretário da Santa Casa em 1860). Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1991.
- SILVA, Francisco Caetano da; VENTURA, Maria Helena Santos – *Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere: contributos para a sua história, 1663-1997*. [S.l.: s.n.], 1997.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – Brasil, *brasileiros* e irmandades/ordens terceiras portuenses. In *BRASILEIROS (OS) de torna-viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 135-147.
- SILVA, H. Castro – *A Misericórdia de Castelo Branco: apontamentos históricos*. Castelo Branco: Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, 1958.
- SILVA, Mário José Costa da – *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho: espaço de sociabilidade, poder e conflito (1546-1803)*. Coimbra, 1996 (Tese de mestrado policopiada).
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – Desamortização. II. Século XIX. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 60-62.
- SOUSA, Ivo Carneiro – Da fundação das misericórdias aos *brasileiros* nas misericórdias portuguesas. In *BRASILEIROS (OS) de torna-viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 91-115.
- ID. – *V centenário das misericórdias portuguesas (1498-1998)*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 1998.
- TEIXEIRA, Maria Elvira – Assistência. III. Do fim da Monarquia ao Estado Novo. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 149-152.
- UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. 2 Vols. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000
- VALLECILLO TEODORO, Miguel Angel – *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza (1501-1970)*. Badajoz: Santa Casa de la Misericordia de Olivenza, 1993.
- ZAGALO, Francisco Baptista d'Almeida Pereira – Breve memoria historica da Misericordia de Alcobaça. In *PRIMEIRO Congresso Portuguez de Beneficencia. Documentos*. Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1906, p. 105-117.
- ID. – Desamortisação nos bens das corporações de beneficencia. In *PRIMEIRO Congresso Portuguez de Beneficencia. Documentos*. Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1906, p. 100-104.
- ID. – Imposto do rendimento das inscripções das corporações de beneficencia. In *PRIMEIRO Congresso Portuguez de Beneficencia. Documentos*. Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1906, p. 118-123.
- ZÚQUETE, Afonso – *A Santa Casa da Misericórdia de Leiria: história e necessidades*. Porto: Tip. Costa Carregal, 1943.



PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM

As Misericórdias: Contributo para um guia dos Arquivos

As Misericórdias contributo para um guia dos Arquivos

Pedro Penteado

O presente instrumento de trabalho tem como principal objectivo divulgar a informação actualmente disponível sobre os arquivos das misericórdias portuguesas, sobretudo a que diz respeito à sua documentação com interesse histórico. A intenção de realizar um produto intelectual com este tipo de contornos não é recente. Desde a primeira metade do século XX que os principais investigadores da história da assistência social, em geral, e das misericórdias, em particular, ou ainda de outras áreas disciplinares, como a história de arte, procuraram conhecer a situação e os conteúdos dos arquivos das Santas Casas, sobretudo os que possuíam documentação histórica “de maior valia”, com vista à sua publicação e estudo. Contudo, só nos últimos vinte anos, com o aumento das preocupações pela salvaguarda do património cultural local, a renovação do olhar historiográfico sobre as misericórdias e a consequente valorização e procura dos seus arquivos, se acentuou o interesse de uma parte dos dirigentes das Santas Casas pela organização e descrição dos respectivos fundos documentais¹, nomeadamente os de âmbito histórico, permitindo levar mais longe o conhecimento da sua realidade arquivística.

O passo mais significativo, conforme já demonstrámos em estudo anterior², foi dado com o protocolo assinado em 30 de Junho de 1982, entre a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), criada em 1977, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). O protocolo, que tinha como objectivos o “inventário de todo o património arquitectónico, artístico e bibliográfico das Misericórdias Portuguesas”, bem como a sua recuperação e a realização de acções de sensibilização e de formação neste domínio, incluía uma linha de intervenção para os arquivos. Neste contexto, o projecto permitiu que no período imediato à sua assinatura fossem efectuadas acções de preservação e tratamento de diversos arquivos históricos das misericórdias dos distritos de Coimbra, Viseu, Évora, Leiria, Santarém, Bragança, Braga, Vila Real e Porto. Estas intervenções, que tiveram o apoio e coordenação de arquivistas ligados ao IPPC, foram realizadas por técnicos que viriam a ser formados ou aperfeiçoados pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). O projecto, posteriormente interrompido, permitiu a realização de diversos instrumentos de descrição da documentação, que ainda hoje continuam a ser, em algumas das misericórdias então contempladas, os únicos disponíveis.

¹ Neste estudo usamos a terminologia arquivística consagrada em ALVES, Ivone [et al.] – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: IBL, 1993 (versão portuguesa do dicionário do Conselho Internacional de Arquivos). Por fundo entende-se o conjunto orgânico de documentos de arquivo de uma única proveniência.

² Cf. PENTEADO, Pedro – Os arquivos e a história das misericórdias em Portugal: problemas e perspectivas. *Oceanos*. 35 (1998) 90-97.

Os anos 80 foram ainda marcados pelo esforço desenvolvido pelo ex-Instituto Português de Arquivos (IPA), criado na segunda metade da década, para proceder à normalização das tarefas organizativas (sobretudo a elaboração do quadro de classificação) e descritivas dos arquivos históricos das Santas Casas. A metodologia desenvolvida pelo ex-IPA pretendia contrariar a multiplicação de processos descritivos que até aí eram frequentes, indo ao encontro das mais modernas teorias e princípios arquivísticos. Deste modo, pretendia-se também facilitar os procedimentos de informatização, com vista a aligeirar o acesso aos dados e a realização de pesquisas³. Desde aí, a maioria dos instrumentos de descrição publicados por arquivistas seguiram as propostas do quadro de classificação inseridas naquela metodologia, ainda que não totalmente satisfatórias, sendo o caso mais paradigmático o do inventário e catálogo do arquivo da Misericórdia de Viana do Castelo⁴. Mas o projecto mais importante para o conhecimento das fontes históricas dos arquivos das misericórdias viria a ser o “Recenseamento dos arquivos locais”, iniciado em 1991, integrado no Inventário do Património Cultural Móvel (IPCM), uma iniciativa estatal pressionada pela abertura das fronteiras internas da Comunidade Europeia em 1993 e pela necessidade de proteger a exportação ilícita de documentos de arquivo⁵. O projecto, que assentou numa nova perspectiva de bens arquivísticos de valor cultural, alargou o conceito a toda a documentação com mais de 50 anos, independentemente do seu suporte, de acordo com as orientações europeias. Em diversos distritos, chegou mesmo a recolher informação sobre a documentação de arquivo da primeira metade da década de 1990. O recenseamento efectuado na maior parte das câmaras e misericórdias do país, elaborado por equipas de trabalho que eram coordenadas localmente pelos arquivos distritais, veio expandir o estado dos conhecimentos sobre as condições de instalação, organização, descrição, conservação e acesso a estes acervos, constituindo ainda hoje uma das fontes de informação mais úteis sobre o assunto. O coordenador geral do programa, José Mariz, estimou em “mais de 5000 o número de instituições documentalmente representadas nos cerca de 500 arquivos recenseados”⁶, o que no caso das misericórdias inclui ainda os manuscritos provenientes de antigas confrarias, irmandades e hospitais que elas vieram a integrar. O projecto, que aplicou um quadro geral de classificação muito próximo do desenvolvido pelo ex-IPA, possibilitou ainda a identificação de fundos complementares existentes nos municípios, permitindo ter uma ideia mais globalizante sobre os diferentes locais onde se guardava a documentação das antigas irmandades leonorinas. Fora das estritas preocupações da investigação, o “Recenseamento...” teve ainda a vantagem de fornecer informações preciosas para um conhecimento mais rigoroso da situação dos arquivos das misericórdias (fundamental para acções de planeamento estratégico), bem como de responsabilizar as entidades detentoras da documentação pela salvaguarda do património identificado.

³ Cf. FERRÃO, Manuela – Os arquivos das misericórdias. *Cadernos BAD*. 1-2 (1990) 63-66 e ainda a versão policopiada do trabalho, da mesma autoria, em *Arquivos de misericórdias: orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos das misericórdias*. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1992 (disponível na Biblioteca Nacional).

⁴ Cf. PEREIRA, Maria Olinda Alves; AMARAL, Maria Clotilde de Mendonça – *Misericórdia de Viana do Castelo, séc. XVI a XX: catálogo do acervo documental*. Viana do Castelo: Lions Clube, 1997. Cf. ainda, PEREIRA, Maria Olinda Alves – O arquivo como reflexo da orgânica e funcionamento das Misericórdias. In *ARQUIVÍSTICA e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Coord. Maria de Lurdes Rosa, Paulo F. O. Fontes. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, p. 191-238, sobretudo p. 227. Numa recensão a esta obra, Armando Malheiro da Silva chamou recentemente a atenção para alguns aspectos que a proposta do ex-IPA, adaptada por aquela autora, não contemplava, obrigando a repensar todo o processo de classificação (A recensão foi editada no último número da revista *Páginas A & B*. Agradecemos ao autor o facto de nos ter permitido aceder ao texto antes da sua publicação).

⁵ Cf. PORTUGAL. Ministério da Cultura. *Inventário do Património Cultural Móvel – Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. 14 vols. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995-2001 (obra em continuação, que passaremos a referir como “Recenseamento...”).

⁶ “Recenseamento...”, vol. I, p. XIX.

Contudo, o “Recenseamento...” apresentava alguns problemas arquivísticos, principalmente de falta de normalização⁷. Por outro lado, várias misericórdias tinham ficado de fora deste levantamento, do qual faltava ainda publicar quatro volumes, em meados de 2001, referentes às regiões de Beja, Braga, Bragança e Santarém. Por último, o projecto não contemplava os arquivos das misericórdias das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Neste contexto, considerou a Comissão Científica dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* que, para atingir melhor os seus objectivos de identificação da documentação com interesse histórico, poderia partir das informações disponibilizadas pelo “Recenseamento...”, mas necessitava de alargar e controlar a qualidade das suas fontes, sintetizar e normalizar as suas descrições, visitar e recolher dados sobre os arquivos das instituições não contempladas naquele projecto e complementá-los ainda com os dados provenientes dos instrumentos de descrição e pesquisa publicados nos últimos anos. Este trabalho viria a ser elaborado sob nossa coordenação, com o apoio da Dr.^a Silvana Pires.

O produto resultante é agora colocado à disposição dos leitores sobre a forma de um contributo para um guia dos arquivos daquelas instituições. É o contributo possível no contexto actual e no âmbito dos condicionalismos existentes. Alguns destes condicionalismos prendem-se com o facto de uma parte das misericórdias possuírem condições de instalação e acondicionamento inadequadas ou deficitárias para a sua documentação com interesse histórico; terem esta documentação amontoada e acumulada com outra que não detém valor arquivístico; não possuírem os seus arquivos organizados nem descritos; não terem pessoal específico nem convenientemente formado para tarefas arquivísticas complexas, etc. Esta situação, que já tinha dificultado a acção dos técnicos do “Recenseamento...”, teve, obviamente, idênticas repercussões neste trabalho.

Foi, pois, tendo como pano de fundo estes aspectos que se procedeu à definição dos objectivos específicos, limites, estratégias metodológicas, fontes de informação e critérios de recolha e apresentação dos dados para o trabalho desenvolvido no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Assim, como principais fontes de informação do instrumento de trabalho que agora apresentamos foram utilizados os volumes publicados no âmbito do “Recenseamento dos Arquivos Locais” ou em vias de publicação, os instrumentos de descrição impressos referentes aos arquivos das Santas Casas e os relatórios das mais de três dezenas de visitas realizadas aos arquivos de diversas misericórdias, no Verão de 2001, pela Dr.^a Silvana Pires, complementados com informações institucionais prestadas por telefone, por via formal, ou retiradas da Internet.

Nestas fontes foram recolhidas informações referentes às Santas Casas e a outras entidades detentoras dos seus arquivos. O produto final consta de um conjunto de descrições dos fundos existentes em cada uma delas e da sua principal documentação de interesse histórico. Para o efeito, considerámos apenas as misericórdias e instituições similares⁸ de Portugal Continental fundadas antes de 1982, que constam do “livro branco” publicado pela União das Misericórdias Portuguesas⁹ e que forneceram informações para o

⁷ Cf. recensões e notas críticas ao “Recenseamento...” por Pedro Penteado [*Patrimónia. Identidade, Ciências Sociais, e fruição cultural*. I (1996) 49-52], Armando Malheiro da Silva [*Caderno de Estudos Municipais*. 4-6 (1995-1996) 167-171] e José Subtil [*Penélope. Fazer e Desfazer a História*. 17 (1997) 217-219].

⁸ Entre estas instituições similares incluem-se os organismos que embora hoje, do ponto de vista jurídico, não sejam misericórdias, tiveram ou têm relação com estas, encontrando-se filiados na União das Misericórdias Portuguesas. É o caso da Confraria de N.^a Sr.^a da Nazaré, da Associação do Hospital Civil e Misericórdia de Alhandra ou da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre outras.

⁹ Referimo-nos a UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. 2 vols. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000.

“Recenseamento dos Arquivos Locais” e/ou para o projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Não foram incluídos, nesta fase, os casos das Santas Casas que se situam nos distritos de Beja e Bragança, devido à indisponibilidade das nossas fontes de informação para estas regiões, durante o período em que este instrumento de trabalho foi elaborado ¹⁰. Ficaram ainda de fora as misericórdias que por terem sido extintas, por se encontrarem inactivas ou em processo de extinção, alienaram total ou parcialmente a propriedade dos seus arquivos ou a deixaram indefinida ¹¹. Na recolha foram, contudo, contemplados os casos de misericórdias que, sendo proprietárias de fundos, os depositaram à guarda de arquivos públicos de âmbito municipal ou distrital. Como suplemento deste estudo, foram ainda inseridas as misericórdias insulares cuja documentação histórica se encontra nos arquivos públicos de âmbito regional dos Açores e da Madeira.

Na elaboração deste contributo para um guia dos arquivos das misericórdias, foram considerados dois grandes níveis de descrição arquivística. O primeiro, dedicado às entidades detentoras da documentação e o segundo aos fundos ou colecções documentais aí existentes, com os elementos de descrição disponíveis para cada caso, apresentados de acordo com os seguintes critérios:

1. Nível de descrição: Entidade detentora

Elementos de descrição:

– Entidade detentora ¹²: Identifica a designação oficial da instituição que possui a custódia da documentação. A sua ordenação é alfabética,

feita por distritos e, dentro destes, pelo nome da localidade onde se situam. Os arquivos públicos que detêm documentação de uma determinada misericórdia, a título de depósito, surgem no final de cada distrito, por ordem alfabética, com uma indicação de qual a Santa Casa que é proprietária do acervo. Assim, por exemplo, no caso do distrito de Viana do Castelo, a ordenação é do seguinte tipo:

(...)

ED: Santa Casa da Misericórdia de Valença

ED: Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira

ED: Arquivo Distrital de Viana do Castelo (por depósito da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo)

A informação sobre a entidade detentora é complementada com o respectivo endereço e contactos oficiais. No caso de existirem órgãos ou serviços de arquivo especializado na entidade detentora, ou destes possuírem o referido estatuto, dá-se preferência ao seu endereço. Fornece-se ainda uma informação sobre as misericórdias que, de acordo com o “livro branco”, possuem “arquivo e biblioteca”, aferida sempre que possível com fontes complementares. Inclui-se também uma indicação do tipo de responsável hierárquico e/ou técnico pelo arquivo, sempre que esta tenha sido fornecida.

– Acesso: Define as condições estabelecidas na instituição para a consulta da documentação, em geral.

¹⁰ Prevê-se a inclusão da informação relativa aos arquivos das misericórdias destes distritos no último volume dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*.

¹¹ Os casos de misericórdias que vieram a ser integradas noutras ou em confrarias, bem como o seu património arquivístico, exceptuam-se, obviamente, desta situação.

¹² Utilizamos a sigla ED para designar “Entidade detentora”.

- Condições de instalação: Identifica os locais e as condições gerais de instalação da documentação com interesse histórico, podendo ainda conter dados sobre o seu acondicionamento. Na maior parte dos casos, a informação reporta-se à década de 1990, época em que foi realizado o recenseamento pelas equipas do IPCM.

Elementos de descrição:

2. *Nível de descrição:* *Fundo*

- Fundo (ou colecção)¹³: A área apresenta os diferentes fundos ou colecções documentais existentes em cada uma das entidades detentoras, com destaque para o fundo da sua misericórdia. No caso de existirem outros fundos ou colecções, as informações são apresentadas depois por esta sequência e pela ordem alfabética da sua designação, e apenas são incluídos dados sobre as datas extremas e dimensão da sua documentação¹⁴. A definição dos fundos segue os critérios definidos e aceites internacionalmente¹⁵, tendo-se procedido à correcção de algumas incoerências das fontes nas quais nos baseámos para a recolha e apresentação de dados, sempre que tal se afigurou razoável.
- Datas extremas: Define o âmbito cronológico da unidade de descrição em referência. As datas incluídas seguem os critérios de recolha do “Recenseamento...” e podem incluir hiatos na documentação. Usam-se parênteses rectos para as situações em que a data é hipotética e proposta pelos responsáveis da descrição. Utilizam-se reticências nas situações em que uma data limite continua em aberto devido ao facto da série estar ainda em produção e se prever a inclusão frequente de documentos nela. As datas aproximadas e datas incertas são assinaladas, respectivamente, com c. (cerca) e (?). Utiliza-se s.d. para unidades de descrição não datadas.
- Dimensão: Identifica a dimensão da unidade de descrição, em metros lineares ou unidades de medida alternativas. Esta informação pode ser acompanhada do número e tipo de unidades de instalação. Quando não é possível fornecer a dimensão em unidades de medida, apresentam-se apenas as indicações referentes às unidades de instalação.
- História arquivística: Inclui as informações disponíveis que são fundamentais para compreender a autenticidade, a integridade e a interpretação do fundo ou colecção, tais como transferências de propriedade, de responsabilidade e/ou de custódia dos documentos, ou acções que tenham contribuído para a forma como se apresenta actualmente a documentação, do ponto de vista arquivístico.
- Procedência: Inclui a fonte imediata de aquisição do fundo ou colecção, e foi utilizada principalmente nos casos em que a documentação de uma misericórdia foi colocada à guarda de um arquivo público, a título de depósito ou outro.

¹³ Por colecção entende-se, neste caso, o conjunto de documentos de arquivo reunidos de maneira artificial, em função de uma característica comum (ex.º: o tipo de suporte, o modo de aquisição, etc). Utilizamos a sigla F para designar “Fundo” e Col. para designar “Colecção”.

¹⁴ Poderá ser incluída uma nota nos casos em que o fundo integre estatutos ou manuscritos de importância reconhecida para a investigação retrospectiva.

¹⁵ Cf. DUCHEIN, Michel – Le respect des fonds en Archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. *Gazette des Archives*. 97 (1977) 71-96.

- **Âmbito e conteúdo:** Define o contexto de produção e os conteúdos informativos das principais séries/conjuntos documentais do fundo. Para o efeito, é fornecida uma indicação dos órgãos/serviços da misericórdia produtores de arquivo e/ou das funções e actividades institucionais que deram origem à documentação, uma descrição das principais séries/conjuntos documentais, com a classificação que lhes está inerente (caso exista), bem como o período durante o qual foram criadas, acumuladas ou utilizadas. Na maior parte dos casos, são referenciadas as propostas classificativas normalizadas apresentadas pelo “Recenseamento...”, de carácter orgânico-funcional ¹⁶. A sua compreensão pressupõe um conhecimento razoável, da parte do leitor, relativamente às funções e actividades das misericórdias portuguesas e à sua dinâmica histórica ¹⁷. Sempre que se constatou a existência ou utilização de outras grelhas de classificação, foram também referenciadas. Na apresentação das principais séries ¹⁸, procurou-se realizar uma selecção das que testemunham de uma forma mais eficaz as principais funções e actividades das misericórdias ao longo do tempo, a partir de critérios definidos no âmbito da Comissão Científica do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. De entre as séries que em situação normal foram consideradas excluídas da descrição, algumas foram referidas, a título excepcional, nos casos em que se encontravam entre a documentação quinhentista do fundo. Em alguns casos, as designações de séries foram corrigidas ou normalizadas de acordo com propostas do ex-IPA ou de investigações arquivísticas recentes. Para mais fácil compreensão, em algumas situações excepcionais, foram reunidos intelectualmente, como séries, documentos que poderão não estar definidos a este nível junto das entidades detentoras dos arquivos. Poderão também ser apresentadas séries que apenas incluam um único documento ou um número reduzido de documentos.
- **Avaliação, selecção e eliminação:** Regista as acções de avaliação, selecção e eliminação documental ocorridas ou planificadas e o que se prevê que, após estas operações, possa ingressar em arquivo histórico.
- **Organização:** Apresenta informações sobre a estrutura interna, classificação e ordenação da unidade de descrição, nomeadamente as intervenções realizadas ou planificadas a este nível. Se a organização existente é manifestamente insuficiente, refere-se a necessidade de tratamento arquivístico.
- **Características físicas:** Fornece informações sobre as características físicas da documentação que podem afectar o uso da unidade de descrição considerada, tais como requisitos de preservação.

¹⁶ Estas propostas variam por distrito, pelo que procurámos introduzir notas de rodapé que permitam diferenciar as várias opções classificativas utilizadas em cada um deles.

¹⁷ Cf. estudos especializados sobre o tema, neste volume.

¹⁸ Para efeitos deste trabalho, consideraram-se como principais séries e/ou tipologias, entre outras, as seguintes: provisões, alvarás, decretos, bulas e breves, compromissos e estatutos, regulamentos, acórdãos, actas, registo de eleições, registo de irmãos, livros de segredos, registo de correspondência, correspondência recebida, correspondência expedida, inventários de bens, tombos, registo de sepulturas, registo de testamentos, registo de lembranças, registo de petições, processos de obras, registo do movimento de doentes, registo de óbitos. Uma introdução ao estudo das principais séries pode ser consultada nas obras referidas de FERRÃO – *Os arquivos das misericórdias* e PEREIRA – *O arquivo como reflexo*. A insuficiência dos trabalhos existentes está patente, por exemplo, no fraco conhecimento que havia sobre os livros de segredos portugueses, que temos em estudo actualmente, tendo identificado vários. No quadro da nossa investigação de doutoramento tencionamos também aprofundar o estado dos conhecimentos sobre este assunto, aspecto que permitirá apresentar uma síntese no último volume deste projecto.

- Instrumentos de descrição e pesquisa: Indica os instrumentos de descrição e pesquisa disponíveis que possam fornecer informações relativas ao âmbito e conteúdo da documentação. Inclui referências a instrumentos antigos, utilizados junto do produtor do arquivo, para recuperar a informação ali conservada, bem como a bases de dados automatizadas.
- Existência e localização de cópias: Referencia a existência, localização e disponibilidade de cópias da totalidade ou parte da documentação, mesmo os que se encontram no exterior da entidade detentora.
- Unidades de descrição relacionadas: Informa sobre as unidades de descrição relacionadas existentes na entidade detentora da documentação ou no seu exterior, bem como o tipo de relações existentes entre elas.
- Bibliografia: Indica as publicações que são sobre ou baseadas na utilização do fundo descrito, a partir das fontes consultadas, principalmente do “Recenseamento...”. Em alguns casos, a exemplo daqueles que ocorreram visitas às entidades detentoras ou contactos de outro tipo, procedeu-se a actualizações não sistemáticas ¹⁹.

A maior parte destes elementos de descrição escolhidos pelo projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* segue ou adapta a norma geral internacional de descrição arquivística ISAD(G) – 2.ª edição revista, do Conselho Internacional de Arquivos, em cujos pressupostos se baseia ²⁰. Esta opção, entre outros aspectos, garante a possibilidade de utilização deste instrumento de trabalho em futuros projectos de difusão da informação arquivística.

A principal lacuna das descrições que apresentamos prende-se com a história administrativa dos produtores de arquivos (particularmente datas de criação, inactividade, extinção, integração, etc) que, por motivos inerentes à lógica interna do projecto, não foi contemplada nesta fase, prevendo-se a sua inclusão em próximos volumes. A sua ausência pode dificultar a compreensão imediata das descrições documentais, o que se procurou contornar, por vezes, através do recurso a notas explicativas.

A partir de agora, o público e, em particular, a comunidade científica passam a poder desfrutar de um instrumento de trabalho que esperamos possa ser da maior utilidade para a investigação da história das misericórdias e da vida social das comunidades onde estas se inserem. Um instrumento que não seria possível sem o contributo de várias instituições e pessoas e aos quais não queremos deixar de agradecer. Os nossos agradecimentos vão, em primeiro lugar, para a Dr.ª Silvana Pires, cuja colaboração se alargou para além do que lhe foi exigido. Devemos também um agradecimento a Paula Silveira, da Torre do Tombo, e aos Drs. Cláudia Henriques e Hélio Agostinho, colaboradores do projecto de arquivo da Misericórdia de Sintra. A nossa gratidão estende-se ainda ao Dr. José Mariz, coordenador geral do projecto do Recenseamento dos Arquivos Locais, que prontamente se disponibilizou para fornecer os dados referentes aos distritos de Braga e Santarém, ainda em fase de publicação, de forma a que pudessem ser consultados, preparados e inseridos neste volume. Agradecemos ainda ao Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas a autorização dada para a consulta das fichas de descrição documental efectuada no âmbito do projecto que desenvolveu em parceria com o IPPC e o IEF. Por último, deixamos o nosso

¹⁹ Para um controle mais sistemático da produção bibliográfica recente deve ser consultada a “Bibliografia” inserida neste volume.

²⁰ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – *ISAD(G)*: norma geral internacional de descrição arquivística. 2.ª edição revista. Madrid: Subdirección General de los Archivos Estatales, 2000 (versão brasileira). Neste estudo, adaptámos alguns termos desta versão à terminologia portuguesa, indo ao encontro da 1.ª versão, publicada nos *Cadernos BAD*.

agradecimento a todos os responsáveis de misericórdias e de arquivos públicos que foram contactados directamente pela equipa deste projecto no sentido de fornecerem informações ou esclarecimentos sobre os seus acervos de interesse histórico. Incluem-se nesta referência, além das Santas Casas visitadas pela Dr.^a Silvana Pires no Verão de 2001, as Misericórdias de Lisboa, Aveiro, Bombarral, Covilhã, Ericeira, Grândola e Palmela, a Confraria da Senhora da Nazaré, o Arquivo Regional da Madeira, as Bibliotecas Públicas e Arquivos de Angra do Heroísmo e Horta, os Arquivos Distritais de Castelo Branco, Évora, Guarda, Faro, Leiria, Portalegre, Porto, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, o Museu de Setúbal, a Biblioteca de Elvas, os Arquivos Municipais de Montemor-o-Novo, Monsaraz, Montijo e Vila Franca de Xira. A todos, o nosso reconhecimento.

Abreviaturas

- c. – Cerca
- cd. – Caderno/cadernos
- col. – Colecção
- cp. – Capilha/capilhas
- ED – Entidade detentora
- F – Fundo
- liv. – Livro/Livros
- mç. – Maço/maços
- m.l. – Metros lineares
- pç. – Peça/peças
- prg. – Pergaminho/pergamínhos
- pt. – Pasta/Pastas
- u.i. – Unidade de instalação/unidades de instalação
- s.d – Sem data

Arquivos das Misericórdias portuguesas

Distrito de Aveiro ¹

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÁGUEDA

R. da Misericórdia, 3750 Águeda.
Tel.: 234602256. Fax: 234602256.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se na secretaria central e na sala das sessões.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÁGUEDA

Datas extremas: 1639-1936.

Dimensão: 25 liv., 1 cd. e 2 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes sobretudo às actividades dos órgãos governativos ² e à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos ³. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Assembleia Geral (1901-1928); actas da Comissão Administrativa

(1834-1886); actas da Mesa (1887-1900); actas do Definitório (1902); registo de eleições para procurador (1799-1805); tombos de propriedades e outros bens da Misericórdia e do hospital (1639-1818) ⁴; registo de obrigações por legados pios (sécs. XVIII-XIX) e registo de visitas ⁵ (1725).

Características físicas: Os tombos encontram-se em mau estado de conservação.

Bibliografia: COUTINHO, José Maria – *A Santa Casa da Misericórdia de Águeda: elementos para a sua história, comentários à situação económica actual e previsões para o futuro*. Águeda: [Gráfica Ideal], 1958.

F: COOPERATIVA DE ÁGUEDA

Datas extremas: 1919-1928.

Dimensão: 1 liv.

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 9: *Distrito de Aveiro*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997; UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000; e, da mesma autoria, *1 Encontro das Misericórdias do Distrito de Aveiro (25 e 26 de 1991)*. Aveiro: Secretariado Regional de Aveiro da União das Misericórdias Portuguesas, 1991. Outras fontes: informações recolhidas no Verão de 2001 pela bolsreira Silvana Pires, no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, para os casos de Albergaria-a-Velha, Anadia, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, S. João da Madeira, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra.

² Neste distrito, o “Recenseamento...” inseriu nesta secção as séries referentes à correspondência recebida e expedida pela Misericórdia.

³ Neste distrito, o “Recenseamento...” inseriu nesta última secção a série de registo de irmãos.

⁴ Inclui a cópia do tomo do hospital de Águeda (1639-c. 1659, a partir do original de 1533).

⁵ Inclui ainda outro tipo de registos.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ALBERGARIA-A-VELHA**

R. Dr. Joaquim A. Miranda, Assilhó, 3850 Albergaria-a-Velha.

Tel.: 234522026.

Condições de instalação: A documentação encontra-se no gabinete do provedor (onde se encontram os livros de actas mais recentes) e no Lar de Idosos, na cave, numa sala interior, com estantes metálicas, em unidades de instalação originais.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE
ALBERGARIA-A-VELHA**

Datas extremas: 1923-2000.

Dimensão: 15,20 m.l. (C. 70 liv., 2 cd. e 47 pt.).

História arquivística: O acervo arquivístico da Misericórdia foi armazenado num barracão que servia de celeiro ao hospital (encerrado em 1976), sofrendo aí diversas deteriorações. A documentação apenas foi dali retirada em 1989, sendo então transferida para o novo Lar de Idosos.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Possui documentação relativa à regulamentação institucional, às actividades dos órgãos governativos e expediente, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1923-1982); actas da Assembleia Geral (1959-2000); actas da Comissão Administrativa (1947-1958); actas da Mesa Administrativa (1959-1976); registo de correspondência recebida (1923-1954); copiadores de correspondência expedida⁶ (1952-1954); correspondência recebida e expedida pela Misericórdia (1951-1967); circulares da Direcção Geral dos Hospitais e da Direcção Geral da Assistência (1966-1976); documentação referente a doações, testamentos e outros aspectos da gestão do património (1951-2000); documentação relativa à Casa dos Pobres (1954) e atestados de assistência à pobreza (1948-1957). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destaca-se ainda a seguinte

documentação: projecto de edificação do pavilhão do hospital (1939)⁷; registo de nascimentos da maternidade (1957-1958); registo de exames para emigração (1951-1975) e atestados para empregados comerciais⁸ (1958-1962).

Organização: A maior parte da documentação encontra-se por organizar.

**F: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO
SOCORRO DE ALBERGARIA-A-VELHA**

Datas extremas: S.d.⁹.

Dimensão: 1 doc.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA**

Rua Alexandre Seabra, 29, 3780-230 Anadia.

Tel.: 231512245. Fax: 231511338.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Responsável técnico: Responsável da secção cultural da Misericórdia.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: A parte da documentação que se encontra já organizada encontra-se numa sala de depósito, envolta em papel *acid free*, em pastas colocadas em estantes metálicas. O fundo da Misericórdia propriamente dito encontra-se dentro de dois armários de madeira, bastante húmidos, embutidos na parede da sala do depósito, aguardando tratamento.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANADIA

Datas extremas: 1908-1991.

Dimensão: C. de 19 liv.; 5 pt. e 2 docs., além de c. de 19 m.l. (relativos aos armários com documentação por tratar).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Entre as suas séries, destacam-se compromissos (1908-1982); actas da Assembleia Geral (1910-1959); actas da Mesa (1920-1966); correspondência recebida (1947-1953); copiadores de correspondência expedida (1910-

⁶ Possui índices organizados, em cada pasta, por destinatário.

⁷ O fundo inclui ainda um álbum fotográfico da inauguração do hospital da Misericórdia.

⁸ Refere-se a empregados de fábricas de moagem, de padarias, de postos de lacticínios, vendedeiras de peixe, de frutas e de produtos hortícolas, etc.

⁹ O documento, uma relação de bens móveis e imóveis da Irmandade, encontra-se dentro de um envelope em que estão duas datas escritas – 1947 e 1950, que importa confirmar.

-1963); tomo de propriedades (s.d.)¹⁰; certidões de doações (1940); documentação sobre bairros económicos (1950-1959) e documentação relativa à farmácia (1964-1991);

Organização: Uma parte da documentação está por organizar, empacotada¹¹.

Instrumentos de descrição e pesquisa:¹².

F: ALEXANDRE SEABRA¹³

Datas extremas: 1860-1883.

Dimensão: 4 cx.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ANADIA

Datas extremas: 1954-1966.

Dimensão: 1 liv.

F: CONFRARIA DE SÃO SEBASTIÃO DE ANADIA

Datas extremas: s.d.

Dimensão: 1 doc.¹⁴.

F: FAMÍLIA DE JOSÉ LUCIANO DE CASTRO¹⁵

Datas extremas: Séc. XIX.

Dimensão: 47 cx.¹⁶.

Dimensão: 15 liv. e 3 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos, estatutos, confirmações régias e adições¹⁷ (1804-1905); actas da Mesa (1851-1954); registo de irmãos (1803¹⁸...); inventários de bens móveis e imóveis (séc. XX); registo de entrega de legados (1893-1899) e documentação diversa sobre o Lar da Terceira Idade (1936-1969). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda projectos de edificação do hospital (1922-1926) e registo de óbitos (1911-1944).

Bibliografia: SIMÕES JÚNIOR – Arouca: subsídios para a sua monografia. In PEREIRA, Virgílio – *Cancioneiro de Arouca*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral, 1959.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

R. Dr. António Casimiro Leão Pimentel, 4, 4540 Arouca.
Tel.: 256943115. Fax: 256943115.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se na secretaria, localizada no Lar da Terceira Idade.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Datas extremas: 1803-1969.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

R. Coimbra, 27, 3810-086 Aveiro.

Tel.: 234426732. Fax: 234426278.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Membro da Mesa.

Condições de instalação: A documentação encontra-se na sede, na “sala do despacho”, num armário de madeira de boa qualidade.

¹⁰ Apesar de não estar datado, encontram-se referências entre 1928 e 1948.

¹¹ Este facto impede-nos uma indicação mais vasta das séries que constituem o fundo.

¹² Na primeira metade da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, foram produzidas fichas de descrição da documentação de arquivo.

¹³ Este fundo é composto, quase exclusivamente, por documentação relativa à Companhia de Construção dos Caminhos-de-ferro da Beira, do tempo em que o Dr. Alexandre Seabra foi seu advogado.

¹⁴ Trata-se da redacção manuscrita dos estatutos.

¹⁵ Este fundo foi transferido para a Misericórdia na sequência do testamento da segunda filha de José Luciano de Castro, D. Júlia de Castro, em 1946, que o doou à Santa Casa, juntamente com o palacete e propriedades rústicas daquela família. O fundo conta com cerca de 500 fotografias, para além de uma colecção de aguarelas da Rainha D. Amélia, oferecida pela própria às filhas de Luciano de Castro. Actualmente, estas aguarelas encontram-se expostas no Museu da Misericórdia, com outros documentos deste fundo.

¹⁶ Possui instrumento de descrição.

¹⁷ Inclui cópia de original de 1610.

¹⁸ Inclui cópias de registos de 1615.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

Datas extremas: 1502-1967.

Dimensão: 231 liv., 88 pt. e 3 doc.

História arquivística: De acordo com o “Recenseamento...”, o conjunto documental da Misericórdia sofreu algumas depredações, “fruto da sua atribulada história recente”.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde. Entre a documentação deste fundo, destacam-se cartas, provisões, alvarás, sentenças¹⁹ (1533-1865); bulas e breves apostólicos²⁰ (1671-1827); registo de acórdãos, deliberações e actas da Mesa (1585-1947); registo de actas de eleições (1618); registo de eleições (1893-1895); autos de posse da Comissão Administrativa (1855); registo de irmãos (1614-1905); correspondência e outra documentação referente a relações da Misericórdia com diversas entidades²¹ (1603-1919); tombs de propriedades²² (1544-1769); inventários de bens (1616-1885); registo das ofertas dos devotos a S. Caetano (1689-1724); registo de benfeitores (1858-1894); registo de contas da construção da nova casa da Misericórdia (1599-1621); registo de legados e capelas (1502-1864); registo de reduções de encargos de capelas (1723); regimentos de eclesiásticos e coro da igreja (s.d.); registo dos mamposteiros (1614-1688); registo das esmolas dos mamposteiros (1615-1652); plantas das sepulturas da igreja (s.d.); registo de enterros com a tumba da Misericórdia (1637-1652); registo de dotes de casamento de moças pobres (1867-1893); actas da direcção do Infantário “Gota de leite” (1938-1967) e registo de visitantes e assistência médica a crianças pobres do Infantário [1931]. No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: regulamentos (1893); inventários de bens (1828-1888); registo do movimento de doentes (1615-1936); registo de casamentos no hos-

pital (1892); registo de óbitos (1823-1945), registo do receituário (1893-1915) e dietas dos doentes (1839-1934), para além de diversas séries do Hospital dos coléricos (1855-1856) e de documentação da Comissão promotora do novo hospital de Aveiro (1896-1903). Da documentação mais antiga da instituição, além da que já foi enunciada, destacam-se ainda um item com “prazos, sentenças e treslados de escrituras”, iniciada em 1513 e um registo de dívidas, iniciado em 1560.

Organização: Está prevista uma reclassificação do fundo, que deve ser realizada no contexto da sua reinstalação e do restauro de algumas peças.

Características físicas: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, algumas peças deste fundo necessitavam de medidas particulares de conservação ou acondicionamento.

Instrumentos de descrição e pesquisa: GONÇALVES, M. Gabriel; NEVES, Amaro – O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. *Boletim da Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro*. 1 (1980) [8 p. não numeradas]; ALVES, Fernando de; ALVES, Jorge; PEREIRA, Gaspar Martins; RIBEIRO, Jorge – O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. *Boletim Municipal de Aveiro*. 3:6 (1985) 3-23. O arquivo possui ainda inventários antigos (séc. XVIII-1869).

Bibliografia: Além das obras indicadas, AMORIM, Inês – Misericórdia de Aveiro e misericórdias da Índia no século XVII: procuradoras de defuntos. In CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO – *Actas*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991, p. 113-137; BARREIRA, Manuel de Oliveira – *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: pobreza e solidariedade* (1600-1750). Coimbra: Faculdade de Letras, 1995 (Dissertação de mestrado policopiada); NEVES, Amaro – *O Senhor da Índia na Santa Casa da Misericórdia de Aveiro*. [Aveiro]: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1991; NEVES, Francisco Ferreira – Os provedores da Misericórdia de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 42 (1976) 193-203.

F: ABRAGÃO PENAFIEL

Datas extremas: s.d.

Dimensão: 1 doc.²³

¹⁹ Inclui uma ordem régia para reformular o cartório (1821) e um repertório “das coisas dignas de nota” (1585-1592). Alguns itens sob esta designação incluem registos.

²⁰ Inclui bulas (originais e cópias) de redução de missas (1726-1827) e certificados de autenticidade de relíquias.

²¹ Inclui correspondência e contas do procurador da Misericórdia no Rio [de Janeiro] (1866-1902).

²² Alguns tombs incluem informações sobre as rendas da Santa Casa.

²³ Trata-se de um breve de privilégio de altar de Clemente XII.

F: ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DE AVEIRO ²⁴

F: CASA DE FRANCISCO TOMÉ MARQUES GOMES DE AVEIRO

Datas extremas: 1834-1878.

Dimensão: 5 liv.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE AVEIRO ²⁵

Datas extremas: 1946-1971.

Dimensão: 1 liv.

F: CONVENTO DE JESUS DE AVEIRO

Datas extremas: séc. XVIII.

Dimensão: 1 liv.

F: HOSPITAL DAS CALDAS DA RAINHA

Datas extremas: séc. XIX.

Dimensão: 1 liv.

F: IGREJA DE VERA CRUZ DE AVEIRO

Datas extremas: 1693-1760.

Dimensão: 1 liv. ²⁶

F: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE AVEIRO

Datas extremas: 1708-1733.

Dimensão: 2 liv.

F: ORDEM TERCEIRA DA PENITÊNCIA – AVEIRO (CAPELA DE SANTO IVO)

Datas extremas: 1727-1746.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTELO DE PAIVA

R. S. Geão, Sobrado, 4550-269 Sobrado (Castelo de Paiva).
Tel.: 255690500. Fax: 255690509. E-mail: scmcp@clix.pt

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: A documentação com interesse histórico encontra-se, juntamente com o arquivo administrativo, num armário metálico da secretaria.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTELO DE PAIVA

Datas extremas: 1943-2001.

Dimensão: 4 liv., 3 pt. e 2 doc. ²⁷.

História arquivística: O arquivo esteve instalado no antigo hospital até 1974, perdendo-se muita documentação depois deste ano. Em 1990, a Misericórdia recebeu, “como legado”, um conjunto de documentação em que se encontravam actas da Assembleia Geral, registos de tomadas de posse dos corpos gerentes da Santa Casa, registos de irmãos e registos de prédios da instituição, que vinham acompanhados de um selo branco e uma chancela.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de documentação, na qual se destacam compromissos e estatutos (1949-1989) ²⁸; actas ²⁹ das Assembleias Gerais da Misericórdia e Hospital de N.ª Sr.ª da Assunção (1943-2001); registo de irmãos (1943-1976); correspondência ³⁰ expedida e recebida (1978-1985) e tombos de bens (1945-1963).

Organização: A documentação necessita de tratamento arquivístico aprofundado.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO

R. dos Pedregais, Anta, 4500 Espinho

Tel.: 227330900. Fax: 227330909.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: O acervo arquivístico da Misericórdia encontra-se instalado no gabinete do Provedor, num armário de madeira, e numa sala interior,

²⁴ De acordo com informações recolhidas no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, trata-se de documentação de uma instituição extinta na segunda metade da década de 1970 e cujos associados passaram a pertencer à Santa Casa (agradecemos esta informação à Dr.ª Ana Maria Almeida, da Misericórdia de Aveiro).

²⁵ No “Recenseamento...”, assinalam-se como pertencendo ao fundo da Câmara as actas desta Comissão, o que aqui corrigimos.

²⁶ Trata-se de 1 liv. de visitasões.

²⁷ Existem ainda algumas pastas e caixas com documentação contabilística, por organizar, instaladas no sótão, que não foram recenseadas. Por esse motivo, não foram incluídas nestas contagens.

²⁸ Tratam-se de brochuras de compromissos e estatutos (2 doc.).

²⁹ Esta série é composta por 2 liv., sendo o segundo apenas relativo à Misericórdia.

³⁰ Esta correspondência foi sendo compilada em pastas, em casa do actual provedor, Dr. Justino Duarte Strecht Ribeiro, uma vez que então a Misericórdia não dispunha de instalações próprias, devido à apropriação do seu hospital pelo Estado.

em estantes. Existe também documentação encaixotada, no sótão, por avaliar e seleccionar.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO

Datas extremas: 1937-1984.

Dimensão: 117 liv.; 13 cd.; 21 pt. e 1 doc.

História arquivística: Pelo menos, uma parte considerável da documentação que em 1974 se encontrava no hospital foi entregue na Misericórdia.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Possui documentação relativa à regulamentação institucional, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1982); actas da Assembleia Geral³¹ (1942-1996); actas da Comissão Administrativa (1937-1941); autos de posse da Comissão Administrativa³² (1937-1951); actas das sessões da Mesa³³ (1941-1984); registo de irmãos (1937-1985); registo de correspondência recebida (1959-1964); correspondência recebida (1958³⁴-1974); correspondência recebida da Direcção Geral de Assistência³⁵ (1958-1975); correspondência diversa (1976-1980); inventários de bens (1937-1941); documentação sobre legados e heranças (1949-1978); documentação referente a cortejos de oferendas (1954-1963); documentação relativa à construção, equipamento e ampliação do hospital (1955-1973); registo de doentes das enfermarias (1953-1955) e registo de enfermarias e partos (1944-1947).

Organização: A documentação necessita de tratamento arquivístico.

F: ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DE ESPINHO³⁶

Datas extremas: 1918-1937.

Dimensão: 5 liv. e 1 pt.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ESPINHO

Datas extremas: 1950-1971.

Dimensão: 2 pt. e 1 liv.

C: RECORTES DE JORNAIS³⁷

Datas extremas: 1924-1962.

Dimensão: 1 pt.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTARREJA

Lugar de Agra, Salreu, 3860 Estarreja.

Tel.: 234843056. Fax: 234845269.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Quando foi feita a visita ao arquivo histórico desta Misericórdia, a parte principal do seu espólio encontrava-se provisoriamente arrumada em caixotes e sacos, por motivo de obras. A documentação referente a correspondência e contabilidade estava numa sala interior do Jardim Infantil, instalada em estantes metálicas.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTARREJA

Datas extremas: 1923-1993.

Dimensão: C. 25 liv., 2 pt., 1 cd. e 1 doc.

História arquivística: A documentação relativa a funcionários e utentes do hospital, anterior a 1981, encontra-se na actual unidade hospitalar da localidade.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Entre a sua documentação, destaca-se o compromisso (1983); actas do Núcleo executivo de Beduíno para a fundação da Misericórdia do concelho de Estarreja (1923-1924); actas da Assembleia Geral (1935); actas da Mesa (1936-1993); actas de eleições de mesários

³¹ O primeiro livro desta série contém o projecto do novo compromisso, apresentado em Assembleia Geral e aprovado por unanimidade em 23 de Dezembro de 1942. O segundo livro contém os estatutos publicados em 1982 e o "Regulamento interno dos utentes do Lar para Idosos", de 1982.

³² Os autos de 1949 e 1951, dactilografados, encontram-se em folhas colocadas dentro do livro de autos que compõe esta série.

³³ O livro nº 5 desta série contém junto as "Normas para o internamento de doentes nas enfermarias como pensionistas de 3ª classe", de 1956, dactilografadas.

³⁴ Esta documentação encontra-se numa pasta que contém acções da *Compagnie Française pour la construction et exploitation des Chemins de Fer à l'Étranger*, de 1906.

³⁵ Parte da correspondência com a Direcção Geral de Assistência versa sobre os estatutos da Misericórdia e sobre a sua alteração, nomeadamente em 1975.

³⁶ Na acta da Assembleia Geral desta Associação de 29 de Setembro de 1937, refere-se a transmissão de todos os poderes e bens desta associação para a recém criada Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Espinho.

³⁷ Trata-se de uma colecção de recortes de jornais locais e do *Diário do Governo*, encadernada, onde se reúnem notícias relativas à Misericórdia.

(1945); matrículas de irmãos (1936-1069); inventários de bens do Asilo-Hospital provisório e do Dispensário Anti-Tuberculoso (1935-1940); testamentos (1952-1953); planta do hospital, Laboratório e Jardim-Escola João de Deus (c. 1981) e registo de óbitos do hospital (1952-1967).

Avaliação, selecção e eliminação: A instituição tem por hábito proceder à eliminação de documentos, de 10 em 10 anos, por motivos de falta de espaço. Esta acção não costuma ser documentada com nenhum auto de eliminação.

F: APONTAMENTOS DE ANTÓNIO DOMINGOS DE SÁ³⁸

Datas extremas: [s.d]

Dimensão: 1 pt.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÍLHAVO

R. Domingos Ferreira Pinto Basto, 6/8, 3830-909 Ílhavo
Tel.: 234329430. Fax: 234329431.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÍLHAVO

Datas extremas: 1914-1988

Dimensão: 4 liv. e 1 doc.

História arquivística: O arquivo, que se encontrava no hospital da Misericórdia e ali se manteve após a passagem, em meados dos anos 70, da sua administração para o Estado, sofreu uma inundação que conduziu à sua destruição quase total. É provável que alguns antigos mesários possam ainda guardar livros de actas.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de documentação, na qual se destacam compromissos³⁹ (1988); actas da Assembleia Geral (1930-1981); actas da Mesa (1960-1976); actas ordinárias da Direcção do Asilo de Inválidos e Creche para Órfãos Menores (1936-1947) e copiadore de correspondência expedida do hospital (1938-1945)⁴⁰.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MEALHADA

R. Dr. Costa Simões, nº 42, 3050-326 Mealhada.

Tel./Fax: 231202378.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: A parte mais importante do acervo encontra-se num armário de madeira, com portas de vidro, na sala de reuniões da Mesa. Os compromissos estão num cofre e existe também documentação encaixotada, no sótão.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MEALHADA

Datas extremas: 1907-1998.

Dimensão: C. 10 liv. e 1 doc.⁴¹.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam compromissos e estatutos (1907-1912); actas da Assembleia Geral (1907-1995); actas das deliberações e eleições da Mesa (1907-1998) e copiadore de correspondência expedida (1907-1948).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MURTOSA

R. António José de Freitas Guimarães, Pardelhas, 3870-208 Murtosa.

Tel.: 234865839. Fax: 234866299.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: O acervo mais importante encontra-se num armário de metal, na sede.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MURTOSA

Datas extremas: 1909-2001.

Dimensão: C. 80 liv., 4 pt. e 1 doc.

História arquivística: Em 1991, foi atribuída uma numeração sequencial aos livros que constituíam o acervo

³⁸ Trata-se de um manuscrito e fotocópias sobre a origem da freguesia de Canelas, doados pela viúva e pela filha de António Domingos de Sá à Misericórdia de Estarreja, em 1997.

³⁹ Trata-se de uma fotocópia do documento original.

⁴⁰ A Misericórdia possui ainda uma fotocópia de uma brochura original relativa à Sociedade de Caridade de Ílhavo, que esteve na origem desta Santa Casa.

⁴¹ Estes dados não incluem a documentação existente no sótão.

arquivístico desta Misericórdia, constatando-se actualmente a falta de alguns deles. Foi também elaborado um índice, que entretanto se perdeu. No ano de 2001, chegaram à Santa Casa alguns livros, entregues pelo hospital da localidade.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Possui documentação relativa à regulamentação institucional, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1982); actas das Assembleias Gerais (1926-1995); actas das sessões da Mesa (1934-1983); matrículas de irmãos (1926-1995); cópias de editais publicados pela Misericórdia e Asilo-Hospital de S. Lourenço (1939-1957); registo de correspondência recebida (1928-1983); registo de correspondência expedida (1938-1983); registo de correspondência expedida e recebida (1926-1938); registo com transcrições dos testamentos dos benfeitores da Misericórdia e Asilo-Hospital (1937-1939); documentação relativa a legados (1947); actas da direcção da Creche-Patronato S. José (1945-1970); registo de correspondência expedida pela Creche-Patronato de S. José (1944-1962); documentação referente à Sopa dos Pobres (1943) e registo de asiladas do Asilo-Hospital⁴² (1909-1973) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, registo do movimento dos doentes (1955-1964). Contém ainda uma planta de localização, memória descritiva e fotografias do Asilo-Hospital (1971-1973); o Livro de ouro da subscrição para a construção do Dispensário Anti-Tuberculose Joaquim Soares (Post. 1937) e o registo das dadas deixadas por João Sousa Fernandes a favor dos pobres de Veiros e outros assuntos (1962-1981).

F: COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA DA MURTOSA

Datas extremas: 1945-1961.

Dimensão: 1 liv.

F: CRECHE DA MURTOSA – JOSÉ MARIA BARBOSA⁴³

Datas extremas: 1921-1962.

Dimensão: 8 liv.

F: JUÍZO DE PAZ DA MURTOSA⁴⁴

Datas extremas: séc. XIX.

Dimensão: 4,15 m.l.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

R. da Abelheira, 3720-141 Oliveira de Azeméis.

Tel.: 256600840. Fax: 256600849.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Datas extremas: 1892-1991.

Dimensão: 7 liv.

História arquivística: Segundo o “Recenseamento...”, entre a documentação desta instituição que se encontrava perdida, estava o primeiro livro de registo de actas da Mesa.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Assembleia Geral (1892-1988); actas da Mesa (1933-1953); registo de irmãos (1892-...); registo de correspondência expedida (1828-1940); registo de irmãos, benfeitores e beneméritos (1895-1967) e livros de honra do hospital [1902-1991]⁴⁵.

Bibliografia: ANNAES do município de Oliveira de Azeméis. Porto: Lello & Irmão, 1909; MAGALHÃES, António L. Pinheiro – *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, no seu primeiro centenário. 1891-1991*. Oliveira de Azeméis: Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, 1991.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

R. da Misericórdia, 3770 Oliveira do Bairro.

Tel.: 234730400. Fax: 234730408.

E-mail: misericordiaob@mail.telepac.pt

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

⁴² Este livro contém os estatutos do Asilo-Hospital de S. Lourenço, aprovados em reunião da Mesa de 12 de Maio de 1926.

⁴³ O fundo conserva um regulamento interno da Creche, de 15 de Outubro de 1933, inserto num livro de registo de crianças da Creche (1956-1961).

⁴⁴ Trata-se de um espólio legado pelo Dr. António Tavares Afonso e Cunha, antigo juiz de paz, à Misericórdia de Murtosa, em 1999.

⁴⁵ Trata-se do registo de visitas do Hospital, ainda em uso.

Condições de instalação: O acervo arquivístico com interesse histórico encontra-se num armário de metal, no gabinete do provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Datas extremas: 1920-1992.

Dimensão: 18 liv. e 6 pt.

História arquivística: Em meados da década de 1970, uma parte do acervo arquivístico instalado no antigo hospital foi transferido para as novas instalações da Misericórdia, sendo possível que nessa ocasião se tenha perdido muita documentação.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um modesto número de séries, nas quais se destaca documentação relativa à aprovação dos estatutos⁴⁶ (1982-1983); actas da Assembleia Geral (1931-1988); actas da Direcção (1920-1942); actas da Mesa (1945-1992); inventários e relações de bens móveis e imóveis da Misericórdia (1972; s.d.)⁴⁷.

Bibliografia: MOTA, Armor Pires – *Oliveira do Bairro: vida e obra da Santa Casa*. Oliveira do Bairro: Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro, 1999.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OVAR

R. Dr. Francisco Zagalo, 3880-255 Ovar.

Tel.: 256572441. Fax: 256575755.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OVAR

Datas extremas: 1908-1993.

Dimensão: 16,76 m.l. (C. de 29 liv.; 70 pt. e 2 doc.).

História arquivística: O acervo não inclui a documentação que, em 1975, ficou no hospital da Misericórdia, após a passagem da sua administração para o Estado.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um modesto número de séries, nas quais se destacam estatutos (1910-1980); actas da Comissão instaladora e da

Assembleia Geral da futura Misericórdia (1908-1910); actas da Assembleia Geral⁴⁸ (1951-1991); actas da Mesa (1910-1984); cadastros de propriedades urbanas e rústicas⁴⁹ (1955-1978) e documentação relativa a doações, legados e testamentos (1910-1993).

Avaliação, selecção e eliminação: Há cerca de 17-18 anos, quando se fizeram obras no edifício da sede da Misericórdia de Ovar, procedeu-se à eliminação de alguma documentação da instituição.

Organização: Os livros estão numerados segundo uma lógica temática e cronológica, atribuída por um antigo provedor, no princípio da década de 1980.

Instrumentos de descrição e pesquisa: A documentação relativa a doações, legados e testamentos, instalada em cerca de 70 pastas, encontra-se descrita por meios informáticos.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação deste fundo no actual Hospital de Ovar⁵⁰.

Bibliografia: LAMY, Alberto Sousa – *História da Santa Casa da Misericórdia de Ovar*. Ovar: Santa Casa da Misericórdia de Ovar, 1984.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTA MARIA DA FEIRA

R. Dr. António C. Ferreira, 4523 Santa Maria da Feira.

Tel.: 256362836.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Datas extremas: 1654-1962.

Dimensão: C. de 61 liv., 3 cd., 11 mç. e 6 pt.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde. Foram ainda consideradas as seguintes áreas

⁴⁶ Inclui o decreto de erecção canónica da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro, de 1982.

⁴⁷ O inventário de bens mais antigo, apesar de não estar datado, refere propriedades entre 1921 e 1933; o de 1972 encontra-se manuscrito, em impressos do “Cadastro dos bens de Instituições Particulares de Assistência”, pedido pela Direcção-Geral da Assistência, acompanhado de instruções gerais de preenchimento dos mapas.

⁴⁸ O primeiro livro desta série contém o “Regulamento do Hospital da Misericórdia de Ovar”, de 15 de Novembro de 1964 e a transcrição dos novos estatutos da instituição, feita em 7 de Maio de 1972, seguida das propostas de alteração até 1974. O segundo livro da mesma série apresenta o seguimento das propostas de alteração aos estatutos até 1980.

⁴⁹ Cada registo de propriedade inclui uma fotografia.

⁵⁰ Encontra-se documentação da Casa dos Pobres, extinta em 1975, no Centro Regional de Segurança Social.

orgânicas individualizadas no fundo: Confraria das Almas [(c. 1676-c.1726), 2 liv.]; Confraria de Nossa Senhora de Campos [(séc. XVIII, cópia do original de 1567), 1 cd.]; Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres (c.1698-c.1759); Confraria de Nossa Senhora do Rosário (?) [(c.1773-c.1825), 1 liv.] e Irmandade dos Santos Passos e Almas da Freguesia de S. Nicolau [(1781-séc. XIX), 2 liv. e 1 mç.]⁵¹. Entre as séries do fundo da Santa Casa, destacam-se compromissos e estatutos (1654-1912); actas da Mesa (1944-1960); actas da Mesa e eleições (1831-1942); registo de eleições (1654-1701); cadernos eleitorais (1879); registo de entrada de irmãos (c. 1709); registo de irmãos (c. 1679-1889); registo de correspondência expedida (1933-1979); inventários de bens⁵² (c. 1709-1917); registo de legados e obrigações (c. 1757-1886) e registo da distribuição de verbas aos indigentes (1929-1937). O fundo da Misericórdia inclui ainda “documentação diversa” (séc. XVIII-XIX), entre a qual se destaca correspondência oitocentista.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Entre os inventários de bens da Misericórdia inclui-se um que descreve também os “papéis” do arquivo (1847-1869).

Bibliografia: VITORINO, António Ferreira – *Elementos para a história da Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira*. Porto, 1973 (Dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DA FEIRA

Datas extremas: 1915-1929.

Dimensão: 1 liv.⁵³.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

R. Manuel Luís Leite Júnior, 757-777, 3700 S. João da Madeira.

Tel.: 256837240. Fax: 256837299.

E-mail: scmsjmadeira@netc.pt

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Os livros encontram-se num armário de metal, num gabinete. As pastas e demais documentação estão mal instaladas, numa sala de arrumos da Casa de Repouso.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Datas extremas: 1914-1985.

Dimensão: 10 liv., 7 pt. e 3 doc.⁵⁴.

História arquivística: É provável que uma parte do acervo se tenha perdido com a passagem da administração do hospital da Misericórdia para o Estado.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um modesto número de séries, nas quais se destacam estatutos e compromissos (1921-1982); actas da Comissão Organizadora do futuro Hospital de S. João da Madeira⁵⁵ (1914-1922); actas da Assembleia Geral (1922-1985); actas das sessões da Mesa e Assembleia Geral da Misericórdia e hospital (1922-1936); actas da Mesa (1936-1984); correspondência (1978-1983); correspondência recebida da Direcção Geral de Assistência (1976-1984) e documentação relativa à admissão de idosos no Recolhimento da Misericórdia (1976-1981). Contém ainda um inventário dos volumes existentes na “Biblioteca Dr. Nicolau da Costa”⁵⁶ (1969).
Organização: A documentação aguarda uma organização arquivística mais profunda, a realizar por pessoal técnico especializado.

Bibliografia: JÚNIOR, Manuel Pais Vieira – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira*. 2 Vols. S. João da Madeira: Edição do Autor, 2000 (1º vol.: 1921-1974 e 2º vol.: 1974-1998).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SEVER DO VOUGA

R. do Calvário, 3, 3740 Sever do Vouga.

Tel./Fax: 234555493.

⁵¹ Inclui estatutos (originais e cópias) (1781-séc. XIX).

⁵² Inclui, pelo menos, 1 liv. que inventaria também os bens do hospital.

⁵³ Trata-se de actas que no “Recenseamento...” estão registadas como tendo pertencido ao “fundo original” da Câmara.

⁵⁴ Não inclui a documentação, sobretudo relativa à contabilidade, instalada na sala de arrumos da Casa de Repouso.

⁵⁵ Em 7 de Julho de 1921, tomou posse a referida Comissão, que concluiria as obras do hospital e organizaria juridicamente a criação da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira. O livro que compõe esta série contém informação sobre a eleição da primeira Mesa Administrativa da Misericórdia, que ocorreu em 28 de Maio de 1922.

⁵⁶ Trata-se de um espólio bibliográfico legado à Misericórdia e que constitui a biblioteca da Casa de Repouso, composta, na sua maioria, por volumes relacionados com Medicina.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SEVER DO VOUGA

Datas extremas: 1961-1985.

Dimensão: 57.

História arquivística: Com a passagem do antigo hospital a Centro de Saúde, em 1976, perdeu-se grande parte do acervo arquivístico. A documentação que restou foi guardada nas instalações da Casa dos Pobres e transferida para as novas instalações da Misericórdia, em 1996. *Âmbito e conteúdo:* Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam estatutos (1981⁵⁸); actas⁵⁹ da Assembleia Geral (1960-1979); actas⁶⁰ [da Mesa] (1961-1985); actas das reuniões do Jardim de Infância da Misericórdia (1976-1978) e registo de correspondência recebida (1961-1965).

F: CASA DOS POBRES DE SEVER DO VOUGA⁶¹

Datas extremas: 1950-1961⁶².

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VAGOS

R. Pe. Vicente Maria da Rocha, 3840 Vagos.

Tel.: 234799180. Fax: 234799181.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VAGOS

Datas extremas: 1959-1998.

Dimensão: 63.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam compromissos (1959-1982); actas da Assembleia Geral (1963⁶⁴-1998); actas das sessões da Comissão Administrativa (1960-1963) e actas da Mesa (1963-1976).

Organização: Entre a documentação por organizar, conta-se um conjunto que se encontra ainda em caixotes.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE VAGOS⁶⁵

Datas extremas: 1946-1971.

Dimensão: 5 liv. e 1 pt.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALE DE CAMBRA

Coelhosa, S. Pedro de Castelões, 3730-049 Vale de Cambra.

Tel.: 256420960. Fax: 256423392.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: O arquivo histórico encontra-se, juntamente com o arquivo corrente, em armários e estantes metálicas, respectivamente, no gabinete da directora do Infantário e numa outra sala.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALE DE CAMBRA

Datas extremas: 1929-1999.

Dimensão: 24 liv. e 1,80 m.l. de pt.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por compromissos (1952-1982); actas da Assembleia Geral (1979-1992); actas da Mesa (1952-1987); registo de correspondência recebida (1952-1984); registo de correspondência expedida (1967-1983); correspondência recebida e expedida (1952-1983); inventários de bens móveis e imóveis (1983); testamentos e documentação relativa a doações e legados (1929-1999) e documentação sobre a construção do projectado hospital da Misericórdia⁶⁶ (1952-1979).

⁵⁷ Este fundo e o da Casa dos Pobres contêm c. 30 liv., 1 pt. e 2 doc. (estes cálculos não incluem a documentação em pastas que se encontra numa sala de arrumos, em estantes metálicas).

⁵⁸ Apesar de apenas existirem os estatutos de 1981, sabe-se que os seus primeiros estatutos foram de 2 de Fevereiro de 1961, citados numa declaração do Centro Regional de Segurança Social de Aveiro, de 19 de Dezembro de 1983.

⁵⁹ Na primeira acta do único livro desta série, é deliberada a integração da Casa dos Pobres na Misericórdia, numa reunião extraordinária para se fazerem os primeiros estatutos desta instituição, dos quais se encontram alguns artigos, na mesma acta.

⁶⁰ No primeiro livro desta série, existe uma cópia autenticada da tomada de posse da Comissão Administrativa da Casa dos Pobres, em 1957.

⁶¹ Este fundo e o da Misericórdia contêm c. 30 liv., 1 pt. e 2 doc.

⁶² Contém estatutos (1950); actas da Assembleia Geral dos associados da Casa dos Pobres (1960); actas da Comissão Administrativa da Casa dos Pobres (1960-1961).

⁶³ A Misericórdia possui, pelo menos, 0,5 m.l. de livros, dois caixotes num pequeno armazém térreo, com cerca de 0,2 m³ e várias prateleiras metálicas com pastas.

⁶⁴ A acta de 1963 encontra-se em duas folhas soltas, dentro do livro de actas das sessões da Comissão Administrativa (1960-1963).

⁶⁵ Esta documentação esteve guardada num sótão da Câmara Municipal de Vagos até 1981, data em que foi entregue à Misericórdia.

⁶⁶ Inclui correspondência e acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça e da Relação do Porto.

Distrito de Braga ¹

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMARES

R. Lugar da Igreja, Ferreiros, 4720 Amares.

Tel.: 253993174. Fax: 253993174.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação mais recente estava junto dos serviços administrativos da Santa Casa da Misericórdia e a mais antiga estava acumulada no sótão, em más condições de acondicionamento.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMARES

Datas extremas: 1951-1994.

Dimensão: 33 liv., 51 cx. e 55 cp.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, expediente ², às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, através do seu hospital e farmácia ³. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1952); actas da Assembleia Geral (1973-1994); actas da Mesa (1951-1989); actas do Definitório ou Conselho Fiscal (1981-1994); registo de irmãos (1952-1994); registo de correspondência recebida (1970-1973); correspondência recebida de diversas autoridades (1970-1975); correspondência recebida da Direcção Geral de Assistência Social (1975-1976); correspondência recebida da Direcção Geral de Saúde (s.d.); correspondência diversa (1976-1986); correspondência expedida e recebida para

e da União das Misericórdias Portuguesas (1980-1984); copiadores da correspondência expedida (1966-1978); registo de termos (1967-1990); inventários do património [1990]; actas da Sopa dos Pobres (1965-1974) e processos relativos à construção do hospital (1968).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS

Campo da República, 4750-275 Barcelos.

Tel.: 253802270. Fax: 253821321.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação do designado “arquivo histórico” estava depositada em duas salas, em quatro armários de madeira.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARCELOS ⁴

Datas extremas: 1509-1993.

Dimensão: 476 liv., 91 cd., 3 mç. e 9 cp.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, expediente e assuntos jurídicos, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e religiosa ⁵ e no domínio da saúde, através do seu hospital e botica/farmácia. Entre as séries deste fundo, destacam-se alvarás ⁶, cartas de mercê e provisões (1520-1824); privilégios, despachos e sentenças [1589-1818]; cópias de cartas de privilégio [1651-1724]; acórdãos, termos e deliberações e actas da Mesa (1602-1952); documentação sobre eleições e acórdãos (1584-1622); actas das

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Coord. geral de José Mariz. Distrito de Braga (no prelo) e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000.

² Neste distrito, o “Recenseamento...” introduziu uma secção intitulada “Serviços administrativos” para classificar as séries referentes ao expediente e arquivo e aos assuntos jurídicos, que constituem duas sub-secções. Foram ainda introduzidas soluções diferentes das adoptadas em outros distritos.

³ Neste distrito, o “Recenseamento...” introduziu ainda uma secção intitulada “Obras”, que não considerámos.

⁴ Para além do fundo institucional, a Misericórdia possui uma colecção de livros impressos antigos.

⁵ Neste distrito, o “Recenseamento...” introduziu uma secção intitulada “Cultos e festividades” para classificar as séries referentes a festas e procissões, à gestão de bens de alma e às sepulturas e capelas, que constituem sub-secções.

⁶ Inclui o alvará que concede a mercê da união da Gafaria e antigo hospital com a Misericórdia (1520).

sessões da Comissão Administradora (1919-1928); actas da Comissão de reforma dos estatutos e regulamento da Misericórdia (1911-1959); actas da Comissão recenseadora para as eleições (1887-1917); documentação sobre eleições da Mesa (1634-1815); termos de eleições (1843-1879); actas de eleições (1878-1881); documentação sobre eleições da Mesa e do Definitório (1887-1895); documentação sobre eleições da Mesa e Junta de Conselheiros e termos de juramento (1834-1863); documentação sobre eleições da Junta de Conselheiros (1864-1890); documentação e termos de entrada de irmãos (1685-1883); registo de irmãos (1746-1890); registo de visitantes (1887-1993); pareceres do Definitório (1907-1908); copiadores de editais e anúncios (1908-1916); cartas (1556-1760); correspondência recebida (1897-1932); correspondência expedida (1886-1920); correspondência recebida e expedida (1850-1879); correspondência recebida do Administrador do Concelho (1898-1904); copiadores de correspondência da Irmandade da Misericórdia e do hospital (1804-1958); sentenças [1519-1800]; tombos de bens e propriedades da Misericórdia e hospital ⁷ (1697-1795; s.d.); inventários de bens móveis e imóveis da Misericórdia, hospital e asilo (1821-1917; s.d.); índices de bens (s.d.); relações de imóveis (1926); plantas e projectos de obras ⁸ (1879-1928; s.d.); testamentos e documentação referente a doações e legados (1787-1913; s.d. ⁹); registo de legados (1726-1799); registo de baptizados (1848); registo de casamentos (1874-1888); registo de expostos (1872-1874); documentação referente a dotes (1853-1920); relações de pobres (1874-1949); documentação relativa a juramentos de presos pobres (1615-1777) e requerimentos (1888-1929). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica, destacam-se compromissos e regulamentos do hospital (1520-1900); actas do conselho médico (1900-1967); actas da Comissão do monumento ao benemérito comendador Paulo Felisberto Peixoto da Fonseca (1939); copiadores da correspondência do hospital (1836-1910); listas das esmolas e benfeitores do hospital dos entrevados (1796-1833); inventários de bens do hospital (1827-1854); documentação sobre obras no hospital, asilo e albergue (1864-1915; s.d.); inquéritos para internamento [s.d.];

registo de doentes externos (1909-1912); relações de doentes internos e externos (1823-1836); registo do movimento de doentes (1715-1966); documentação sobre o movimento de doentes militares (1835-1892); receituário do hospital (1836-1914) e receituário da botica/farmácia (1853-1904). Alguma da documentação deste fundo possui iluminuras.

Características físicas: O estado de conservação da documentação é razoável, havendo alguns livros e documentos avulsos bastante deteriorados.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um repertório do arquivo (1795) e um índice do cartório (1848).

Bibliografia: *BOLETIM comemorativo das inaugurações do Lar "Rainha D. Leonor" e Infantário "Rainha Santa Isabel"*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1985.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CALDAS DE VIZELA

Avenida dos Bombeiros Voluntários de Vizela, apartado 48, 4815 Caldas de Vizela.

Tel.: 253482455.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o "Recenseamento...", a documentação estava distribuída por três locais: na sala anexa à secretaria da creche, no cofre e no edifício do hospital. No designado "arquivo morto", os livros encontravam-se em estantes e os documentos avulsos no cofre, acondicionados em capas.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CALDAS DE VIZELA ¹⁰

Datas extremas: 1911-1980.

Dimensão: 16 liv., 4 cd., 2 cp., 1 mç.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um modesto número de séries, nas quais se destacam actas da Assembleia Geral (1948-1976); actas da Comissão Administrativa (1928-1952); actas da Mesa (1918-1976); actas da Comissão instaladora da creche (1962-

⁷ Inclui uma cópia do tomo da Gafaria / hospital (1795).

⁸ Inclui, entre outra documentação, plantas para a construção do asilo (1879-1893), do hospital [s.d.]; da [sede da] Santa Casa [s.d.]; o projecto para construção de uma galeria da Misericórdia (1893), para a construção da Santa Casa [1928], e para a reparação e reconstrução de parte do hospital e igreja (1909).

⁹ Inclui o regulamento da Confraria relativo a esmolas aos pobres do legado de Inácio da Silva Medella (1796).

¹⁰ O recenseamento levado a cabo no arquivo da Santa Casa da Misericórdia das Caldas de Vizela centrou-se apenas na documentação que se encontrava depositada na secretaria e no cofre da Creche.

-1965); correspondência recebida (1958-1969); correspondência expedida (1932-1970); circulares (1968); testamentos (1918-1967); documentação sobre legados [s.d.]; certificados da existência de propriedades da Misericórdia (1971) e cópias de projectos do hospital (1911-1912). Segundo o “Recenseamento...” existem ainda os seguintes sub-fundos: Associação de Beneficência [(1928), 1 liv. ¹¹]; Comissão instaladora da Fundação Torres Soarez [(1968-1972), 1 liv.] e Direcção da Casa dos Pobres [(1939-1947), 1 cd.]

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPOSENDE

Largo Dr. Fonseca Lima, 4740 Esposende ¹².

Tel.: 253965115. Fax: 253964265.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, os livros encontravam-se acondicionados em caixas, sendo preocupante o estado de conservação de alguns deles.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPOSENDE

Datas extremas: 1597-1985.

Dimensão: 87 lv., 112 cd., 97 pt., 4 cx. e 5 cp.

História arquivística: Muita documentação foi destruída ou perdeu-se após 1881. Existem ainda documentos do fundo no antigo hospital da Misericórdia.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, expediente e assuntos jurídicos, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1734); estatutos (1882-1912); actas da Assembleia Geral ¹³ (1892-1928); acórdãos e registo de eleições (1597-1624); acór-

dãos (1680-1842); actas da Mesa ¹⁴ (1842-1979); actas das sessões extraordinárias revistas pelo administrador do concelho (1883-1884); termos de admissão de irmãos (1884-1905); índices gerais de irmãos (1913); matrículas de irmãos (1884-1972); editais (1894-1914); correspondência recebida (1849-1943); correspondência expedida (1884-1943); correspondência recebida da Administração do Concelho (1839-1911); correspondência recebida do Commissariado do Desemprego (1934-1937); ofícios recebidos do Ministério das Finanças referentes a foros e à desamortização de bens (1918); cópias e minutas de documentos referentes às fichas-questionário da Direcção Geral de Assistência ao hospital e Misericórdia (1915-1942); sentenças (1700-1859); acórdãos da Junta de Província do Minho acerca das contas da Irmandade (1943); inventários e róis de bens (1767-1980); tombos de propriedades (1599-1898); certidões de testamentos (1613-1924); escrituras de entrega de legados (1751-1847); apontamentos referentes a comutações de legados (1854); documentação sobre as obras na capela de N.ª Sr.ª da Lapa (1774; s.d.); plantas de obras ¹⁵ (1885); documentação sobre a distribuição de lugares nas procissões (1882-1985); relações dos artigos destinados ao Senhor dos Passos (s.d.); relações dos irmãos que devem fazer guarda ao Santíssimo Sacramento [s.d.]; registo de sepulturas (1840-1852); para além de diversas séries relativas à assistência a pobres (1850-1938; s.d.). No domínio das actividades de gestão hospitalar, destaca-se correspondência recebida do hospital (1910-1937); correspondência expedida do hospital (1916-1937) e inventários de bens do Hospital de S. Manuel (1877-1943).

Organização: Os documentos avulsos, acondicionados em maços, estão ordenados alfabética ou cronologicamente.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um conjunto de fichas que descrevem alguns livros do fundo. Existe ainda uma relação de documentação do arquivo da Santa Casa e hospital (1881) e outra referente aos documentos da extinta Confraria da Senhora da Lapa, entregues à Misericórdia (1884), para além de inventários de bens e documentos do Hospital de S. Manuel (1871-1943), que podem ser úteis no reconhecimento dos conteúdos do arquivo da Santa Casa.

¹¹ Corresponde a um documento sobre o processo de aprovação da reforma de estatutos (1928).

¹² A correspondência pode ser endereçada para a sede da Misericórdia, Av. Henriques Barros Lima, 4740-303 Esposende.

¹³ Inclui rascunhos de actas da Assembleia Geral (1915-1916).

¹⁴ Esta série inclui cópias das actas (1907-1978) e, à semelhança do que acontece na série de actas da Assembleia Geral, rascunhos das mesmas (1915-1916).

¹⁵ Refere-se a obras na sala das sessões.

Bibliografia: COSTA, M. M. da Silva – *A Santa Casa da Misericórdia de Esposende: apontamentos históricos*. Esposende: Santa Casa da Misericórdia de Esposende, 1998; MATOS, Sebastião de – *Os expostos da Roda em Esposende. Boletim Cultural de Esposende*. 4 (1983).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FÃO

Av. S. Januário, 4740 Esposende.

Tel.: 253981305. Fax: 253982206.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação estava depositada numa sala anexa à Igreja da Misericórdia, num local com excesso de humidade, o que estava a provocar-lhe alguma deterioração.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FÃO

Datas extremas: 1600-1979.

Dimensão: 132 liv., 1 cd., 5 pt., e 1 mç. e 67 cp.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, expediente e assuntos judiciais, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, através do seu hospital¹⁶. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1872); provisões (1791-1826); acórdão e actas da Mesa Administrativa (1728-1968); resumos de acórdãos (1728-1857); minutas de acórdãos (1626-1670); actas de eleições (1802-1971); registo de entrada de irmãos (1727-1974); correspondência (1832-1860); ofícios (1827-1874); cartas de sentença (1694-1900); sentenças a favor da Santa Casa (1693-1885); testamentos e documentação sobre doações e legados (1600-1914); registo de legados (1915); índices de legados (s.d.); tombos de propriedades (1761-1849); inventários de bens (1861-1939); documentação sobre obras da igreja

e do cemitério [s.d.]; petições para revogar a proibição da procissão de Santa Isabel (1745); petições para colocar uma *via sacra* na igreja (1739) e documentação sobre entradas e óbitos dos internados no Asilo (1908-1973). No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-se estatutos (1805-1862); inventários dos bens do hospital (1856-1915); inventários de bens móveis do hospital e asilo (1915-1940); documentação relativo ao movimento de doentes (1876-1975) e registo de óbitos de doentes (1876).

Instrumentos de descrição e pesquisa: ABREU, Alberto Antunes de – *O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão*. Fão; Esposende: Santa Casa da Misericórdia, 1988.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAPE

R. dos Combatentes da Grande Guerra, Santa Casa da Misericórdia de Fafe, 4820 Fafe.

Tel.: 253599262. Fax: 253598619.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação estava depositada em duas salas húmidas. Numa encontrava-se o arquivo histórico da instituição e noutra os arquivos corrente e intermédio. A documentação estava instalada em armários velhos ou empilhada no chão.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAPE¹⁷

Datas extremas: 1602-1985.

Dimensão: 269 liv., 16 cd., 7 cx., 1 pt., 17 mç. e 47 cp.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, expediente, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, através do seu hospital e farmácia. Foi ainda considerada existência do seguinte sub-fundo: Cruzada contra a

¹⁶ No inventário publicado em 1988 a parte dos livros existentes no fundo foi classificado em: 1. Livros atinentes à institucionalização da Confraria; 2. Livros atinentes ao pessoal da Confraria; 3. Determinações e acórdãos; 4. Registo de actividades específicas das Misericórdias; 5. Contabilidade e 6. Diversos, que inclui os apontamentos biográficos e económicos de Joaquim Soares Estanislau (1862-1902).

¹⁷ O recenseamento levado a cabo na Santa Casa da Misericórdia de Fafe centrou-se apenas no seu arquivo histórico.

mendicidade¹⁸ [(1931-1934), 3 liv. e 1 cp.]. Entre as séries do fundo da Santa Casa, destacam-se alvarás, cartas régias¹⁹ e provisões (1812-1868); documentos respeitantes à fundação do hospital e da Irmandade (1875); actas da Mesa (1867-1985); actas da Comissão Administrativa (1926-1939); actas (originais e cópias) da Comissão encarregada do Hospital de Caridade de Fafe (1858-1867); actas de eleições (1884-1911); cartas da Comissão fundadora do Hospital - Rio de Janeiro (1859²⁰); circulares (1962-1972); registo de correspondência recebida (1901-1946); correspondência recebida (1908-1977); copiadores da correspondência expedida (1908-1983); copiadores de correspondência recebida e expedida (1863-1973); autos cíveis e sentenças (1825-1888); processos-crime (1883-1915); cadastros de bens (1967-1980); relações dos benfeitores [s.d.]; testamentos (1792-1892); certidões e cópias de testamentos (1860-1917); escrituras de doação (1905-1908); documentação referente a legados (1860-1898); tombos (1908); inventários de bens (1863-1906; s.d.); índices de aforamentos (1774); alvarás de remissões de foros (1863); dotes de casamento (1874); matrículas de meninas internadas no Asilo de Infância (1901-1942); petições (1890-1916); correspondência e certidões de pobreza (1949-1951); relações de pobres (1943); certidões de baptismo (1866-1879). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica, destacam-se inventários de bens do hospital (1952); documentação referente a legados (1863); documentos sobre obras (1860-1861); registo de entrada de doentes (1873-1975); receituário [1863-1932]; registo de óbitos do hospital e da Santa Casa (1863-1958) e inventários e balanços da farmácia (1905-1936)²¹.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES

R. da Rainha D. Maria II, nº 48, 2º, 4800 Guimarães.
Tel.: 253415417. Fax: 253514745.

Tem arquivo e biblioteca, com sala de leitura e serviço de fotocópias. A sala de leitura funciona, nos dias úteis, das 9 h. às 12 h. e das 14 h. às 17 h.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, o acervo documental estava depositado em armários, numa das salas do edifício da Santa Casa. Alguns encontravam-se deteriorados devido às consequências do excesso de humidade do local onde estiveram guardados, no antigo hospital, durante muitos anos. Os documentos avulsos do arquivo histórico estavam acondicionados em capas.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES²²

Datas extremas: 1573-1941.

Dimensão: 710 liv.

História arquivística: A documentação encontrava-se amontoada no hospital, bastante deteriorada, devido ao excesso de humidade. Muita desapareceu ou foi destruída após a passagem da administração do hospital para o Estado. Parte dela foi transferida para a Misericórdia em 1976, tendo sido tratada no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, expediente e assuntos jurídicos, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1609-1635); registo de reformulações dos compromissos (1609-1910); traslados de determinações régias acerca da regulamentação da Santa Casa (1587-1831); regulamentos administrativos do hospital da Misericórdia de Guimarães, do hospital de entravados, do hospital da Misericórdia do Porto e da Assembleia Geral (1827-1897); alvarás régios (1587-1615); cartas régias

¹⁸ Inclui os estatutos (1931).

¹⁹ Inclui a carta régia de aprovação dos estatutos (1862).

²⁰ Existem ainda outras cartas sobre a fundação do Hospital (1871).

²¹ A Misericórdia possui, juntamente com a documentação de arquivo, livros impressos antigos, a exemplo de vários “missais”.

²² O recenseamento levado a cabo na Santa Casa da Misericórdia de Guimarães centrou-se apenas no seu arquivo histórico e baseou-se numa listagem ali existente.

(1647); determinações reais respeitantes à edificação da nova casa da Misericórdia e à inventariação do património da Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco (1594-1641); breves e outros documentos pontifícios (1657); acórdãos, deliberações e actas da Mesa (1579-1922); registo de deliberações da Mesa para o governo da Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco (1698-1894); termos da Mesa e Definitório (1607); documentação sobre eleições de mesários (1610-1631); documentação sobre eleições de irmãos para a Mesa e Definitório (1651-1782); registo de irmãos da Misericórdia e da Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco (1626-1920); registos de nomeação de irmãos para diversos órgãos (1610-1912); correspondência diversa (1643-1718); registo da documentação expedida ou recebida (1840-1928); correspondência recebida e expedida de e para misericórdias do continente, ilhas, ultramar e outras entidades oficiais e civis (1643-1929); registo de interpretações judiciais (1722-1804); registo de bens imóveis (1677-1844); registo de bens da igreja da Santa Casa (1605-1928); registo de bens da igreja de S. Salvador de Donim (1645-1649); registo de bens imóveis da Capela de S. Dâmaso e Hospital da Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco (1641-1784); registo de bens imóveis da Capela de S. Lázaro da Santa Casa (1612-1633); registo de bens móveis e imóveis da Santa Casa (1704-1883); documentação sobre legados (1628); registo da aceitação de heranças e legados (1634-1859); registos referentes ao legado do Dr. Paulo Mesquita (1649-1794); registo de disposições testamentárias a favor da Santa Casa (1627-1939); testamentos (1580-1690); registo de notas privativas de contratos, quitações, escrituras e doações (1582-1855); registo de contratos com artistas para a edificação da igreja da Santa Casa (1609-1759); registo do aparecimento, adopção e criação de crianças abandonadas (1814-1818); documentação sobre dotes (1628-séc. XIX); registo da doação de dotes pela Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco (1714-1865); registo de dotes dados a descendentes de Francisco Jorge Mendes (séc. XVIII-séc. XX); registo de dinheiro recebido de rendas, de esmolas recebidas pelos mamposteiros e índices de propriedades (1614-1774); documentação sobre mamposteiros (1637-1718); registo de donativos recebidos pelos mamposteiros da Santa Casa (1590-1813); registo de esmolas recebidas pelos mamposteiros e em peditórios e esmolas distribuídas pelos pobres do “rol da piedade” (1588-1872); registo de requerimentos de pobres para serem admitidos no “rol da piedade” (1613-1936); registo de pobres beneficiados do Asilo de Donim

(1898-1936); documentação sobre livramento de presos (1722-1753); petições de presos e registo de despesas com presos (1627-1922); registo de acções de justiça junto a presos protegidos pela Santa Casa (1722-1835); registo da localização das sepulturas e dos defuntos enterrados na igreja da Misericórdia e no Convento de Santo António de Guimarães (1692-1879); registo do falecimentos de frades (1692-1879); regulamentos administrativos do hospital dos entravados (1851-1856); registo de bens móveis do hospital (1659-1941) e registo do movimento de doentes (1712-1929). O fundo contém vários pergaminhos avulsos e livros com iluminuras, sobretudo os chamados “livros de legados”.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existem fichas da documentação, ordenadas por assuntos e alfabeticamente, elaboradas no âmbito do referido “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, e uma listagem mais recente. Existe ainda um inventário, em vias de publicação, para além de um antigo registo de livros e documentos do cartório da Santa Casa (1629).

Bibliografia: COSTA, Américo Fernando da – O movimento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães (1702-1728). In CONGRESSO COMEMORATIVO DO V CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DO HOSPITAL REAL DO ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA – *Actas*. Évora: Hospital do Espírito Santo, 1996; ID. – *S o c i a l i d a d e , p o d e r e c o n f l i t o : a S a n t a C a s a d a M i s e r i c ó r d i a d e G u i m a r ã e s 1 7 5 0 - 1 8 2 0*. Braga: Universidade do Minho, 1997 (dissertação de mestrado policopiada); ID. – *A Misericórdia de Guimarães: crédito e assistência (1650-1800)*. *Cadernos do Noroeste*. 2 (1998) 147-168; MORAIS, Ana Maria Aguiar Sacramento de – *Breve história da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia, 1985.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PÓVOA DE LANHOSO

Praça Engenheiro Armando Rodrigues, 312, 1º, 4830 Póvoa de Lanhoso.

Tel.: 253631265. Fax: 253631265.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se no cofre da Misericórdia e em duas salas da instituição, instalada em estantes. Previa-se a mudança do

acervo para melhores instalações.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PÓVOA DE LANHOSO

Datas extremas: 1877-1994.

Dimensão: 12 liv., 4 cd. e 287 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, expediente, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e religiosa e no domínio da saúde, através do seu hospital e farmácia. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1928); estatutos (1911); actas da Assembleia Geral (1929-1994); actas da Mesa (1929-1993); actas do Definitório (1983-1993); cópias de actas de eleições de mesários (1931); documentação sobre a posse de corpos gerentes (1983-1991); relações de irmãos (1947-1994); circulares (1961-1987); correspondência recebida (1931-1987); correspondência recebida e expedida (1971-1986); copiadores gerais (1971-1987); copiadores de correspondência expedida (1978-1979); correspondência do Lar de Idosos (1965-1974); ofícios (1963-1970); editais (1919-1959); inventários de bens (1989; s.d.); registo de notas e contratos entre vivos (1933); testamentos (1927; s.d.)²³; documentação relativa a obras do hospital, lar e infantário [s.d.]; e no âmbito das actividades específicas de gestão hospitalar e farmacêutica, estatutos do hospital [1928]; correspondência (1976-1993); registo de visitantes (1917-1979); documentação relativa ao movimento de doentes [s.d.] e correspondência da farmácia (1982-1992).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D’AVE

Largo do Hospital, 4765 Riba d’Ave.

Tel.: 252931415. Fax: 252932735.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encon-

trava-se numa cave do hospital, empilhada em prateleiras e caixotes.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D’AVE *Datas extremas:* 1921-1993.

Dimensão: 67 liv. e 56 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes às actividades dos órgãos governativos, expediente e assuntos jurídicos da Santa Casa, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas das sessões da Assembleia Geral (1967-1993); actas das sessões da Direcção (1927-1992); actas das sessões e eleições da Mesa (1933); actas de eleições da Assembleia Geral (1927-1994); matrículas de irmãos (1927-1990); correspondência expedida (1927-1957); correspondência recebida (1929-1949); correspondência geral (1987-1988); tombos de bens móveis e imóveis (1927) e, no domínio da gestão da actividade hospitalar, registo de maternidade (1947-1952); registo de doentes (1933-1948) e registo de entrada de doentes (1956-1984).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO BENTO DE ARNÓIA

Santa Casa da Misericórdia de S. Bento de Arnóia, Cerqueda, 4890 Celorico de Basto.

Tel.: 255321156.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa pequena sala húmida do Lar de Idosos, acondicionada em três armários.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO BENTO DE ARNÓIA

Datas extremas: 1857-1985.

Dimensão: 95 liv. e 46 cp.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia.

²³ Inclui fotocópia do testamento de António Ferreira Lopes, de 1927.

Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes às actividades dos órgãos governativos, expediente, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Mesa Administrativa (1872-1975); documentação sobre a inscrição de irmãos (1926-1940); registo de correspondência recebida (1950-1962); correspondência recebida (1916-1972); registo de correspondência expedida (1959-1962); copiadores de correspondência expedida (1940-1978); correspondência recebida e expedida (1967-1978); inventários de legados, donativos e títulos (1876-1894); inventários de bens da Misericórdia e hospital (1913; s.d.); projectos e plantas (1980-1984; s.d.) e documentação sobre o movimento de internados no Asilo (1919-1959). No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-se as seguintes séries: registo de correspondência recebida e expedida no hospital (1884-1888); registo de visitas (1928-1957); registo de entrada de doentes (1881-1952); documentação sobre entrada de doentes (1944-1968); documentação sobre o movimento de doentes (1898-1944) e registo de óbitos de doentes (1915-1944)²⁴.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO MIGUEL DE REFOJOS

Cerca dos frades, 4860 Cabeceiras de Basto.
Tel.: 253662303.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, o acervo documental encontrava-se distribuído por três depósitos - a “sala das máquinas”, a “adega” e a secretaria. Exceptuando este último local, a documentação estava em mau estado de conservação. Na “sala das máquinas”, húmida, a documentação estava empilhada em caixotes e, na adega, com pavimento de terra, o excesso de humidade tinha dado origem à criação de insectos e fungos²⁵. A Misericórdia planeava solucionar este problema.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO MIGUEL DE REFOJOS

Datas extremas: 1877-1994.

Dimensão: 100 liv., 64 cd., 9 cx. e 11 cp.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes às actividades dos órgãos governativos, expediente, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e religiosa e no domínio da saúde, através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Assembleia Geral (1973-1994); actas da Comissão fundadora (1877-1878); actas das sessões e deliberações da Mesa (1881-1902); actas das eleições da Mesa (1896-1962); termos de admissão de irmãos efectivos (1897-1943); registo de correspondência recebida (1956-1963); correspondência recebida [1951-1971]; registo dos diplomas dos irmãos beneméritos (1899-1911); inventários de bens (1905-1917) e projectos e plantas [s.d.]. No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-se registos de donativos ao hospital (1891-1950); documentação sobre o cortejo de oferendas (1951-1960; s.d.); registo de doentes (1896-1964); documentação sobre o movimento de doentes internos [1942-1960] e registo de óbitos (1911-1913).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIEIRA DO MINHO

Praça Guilherme de Abreu, 4850 Vieira do Minho.
Tel.: 253647372. Fax: 253647372.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIEIRA DO MINHO

Datas extremas: 1880-1992.

Dimensão: 66 liv. e 11 cd.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação

²⁴ A Misericórdia, no seu arquivo, possui ainda jornais locais antigos.

²⁵ Como se compreende, estas condições de instalação condicionaram a recolha de dados e a descrição do fundo pela equipa do “Recenseamento...”, a qual nos baseamos.

pode ser classificada em secções referentes às actividades dos órgãos governativos, expediente e assuntos jurídicos da Santa Casa, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, através do seu hospital e farmácia. Foram ainda consideradas as seguintes áreas orgânicas individualizadas no fundo: Arquiconfraria do Coração de Jesus e do Imaculado Coração de Maria [(1889-1924), 4 liv.²⁶]. Entre as séries do fundo da Misericórdia, destacam-se actas da Assembleia Geral (1954); actas da Mesa da Misericórdia e Hospital (1933-1966); termos de irmãos admitidos na Santa Casa (1957-1981); registo da correspondência expedida (1948-1955); correspondência recebida (1933-1962); correspondência expedida (1953-1975); cadastros de bens móveis [s.d.]; registo de património (1977); inventários de bens da capela (s.d.); testamentos (1946); documentação sobre a liquidação da herança do Visconde de Guilhofrei (s.d.); documentos da Comissão Instaladora do Asilo Escola Rebelo Duarte (1948-1969); actas da sessão da Comissão instaladora do Hospital e Centro de Saúde Concelhios (s.d.); processos de propostas para remodelação do hospital (1952); registo de reclamações da Santa Casa e hospital (1975); inventários de bens móveis do hospital (1954); registo de entradas de doentes (1925-1929) e registo de óbitos ocorridos no hospital (1934-1941).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA VERDE**

Praça da República, 11, apartado 5, 4730 Vila Verde.
Tel.: 253311571.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, o acervo documental estava depositado em estantes, no edifício onde funcionou anteriormente a Creche e o Jardim de Infância, que se encontrava em degradação.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE

Datas extremas: 1943-1994.

Dimensão: 351 liv., 2 cd., 40 cx. e 419 cp.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes sobretudo às actividades dos órgãos governativos, expediente, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, através do seu hospital e farmácia. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Assembleia Geral (1981); actas da Mesa Administrativa (1943-1994); actas do Definitório ou Conselho Fiscal (1982); actas e documentação sobre eleições (1945-1981); relações de irmãos (s.d.); editais (1969); copiadoreiros gerais (1945-1949); correspondência recebida (1945-1967); correspondência expedida (1946-1972); estatísticas (1946-1972); inventários (s.d.); registo do património (1977); cortejo de oferendas (s.d.); inquéritos ao Abrigo e Asilo (1970) e correspondência sobre a construção do hospital [s.d.].

ED: ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (por depósito da Santa Casa da Misericórdia de Braga)

Universidade do Minho, Largo do Paço, 4719 Braga codex.

Tel.: 253612234. Fax: 253616936.

Responsável: Directora do Arquivo Distrital de Braga.

Acesso: O arquivo é público e encontra-se aberto de segunda a sexta-feira das 9 h. às 12h30 e das 14 h. às 19h30. Possui serviço de leitura e de fotocópias.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA

Datas extremas: [1531²⁷-1974].

Dimensão: 32,4 m.l. (777 liv., 2 cd., 488 doc. e 1811 cartas).

Procedência: O fundo da Misericórdia até 1972 foi depositado no Arquivo Distrital de Braga, na sequência de um convénio celebrado entre este e a Santa Casa, o qual previa novos envios de documentação da Santa Casa de 30 em 30 anos.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação

²⁶ Inclui actas da Mesa (1889-1912) da Arquiconfraria, instituição que deu origem à Misericórdia.

²⁷ No site <http://s700.uminho.pt/~hitex/G-ADB.htm> (consultado em Janeiro de 2002), é referida como uma das datas extremas deste fundo o ano de 1408.

pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, expediente e assuntos jurídicos da Santa Casa, às actividades de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como às que a instituição desenvolveu no âmbito da assistência social e religioso e no domínio da saúde, através do Hospital de S. Marcos de Braga²⁸. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos²⁹ (1618-1630); registo de resoluções e provisões régias (1617-1795); registo de privilégios (1712-1830); índices de privilégios (sec. XVIII); termos e actas (1558-1952); índices de termos da Mesa e da Junta (1558-1817); índice de termos da Junta (1586-1811); registo de correspondência (1958-1974); registo de ofícios expedidos e recebidos (1814-1863); copiadores gerais de correspondência (1863-1873); copiadores de correspondência expedida (1969-1974); registo de ofícios expedidos (1839-1863); memórias das escrituras e papéis saídos para fora da Misericórdia (1800-1846); documentação sobre eleições (1647-1871); documentação sobre eleições e aceitação de irmãos (1554-1691); documentação sobre irmãos (1585-1942), documentação sobre irmãos nobres (1818-1859); autos e sentenças cíveis, apelações, embargos (1678-1845); tombos de propriedades da Misericórdia e Hospital de S. Marcos (1624-1742); inventários de bens da Misericórdia e Hospital de S. Marcos (1736-1794; s.d.); documentação sobre missas de obrigação e de legados à Misericórdia e Hospital de S. Marcos (1547-1956); documentação sobre legados (1751-1972); regimentos dos capelães do coro (1746-1794); registo de sepulturas e termos (1552-1691); documentação referente a dotes (1642-1802); documentos relativos à assistência a presos (1725-1814)³⁰;

documentação sobre festas e procissões³¹ (1641-1888) e documentação sobre pobres e expostos (1722-1870)³². O fundo contém ainda um conjunto de documentação do Recolhimento das Beatas do Campo da Vinha (1594-1817³³) e inquéritos, visitas e devassas (1639-1800) a este Recolhimento. No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-se projectos de reformas do regulamento do Hospital de S. Marcos [séc. XX]; actas das reuniões da Comissão facultativa do hospital sobre o regulamento interno (1856); documentação sobre obras de reparação do Hospital de S. Marcos (1734-1880) e documentos relativos ao movimento de doentes (1617-1890).

Instrumentos de descrição e pesquisa: FÁRIA, Etelvina [et al.] – *Inventário dos livros da Misericórdia desta cidade de Braga existentes no Arquivo Distrital desta mesma cidade*. Braga: Ofic. Gráf. Livraria Cruz, [imp. 1978] (separata de “Bracara Augusta”). Existe um inventário da documentação avulsa, em vias de publicação.

Bibliografia: CASTRO, Maria de Fátima – Assistência no Hospital de S. Marcos da 2ª metade do século XVII a cerca de 1710. *Bracara Augusta*. 44 (1993) 45-73; ID. – O Recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha: da sua instituição à administração pela Santa Casa da Misericórdia. *Bracara Augusta*. 46 (1995-1996) 169-250; ID. – Construção, conservação e ampliação de edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Braga: da 2ª metade do século XVI à 1ª década do século XX. *Bracara Augusta*. 47 (1997) 5-106; ID. – *Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades: do século XVI a começos do século XX*. Prado: ed. da Autora, 1998; FERREIRA, José Augusto – *Catálogo dos provedores da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga ins-*

²⁸ Esta classificação difere da proposta apresentada pelo Arquivo Distrital no inventário do fundo, publicado em 1977, que é a seguinte: I – Estatutos; II – Livros e termos; III – Eleições e aceitação de irmãos; IV – Assistência; V – Culto e cemitério; VI – Património; VII – Vida interna; VIII – Correspondência registada e IX – Recolhimento das beatas do Campo da Vinha.

²⁹ Inclui assentos da Misericórdia.

³⁰ Inclui o “livro que se deve ler antes de se admitir algum prezo” (1740-1763).

³¹ Inclui referências às festas de S. Pedro Mártir (1641-1817); do Bom Jesus do Monte (1744-1746); de Santa Maria Madalena do Monte (1751-1840); de S. João Marcos (1779-1788); de N.ª Sr.ª da Torre (1828); do Senhor dos Passos (1842); a procissão do Enterro do Senhor (1746); das Endoenças (1852) e da Penitência (1888).

³² Inclui “legados dos expostos” e documentação de âmbito contabilístico.

³³ Inclui estatutos (1746-1817).

Distrito de Castelo Branco ^{1 2}

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCAFOZES

Bairro de S. Marcos, 6060 Castelo Branco.

Tel.: 277914244.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se na sacristia da capela da Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCAFOZES

Datas extremas: 1857-1994.

Dimensão: 0,34 m.l. (4 liv. e 7 pt.).

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1953-1994) e documentação referente a relações com outras instituições (1950-1994).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALPEDRINHA

Largo da Misericórdia, 3, 6230 Alpedrinha (Fundão).

Tel.: 275567117.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa sala do edifício da Creche e Jardim de Infância da Misericórdia. A mais antiga encontrava-se num armário de madeira embutido na parede e a restante estava em estantes metálicas.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALPEDRINHA

Datas extremas: 1618-1987.

Dimensão: C. 20 m.l. (104 liv., 4 cd., 148 cx., 1 mç. e 4 pç.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1618-1982); provisões e alvarás régios (1862); acórdãos e deliberações da Mesa (1784-1855)³; actas da Mesa (1856-1961); termos de eleição de irmãos (1785-1902); registo de irmãos (1792-1935); documentação referente a relações da Mesa com outras entidades (1921-1987); inventários de bens e róis (1713-1920). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo do movimento de doentes (1848-1975); registo de visitantes [1934-1974]; registo de óbitos (1918-1924) e recetário e dietas (1828-1909).

Organização: A documentação necessita de tratamento arquivístico.

F: IRMANDADE DO SENHOR DOS PASSOS DE ALPEDRINHA

Datas extremas: 1677-1765.

Dimensão: 1 liv.

F: IRMANDADE DE S. PEDRO DOS CLÉRIGOS DE ALPEDRINHA

Datas extremas: 1707-1892.

Dimensão: 2 liv.⁴

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 10: *Distrito de Castelo Branco*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1998 e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes: informações recolhidas no Verão de 2001 pela bolsreira Silvana Pires, no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, para o caso de Penamacor e informações fornecidas pela Misericórdia da Covilhã.

² Não foram contemplados os casos dos arquivos das misericórdias extintas à guarda de organismos que não são instituições particulares de solidariedade social, como a de Monforte da Beira, conservado na paróquia local.

³ Existem ainda livros de responsabilidade do tesoureiro que incluem acórdãos e deliberações da Mesa (1771-1781).

⁴ Inclui 1 liv. de compromissos e estatutos (1742-1824).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ÁLVARO**

Álvoro, 6160 Álvoro (Oleiros).

Tel.: 272674127.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num armário de madeira e vidro situado na sala das sessões da Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÁLVARO

Datas extremas: 1696-1994.

Dimensão: 2 m.l. (24 liv., 1 cd. e 10 pt.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde, exercidas através do seu posto médico. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1716-1818); actas da Mesa (1915-1994); termos de eleição de irmãos (1696-1763); documentação sobre a admissão e renúncia de irmãos (1835-1915); registo de irmãos (1714-1994); documentação referente a relações com outras entidades (1946-1977); inventário de bens e róis (1976) e, no domínio da actividade do posto médico da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: documentação referente a relações com entidades (1946-1949); inventários de bens e róis (1960); registo do movimento de doentes (1945-1974) e documentação sobre serviços clínicos (1946-1949).

Bibliografia: PIMENTEL, D. João Maria Pereira d’Amaral – *Memórias da vila de Oleiros e do seu concelho*. Oleiros: Câmara Municipal, 1995 (reedição).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE BELMONTE**

R. da Misericórdia, 6250 Belmonte.

Tel.: 275911656. Fax: 275912390.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: Consulta após obtenção de prévia autorização dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se distribuída pela secretaria, sala do provedor e sótão da sede, havendo a intenção de a instalar condignamente. Uma parte estava ainda em local de difícil acesso, pelo que não foi identificada.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BELMONTE

Datas extremas: 1931-1995.

Dimensão: 15 m.l. (18 liv., 1 cd. e 85 pt.).

História arquivística: Uma parte da documentação anterior ao reactivamento da Misericórdia em 1931, deve-se ter perdido no contexto das invasões napoleónicas.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do lar e do hospital, respectivamente. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1931-1986); actas da Mesa (1970-1994); documentação referente a relações com outras entidades (1995) e, no domínio da actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, registo do movimento de doentes (1959-1963)⁵.

Bibliografia: TAVARES, Joaquim Cardoso; MARQUES, Manuel – *Subídios para uma monografia da vila de Belmonte*. Belmonte: Câmara Municipal, 1974.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CASTELO BRANCO**

R. Bartolomeu da Costa, 6000-909 Castelo Branco.

Tel.: 272344454. Fax: 272322185.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

⁵ Note-se, contudo, que na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, ainda faltava identificar parte da documentação do fundo.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se distribuída por dois locais distintos no edifício-sede da Misericórdia, instalados num armário de metal e em estantes metálicas.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTELO BRANCO

Datas extremas: 1514-1995.

Dimensão: 19 m.l. (521 liv., 16 pt., 2 cx., 4 mç. e 2 pç.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se provisões e alvarás régios (1514-1680); licenças eclesiásticas (1599-1675); actas da Assembleia Geral (1912-1995); acórdãos e deliberações da Mesa (1788-1822); actas da Mesa (1834-1995); actas do Definitório ou Conselho da Irmandade (1982-1995); termos de eleição de irmãos (1726-1919); termos de posse de corpos gerentes (1982-1995); registo de irmãos (1630-1958); registo de visitantes (1888-1995); documentação referente às relações com outras entidades ou instituições (1837-1983); tombo de propriedades (1615-1962); inventários de bens e róis (1805-1938) e testamentos (1605-1970). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: inventários de bens e róis (1910-1914); registo do movimento de doentes (1800-1954); receiptário do hospital (1818-1925); documentação relativa aos serviços clínicos (1947-1973) e receiptário da botica (1884-1908).

Organização: A documentação apresenta tratamento arquivístico ao nível da série, constatando-se a existência das datas extremas dos livros nas suas lombadas.

Características físicas: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação do fundo encontrava-se encadernada com papel ácido. As provisões e alvarás régios encontravam-se em arquivadores de plástico, guardadas em caixas alcalinas, pondo em risco a

conservação da documentação. Algumas séries apresentavam sinais de terem permanecido em local bastante húmido, evidenciando manchas de fungos produzidos por bolores.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada no Arquivo da Câmara Municipal de Castelo Branco

Bibliografia: SILVA, H. Castro – *A Misericórdia de Castelo Branco: apontamentos históricos*. 2.ª ed. Castelo Branco, 1958.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE CASTELO BRANCO

Datas extremas: 1946-1971.

Dimensão: 9 liv.

F: IRMANDADE DO SENHOR DOS PASSOS DE CASTELO BRANCO

Datas extremas: 1840-1894.

Dimensão: 4 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE COVILHÃ ⁶

R. Conde da Ericeira, 6200-086 Covilhã.

Tel.: 275320770. Fax: 275334084.

Responsável hierárquico: Provedor.

Responsável técnico: Técnico-adjunto de arquivo.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: O acervo arquivístico encontra-se em estantes metálicas, aguardando transferência para depósito específico.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE COVILHÃ

Datas extremas: 1539 (?) - 1990 ⁷.

Dimensão: 50 m.l. (642 liv. e c. 2220 pç. de documentação avulsa ⁸).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos

⁶ Para o caso da Misericórdia da Covilhã, seguimos informações recolhidas pelo “Recenseamento...” e pela Dr.ª Lílina Gouveia, arquivista da Misericórdia local, a quem gostaríamos de agradecer a colaboração e informação prestadas.

⁷ O “Recenseamento” realizado pelo Inventário do Património Cultural Móvel apenas contemplava documentação até 1975. As informações que recebemos da Misericórdia da Covilhã apontavam como actuais datas extremas do fundo, 1563-1990.

⁸ O “Recenseamento...” apenas identificou 18 m.l. de documentação (581 liv., 6 cx., 3 mç e 5 pç.).

órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde⁹, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1680-1983); provisões e alvarás régios (1539-1594); cartas régias (1856); alvarás de nomeação¹⁰ (1855-1931); legislação (1834-1980); editais (1925-1988); documentação proveniente de autoridades eclesiásticas (1603-1796)¹¹; actas da Assembleia Geral (1899-1964); acórdãos e actas da Mesa (1783-1973); actas de reuniões com outras entidades (1855-1877); termos de eleição de irmãos (1685-1862); registo de irmãos (1806-1908); regulamentos e informações [da Mesa] para a Irmandade (1864-1948); termos de eleição de irmãos (1685-1862); registo de irmãos (1806-1908); traslados de escrituras que saem e regressam ao arquivo (1863); relações de escrituras (s.d.); correspondência recebida (1959-1975); copiadores de correspondência expedida (1888-1970); correspondência recebida e expedida (1942-194); correspondência com médicos (1903-1963); correspondência do capelão (1904-1936); correspondência com o Ministério da Guerra (1824-1828); copiadores de correspondência - Assistência Nacional aos Tuberculosos (1932-1933); relatórios - inspecção aos serviços (1951); cartas precatórias, sentenças e outra documentação de carácter judicial (1605-1899); inventários e relação de bens (1772-1905); tombos de propriedades (1863-1892); projectos de obras¹² (1941); testamentos, escrituras de doação de benfeitores (1675-1892); documentação relativa à instituição de capelas (1768-1836); títulos de capela (1753-1767); documentação referente a legados pios (1745-1836); certidões referentes a legados pios, atribuição de dotes e enterros de irmãos (1635-1936)¹³ e documentação relativa à assistência a presos (1863-1869). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: regulamentos (1965; s.d.)¹⁴; actas da Comissão auxiliadora da construção do Hospital D. Amélia (1894); actas das reuniões do Conselho Clínico (1949-1972); documentação refe-

rente às relações do hospital com outras entidades (1932-1966); donativos para o hospital (1904-1913); inventários de bens e róis (1943-1968); plantas e mapas relativos à construção do Hospital D. Amélia (1904-1909); registo de movimento de doentes (1862-1961)¹⁵; documentação sobre doentes enviados para o Hospital S. José em Lisboa (1905-1907); registo de óbitos (1904-1921); receituário e dietas (1846-1924); documentação relativa aos serviços clínicos (1917-1974) e inventários da farmácia (1782).

Avaliação, selecção e eliminação: Segundo o "Recenseamento...", "o arquivo foi alvo de uma primeira selecção documental por uma bibliotecária que identificou algumas séries documentais" para esse efeito.

Organização: Existe documentação avulsa cujo tratamento arquivístico deve ser ainda aprofundado.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário¹⁶.

Bibliografia: SIMÕES, Maurício – *Breve História cronológica da Covilhã*. Covilhã, 1994; ID. – *Santa Casa da Misericórdia da Covilhã: cibos para a sua história*. Covilhã: Câmara Municipal da Covilhã, 1999.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FUNDÃO

R. João Franco, n.º 59, apartado 48, 6230 Fundão.

Tel.: 275772365. Fax: 275772265.

E-mail: scmfundao@mail.telepac.pt

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação histórica está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o "Recenseamento...", a documentação encontrava-se num armário de madeira localizado na sala do provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FUNDÃO

Datas extremas: 1516-1990.

Dimensão: 4,2 m.l. (156 liv. e 12 pç.).

⁹ Segundo as informações fornecidas pela Misericórdia local, existe ainda documentação relativa ao exercício de funções religiosas, como a que diz respeito a procissões (1863-1949).

¹⁰ Inclui o alvará de nomeação da Comissão Central da igreja da Misericórdia (1855).

¹¹ Inclui um despacho do bispo da Guarda (c.1603); uma carta de excomunhão (1720) e um breve sobre composição de missas (c. 1796).

¹² Trata-se do projecto de reconstrução da igreja da Misericórdia.

¹³ Inclui uma certidão de como se devem enterrar os irmãos clérigos (1635).

¹⁴ Inclui, entre outros, um regulamento do Serviço de Radiologia (s.d.) e do Serviço de Análises Clínicas (s.d.).

¹⁵ No "Recenseamento..." vem indicada a data extrema de 1967.

¹⁶ Deve ser de elaboração posterior ao recenseamento realizado pelo Inventário do Património Cultural Móvel.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do albergue e patronato e do hospital, respectivamente. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1516-1779); bulas e breves apostólicos (1619-1634); licenças eclesiásticas (1675-1680) e provisões e alvarás régios (1582-1834)¹⁷; actas da Mesa (1851-1990); termos de eleição de irmãos (1686-1974); autos de posse de corpos gerentes (1904-1971); registo de irmãos (1889); documentação referente a relações com outras entidades (1852-1981); tombos de propriedades (1673-1858); inventários de bens e róis da Misericórdia (1739-1802); actas do Albergue e Patronato (1938-1941); registo de inscritos no Albergue e Patronato (1929-1963) e inventário e róis do Albergue e Patronato (1924). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: inventários de bens e róis (1935-1937); registo do movimento de doentes (1845-1934) e receituário e dietas (1896-1904).

Bibliografia: CORREIA, Manuel Antunes – *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (séculos XVI, XVII e XVIII)*. Coimbra, 1971 (dissertação de licenciatura policopiada); CUNHA, Alfredo de – *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*. Porto, 1925.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DO FUNDÃO

Datas extremas: 1946-1971.

Dimensão: 5 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE IDANHA-A-NOVA

Tapada do Sobral, 6060 Idanha-a-Nova.

Tel.: 277202216. Fax: 277202540.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação mais antiga encontrava-se na sacristia da igreja da Misericórdia e a mais recente no Lar de Idosos.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE IDANHA-A-NOVA

Datas extremas: 1750-1994.

Dimensão: 113 liv., 1 mç. e 134 pt.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Mesa (1831-1994); registo de irmãos (1822-1945); documentação referente a relações com outras entidades (1891-1994); tombos de propriedades (1821-1878); inventários de bens e róis (1801-1931) e, no domínio da actividades de gestão hospitalar, registo de movimento de doentes (1929-1975) e receituário e dietas (1874-1976).

Características físicas: Alguma documentação deste fundo apresenta sinais evidentes de ter sido molhada.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE IDANHA-A-NOVA

Datas extremas: 1940-1960.

Dimensão: 36 pt.

F: CONFRARIA DAS ALMAS DE MONSANTO

Datas extremas: 1802-1842.

Dimensão: 1 liv.

F: CONFRARIA DAS ALMAS DE PROENÇA-A-VELHA

Datas extremas: 1840-1843.

Dimensão: 1 liv.

F: DIRECÇÃO GERAL DE SAÚDE¹⁸

Datas extremas: (1941-1943).

Dimensão: 17 liv.

¹⁷ O “Recenseamento...” não é muito claro na apresentação destas duas séries que, aparentemente, se encontram no “livro das obrigações” da Misericórdia.

¹⁸ Trata-se de documentação dos Postos de despolhagem ou de desinfecção locais.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE IDANHA-A-VELHA

Datas extremas: 1850-1875.

Dimensão: 1 liv.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LADOEIRO

Datas extremas: 1842-1942.

Dimensão: 9 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LADOEIRO**

R. da Misericórdia, 6060 Ladoeiro.

Tel.: 277927112.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num armário de madeira situado numa sala da Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LADOEIRO

Datas extremas: 1983-1994.

Dimensão: 0,12 m.l. (4 liv.).

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1983-1994) e inventários de bens e róis (1983).

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MEDELIM**

Largo da Misericórdia, 6060-051 Medelim.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num armário de madeira situado na sacristia da capela da Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MEDELIM

Datas extremas: 1893-1994.

Dimensão: 0,1 m.l. (4 liv.).

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1893-1994) e registo de irmãos (1977-1994).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MONSANTO**

R. Heróis do Ultramar, 6060 Monsanto.

Tel.: 277314474.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa sala que servia os serviços administrativos da Misericórdia, num armário de metal.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MONSANTO

Datas extremas: 1922-1994.

Dimensão: 3,20 m.l. (15 liv., 36 pt., 1 mç. e 1 gaveta de doc.).

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um número modesto de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1935-1994); registo de irmãos (1983-1994) e documentação referente a relações com outras entidades (1939-1994).

Organização: A documentação apresenta alguma organização, estando as pastas identificadas com etiquetas que indicam o assunto e as datas extremas dos registos que contêm.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE OLEIROS**

R. Maria Augusta da Silva, 6160 Oleiros.

Tel.: 272682360.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se na sacristia da igreja da Misericórdia, estando a mais recente acondicionada em pastas de arquivo, em estantes metálicas. No local existiam sinais preocupantes da presença de roedores.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLEIROS

Datas extremas: 1549-1987.

Dimensão: 3 m.l. (23 liv., 1 cd., 1 mç., 4 pt. e 6 cx.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1818); actas da Mesa (1927-1984); registo de irmãos (1634-1986); documentação referente a relações com diversas entidades (1865-1987); inventários de bens e róis (1980); tombos de propriedades (1868-1870) e ainda documentação referente a relações do hospital com diversas entidades (1965-1972). Os manuscritos mais antigos do fundo pertencem a uma série de escrituras (1549-1855)¹⁹.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um índice de alguns dos livros mais antigos.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada no Arquivo da Câmara Municipal de Oleiros²⁰.

Bibliografia: PIMENTEL, D. João Maria Pereira d’Amaral – *Memórias da vila de Oleiros e do seu concelho*. Oleiros: Câmara Municipal, 1995 (reedição).

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE OLEIROS

Datas extremas: 1964-1971.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PEDRÓGÃO PEQUENO

Pedrógão Pequeno, 6100 Sertã.

Responsável hierárquico: Presidente da Comissão Administrativa.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa sala da Escola Primária Eduardo Conceição Silva, vinda do hospital administrado pela Misericórdia até meados da década de 70.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PEDRÓGÃO PEQUENO

Datas extremas: 1612-1974.

Dimensão: 1,60 m.l. (73 liv. e 3 mç.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos e deliberações da Mesa (1840-1843); actas da Mesa (1843-1944); termos de eleição de irmãos (1711-1904); documentação sobre admissão e renúncia de irmãos (1902-1914); registo de irmãos (1729-1974); documentação referente a relações com outras entidades (1843-1969); tombos de propriedades (1818-1847); testamentos (1841-1844), e no domínio das actividades hospitalares da Misericórdia, documentação relativa ao movimento de doentes (1845-1952) e receituário e dietas (1845-1952). A documentação mais antiga do fundo pertence a uma série de escrituras (1612-1667)²¹.

Organização: A documentação necessita de um tratamento arquivístico mais aprofundado.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAMACOR

Convento de S. António, 6090 Penamacor

Tel.: 277 39 41 33

Fax: 277 39 49 06.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: A documentação com interesse histórico encontra-se misturada com a do arquivo geral da Misericórdia numa sala e corredor do 1.º piso dum edifício do séc. XVII que sofreu restauro em finais da década de 1970.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAMACOR

Datas extremas: 1860-1981.

Dimensão: 0,44 m.l. (18 liv.).

¹⁹ A série inclui o auto de posse dos bens do hospital pela Misericórdia.

²⁰ Trata-se de actas (1784-1827) e tombos (1693-1800) relativos à Misericórdia de Oleiros.

²¹ A série inclui inventários de bens.

História arquivística: Com a devolução do edifício do hospital à Santa Casa, cerca de 1990, constatou-se a degradação da documentação que então retornou para a Misericórdia.

Âmbito e conteúdo: O fundo é composto, entre outras, pelas seguintes séries: compromissos (1981); actas das sessões da Comissão do Hospital Civil de Penamacor (1860-1899); actas das sessões da Comissão Administrativa do Hospital de S. António de Penamacor (1907-1947); registo da correspondência expedida pelo Hospital de S. António de Penamacor²² (1921-1945); actas das sessões da Mesa da Misericórdia de Penamacor (1947-1990) e registo de óbitos do Hospital (1925-1974).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PROENÇA-A-NOVA**

Bairro Novo, 6150 Proença-a-Nova.
Tel.: 274672650.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se no Lar de Idosos, num móvel metálico situado num corredor de acesso aos lavabos. Uma outra parte, considerada de grande valor, estava no cofre-forte da instituição.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PROENÇA-A-NOVA**

Datas extremas: 1557-1990.

Dimensão: 4 m.l. (80 liv., 18 pt., 2 cx. e 9 pç.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos, estatutos e projectos de estatutos (1557-1911); provisões e alvarás

régios (1559-1773); despachos da Comarca e Almoxarifado (1559); licenças eclesiásticas (1557); actas da Assembleia Geral (1915-1955); acórdãos, deliberações e actas da Mesa (1602-1990); termos de eleição de irmãos (1857-1977); registo de irmãos (1680-1962); documentação referente a relações com outras entidades (1557-1985); tombo de propriedades (1847); inventários de bens e róis (1638-1964) e documentação relativa a legados pios (1588). No domínio da actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: inventário e róis do hospital (1953); registo de visitas do hospital [1858]; documentação referente ao movimento de doentes (1864-1974) e sobre os serviços clínicos (1955-1973).

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada no fundo da Albergaria de Santa Maria da Cortiçada (Proença-a-Nova).

Bibliografia: GOULÃO, Francisco Carriço – *Subsídios para a História da Misericórdia de Proença-a-Nova*. Castelo Branco, 1981 (com base na tese de licenciatura apresentada à Universidade de Coimbra, em 1971).

**F: ALBERGARIA DE SANTA MARIA DA
CORTIÇADA (PROENÇA-A-NOVA)**

Datas extremas: 1411-1540.

Dimensão: 3 liv. e 1 pt.²³.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE PROENÇA-A-NOVA**

Datas extremas: 1946-1971.

Dimensão: 1 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PROENÇA-A-VELHA**

Largo da Misericórdia, 6060 Proença-a-Velha (Idanha-a-Nova).

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PROENÇA-A-VELHA**

Datas extremas: 1860-1984.

Dimensão: 0,20 m/l. (13 liv.).

²² Desconhecemos se a documentação destas instituições pertence a um fundo diferente do da Santa Casa.

²³ Entre a documentação da Albergaria, instituição medieval que precedeu a Misericórdia de Proença-a-Nova, consta um tomo de propriedades (1411-1460), que inclui registos de diversas tipologias.

História arquivística: É provável que muita da documentação, atendendo ao facto do arquivo nunca ter tido espaço próprio, tenha ficado em casa dos diferentes provedores, que o instalavam na sua habitação.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um modesto número de séries, nas quais se destacam compromissos e estatutos (1860-1984); actas da Mesa (1915-1964); termos de eleição de irmãos (1890-1966); registo de irmãos (1889-1976); documentação referente a relações com outras entidades (1915-1916) e inventários de bens e róis (1888-1914).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ROSMANINHAL**

R. do Espírito Santo, 6060 Rosmaninhal.
Tel.: 277477418.

Responsável: Secretário da Mesa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se na sala que servia os serviços administrativos da Casa do Povo de Rosmaninhal.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ROSMANINHAL**

Datas extremas: 1855-1994.

Dimensão: 0,1 m.l. (5 liv.).

História arquivística: É provável que parte da documentação desaparecida tenha sido queimada num dos assaltos à capela da Misericórdia, onde se encontrava.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1855-1994) e registo de irmãos (1980-1994).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SALVATERRA DO EXTREMO**

Largo da Igreja, 6060 Salvaterra do Extremo (Idanha-a-Nova).

Tel.: 277455220.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa pequena sala do Centro de Dia de Idosos.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SALVATERRA DO EXTREMO**

Datas extremas: (1878-1994).

Dimensão: 6 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Assembleia Geral (1982-1994); actas da Mesa (1952-1994); autos de posse dos corpos gerentes (1983-1985) e documentação referente a relações com outras entidades (1957-1986).

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

Datas extremas: 1958-1982.

Dimensão: 1 cd.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SÃO VICENTE DA BEIRA**

Largo de S. Sebastião, 6005 S. Vicente da Beira (Castelo Branco).

Tel.: 272487215. Fax: 272487215.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: É admitida a consulta da documentação mediante um pedido prévio de autorização dirigido ao Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num móvel de madeira da sala das sessões, no edifício do Centro de Dia para Idosos.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SÃO VICENTE DA BEIRA**

Datas extremas: 1769-1994.

Dimensão: 3,70 m.l. (84 liv., 2 cd., 13 mç., 7 pt. e 15 cx.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1911-1980); actas da Mesa (1891-1994); termos de eleição de irmãos (1824-1964); registo de irmãos (1781-1941); documentação referente às relações com outras entidades ou instituições (1890-1970); tombos de propriedades (1781-1943); inventários de bens e róis (1876-1970) e, no domínio da actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, inventários de bens e róis (1897-1919); documentação referente ao movimento de doentes (1894-1970); registo de óbitos (1911-1953) e receituário e dietas (1909-1963).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SARZEDAS**

Bairro da Boavista, 6000-708 Sarzedas (Castelo-Branco).
Tel.: 272949490.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa estante no Centro de Dia para Idosos.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SARZEDAS

Datas extremas: 1753-1994.

Dimensão: 11 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1912-1994); registo de irmãos (1854-1929) e tombos de propriedades (1753-1754).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SEGURA**

R. da Misericórdia, 6060 Segura (Idanha-a-Nova).

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num armário de metal da sacristia da capela da Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SEGURA

Datas extremas: 1870-1993.

Dimensão: 8 liv. e 1 mç.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam compromissos e estatutos (1912-1993); termos de eleição de irmãos (1870-1894); registo de irmãos (1914-1971); documentação referente a relações com outras entidades (1892-1976) e inventário de bens e róis (1888-1977).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SERTÃ

R. da Misericórdia, 19, 6100-749 Sertã.

Tel.: 274600240.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: Consulta da documentação mediante pedido prévio e respectiva autorização.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num armário de madeira da sala das sessões da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SERTÃ

Datas extremas: 1530-1965.

Dimensão: 11 m.l. (120 liv. e 27 mç.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1906)²⁴; privilégios e obrigações dos irmãos (1863); actas da Assembleia Geral (1918-1923); acórdãos e deliberações da Mesa (1776-1805)²⁵; actas da Mesa (1904-1963); termos de eleição de irmãos (1654-1912); registo de irmãos (1737-1828); documentação referente a relações com outras entidades (1813-1963); tombos de propriedades (1673-1938); inventários de bens e róis (1911) e documentação relativa à assistência aos pobres (1890-1947). No domínio da actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: compromissos e estatutos (1530²⁶-1750); regulamentos internos (1861); projectos (1957); documentação referente ao movimento de doentes (1856-1962); registo de óbitos (1911-1958) e receituário e dietas (1859-1962).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe uma espécie de inventário manuscrito (1963), que indica qual a documentação que se encontra nas diversas prateleiras.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SOALHEIRA**

Largo Sr.^a das Necessidades, 6005 Soalheira (Fundão).

Tel.: 272419663.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

²⁴ Inclui o compromisso do Hospital de N.^a Sr.^a do Carmo.

²⁵ Inclui ainda registo de eleições.

²⁶ Inclui o traslado do compromisso do hospital da Sertã (1195), criado pela Ordem de S. João Baptista de Jerusalém.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se na secretaria do Centro de Dia, em caixas de cartão, instaladas numa estante de metal.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOALHEIRA

Datas extremas: 1855-1994.

Dimensão: 3,30 m.l. (30 liv., 16 pt. e 1 cx.)

História arquivística: Em 1946 foi publicado um estudo referindo um livro de actas (1800-1836) e outro de receita e despesa (1800-1836), que actualmente não se encontram.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos e à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Assembleia Geral (1982-1989); actas da Mesa (1856-1994); termos de eleição de irmãos (1856-1893); autos de posse (1989-1994); registo de irmãos (1856-1994); documentação referente a relações da Mesa com outras entidades (1894-1977) e tombo de propriedades²⁷ (1893-1922).

Organização: A documentação contemporânea apresenta sinais de organização recente, encontrando-se etiquetada, com referências à série e às suas datas extremas.

Características físicas: Alguns documentos do fundo encontram-se deteriorados, provavelmente por terem estado em local húmido.

Bibliografia: DIAS, José Lopes – *Albergarias da Beira Baixa*. Lisboa: [s.n.], 1946; RUIVO, Augusto Duarte – *A Soalheira e a sua Misericórdia*. Soalheira: Santa Casa da Misericórdia, 1970.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SOBREIRA FORMOSA**

R. Cláudio Dias Lourenço, 6150 Sobreira Formosa (Proença-a-Nova).

Tel.: 274822468.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num armário metálico numa sala do Centro de Dia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

DE SOBREIRA FORMOSA

Datas extremas: 1831-1994.

Dimensão: 0,1 m.l. (11 liv.).

História arquivística: Muita da documentação perdeu-se em 1975 com a interrupção da sua actividade e transferência da sua documentação para a Casa do Povo, onde muita dela foi queimada juntamente com a daquela instituição.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1905-1994); termos de eleição de irmãos (1831-1947); documentação referente a relações com outras entidades (1913-1936) e inventários de bens e róis (1913-1971).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA DE REI**

Bairro de S. António, 6110 Vila de Rei.

Tel.: 274898426.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação histórica está dependente de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num armário de madeira, numa sala da sede e, em estantes, no hospital do concelho²⁸, que até 1975 foi administrado pela Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Datas extremas: (1843-1994).

Dimensão: C. 5,30 m.l. (25 liv., 1 cd. e 1 pt.).

História arquivística: Uma parte da documentação deve-se ter perdido no incêndio que afectou a sede da Misericórdia, referido nos estatutos de 1924.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos

²⁷ Inclui referências a foros e dívidas.

²⁸ O “Recenseamento...” não refere a que título esta documentação se encontra ali.

órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1924); actas da Assembleia Geral (1954-1992); actas da Mesa (1931-1994); autos de posse dos corpos gerentes (1945-1993); registo de irmãos (1843-1927); documentação referente a relações com outras entidades (1923-1956); inventários de bens e róis (1956) e, no domínio da actividades de gestão hospitalar, registo de visitas [1952-1963]; documentação relativa ao movimento de doentes (1954-1982) e referente aos serviços clínicos (1953-1974).

Bibliografia: ALVES, Mário Francisco [et al.] – *Vila d'el Rei: centro de Portugal*. Vila de Rei: Câmara Municipal de Vila de Rei, 1994.

F: SUB-DELEGAÇÃO DE SAÚDE DO CONCELHO DE VILA DE REI

Datas extremas: 1902-1983.

Dimensão: 9 liv. e 15 cx.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

R. da Misericórdia, 6030 Vila Velha de Ródão.

Tel.: 272541074. Fax: 272541094.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se em dois locais distintos do Lar de Idosos, num armário de madeira e em estantes metálicas.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Datas extremas: 1930-1995.

Dimensão: 9 m.l. (82 liv., 27 cx. e 78 pt.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do lar de idosos e do hospital, respectivamente. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Assembleia Geral (1974-1995); actas da Mesa (1930-1994); autos de posse dos corpos gerentes (1930-1981); registo de irmãos (1989-1995); documentação referente a relações com outras entidades (1944-1994) e, no domínio da actividades de gestão hospitalar, inventário e róis (1950) e documentação relativa ao movimento de doentes (1941-1974)²⁹.

Instrumentos de descrição e pesquisa: É provável a existência deste tipo de instrumentos, dado que se procedeu a uma identificação das séries documentais quando a documentação foi transferida do edifício do hospital concelhio para a actual sede da instituição.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Datas extremas: 1952-1974³⁰.

Dimensão: 3 liv.

F: GRÉMIO RECREATIVO RODENSE

Datas extremas: 1926-1971.

Dimensão: 9 liv.

F: PARÓQUIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Datas extremas: 1860-1913.

Dimensão: 3 liv. e 2 cd.³¹.

F: SOCIEDADE FILARMÓNICA VILA RODENSE

Datas extremas: 1935-1943.

Dimensão: 1 liv.

²⁹ Existe ainda uma série da Comissão Social de Assistência Infantil (1952-1956).

³⁰ Estas comissões foram extintas por legislação de 1971.

³¹ Trata-se de três séries de registo de baptizados (1860-1911), registo de casamentos (1893-1913) e registo de óbitos (1903-1911).

Distrito de Coimbra ^{1 2}

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

R. Comendador Cruz Pereira, 3300 Arganil.

Tel.: 235205934. Fax: 235202223.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se no Lar da Terceira Idade e Centro de Dia Comendador Cruz Pereira, edificado em 1988, bem acondicionada, em estantes e armários.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Datas extremas: 1692-1950.

Dimensão: 82 liv., 1 cd. e 1 pt.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes sobretudo às actividades dos órgãos governativos ³ e à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos ⁴, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo ⁵, destacam-se acórdãos, termos e deliberações da Mesa (1692-1843 ⁶); actas das sessões da Mesa (1843-1950); autos de posse de mesários (1928-1950); documentação sobre juramentos de entrada de irmãos (1759-1785); matrículas de irmãos (1903-1937); registo de confrades de N.ª Sr.ª da Conceição (1758); copiadoreiros de correspondência expe-

didada (1884-1950); processos de obras ⁷ (s.d.); inventários de bens da Misericórdia e do hospital (1888-1945) e diversas séries sobre a assistência prestada aos pobres (1908-1949). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: inventários do hospital (1891); documentação sobre os cortejos de oferendas (1946-1947); registo de movimento de doentes (1886-1946) e receituário (1902-1906) ⁸.

Bibliografia: ANACLETO, Regina – *Concelho de Arganil: história e arte*. Arganil: Santa Casa da Misericórdia de Arganil, 1983.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BUARCOS

R. da Misericórdia, 23, 3080 Figueira da Foz.

Tel.: 233421779.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, uma parte da documentação encontrava-se na Misericórdia e outra na casa do Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BUARCOS

Datas extremas: 1808-1950.

Dimensão: 7 liv. ⁹.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam acórdãos, deli-

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 7: *Distrito de Coimbra*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997 e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes: informações recolhidas em 2001, pela bolsista Silvana Pires, no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, para o caso de Tábua, e informações disponíveis na Internet para o caso da Lousã, complementadas com dados fornecidos pelo Dr. Matos Silva, da Biblioteca local.

² Não foram contemplados os casos dos arquivos das Misericórdias de Condeixa, Pampilhosa da Serra e Penacova, devido ao facto dos seus detentores não terem cedido informações para o “Recenseamento...”, alegando que não detinham arquivo histórico. Não foi também considerado o caso de Vila Nova de Anços, desactivada em 1975, cuja documentação se encontra junto da paróquia local. No caso de Penacova, a documentação com interesse histórico ficou no hospital, o principal serviço até 1974, altura em que passou para a administração do Estado. Quando o edifício foi restituído, em 1999, a Misericórdia não conseguiu recuperar a referida documentação. No caso de Condeixa, segundo a obra UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*, vol. 1, p. 141, existe uma biblioteca e um arquivo nesta Misericórdia, aspecto que necessita de ser aferido. As informações recolhidas pelo projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* apenas confirmaram a existência de um arquivo disperso, por organizar, com c. de 13 m.l., que inclui os livros de actas, desde a fundação da Santa Casa, em 1926.

³ No distrito de Coimbra, o “Recenseamento...” inseriu nesta secção as séries referentes à correspondência recebida e expedida pela Misericórdia.

⁴ Neste distrito, o “Recenseamento...” inseriu nesta secção a série de registo de irmãos.

⁵ Os critérios de apresentação de séries no “Recenseamento...”, no caso do distrito de Coimbra encontram-se explícitos, frequentemente, na obra. Seguimo-los apenas parcialmente.

⁶ Inclui referências a eleições.

⁷ Trata-se apenas de uma planta da igreja da Misericórdia, com memória descritiva e justificativa.

⁸ A descrição apresentada pelo “Recenseamento...” não define de forma clara se neste fundo foram incluídas (indevidamente) referências à documentação da Comissão Municipal de Assistência de Arganil, a exemplo de actas das sessões (1946-1950).

⁹ Foi apenas recenseada a documentação que se encontrava na Misericórdia.

berações e actas da Mesa (1808-1946); inventário de bens (1841-1885) e registo de correspondência expedida (1853-1886).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CANTANHEDE**

R. Dr. António José da Silva Poiares, 3060 Cantanhede.
Tel. 231422578. Fax: 231420626.
Possui arquivo e biblioteca.
Responsável: Secretário-geral da Misericórdia.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CANTANHEDE**

Datas extremas: 1774-1950.

Dimensão: 86 liv. e 4 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência sócio-educativa e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Foi ainda considerada a seguinte área orgânica individualizada no fundo: Asilo da Infância Desvalida Maria Cordeiro [(1913-1950), 5 liv.]. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos e deliberações da Mesa (1817-1853); actas das sessões da Mesa e das Assembleias da Irmandade (1852-1950); actas de eleições (1774-1878); termos de admissão de irmãos (1897-1950); termos de matrículas de irmãos (1847-1881); registo de irmãos pensionistas (1938-1950); registos de correspondência expedida (1880-1950); registo de correspondência recebida (1902-1918); registo de editais da Misericórdia (1903-1950); inventários de bens móveis e imóveis (1881-1913). No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: termos de admissão e responsabilidade com doentes pobres (1908-1950); registo do movimento de doentes (1896-1950) e registo de óbitos (1899-1950).
Bibliografia: FREITAS, Divaldo Gaspar – *Apontamentos para a História da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede*. Lisboa, 1959 (separata da comunicação

apresentada ao “IV Congresso das misericórdias”); JORGE, Jorge da Cruz – O Hospital e a Misericórdia de Cantanhede. *Elucidário Nobiliarchico*. 2: 9 (1929).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE COIMBRA**

R. de Sobre Ribas, 49, 3000 Coimbra.
Tel.: 239823403. Fax: 239832819.
Condições de instalação: Possui arquivo, instalado em espaço próprio. A instituição possui ainda bastante documentação de arquivo corrente e intermédio.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE COIMBRA

Datas extremas: 1500-1950¹⁰.

Dimensão: 1246 liv., 2154 mç., 2 cd. e 11 pt.

História arquivística: O fundo teve diversos tratamentos documentais antes de 1993.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes sobretudo à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos¹¹, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência sócio-educativa e no domínio da saúde. Existem ainda outros conjuntos documentais classificados como “documentos antigos” [(sécs. XVI-XVIII), 25 liv.], “documentos novos” [(sécs. XVII-XIX), 22 liv.] e “livros de memórias” (1500-1859), 3 liv.]. O primeiro foi coligido em 1763 pelo provedor Dr. Luís de Sousa Reis e congrega provisões, alvarás, bulas de indulgência, acórdãos e outros documentos desde a fundação da instituição. O segundo, de organização mais tardia, inclui provisões, alvarás, privilégios, actas das sessões da Mesa, documentação sobre legados pios, inventários etc. O terceiro conjunto referenciado corresponde ao *Memorial das rendas e mais couzas da Misericórdia de Coimbra* (1500-1859) e possui preciosas informações sobre o funcionamento da Misericórdia desde a sua criação, com referências aos documentos mais valiosos para ela. Existe ainda um conjunto de documentação avulsa emendada [(séc. XVI-1950), 544 mç.]¹². Entre as séries do

¹⁰ Existe ainda outra documentação da Santa Casa, em arquivo intermédio, que contém valor arquivístico, posterior a 1950.

¹¹ No caso de Coimbra, o “Recenseamento...” incluiu como secção específica o “Definitório ou Conselho da Irmandade”.

¹² O “Recenseamento...” identificou ainda 15 liv. e 3 pt. de documentação que, aparentemente, não pertence ao fundo da Misericórdia, ou cuja descrição não foi possível realizar.

fundo da Misericórdia integradas nas secções enunciadas, é possível destacar¹³: compromissos (1620-1937); provisões, alvarás, decretos e avisos régios (1617-1892); bulas e breves apostólicos (1536-1852); privilégios e obrigações dos irmãos (séc. XVII-1787); colecção de legislação para a Irmandade (1854); termos da Assembleia (1795-1864); apontamentos, acórdãos e actas das sessões da Mesa (1632-1950); acórdãos e deliberações da Mesa e do Definitório (1620-1891); despachos da Mesa (1820-1847); alvarás da Mesa (1795-1895); portarias da Mesa e do Provedor (1798-1849); relatórios da Comissão encarregue da reforma dos serviços da Misericórdia¹⁴ (1920); documentação referente à Comissão Municipal de Assistência de Coimbra (1946-1950); termos de eleições (1715-1950); habilitações “de genere” para admissão de irmãos (1616-1950); inscrições de irmãos (1834-1863); termos de juramento e posse de irmãos (1706-1950); pautas de irmãos (1638-1947); registo de correspondência recebida (1843-1946); correspondência recebida (1838-1949); correspondência recebida e expedida (1800-1950); copiadores de correspondência expedida (1844-1950); registo dos officios expedidos (1929-1939); registo de editais e avisos (1906-1950); tombo de propriedades (1718-1763); documentação relativa a obras e instalações (ex.º 1883-1913); inventários e róis (1680-1903); receita (1500-1950); documentação relativa a testamentos (1598-1850); livros de notas (1629-1950); testamentos (1598-1846); registo de testamentos dos benfeitores (1832-1850); registo de instituição de capelas (1795-1848); catálogo de benfeitores (1866-1867); catálogo dos provedores e escrivães (1860-1950); documentação relativa à eleição do representante das misericórdias à Câmara Corporativa (1934-1949); termos de entrada de expostos (1848-1892); documentação sobre os expostos da roda (1706-1892); róis de pobres (1637); fichas de pobres (1942); registo de esmolas a pobres (1707-1708); pedidos de dotes (1670-1950); registo de dotes a órfãs (1633-1915); regulamento dos enterros dos irmãos (1921); registo de defuntos (1707-1738); registo do enterro de irmãos (1686-1883); documentação relativa ao movimento do Estabelecimento Balnear da

Misericórdia (1917-1930); regulamentos da botica e partidos (1892); receituário (1911-1931); livros da farmácia (1894-1913) e diversas séries do Colégio dos Órfãos de S. Caetano de Coimbra [(1620-1950), 34 liv. e 14 mç.].
Organização: Acervo documental em processo de organização.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um inventário do fundo, efectuado em 1993¹⁵.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)¹⁶.

Bibliografia: JESUS, Maria Barreira de; ALVES, Maria Alice Cordeiro – *O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra: diagnóstico*. Coimbra, 1993 [trabalho policopiado realizado no âmbito do estágio efectuado no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, integrado no Curso de Especialização em Ciências Documentais (opção Arquivo) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]; LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage Editores, 2000; OLIVEIRA, António – *A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congéneres*. In SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE COIMBRA – *Memórias da Misericórdia de Coimbra. Documentação e arte. Catálogo*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000, p. 11-41; SILVA, A. Carneiro da – *Catálogo dos provedores e escrivães da Misericórdia*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1991; ID. – *Um inventário seiscentista da Misericórdia Coimbra*. Coimbra, 1985 (separata da revista “Munda”).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA – OBRA DA FIGUEIRA – DA FIGUEIRA DA FOZ

Largo Silva Soares, 3080 Figueira da Foz.

Tel.: 233424266. Fax: 233420164.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se junto com a documentação em fase activa e semi-activa.

¹³ As datas extremas apresentadas em algumas das seguintes séries poderão vir a ser revistas.

¹⁴ Trata-se de um único documento.

¹⁵ Na sede da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) existem fichas de descrição documental realizadas na primeira parte da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido por aquela instituição, em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural. Estas foram informatizadas e o seu conteúdo foi apresentado na exposição “500 anos das Misericórdias portuguesas. Solidariedade de geração em geração”, no Mosteiro de Santa Mónica, em 2000.

¹⁶ Trata-se principalmente do famoso ms. 3124, “Livro de todallas liberdades da sancta confraria da misericórdia de Coimbra” (1500).

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA FIGUEIRA DA FOZ

Datas extremas: 1840-1950.

Dimensão: 6 liv., 7 cd., 9 pt. e 10 mç.

História arquivística: Grande parte da documentação com maior interesse histórico terá desaparecido ou sido destruída durante uma mudança de instalações ocorrida há alguns anos.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social. Entre as séries deste fundo, destacam-se correspondência recebida (1926-1950) e correspondência diversa¹⁷ (1910-1949); documentação relativa a legados pios e atestados de pobreza para concurso ao recebimento de legados de benfeitores (1930-1947); testamentos (séc. XIX) e documentação referente a dotes (1908).

Bibliografia: BORGES, José Pedro Aboim – *Figueira da Foz*. Lisboa: Presença, 1991.

F: OBRA DA FIGUEIRA

Datas extremas: 1904-1950.

Dimensão: 8 liv., 1 cd. e 6 pt.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GALIZES

Galizes, 3400 Galizes (Oliveira do Hospital).

Tel.: 238677120.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num edifício da Misericórdia, anexo à sua farmácia, e na casa do despacho.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GALIZES

Datas extremas: 1668-1950.

Dimensão: 47 liv., 19 cd., 1 mç. e 10 proc.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia; às actividades

dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e da saúde, exercidas através da sua farmácia. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1668)¹⁸; acórdãos, termos e actas da Mesa (1814-1950); documentação sobre eleições de mesários (1850-1950); actas das eleições de provedores e deputados da Assembleia Geral (1690-1807); habilitações “de genere” para admissão de irmãos (1760); registo de admissão de irmãos (1882-1890), registo de irmãos (1918-1950); copiadore de correspondência expedida (1927-1950); correspondência diversa avulsa (sécs. XIX-XX); tombos (1842); processos de obras da igreja (s.d.); inventários e registo de bens (1678-1929); documentação referente a legados (1932-1942); registo de esmolas (1932-1942); registos de órfãs dotadas e a dotar pela Misericórdia (1708-1791) e inventários de medicamentos e utensílios da farmácia (1941-1942).

Organização: A documentação necessita de tratamento arquivístico.

Características físicas: A conservação física de alguns livros encontra-se ameaçada.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GÓIS

Largo do Pombal, 3330 Góis.

Tel.: 235772888. Fax: 235778047.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se no edifício da Santa Casa, anexo à igreja da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GÓIS

Datas extremas: 1928-1950.

Dimensão: 5 liv., 16 cd. e 1 pt.

História arquivística: A documentação, antes de ter sido instalada no edifício da Santa Casa, permaneceu durante muito tempo guardada em caixotes no Centro de Saúde da vila.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um número reduzido de séries, nas quais se destacam actas da Comissão Administrativa (1936-1950); correspondência recebida (1948-1950); registos de correspondência expedida (1936-1950) e inventário de bens móveis e imóveis (1925-1950).

¹⁷ Inclui diversos tipos de documentos.

¹⁸ Trata-se exclusivamente do compromisso original, que inclui o testamento do instituidor da Misericórdia, João Alves Brandão.

Organização: A documentação necessita de tratamento arquivístico.

Bibliografia: NEVES, José Afonso Baeta – *Notícia histórica e topográfica da vila de Góis e seu termo*. Lisboa, 1897.

F: CASA DA CARIDADE ROSA MARIA

Datas extremas: 1948-1950.

Dimensão: 5 cd.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-VELHO

Praça da República, 3140 Montemor-o-Velho.

Tel.: 239680256. Fax: 239680783.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação histórica encontrava-se no Centro da Terceira Idade e alguns manuscritos mais importante encontravam-se expostos no salão da Santa Casa.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-VELHO ¹⁹

Datas extremas: 1501-1950.

Dimensão: 185 liv., 12 cd., 21 pt. e 3 mc.

História arquivística: Na primeira metade da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP) em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, procedeu-se à organização e descrição da documentação de arquivo desta instituição. Em Janeiro de 2001, o arquivo sofreu danos causados pelas cheias do Mondego, tendo-se perdido documentação ²⁰. Anteriormente, o acervo documental já tinha sido delapidado na sequência de outras cheias, furtos e destruições.

Âmbito e conteúdo: Na época em que o “Recenseamento...” foi realizado, de acordo com esta fonte, a

documentação existente neste fundo foi classificada em secções referentes à actividade dos órgãos governativos da Misericórdia, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Existia ainda um conjunto de documentação avulsa, de diferentes séries, por identificar [(sécs. XVI-XIX), 18 pt.] ²¹. Entre as séries deste fundo que se encontravam descritas, destacam-se actas e deliberações da Mesa (1863-1950); termos da Mesa (1638-1863); termos de eleições de mesários (1803-1898); termos de eleições de irmãos da Confraria do Hospital e Misericórdia (1704-1897); registo de eleições de oficiais (1653-1893 ²²), relações de irmãos eleitos (1902-1903); termos de aceitação de irmãos e de juramento e posse (1657-1885); registo de irmãos (1830-1873); relações de irmãos da Confraria do Hospital e Misericórdia (1725-1776); registo de correspondência recebida (1913-1939); correspondência recebida (1917-1949); registo de correspondência expedida (1940-1950); copiadores de correspondência recebida e expedida (1898-1925) ²³; tombos e demarcações de propriedades (1501-1820); inventários de bens (1787-1897) e memoriais de capelas instituídas (1722). No domínio das funções assistenciais da Misericórdia, salientavam-se as seguintes séries: requerimentos para subsídios (1908-1909); registo de defuntos e enterros (1619-1805) e, no que diz respeito às actividades de gestão hospitalar, estatutos e regulamentos internos (1895-1923); inventários de bens (1703-1917); plantas (1889); registo de visitantes (1929-1938); registo de benfeitores (1921); registo do movimento de doentes (1849-1872); registo de doentes (1891-1950); documentação sobre óbitos (1896-1950); receituário médico (1829-1918) e receituário da botica (182-1950). No fundo existia ainda um livro referente à “Instituição da Santa Casa da Misericórdia” (s.d.), com apontamentos sobre a história do edifício da Santa Casa, desde a sua data de fundação até 1873.

Instrumentos de descrição e pesquisa: ²⁴.

¹⁹ A instituição assimilou no século XIX a Confraria de N.ª Sr.ª dos Campos e a sua documentação, que se encontra neste fundo.

²⁰ Atendendo ao facto de não estarem apuradas as perdas de documentação que se seguiram às referidas cheias de 2001, mantemos as informações disponíveis anteriormente, no “Recenseamento...”. Importa, contudo, averiguar as consequências daquele evento no acervo da Misericórdia para ter uma visão concreta da situação actual do seu património arquivístico.

²¹ É provável que esta documentação tenha sido reunida no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”.

²² Inclui as que dizem respeito à Confraria do Hospital e Misericórdia (1704-1893).

²³ Integra o chamado “livro copiador” (1871-1898), que inclui, entre outros, a estatística da Misericórdia, na sequência duma portaria de Outubro de 1870.

²⁴ Na sede da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) existem fichas de descrição documental realizadas na primeira parte da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada no Arquivo da Universidade de Coimbra, no fundo do Hospital Real de Coimbra.

Bibliografia: SILVA, Mário José Costa da – *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho – Espaço de sociabilidade, poder e conflito (1546-1803)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996 (dissertação de mestrado policopiada).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PEREIRA

R. da Torre, 3140-315 Pereira.

Tel.: 239645774.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação histórica encontrava-se no cartório e sala das sessões, em duas salas fechadas e sombrias, passíveis de ocorrência de infiltrações de água.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PEREIRA

Datas extremas: 1584-1950.

Dimensão: 105 liv., 89 cd., 26 mç., 1 doc. 3, cx. e 1 pt.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia; às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e da saúde, exercidas através do seu hospital²⁵. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1745-1992); breves pontifícios²⁶ (1786); acórdãos, deliberações e actas da Mesa (1691?-1944); actas do Conselho Superior da Misericórdia (1871-1889); documentação relativa a eleições de mesários (1659-1880); termos de entrada de irmãos (1852-1871); termos de juramento e posse (1919-1938); registo de irmãos (1672-1845); correspondência recebida (1907-1942); copiadores de correspondência expedida (1850-1950); séries relativas ao Banco Agrícola (1871-1938); tombos de propriedades (1724); inventários de bens móveis e imóveis (1785-1867); documentação referente a legados pios (1725-1839); títulos das doações e testamentos dos benfeitores

(1786); habilitações de dotes para órfãs (sécs. XVIII-XIX); petições à Mesa (sec. XVIII-XIX) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, inventários de bens (1928-1929); documentação relativa ao movimento de doentes (1907-1918) e receituário (1895-1900). A documentação mais antiga deste fundo é relativa a receita da Santa Casa (1584-1950).

Características físicas: Segundo o “Recenseamento...”, a documentação encontra-se mal acondicionada, em preocupante estado de conservação, sujeita à humidade e à acção de micro-organismos, insectos e roedores.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um inventário antigo com descrições dos livros e outros papéis do cartório da Misericórdia (1868).

Bibliografia: NUNO, Mário; GÓIS, Correia – *Vila de Pereira*. Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1992.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENELA

Largo Dr. Albino Cordeiro, 3230 Penela.

Tel.: 239569169. Fax: 239569339.

Possui arquivo e biblioteca.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se na sede da Santa Casa.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENELA

Datas extremas: 1850-1950.

Dimensão: 36 liv., 1 cd., 8 mç. e 2 pt.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia; às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros e humanos, e às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e da saúde. Foi ainda considerada um conjunto de documentação avulsa emacçada, com correspondência, editais, atestados de pobreza, etc [(1900-1941), 3 mç.]. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1912); regulamentos e cadastros da Irmandade (1924); actas da Mesa (1855-1950); termos de entrada de irmãos (1885-1950);

²⁵ O “Recenseamento...” incluiu ainda uma secção de “Documentação diversa” [séc. XVII-Séc. XIX], 1 cx., em avançado estado de degradação.

²⁶ O único documento desta série encontra-se em mau estado de conservação.

correspondência recebida (1882-1937) e copiadore de correspondência (1886-1950).

Organização: O tratamento do fundo seguiu critérios de ordenação sistemática e cronológica da documentação.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada no Arquivo da Universidade de Coimbra, na Coleção Albino Maria Cordeiro²⁷.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE TÁBUA**

Largo da Silhada, 3420 Tábua.

Tel.: 235 41 02 60. Fax: 235 41 02 69.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TÁBUA

Datas extremas: 1955-2001.

Dimensão: 2 liv.²⁸

História arquivística: A Misericórdia guarda documentação contabilística relativa à actividade do hospital, desde 1960 até à passagem da sua administração para o Estado, e dois livros, considerados os mais antigos. Desconhece-se a existência da documentação das primeiras décadas de vida da instituição, criada em 1933.

Âmbito e conteúdo: Fundo cuja documentação mais antiga é composta apenas por um “livro de ouro”²⁹ (1955-1992) e registo de autos de posse (1955-2001).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SEMIDE**

Antiga Escola Primária, Corredora de Semide, 3220 Semide (Miranda do Corvo).

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação com interesse histórico encontrava-se na Paróquia de Semide, juntamente com outra relativa às actividades desta instituição religiosa.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SEMIDE

Datas extremas: 1835-1950.

Dimensão: 11 liv., 1 mç. e 1 cd.

História arquivística: Supõe-se que grande parte do acervo documental possa ter ardidido.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um número reduzido de séries, nas quais se destacam actas e eleições da Irmandade (1891-1901); registo de irmãos (1835-1950); correspondência recebida (1935) e inventários de bens móveis e imóveis (séc. XX).

F: CONFRARIA DAS ALMAS DE SEMIDE

Datas extremas: 1891-1948.

Dimensão: 1 liv. e 8 cd.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SOURE**

Av. dos Bombeiros Voluntários de Soure, 3130 Soure.

Tel.: 239502161. Fax: 239501579.

Possui arquivo e biblioteca.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelos dirigentes da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se no Lar e Centro de Dia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOURE

Datas extremas: 1651-1950.

Dimensão: 100 liv. e 2 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia; às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos, privilégios e liberdades (1684); projectos de compromissos (1872); actas da Mesa (1853-1950); documentação sobre eleições da Mesa (1683-1828); listas de aceitação de irmãos (1685-1780); registo de irmãos e termos de juramentos (1885-1950); copiadore de correspondência (1857-1946); tombos de propriedades (1787-1792); inventário de bens móveis e imóveis (1811-1870; s.d.) e, no domínio das

²⁷ Segundo o “Recenseamento...”, trata-se duma colecção de documentação diversa (séc. XVII-1940) pertencente ao Dr. Albino Maria Cordeiro, provedor da Misericórdia de Penela na segunda metade do séc. XIX, depositada no Arquivo da Universidade.

²⁸ Não inclui a documentação contabilística mais antiga, nem qualquer outra de carácter administrativo, que se encontram ainda por organizar.

²⁹ Contém o registo das principais inaugurações feitas pela Misericórdia, sendo o primeiro referente à inauguração do hospital.

actividades de gestão hospitalar, registo do movimento de doentes (1813-1950); registo de doentes internados (1941-1950); receituário, dietas e relação de medicamentos e socorros prestados a doentes (1828-1944).

Organização: A documentação encontra-se classificada e ordenada, bem como cotada e inventariada.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário recente. Existe ainda um inventário antigo dos livros, escrituras e outros papéis da Misericórdia (1815-1870).

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada nos fundos da Confraria das Almas de Soure e Confraria do Senhor Jesus de Soure.

F: CONFRARIA DAS ALMAS DE SOURE

Datas extremas: 1841-1860.

Dimensão: 1 liv.

F: CONFRARIA DO SENHOR JESUS DE SOURE

Datas extremas: 1820.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TENTÚGAL

R. Dr. Armando Gonçalves, 3140 Tentúgal (Montemor-o-Velho).

Tel.: 239951873.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se no Centro de Dia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TENTÚGAL

Datas extremas: 1584-1950.

Dimensão: 81 liv., 271 cd., 72 mç., 26 pt., 19 proc. e 1 doc.³⁰

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia; às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Foi ainda considerada a seguinte área orgânica individualizada no fundo: Confraria

de S. Pedro e S. Domingos de Tentúgal, anexada à Irmandade da Misericórdia em finais do séc. XVI ou inícios do séc. XVII. Foi também identificado um conjunto de documentação avulsa, de diferentes tipologias³¹ [(1656-.séc.XX), 20 pt., 1 cd. e 1 doc.]. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1771-1822)³²; processos relativos a breves de redução de missas (1783-1797); acórdãos e deliberações da Mesa (1584-1856); actas das sessões da Mesa (1856-1950); actas de eleições de mesários (1874-1922); registo de irmãos (1886-1919); registo de correspondência recebida (1939-1950); correspondência recebida (1814?-1950); copiadores de correspondência expedida (1850-1852); circulares e editais da Misericórdia (1925-1929); registo dos documentos que saíram do cartório (1882-1909); tombos de propriedades (1611-1743); inventários de bens móveis e imóveis (1670-1909³³); documentação relativa à desamortização de bens da Santa Casa (1860-1880); termos de entrega de dotes a órfãs (1844-1908) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia, documentação referente ao movimento de doentes (1864-1921), receituário do hospital (1841-1869); receituário da botica (1852) e inventários de bens da botica (1835).

Organização: O fundo não guarda a ordem original e não segue critérios de classificação e ordenação arquivística na sua arrumação.

Características físicas: A documentação deste fundo esteve instalada, durante bastante tempo, num local inadequado e sujeita a más condições de conservação, até ter sido encontrada por funcionários, na década de 1990, e identificada pela equipa do “Recenseamento...”, motivo pelo qual alguma pode apresentar sinais de degradação que afectem a sua utilização.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Os livros e cadernos até 1950 foram inventariados. Existe um inventário antigo de todos os livros e papéis do cartório da Misericórdia (1795).

Bibliografia: CONCEIÇÃO, A. Santos – *Terras de Montemor-o-Velho*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 1992.

F: CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE TENTÚGAL

Datas extremas: 1879.

Dimensão: 1 cd.

³⁰ Dimensão aproximada.

³¹ Inclui uma cópia do regulamento do hospital da Ordem Terceira de Coimbra (1851).

³² Trata-se de dois compromissos, sendo o datado de 1771 uma cópia manuscrita do compromisso original de 1583.

³³ Inclui um inventário relativo à casa do despacho, hospital e culto (1909).

F: CONFRARIA DE SANTO ANTÓNIO
DE TENTÚGAL

Datas extremas: 1807-1842.

Dimensão: 1 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA COVA DO ALVA**

Vila Cova do Alva, 3305 Vila Cova do Alva (Arganil).
Tel.: 235729505.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se na Casa Paroquial da localidade.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA COVA DO ALVA

Datas extremas: 1723-1947.

Dimensão: 9 liv. e 1 cd.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam estatutos (1913); actas e deliberações da Mesa (1856-1915) e copiadores de correspondência expedida (1936-1947).

F: IRMANDADE DAS ALMAS
DE VILA COVA DE SUB-AVÔ

Datas extremas: 1723-1865.

Dimensão: 1 liv.³⁴

**ED: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS
NECESSIDADES DE VILA NOVA DE
POIARES³⁵**

Vila Nova de Poiares, 3350 Vila Nova de Poiares.
Tel.: 239421145. Fax: 239421697.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se na Secretaria, instalada no Lar de idosos.

F: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS
NECESSIDADES DE VILA NOVA DE POIARES³⁶

Datas extremas: 1897-1950.

Dimensão: 45 liv. e 1 cd.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Irmandade. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções referentes às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e às actividades da Irmandade no âmbito da assistência na saúde, exercidas através do Hospital de Beneficência Poiarense. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Assembleia Geral (1912-1950); deliberações e eleições da Irmandade (1899-1915); actas da Mesa (1915-1950); actas da Comissão Central dos festejos em honra de N.ª Sr.ª das Necessidades (padroeira do Hospital de Beneficência Poiarense) (1937-1938); autos de posse de corpos gerentes (1913-1950); matrículas de irmãos (1903-1950); copiadores de correspondência expedida (1901-1929); inventários de bens móveis e imóveis (1911). No que respeita às actividades de gestão hospitalar, destaca-se documentação referente à constituição e criação do Hospital de Beneficência Poiarense (1897-1899); actas da Comissão directora (1909-1911); documentação da Liga dos Amigos do Hospital (1950); copiadores de ofícios e circulares expedidas pela Comissão central do hospital (1897-1907); copiadores de correspondência expedida (1910-1913); registo de dádivas (1910-1913); registo de visitantes (1909-1950) e documentação relativa ao movimento de doentes (1909-1929).

**ED: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL
DA LOUSÃ (por depósito da Santa Casa
da Misericórdia da Lousã)**

Biblioteca Municipal, Av. Coelho da Gama, 3200 Lousã.
Tel.: 239990370.

Acesso: A consulta da documentação pode ser realizada durante os dias úteis da semana, entre as 9h e as 12h30 e entre as 14 e as 17h30.

Condições de instalação: A documentação encontra-se nas novas instalações da Biblioteca Municipal. Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, estava na Secretaria e no sótão do Lar da Terceira Idade e Jardim da Infância da Misericórdia.

³⁴ Trata-se de um livro que contém uma cópia do documento de criação da Irmandade, de 1723, uma reforma dos estatutos e sua confirmação de 1757, um plano de reforma de estatutos, uma cópia de provisão do Desembargo do Paço de 1814 e um auto de deliberação e providências dadas pela Junta da Irmandade para melhor observância dos estatutos, de 1865.

³⁵ Designação da instituição, identificada na UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*, vol. I, p. 415 como Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Poiares.

³⁶ Cf. nota anterior.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSÃ

Datas extremas: 1566-1950.

Dimensão: 128 liv., 7 cd., 13 mç., 8 pt. e 5cx.

Procedência: A documentação encontra-se no Arquivo a título de depósito, após acordo celebrado, em 1999, entre o município e a Santa Casa.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o "Recenseamento...", a sua documentação pode ser classificada em secções referentes à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência sócio-educativa e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Foi ainda considerado um conjunto de documentação avulsa de proveniência nem sempre identificada (séc. XIX-XX). Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1894); alvarás régios (1566)³⁷; acórdãos e actas da Mesa (1750-1950); termos de aceitação de irmãos (1695-1829); correspondência recebida da Administração do Concelho e do Hospital de S. José – Lisboa (segunda metade do séc. XIX); copiadore de correspondência (1885-1946); tombo de propriedades (1819) e inventários de bens móveis e imóveis (1854). No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-

-se ainda as seguintes séries documentais: regulamentos internos (1888); actas da Comissão para o estabelecimento do hospital (1856-1869); actas da Comissão administrativa (1889-1936); documentação relativa ao movimento de doentes (1892-1950) e receituário e dietas (1889-1950).

Organização: A documentação necessita de tratamento arquivístico.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe uma descrição da documentação na Internet, no endereço http://www.bib-lousa.rcts/santa_casa.htm³⁸.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada na Misericórdia da Lousã, a exemplo de livros de actas. Pode ser consultada no Arquivo Histórico Municipal, caso exista autorização para o efeito, dada pelo provedor da Misericórdia (Tel.: 239991294 e fax: 239994198)³⁹.

Bibliografia: LEMOS, Eugénio de – *A Santa Casa da Misericórdia da vila da Lousã: resenha histórica, 1566-1966*. Lousã: Tipografia Lousanense, 1966.

F: CONFRARIA DO SANTÍSSIMO CORAÇÃO DE JESUS DA LOUSÃ

Datas extremas: 1909-1946.

Dimensão: 9 liv.

³⁷ Trata-se dum alvará de D. Sebastião aprovando os estatutos da Misericórdia.

³⁸ Endereço de página consultada em 26 de Outubro de 2001.

³⁹ O Arquivo Histórico Municipal possui descrições desta documentação.

Distrito de Évora ^{1 2}

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALANDROAL

R. Dr. António José de Almeida, 13, apartado 4, 7250-138 Alandroal.

Tel.: 268449102. Fax: 268431241.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALANDROAL

Datas extremas: 1580-1913 ³.

Dimensão: 65 liv.

História arquivística: Os livros e outros documentos do cartório anteriores a 1580 desapareceram, provavelmente, durante as Invasões Francesas.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos ⁴, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1618-1913) ⁵; regimentos, ordens régias, provisões e aforamentos (1816-1864); actas e eleições da Mesa (1823-1844); documentação sobre eleições (1747-1823); registo e termos de irmãos (1678-1912); tombos de propriedades e foros (1598-1858); termos de enterramentos realizados pela Santa Casa (1736-1782); registo de óbitos ⁶ (1812-1864); registo do movimento de doentes do hospital (1807-1877) e inventários de bens do hospital, igreja e sacristia (1808). A documen-

tação mais antiga que integra o fundo pertence à série de receita e despesa (1580-1815).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário inserido na obra de Francisco Sanches Marcos, publicada em 1982.

Bibliografia: MARCOS, Francisco Sanches – *História da Misericórdia de Alandroal*. Évora: Tip. Diana, 1982.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TERENA

Datas extremas: 1559-1933.

Dimensão: 75 liv. e 17 mc.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência sócio-religiosa. Entre as suas séries destacam-se actas, acórdãos e deliberações da Mesa (1559-1888); documentação sobre eleições (1771) e irmãos (1560-1791); copiadores de correspondência (1906); tombos e inventários (1835-1898) e registo de defuntos (1642).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁÇOVAS

R. Dr. Aleixo de Abreu, 49, 7090 Alcáçovas (Viana do Alentejo).

Tel.: 266954189. Fax: 266954189.

Responsável: Secretário.

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 12: *Distrito de Évora*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2000 (dados recolhidos em 1993-1994 e actualizados depois do final de 1998) e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes: informações recolhidas no Verão de 2001 pela bolsreira Silvana Pires, no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* para o caso da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz. Foi ainda efectuada uma visita de trabalho à Santa Casa da Misericórdia de Borba para corrigir e complementar os dados fornecidos pelo “Recenseamento...” e consultados instrumentos de descrição impressos para os casos de Monsaraz, Montemor-o-Novo e Vila Viçosa.

² Para além do caso das Misericórdias extintas, não foi contemplado o caso da de Vendas Novas que, após ter sido contactada por escrito e por telefone, informou que não possuía “arquivo histórico”.

³ Neste distrito, nos dados apresentados pelo “Recenseamento...”, as datas extremas, bem como as dimensões, apenas devem ser consideradas “indicativas”.

⁴ Neste distrito, o “Recenseamento...” considerou como integráveis nesta secção as séries referentes a eleições de mesários e registos de irmãos.

⁵ Inclui compromissos da Misericórdia de Lisboa (1618 e 1674) e estatutos da Misericórdia e Hospital Civil do Redondo (1913).

⁶ É provável que se trate de registo de óbitos do hospital, dado que, no “Recenseamento...”, a série foi incluída numa secção intitulada “Assistência na saúde”.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ALCÁÇOVAS**

Datas extremas: 1574-1959.

Dimensão: 172 liv. e 154 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se eleições, arrematações e acórdãos (1740-1849); actas (1848-1925); documentação sobre eleições e entrada de irmãos (1725-1740); documentação sobre entrada de irmãos (1821-1877); termos de admissão e juramento de irmãos (1877-1926); correspondência recebida (1890-1912); correspondência expedida⁷ (1884-1911); inventários (1877-1954) e outra documentação referente a bens da Misericórdia (1848-1968); documentação relativa a enterramentos realizados pela Santa Casa (1728-1777); registo de óbitos⁸ (1876-1892) e documentação relativa à assistência a pobres (1886-1917). No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: inventários de bens da igreja e hospital (1859); registo de socorridos (1857-1872); registo do movimento de doentes (1869-1959); receituário e documentação referente ao movimento [de doentes] (1835-1870) e receituário (1863-1877).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Ficheiro⁹.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ARRAIOLOS**

R. Alexandre Herculano, 31, 7040 Arraiolos.

Tel.: 266499101. Fax: 266499101.

Responsável hierárquico: Vice-provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARRAIOLOS

Datas extremas: 1404-1898.

Dimensão: 229 liv. e 4 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde¹⁰, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se registos de provisões e irmãos (1680); actas (1728-1848); documentação sobre eleições (1751-1852); registo de irmãos (1680¹¹-1898); tombos (1558-1845); documentação referente a diversas capelas (1743-1881); documentação sobre dinheiro que veio de Macau (1657) e registo de enjeitados (1535-1777). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: tombos (1531-1848); inventários (1760-1770); registo de doentes (1755-1835); documentação relativa ao movimento de doentes (1749-1841); documentação sobre visitas (sécs. XVI-XVIII) e autos de visitas (1768-1833). A documentação mais antiga que integra o fundo pertence a um conjunto de “documentos avulsos” (1404-1872), sendo de referir ainda uma série de documentos de receita e despesa do hospital (1513-1863) e documentos relativos a despesas com dinheiro enviado pelo Duque de Bragança para os pobres (1513).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Catálogo policopiado e ficheiro.

F: CÂMARA MUNICIPAL DE ARRAIOLOS

Datas extremas: 1609-1674.

Dimensão: 6 liv.¹².

F: CÂMARA MUNICIPAL DO VIMIEIRO

Datas extremas: 1709-1867.

Dimensão: 42 liv.¹³.

⁷ Não sabemos se se trata de registos ou copiadores.

⁸ Não sabemos exactamente se se trata de registo de óbitos do hospital, dado que, no “Recenseamento...”, a série foi incluída numa secção intitulada “Saúde e assistência social”.

⁹ Pressupomos ser constituído pelas fichas realizadas no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980.

¹⁰ Neste caso, normalizámos as incoerências da classificação apresentadas pelo volume do “Recenseamento...” do distrito de Évora.

¹¹ O primeiro livro desta série inclui um registo de provisões.

¹² Inclui 4 liv. de vereações (1600-1674).

¹³ O “Recenseamento...” indica ainda a existência de documentação do fundo do Ministério dos Negócios do Reino (1849), sem apresentar dados que permitam confirmar esta descrição.

F: CONFRARIA DO CORPO DE DEUS ¹⁴

Datas extremas: 1447.

Dimensão: 1 liv. ¹⁵.

F: CONFRARIA DA GAFANHOEIRA

Datas extremas: Séc. XV.

Dimensão: 1 liv. ¹⁶.

F: CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO ¹⁷

Datas extremas: 1722.

Dimensão: 1 liv. ¹⁸.

F: IRMANDADE DA LUZ E DO ROSÁRIO ¹⁹

Datas extremas: S.d. ²⁰.

F: IRMANDADE DO SENHOR JESUS DOS PASSOS ²¹

Datas extremas: S.d.

Dimensão: 1 liv.

F: JUNTA DE PARÓQUIA DE SANTA JUSTA

Datas extremas: 1894.

F: PARÓQUIA DE SÃO GREGÓRIO

Datas extremas: S.d.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE BORBA**

Rua Humberto Silveira Fernandes, 16, 7150 Borba.

Tel.: 268894136. Fax: 268894136.

E-mail: scmborba@mail.telepac.pt

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: O fundo encontra-se instalado provisoriamente em estantes metálicas, nas unida-

des de instalação originais, num armazém térreo que não reúne as condições físicas necessárias à conservação das espécies documentais ²². Alguns alvarás e compromissos estão guardados numa pasta, dentro de um cofre, junto do gabinete do Provedor. Os livros de actas encontram-se na secretaria, assim como um inventário.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BORBA

Datas extremas: 1535-1983.

Dimensão: ²³.

História arquivística: Muita da documentação terá desaparecido na sequência das Invasões Francesas. No séc. XX, o acervo esteve durante muito tempo guardado nuns anexos da igreja da Misericórdia, empilhado em estantes. Posteriormente a documentação começou a ser tratada por um estagiário da Câmara Municipal de Borba, que a identificou.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Seguindo o esquema do “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros e patrimoniais, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1913); alvarás régios ²⁴ (1516-1806); provisões e documentação relativa a privilégios e bens da Misericórdia (1800-1807); actas da Assembleia Geral (1945-1985); acórdãos, eleições, inscrições de irmãos e actas (1704-1901); correspondência recebida (1896-1953); copiadores de correspondência expedida (1921-1974); correspondência com diversas entidades [décadas de 1960 e 1970]; documentação relativa a capelas (sécs. XVI-XVII; s.d.); tombos e relações de bens (1582-1811); inventários (1715-1816); testamentos (sécs. XVI-XVII); testamentos, doações e escrituras (séc. XIX);

¹⁴ O “Recenseamento...” não indica em que paróquia esta confraria tinha a sua sede.

¹⁵ Trata-se de um tomo de 1447.

¹⁶ Trata-se de um tomo do séc. XV.

¹⁷ O “Recenseamento...” não indica em que paróquia esta confraria tinha a sua sede.

¹⁸ O “Recenseamento...” refere ainda a existência de uma “Confraria do Santo Ofício” com documentação entre 1432 e 1522 (!).

¹⁹ O “Recenseamento...” não indica em que paróquia esta confraria tinha a sua sede.

²⁰ Documentação referente à extinção da irmandade.

²¹ O “Recenseamento...” não indica em que paróquia esta confraria tinha a sua sede.

²² O acervo encontra-se, na sua maior parte, acondicionado em embrulhos de papel, fechados com cordel, não tendo sido possível, durante a visita da representante do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, confirmar o seu conteúdo.

²³ O “Recenseamento...” referenciou 330 liv. e 11 mç. de documentação deste fundo. A equipa do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* apurou que a dimensão deste, no Verão de 2001, era de 29,6 m.l.

²⁴ Esta série é composta por originais e cópias.

certidões de testamentos²⁵ (1946); documentação referente a donativos (1939); documentação relativa à Colegiada (1748-1820) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica, acordos e circulares do hospital [1963-1975]; correspondência (1962-1976); registo do movimento de doentes (1816-1929); contas da botica privativa e registo dos soldados hospitalizados que receberam tratamento (1747-1792); documentação sobre pobres e indigentes (1954-1970) e registos de óbitos (1653-1929). A documentação mais antiga do fundo pertence à série de escrituras (1535-1864).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CABEÇÃO

Praça do Município, 1, 7490 Cabeção (Mora).

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CABEÇÃO

Datas extremas: 1602-1916.

Dimensão: 57 liv., 2 mç. e 10 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos. Entre as suas séries destacam-se compromissos e estatutos²⁶ (1640); actas, eleições e termos (1718-1896); correspondência recebida (1896); correspondência expedida²⁷ (1896); tombos de propriedades (1602-1835); tombos das capelas (1665-1821) e documentação referente a títulos de capelas e doações (1665-1821).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTREMOZ

Rossio Marquês de Pombal, 7100 Estremoz.
Tel.: 266977333.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTREMOZ

Datas extremas: 1426-1973.

Dimensão: 984 liv.²⁸.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1915); provisões e alvarás²⁹ (1624); actas e acórdãos (1595-1990); documentação sobre eleições (1597-1894); documentação sobre irmãos (1595-1926); correspondência recebida (1887-1934); correspondência expedida³⁰ (1878-1911); lembranças (1614-1660); tombos (1426³¹-1877); descrição de bens de raiz (1854-1951); inventários (sécs. XVI-XX; s.d.); documentação sobre capelas (1744-1871); testamentos (1877-1931); documentação referente à assistência a presos (1613-1618); a expostos (1651-1927); a dotes (1698) e a óbitos (1573-1975). No que diz respeito às actividades de gestão hospitalar e farmacêutica, destacam-se: documentação relativa ao movimento de doentes (1618-1973); registo de militares doentes (1793-1875); receituário (1890-1913) e inventários da farmácia (1910-1937). A documentação mais antiga que integra o fundo pertence à série de receita e despesa (1554-1970).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário polícopado.

F: BEATÉRIO DE ESTREMOZ³²

Datas extremas: 1778-1874.

Dimensão: 47 liv.³³

²⁵ As certidões são relativas a testamentos de 1883 e 1927.

²⁶ É provável que se trate de um dos compromissos impressos da Misericórdia de Lisboa, editado em 1640.

²⁷ Não sabemos se se trata de registos ou copiadores.

²⁸ Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, existiam ainda 8 m.l. de documentação solta que não se encontrava organizada e, por isso, não foi identificada.

²⁹ Segundo o “Recenseamento...”, existem ainda “régias mercês e alvarás” de 1497.

³⁰ Não sabemos se se trata de registos ou copiadores.

³¹ Inclui pelo menos um tombo de data anterior à fundação a Misericórdia, cujo produtor não foi identificado pelo “Recenseamento...”.

³² Segundo informação do Dr. José Alberto Marques, técnico do IAN/TT que participou nas recolhas do “Recenseamento...” neste distrito, tratava-se de uma casa de meninas órfãs que funcionou junto ao hospital da Misericórdia (agradecemos ao Dr. José Alberto Marques esta e outras informações que nos prestou sobre os arquivos das misericórdias da região eborense).

³³ Inclui livros sobre a fundação do Beatério (1778).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ÉVORAMONTE**

Praça dos Aviadores, 38, 7100 Évoramonte (Estremoz).
Tel.: 268959338.

Responsável hierárquico: Vice-provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ÉVORAMONTE**

Datas extremas: 1516³⁴-1933.

Dimensão: 109 liv., 1 cd. e 8 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos³⁵ (1516); actas, deliberações e termos da Mesa (1853-1895); documentação sobre eleições e tomadas de posse (1880-1888); documentação sobre irmãos³⁶ (1697-1698); correspondência (1856-1915); inventários, títulos, rendas³⁷ (1616-1900); registo de defuntos e termos (1722-1792) e documentação relativa ao movimento de doentes do hospital e óbitos (1883-1899).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MONSARAZ**

Monsaraz, 7200 Monsaraz.

Acesso: A consulta da documentação original deve ser solicitada aos responsáveis da Misericórdia, embora o possa ser também junto da Divisão da Acção Cultural (CMRM -DAC) da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Praça da Liberdade, 7200 Reguengos de Monsaraz ou do Instituto de Cultura Vasco Vill’Alva. Prevê-se que a partir de 2003 a consulta seja realizada

apenas com recurso a meios digitais, no Centro de Informação Multimédia da Câmara, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h30 e das 14h às 17h30.

Condições de instalação: A documentação original encontra-se na Santa Casa da Misericórdia de Monsaraz, organizada e instalada em caixas.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONSARAZ
Datas extremas: 1521-1992.

Dimensão: 18,2 m.l. (106 cx.)³⁸.

História arquivística: Na época em que foi feito o “Recenseamento...”, a documentação estava na Junta de Freguesia de Monsaraz.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído, entre outras séries, por registo de alvarás (1871-1880); compromissos (1818-1914); registo das obrigações da Misericórdia (1854); acórdãos e actas da Mesa (1777-1917); termos de eleições (1776-1985); editais da Misericórdia (1897-1961); registo de irmãos (1615-1860); correspondência recebida de diversas entidades³⁹ (1839-1977); registo de correspondência expedida (1867-1976); tombos (1521-1825); inventários (1807-1856); testamentos (1625-1770); documentos relativos a doações (1627-1827); documentação relativa a obras e instalações (1929-1938); estatutos da Comissão de festas do Senhor dos Passos (1984); correspondência recebida da Comissão de festas (1935-1966) e correspondência expedida da Comissão de festas (1946-1975). No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: regulamentos (1937); registo do movimento de doentes (1830-1967); receiptuários (1817-1943) e registo de cartas de guia (1827-1829).

Instrumentos de descrição e pesquisa: CÂMARA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ; INSTITUTO DE CULTURA VASCO VILL’ALVA – *Arquivo da Misericórdia de Monsaraz. Inventário*. Évora: [S.n.], 2002.

³⁴ A “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira” refere a existência de documentos manuscritos de 1527 que não foram encontrados pela equipa do “Recenseamento...” (Évoramonte. In *GRANDE enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia, s.d., vol. 10, p. 691-694).

³⁵ Trata-se do compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516.

³⁶ Inclui documentação sobre recebimento de dinheiro e esmolas.

³⁷ Inclui ainda outras tipologias.

³⁸ O “Recenseamento...” identificou concretamente 127 liv.

³⁹ Refere-se a Direcção-Geral de Assistência (1942-1971), Direcção-Geral dos Hospitais (1959-1971), Governo Civil (1938-1967), Instituto Nacional de Estatística (1947-1970) e Ministério da Saúde e Assistência (1947-1976).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MONTEMOR-O-NOVO**

R. João Luís Ricardo, 8, apartado 114, 7050 Montemor-o-Novo.

Tel.: 266896600. Fax: 266893987.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: O arquivo histórico encontra-se numa sala ao lado da secular casa do despacho, em mais de uma dezena de armários embutidos na parede, onde também se encontra documentação mais recente e publicações.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MONTEMOR-O-NOVO**

Datas extremas: 1412-1974.

Dimensão: 40.

Âmbito e conteúdo: O fundo contém documentação da confraria da Misericórdia e do hospital local nos sucessivos períodos em que este foi administrado pela Santa Casa, pelos frades Lóios e pelos irmãos hospitaleiros de S. João de Deus. Inclui um conjunto de “Miscelâneas” (de originais avulsos e códices do séc. XV em diante), com documentos importantes para a história da Santa Casa, a exemplo de privilégios régios, concessões eclesiásticas, acórdãos da Junta (1731-1844), registo de provisões (1628-1856), registo de eleições e inscrições (1555-1974); um livro dos segredos (1737), um regimento da “levada” dos presos (1555), registo de dotes de órfãs (1686-1821), registo de defuntos (1665-1821), inventários e tombos de bens⁴¹ (1628-1917), registo de visitantes do hospital (1882-1946) e documentação sobre a criação da botica e inventários dos seus bens (1781-1782). Contém ainda uma primeira colecção de pergaminhos (1428-1536), com testamentos e cartas de venda de propriedades, e uma outra, com pergaminhos avulsos do hospital (1412-1564). Entre as suas múltiplas séries destacam-se também compromissos e estatutos da Misericórdia e hospital (1516-séc. XX); actas da Mesa (1845-1965); copiadores de correspondência (1871-1970); registo de petições (1865-1921) e registo de entrada de doentes no hospital. Os livros mais antigos do fundo pertencem à série de receita e despesa dos mordomos, de que há vários do século XVI, sendo o mais antigo de 1502. Não pode deixar de ser ainda referido o livro das capelas (1720), escrito por Rodrigo de

Vilalobos e Vasconcelos Figueira, escrivão da Santa Casa, que, além de enunciar as propriedades da instituição, reconstitui parte da memória institucional sobre as origens da Santa Casa.

Instrumentos de descrição e pesquisa: ANDRADE, António Alberto Banha de – *Roteiro do Arquivo Histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A.H.M.M.N) com a história da fundação e primeiros anos da Santa Casa*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1978. Existe ainda um inventário antigo da documentação da secretaria (1873-1901).

Bibliografia: *SANTA CASA da Misericórdia de Montemor-o-Novo. V centenário. 500 anos. 1499-1999. Ao serviço da solidariedade social*. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 1999; COMISSÃO PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS – *500 anos das misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE
MONTEMOR-O-NOVO**

Datas: 1957.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORA

R. Nova, 51, 7490 Mora.

Tel.: 266439030. Fax: 266439039.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORA

Datas extremas: 1536-1954.

Dimensão: 117 liv., 94 cx, 27 mç e 1 pt.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos, actas e termos (1536-1950); documentação sobre eleições

⁴⁰ O “Recenseamento...” apenas indicou a existência de 127 liv., embora a quantidade de documentação existente seja superior.

⁴¹ Fora destas “Miscelâneas” existe ainda documentação desta série, destacando-se o tomo de 1560.

(1913); termos de admissão de irmãos (1913); correspondência (1842-1935); correspondência recebida (1921-1931); correspondência expedida⁴² (1903-1939); correspondência recebida e expedida⁴³ (1948-1952)⁴⁴; tombos (1854-1952); inventários de bens móveis (1933); documentação relativa a legados pios e arrendamentos (1954) e processos de admissão no asilo da Misericórdia (1932-1949). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: inventários e receituário (1917-1929); plantas da casa das autópsias (1917-1918); documentação referente a ampliação e remodelação de instalações (1911-1950); documentação relativa ao movimento de doentes (1865-1932); registo de doentes internados (1899-1952); receituário (1879-1948); registo de óbitos (1911-1923) e registo de certidões de óbito (1933-1950).
Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário.
Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada na Biblioteca Municipal de Mora⁴⁵.
Bibliografia: CORREIA, Joaquim Manuel Lopes – *A Santa Casa da Misericórdia de Mora*. Figueira da Foz: [s. n.]. 1964.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MOURÃO

Praça da República, 26, 7240-233 Mourão.
Tel.: 266586180. Fax: 266586180.
Possui arquivo e biblioteca.
Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MOURÃO

Datas extremas: 1548-1963.

Dimensão: 94 liv.

História arquivística: Parte da documentação de arquivo desapareceu, provavelmente, quando a Praça de Mourão foi vendida pelos seus capitães a D. Filipe II.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da

Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas e acórdãos (1687-1953); actas de eleições (1867); registo de correspondência (1887-1938); correspondência recebida (1887-1963); correspondência expedida⁴⁶ (1887-1963); tombos (1818); testamentos (1548) e cadastros de indigentes (1926). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia, destaca-se ainda documentação referente ao movimento clínico do hospital (1930-1934) e à sua farmácia (1815).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário⁴⁷.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAVIA

Largo Manuel José Casimiro, 9, 7490 Pavia (Mora).
Tel.: 266457279. Fax: 266457279.

Responsável: Secretário.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAVIA

Datas extremas: 1663-1924.

Dimensão: 56 liv. e 10 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos. Entre as suas séries destacam-se acórdãos, actas, eleições e termos (1663-1924); documentação sobre a irmandade (1663-1664); tombos de capelas (1822) e inventários (1854-1895).

Bibliografia: ARNAUD, Joaquim António Leitão Rebelo – *A Misericórdia de Pavia*. In IV CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*. Lisboa, 1959, p. 441-443.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTEL

Praça da República, 1, 7220-374 Portel.
Tel.: 266612112. Fax: 266612770.

Responsável: Secretário.

⁴² Não sabemos se se trata de registos ou copiadores.

⁴³ No caso da correspondência expedida, não sabemos se se trata de registos ou copiadores.

⁴⁴ Existem ainda diversos copiadores de correspondência (1840-1952).

⁴⁵ Encontra-se nesta instituição o compromisso da Misericórdia de Mora (1750).

⁴⁶ Não sabemos se se trata de registos ou copiadores.

⁴⁷ Informação prestada pelo Dr. José Alberto Marques.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTEL

Datas extremas: 1555-1905.

Dimensão: 145 liv. e 127 mç.⁴⁸.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos⁴⁹, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência sócio-religiosa e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos, ordens, provisões e alvarás régios, privilégios e obrigações dos irmãos, acórdãos e deliberações da Mesa e actas das sessões da Mesa (1580-1980); termos de eleições de irmãos (1700-1881); registo de irmãos (1597-1894); registo de correspondência e copiadores de correspondência⁵⁰; tombos de propriedades (1716-1859); documentação sobre capelas (1677-1800); inventários patrimoniais (1686-1911); inscrições do Crédito Público (1899); documentação referente a obras e reparações de instalações (1859-1873); documentação relativa a assistência aos presos (1583-1677); registo de dotes para órfãs (1742-1791) e registo de defuntos e enterros (1642-1837). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: provisões régias (1793-1866); tombos de propriedades (1719-1916); inventários patrimoniais (1770-1889); documentação sobre capelas (1715-1832); documentação relativa a legados pios (1753-1780); documentação relativa ao movimento de doentes (1602-1775); documentação referente a óbitos (1888-1922) e visitas ao hospital (1555-1833).

Instrumentos de descrição e pesquisa: No âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980, foram realizados trabalhos de des-

crição da documentação, existindo fichas resultantes desta intervenção na sede da União das Misericórdias Portuguesas.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE REDONDO

R. de Monsaraz, 1, 7170 Redondo.

Tel.: 266909352. Fax: 266909535.

Responsável hierárquico: Chefe de secretaria.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE REDONDO

Datas extremas: 1443-1952.

Dimensão: 54 liv. e c. 154 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos, alvarás, inventários e relações de bens (1840-1910); cartas régias, alvarás e requerimentos (1534-1895); acórdãos (1541-1946); documentação sobre eleições e assembleias gerais (1840-1981); documentação sobre a irmandade (1662); registo de irmãos⁵¹ (1664-1860); registo de correspondência expedida (1858-1952); inventários (1901-1925); testamentos, cartas de venda, escrituras e sentenças (1443-1909); registo de testamentos (1566-1733); registo de defuntos (1622-1809) e petições à Santa Casa (1832-1910). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia⁵², destacam-se ainda: registo de visitantes do Hospital Civil e documentação sobre empréstimos hipotecários (1850-1926); documentação relativa ao movimento de doentes (1867-1925); relações de doentes (1818-1904); mapas de doentes tratados (1854-1904); papeletas de doentes internados (1892-1910) e receituário (1858-1952).

⁴⁸ Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, parte do acervo estava na “posse” de um particular, pelo que não foi identificada.

⁴⁹ O “Recenseamento...” apresenta critérios diferentes na classificação e apresentação das séries da Misericórdia de Portel. Neste caso, seguimos os critérios inicialmente estabelecidos para este distrito.

⁵⁰ O “Recenseamento...” não apresenta datas extremas para estas séries.

⁵¹ Trata-se do “tombo onde estão escritos os nomes dos cem irmãos” da Misericórdia.

⁵² O “Recenseamento...” indica ainda a existência de documentação do fundo do Hospital Civil do Redondo (1850-1929), sem apresentar dados que permitam confirmar esta descrição.

Instrumentos de descrição e pesquisa: “Livro de registos da documentação”. No âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980, foram realizados trabalhos de descrição da documentação, existindo fichas resultantes desta intervenção na sede da União das Misericórdias Portuguesas.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ

R. Pedro Álvares Cabral, 2,
7200 Reguengos de Monsaraz.
Tel.: 266509190. Fax 266503866.

Responsável hierárquico: Provedor

Acesso: Consulta de documentação mediante autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: O arquivo encontra-se, provavelmente, no sótão do Jardim de Infância, numa sala com demasiada luz e humidade, instalado em estantes de metal.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Datas extremas: 1860-1988.

Dimensão: 65 liv.

História arquivística: Entre 1974 e 1990, o acervo encontrava-se disperso no hospital e nas instalações de diferentes valências, tendo-se perdido nessa época grande parte da documentação relativa à contabilidade da Santa Casa.

*Âmbito e conteúdo*⁵³: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Entre as suas séries destacam-se compromissos⁵⁴ (1887); actas das sessões da Mesa (1879-1896); actas de posse da Misericórdia e Hospital da Vila Nova de Reguengos (1881-1936); actas das sessões de eleições (1861-...); registo de irmãos – traslados (1615); registo de correspondência recebida (1978); registo de correspondência expedida (1978-1980); copiadores de correspon-

dência expedida pela Comissão Administrativa da Misericórdia (1929-1964); registos de cartas de guia (1871-1889); documentação sobre donativos à Misericórdia (1889-1916); inventários de bens (1868-1988); registo de óbitos da Misericórdia (1911-1959); documentação sobre a cozinha dos pobres da Misericórdia (1928-1929); documentação sobre donativos ao hospital (1929-1957); receituário do Hospital Civil de Vila Nova de Reguengos⁵⁵ (1884-1940) e documentação sobre óbitos do hospital (1877).

Organização: A documentação necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE REGUENGOS

Datas extremas: 1927-1929.

Dimensão: 2 liv.

F: PATRONATO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA SOB PROTECÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Datas extremas: 1936-1981.

Dimensão: 17 liv.

F: VIGARARIA DE REGUENGOS

Datas extremas: 1873⁵⁶-1889.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VEIROS

R. Condessa de Cuba, 34,
7100 Veiros (Estremoz).

Tel.: 268929117. Fax: 268929117.

Responsável hierárquico: Provedor

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VEIROS

Datas extremas: 1737-1829.

Dimensão: 13 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam cartas régias, alvarás e petições (1761-1829) e documentação sobre eleições (1758).

⁵³ Quando foi feita a visita ao arquivo pelo representante deste projecto, no Verão de 2001, não foram descritos cerca de 10 livros que se encontravam na posse do Dr. Serafim Custóias, responsável pela sua digitalização e indexação.

⁵⁴ A série contém apenas o primeiro compromisso, que tem junto uma carta da Administração do Concelho e o alvará do Governo Civil, respectivamente de 1887 e 1888.

⁵⁵ Alguns dos livros que constituem esta série são relativos à enfermaria das mulheres ou à dos homens.

⁵⁶ Trata-se de um livro de provisões e ordens emanadas do arcebispado de Évora, escrito e relativo a 1889, à excepção de uma cópia de uma provisão de 1873.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VIANA DO ALENTEJO**

Estrada Nacional 257, 15, 7090-225 Viana do Alentejo.
Tel.: 266939080. Fax: 266939086.
Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VIANA DO ALENTEJO**

Datas extremas: 1678-1936.

Dimensão: 79 liv.

História arquivística: Parte do acervo documental da Misericórdia, que se encontrava no interior da muralha do castelo de Viana do Alentejo, desapareceu com a derrocada de uma parte desta, cerca de 1960⁵⁷.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência sócio-religiosa. Entre as suas séries, destacam-se as seguintes: registo de correspondência (1898); tombos (1678-1745); inventários (1899); inventários e testamentos (1688) e registo de visitantes do hospital (1914-1936).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA VIÇOSA**

Av. Bento Jesus Caraça, 6, 7160 Vila Viçosa.
Tel.: 268980299. Fax: 268999635.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA VIÇOSA**

Datas extremas: 1495-1896.

Dimensão: 419 liv., 16 cd., 18 mç, e 2 prg.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social.

Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1577-1882); acórdãos (1748-1839); actas (1839-1896); lembranças (1615-1748); documentação sobre a irmandade (1758-1769); documentação relativa a eleições (1851-1889); documentação sobre irmãos (1641-1878); correspondência (1839-1879); tombos (1516-1855); inventários (1764-1850); documentação sobre capelas (1761-1803); sentenças, testamentos, doações, aforamentos e inventários (1510-1885); documentação relativa à ajuda a presos (1599-1761) e a órfãos (1611-1640) e documentação referente a defuntos (1707-1917). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia⁵⁸, destacam-se ainda documentação relativa a doentes (1589-1884), receituário (1846-1869) e cadernos da botica (1805-1869).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário impresso da autoria de PESTANA, Manuel Inácio – *Arquivos Históricos Municipais de Vila Viçosa: catálogo, inventário, roteiro, índices*. Vila Viçosa: Câmara Municipal, 1990.

Bibliografia: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII. In CONGRESSO COMEMORATIVO DO V CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DO HOSPITAL REAL DO ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA – *Actas*. Évora: Hospital do Espírito Santo de Évora, 1996, p. 149-164; ID. – Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima. *Cadernos do Noroeste*. 11: 2 (1998) 83-114; ID. – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000; PESTANA, Manuel Inácio – Irmãos ilustres desta Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa. *Boletim da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa*. 8 (1986) 1-9 e ID. – Tombos antigos da Misericórdia de Vila Viçosa: 1504-1651. *Callipole*. 5/6 (1997-1998) 51-58.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VIMIEIRO**

Quinta do Jardim, 7040 Vimieiro (Arraiolos).
Tel.: 266468000. Fax: 266468009.
Responsável hierárquico: Provedor.

⁵⁷ Informação prestada pelo Dr. José Alberto Marques.

⁵⁸ Inserimos aqui referências que no “Recenseamento...” foram incluídas num fundo intitulado “Confraria”, sem que tenha sido apresentada qualquer explicação para o efeito.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIMIEIRO

Datas extremas: 1320-1922.

Dimensão: 450 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1745); actas (1694-1916); documentação sobre irmãos (1662-1910); tombos (1320⁵⁹-1715) e inventários (1622-1922). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia⁶⁰, destacam-se ainda as seguintes séries: tombos (1715); registos de missas e testamentos (1625-1866) e documentação referente ao movimento de doentes (1826-1867).

F: IRMANDADE DA LUZ E DO ROSÁRIO⁶¹

Datas extremas: S.d.

F: PARÓQUIA DE SÃO GREGÓRIO

Datas extremas: S.d.

ED: ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

**(por depósito da Santa Casa
da Misericórdia de Évora)**

Largo dos Colegiais, 3, 7000-809 Évora.

Tel.: 266758730. Fax: 266705603.

Responsável: Director do Arquivo Distrital de Évora.

Acesso: Consulta de documentação mediante autorização prévia, por escrito, concedida pelo Provedor da Misericórdia. As consultas efectuem-se de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h30m e das 14h às 17h30m.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÉVORA

Datas extremas: 1331-1968.

Dimensão: 2344 liv. e 1 mç.⁶².

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1651-1818⁶³); pareceres, alvarás e provisões régias (1554-1717); documentação relativa a privilégios (1557-1559); acórdãos e actas da Mesa (1531-1909); documentação sobre eleições (1552-1762); termos de posse (1738-1886); registo de irmãos (1499-1817); relações de irmãos (1859-1926); registo de editais, anúncios e representações (1900-1924); registo de correspondência recebida (1910-1968); registo de correspondência expedida (1882-1958); correspondência (1503-1899); correspondência recebida e expedida (1869-1873); correspondência recebida (1826-1900); copiadores de correspondência (1848-1889); registo de cartas de guia (1867-1899); documentação sobre o uso do secretário (1704-1706); lembranças (1596-1705); sentenças (1545-1851); tombos e inventários (1499-1868; s.d.); relações da capelas e vínculos (1854); registo dos encargos pios (1864-1904); testamentos e documentação sobre legados (sécs. XVI-XX); documentação sobre assistência aos presos (1577-1800); documentação relativa à criação de expostos (1568-1838); documentação referente a órfãos (1570-1770); documentação sobre esmolas (sec. XVI-XX); documentação relativa a dotes (1540-1846); requerimentos (1825-1900) e documentação relativa a defuntos (1547-séc. XVIII). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Santa Casa destacam-se ainda regimentos (1770-1828); documentação sobre privilégios (1500-1816); actas (1860-1878); inventários de bens móveis e imóveis (1389-1849)⁶⁴; documentação sobre movimento de doentes (1760-1907) e documentação referente a óbitos (1547-1900).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Possui inventário. Existem ainda inventários e catálogos antigos (s.d.).

⁵⁹ Inclui pelo menos um tombo de data anterior à fundação a Misericórdia cujo produtor não foi identificado pelo “Recenseamento...”.

⁶⁰ Inserimos nesta secção referências que no “Recenseamento...” foram inseridas num fundo intitulado “Confraria”, sem que tenham sido apresentados dados que permitam confirmar esta opção.

⁶¹ O “Recenseamento...” não indica em que paróquia esta confraria tinha a sua sede.

⁶² Existem ainda mais maços de documentação em mau estado de conservação, que não foram contabilizados.

⁶³ Trata-se do compromisso da Misericórdia de Lisboa.

⁶⁴ Inclui escrituras. Um dos inventários é referente à biblioteca (1563-1584).

Bibliografia: COMISSÃO PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS – *500 anos das misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000; COSTA, Elisa Maria Lopes da – Meio século de pulsar quotidiano da Santa Casa da Misericórdia de Évora (1541-1598). In CONGRESSO DE HISTÓRIA NO IV CENTENÁRIO DO SEMINÁRIO DE ÉVORA – *Actas*. Évora: [s.n.], 1994, p. 294-308; GUERREIRO, Deão Alcântara – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora nos séculos XVII a XX*. Vol. 3: *1667-1910*. Évora: [s.n.], 1979; ID. – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia*

de Évora. Vol. 4: *1910-1975*. Évora: [s.n.], 1981; GUSMÃO, Armando Nobre de – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora*. 1ª parte: 1449-1567. Évora: [s.n.], 1958; ID. – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora*. 2ª parte: 1567-1667. Évora: [s.n.], 1969; MENDES, Isilda de Carvalho Mourato Pires – *O património da Misericórdia de Évora*. Évora: [s.n.], 1995 (Tese de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora, polícopiada); PEREIRA, Gabriel – *O arquivo da Santa Casa da Misericórdia d' Évora*. Évora: Minerva Eboense, 1888.

Distrito de Faro ¹

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA

Cerro da Alagoa, apartado 2117, 8200-916 Albufeira.

Tel.: 289515427. Fax: 289589370.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se nos serviços administrativos da Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA

Datas extremas: 1835-1991.

Dimensão: 8 liv.

História arquivística: O arquivo foi destruído por Joaquim José de Sousa, o “Remexido”.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas das sessões da Mesa (1835-1888); actas das eleições (1893-1926); registo de correspondência recebida ² (1978-1991); tomos de propriedades e inventários de bens (1909-1978); registo dos pobres que pernoitam no albergue (1895-1911).

Instrumentos de descrição e pesquisa: O tomo de 1909 contém uma descrição detalhada dos livros existentes nesse período, cujo número ultrapassa o acervo documental actualmente existente.

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 175-183.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCANTARILHA

Quinta do Rogel, 8365-183 Alcantarilha (Silves).

Tel.: 282314925. Fax: 282322430.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se acondicionada em caixas de cartão, numa sala interior, anexa à igreja da Santa Casa, num ambiente húmido, desfavorável à sua conservação.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCANTARILHA

Datas extremas: 1747-1982.

Dimensão: 8 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1883-1982); registo de irmãos (1907-1925) e inventários (1896-1941).

Organização: Organização temática e cronológica da documentação realizada por um grupo de jovens do programa OTL, sem direcção técnico-arquivística.

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 307-310.

F: COMISSÃO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA DE ALCANTARILHA

Datas extremas: 1946-1950.

Dimensão: 2 liv.

F: JULGADO DE ALCANTARILHA

Datas extremas: 1828-1932.

Dimensão: 55 liv. e mç.

F: JULGADO DE ALGOZ

Datas extremas: 1855-1875.

Dimensão: 12 liv. e mç.

F: JULGADO DE ARMAÇÃO DE PERA

Datas extremas: 1835-1939.

F: JUNTA DA PARÓQUIA DE ALCANTARILHA

Datas extremas: 1838.

Dimensão: 4 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM

R. D. Sancho II, 18, 8970-069 Alcoutim.

Tel.: 281546312.

Responsável hierárquico: Provedor.

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 6: *Distrito de Faro*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997 e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000.

² O “Recenseamento...” não esclarece totalmente se se trata de uma série da Misericórdia ou de um dos seus serviços de assistência.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa casa de habitação muito antiga, utilizada pela Santa Casa para outras actividades, numa sala interior, com tecto de cana.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM
Datas extremas: 1719-1985.

Dimensão: 63 liv. e mç.

História arquivística: A maior parte do arquivo desapareceu, provavelmente, durante as lutas entre miguelistas e liberais.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e registo de alvarás (1806-1962); registo de circulares, legislação e notas informativas (1974); actas da Mesa da Assembleia Geral (1898-1983); acórdãos e autos de posse da Mesa (1794-1882); actas da Mesa (1887-1976); actas da Comissão Administrativa (1955-1959); registo de eleições (1881-1897); registo de irmãos (1794-1940); registo de correspondência recebida (1955-1983); registo de correspondência expedida (1955-1963) e inventário de bens (1879-1981). No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: processos relativos à construção e ampliação do Hospital Sub-regional de Alcoutim (1955-1975) e registo do movimento de doentes (1955-1977).

Características físicas: A documentação apresenta sinais de humidade.

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 195-203.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ALCOUTIM

Datas extremas: 1964-1971.

Dimensão: 1 liv.

F: SUB-DELEGAÇÃO DE SAÚDE DE ALCOUTIM

Datas extremas: 1930-1977.

Dimensão: 13 liv. e mç.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALJEZUR

Aljezur, 8760 Aljezur.

Tel.: 282998415. Fax: 282991119.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa sala de reuniões anexa à secretaria do Lar da Terceira Idade, num edifício recente.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALJEZUR

Datas extremas: 1569-1953.

Dimensão: 49 liv. e mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos e à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos da Santa Casa. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas das sessões da Mesa (1878-1914); documentação sobre eleições (1600-1841); registo de irmãos (1720-1899); correspondência recebida e expedida (1943-1948); tombos de propriedades (sécs. XVII e XVIII) e livros da tumba (1616-1788). A documentação mais antiga do fundo pertence à série de receita e despesa (1569-1958).

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 209-216.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALVOR

R. de S. Pedro, 8500 Alvor (Portimão).

Tel.: 282459638.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se no 1.º andar do Lar e Centro de Dia, num armário do gabinete do Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALVOR

Datas extremas: 1701-1938.

Dimensão: 2 mç.

Âmbito e conteúdo: A parte “histórica” do fundo é constituído sobretudo por documentação referente à gestão financeira da instituição, de que os mais antigos exemplares são processos de aforamento.

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 223-225.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CASTRO MARIM**

R. Silvestre Falcão, 7, 8950 Castro Marim.
Tel.: 281531380. Fax: 281531380.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa sala de reuniões do Lar e Centro de Dia, juntamente com a documentação de arquivo mais recente e com espécies bibliográficas.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CASTRO MARIM**

Datas extremas: 1811-1973.

Dimensão: C. 30 liv. e pt.

História arquivística: Alguma documentação desapareceu durante o desmoronamento do antigo edifício, provocado pelo terramoto de 1969.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1882); actas da Assembleia Geral (1872-1958); livros de eleições (1811-1871); termos de posse (1933-1973); registo de irmãos (1720-1899); registo de correspondência expedida (1946-1967)³; processos de legados pios (séc. XX) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, registo do movimento de doentes (1933-1969).

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 231-237.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE CASTRO MARIM**

Datas extremas: 1946-1971.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ESTÔMBAR**

R. da Misericórdia, 36, 8400 Estombar (Lagoa).

Tel.: 282432056.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se depositada num armário de madeira fechado, numa sala anexa ao altar da igreja da Santa Casa, no local onde também se guardavam as alfaia religiosas, espaço contíguo a um depósito de carvão.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTÔMBAR
Datas extremas: 1761-1982.

Dimensão: 37 liv. e mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1912-1982); registo de deliberações da Assembleia geral (1912); termos de eleições e acórdãos da Mesa (séc. XVIII e XIX); actas da Mesa (1867-1940); termos de eleições (1782-1840); registo de irmãos (1788-1951); inventários de bens (1761-1935) e registo das ofertas à Misericórdia (1938-1940).

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 317-323.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FARO

R. João Dias, 6, 8000-369 Faro.

Tel.: 289805992. Fax: 289805996.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação do “arquivo antigo”, como é conhecido na instituição, encontrava-se junto das espécies bibliográficas, num pequeno armário de madeira, com portas de vidro, sem condições para a sua conservação.

³ O “Recenseamento...” não esclarece totalmente se se trata de uma série da Misericórdia ou de um dos seus serviços, sendo de admitir esta última hipótese em função das informações sobre o assunto que estão disponíveis na Internet, em <http://www.terravista.pt/portosanto/2133/Guia6.html#MisericordiadeCastroMarim> (página consultada em 22 de Outubro de 2001).

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FARO

Datas extremas: 1500-1976.

Dimensão: C. 677 liv. e mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas, sobretudo, à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e expediente, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência religiosa e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e farmácia. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1516)⁴; provisões, cartas régias e de mercê (1668-1806); registo de provisões⁵ (1702-1779); bulas (1700); acórdãos (1686-1688); termos de eleições (1772-1887); registo de irmãos (1753-1909); registo de sentenças e autos cíveis (1762-1804); registo de correspondência recebida e expedida (1850-1969); copiadore de correspondência expedida (1720-1969); tombos de propriedades (1672-1858); inventário de bens móveis e imóveis (1907-1940); processos de obras (1809-1915); registo de legados (1837-1878); registo de capelas e obrigações de capelães (séc. XVIII); requerimentos e cartas de redução de missas (1737-1769); registo da entrada dos expostos na roda (1720); registo de dotes para orfãs (1720) e instruções para distribuição de esmolas (1829-1877). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo de obras (1797-1817)⁶; registo do movimento de doentes (1685-1941) e registo de óbitos e enterramentos (1815-1931).

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 21-29.

F: CENTRO SOCIAL DE FARO

Datas extremas: 1944.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAGOA

Largo dos Combatentes, 9, 8400 Lagoa.
Tel.: 282352153.

Responsável hierárquico: Pároco de Lagoa.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa sala anexa à igreja da Misericórdia, em estantes e caixas de cartão.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAGOA

Datas extremas: sécs. XVIII-XX.

História arquivística: A maior parte do arquivo foi destruído por um incêndio nas instalações onde este se encontrava, em 28 de Abril de 1900.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído principalmente por documentação do hospital (décadas de 60 e 70 do séc. XX) e uma caixa com documentos mais antigos, com livros de registo de foros, parcialmente queimados.
Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 249-253.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAGOS

R. 25 de Abril, 35, 8600 Lagos.

Tel.: 282763713. Fax: 282761697.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se no Lar de Idosos.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAGOS

Datas extremas: 1833-1979.

Dimensão: 225 liv. e mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos e expediente, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas das sessões da Mesa (1947-1979); registo de irmãos (1877-1941); documentação de expediente (1916-1974); processos de legados pios (séc. XX) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, documentação relativa ao movimento de

⁴ Trata-se do compromisso antigo e regimento dos oficiais da confraria da Misericórdia.

⁵ Inclui o livro do padrão e provisões.

⁶ No “Recenseamento...”, no caso do distrito de Faro as séries de conteúdo idêntico são incluídas numa secção específica intitulada “Obras e instalações”.

doentes (1916-1965); registo de receituário (1953-1969) e registo de dietas (1908-1968).

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada na Biblioteca Municipal de Lagos ⁷.

Bibliografia: CORRÊA, Fernando Calapez – *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998; PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 61-73; ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Dois livros notáveis da Misericórdia de Lagos*. Porto: Costa Carregal, 1947 (Separata do “Jornal do Médico”).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOULÉ

R. Teixeira Gomes, s/n, 8100 Loulé.

Tel.: 289411222. Fax: 289411122

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se no Lar da Terceira Idade.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOULÉ

Datas extremas: 1723-1982.

Dimensão: 11 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam compromissos (1723) ⁸; actas da Mesa (1929-1982) e autos de posse (1957-1981).

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação deste fundo no Arquivo Municipal de Loulé ⁹.

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 263-271.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MEXILHOEIRA GRANDE

R. Francisco Bivar, 8500 Mexilhoeira Grande (Portimão).

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa dependência da igreja da Santa Casa, bem

trava-se numa arca de madeira, numa sala anexa à igreja da Santa Casa

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MEXILHOEIRA GRANDE

Datas extremas: 1622-1945.

Dimensão: 40 liv. e mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas das sessões da Mesa (1870-1965); registo de irmãos (1742-1925); registo de correspondência (1877-1945); inventário de bens (1884) e registo da “Sopa dos pobres” (1932-1933).

Características físicas: Devido à escassez do espaço que lhe foi destinado, alguma documentação encontrava-se, pelo menos até há alguns anos atrás, enrolada ou dobrada.

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 335-340.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONCARAPACHO

R. da Misericórdia, 21, 8700 Moncarapacho (Olhão).

Tel.: 289792706. Fax: 289792706

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa dependência da igreja da Santa Casa, bem acondicionado.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONCARAPACHO

Datas extremas: 1656-1983.

Dimensão: 11 liv. e 4 cx.

⁷ Encontram-se nesta instituição 171 liv. do fundo da Misericórdia (1428-1971), cedidos ao município pela Santa Casa. Possuem instrumento de descrição e pesquisa (duas “relações” de documentos) e constituem uma parte importante da produção documental da instituição e das que a antecederam, a exemplo de alguns tomos e inventários quatrocentistas.

⁸ Trata-se apenas de 1 liv. com a cópia do compromisso de 1516.

⁹ Trata-se de 6 liv. e mç. do fundo da Misericórdia (1839-1915).

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um número modesto de séries em que se destacam compromissos e estatutos (1745-1914)¹⁰; registo de eleições de mesários (1656-1910); registo de irmãos (1656-1777); tombos de propriedades (1816-1983) e inventários e róis de foros (1656-1777).

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 439-357.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONCHIQUE

R. Calouste Gulbenkian, 8550 Monchique.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa sala anexa à igreja da Santa Casa, juntamente com espécies bibliográficas.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONCHIQUE

Datas extremas: 1594-1958.

Dimensão: 319 liv. e mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos e expediente, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos da Mesa (1733-1844); actas das sessões da Mesa (1851-1958); registo de eleições (1652-1838); registo de irmãos (1650-1890); copiadoreiros de correspondência (1864-1873); tombos e inventários de bens (1791-1910); documentação referente a legados (1906) e registos de defuntos (1714-1844). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo do movimento de doentes (1844-1911) e receituário (1897-1930). A documentação mais antiga do fundo pertence à série de registo de despesa (1594-1776).

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 283-292.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLHÃO

R. Dâmaso da Encarnação, 8700 Olhão.

Tel.: 289702490. Fax: 289702490.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se distribuído pela sala de reuniões e em duas salas do edifício do Centro Social, uma das quais era também armazém de material de construção, escritório e de limpeza. Nesta última, as caixas de documentação encontravam-se empilhadas.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLHÃO

Datas extremas: 1948-1992.

Dimensão: 235 liv. e mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social. Entre as séries deste fundo, destaca-se documentação referente à criação da Misericórdia (1952); actas da Mesa (1952); actas da Assembleia Geral (1954-1992); ficheiros de sócios; documentação relativa a outras áreas orgânicas da Misericórdia, como o Centro de Assistência Social (1954-1968) ou o Lar de Idosos (1948-1980).

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 368.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTIMÃO

Coca Maravilhas, apartado 665, 8500 Portimão.

Tel.: 282410720. Fax: 282410721.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTIMÃO

Datas extremas: 1949-1992

Dimensão: 14 liv. e mç.

História arquivística: Todas as espécies arquivísticas anteriores à década de 50 do séc. XX se perderam.

¹⁰ O primeiro dos livros da série é o compromisso da Misericórdia de Lisboa (1745) e o segundo é o de Moncarapacho (1818).

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de manuscritos em que se destacam documentos sobre a aprovação dos estatutos (1990); actas das sessões da Mesa (1990-1992); actas do Conselho Fiscal (1990); actas de eleições (1991-1992); autos de posse (1990); registo de irmãos (1949-1992); processos de doação (1978-1991) e processos [administrativos] referentes ao hospital (1970-1992).

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 149-162.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

R. Luís Bivar, 8150 S. Brás de Alportel.
Tel.: 289842161. Fax: 289841602.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa divisão da Casa-Museu António Bentes, propriedade da Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Datas extremas: 1901-1977.

Dimensão: 5 liv. e 3 pt.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um número reduzido de documentação em que se destacam algumas peças, como o projecto do edifício sede do Recolhimento de Indigentes (1954) ou as relações de donativos para o restauro da igreja matriz de S. Brás de Alportel (s.d.)¹¹.

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 369.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SILVES

R. da Misericórdia, 8300 Silves.
Tel.: 282442844. Fax: 282445154.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SILVES

Datas extremas: 1724-1981.

Dimensão: 199 liv. e mç.

História arquivística: A parte mais antiga da documentação desapareceu no século XVIII, devido a um incêndio.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada¹² em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do asilo de inválidos, lar e hospital, respectivamente. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1901-1926)¹³; regulamentos da Misericórdia e hospital (s.d.); actas da Mesa (1827-1976); registo de irmãos (1735-1966); séries de correspondência e editais (1850-1974); tombos e foros (1971-1973); inventários de bens (1859-1909); testamentos (1908-1930); legados pios e subscrições públicas (1946-1964); registo de dotes para órfãs (1890-1958); petições e atestados de pobreza (1940-1950). Do Asilo de Inválidos e Lar Adelaide Mascarenhas Vieira existe, entre outra documentação, o testamento de Adelaide Maria Vieira (s.d.); processos de inválidos recolhidos (1931-1981) e inventários (1977). Por último, no domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: regulamentos internos (1899); registo de visitantes (1897-1964); registo do movimento de doentes (1864-1947); cadernos de dietas (1903-1904); inventários e róis de bens (1919-1944) e legados pios e doações ao hospital (1892-1951).

Organização: O fundo encontra-se organizado tendo em conta as propostas do quadro de classificação para as misericórdias elaborado pelo ex-Instituto Português de Arquivos.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário da autoria de Maria da Graça Maia Marques.

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 47-53.

¹¹ O “Recenseamento...” refere que a Misericórdia possui ainda documentação de outros produtores de arquivo, como o Apostolado da Oração (1901-1977) e a Mordomia de Nossa Senhora da Soledade (1901-1940) sem especificar porque os apresenta juntos com o fundo da Santa Casa.

¹² Não sabemos se a classificação apresentada pelo “Recenseamento...” corresponde já à que foi implementada pela Dr.ª Maria da Graça Moniz Marques, com base no quadro de classificação do ex-IPA.

¹³ Inclui um compromisso da Irmandade da Misericórdia de Portalegre (1901) e uma proposta de estatutos (1912), entre outros (1914-1926).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE TAVIRA**

Atalaia Pequena, apartado 33, 8800-378 Tavira.

Tel.: 281323955. Fax: 281326427.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num anexo da igreja e casa do despacho, num compartimento que não oferecia boas condições para a sua conservação.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAVIRA

Datas extremas: 1509-1975.

Dimensão: 500 liv. e mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos e expediente, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Mesa (1689-1972); registo de irmãos (1885-1927); documentação de expediente (1867-1975); tombos de bens, rendimentos e privilégios (1606-1858)¹⁴; legados (1727-1919); registo de distribuição de dotes (1630-1894) e documentação referente a expostos. No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo de alvarás, regimentos e outros documentos sobre a fundação e regulamentação do hospital (1865-1866); actas da Mesa do hospital (1622-1920); correspondência (1823-1920); tombos (1675-1793); inventários de bens (1764-1947); documentação relativa ao movimento de doentes (1764-1939) e receituário (1747-1916). A documentação mais antiga do fundo pertence à série registo de escrituras (1509-1719).

Instrumento de descrição e pesquisa: Inventário elaborado sem critérios arquivísticos.

Bibliografia: ANICA, Arnaldo Casimiro – *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Tavira. Da fundação à actualidade: notas*. Tavira:

[Santa Casa da Misericórdia de Tavira], 1983; PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 97-118.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA DO BISPO**

Sítio das Eiras Vila do Bispo, 8650 Vila do Bispo.

Tel.: 282639077. Fax: 282620309.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA DO BISPO**

Datas extremas: 1957-1994.

Dimensão: 5 liv. e 50 pt.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido numero de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1957-1994).

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 365.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

Estrada Nacional, 125, 8900 Vila Real de Santo António.

Tel.: 281541846. Fax: 281513278.

Responsável hierárquico: Mesa Administrativa.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

Datas extremas: 1928-1987.

Dimensão: 13 liv. e pt.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido numero de séries, nas quais se destacam estatutos (1928-1959); actas da Mesa (1928-1968). Entre as peças identificadas, merece interesse o processo de indemnização pelo equipamento do hospital, entre a Santa Casa e o Ministério da Saúde (1980-1987).

Bibliografia: PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Assistência, 1968, p. 366-367.

¹⁴ Inclui o “livro do Telo” (tombo de rendimentos e privilégios) (1675).

Distrito de Guarda ^{1 2}

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AGUIAR DA BEIRA

Av. da Liberdade, 3570 Aguiar da Beira.

Tel.: 232680170.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AGUIAR DA BEIRA

Datas extremas: 1822-1964.

Dimensão: 11 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam as seguintes: registo de entrada de irmãos (1842-1960); tomos de propriedades (1822-1871) e legados e obrigações do capelão da Santa Casa (1823-1917).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALFAIATES

Alfaiates, 6320 Alfaiates.

Tel.: 271647111.

Responsável hierárquico: Provedor

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALFAIATES

Datas extremas: 1816-1984.

Dimensão: 21 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura

orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos³ e à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais⁴ e humanos⁵. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1876-114); actas da Mesa (1863-1960); registo de irmãos (1818-1900); registo de correspondência (1852-1861) e inventários de bens (1816-1952).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMEIDA

Almeida, 6350 Almeida.

Tel.: 271574493.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMEIDA

Datas extremas: 1817-1853

Dimensão: 2 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído apenas por actas da Mesa (1817-1872); termos de arrendamento (1853) e registo do movimento de doentes militares (1871-1904)⁶.

Bibliografia: CARVALHO, José Vilhena de – *Santa Casa da Misericórdia de Almeida: subsídios para a sua história*. Almeida: Santa Casa da Misericórdia de Almeida, 1971.

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 13: *Distrito da Guarda*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999 e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes: informações recolhidas no Verão de 2001 pela bolsista Silvana Pires, no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, para os casos de Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa.

² Por falta de informação, não foram contemplados os casos dos arquivos das seguintes Misericórdias: Alverca da Beira, Celorico da Beira, detentora de um rico património documental, cujo documento mais antigo é de 1581; Fornos de Algodres, que c. de 1933 possuía documentação do século XVII e XIX utilizada por Pinheiro Marques na sua monografia local, e Gouveia, cujo fundo da Misericórdia local possui documentação complementar no arquivo da Câmara. Por se tratar de uma instituição extinta, também não foi referenciado o caso de Vilar Maior, cuja documentação se encontra sob responsabilidade do Museu local.

³ No caso da região da Guarda, o “Recenseamento...” incluiu nesta secção a documentação referente a relações com outras entidades, nomeadamente ao nível de correspondência, o que configura uma solução diferente da apresentada em outros distritos.

⁴ O “Recenseamento...” incluiu nesta secção a documentação referente a obras e instalações.

⁵ O “Recenseamento...” inclui ainda uma secção intitulada “Confraria”, sem apresentar dados que permitam compreender do que se trata.

⁶ Trata-se de um único livro que contém estas duas últimas séries.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO**

Cruz da vila, 6440 Figueira de Castelo Rodrigo.

Tel.: 271312198. Fax: 271312097.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia da Mesa.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO**

Datas extremas: 1967-1981.

Dimensão: 1 liv., 1 pt. e 1 cd..

História arquivística: A maior parte da documentação com interesse histórico perdeu-se, em 1974, com a passagem do hospital para a administração estatal, restando um livro de actas da Mesa que estava em casa do tesoureiro.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído apenas por actas da Mesa (1967-1975) e um conjunto de documentos de que se destacam os seguintes: compromissos (1954 – década de 1990); processo de extinção proposto pela Direcção Geral da Assistência Social (1978); documento da Comissão de estudo das indemnizações às Misericórdias (1980) e acordo entre a Misericórdia e o Ministério dos Assuntos Sociais (1980-1981).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DA GUARDA**

Largo Gen. João de Almeida, 5, 6300 Guarda.

Tel.: 271200090. Fax: 271200095.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA

Datas extremas: 1594 (?) - 1978.

Dimensão: 194 lv e 120 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação

pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas sobretudo através do asilo e do hospital e botica, respectivamente. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (originais e cópias) (1661-1939)⁷; termos da Mesa (1833-1846); actas da Mesa (1845-1975); termos de admissão de irmãos (1916-1949); registo de irmãos (1770 (?) - 1925); correspondência recebida (1831-1954); registo de correspondência expedida (1918-1921); correspondência expedida (1855-1954); copiadores de correspondência expedida (1872-1932); inventários de bens⁸ (1872-1903); registo de capelas⁹ e fazendas (1594?-1830); registo de legados e doações¹⁰ (1637-1893); actas da Comissão para a administração do asilo dos pobres¹¹ e registos de dotes (1861-1916). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: regulamentos (1831-1925); registo de entrada de militares doentes (1840-1857); mapas do movimento do hospital (1930-1944); receituário (1820-1932); registo de óbitos (1858-1939); documentação relativa a obras (1901-1930); donativos e esmolas para o Hospital Francisco dos Prazeres (1933-1978); registos e inventário da botica (1871-1881). Inclui ainda um conjunto de documentação relacionada com a Confraria do Santíssimo Rosário da Igreja da Misericórdia da Guarda (1944).

Organização: Na época em que a equipa do “Recenseamento...” iniciou os trabalhos de identificação documental, o fundo necessitava de um tratamento arquivístico aprofundado.

Características físicas: Estado de conservação razoável, embora alguma documentação se encontre em mau estado de conservação.

Instrumentos de descrição e pesquisa: A obra de PAIVA, João Pedro Neves Monteiro – *Santa Casa da Misericórdia: subsídios para uma monografia*. Guarda: [s.n.] refere “uma macro-descrição da documentação”. Existe ainda um livro antigo com o resumo das escrituras existentes no arquivo (1887-1916).

⁷ Inclui o compromisso impresso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, edição de 1745.

⁸ Inclui bens do hospital.

⁹ Inclui um livro destinado exclusivamente ao registo de capelas.

¹⁰ De acordo com o “Recenseamento...”, inclui “os estatutos do ano de 1592”, permanecendo a dúvida se se trata do original ou de uma cópia, como se depreende pela datação fornecida.

¹¹ Na apresentação das datas extremas são referidos os anos de 1843 e 1888.

F: CONFERÊNCIA DE S. VICENTE DE PAULO
DA GUARDA

Datas extremas: 1913-1980.

Dimensão: 15 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LINHARES DA BEIRA**

Linhares da Beira, 6360 Linhares da Beira.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LINHARES DA BEIRA

Datas extremas: 1911-1977.

Dimensão: 7 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1914-1971); registo de irmãos (1937-1967 (?)) e registo de correspondência expedida (1957-1977).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MANTEIGAS**

R. Mestre Alfredo, 6260 Manteigas.

Tel.: 275981596.

Responsável hierárquico: Provedor

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MANTEIGAS

Datas extremas: 1646-1962.

Dimensão: 66 liv. e 11 doc.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercida através do hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Mesa (1878-1916); actas das eleições (1899-1962); registo de irmãos (1878-1927); correspondência recebida (1888-1900); correspondência expedida (1893-1897); inventários de bens (1899-1959) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, registo do movimento de doentes (1943-1964).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MEDA**

Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 6430 Meda.

Tel.: 279882331. Fax: 279883476.

Responsável hierárquico: Provedor

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MEDA

Datas extremas: 1926-1990.

Dimensão: 34 liv. e 42 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercida através do hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Mesa (1926-1983); registo de correspondência recebida (1976-1988) e registo de correspondência expedida (1930-1946).

F: CASA DOS POBRES DE MEDA

Datas extremas: 1947-1963.

Dimensão: 3 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MELO**

Av. Brigadeiro Beja Neves, 6290-009 Melo.

Responsável hierárquico: Provedor

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELO

Datas extremas: 1729-1938.

Dimensão: 7 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam as seguintes séries: registo de irmãos (1729-1914); copiadore de correspondência expedida (1889) e capítulos de visitas (1743-1815).

Bibliografia: FRAGA, João Baptista – *Melo na História e na Genealogia*. Lisboa, 1993.

F: CONFRARIA DAS ALMAS DE MELO

Datas extremas: 1760-1888.

Dimensão: 3 liv.

F: JUNTA DE PARÓQUIA DE MELO

Datas extremas: 1874-1906.

Dimensão: 5 liv.

F: PARÓQUIA DE MELO

Datas extremas: 1893.

Dimensão: 1 liv.

F: PARÓQUIA DE NABAÍNHOS

Datas extremas: 1814.

Dimensão: 1 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PINHEL**

R. António José de Almeida, 7, 6400 Pinhel.

Tel.: 271412335. Fax: 271412335.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PINHEL

Datas extremas: 1914-1958.

Dimensão: 3 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por actas da Mesa (1958-1978); matrículas de expostos (1914) e registo de asilados (1931).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SABUGAL**

Largo Padre Manuel Nabais Caldeira, 6320 Sabugal.

Tel.: 271752424. Fax: 271753792.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SABUGAL

Datas extremas: 1862-1941.

Dimensão: 8 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas das sessões da Mesa (1862-1941).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SEIA

Seia, 6270 Seia.

Tel.: 238313193. Fax: 238313193.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SEIA

Datas extremas: 1780-1930.

Dimensão: 13 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um número modesto de séries, nas quais se destacam estatutos e compromissos (1780-1881); actas da Mesa (1780-1921); actas das eleições (1781-1930); registo de irmãos (1780-1853); tomo de bens (1780-1864) e documentação relativa a obrigações dos mamposteiros (1780-1816).

Bibliografia: BIGOTTE, José Quelhas – Santa Casa da Misericórdia de Seia. *Boletim da Assistência Pública*. (1951) 205-210.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE TRANCOSO**

R. do Bandarra, 7 C, 6420 Trancoso.

Tel.: 271811754. Fax: 271811974.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TRANCOSO

Datas extremas: 1514 (?) - 1974.

Dimensão: 55 unidades de instalação.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercida através do hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos, compromissos, regulamentos e alvarás (1754-1914); acórdãos e termos (1613-1755); actas das sessões (1850-1939); actas das eleições de mesários (1851-1923); registo de confrades¹²

¹² Inclui, entre outros, estatutos da Misericórdia.

(1514 (?)-1723); tomos de propriedades (1770-1880); inventários (1684-1937); sentenças eclesiásticas de redução de missas (1789) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, registo do movimento de doentes (1899-1911).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA**

Estrada nacional, 2 / Av. da Misericórdia, 3, 5150-632 Vila Nova de Foz Côa.

Tel.: 279762170. Fax: 279764163.

E-mail: scmvnfozcoa@mail.telepac.pt

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia da Mesa.

Condições de instalação: A documentação com interesse histórico encontra-se num armário metálico da secretaria, juntamente com o arquivo corrente. Existe documentação encaixotada, ainda por seleccionar, provavelmente relativa a contabilidade e correspondência, guardada numa arrecadação.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA**

Datas extremas: 1936-1999.

Dimensão: 25 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Entre as suas séries, destacam-se actas das sessões da Assembleia Geral (1943-1999); actas das sessões da Comissão Administrativa da Misericórdia e Hospital (1936-1942); actas das sessões da Mesa Administrativa (1942-1991); tomo de propriedades da Misericórdia e Hospital (1941) e registo de nascimentos do hospital (1952-1969).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

Bibliografia: DANIEL, Manuel – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa – Estatutos e Compromisso – Documentos e História*. Guarda: Casa Vértas – Editora, Lda., 1992.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA**

Datas extremas: 1915-1928.

Dimensão: 1 liv.

Distrito de Leiria ^{1 2}

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALJUBARROTA

Travessa da Misericórdia, 1, 2460 Aljubarrota.

Tel.: 262508300.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação mediante um pedido prévio de autorização dirigido ao provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALJUBARROTA

Datas extremas: 1813-1982.

Dimensão: 43 liv., 4 cd., 14 pt., 1 mç. e c. 133 fls. ³.

História arquivística: A maior parte da documentação da Misericórdia anterior a 1817 encontrava-se já perdida nessa data, segundo o registo de irmãos do referido ano.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e expediente ⁴, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos ⁵, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1888; s.d.); alvarás de nomeação e exoneração (1933-1934) ⁶; acórdãos e actas da Mesa (1889-1978); actas de eleições de mesários (1889-1907); termos de eleições de mesários (1813-1855); registo de admissão de irmãos (1960); registo de irmãos (1817-1949); registo de entrada de correspondência (1951-

-1960); correspondência recebida (1925-1967); correspondência expedida ⁷ (1941-1977); inventários de bens (1917-1950); registo de testamentos (1950-1964) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, registo de internamentos (1904-1906).

Unidades de descrição relacionadas: Existem dois livros deste fundo na Câmara Municipal de Alcobaça, sendo provável a existência de outra documentação na Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça.

Bibliografia: ZAGALO, Francisco Baptista – *História da Misericórdia de Alcobaça: esboço histórico desta Misericórdia desde a sua fundação até à actualidade*. Alcobaça: [S.n.], 1910.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALVAIÁZERE

R. Professor José Maria Castelão, 3250 Alvaiázere.

Tel.: 236650230. Fax: 236650231.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação de interesse histórico durante o horário de expediente.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALVAIÁZERE

Datas extremas: 1898-1959.

Dimensão: 43 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas sobretudo às actividades dos órgãos governativos, expediente e

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 8: *Distrito de Leiria*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997 e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes: informações recolhidas no segundo semestre de 2001 pela bolsista Silvana Pires, no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* para os casos de Alvor e Castanheira de Pêra, bem como informações cedidas pela Confraria de N.ª Sr.ª da Nazaré, para o caso da Misericórdia da Pederneira.

² Não foram contemplados os casos das misericórdias de Alcobaça, que não respondeu em tempo oportuno aos diversos pedidos de visita ao seu arquivo, Bombarral e Pombal, que terá perdido toda a documentação anterior a 1950. No Arquivo Distrital de Leiria, no fundo do Governo Civil, existe uma secção ou série dedicada a “Confrarias, irmandades e misericórdias” com documentação sobre as Santas Casas do Bombarral (1940-1955) e do Pombal (1872-1949).

³ Corresponde à soma de fls. de diversos documentos.

⁴ No “Recenseamento...”, apesar de, por ex.º, no caso de Aljubarrota, as séries de correspondência surgirem sob o item de “Relações com outras entidades e instituições”, noutros casos, neste distrito, surgem numa secção referente a “Expediente e arquivo”.

⁵ Neste distrito, o “Recenseamento...” incluiu nesta secção as séries referentes a irmãos e eleições dos órgãos directivos da instituição.

⁶ No “Recenseamento...”, esta documentação é incluída num item intitulado “Provisões e alvarás régios”, que apenas descreve alvarás referentes às datas indicadas.

⁷ Neste distrito, o “Recenseamento...” não definiu se estes casos se referem a registos de correspondência expedida ou a copiadoreis.

assuntos jurídicos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Mesa (1899-1954); correspondência recebida (1931-1956); correspondência expedida (1931-1953); tombos (1898); inventários de bens móveis (1949); testamentos (1943) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, registos do movimento de doentes (1934-1948).

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ALVAIÁZERE

Datas extremas: 1946.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALVORGE

Alvorge, 3240-407 Alvorge.

Tel.: 236 98 13 90. Fax: 236 98 13 90.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALVORGE

História arquivística: O antigo acervo arquivístico da Santa Casa perdeu-se, ao longo dos anos, em circunstâncias imprecisas, tendo sido detectado apenas um livro de 1696, ano em que foi fundada esta instituição.

Datas extremas: 1696-[?]

Dimensões: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANSIÃO

Ribeiro de Vide, 3240 Ansião.

Tel.: 236677133. Fax: 236677133.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação com interesse histórico durante o horário de expediente, mediante um pedido prévio de autorização dirigido ao Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o "Recenseamento...", a documentação encontrava-se instalada de modo deficiente no sótão do Jardim de Infância da Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANSIÃO

Datas extremas: 1619-1954.

Dimensão: 47 liv., 4 cd. e 6 pt.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o "Recenseamento...", a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1619-1948); actas da Assembleia Geral (1936); actas e termos da Mesa (1879-1949); deliberações tomadas pela corporação administrativa (1876); actas de eleições de mesários (1879); inscrições de irmãos (1882-1895); correspondência oficial (1879); correspondência recebida e expedida (1943-1949); copiador de ofícios (1922) e registo de editais (1889).

Bibliografia: COUTINHO, José Eduardo Reis – *Ansião. Perspectiva global da Arqueologia, História e Arte da vila e do concelho*. Coimbra, 1986.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ANSIÃO

Datas extremas: 1945.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ATOUGUIA DA BALEIA

Atouguia da Baleia, 2520 Atouguia da Baleia (Peniche).

Acesso: Arquivo aberto ao público, admitindo-se a consulta da documentação com interesse histórico durante o período normal de expediente.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ATOUGUIA DA BALEIA⁸

Datas extremas: séc. XV⁹-1908.

Dimensão: 32 liv., 18 pt., 5 cd. e c. 33 fls.

História arquivística: Foram desenvolvidos trabalhos de preservação, organização e descrição de documentação no âmbito do "Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias", promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o

⁸ O "Recenseamento..." refere ainda a existência de cartas de guia enviadas pela Misericórdia de Peniche a outras, sem especificar o contexto da sua acumulação, pelo que há necessidade de investigar se pertence a este ou a outro fundo.

⁹ A primeira data extrema deve ter em consideração a existência de umas contas referentes ao fornecimento de pipas de vinho da Borgonha, da centúria de Quatrocentos, atribuídas a este fundo pelo "Recenseamento...", sem contudo nos fornecer mais informações sobre esta opção.

Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980 ¹⁰.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social. Entre as séries deste fundo, destacam-se documentos de confirmação de compromissos (1769) ¹¹; acórdãos e actas da Mesa (1631-1892); termos de eleições (1886); registo de irmãos (1867-1908); relação de irmãos (séc. XIX); ofícios recebidos (1729-1765); testamentos (1638-1743); petições (1730-1762) e documentação referente a atribuições de dotes (1573-séc. XVII).

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação no Arquivo da Câmara de Peniche que poderá ter relação com o fundo desta Misericórdia.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA BATALHA

R. da Misericórdia, 2440 Batalha.

Tel.: 244766366.

Acesso: É admitida a consulta da documentação com interesse histórico durante o período normal de expediente, mediante um pedido prévio de autorização dirigido aos responsáveis da Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA BATALHA

Datas extremas: 1572-1975.

Dimensão: 79 liv. e 268 mç. ¹².

História arquivística: Em 1983-1984, foram desenvolvidos trabalhos de identificação no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, expediente e assuntos jurídicos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1618-1814); decretos e alvarás (1714-1904); acórdãos e termos da Mesa (1813-1839); actas das sessões (1861-1933); actas de eleições (1730-1922); inscrições de irmãos (1902); correspondência diversa (1896-1899); ofícios para o provedor (1881); correspondência expedida (1856-1945); relatórios (1868); tombos de propriedades e registo de fazendas e foros (1696-1914); registo de testamentos, escrituras de emprazamentos, provisões e decretos, obrigações da Irmandade e outros (1727-1975); documentação relativa a expostos (1850); petições (1721-1857); petições de pobres para receber esmola (1819-1908); petições, provimentos e portarias (1834-1909); provimentos e vales dados aos pobres (1841-1895); vales para mendigos passageiros (1885-1886) e cartas de guia (1821-1849). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: inventários de bens (1881); registo do movimento de doentes (1812-1918); relações de doentes (1866-1868); histórias clínicas de doentes (1902-1910); receiptuário (1823-1880) e registo de óbitos (1911-1924).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um inventário que descreve a documentação deste fundo ¹³.

Bibliografia: GOMES, Saúl António – Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o séc. XVII: o protagonismo dominicano de S.^{ta} Maria da Vitória. *Lusitania Sacra*. 2.^a série. 7 (1995) 89-150.

F: CONFRARIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DA BATALHA

Datas extremas: 1636-1684.

Dimensão: 1 liv.

¹⁰ Deve ser, pois, corrigida a informação fornecida pelo “Recenseamento...” de que teria sido realizado um trabalho de identificação do fundo no contexto de um programa de inventariação promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

¹¹ Trata-se apenas de um caderno com o acórdão e alvará de confirmação.

¹² Inserimos neste quantitativo um maço formado por um conjunto de petições (27 fls.).

¹³ Na sede da União das Misericórdias Portuguesas, existem fichas referentes à Batalha, realizadas no âmbito do referido “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”.

F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA
SANTÍSSIMA DA BATALHA

Datas extremas: 1591-1642.

Dimensão: 1 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DAS CALDAS DA RAINHA**

Av. D. Manuel Figueira Freire da Câmara,
2500 Caldas da Rainha.

Tel.: 262840400.

Acesso: Arquivo aberto ao público, sendo admitida a consulta da documentação com interesse histórico no período normal de expediente.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DAS CALDAS DA RAINHA

Datas extremas: 1928-1979.

Dimensão: 59 cx.

História arquivística: As tarefas de identificação dos conjuntos documentais mais antigos tiveram início em 1985, pela Dr.^a Fátima Pronto.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um modesto número de séries, nas quais se destacam correspondência recebida e expedida (1928-1979) e documentação relativa à Sopa dos pobres (1928-1979) e ao Instituto de Assistência à Família (1957-1970).

Organização: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a maior parte da documentação, que se encontrava apenas acondicionada em caixas, necessitava de um tratamento arquivístico aprofundado.
Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um inventário com plano de classificação.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CASTANHEIRA DE PÊRA**

Praça Visconde de Castanheira de Pêra,
3280 Castanheira de Pêra.

Tel.: 236434265.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação durante o horário de expediente, mediante um pedido prévio de autorização dirigido ao Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CASTANHEIRA DE PÊRA

Datas extremas: 1952-1956.

Dimensão: 2 liv.

Âmbito e conteúdo: De acordo com os dados apresentados no “Recenseamento...” e com as informações que foram recolhidas pelo Projecto “Portugaliae Monumenta Misericordiarum”, apenas poderemos afirmar com segurança que a documentação identificada como pertencendo a este fundo é a da série de autos de posse e juramento, produzida no contexto das actividades de gestão do Asilo de S. José, que pertencia à Misericórdia¹⁴.

Bibliografia: *Voz das Misericórdias*. 102 (1993).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS**

Av. Francisco Sá Carneiro, 3260 Figueiró dos Vinhos.

Tel.: 236551956. Fax: 236551958.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Datas extremas: 1851-1974.

Dimensão: 22 liv. e 20 mç.¹⁵

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1881-1882); actas da Mesa (1932-1968); actas de eleições e posses de mesários (1913-1957); registo de irmãos (1938); atestados a indigentes (séc. XIX-XX) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, registo do movimento de doentes (séc. XIX-1967) e receituário e dietas (1859-1963).

Organização: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a maior parte da documentação, que se encontrava apenas acondicionada em caixas, necessitava de um tratamento arquivístico aprofundado.

¹⁴ É possível que se possa ainda referenciar outro fundo, do Hospital de S. José, com uma série de actas (1895-1901), atendendo ao facto deste ter existido antes da formalização da Misericórdia, em 1901. Existe ainda na instituição um livro de visitantes do referido hospital, mas só um estudo mais aprofundado permitirá apurar qual o produtor (1901).

¹⁵ Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, havia a possibilidade, não confirmada, de uma parte da documentação estar guardada fora das instalações da Santa Casa.

Características físicas: No período referido, a documentação encontrava-se em preocupante estado de conservação.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LEIRIA

R. N.ª Sr.ª da Encarnação, 2410 Leiria.

Tel.: 244827400. Fax: 244823980.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação durante o horário de expediente, mediante um pedido prévio de autorização dirigido à Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LEIRIA

Datas extremas: 1777-1950.

Dimensão: 246 liv., 13 cd e 14 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica¹⁶. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1822-1911); registo de ordens régias (1777-1826); despachos da Junta e informações sobre o seu cumprimento (1853-1859); acórdãos, actas e deliberações da Mesa (1811-1942); inscrições de irmãos (1873-1933); ofícios (1945); tombos de foros e juro (1815); inventário dos bens móveis da igreja da Misericórdia (1911); testamentos¹⁷ (1875-1908); registo de lembranças¹⁸ (1895-1942) e registo de crianças beneficiadas (1944). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries: regulamentos (s.d.); registo de ofícios (1880-1939); inventários de bens do hospital (1818-1930); registo do movimento de doentes (1813-1950); registo do movimento de doentes militares (1811-1929); registo de doentes (1929); receiptuário (1828-1949) e registo de óbitos (1943-1948).

Bibliografia: CABRAL, João – *Anais do município de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1975, vols. I e II; ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *A Santa Casa da Misericórdia de Leiria: história e necessidades*. Leiria, 1944.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO LOURIÇAL

R. do Lar, 3100-238 Louriçal (Pombal).

Tel.: 236960270.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação com interesse histórico, mediante um pedido prévio de autorização dirigido ao Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO LOURIÇAL

Datas extremas: 1619-1942.

Dimensão: 14 liv.

História arquivística: Em 1734, os antigos documentos da Misericórdia tinham-se extraviado do seu cartório. A maioria da sua documentação é posterior a 1868.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um modesto número de séries, nas quais se destacam compromissos e estatutos (1619¹⁹-1684); actas (1868-1942) e registo de correspondência expedida (1912-1936).

Organização: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se sem qualquer critério de classificação ou ordenação.

Características físicas: Documentação em mau estado de conservação.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE

R. Fonte dos Ingleses, Outeirinhos,

2430 Marinha Grande.

Tel.: 244502409. Fax: 244502409.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MARINHA GRANDE

Datas extremas: 1948-1950

Dimensão: 2 liv.

¹⁶ O “Recenseamento...” inclui ainda uma secção intitulada “Confraria” [(1898-1901), 1 liv.], sem apresentar dados que permitam compreender do que se trata especificamente.

¹⁷ Inclui certidões.

¹⁸ No “Recenseamento...”, a série é incluída numa sub-secção relativa a legados pios.

¹⁹ Refere-se ao compromisso da Misericórdia de Lisboa, publicado em 1619, ao qual foi anexada uma provisão de D. João V, em 1734, confirmando a Irmandade, requerida por esta devido ao extravio da sua documentação.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de documentação com interesse histórico, na qual se destaca o compromisso (1948) e actas (1950).

ED: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ

Hospital de N.ª Sr.ª da Nazaré, Sítio, 2450-065 Nazaré.
Tel.: 262561116. Fax: 262561878.

E-mail: mesa.admin@cnsn.pt, arquivo@cnsn.pt
e cnsnazare@hotmail.com

Página na Internet: <http://www.cnsn.pt>

Possui arquivo histórico e biblioteca de apoio.

Responsável hierárquico: Presidente da Mesa Administrativa.

Responsável técnico: técnico superior de arquivo (em regime de colaboração).

Acesso: O arquivo histórico encontra-se aberto ao público desde Setembro de 1999. É admitida a consulta da documentação durante o horário de expediente, mediante um pedido prévio de autorização dirigido ao presidente da Mesa Administrativa da instituição.

Condições de instalação: A documentação com interesse histórico encontra-se em depósito com estantes metálicas, meios de combate a incêndio e controle de temperatura e humidade. Os documentos soltos encontram-se acondicionados por unidades de descrição, em capilhas de papel *acid free* e em maços.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PEDERNEIRA

Datas extremas: 1561-1877.

Dimensão: 53 liv. e 2 mç.

História arquivística: A Santa Casa da Misericórdia da Pederneira e o seu conjunto documental foram integrados, em 1877, na Real Casa de N.ª Sr.ª de Nazaré, instituição que continuou as suas actividades assistenciais no antigo concelho da Pederneira (Nazaré).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde, exercidas

através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1618-1861); acórdãos e deliberações (1649-1840); actas da Mesa (1649-1876); termos de eleições (1636-1703); documentação sobre admissão de irmãos (1760-1870); correspondência recebida (1863-1877); copiadores de correspondência expedida (1862-1877); tombos de propriedades (1561-1740) e inventários de bens (1856-1876). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries registos de movimento de doentes (1789-1872) e receituário (1849-1872).

Organização: O fundo encontra-se organizado de acordo com princípios arquivísticos, tendo-se corrigindo as incoerências do tratamento documental realizado provavelmente na década de 1870.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário da autoria de Pedro Penteado, segundo os padrões da norma internacional ISAD(G) (consultável por via informática, no arquivo histórico).

Existência e lugar de conservação de cópias: A série “correspondência recebida” encontra-se digitalizada, é acessível por computador e tem *backup's* em suporte externo.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada no arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça.

Bibliografia: PENTEADO, Pedro – Os arquivos dos santuários marianos portugueses: Nossa Senhora de Nazaré (1608-1875). *Cadernos BAD*. 2 (1992) 171-187²⁰; ID. – A Misericórdia da Pederneira em 1778. *Voz da Nazaré*. 163 (Novembro de 1990) 4.

F: CÂMARA DE SALIR DE MATOS

Datas extremas: 1766-1791.

Dimensão: 1 liv.

F: REAL CASA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

Datas extremas: séc. XV-1934.

Dimensão: 191 cx. com liv. e mç.; 1 liv. e 2 pt.²¹.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÓBIDOS

Largo Dr. João Lourenço, 2510 Óbidos.

Tel.: 262959114. Fax: 262950905.

²⁰ Este estudo fornece também, em anexo, uma primeira listagem dos livros do fundo da Real Casa de N.ª Sr.ª de Nazaré.

²¹ Existe ainda documentação do fundo da actual Confraria de N.ª Sr.ª da Nazaré, em processo de identificação e avaliação. A partir do final de 2002, prevê-se a inclusão, no arquivo histórico, de uma parte da documentação da referida Confraria, instituição criada em 1926 e que em 1934 recebeu o património da extinta Casa da Nazaré, nome pelo qual era então conhecida a antiga Real Casa da Senhora de Nazaré.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÓBIDOS

Datas extremas: 1564-1933.

Dimensão: C. 172 liv. e 414 cd.

História arquivística: A documentação esteve depositada no arquivo histórico da Câmara Municipal de Óbidos até data recente, estando de novo à guarda da Misericórdia, que prevê a continuação dos trabalhos arquivísticos para breve.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos e eleições e actas da Mesa (1603-1933); registo de irmãos (1607-1919); tomos de propriedades (c. 1500-1702)²²; inventários de bens (1890); documentação relativa a legados (1839) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, registo de doentes (1815-1870) e receituário (1801-1930).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário.

Bibliografia: COMISSÃO PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS – *500 anos das misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PEDRÓGÃO GRANDE

Largo da Devesa, 3270 Pedrógão Grande.

Tel.: 236486303. Fax: 236486379.

Acesso: A consulta da documentação com interesse histórico é admitida durante o horário de expediente.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PEDRÓGÃO GRANDE

Datas extremas: 1676-1972.

Dimensão: 37 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser clas-

sificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital²³. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Mesa (1831-1957)²⁴; documentação sobre a admissão de irmãos (1676-1909); correspondência expedida (1916-1956) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, inventários de bens (1961); registo de movimento de doentes (1918-1950); registo de doentes (1804-1880) e receituário (1809-1918).
Instrumentos de descrição e pesquisa: O “Recenseamento...” informa que a documentação com interesse histórico se encontra “relativamente bem identificada”, sem indicar quais os instrumentos que permitem aceder a este e a outros fundos. A mesma fonte permite constatar que existem antigos inventários do arquivo e bens (1777-1917).

Bibliografia: SANTOS, José Costa dos – *Monografia de Pedrógão Grande*. Pedrógão Grande: Câmara Municipal de Pedrógão Grande, 1985.

F: JUNTA DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE PEDRÓGÃO GRANDE

Datas extremas: 1840-1893.

Dimensão: 5 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENICHE

Largo 5 de Outubro, 22, 2520 Peniche.

Tel.: 262782197.

Possui arquivo e biblioteca.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENICHE

Datas extremas: 1620-1925.

Dimensão: 169 liv., 1394 cd.; 16 mç. e c. 1721 fls.

História arquivística: Os trabalhos de identificação, organização e microfilmagem da documentação foram iniciados no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, em 1984 e 1985.

²² Inclui 2 liv. de tomos da antiga Gafaria de Óbidos (c.1500-1593).

²³ O “Recenseamento...” inclui ainda uma secção intitulada “Confraria” [(1911-1929), 1 liv.], sem apresentar dados que permitam compreender do que se trata especificamente.

²⁴ O “Recenseamento...” inclui uma área orgânica específica intitulada “Confraria” com uma série de actas da Mesa (1911-1929), não se compreendendo, para o período em questão, o que distingue estas actas das anteriormente referidas, relativas à Mesa da Misericórdia.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1629-1895)²⁵; alvarás régios (1841); bulas de indulgência (1606); acórdãos e outros registos (1691-1818); actas e deliberações da Mesa (1870-1925); documentação sobre admissão de irmãos (1660-1897); registo de irmãos (1729-1836); registo de irmãos beneméritos (s.d.); ofícios, cartas, e circulares, (1702-1906); registo da saída de escrituras do cartório (1713-1796); inventários de bens (1630-1907); registo de inscrições da Misericórdia provenientes da desamortização dos seus antigos bens (1876-1907); testamentos (1627-1873); documentação relativa a legados (1620-1759); petições e atestados de pobreza (1788-1861) e registo de óbitos (1693-1884). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo do movimento de doentes (1842-1913); relações de doentes (1851-1865) e documentação referente ao tratamento de militares (1900-1908).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário²⁶.

Bibliografia: CALADO, Mariano – *Peniche na história e na lenda*. 4.^a ed. Peniche, 1991; FERREIRA, Florival Maurício – *A Santa Casa da Misericórdia de Peniche 1626-1700: subsídios para a sua história*. Peniche: Santa Casa da Misericórdia de Peniche: Câmara Municipal de Peniche, 1997.

F: IRMANDADE DOS CLÉRIGOS POBRES DE PENICHE

Datas extremas: 1691-1870.

Dimensão: 50 liv. e 1 cd.²⁷.

F: IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PENICHE²⁸

Datas extremas: 1713²⁹.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTO DE MÓS

R. Serra Frazão, 2480 Porto de Mós.

Tel.: 244491343.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: É admitida a consulta da documentação com interesse histórico mediante um pedido prévio de autorização dirigido ao Provedor

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTO DE MÓS

Datas extremas: 1745-1949.

Dimensão: 52 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos e compromissos³⁰ (1745-1817); actas (1873-1949); documentação sobre eleições (1838-1928); matrículas de irmãos (1928); tombo (1819); inventários de bens (1918) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, registo do movimento de doentes (1817-1992); registo de doentes (1922-1947); tabelas de receituário e dietas (1853-1876) e registo de óbitos (1913-1933).

Bibliografia: FRAZÃO, Serra – *Porto de Mós: breve monografia*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1982.

²⁵ Estas datas incluem a documentação que o “Recenseamento...”, sem explicar as razões, integrou num fundo da “Irmandade da Misericórdia de Peniche” (1691-1920).

²⁶ Na sede da União das Misericórdias Portuguesas existem duas caixas com fichas de documentação desta Misericórdia, elaboradas no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”.

²⁷ Inclui 2 liv. de compromissos (1691-1760).

²⁸ Há ainda documentação setecentista da Ordem Terceira existente em Peniche.

²⁹ O fundo inclui unicamente um compromisso (1713). Contudo, o “Recenseamento...” indica 1711-1713 como datas extremas deste.

³⁰ Inclui os estatutos da Misericórdia e hospital (1817).

Distrito de Lisboa ^{1 2}

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALENQUER

R. Renato Leitão Lourenço, 31, 2580-335 Alenquer.

Tel.: 263711194. Fax: 263732118.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALENQUER

Datas extremas: 1781-1945.

História arquivística: Quase toda a documentação anterior a 1950 se perdeu, tendo alguma dela sido salva da destruição, *in extremis*, em 1995.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de documentos, entre os quais se destacam o compromisso (1878); as actas da Direcção (1843-1945); o tomo da Santa Casa (1850-1859) e o tomo da Casa do Espírito Santo (1850-1858).

F: JUNTA DE PARÓQUIA DE SANTO ESTÊVÃO DE ALENQUER

Datas extremas: 1896-1912.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALDEIA GALEGA DA MERCEANA

Charnais,

2580-087 Aldeia Galega da Merceana (Alenquer).

Tel.: 263769827. Fax: 263769134.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALDEIA GALEGA DA MERCEANA

Datas extremas: 1626-1959

Dimensão: 41 liv. e documentos avulsos.

História arquivística: Na primeira metade da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP) em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, procedeu-se à organização e descrição da documentação de arquivo desta instituição.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades de expediente ³ e assuntos jurídicos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1618-1862) ⁴; acórdãos, deliberações e actas da Mesa (1721-1914); correspondência recebida; registo de correspondência expedida (1872-1923); testamentos, certidões e sentenças relativas a testamentos (1665-1905); documentação referente a doações (1719); inventários de bens móveis e imóveis (1840-1866) e requerimentos, petições de esmolas e abonos (1853-1906). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: regulamentos internos; registo do movimento de doentes (1831-1921); registo de óbitos (1811-1910) e receituário (1848-1855).

Organização: Não se reconhece qualquer critério de classificação e/ou ordenação, embora a documentação avulsa tenha sido catalogada e se tenha feito o seu resumo nas capilhas que a condicionam.

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL, Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 1: *Distrito de Lisboa*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995 e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes: informações recolhidas no Verão de 2001 pela bolsista Silvana Pires, no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* para os casos de Alhandra, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Sintra e Vila Franca de Xira e informação enviada directamente pelo Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

² Não foram contemplados os casos dos arquivos das Misericórdias de Oeiras e Sobral de Monte Agraço. No primeiro caso, contactada por escrito e por telefone para se marcar uma visita ao arquivo da Misericórdia, fomos informados que tal não era possível, uma vez que a documentação de interesse histórico não se encontrava no seu local habitual, estando provisoriamente a ser consultada com a finalidade de se elaborar uma obra sobre a instituição, comemorativa do seu 75.º aniversário, que ocorreu em Dezembro de 2001. A obra em questão é a do Dr. José Valle de Figueiredo, intitulada *História da Misericórdia de Oeiras*. No caso de Sobral de Monte Agraço, contactada do mesmo modo a Misericórdia, fomos informados que não dispunha de arquivo histórico, devido a diversas contingências relacionadas com a vivência da instituição após a revolução de 25 de Abril de 1974. Posteriormente, no âmbito da pesquisa para o seu doutoramento, o Dr. Pedro Penteadó confirmou a existência de documentação com interesse histórico naquela instituição.

³ No caso deste distrito, no “Recenseamento...”, esta secção intitula-se “Expediente e arquivo”.

⁴ Inclui um exemplar do compromisso da Misericórdia de Lisboa (1618) e outro da Misericórdia de Aldeia Galega da Merceana (1862).

**ED: ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL CIVIL
E MISERICÓRDIA DE ALHANDRA**

R. Salvador Marques, 22, 2600-488 Alhandra.
Tel.: 21 951 81 10. Fax: 21 951 10 84.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: A documentação com interesse histórico encontra-se repartida entre a sala de reuniões da Mesa, uma sala de arrumos próxima desta e o Museu da instituição.

**F: ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL CIVIL
E MISERICÓRDIA DE ALHANDRA**

Datas extremas: 1866-...

Dimensão: C. 40 pt., 12 liv., 2 doc. e 1 cd.

História arquivística: Na primeira metade da década de 1980, no âmbito do "Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias", promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, procedeu-se à organização e descrição da documentação de arquivo desta instituição, existindo fichas resultantes deste trabalho na sede da UMP.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Associação. Entre as suas séries, destacam-se estatutos (1915); regulamentos⁵ do Hospital da Caridade de Alhandra (1879); actas (1866-séc. XX⁶); actas da Assembleia Geral (séc. XX); documentação sobre tomadas de posse (1928); correspondência recebida (séc. XX) e copiadorees de correspondência expedida (1949-1993) e registo de visitantes (1935-...).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

Unidades de descrição relacionadas: Uma parte da documentação do fundo encontra-se no Arquivo

Histórico Municipal de Vila Franca de Xira e no Museu de Alhandra - Casa Dr. Sousa Martins.

**F: SOCIEDADE TEATRO SALVADOR MARQUES,
LDA.⁷**

Datas extremas: 1923-1960.

Dimensão: 10 liv.⁸.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ALVERCA**

R. Dr. Miguel Bombarda, 7,
2615-125 Alverca do Ribatejo.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Presidente.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALVERCA

Datas extremas: 1701-1992.

Dimensão: 9 liv., 1 mç. e 1 cx.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um modesto número de documentação com interesse histórico, na qual se destaca o livro do compromisso e outros registos⁹ (1745-séc. XIX); actas dos diversos órgãos da Irmandade (Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Comissão Administrativa) (1901-...); registo de ofícios (1917-1938); inventários dos bens móveis e imóveis (séc. XX) e correspondência recebida e expedida (1938-1978). A documentação mais antiga encontra-se num maço que contém testamentos, certidões e setenças relativas a testamentos (1733-1931) e documentação relativa à instituição de capelas (1733).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um inventário antigo do arquivo da instituição (truncado) (1840).

**F: IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA
FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE ALVERCA**

Datas extremas: 1895-1912.

Dimensão: 1 liv.

⁵ Trata-se de um único regulamento impresso, emoldurado e exposto no Museu da Misericórdia.

⁶ Existem livros desta série no Arquivo Histórico Municipal de Vila Franca de Xira.

⁷ Entre 1913 e 1922 designava-se por "Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada Teatro Salvador Marques". Cerca de 1930, a Associação tornou-se sócia maioritária do referido Teatro.

⁸ Este fundo inclui um inventário de bens de 1923. Existem unidades de descrição relacionadas no Arquivo Histórico Municipal de Vila Franca de Xira.

⁹ Inclui o compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1745, o alvará régio de 1806 que determinava que as Santas Casas do país se regulassem pelo compromisso da Misericórdia de Lisboa, um termo de adição ao compromisso da Alverca (1836) e ainda algumas cópias de ofícios, circulares e cartas régias, do séc. XIX.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ARRUDA DOS VINHOS**

R. Manuel Policarpo Martins, 23, r/c dto.,
2630 Arruda dos Vinhos.

Tel.: 263 97 49 11. Fax: 263 97 49 12.

Responsável hierárquico: Mesa.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: O acervo arquivístico encontra-se colocado em estantes metálicas, nas suas unidades de instalação originais, numa sala dos serviços administrativos da Misericórdia, no rés-do-chão de um prédio de habitação. A documentação mais antiga apresenta alguns indícios da acção destruidora de insectos e roedores.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ARRUDA DOS VINHOS**

Datas extremas: 1745-1991.

Dimensão: C. 210 liv., 24 pt. e 20 mç. ¹⁰.

História arquivística: O acervo que hoje constitui o arquivo histórico esteve, durante vários anos, num vão de escada do Lar, tendo sido daí transferido há cerca de 8 anos.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. No acervo, destacam-se as seguintes séries: compromissos ¹¹ (1745); actas da Assembleia Geral (1935-1972); acórdãos e actas das eleições e determinações da Mesa (1811-1971); registo de irmãos (1829-1878); cartas e sentenças cíveis [séc. XIX] ¹²; registo de entrada de correspondência e correspondência recebida (1888-1993); correspondência recebida (1934-1947); registo da correspondência recebida da Comissão Municipal de Assistência de Arruda dos Vinhos (1946-1950); correspondência recebida do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos (1963-1974); correspondência com a

Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos e outras misericórdias (1970-1991); registo de correspondência expedida (1888-1988); inventários e índices do arquivo (1827-1839; s.d.) ¹³; inventários de bens da capela (1878-1888); documentação referente a legados de beneméritos (1818-1961); requerimentos de dotados [séc. XIX] ¹⁴; ficheiro de pobres (1962-1963); registo de pobres da Sopa dos Pobres (1963-1964). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo de entradas de doentes (1855-1941); registo do movimento de doentes (1813-1842); receiptário (1914-1918) e registo de correspondência recebida pela farmácia (1945-1946) ¹⁵.

Instrumentos de descrição e pesquisa: O fundo possui um inventário e um índice antigo, respectivamente de 1827-1839 e s.d..

**F: ALA 24 DA MOCIDADE PORTUGUESA
DE ARRUDA DOS VINHOS**

Datas extremas: 1951.

Dimensão: 1 doc. ¹⁶.

**F: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA
DA SALVAÇÃO DE ARRUDA DOS VINHOS**

Datas extremas: 1951.

Dimensão: 1 doc.

**F: SOPA DOS POBRES “JOÃO LUÍS DE MOURA” DE
ARRUDA DOS VINHOS**

Datas extremas: 1944-1958 ¹⁷.

Dimensão: 1 liv. e 1 pt. ¹⁸.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE AZAMBUJA**

Quinta dos Poisões, 2050 Azambuja.

Tel.: 263 41 84 65. Fax: 263 40 16 26.

¹⁰ Estes dados incluem a documentação da “Sopa dos Pobres” antes da sua integração na Misericórdia.

¹¹ Esta série contém apenas um compromisso impresso da Misericórdia de Lisboa. Note-se, contudo, que a Santa Casa de Arruda dos Vinhos teve o seu próprio compromisso impresso, de 1828, de que, por exemplo, existe um exemplar em Alhandra, no Museu local.

¹² Contém documentação, pelo menos, desde a década de 1820.

¹³ Inclui descrições dos livros e das escrituras e testamentos.

¹⁴ Contém documentação, pelo menos, desde a década de 1830.

¹⁵ Uma das séries do fundo relativa ao internamento de doentes contém o “Regulamento interno dos Hospitais Regionais”, de 1961.

¹⁶ Este documento, uma apresentação de condolências pelo falecimento do Presidente da República, encontra-se numa capa da Irmandade de N.ª Sr.ª da Salvação.

¹⁷ Inclui actas (1950-1958) e correspondência recebida (1944-1956).

¹⁸ Apresentamos aqui a documentação da Sopa dos Pobres, porque desconhecemos o grau de autonomia desta instituição antes da sua integração na Misericórdia, no início de 1958.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: A documentação encontra-se muito dispersa, estando, provisoriamente, numa sala de arrecadações, em estantes metálicas. Nesta sala, uma parte do acervo encontra-se num caixote de madeira com cerca de 0,5 m³, a necessitar de ser organizado. Os livros de actas estão guardados no gabinete da Mesa. Há ainda documentação contabilística no coro da capela da Misericórdia, que se encontra em estantes metálicas muito danificadas pela acção da ferrugem, causadas pela extrema humidade do local.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZAMBUJA

Datas extremas: 1870-2001.

Dimensão: C. 26 liv. e 11 pt. (além de 4,17 m.l. de pastas com documentação contabilística).

História arquivística: O acervo arquivístico desta instituição encontrava-se no edifício onde funcionava a Misericórdia, tendo sido transportado para o novo complexo da sede a seguir à desactivação das anteriores instalações. Para além da documentação que esteve sempre à guarda da Misericórdia, esta instituição recuperou parte do acervo referente ao seu hospital, através da doação de livros e documentos de arquivo do Dr. Jaime Abreu da Mota, que aí foi médico. Esta documentação encontrava-se no antigo Centro de Recolhimento, criado a pensar nos filhos das lavradoras do concelho, a funcionar num edifício também doado pelo mesmo médico.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Associação. Entre as suas séries, destacam-se compromissos (1983); actas da Assembleia Geral (1960-2001); actas da Mesa (1977-1985); registo de correspondência (1884-1915); registo de correspondência recebida (1977-1987); registo de correspondência expedida e de editais (1915-1944); correspondência expedida (1968-1972); entrada e saída de correspondência (1982); correspondência da Direcção Geral de Assistência (1980); correspondência do Centro Regional, I e II Infantaria (1980) e correspondência de e para a Câmara Municipal de Azambuja

(1981-1982). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo de doentes (1899-1915); documentação sobre o movimento de doentes (1870-1872) e receituário (1873-1951)¹⁹.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CADAVAL

R. Padre José Inácio Pereira, 29, 2550 Cadaval.

Tel.: 262 69 61 47. Fax: 262 69 69 30. E-mail: scmc@clix.pt

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa.

Condições de instalação: A documentação encontra-se instalada numa sala interior, em estantes metálicas, sendo algumas pastas de difícil acesso. Existem dois caixotes, de cerca de 0,5 m³ cada um, com documentação por organizar.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CADAVAL

Datas extremas: 1924-1997.

Dimensão: C. 54 m.l.²⁰.

História arquivística: A Misericórdia do Cadaval começou por funcionar num edifício doado pelo Pe. José Inácio Pereira, com o hospital anexo. O arquivo era guardada no sótão, em condições de conservação muito más, praticamente amontoado. Há cerca de 15 anos, quando a Santa Casa mudou de instalações, com a destruição do interior do edifício antigo, parte da documentação (nomeadamente registos de entrada de doentes) foi queimada. Ocorreram ainda outras destruições documentais no período imediato à revolução de Abril de 1974, altura em que a Santa Casa foi ocupada e o arquivo ficou selado e cativo por algum tempo.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Associação. Entre as suas séries, destacam-se estatutos e registos (1931-1998)²¹; actas da Assembleia Geral (1976-...); actas da Mesa Administrativa (1957-...); actas do

¹⁹ A documentação da série encontra-se encaixotada e amontoada, sendo difícil garantir estas datas-extremas.

²⁰ A dimensão do acervo é aproximada, atendendo a que uma parte dos livros e pastas não se encontram acessíveis nem organizadas, não permitindo, por isso, a recolha de dados rigorosos.

²¹ Inclui o compromisso de 1930 (impresso em 1931) e o da segunda metade da década de 1980: o decreto do Patriarcado de Lisboa, com aprovação do compromisso (1986); o registo da Misericórdia como Instituição Particular de Solidariedade Social (1988); o registo da Santa Casa no Centro Regional da Segurança Social de Lisboa (1988); o regulamento interno do Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário (1998) e o regulamento interno da Creche, Jardim de Infância e ATL (1998).

Conselho Fiscal (1987-...); autos de posse (1970-...); correspondência recebida e expedida (1977-1996) e testamentos, doações e outros documentos (1922-2001)²².

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS

Largo da Misericórdia, 1, apartado 1144, 2750-436 Cascais.

Tel.: 214827460. Fax: 214844605.

Email: stmiscascais@mail.telepac.pt

Possui arquivo e biblioteca.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS

Datas extremas: 1428-1950.

Dimensão: 262 liv. e 82 mç.

História arquivística: Houve perdas de documentação irreparáveis na sequência dos saques efectuados pelos ingleses e holandeses em 1554 e 1580 e do terramoto de 1755. Para fazer face às dificuldades e aos riscos de preservação, a Misericórdia obteve uma autorização régia, através de provisão de 1764, para que a sua documentação fosse trasladada em pública forma. No início do séc. XIX, o seu cartório foi reorganizado. Na primeira metade da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto do Património Cultural, foram realizadas acções de organização e descrição da documentação de arquivo.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades de expediente e assuntos jurídicos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência espiritual, social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e farmácia. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1828)²³; alvarás, escrituras, pro-

visões e certidões referentes a privilégios (1530-1852); actas da Assembleia Geral (1895-1950); acórdãos e actas da Mesa (1539-1944); registo de determinações da Mesa e memória dos negócios (1761-1833); registo de eleições de mesários (1582-1898); autos de posse (1884-1919); termos de aceitação de irmãos (1690-1806); registo de irmãos (1697-1895); documentação referente à admissão de irmãos (1913-1950); registo de entrada e saída de papéis no cartório (1739-1798); registo de correspondência expedida (1781-1941); registo de ofícios recebidos (1895-1898); livros de segredos (1739-1830); inventários de bens móveis (1593-1928); tombos de propriedades²⁴ (1593-1864); testamentos e transcrições de testamentos (1505-1858); documentação relativa à instituição de capelas (1533-1769); registo da obra da igreja (1759-1829); registo dos defuntos enterrados (1614-1791); relações de pessoas que contribuíram com esmolas para a Irmandade do Santíssimo Sacramento (1929); registo de esmolas (1570-1703); registo de pano oferecido aos pobres (1647-1796); livros dos mordomos dos pobres e irmãos (1551-1552); registo dos pobres (1895-1896); registo de raçoiras (1639-1888); termos de entrada dos expostos na roda da Câmara e despesas (1825-1829); documentação referente a expostos interinamente a cargo da Santa Casa (1841-1860); documentação relativa a dotes a órfãs (1727-1872) e petições de esmolas, dotes, roupa e trabalho (sécs. XVI-XIX). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries e documentos: contrato de anexação do Hospital dos Mareantes Pescadores à Santa Casa (1587); inventários de bens do hospital (1817-séc. XX); documentação relativa ao movimento de doentes (1835-1941); receituário de cirurgia (1804-1855); registo dos medicamentos receitados aos doentes (1872-1939); folhas de dietas (1842-1924); registo de óbitos (1910-1929) e petições de internamento (sécs. XVII-XIX).

Organização: A maior parte da documentação está organizada.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Ficheiros. Existe um inventário, ainda em finalização, para além de inventários antigos do cartório (1773-1867).

Bibliografia: CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS – *Património histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais*. Cascais, 1998; PITA, Isabel; PIMENTA, Ana

²² Inclui o testamento do Pe. José Inácio Pereira (1922) e o alvará do Infarmed, passado à Farmácia da Misericórdia, a substituir o de 1974 (2001).

²³ A instituição possui recolhas de informação sobre outros compromissos e estatutos da instituição.

²⁴ Inclui referências a bens de capelas, entre outros tipos de registos.

Sofia – O Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais e a sua documentação. *Arquivo Histórico de Cascais*. 9 (1992); VIEGAS, João da Cruz – Hospital da Misericórdia de Cascais: razões da sua fundação e existência. *Boletim dos Condes de Castro Guimarães*. 1 (1941).

F: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS DE CASCAIS

Datas extremas: 1710-1859

Dimensão: 14 liv.; 1 mç.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ERICEIRA

Arquivo – Museu, Largo da Misericórdia, 2655 Ericeira. Tel.: 26162536. Fax: 261862536.

Arquivo integrado no Arquivo - Museu, que inclui também a biblioteca da instituição.

Responsável: Mesa.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelo Provedor. Em data recente, a consulta efectuava-se nos seguintes horários: de 3.^a a 6.^a feira, das 10h. às 12h e das 14h às 18h. De Novembro a Maio, o arquivo abria apenas aos fins de semana e feriados.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA ERICEIRA

Datas extremas: 1229-1997.

Dimensão: 275 liv., 65 cd., 191 mç. e 41 pt.

História arquivística: Inclui documentação institucional anteriormente inserida na colecção “Arquivo Ericeirense”, constituído por Jaime de Oliveira Lobo e Sousa, escrivão da Santa Casa entre 1925 e 1943. O fundo foi reorganizado por diferentes equipas entre meados da década de 1970 e 1998, ano em que foi produzido um instrumento de pesquisa (publicado).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Está classificado em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos de governo e assuntos jurídicos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência

social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Contém ainda uma secção de documentos avulsos onde se inclui o mais antigo manuscrito do arquivo (1229) e uma colecção de fotografias, gravuras, desenhos e dispositivos²⁵. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1841-1913)²⁶; provisões e alvarás régios (1803-1843); breves apostólicos (1757); licenças eclesiásticas (1780-1918); acórdãos, deliberações e actas das sessões da Mesa (1776²⁷-1950); actas de eleições (1791-1948); registo de irmãos (1726-1819); registo de correspondência recebida (1944-1973); correspondência recebida (1822-1978); copiadores de correspondência expedida (1822-1948); pareceres jurídicos (1740-1912); inventários de bens móveis e imóveis da Misericórdia e hospital (1678-1952; s.d.); testamentos (1743-1900) e documentação relativa a legados [sécs. XVIII-XX]; registo dos requerimentos de órfãos e cativos (1713-1750); registo de dotes (1732-1836); registo do casamento de órfãos na Capela da Misericórdia (1783-1869); requerimentos para obtenção de esmolas (1825-1934); registo de visitas ao Asilo (post. 1950); actas da Comissão do novo Hospital (1908-1923); registo do movimento de doentes (1844-1904); receiptário e dietas (1842-1911) e registo de saídas e óbitos do hospital (1862-1964).

Organização: O fundo encontra-se organizado de acordo com princípios arquivísticos.

Instrumentos de descrição e pesquisa: MARQUES, José Alberto – *Arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira: sete séculos de memória*. Ericeira: Mar de Letras, 1998, que actualiza o “Inventário do Arquivo Ericeirense”, de Teresa Catarina Duque e Ana Rita Sobrinho. Existem ainda inventários antigos desde 1678 até 1949.

Unidades de descrição relacionadas: Uma parte da documentação do fundo da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira (1917-1959) encontra-se no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mafra.

Bibliografia: REIS, Maria da Conceição – *A pirataria argelina na Ericeira do século XVIII*. Ericeira: Mar de Letras, 1998.

F: CÂMARA MUNICIPAL DA ERICEIRA

Datas extremas: Séc. XV - meados do séc. XIX²⁸.

²⁵ Nem toda a documentação inserida nesta secção foi produzida pela Misericórdia, tendo alguma dela sido reunida a título de colecção, motivo pelo qual no “Recenseamento...” foi autonomizada.

²⁶ O “Recenseamento...” referia a existência de compromissos impressos da Misericórdia de Lisboa (edições de 1745 e 1818).

²⁷ Existe ainda um livro de acórdãos e eleições (1717-1775).

²⁸ As datas extremas são as apresentadas pelo “Recenseamento...”. O inventário-catálogo da autoria de José Alberto Marques apenas refere o foral da vila (1513), embora apresente referências a um fundo da Administração do Concelho [(1838-1925), 3 cx.]. Existem unidades de descrição relacionadas no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mafra.

F: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Datas extremas: 1840-1925²⁹.

Dimensão: 1 cx.

F: CARTÓRIO NOTARIAL DA ERICEIRA

Datas extremas: 1734-1784.

Dimensão: 8 liv.³⁰.

F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA
DA CONCEIÇÃO DA ERICEIRA

Datas extremas: 1649-1877.

Dimensão: 1 cx.³¹.

F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA
DO ROSÁRIO DA ERICEIRA³²

Datas extremas: 1682-1916.

Dimensão: 1 cx. e 2 liv.

F: CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO
DA ERICEIRA³³

Datas extremas: 1664-1894.

Dimensão: 3 cx.³⁴.

F: PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA
DO Ó DA CARVOEIRA

Datas extremas: 1616-1932³⁵.

Dimensão: 2 liv.

F: PARÓQUIA DE SANTO ISIDORO

Datas extremas: 1608-1887.

Dimensão: 1 cx.

F: PARÓQUIA DE SÃO PEDRO DA ERICEIRA

Datas extremas: Séc. XV³⁶-1945³⁷.

Dimensão: 24 liv., 1 cd., 4 mç. e 13 cx.

**ED: ARQUIVO DA SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

Av. D. Carlos I, 126, piso C, 1200-651 Lisboa

Tel.: 21 390 17 49. Fax: 21 397 55 91.

Responsável técnico: técnico superior BAD.

Acesso: A consulta da documentação efectua-se de segunda a sexta-feira, das 9h30 às 12h30 e das 14h às 17h.

Tem serviço de fotocópias.

Condições de instalação: A documentação de arquivo encontra-se instalada em estantes metálicas, estando alguma dela acondicionada em caixas de cartão desacidificado. As instalações são inadequadas para arquivo e apresentam algumas situações problemáticas a nível de segurança e controlo ambiental, constatando-se ainda falta de espaço.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA³⁸

Datas extremas: 1500-1996.

Dimensão: c. de 3000 m.l. (14378 u.i.).

História arquivística A Misericórdia perdeu muita documentação do seu arquivo com o terramoto de Lisboa de 1755, tendo-se procedido posteriormente, a partir da Torre do Tombo, à copia de documentos destruídos ou perdidos, fundamentais para preservar os direitos da instituição. Em meados do século XIX, mantinha-se ainda

²⁹ Existem unidades de descrição relacionadas no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mafra.

³⁰ Segundo o inventário-catálogo de José Alberto Marques, trata-se dos livros de notas do tabelião Pedro Franco Soeiro, em mau estado de conservação. Na Torre do Tombo existem livros de notas deste tabelião, com os primeiros registos em 30 de Julho de 1735 e os últimos em 1753-1754, assinando registos no seu último livro de notas em conjunto com João Franco Soeiro.

³¹ Anteriormente encontrava-se inserida numa "Colecção de documentos sobre a vila da Ericeira" [(1834-1936), 8 liv.], referida no "Recenseamento...", que integrava documentação da Junta de Paróquia da Ericeira.

³² No "Recenseamento...", foi considerado como pertencente ao fundo, entre outros documentos, um compromisso da Irmandade do Terço de N.ª Sr.ª do Rosário.

³³ No inventário-catálogo de José Alberto Marques é ainda referida a existência de 1 cx. com documentação da Irmandade das Almas, Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Viagem, Confraria de N.ª Sr.ª das Necessidades, Confraria do Divino Espírito Santo e Confraria de S. Sebastião (1843-1929).

³⁴ No "Recenseamento..." o fundo, designado como Irmandade do Santíssimo Sacramento, tem a dimensão de 1 liv. e 1 mç.

³⁵ Inclui registos de baptismo e óbitos.

³⁶ Consideramos que pertence a este fundo a cópia da provisão pelo qual o Arcebispo de Lisboa manda pôr uma pia baptismal na igreja paroquial de S. Pedro, que actualmente está inserida no fundo da Misericórdia. A nossa perspectiva coincide com a do "Recenseamento..."

³⁷ Inclui 3 liv. de visitas, alguns já publicados [cf. MACHADO, João L. (transcr.) – *Visitações e pastorais de S. Pedro da Ericeira (1609-1855)*. Ericeira: Mar de Letras, 1998], registos de baptismo, casamento e óbitos, róis de confessados, etc. No "Recenseamento...", alguma desta documentação foi considerada como fazendo parte do fundo do Pe. Manuel Maria Ferreira [sécs. XVII-XX], que inclui índices de uma genealogia deste eclesiástico, realizados em 1929.

³⁸ O Arquivo Histórico da Santa Casa encontra-se em fase de descrição, pelo que, com o desenrolar dos trabalhos, prevêem-se diversas alterações às informações aqui apresentadas.

a necessidade de continuar a recuperação da informação vital para a vida da Misericórdia, com base em fontes existentes em outros cartórios, e proceder à organização do arquivo institucional. Apesar de continuar a receber documentação, alguma dela por compra, o arquivo não se encontrava bem instalado nem possuía novos instrumentos de descrição para responder às necessidades dos seus utilizadores. A excepção foi o ficheiro elaborado pelo arquivista-historiador Victor Ribeiro, que ainda hoje mantém utilidade. A monografia deste autor viria a chamar a atenção para a importância e riqueza do arquivo histórico da Misericórdia, cujas condições de instalação documental e de funcionamento do serviço se foram degradando até aos inícios da década de 1970. Nessa época, foi transferido, juntamente com documentação em estado semi-activo, para o actual edifício, tendo-se procedido desde então, com o corpo técnico existente, à identificação e reacondicionamento do acervo da Misericórdia.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia de Lisboa. A documentação encontra-se classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos dirigentes e expediente, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da instituição no âmbito da assistência social e religiosa, exercidas através da criação de expostos, das visitas a pobres, da concessão de dotes, subsídios e alimentos, da assistência médica a necessitados, da manutenção de recolhimentos de órfãs, do fomento de jogos sociais, etc. Entre as suas séries destacam-se compromissos (1502-1818); registo de privilégios e mercês à Irmandade da Misericórdia, Hospital Real de Todos-os-Santos e Mesa dos Enjeitados (1500-1731); decretos, avisos e ordens (1528-1803); registo de decretos, avisos e ordens³⁹ (1756-1828); registo de decretos, avisos e consultas (1812-1835); registo de portarias e outros diplomas (1835-1930); portarias e outros diplomas (1835-1902?); registo de consultas e representações (1835-1925); acórdãos da Mesa (1757-1837); actas da Comissão Administrativa (1840-1851); actas da Mesa (1851-1991); documentos anexos às actas da Comissão Administrativa (1834 (?)-1851); documentos anexos às actas da Mesa (1878 (?)-1865); registo de ordens da Mesa / Comissão Administrativa / Administração (1766-

-1922); ordens da Comissão Administrativa (1834-1851); resoluções transmitidas às Repartições (1ª, 2ª, 3ª e 4ª) e ao director do Hospital dos Expostos e Recolhimento (1877-1911); actas da Junta Pequena [dos definidores] (1756 - 1801); actas da Junta Grande [Assembleia] (1756-1832); termos de eleição e posse (1756-1831); documentação sobre a admissão de irmãos (1756-1833); registo de irmãos (1708-1832); livros de segredos (1757-1777); registo de cartas (1754-1896); registo de ofícios (1852-1952); índice de correspondência (séc. XIX-XX); correspondência reservada com o Ministro (1849-1853); registo de correspondência com o Governo Civil (1846-1911); registo de correspondência (1927-1972); correspondência recebida (1704-1962); copiadores de correspondência enviada (1860-1943); livros da porta (1757-1966); índices de requerimentos (sec. XIX); registo de requerimentos (1841-1911); tombos de propriedades e mapas de cadastro de bens do domínio privado (1938-1960); registo de escrituras e escrituras celebradas entre a Misericórdia e terceiros (1756-1865); registos de testamentos, certidões dos testamentos e verbas de testamentos a favor da Misericórdia (séc. XVIII-1937); documentação sobre legados de novo aplicados (1789-1800); documentação referente a legados não cumpridos (1782-1854); documentos sobre legados de visitantes (1762); documentação relativa a legados de capelas e dotes (1766-1845); autos cíveis e sentenças (séc. XVIII-XIX); documentação sobre a desamortização dos bens da Misericórdia e expostos (1868-1904); registo de sepulturas na igreja (1601-1700); registo de casamentos (1760-1870); registo de óbitos (1755-1882); inventários de bens da igreja e capelas (1586-1932) registo de provisões e licenças dos homens das tumbas (1776-1827); cartas régias de nomeação (1850-1907); diversas séries da Caixa de Aposentação dos Funcionários da Santa casa da Misericórdia de Lisboa⁴⁰ (1918-1948). Entre a documentação que testemunha as actividades assistenciais da Misericórdia, contam-se diversas séries relativas aos recolhimentos de órfãs (1618-1952); registo de visitadas (1744-1873); registo de visitantes (1778-1941); várias séries sobre concessão de dotes (1756-1932) e referentes à lotaria e outros jogos sociais (1785-1981). A secção mais completa é a que diz respeito à “criação de expostos” [(1636-1985), 1977 u.i.], de que destacamos as seguintes séries: resoluções transmitidas à Direcção

³⁹ Inclui registos de diplomas emanados das chancelarias régias.

⁴⁰ A Caixa foi criada pelo Decreto 3379, de 22 de Setembro de 1917; convertida em Caixa de Previdência dos Empregados de Assistência, pelo Decreto-lei n.º 32255, de 12 de Setembro de 1942.

dos Expostos (1877-1895); assentos da Mesa dos Engeitados (1718-1767); despachos (1873-1920); registo de ofícios enviados (1865-1915); registo de ofícios recebidos (1879-1918); ofícios recebidos (1870-1924); ofícios da Direção dos Expostos (1915-1924); demandas da Mesa dos Engeitados (1730-1753); registo da entrada de expostos (1657-1775); registo da entrada e baptismo de expostos (1775-1862); registo da entrada e baptismo de expostos pretos e pardos (1780-1834); registo da entrada de desamparados (1850-1941); registo de baptismos de expostos (1903-1911); sinais da entrada de expostos (1790-1926); registo da entrada de expostos dos extintos Concelhos de Belém e Olivais (1886-1889); matrículas das entradas de expostos (1775-1789); registo de exposições (1870-1906); diversas séries sobre a criação de expostos - leite e seco (1751-1847); termos de entrega aos pais (1775-1941) e registo de emancipações (1854-1870).

Instrumentos de descrição e pesquisa: MISERICÓRDIA DE LISBOA. Arquivo Histórico – *Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. (Trab. de Maria Luísa Guterres Barbosa Colen e Francisco d'Orey Manoel). Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998. Existem ainda índices do cartório (c. 1842), o ficheiro elaborado por Victor Ribeiro e a guia de remessa da transferência para as actuais instalações (1973-1975), para além de instrumentos de descrição e pesquisa relativos a algumas séries.

Bibliografia: MISERICÓRDIA DE LISBOA – *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*. Lisboa: Misericórdia de Lisboa, 1995; ID – *Colectânea legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: (1498-1998)*. Coord. geral de Elvira Brandão; coord. técnica de Rogério Seabra Cardoso. Lisboa: Misericórdia de Lisboa, 1998; NEVES, Pedro – *Lotaria Nacional. Subsídios para a sua história: 1783-1983*. [Lisboa]: Lotaria Nacional, 1983; RIBEIRO, Victor – *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (subsídios para a sua história), 1498-1898: instituição, vida histórica, estado presente e seu futuro*. Lisboa: Tip. Academia Real das Ciências, 1902 (2ª ed. fac-similada, Lisboa, 1998); ID. – *Algumas notícias documentais de arte e arqueologia relativas à Misericórdia de Lisboa e à sua Igreja e Casa de São Roque. Arquivo Histórico Português*. 5: 3-4 (1907) 138-155; ID. – *O Arquivo da Misericórdia de Lisboa na exposição olissiponense de 1914*. [s.n., 1914];

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*. Lisboa: Livros Horizonte; Misericórdia de Lisboa, 1998.

F: ASSOCIAÇÃO DAS CRECHES

Datas extremas: 1875-1922.

Dimensão: 3 u.i.

F: COLÉGIO ARAÚJO

Datas extremas: 1913-1930.

Dimensão: 3 u.i.

**F: COMISSÃO DE ACÇÃO SOCIAL
DOS BAIROS MUNICIPAIS**

Datas extremas: 1930-1978.

Dimensão: 315 u.i.

F: COZINHAS ECONÓMICAS E SOPA DOS POBRES

Datas extremas: 1917-1928.

Dimensão: 8 u.i.

F: CRECHE VÍCTOR MANUEL

Datas extremas: 1928-1930.

Dimensão: 2 u.i.

F: ESCOLA MATERNAL DA AJUDA

Datas extremas: 1919-1931

Dimensão: 22 u.i.

F: ESCOLA MATERNAL DO ALTO DO PINA

Datas extremas: séc. XX

Dimensão: 2 u.i.

F: HOSPITAL DE SÃO JOSÉ

Datas extremas: 1504-1912.

Dimensão: 13 cx. e 3 liv.⁴¹.

F: INSPECÇÃO DOS ASILOS

Datas extremas: 1890-1891.

Dimensão: 2 u.i.

F: INTERNATO INFANTIL DA PAREDE

Datas extremas: 1916-1935

Dimensão: 7 u.i.

F: INTERNATO INFANTIL DR. AFONSO COSTA

Datas extremas: 1916-1928.

Dimensão: 12 u.i.

⁴¹ Inclui o regimento do hospital (1504). A documentação mais antiga deste fundo encontra-se maioritariamente no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e, uma parte ainda por avaliar, sob a responsabilidade dos Hospitais Cívicos de Lisboa.

F: PRIMEIRO SEMI-INTERNATO

Datas extremas: 1890-1930.

Dimensão: 8 u.i.

**F: PROVIDORIA DOS RECOLHIMENTOS
DA CAPITAL**

Datas extremas: 1821-1927.

Dimensão: 63 u.i.

F: RECOLHIMENTO DO CALVÁRIO

Datas extremas: 1876-1910.

Dimensão: 2 u.i.

F: RECOLHIMENTO DA RUA DA ROSA

Datas extremas: 1822-1928.

Dimensão: 24 u.i.

F: SEGUNDO SEMI-INTERNATO

Datas extremas: 1893-1940.

Dimensão: 6 u.i.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LOURINHÃ**

R. Mestre Anacleto Marcos da Silva, 2530 Lourinhã

Tel.: 261411151 Fax: 261413011

Responsável hierárquico: Provedor

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOURINHÃ

Datas extremas: [1586] - 1904

História arquivística: Desconhece-se a localização da maioria da documentação anterior a 1950. Na primeira metade da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto do Património Cultural, procedeu-se à organização e descrição da documentação de arquivo desta instituição, existindo fichas resultantes deste trabalho na sede da UMP.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Assembleia Geral (1894-1904); acórdãos e eleições da Mesa (1586-1712); livros da irmandade ([1617-1750];

listas de irmãos (1825) e correspondência (séc. XIX).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário elaborado por ESPINOSA, Fernanda – O Arquivo da Misericórdia da Lourinhã: Inventário. In ID. – *Escritos históricos*. Porto: Porto Editora, 1972, p. 319-322, no qual é identificada documentação cujo paradeiro actualmente se desconhece.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MAFRA**

R. Pedro Julião, 14, 2640-518 Mafra

Tel.: 261811258 Fax: 261812270

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MAFRA

Datas extremas: 1717-1950.

Dimensão: 130 liv. e 5 mç.

História arquivística: Um incêndio no hospital, local onde esteve depositada a documentação até 1978, destruiu uma parte significativa desta.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades do Hospital e Misericórdia de Mafra⁴². Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros e patrimoniais, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde. Entre as séries deste fundo, destacam-se regulamentos internos (1901)⁴³; actas da Assembleia Geral (1900-1929); registo da correspondência expedida pela Mesa da Assembleia Geral (1913-1950); actas da Direcção (1913-1948); relatórios da Direcção (1877-1948); registo de correspondência expedida pela Direcção (1913-1950); copiadore de correspondência (1879-1913); tomos de propriedades (1907-primeira metade do séc. XX); processos de obras do hospital (1900-1937); documentação sobre o movimento de doente (1848-1950); receituário (1857-1950) e registos de óbitos (1911-1950).

Organização: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação dos séculos XVIII e XIX estava separada por fundos, embora não se tivesse procedido à constituição de séries. A documentação do séc. XX estava por classificar, havendo apenas uma arru-

⁴² A instituição teve diversas denominações. Foi criada em 1779 como Irmandade de N.ª Sr.ª das Dores, passando depois a designar-se por Hospital de N.ª S.ª das Dores de Mafra, em 1787, chegando, no século XX, a ser conhecida pelo nome de Hospital da Misericórdia de N.ª Sr.ª das Dores de Mafra.

⁴³ Trata-se sobretudo do livro com “os capítulos que devem ser observados pelos empregados da Irmandade”.

mação por ordem cronológico.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um inventário antigo do arquivo do Hospital da Misericórdia de N.ª Sr.ª das Dores (1908-1930) que descreve muita da documentação que entretanto desapareceu, provavelmente devido ao incêndio referido.

Unidades de descrição relacionadas: Fundos existentes no arquivo da Santa Casa, provenientes de diversas instituições integradas pela Misericórdia, como a Ermida do Espírito Santo da Freguesia de S. Miguel de Alcainça, a Ermida e Albergaria do Divino Espírito Santo da Freguesia de Cheleiros, a Irmandade das Almas da Freguesia de Santo André de Mafra, a Irmandade de N.ª Sr.ª das Dores da Freguesia de Santo André de Mafra e a Real Irmandade de N.ª Sr.ª do Rosário da Freguesia de Santo André de Mafra.

F: ERMIDA E ALBERGARIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA FREGUESIA DE CHELEIROS

Datas extremas: 1825-1884⁴⁴.

F: ERMIDA DO ESPÍRITO SANTO DA FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA

Datas extremas: 1843-1885⁴⁵.

F: IRMANDADE DAS ALMAS DA FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ DE MAFRA

Datas extremas: 1845-1891.

Dimensão: 8 liv.

F: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS DORES DA FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ DE MAFRA

Datas extremas: 1845-1897.

Dimensão: 6 liv.

F: REAL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ DE MAFRA

Datas extremas: 1713-1887.

Dimensão: 12 liv. e 2 mç.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINTRA

R. da Pendôa, 17, 2710-610 Sintra.

Tel.: 21 923 92 70. Fax: 21 923 92 78.

E-mail: scmsintra@ip.pt

Responsável hierárquico: Mesa da Misericórdia.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pela Mesa e efectua-se às segundas e quartas-feiras, das 9h30m às 17h.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINTRA

Datas extremas: séc. XIII-1978.

Dimensão: 207 liv. e 10 cx.

História arquivística: Em 1930, o cartório encontrava-se no sótão do hospital da Misericórdia, em deficientes condições de instalação, tendo-se perdido, por esse motivo, diversa documentação. Quando, em 1931, o Dr. Silva Marques o visitou, parte do acervo encontrava-se desordenado, na igreja, e em risco de degradação, tendo este investigador procurado identificar e chamar a atenção para a importância da documentação mais antiga. Em 1958, a documentação com interesse histórico da Misericórdia encontrava-se no edifício do seu hospital e no Palácio Valenças, da Câmara Municipal. Até 1962, a parte que estava na Santa Casa, que continha conjuntos em mau estado de conservação, foi transferida para este edifício, figurando, a título de depósito, no Arquivo Histórico Municipal, sob a direcção do Dr. Francisco Costa. Em 1984, o acervo retornou à Santa Casa, passando a fazer parte do seu Arquivo histórico. Ainda na década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto do Património Cultural, procedeu-se a acções de preservação, organização e descrição da documentação de arquivo desta instituição.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. A documentação encontra-se classificada segundo o quadro de classificação proposto pelo ex-Instituto Português de Arquivos para as Misericórdias, com algumas adapta-

⁴⁴ Poderá existir algum problema na definição das datas extremas do fundo dado que a instituição foi extinta por alvará do Governo Civil de Lisboa em 1882, motivo pelo qual poderá também ser necessário rever a dimensão apresentada pelo “Recenseamento...” (7 liv. e 1 mç.) para este fundo.

⁴⁵ Poderá existir algum problema na definição das datas extremas do fundo dado que a instituição foi extinta por alvará do Governo Civil de Lisboa em 1851, motivo pelo qual poderá também ser necessário rever a dimensão apresentada pelo “Recenseamento...” (6 liv. e 6 mç.) para este fundo.

ções. Entre as séries do fundo destacam-se compromissos e estatutos (1755-1914); acórdãos e deliberações da Mesa (1546-1869); actas da Mesa (1870-1954); registo de admissões de irmãos (1633-1834); registo de irmãos (1860-1957); termos de eleições de irmãos (1622-1978); copiadores de correspondência (1878-1939); correspondência recebida (1551-1898); registo de sepulturas na igreja (1577-1586⁴⁶); tombos de propriedades (1561-1854); inventários⁴⁷ de bens [móveis] (1618-c.1940); testamentos (1566-1943); registo de dotes para órfãs (1608-1897); documentação relativa a visitas a pobres (1654-1766); documentação referente a actividades de assistência a pobres (1879-1931) e registo da criação de expostos (1816-1864). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries: tombos de propriedades do hospital (1514-1515⁴⁸); documentação relativa ao movimento de doentes (1805-1949); registo de nascimentos (1930-1940); documentação sobre óbitos do hospital (1831-1953) e inventários de bens [da botica] (1904-1924).

Avaliação, selecção e eliminação: Em 2001, a Misericórdia iniciou um projecto de identificação de documentação acumulada com vista à sua avaliação e à salvaguarda da que é de conservação permanente. Esta virá a integrar o Arquivo Histórico da instituição. Os trabalhos de identificação levados a cabo no Verão de 2001 permitiram apurar os seguintes fundos e respectivas datas extremas: Santa Casa da Misericórdia de Sintra (1898-2000); Comissão Coordenadora do Hospital de Sintra (1974-1976); Associação de Socorros Mútuos 3 de Outubro de 1884 (1884-1969), Associação de Caridade de Sintra (1955-1969) e Casa do Povo de S. Martinho e S.^a Maria de Sintra (1983-1991).

Organização: O acervo está organizado segundo princípios arquivísticos. Em diversas situações (ex.^o: capelas) reconstituíram-se os maços primitivos com base no inventário realizado por Nogueira de Andrade, em 1840. Noutros casos, como a colecção de pergaminhos, a colecção de códices medievais ou as incorporações posteriores a 1840, respeitou-se a organização realizada por Silva Marques e Francisco Costa.

Condições físicas: Algumas séries têm unidades de instalação em mau estado de conservação que impedem a sua consulta directa.

Instrumentos de descrição e pesquisa: MARQUES, João Martins da Silva – *Cartório da Misericórdia e Hospital do*

Santo Espírito da Çafaria de Sintra. [Sintra, 1940]; SILVA, Carlos Manique – *Guia do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Sintra*. Sintra, 2001 (policopiado). Existem ainda instrumentos de descrição antigos. **Existência e localização de cópias:** No âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, na década de 1980, foram realizados microfílmes duma parte da documentação, os quais se encontram em condições deficientes.

Bibliografia: CARVALHO, Sérgio Luís – O tombo dos bens do hospital de Sintra. *História*. 11:114 (1989) 58-61; COSTA, Francisco – O tombo do Hospital e a Capela de S. Lázaro, II. *Boletim da Misericórdia de Sintra*. 21 (Fevereiro 1986) 1-3; *EXPOSIÇÃO de livros, documentos, pinturas, paramentos e mais objectos pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Vila de Sintra: catálogo*. Sintra: [s.n.], 1958; MIGUÉIS, Maria Isabel N. – *O tombo do Hospital da Çafaria do Espírito Santo de Sintra*. Cascais: Patrimónia, 1997; PENTEADO, Pedro; SILVA, Carlos Manique; HENRIQUES, Cláudia; BALINHA, Hélio – A identificação e a avaliação da documentação acumulada nas Misericórdias: o caso de Sintra. In JORNADAS DE ESTUDO “AS MISERICÓRDIAS COMO FONTES CULTURAIS E DE INFORMAÇÃO” (Penafiel, 18-20 de Outubro de 2001) – *Actas*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, no prelo; SILVA, Carlos Manique – *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Sintra*. Sintra: Santa Casa da Misericórdia de Sintra, 1997; ID. – Novos dados sobre o Cartório da Misericórdia de Sintra. *Jornal de Sintra*. (13 de Junho de 1997) 16; ID. – *A Capela de S. Lázaro e a Çafaria de Sintra*. Sintra: Santa Casa da Misericórdia, 1999.

F: ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE COLARES

Datas extremas: 1834-1837.

Dimensão: 1 liv.

F: ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS 3 DE OUTUBRO DE 1884

Datas extremas: 1884-1974.

Dimensão: 39 liv.

F: CASA DO POVO DE SÃO MARTINHO E SANTA MARIA DE SINTRA

Datas extremas: 1972-1991.

Dimensão: 22 liv. e 22 cx.

⁴⁶ O livro contém um aditamento de 1618, com o inventário do cartório feito pelo escrivão Paulo do Prado.

⁴⁷ Estes inventários são relativos a bens da Misericórdia, do hospital e da Irmandade do Senhor dos Passos, entre outros.

⁴⁸ Refere-se ao tombo do Hospital do Espírito Santo, mandado fazer pela rainha D. Leonor.

**F: HOSPITAL DE NOSSA SENHORA
DE MONTELAVAR**

Datas extremas: 1586-1645.

Dimensão: 2 liv.

**F: IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO
DE COLARES**

Datas extremas: 1832-1851.

Dimensão: 1 liv.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE COLARES

Datas extremas: 1724-1858

Dimensão: 6 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE TORRES VEDRAS**

R. António Batalha Reis, 8, 2560 Torres Vedras.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE TORRES VEDRAS**

Datas extremas: 1512-1950.

Dimensão: 575 liv. e 3011 pç.

História arquivística: Em 1936, a documentação com interesse histórico da Santa Casa estava à guarda da Biblioteca Municipal. Na década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, procedeu-se a uma separação de documentos avulsos e de livros e à descrição da documentação de arquivo desta instituição.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, expediente e assuntos jurídicos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no

âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos, estatutos e projectos de estatutos (1627-séc. XX⁴⁹); alvarás, provisões e cartas régias (1512-1832); breves e provisões eclesiásticas (séc. XVIII); actas da Assembleia Geral (1700-1940); actas da Mesa (1624-1950); registo e termos de eleições (1620-1876); termos de admissão de irmãos (1621-1930); registo de irmãos (1707-1912); tombos de propriedades⁵⁰ (1578 - final do séc. XIX); tombos de capelas (1673-1859); documentos relativos a capelas instituídas (1785-1858); inventários e relações de bens e o património (1776-1875); registo de correspondência recebida e expedida (1831-1938)⁵¹; testamentos (1551-1925); documentação referente a legados pios (1825-1891); registo de funerais (1658-1802); registo de esmolas (1596-1619) e registo de dotes de casamento para órfãs (1701-1789). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: documentação referente ao movimento de doentes (1703-1950); receituário (1831-1950); registo de óbitos (1881-1931) e registo de amigos do hospital (1936).

Avaliação, selecção e eliminação: Teve início no Verão de 2002 um projecto de identificação de documentação acumulada com vista à sua avaliação e à salvaguarda da que é de conservação permanente. Esta virá a integrar o futuro arquivo histórico da instituição.

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado, previsto para breve. Os documentos avulsos encontram-se em fase de descrição, tendo sido numerados no contexto do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Ficheiros com descrições dos livros, elaborados no âmbito do referido Projecto. Existem ainda inventários antigos.

Bibliografia: CALADO, Rafael Salinas – *Origens e vida da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras*. Torres Vedras: Sociedade Progresso Industrial, 1936.

**F: ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS
24 DE JULHO DE TORRES VEDRAS⁵²**

Datas extremas: 1962-1972.

Dimensão: 5 liv.

⁴⁹ Existem outros compromissos impressos, do séc. XX, no arquivo da instituição. Nos documentos avulsos, encontra-se ainda o compromisso da Confraria de N.ª Sr.ª do Ameal (1599).

⁵⁰ Existem ainda livros da fazenda das albergarias do Maxial (1856) e da Aldeia Grande (1860-1864).

⁵¹ Existe correspondência recebida nos documentos avulsos que se encontram por identificar na instituição.

⁵² Existe outra documentação deste fundo na documentação acumulada da instituição.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE TORRES VEDRAS**

Datas extremas: 1942-1971.

Dimensão: 6 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA FRANCA DE XIRA**

Canto da Misericórdia, 2, 2600 Vila Franca de Xira.

Tel.: 263 27 38 38. Fax: 263 27 04 18.

Responsáveis hierárquicos: Provedor e Comissário do património.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA FRANCA DE XIRA**

Datas extremas: 1563-1988.

Dimensão: 44 cx. com 142 liv.⁵³.

História arquivística: Na primeira metade da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, procedeu-se à organização e descrição da documentação de arquivo desta instituição.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por estatutos (1819-1915); regulamentos internos da Misericórdia e Hospital Civil de Vila Franca de Xira (s.d.)⁵⁴; provisões e alvarás régios⁵⁵ (1563-1886); decretos, portarias, alvarás e petições (séc. XIX); actas da Assembleia Geral (1915-1983); acórdãos e actas da Confraria e Hospital da Caridade⁵⁶ e da Misericórdia (1820-1985); actas, acórdãos e deliberações da Mesa (1912-1915); registo de subscritores (novos irmãos) do Hospital da Caridade (1918-1953); actas de eleições (1841-1904); correspondência recebida (1876-1967); correspondência recebida da Assembleia Geral e Conselho Fiscal (1953-1972); correspondência recebida da Direcção Geral da Assistência (1944-1965); correspondência recebida da Comissão Municipal de Assistência de Vila Franca de Xira (1947-1966); correspondência recebida do Governo Civil (1929-1959); correspondência recebida da Junta de

Provincia do Ribatejo (1937-1959); correspondência recebida do Tribunal de Contas (1946-1972), correspondência recebida da Junta do Crédito Público (1952-1988); correspondência recebida do Dispensário Antituberculose (1953-1959); correspondência do Colégio Afonso de Albuquerque e Externato Sousa Martins (1949-1957); copiadores e registo de correspondência expedida (1876-1935); sentenças cíveis (1585-1901); inventários e róis (1800-1958); testamentos (1597-1862); escrituras e traslados de escrituras (1580-1909); registo de refeições distribuídas a pobres (1950-1965); registo de entrada de crianças na creche (1918-1927) e registo dos defuntos sepultados [na igreja da Misericórdia] (1977-1988). No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: ofícios recebidos pelo Hospital (1876-1928); correspondência recebida sobre assuntos clínicos (1936-1970); registo de entrada de doentes (1853-1935); registo do movimento de doentes - mapas nosológicos (1858-1959); registo de nascimentos na maternidade (1943-1972); registo de óbitos (1948-1957) e certidões de óbito (1951-1970).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Está a ser ultimado o inventário da documentação do fundo, pela equipa do Arquivo Histórico Municipal de Vila Franca.

**F: ASILO CRECHE AFONSO DE ALBURQUE
DE VILA FRANCA DE XIRA**

Datas extremas: 1898-1949.

Dimensão: 1 mç.

**F: CENTRO ELEITORAL REPUBLICANO
DE VILA FRANCA DE XIRA**

Datas extremas: 1909.

Dimensão: 1 mç.

**F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA
DA ASSUNÇÃO DE VILA FRANCA DE XIRA**

Datas extremas: 1816-1915

Dimensão: 3 cx. [com 2 liv. e 1 doc.]

**F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA
DO ROSÁRIO DE VILA FRANCA DE XIRA**

Datas extremas: 1834-1912

⁵³ Este fundo contém ainda cerca de 18 cx.s com documentação relativa à praça de touros da Misericórdia de Vila Franca de Xira, não contabilizadas, e cuja organização e descrição se encontrava em vias de conclusão à data da visita da equipa do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*.

⁵⁴ Existe ainda um regulamento da escrita da Confraria da Caridade (1859).

⁵⁵ Na sua maior parte, esta série é constituída por traslados feitos no séc. XIX, principalmente no que se refere aos documentos mais antigos.

⁵⁶ Instituições que estiveram na origem da Misericórdia.

Dimensão: 2 cx.

**F: IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO
DE VILA FRANCA DE XIRA**

Datas extremas: 1667-1908

Dimensão: 6 cx.

**F: IRMANDADE DO SENHOR JESUS DA BOA
MORTE DE POVOS**

Datas extremas: 1876-1917

Dimensão: 1 cx.

**F: IRMANDADE DO SENHOR JESUS DOS PASSOS
DE VILA FRANCA DE XIRA**

Datas extremas: 1661-1911

Dimensão: 1 cx.

F: MISERICÓRDIA E HOSPITAL DA CASTANHEIRA

Datas extremas: 1721-1908.

Dimensão: 1 mç.⁵⁷.

F: MISERICÓRDIA DE LISBOA

Datas extremas: 1919-1921

Dimensão: 1 mç.

F: MISERICÓRDIA DE POVOS

Datas extremas: 1803-1851.

Dimensão: 1 mç.

**F: ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO
MONTE DO CARMO DE VILA FRANCA DE XIRA**

Datas extremas: 1644-1915.

Dimensão: 18 cx.

**F: ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO
DE VILA FRANCA DE XIRA**

Datas extremas: 1776-1913.

Dimensão: 2 cx.

**ED: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL
DE VILA FRANCA DE XIRA
(por depósito da Santa Casa da Misericórdia
de Alhandra⁵⁸)**

R. Professor Reinaldo dos Santos, 18, 2600 Vila Franca de Xira.

Tel.: 263 27 60 31.

Acesso: A consulta da documentação efectua-se das 10h às 13h e das 14h às 18h (de 3.ª a 6.ª feira) e das 10h às 13h (ao sábado).

**F: ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL CIVIL
E MISERICÓRDIA DE ALHANDRA**

Datas extremas: 1698-1915.

Dimensão: 53 pt. e 36 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Associação. Entre as suas séries destacam-se regulamentos (1863); alvarás (1800-1891); editais (1826-1890); certidões diversas (1793-1914); registo de ordens (1821-1837); acórdãos e actas (1821-1886); registo de eleições (1845-1870); documentação sobre eleições (1826-1872); correspondência recebida (1826-1905); registo da correspondência expedida (1854); inquéritos à Irmandade (s.d.); inventários de bens (1852-1871); testamentos (1802-1892); registo de termos de casamentos (1881-1890) e licenças para festividades da Irmandade (1870). No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-se séries de correspondência recebida pelo hospital (1882-1907); registo da correspondência expedida (1915); termos de entrada de doentes (1851-1906) e documentação sobre o movimento de doentes (1887-1896).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Fichas descritivas ao nível da peça.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada na Associação do Hospital Civil e Misericórdia de Alhandra e no Museu de Alhandra – Casa Dr. Sousa Martins.

⁵⁷ Existe ainda uma fotocópia de um documento da Misericórdia de Almada, de 1861.

⁵⁸ Segundo a Santa Casa da Misericórdia de Alhandra, existe na instituição o documento comprovativo do estatuto jurídico (depósito) pelo qual este acervo se encontrava à guarda do Museu de Alhandra, de onde foi transferido, em 1998, para o Arquivo Municipal.

F: TEATRO SALVADOR MARQUES (ALHANDRA)

Datas extremas: 1886-1922 ⁵⁹.

Dimensão: 2 liv. ⁶⁰.

ED: MUSEU DE ALHANDRA – CASA

**DR. SOUSA MARTINS (por depósito da
Santa Casa da Misericórdia de Alhandra ⁶¹)**

Largo do cais, 2, 2600-422 Alhandra.

Tel.: 21 950 36 45.

Responsável hierárquico: Chefe de Divisão de Museus,
Património e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de
Vila Franca de Xira.

F: ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL CIVIL
E MISERICÓRDIA DE ALHANDRA

Datas extremas: 1800-1917.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam compromissos e estatutos ⁶² (1828-1915); decretos (1800); registo de eleições e acórdãos da Mesa (1819-1821); acórdãos e actas da Mesa (1888-1894); registo de correspondência (1911-1917); questionários sobre a situação da Santa Casa (1889 ⁶³) e, no domínio da actividade hospitalar da Misericórdia, registo de entrada de doentes (1872) ⁶⁴.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Fichas temáticas do acervo do Museu, remetendo para as diferentes séries.

⁵⁹ Inclui actas das sessões (1903-1913).

⁶⁰ Existem ainda outras unidades de instalação deste fundo, não contabilizadas.

⁶¹ Segundo a Santa Casa da Misericórdia de Alhandra, existe na instituição o documento comprovativo do estatuto jurídico (depósito) pelo qual este acervo se encontra à guarda do Museu de Alhandra.

⁶² Esta série, para além dos estatutos da Misericórdia de Alhandra, de 1915, é composta ainda pelo exemplar impresso do compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Arruda dos Vinhos (1828) e o da Misericórdia de Beja (1907).

⁶³ Trata-se de questionários em resposta a uma portaria do Ministério do Reino, de 1887.

⁶⁴ A instituição possui ainda um conjunto de recortes de jornal sobre as actividades assistenciais da Misericórdia de Alhandra em 1953 (1 pt.), reunido por elementos ligados ao Museu, que não pertence ao fundo da Santa Casa.

Distrito de Portalegre ¹

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALEGRETE

R. Joaquim António Pacheco Correia, 1-A, 7300 Alegrete (Portalegre).

Tel.: 245965618. Fax: 245965618.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALEGRETE

Datas extremas: 1755-1962.

Dimensão: 5 liv. e 2 mç.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam as actas da Mesa (1884-1962) e termos de eleições (1755-1783).

Unidade de descrição relacionada: Existe documentação relacionada no Arquivo da Câmara Municipal de Portalegre ².

F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE ALEGRETE

Datas extremas: 1907-1933.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALPALHÃO

R. de S. Pedro, 7, 6050-000 Alpalhão (Nisa).

Tel.: 245742628.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALPALHÃO

Datas extremas: 1737-1972.

Dimensão: 84 liv., 10 cd. e 6 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos ³, à

gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos ⁴, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1889); actas da Mesa (1862-1955); termos de eleições (1781-1839); registo de irmãos (1741-1784); matrículas de irmãos (1911-1953); registo da correspondência recebida (1907-1953); correspondência recebida (1920-1936); copiadores de correspondência expedida (1920-1954); inventários de bens móveis e imóveis (1840-1951) e registos de enteramentos acompanhados pela Santa Casa (1816-1852). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo de doentes admitidos (1905-1955); documentação relativa ao movimento de doentes (1863-1904); receiptário (1875-1972) e dietas dos doentes (1868-1930).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALTER DO CHÃO

R. João Lopes Namorado, 7440 Alter do Chão.

Tel.: 245612361. Fax: 245612021.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALTER DO CHÃO

Datas extremas: 154(?) - 1947.

Dimensão: 366 liv. e 19 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assis-

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 4: *Distrito de Portalegre*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1996 e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes: informações recolhidas no Verão de 2001 pela bolsista Silvana Pires, no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* para o caso de Sousel e, por telefone, para o caso de Elvas, fornecidas pelo Sr. João Tiago Nunes.

² O Arquivo Municipal de Portalegre possui um tomo de propriedades da Misericórdia (1764-1878).

³ Neste distrito, o “Recenseamento...” incluiu nesta secção as séries de correspondência, num item/sub-secção de expediente.

⁴ Neste distrito, o “Recenseamento...” incluiu nesta secção as séries referentes a irmãos e eleições dos órgãos directivos da instituição.

tência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se provisões régias (1860); acórdãos e actas da Mesa (1724-1940); matrículas de irmãos (1876-1910); termos de eleições (1713-1773); copiadores de ofícios (1806-1925); tomos de propriedades⁵ (1701-1840) e registo de óbitos (1751-1773). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo de movimento de doentes (1797-1935); receituário de medicina e cirurgia (1820-1937); dietas dos doentes (1817-1917); óbitos de doentes internados (1911-1947) e receituário externo da botica (1869-1873);

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um inventário antigo do arquivo, datado de 1860.

F: MISERICÓRDIA DE CHANCELARIA

Datas extremas: 1827-1857.

Dimensão: 5 liv.

F: MISERICÓRDIA DE SEDA

Datas extremas: 1520-1870.

Dimensão: 8 liv. e 1 mç.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMIEIRA DO TEJO

Estrada do Tejo, 15, 6050 Amieira do Tejo (Nisa).
Tel.: 245457169.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMIEIRA DO TEJO

Datas extremas: 1611-1964.

Dimensão: 60 liv. e 6 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o "Recenseamento...", a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se registo de alvarás, ofícios e obrigações de irmãos (1849-1862); acórdãos e actas da Mesa (1693-1956);

termos / registo de eleições de mesários (1678-1694); listas de irmãos eleitores (1908-1932); registo de irmãos (1848); correspondência recebida (1859-1962); copiadores de correspondência expedida (1877-1956); tomos da Misericórdia e da capela de N.^a Sr.^a da Sanguinheira (1822) e inventários de bens móveis e imóveis (1800-1942). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: documentação relativa ao movimento de doentes (1930-1964); registo de doentes (1949-1964) e receituário (1905-1940).

Bibliografia: SOUSA, Tude Martins de – A Misericórdia da Amieira, do antigo priorado do Crato. A sua antiguidade - A sua campanha - O seu compromisso. *Arqueologia e História*. 10 (1932) 119-128.

F: MISERICÓRDIA DE AREZ

Datas extremas: 1714-1861.

Dimensão: 7 liv. e 1 mç.

F: CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE AMIEIRA DO TEJO

Datas extremas: 1763-1801.

Dimensão: 1 liv.

F: CONFRARIA DE SÃO JOÃO DE SÃO MATIAS

Datas extremas: 1758-1885.

Dimensão: 1 liv.

F: IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA SANGUINHEIRA DE AMIEIRA DO TEJO

Datas extremas: 1844-1894.

Dimensão: 3 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARRONCHES

Praça da República, 7340-012 Arronches.

Tel.: 245583124. Fax: 245582286.

Responsável: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARRONCHES

Datas extremas: 1683-1926.

Dimensão: 83 liv. e 1 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia.

⁵ A Misericórdia possui tomo de capelas (1788).

Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Mesa (1790-1890); registo de irmãos (1832-1881); copiadore de correspondência recebida e expedida ⁶ (1911-1918); tombos de propriedades (1778-1826) e inventários de bens (1845-1922). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo de movimento de doentes (1871-1914); receituário (1870-1921); dietas dos doentes (1878-1910); registos de óbitos de doentes internados (1911-1923) e receituário da botica (1870-1876).

**F: CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO
DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO
DE ARRONCHES**

Datas extremas: 1683-1876.

Dimensão: 4 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVIS

Praceta N.ª Sr.ª da Orada, 7480 Avis.

Tel.: 242412235. Fax: 242412235.

Possui biblioteca e arquivo.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVIS

Datas extremas: (1521-1968).

Dimensão: 230 liv.; 40 mç. e 2 doc.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas atra-

vés do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1880-1887); acórdãos da Mesa (1571-1692); actas da Mesa (1850-1958); autos de eleições de mesários (1843-1847); registo de irmãos (1814); listas de irmãos eleitores e elegíveis (1879-1882); registo de correspondência recebida (1922-1944); correspondência recebida (sécs. XIX-XX); correspondência expedida (sécs. XIX-XX); inventários de bens (1894-1956); tombos de propriedades, rendas e foros (1521-1731) e registo de defuntos (1580-1714). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo de admissão de doentes (1847-1921) ⁷; registo de doentes internados (1924-1956); documentação sobre o movimento mensal (1943-1956); petições de doentes (1886-1912); fichas de doentes (1906); receituário (1877-1955); dietas (1880-1937) e registo de óbitos (1911-1912).

Unidade de descrição relacionada: Existe documentação relacionada no Arquivo da Câmara Municipal de Avis ⁸.

Bibliografia: COSTA, Maria Clara Pereira da – *A vila de Avis cabeça da comarca e da ordem. Século XVI a XVII. Tombos de direitos, bens e propriedades da Santa Casa da Misericórdia (I)*. Lisboa, 1984. 81 p. [separata da “Revista do Instituto Geográfico e Cadastral”, 4 (1984)].

F: ASILO DR. MANUEL VARELA DE AVIS

Datas extremas: 1941.

Dimensão: 1 liv. e 1 mç.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE AVIS ⁹**

Datas extremas: 1946.

Dimensão: 1 liv.

F: CONFRARIA DE ALBERGARIA (BENAVILA)

Datas extremas: séc. XVIII.

Dimensão: 1 liv.

F: CONFRARIA DAS ALMAS DE AVIS

Datas extremas: 1871-1887.

Dimensão: 1 liv. e 2 mç ¹⁰.

⁶ Neste distrito, o “Recenseamento...”, não definiu se estes casos se referem a registos de correspondência expedida ou a copiadore.

⁷ Existe ainda uma série designada por registo de entrada de doentes (1868-1945).

⁸ O Arquivo da Câmara Municipal de Avis possui as seguintes séries documentais referentes à Misericórdia de Avis: tombos (1845) e registo de óbitos (1911).

⁹ No “Recenseamento...” vem indicada como “Comissão Regional de Assistência de Avis”.

¹⁰ Inclui 1 mç. de estatutos (1887).

**F: CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO
DE NOSSA SENHORA DE ENTRE-AS-ÁGUAS
DE BENAVIDA**

Datas extremas: 1580.

Dimensão: 2 liv.

**F: JUNTA DE FREGUESIA DE AVIS
(N.^a SR.^a DA ORADA)**

Datas extremas: s.d.

Dimensão: 3 doc.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CABEÇO DE VIDE**

Av. da Libertação, 7460 Cabeço de Vide.

Tel.: 245634408.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CABEÇO DE VIDE**

Datas extremas: 1516-1966.

Dimensão: 278 liv., 29 cd. e 41 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1516-1662)¹¹; acórdãos e actas da Mesa (1659-1952); termos de eleições (1640-1961); registo de irmãos (1723-1900); copiadores de correspondência recebida (1919-1934); copiadores de correspondência expedida (1843-1952); registo de propriedades (1743-1803); registo de defuntos (1696-1743); registo de dotes para órfãs (1795-1928) e documentação referente a despesas com expostos (1803-1835). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo do movimento de doentes (1733-1950); receituário médicos (1817-1951); dietas dos doentes (1837-1915); registo de óbitos (1925-1966) e inventários de bens móveis da

farmácia (1887). O fundo, de acordo com o “Recenseamento...”, inclui ainda uma “Vária”, com documentação desde 1516. Entre a sua documentação mais antiga encontra-se ainda uma série de documentos de receita e despesa da Misericórdia e hospital (1594-1938).

F: CONFRARIA DAS CHAGAS DE CABEÇO DE VIDE

Datas extremas: 1785-1820.

Dimensão: 1 liv.

**F: CONFRARIA DO ESPÍRITO SANTO
DE CABEÇO DE VIDE**

Datas extremas: 1812-1936.

Dimensão: 1 mç.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CAMPO MAIOR**

Quinta de S. Pedro, 7370-025 Campo Maior.

Tel.: 268688340. Fax: 268688342.

E-mail: s.c.m.c.maior@mail.telepac.pt

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CAMPO MAIOR**

Datas extremas: 1642-1931.

Dimensão: 78 liv., 2 mç. e 3 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1739)¹²; acórdãos e actas da Mesa (1807-1931); copiadores de correspondência expedida (1863-1906); tombo de títulos e escrituras (traslados) (1642-1732) e inventários de bens (1785-1909). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo do movimento de doentes (1829-1919) e receituário (1876-1908).

¹¹ Trata-se de 2 liv. de compromissos impressos da Misericórdia de Lisboa.

¹² Trata-se do compromisso impresso da Misericórdia de Lisboa.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CANO**

R. da Misericórdia, 7470 Cano (Sousel).

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CANO

Datas extremas: 1717-1954.

Dimensão: 8 liv., 1 cd. e 9 mç.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam compromissos (meados do séc. XVIII); projectos de compromissos e estatutos (1911-1933); cartas de mercê (1823); actas da Mesa (1897-1954); inventários de bens móveis e imóveis (1868-1938) e sentenças, escrituras, petições, testamentos e cartas precatórias (1717-1946).

**F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO
ROSÁRIO DE CANO**

Datas extremas: 1716-1855.)

Dimensão: 3 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CASTELO DE VIDE**

Largo João José Le Cocq, 7320 Castelo de Vide.

Tel.: 245900040. Fax: 245901180.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CASTELO DE VIDE**

Datas extremas: 1533-1956.

Dimensão: 300 liv., 77 cd., 157 mç., 4 pt. e 1 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o "Recenseamento...", a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica¹³. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1879-1907); regulamentos (1907); alvarás, provisões e licenças (1533-1821); mandados do Governo Civil e da Administração

do Concelho (1842-1873); actas da Mesa (1716-1939); relatórios das sessões da Mesa (1889-1906); termos de eleições de mesários (1838-1927); registo de entrada de irmãos (1907-1929); listas de irmãos (1927-1930); registo de correspondência expedida (1929-1944); copiadores de ofícios expedidos (1849-1949); correspondência diversa (1848-1941); tombos de propriedades e inventários de bens imóveis (1800-1931); inventários de bens móveis (1680-1931); testamentos, escrituras, alvarás régios, sentenças (1555-1825); registo de defuntos (1777-1917); registo de expostos (1824-1841); relações de providas (1849-1872); autos de visita ao Recolhimento de Órfãos da Conceição (1866); documentação referente a assistência a mulheres pobres (1852-1916); documentação referente a subsídios a recém-nascidos (1887-1892) e registo de asilos e hospitais do concelho (1878-1886). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: regulamentos do hospital (1879-1907); inventários de bens móveis (1910); projectos de ampliação (1908-1910); registo geral de doentes (1879-1929); registo de movimento de doentes (1784-1939); documentação referente ao movimento de doentes militares (1815-1852); fichas de tratamento de doentes do hospital (1936-1943); receituário (1845-1944) e registo de dietas dos doentes externos (1898-1918).

Unidade de descrição relacionada: Existe documentação relacionada no Arquivo da Câmara Municipal de Castelo de Vide¹⁴.

F: MISERICÓRDIA DE PÓVOA E MEADAS

Datas extremas: (1809-1845).

Dimensão: 4 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CRATO**

R. da Sobreira, 56, 7430 Crato

Tel.: 245996227. Fax: 245997178.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CRATO

Datas extremas: 1505-1938.

Dimensão: 297 liv. e 5 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia.

¹³ Foi incluída ainda uma "Vária".

¹⁴ O Arquivo Municipal possui 1 liv. de receita da Misericórdia (1831).

Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Mesa (1802-1936); termos de eleições (1759-1934); registo de irmãos (1703-1762); copiadore de correspondência expedida (1881-1935); tombos de propriedades (1505-1843); documentação referente a legados pios não cumpridos (1788-1809); certidões, petições, escrituras, sentenças, testamentos e arrematações (1529-1818); cartas régias, dotes, certidões, testamentos, sentenças (1607-1827); registo de óbitos (1680-1802) e documentação referente a dotes de órfãs (1680-1817). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo de movimento de doentes (1796-1938); receituário do hospital (1881-1882); registo de pessoas socorridas em casa (1829-1831); documentação relativa a óbitos de doentes internados (1814-1815); registo do cemitério do hospital (1882-1909) e inventários da botica (1792).

F: ALBERGARIA DE SANTA MARIA DE CRATO

Datas extremas: 1499-1504.

Dimensão: 1 mç.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ELVAS

Quinta de Vale de Marmelos, 7350 Elvas.

Tel.: 268623393. Fax: 268628724.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ELVAS

Datas extremas: 1504-1970.

Dimensão: 912 liv., 54 cd., 41 mç., e 25 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e

ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e religiosa e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica e da sopa dos pobres. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1704)¹⁵; cartas, provisões e alvarás régios (1539-1829); colecção de privilégios da Misericórdia de Lisboa concedidos à Misericórdia de Elvas por provisão régia, (1793); registo de cartas de privilégio (1807-1813); actas da Mesa (1532-1952); termos de eleições (1543-1970); registo de irmãos (1719-1913); despachos dos requerimentos (1831-1924); registo de correspondência expedida (1861-1947); copiadore de correspondência expedida (1891-1947); registo de documentos expedidos (1908-1921); copiadore de ofícios e cartas recebidos e expedidos (1837-1899); correspondência recebida e expedida (1832-1900); tombos e registo de propriedades e rendas (1661-1824); inventários de bens móveis (1818-1929); registo de heranças recebidas por testamentos e doações (1633-1760); testamentos (1522-1903); escrituras, testamentos e sentenças – processos (1504-1931); registo de defuntos e enterros (1529-1811); registo de expostos (1750-1764); documentação relativa à atribuição de dotes a órfãs (1639-1803); documentação referente à distribuição de rações a doentes, presos e pobres (1703-1765) e actas da comissão da “Sopa dos pobres” (1931-1944). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: estatutos do hospital (1832); inventários de bens móveis das enfermarias (1602-1827); documentação referente ao movimento de doentes (1915-1942); registo geral de doentes (1609-1950); receituário das enfermarias (1871-1923); registo de óbitos do hospital (1819-1943) e inventários da botica (1736-1742). Existe ainda documentação relativa às festividades religiosas da Semana Santa e de Santo António (1785-1950).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário parcial do fundo, realizado em 1992, sem grandes preocupações arquivísticas.

Unidade de descrição relacionada: Existe documentação relacionada no Arquivo da Câmara Municipal de Elvas.

Bibliografia: GAMA, Eurico – *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1954.

F: ASILO SILVA MARTINS DE ELVAS

Datas extremas: 1801-1953.

Dimensão: 25 liv., 8 cd., 1 mç. e 4 cx.

¹⁵ Trata-se do compromisso impresso da Misericórdia de Lisboa.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ELVAS

Datas extremas: 1925-1930.

Dimensão: 5 liv.

F: CONFRARIA DAS CHAGAS DE OLIVENÇA

Datas extremas: 1590-1598.

Dimensão: 1 liv.¹⁶.

F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO DE ELVAS

Datas extremas: 1592-1911.

Dimensão: 19 liv. e 3 mç¹⁷.

F: ESCOLA PRIMÁRIA DA FREGUESIA DE SANTO ILDEFONSO DE ELVAS

Datas extremas: (1918-1922).

Dimensão: 1 liv.

F: IRMANDADE DE SANTA LUZIA DE ELVAS

Datas extremas: (1831-1854).

Dimensão: 1 liv.

F: MISERICÓRDIA DE BARBACENA

Datas extremas: 1829-1894.

Dimensão: 4 liv., 10 cd. e 3 mç.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FRONTEIRA

Largo Prof. Dr. Antunes Varela, 7460 Fronteira.

Tel.: 245604168. Fax: 245605168.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FRONTEIRA

Datas extremas: 1574-1958.

Dimensão: 478 liv., 98 cd. e 151 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o "Recenseamento...", a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos

órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se documentação relativa a alterações ao compromisso (1911-1921); actas da Mesa (1763-1950); termos de eleições de mesários (1636-1937); registo de irmãos (1574-1955); registo de correspondência recebida (1848-1958); registo de correspondência expedida (1864-1928) e inventários de bens móveis da Misericórdia (1870-1921). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: inventários de bens móveis do hospital (1886); requerimentos de admissão de doentes (1869-1950); registo do movimento de doentes (1768-1950); mapas do movimento do banco do hospital (1927-1950); receituário e dietas do hospital (1817-1950); boletins clínicos (1863-1894) e registo de óbitos no hospital (1911-1923).

Unidade de descrição relacionada: Existe documentação relacionada no Arquivo da Câmara Municipal de Fronteira¹⁸.

F: ASILO DE MENDICIDADE DE FRONTEIRA

Datas extremas: 1920-1978.

Dimensão: 1 liv. e 10 mç¹⁹.

F: CANTINA ESCOLAR DE NOSSA SENHORA DA ATALAIA DE FRONTEIRA

Datas extremas: 1945-1952.

Dimensão: 3 mç²⁰.

F: CASA DE TRABALHO DE SANTA FILOMENA DE FRONTEIRA

Datas extremas: 1948-1964.

Dimensão: 1 liv. e 1 mç.

F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DE VILA VELHA DE FRONTEIRA

Datas extremas: 1884-1888.

Dimensão: 2 liv.

¹⁶ Fundo constituído por 1 liv. de estatutos e de registo de irmãos (1590-1598).

¹⁷ Inclui 1 liv. de estatutos e acórdãos (1754-1861).

¹⁸ O Arquivo Municipal possui as seguintes séries documentais relativas à Misericórdia: foros em dinheiro (1847) e fichas clínicas dos doentes do hospital (1849).

¹⁹ Inclui 1 mç. de estatutos (1920-1950).

²⁰ Inclui 1 mç. de estatutos (1945).

F: CRECHE DE NOSSA SENHORA DA ATALAIA DE FRONTEIRA

Datas extremas: 1939-1970.

Dimensão: 3 liv. e 1 mc.²¹.

F: SOCIEDADE FILARMÓNICA FRONTEIRENSE

Datas extremas: sécs. XIX-XX.

Dimensão: 18 cx.

F: TUNA RECREIO EGUALDADE FRONTEIRENSE

Datas extremas: sécs. XIX-XX.

Dimensão: 18 cx.

COL.: COLECÇÃO DE FRAGMENTOS DE PERGAMINHO

Datas extremas: sécs. XIV-XVII.

Dimensão: 7 fragmentos de pergaminhos²².

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GAVIÃO

R. Dr. Dias Calazans, 6040 Gavião.

Tel.: 241632158. Fax: 241632632.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GAVIÃO

Datas extremas: 1891-1958.

Dimensão: 12 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam as actas da Mesa (1910-1957); inventários de bens imóveis (1905); registo do movimento de doentes (1940-1943) e recetário e dietas do hospital (1925-1931).

F: MISERICÓRDIA DE BELVER

Datas extremas: 1932-1957.

Dimensão: 2 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MARVÃO

Marvão, 7330 Marvão.

Tel.: 245909110.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MARVÃO

Datas extremas: 1595-1920.

Dimensão: 65 liv. e 13 cd.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o "Recenseamento...", a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos da Mesa (1747-1920); termos de eleições (1646-1745); copiadores de ofícios (1864-1870); tombos de propriedades (séc. XVIII-XIX)²³; inventários de bens (1834-1848); registo de defuntos e enterros (1676-1850) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, documentação relativa ao movimento de doentes (1817-1852).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONFORTE

R. José Mário Romão Nobre Cartaxo, 1, 7450 Monforte.

Tel.: 245573222.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONFORTE

Datas extremas: 1528-1951.

Dimensão: 227 liv., 131 cd., 3 mc., 6 pt. e 4 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o "Recenseamento...", a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1662-1745)²⁴; projectos de compromissos (1912); actas da Mesa (1761-1948)²⁵;

²¹ Inclui 1 liv. de estatutos (s.d.).

²² Um dos sete fragmentos é em português (séc. XIV) e seis são em francês (sécs. XV-XVII).

²³ A Misericórdia possui tomo de capelas (1799).

²⁴ Trata-se de 2 compromissos impressos da Misericórdia de Lisboa.

²⁵ Alguns livros de receita e despesa, anteriores a 1761, incluem também actas da Mesa.

correspondência recebida (1890-1938); copiadores de correspondência expedida (1909-1951); tomos de propriedades²⁶ (1689-1727); inventários de bens móveis e imóveis (1842-1916) e testamentos e escrituras (tresladados) (1528-1781). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: inventários dos bens móveis e imóveis (1766-1844); registo do movimento de doentes (1848-1948); mapas do movimento de doentes (1881-1889); registo de óbitos (1911-1914); receiptuário (1843-1929); mapas da alimentação dos doentes (1937-1950). Entre a documentação mais antiga do fundo encontra-se uma série de receita e despesa (1593-1935). *Instrumentos de descrição e pesquisa:* Inventário com descrições da documentação do fundo.

Unidade de descrição relacionada: Existe documentação relacionada no Arquivo da Câmara Municipal de Monforte²⁷.

F: ALBERGARIA DE MONFORTE

Datas extremas: (1500-1501).

Dimensões: 1 liv.

F: CLUBE ARTÍSTICO MONFORTENSE

Datas extremas: 1930-1958.

Dimensões: 4 liv.

F: COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES DE MONFORTE²⁸

Datas extremas: 1936-1953.

Dimensões: 4 liv.

F: MISERICÓRDIA DE ASSUMAR

Datas extremas: 1624-1959.

Dimensão: 23 liv., 8 mç. e 1 pt²⁹.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTARGIL

R. Manuel Falcão de Sousa, 7425 Montargil
(Ponte de Sôr).

Tel.: 242901105. Fax: 242904450.

Possui arquivo e biblioteca.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTARGIL

Datas extremas: 1581-1960.

Dimensão: 61 liv. e 1 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1640-1918); acórdãos e actas da Mesa (1581-1960); termos de eleições de mesários (1661-1949); registo de admissão de irmãos (1675-1957); registo de irmãos (1904-1957); registo de correspondência recebida (1911-1929); registo de correspondência expedida (1911-1950); inventários de bens móveis e imóveis (1792-1931); registo de bens e obrigações (1625-1661) e registo de defuntos (1650-1754). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo do movimento de doentes (1907-1923) e receiptuário (1881-1924). *Instrumentos de descrição e pesquisa:* Inventário com descrições da documentação do fundo.

F: CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE MONTARGIL

Datas extremas: 1788-1904.

Dimensão: 8 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE NISA

Praça do Município, 17, 6050-358 Nisa.

Tel.: 245412233. Fax: 245429159.

Responsável hierárquico: Provedor.

²⁶ Inclui registos de foros.

²⁷ O Arquivo Municipal possui 2 mç. de orçamentos e outros documentos de carácter financeiro (1860-1880) respeitantes à Misericórdia.

²⁸ Não sabemos se se trata da Comissão Municipal de Assistência.

²⁹ Inclui um compromisso (1870).

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE NISA

Datas extremas: 1601-1958.

Dimensão: 272 liv., 19 cd., 19 mç., 2 pt. e 20 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1657-1911); provisões e alvarás régios (1855); cartas régias (1763-1843); acórdãos e actas da Mesa (1819-1958); registo de irmãos (1814-1897); registo de correspondência recebida (1867-1916); registo de correspondência expedida (1859-1930); tombos de propriedades (1696-1818); inventários de bens móveis (1826-1950); testamentos (1683-1857); registo de defuntos (1704-1839) e registo de pobres socorridos (1897-1917). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo do movimento doentes (1813-1941); registo de altas e baixas de militares (1797); mapa geral de doentes (1822) e receituário médico (1848-1955). Existem ainda 7 mç. com documentação vária (1638-1935) onde, a par de relações de irmãos, ofícios, circulares ou actas de eleições, se encontram atestados de pobreza.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário com descrições da documentação do fundo.

Bibliografia: BASSO, José Fraústo – Da Santa Casa da Misericórdia de Nisa. A assistência particular em Portugal e as Misericórdias. Elementos para o seu estudo. In V CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *Actas*. [S.l.]: Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, 1977, p. 21-290.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PONTE DE SÔR**

R. Vaz Monteiro, 12, 7400 Ponte de Sôr.

Tel.: 242206814. Fax: 242204777.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PONTE DE SÔR**

Datas extremas: 1731-1906.

Dimensão: 4 liv., 2 cd. e 1 mç.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam compromissos (1890-1906) e acórdãos e actas da Mesa (1731-1843).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PORTALEGRE**

Av. da Liberdade, 24-26, 7300-065 Portalegre.

Tel.: 245309660. Fax: 245204910.

E-mail: sta.casa.mis.ptg@mail.telepac.pt

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PORTALEGRE**

Datas extremas: 1587-1974.

Dimensão: 94 liv., 1 mç. e 1 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e dos serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1614-1862); actas da Mesa (1873-1955); actas de eleições (1875-1941); autos de posse das comissões administrativas (1932-1936); registo de irmãos (1824-1971); copiadore de ofícios (1889-1936); testamentos (traslados) (1656) e registo de visitantes (1900-1974). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: registo de visitas (1902-1909); registo do movimento de doentes (1904-1953) e actas do Conselho Médico (1955). Entre a documentação mais antiga do fundo encontra-se a série de receita e despesa (1590-1600).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário com descrições da documentação do fundo. Existe ainda um inventário antigo do arquivo da instituição (1804).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SOUSEL**

Largo da Igreja, 7470-214 Soussel.
Tel.: 268554272. Fax: 268554633.
Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOUSEL

Datas extremas: 1563³⁰-1982

Âmbito e conteúdo: De acordo com as informações que foi possível apurar no Verão de 2001, do acervo na posse da actual Mesa Administrativa³¹, destacam-se estatutos

(1912-1982); actas das sessões da Mesa Administrativa (1908-1977)³² e registo de irmãos (1912-1928).

**F: ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES
DA FREGUESIA DE SOUSEL**

Datas extremas: 1941-1948.

Dimensão: 1 liv.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE SOUSEL**

Datas extremas: 1951-[1962].

Dimensão: 1 liv.

³⁰ Informação fornecida pela Dr.ª Maria de Jesus Dordio.

³¹ Parte do acervo da Misericórdia não se encontra actualmente nas instalações da Santa Casa da Misericórdia, por ter sido entregue em 1995 à Dr.ª Maria de Jesus Dordio, para proceder à sua organização. A actual Mesa não dispõe de informações sobre o estado do trabalho encomendado.

³² O livro mais antigo da série inclui um traslado do regulamento do Hospital Sub-Regional de Soussel, feito em 11 de Maio de 1960.

Distrito do Porto ¹

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE

R. Dr. Miguel Pinto Martins, 4600 Amarante.

Tel.: 255423380. Fax: 255423380.

Possui arquivo e biblioteca.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação histórica encontrava-se no 1.º andar da sede.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE

Datas extremas: 1600-1983.

Dimensão: C. 28 m.l. (620 liv.).

História arquivística: Grande parte da documentação da Santa Casa perdeu-se durante o incêndio do edifício da Misericórdia pelas tropas napoleónicas.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos ², e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do Asilo Conselheiro António Cândido e hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1640-1678); resumos de actas da Assembleia Geral (1911-1981); acórdãos, termos e actas da Mesa (1748-1893); termos de admissão de irmãos (1742-1751); registo de irmãos (1761-1934); tombos de propriedades (1650-1864); inventários de bens e róis (1680-1864); documentação relativa a legados pios (1614-1934); registo de legatários (1627-1837); documentação referente a atribuição de esmolas (1897-1922); registo de cartas de guia (1860-1910); actas da Direcção da Casa dos Pobres (1941-1943) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, documentação relativa ao movimento de doentes

(1823-1945); receituário e dietas (1900-1908) e registo de óbitos (1863-1951). Também a documentação do Asilo Conselheiro António Cândido contém documentação referente ao movimento de doentes (1908-1976).

Instrumentos de descrição e pesquisa: LOPES, Maria José Queirós – *Inventário do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante*. Amarante: Santa Casa da Misericórdia de Amarante, 1992 ³.

F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE AMARANTE

Datas extremas: 1881-1897.

Dimensão: 5 liv.

F: CONFRARIA DO ROSÁRIO DE TELÕES

Datas extremas: 1801-1876.

Dimensão: 5 liv.

F: CONFRARIA DE SANTO ANDRÉ DE TELÕES

Datas extremas: 1760-1824.

Dimensão: 1 liv.

F: CONFRARIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA DE AMARANTE

Datas extremas: 1890-1907.

Dimensão: 3 liv.

F: CONFRARIA DE SÃO SALVADOR DE AMARANTE

Datas extremas: 1836-1899.

Dimensão: 3 liv.

F: CONFRARIA DE TRAVANCA

Datas extremas: 1889-1902.

Dimensão: 1 liv.

F: IRMANDADE DAS ALMAS DE AMARANTE

Datas extremas: 1866-1908.

Dimensão: 3 liv. ⁴.

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. *Inventário do Património Cultural Móvel – Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 1: *Distrito de Lisboa*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995 e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes de informação: site da Internet da Câmara Municipal de Penafiel para o caso do acervo da Misericórdia desta localidade e site da Misericórdia do Porto.

² Nesta caso, o “Recenseamento...” criou ainda uma secção intitulada “Irmãos” cujas séries, em alguns distritos, foi incluída numa secção dedicada à gestão dos recursos humanos.

³ Este instrumento de descrição apresenta os diversos fundos que se encontram no arquivo.

⁴ Inclui 1 liv. de estatutos (1866).

F: ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO
DE AMARANTE

Datas extremas: 1744-1892.

Dimensão: 6 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE AZURARA**

R. Dr. Américo Silva, apartado 191, 4481-911 Vila do Conde.

Tel.: 252631890. Fax: 252631890.

Possui arquivo e biblioteca.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação histórica encontrava-se na sala das sessões.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

Datas extremas: 1601-1974.

Dimensão: C. 25 m.l.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. O “Recenseamento...” apenas identifica⁵ documentação que pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1612); provisões, alvarás e cartas régias (1805-1857); actas da Mesa (1606); documentação sobre eleições (1747) e irmãos (1590-1728) e receituário e dietas do hospital (1893).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

F: ANA BERNARDA PEREIRA DA CUNHA

Datas extremas: 1773.

Dimensão: 1 pç.

F: ANA BERNARDA QUITÉRIA

Datas extremas: 1748.

Dimensão: 1 pç.

F: ANTÓNIO MOREIRA PEREIRA MONTEIRO

Datas extremas: 1764-1787.

Dimensão: 3 pç.

F: BERNARDA LUÍSA QUITÉRIA

Datas extremas: 1748.

Dimensão: 1 pç.

F: JOAQUIM FERREIRA BRANDÃO

Datas extremas: 1866.

Dimensão: 1 pç.

F: JOÃO MONTEIRO TINOCO

Datas extremas: 1806-1883.

Dimensão: 4 pç.

F: JOSÉ JOAQUIM MONTEIRO TINOCO
DA SILVEIRA

Datas extremas: 1773-1825.

Dimensão: 3 pç.

F: LUÍS FERNANDES TINOCO

Datas extremas: 1692-1804.

Dimensão: 7 pç.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE BAIÃO**

R. da Misericórdia, 4640 Baião.

Tel.: 255542277. Fax: 255542277.

Responsável hierárquico: Provedor

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se na secretaria e em dois gabinetes contíguos.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BAIÃO

Datas extremas: 1933-1992.

Dimensão: C. 14 m.l.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais⁶ e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1933); actas da

⁵ Neste distrito, mesmo em arquivos de razoável dimensão, como este, o “Recenseamento...” apenas referenciou as séries que considerou de maior destaque, durante o processo de recolha de dados.

⁶ Neste caso, o “Recenseamento...” criou ainda uma secção intitulada “Edificações, obras e instalações”, cujas séries, em alguns distritos, foram incluídas numa secção dedicada à gestão dos recursos patrimoniais.

Assembleia Geral (1933-1992); actas da Mesa (1933-1992), actas do Definitório/Conselho Fiscal (1933-1992); registo de irmãos (1933-1992); correspondência recebida (1933-1992); e projectos de obras (1980)⁷; correspondência recebida pelo hospital (1933-1975).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Não existem. Contudo, a documentação mais recente foi descrita no contexto do processo de informatização dos serviços da secretaria.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FELGUEIRAS

Av. Dr. Magalhães de Lemos, 4610 Felgueiras.
Tel.: 255922040. Fax: 255924040.

Acesso: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, o arquivo não estava acessível ao público devido ao facto de se encontrar desorganizado e faltar pessoal para o seu tratamento e para o apoio às consultas.

Condições de instalação: No referido período, a documentação encontrava-se na cave do Lar Maria Viana e, uma parte menor, num armário da secretaria, no mesmo edifício.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FELGUEIRAS

Datas extremas: 1884-1982.

Dimensão: C. 28,44 m.l.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1982); actas da Mesa (1891-1979); registo de irmãos; inventários de bens e róis (1917-1971); documentação referente a legados pios (1884-1919); documentação relativa ao movimento de doentes (1932-1947) e receituário e dietas (1937).

Características físicas: O estado de conservação da documentação que se encontrava na cave era mau.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA

Av. Major Arrochela Lobo, 157, 4620 Lousada.

Tel.: 255813854. Fax: 255913165.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa sala da cave, na sede, e uma parte “em casa de um particular”.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA

Datas extremas: 1950-1991.

Dimensão: 58,56 m.l.

Âmbito e conteúdo: Fundo em que se destacam a série de projectos de obras (1950-1991)⁸ e de correspondência recebida pelo hospital (1953-1975).

Organização: O fundo necessita de tratamento arquivístico.

Características físicas: A documentação encontra-se em muito mau estado de conservação.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MAIA

Av. Visconde Barreiros, apartado 1, 4470 Maia.

Tel.: 229448136. Fax: 229418592.

Responsável hierárquico: Provedor

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação não se encontrava instalada “em local próprio”.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MAIA

Datas extremas: 1855-1984.

Dimensão: 0,16 m.l. (8 liv.).

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Assembleia Geral (1955-1984); actas da Mesa Administrativa (1955-1978); registo de irmãos (1955) e registo de beneméritos (1955).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MARCO DE CANAVEZES

Alameda do Hospital, 4630 Marco de Canavezes.

Tel.: 255534038. Fax: 255534541.

⁷ Trata-se do projecto de obras do Lar de Idosos.

⁸ Trata-se do projecto de obras do Lar de Idosos.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação histórica encontrava-se em diferentes áreas do Hospital de Santa Isabel.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MARCO DE CANAVEZES**

Datas extremas: 1934-1992.

Dimensão: C. 33 m.l.

Âmbito e conteúdo: Fundo em que se destacam as séries de compromissos e estatutos; actas da Mesa e correspondência recebida.

Bibliografia: MARQUES, António da Rocha – *Hospital de Santa Isabel da Misericórdia do Marco de Canaveses*. Marco de Canaveses, 1986. PONTE, Nunes da – *Dr. Gaspar Queiróz Ribeiro e o Hospital de Santa Isabel (no Marco de Canaveses)*. Porto, 1970.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE BOM JESUS DE MATOSINHOS**

Av. D. Afonso de Henriques, 4450 Matosinhos.

Tel.: 229380254. Fax: 229387965.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor

Condições de instalação: A documentação encontra-se em várias dependências da sede, incluindo o museu da instituição, onde se encontram expostas diversos manuscritos.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE BOM JESUS DE MATOSINHOS**

Datas extremas: 1670-séc. XX

Dimensão: C. 74,9 m.l. (492 liv., 2241 mç. e 17 cx.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a documentação que identificou pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos informativos, financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência sócio-educativa e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Foi ainda considerada a seguinte área orgânica individualizada no fundo: Real Confraria do Bom Jesus de Bouças (1670-1778). Entre as séries do fundo, destacam-se actas da Mesa (sécs. XVII-XIX);

registo de irmãos (sécs. XVIII-XX); documentação relativa a legados pios (sécs. XVIII-XIX); processos de órfãs (1956-1976) do Asilo de N.ª Sr.ª da Conceição, para além das célebres cartas ao Bom Jesus de Matosinhos (séc. XIX).

Organização: Falta completar o tratamento arquivístico iniciado anteriormente.

Instrumentos de descrição e pesquisa: No contexto do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980, foi produzido um primeiro instrumento descritivo da documentação avulsa.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada no fundo da Confraria do Senhor dos Passos de Matosinhos.

Bibliografia: GOMES, Fátima Maria Oliveira; PINTO, Maria Conceição Azeredo – *A Irmandade do Bom Jesus de Bouças e seus reflexos na vila de Matosinhos*. *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*. 2 (1985) 111-186.

**F: CONFRARIA DO SENHOR DOS PASSOS DE
MATOSINHOS**

Datas extremas: 1682 – [1816].

Dimensão: 3 liv.⁹.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PAÇOS DE FERREIRA**

R. Dr. Leão Meireles, apartado 68, 4590 Paços de Ferreira.

Tel.: 255963943. Fax: 255963943.

Responsável hierárquico: Tem responsável.

Acesso: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, o arquivo não estava acessível ao público.

Condições de instalação: No referido período, a documentação encontrava-se distribuída por três salas de um dos seus edifícios.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PAÇOS DE FERREIRA**

Datas extremas: 1922-1990.

Dimensão: C. 16,57 m.l.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia.

⁹ Inclui estatutos e compromissos (1683).

Segundo o “Recenseamento...”, a documentação que identificou pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos; actas da Mesa; registo de irmãos (1922); rol de bens do asilo e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, registo de correspondência recebida (1975-1990) e correspondência expedida¹⁰ (1938-1942).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES

R. Elias Moreira Neto, 161, 4580 Paredes.
Tel.: 255780220. Fax: 255780229.

Responsável: Chefe da secretaria.

Acesso: No referido período, o arquivo não estava acessível ao público.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se em duas salas do Lar de Idosos Moreira Neto, uma no rés-do-chão e outra no sótão.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES

Datas extremas: 1903-1992.

Dimensão: Entre 9,9 m.l. e 13, 2 m.l.¹¹ (27 liv., 17 mç. e 35 pt.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a documentação que identificou pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos e serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Assembleia Geral (1943-1984); actas da Mesa (1903-1992); documentação sobre a admissão de irmãos (1903-1954); correspondência recebida e expedida

(1947-1963) e documentação referente a legados pios (1939-1947) e registo de óbitos do hospital (1971-1975).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

ED: ARQUIVO HISTÓRICO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

R. das Flores, 15, 4050-265 Porto.

Tel.: 222074710. Fax: 222050116.

E-mail: scmp@scmp.pt

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: O Serviço de Arquivo encontra-se sob a tutela da área da Cultura e Culto.

Acesso: É admitida a consulta da documentação mediante autorização do mesário da Cultura e Culto. São disponibilizados serviços de leitura (sala com capacidade para 6 lugares), biblioteca de apoio, reprodução de documentos e de extensão educativa

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

Datas extremas: 1426-1982.

Dimensão: 401 m.l.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada sobretudo em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, contencioso e cartório, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social, no domínio da saúde e dos jogos (lotaria). Foram ainda consideradas as seguintes áreas orgânicas individualizadas no fundo: Hospital Geral de Santo António do Porto (D. Lopo de Almeida/Rocamadour) (1593-1921); Botica (1766-1780); Hospital dos Entrevados (1670-1857); Hospital dos Inválidos de Cima (1823-1832); Hospital dos Lázaros (1701-1872); Hospital de Santa Clara (1790-1827); Recolhimento de Inválidas de Santa Clara (1818-1871); Recolhimento de Órfãs de N.ª Sr.ª da Esperança¹² (1731-1890); e ainda Capela de Santo André (1800-1821); Confraria Ecce Homo (1690-1756)¹³ e Ordem Terceira de S. Francisco – Porto (1751)¹⁴. Entre as séries deste fundo, destacam-

¹⁰ Neste distrito, o “Recenseamento...” não definiu se estes casos se referem a registos de correspondência expedida ou a copiadoreis.

¹¹ O “Recenseamento...” fornece as duas dimensões sem precisar qual é a que corresponde melhor à realidade do acervo.

¹² Inclui capítulos de visitasões (1732-1865).

¹³ Inclui estatutos (1690-1756).

¹⁴ Inclui estatutos (1751).

-se compromissos e estatutos (1498-1717); leis e decretos (1590-1823); cartas régias (séc. XVI-XVII); actas da Mesa (1584-1878); registo de lembrança de deliberações (1559-1982); documentação sobre eleições de mesários (1536-1833); termos de admissão de irmãos (1575-1880); índices de irmãos (1696-1789); correspondência (1498-1890); tombos de propriedades (1599); inventários de bens e róis (1611-1800); notas (1656-1962); documentação referente a legados (1488-1935); documentação relativa à instituição de capelas (1805-1867); testamentos (1584); registo de sepulturas (1825-1839); documentação relativa a mamposteiros (1586-1767); documentação referente a esmolas aos pobres envergoados (1683-1784) e documentação sobre o livramento de presos (1620-1846).

Organização: O fundo encontra-se parcialmente organizado, segundo um antigo critério temático.

Instrumentos de descrição e pesquisa: AMORIM, Inês – *Roteiro do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1987, p. 229-263 (sep. da *Revista de História*). Existem ainda inventários antigos do cartório (1619-1873), incluindo o do Pe. Luís de Sousa Couto (1843). De acordo com a página da Internet da Santa Casa, devido ao facto da “documentação custodiada no Arquivo Histórico não constar toda no Roteiro, foi feito um trabalho de inventariação, com suporte informático, que funciona como complemento do Roteiro”. Por outro lado, está a “ser feito um estudo pormenorizado de cada unidade de instalação. Este estudo, para além de ter como objectivo rectificar o Roteiro, serve também para avaliar e registar o grau de deterioração das espécies, quais as medidas a tomar para a sua preservação, selecção e prioridade da documentação a ser microfilmada”. Entre os produtos informáticos disponíveis contam-se ainda um índice onomástico do “Registo dos testamentos”, com um total de 2330 fichas e um catálogo de fotografias da instituição¹⁵.

Bibliografia: BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. 2ª ed.. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997 [1ª ed., 1934]; PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses – *Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto*. [Catálogo da exposição]. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1995.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PÓVOA DE VARZIM

Largo das Dores, 4490 Póvoa de Varzim.

Tel.: 252618571. Fax: 252616994.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Director de serviços.

Acesso: É admitida a consulta da documentação mediante autorização dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação histórica encontrava-se provisoriamente numa sala da igreja da Misericórdia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PÓVOA DE VARZIM

Datas extremas: 1759-1992.

Dimensão: C. 19,15 m.l. (211 liv.; 1 mç ; 3 pç.).

História arquivística: Na primeira metade da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, procedeu-se à organização e descrição da documentação de arquivo desta instituição.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada sobretudo em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social, no domínio da saúde, através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1704-1717)¹⁶; breves de indulgência (1789-1871); actas da Mesa (1905); copiadores de correspondência (1857-1946); tombos de propriedades (1892-1963) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, estatutos do hospital (1826); documentação relativa ao movimento de doentes (1823-1965) e receituário e dietas (1829-1902).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um catálogo de documentação do arquivo.

Bibliografia: BARBOSA, Viriato – *A Póvoa de Varzim. Ensaio da História da vila*. S.l., 1937; COMISSÃO PARA

¹⁵ Estas informações estão disponíveis na Internet, em http://www.scmp.pt/ini_pt.htm (página consultada em 10 de Abril de 2002).

¹⁶ Trata-se dos compromissos impressos da Misericórdia de Lisboa (1704) e do Porto (1717).

AS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS – *500 anos das misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000.

F: CONFRARIA DOS SANTOS PASSOS

Datas extremas: 1686-1760.

Dimensão: 3 liv.¹⁷.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SANTO TIRSO**

R. da Misericórdia, 171, 4780 Santo Tirso.

Tel.: 252808260. Fax: 252808269.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se em diversos compartimentos, no 1.º andar e no sótão da sede.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SANTO TIRSO

Datas extremas: 1885-1988.

Dimensão: C. 40 m.l. (c. 160 liv.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e serviços administrativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social, no domínio da saúde, através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1885-1983); actas da Assembleia Geral (1901-1982); actas da Mesa (1885-1974); actas do Definitório/Conselho Fiscal (1891-1925); registo de irmãos (1885-1983); registo de correspondência recebida (1885-1942); copiador de correspondência (1885-1940); inventários de bens e róis (1900-1938); documentação relativa a legados pios (1899-1951); documentação sobre irmãos beneméritos (1911); documentação referente a alunos subsidiados com um legado de 1000 contos (1927-1951); regulamentos do Asilo de S. Bento (1895-1899); copiadore de correspondência

do Asilo de S. Bento (1899-1911) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, regulamentos internos (1914) e registos de entrada de doentes (1885-1920).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Instrumento descritivo manuscrito, apenas aplicável aos livros.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE SANTO TIRSO

Datas extremas: 1914-1926.

Dimensão: 2 liv.

F: JOÃO FRIAS

Datas extremas: 1919-1932

Dimensão: 1 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
DE UNHÃO**

Paço, Longra, Unhão, 4610 Felgueiras.

Tel.: 255341031.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: É admitida a consulta da documentação mediante autorização dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa prateleira de um armário de madeira envidraçado, na sala das sessões.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE NOSSA
SENHORA DO ROSÁRIO DE UNHÃO

Datas extremas: 1583-1962.

Dimensão: C. 0,4 m.l. (15 liv. e 1 pç.).

História arquivística: O fundo apresenta séries truncadas, devido à realização de eliminações parciais motivadas sobretudo pela degradação das espécies.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam compromissos e estatutos (1895); actas da Mesa (1828-1934); actas de eleições (1821-1921); tombo de propriedades (1882-1944) e documentação referente a legados pios (1909) e registo de irmãos benfeitores e honorários (1897-1909). A documentação mais antiga que integra o fundo é relativa a prazos (1583).

¹⁷ Inclui um inventário do arquivo da Confraria (1699).

Organização: O fundo, que possui séries truncadas, necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VALONGO**

R. Rainha Santa Isabel, 30, 4440 Valongo.

Tel.: 224222828. Fax: 224222105.

Possui arquivo e biblioteca.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se no andar térreo da sede, distribuída por diferentes áreas.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALONGO

Datas extremas: 1901-1988.

Dimensão: 18 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1906-1981); registo do património, testamentos e documentação referente a legados pios (1901-1988¹⁸) e actas do hospital de N.ª Sr.ª da Conceição (1905-1988).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA DO CONDE**

Av. Dr. Artur da Cunha Araújo, 12, 4480 Vila do Conde.

Tel.: 252640900. Fax: 252633251.

Possui arquivo e biblioteca.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação histórica encontrava-se em duas salas do 1.º andar da antiga sede da Misericórdia.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA DO CONDE**

Datas extremas: 1603-1984.

Dimensão: C. 50,3 m.l.

Âmbito e conteúdo: Fundo em que se destacam estatutos (1876-1984); actas da Mesa (1841-1850); documentação sobre eleições (1603-1620); tombos de propriedades (1711-1750) e inventários e róis (1680-...).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

Características físicas: Grande parte dos pergaminhos escritos e musicais que servem de capas encontram-se em elevado estado de degradação.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA NOVA DE GAIA**

R. Teixeira Lopes, 13, 4400-320 Vila Nova de Gaia.

Tel.: 223752099. Fax: 223706334.

Acesso: É admitida a consulta da documentação mediante autorização dos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação histórica encontrava-se em dois armários de vidro, no salão nobre da Misericórdia.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA NOVA DE GAIA**

Datas extremas: 1929-1955.

Dimensão: 7,7 m.l. (92 liv.)

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, serviços administrativos e à gestão dos recursos financeiros. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1929); actas da Assembleia Geral; actas da Mesa (1929-1947) e correspondência recebida (1929-1955).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

Bibliografia: *MISERICÓRDIA de Gaia: meio século depois*. Vila Nova de Gaia: Rocha Artes Gráficas, 1979.

F: ANTÓNIO ALMEIDA DA COSTA

Datas extremas: 1913-1921.

Dimensão: 2 liv.

**F: ASILO, CRECHE E HOSPITAL DONA EMÍLIA
JESUS COSTA E ANTÓNIO ALMEIDA COSTA**

Datas extremas: 1915-1926.

Dimensão: 38 liv.

F: SALVADOR FERREIRA BRANDÃO

Datas extremas: 1910-1930.

Dimensão: 1 liv.

¹⁸ Estas datas referem-se às três séries referenciadas.

ED: ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL
(por depósito da Santa Casa da Misericórdia
de Penafiel ¹⁹)

Edifício da Biblioteca Municipal
Av. Egas Moniz, 4560-546 Penafiel.
Tel. 255214267. Fax: 255711066.

Acesso: A consulta da documentação pode ser realizada durante a semana, no horário de expediente (9h30-12h30 e 14h-18h30), encerrando à segunda-feira de manhã.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAFIEL

Datas extremas: 1629-Década de 1990.

Dimensão: Mais de 600 unidades de instalação.

História arquivística: Em 1999, a documentação encontrava-se no coro da igreja da Misericórdia, em mau estado de conservação. Os cuidados que necessitava levaram a Misericórdia a proceder a um depósito no Arquivo Municipal ²⁰, em Fevereiro de 2000, que tomou a seu cargo acções de desinfectação por anóxia, encontrando-se actualmente a tratar arquivisticamente o fundo.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a documentação que identificou pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste

fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1679-1956); provisões e alvarás régios (1814-1852); acórdãos, deliberações e actas da Mesa (1671-1948); actas da Assembleia Geral (1891-1987); registo de irmãos (1660-1933); tombos de propriedades (1750-1880); inventários e róis (1656-1911); testamentos; documentação referente a legados pios (1629-1945) e documentação relativa a obras e instalações (1880-1913) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, documentação sobre o movimento de doentes (1814-1960) e receituário e dietas (1861-1869). A informação disponível na Internet, permite ainda entrever a existência de outras séries, como projectos de estatutos da colegiada da Misericórdia (séc. XIX); registo de correspondência e editais (1867-1886); correspondência recebida (1930-1971) copiadores de correspondência expedida (1936-1964); correspondência referente a comemorações (1958); documentação da Comissão Municipal de Assistência ²¹ (séc. XX); visitas do hospital e inventários (1726-1842); inventários da botica (1770-1809), para além de documentação do ensino primário feminino do Asilo António José Leal (décadas de 1950-60).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Guia de remessa disponível na Internet. Existe ainda o estudo de SOUSA, A. Gomes de – Índice-roteiro do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel. In *ANÁIS da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*. Penafiel: Tipografia Minerva, 1981.

Bibliografia: MIRANDA, Abílio – *História da Misericórdia de Penafiel*. Penafiel, 1987; SOUSA, António Gomes – *Dois pergaminhos da Misericórdia de Penafiel*. Penafiel, 1989.

¹⁹ Algumas informações do “Recenseamento...” foram actualizadas, na medida do possível, através da seguinte página web: <http://planeta.clix.pt/arquivo.penafiel> (página consultada em 25 de Outubro de 2001).

²⁰ Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, já existia no Arquivo Municipal 1 pt. de bulas e breves apostólicos (1680-1771).

²¹ O “Recenseamento...” não fornece informações suficientes para definir se se trata de um fundo específico ou não.

Distrito de Santarém ^{1 2}

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA AZINHAGA

Rua da Misericórdia, 4, 2150-021 Azinhaga (Golegã).

Tel.: 249957200. Fax: 249957474.

Responsável hierárquico: Provedor

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA AZINHAGA

Datas extremas: 1840-1951.

Dimensão: 14 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas das sessões da Mesa (1870-1930); matrículas de irmãos (1907); correspondência expedida (1902) e inventários de bens (1870-1902).

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MAÇÃO

Datas extremas: 1685-1907.

Dimensão: 1 liv. e 3 mç.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE

Av. D^a Francisca Montanha, 2130-046 Benavente.

Tel.: 263516173. Fax: 263516393.

Responsável hierárquico: Provedor

Condições de instalação: Na primeira metade da década de 1980, a documentação estava instalada na Secretaria da Santa Casa, anexa ao hospital, em armários de ferro.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE

Datas extremas: 1505-1909.

Dimensão: 124 liv.

História arquivística: Foram desenvolvidos trabalhos de identificação no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos ³ e estatutos (1721-1870); actas da Assembleia Geral e eleições (1779-1871); actas da Assembleia Geral ⁴ (1871-1938); acórdãos e actas da Mesa ⁵ (1573-1916); livros da irmandade ⁶ (1613-1688); documentação sobre eleições (1710-1849 ⁷); documentação sobre a entrada de irmãos (1609 ⁸-1902); registo de irmãos (1689-1757); relações de irmãos (1827-1872); tombos ⁹ (1627-1645); inventários dos bens móveis e imóveis (1623-1888); registo dos defuntos (1624-1754 ¹⁰) e, no domínio actividades de gestão hospitalar, inventários de bens móveis (séc. XVII). A documentação mais antiga do fundo pertence à série de aforamentos (1505-1558).

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Distrito de Santarém, no prelo) e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000.

² O “Recenseamento...” não contemplou o caso do arquivo da Misericórdia de Constância que no final de 2001 encetou um projecto de valorização da sua documentação, juntamente com a Associação Casa-Memória de Camões e a Câmara Municipal.

³ Inclui originais e traslados.

⁴ Informação recolhida no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, na década de 1980.

⁵ Informação recolhida no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, na década de 1980. Inclui acordos e regimentos (1527-1570).

⁶ No caso de Benavente, o “Recenseamento...” inclui um fundo intitulado “Irmandade” sem apresentar dados que nos permitam compreender esta opção. Nesta descrição, a documentação com este título foi integrada no fundo da Santa Casa, à semelhança do que tinha feito a equipa do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, na década de 1980.

⁷ Informação recolhida no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, na década de 1980.

⁸ Informação recolhida no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, na década de 1980.

⁹ Informação recolhida no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, na década de 1980.

¹⁰ Informação recolhida no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, na década de 1980.

Características físicas: Alguma documentação encontra-se em mau estado de conservação.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Na sede da União das Misericórdias Portuguesas existem fichas elaboradas no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”.

Bibliografia: AZEVEDO, Rui Pinto de – O compromisso da confraria do Espírito Santo de Benavente. *Lusitania Sacra*. 6 (1962-1963) 7-23.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CHAMUSCA

R. Engenheiro Pimentel, 2140 Chamusca.

Tel.: 249769080. Fax: 249769089.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CHAMUSCA

Datas extremas: 1621-1953.

Dimensão: 147 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos (1695-1866); documentação sobre eleições (1698-1863); documentação sobre a entrada de irmãos (1689-1863); inquirições de irmãos (1672-1800); registo de correspondência recebida (1870); registo de correspondência expedida (1866-1949); tombos de propriedades (1676-1716); inventários de bens móveis (1760-1896); documentação relativa a legados pios (1802); testamentos (1691-1697); documentação referente à instituição de capelas (1766-1778); inventário de bens do asilo (1893); documentação relativa a dotes de expostos (1692); documentação referente a casamentos de dotadas (1715) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, inventários de bens (1759-1894); documentação sobre a entrada de doentes (1746-1855); documentação relativa ao movimento de doentes (1896-1917); receituário (1780-1789) e documentação referente a óbitos (1723).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um inventário antigo dos livros pertencentes à Misericórdia (1896).

Bibliografia: CUMBRE, José Mário de Paiva – *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Chamusca, 1620–1820*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978 (dissertação de licenciatura em História, mimeografada).

F: CONFRARIA DA ORDEM TERCEIRA DA VILA DA CHAMUSCA

Datas extremas: 1769-1896.

Dimensão: 16 liv.¹¹.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CORUCHE

Largo de S. Pedro, 4, 2100 Coruche

Tel.: 243610370. Fax: 243610379.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização prévia do Provedor da instituição.

Condições de instalação: A documentação encontra-se num armário metálico fechado existente na igreja.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CORUCHE

Datas extremas: 1540-1954.

Dimensão: 188 liv. e 1648 doc.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no domínio social e da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1674)¹²; acórdãos e actas (1611-1945); registo de eleições da Mesa (1558-1863); requerimentos de admissão de irmãos (1682-1803); matrículas de irmãos (1611-1954); correspondência recebida (1881-1924); registo de correspondência expedida (1882-1909); processos e sentenças judiciais relativas à administração de bens (1557-1907); tombos de propriedades (1574-1651); livros da fazenda (1611-1811); inventários de bens (1811-1885); relações de capelas (1875); escrituras de doações e testamentos (1546-1888); registo de fogaças de S. Brás (1629-1768); documentos sobre res-

¹¹ Inclui estatutos (1769).

¹² Trata-se de um compromisso impresso da Misericórdia de Lisboa.

gate de cativos (1561-1695); e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, inventários de bens (1811-1851); registo do movimento de doentes (1777-1920); receitaário (1761-1915) e registo de defuntos (1595-1911).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário elaborado em 1987-1990 pelo Dr. Francisco Correia, director do Arquivo Distrital de Santarém. Existe ainda um inventário antigo do arquivo e índices (1792-1844).

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ERRA

Datas extremas: 1573-1906.

Dimensão: 27 liv. e 133 doc ¹³.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE FERREIRA DO ZÊZERE**

R. Quinta das Acácias, Levegada,

2240 Ferreira do Zêzere.

Tel.: 249361181. Fax: 249361181.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE FERREIRA DO ZÊZERE**

Datas extremas: 1891-1967.

Dimensão: C. 33 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Entre as suas séries, destacam-se estatutos e copiadore de ofícios (da Misericórdia) (1933) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, actas das sessões da Mesa Administrativa do hospital (1891-1938); registo de sócios beneméritos (1891) e inventários (1914).

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE FERREIRA DO ZÊZERE**

Datas extremas: 1946-1962 ¹⁴.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE GOLEGÃ**

R. João de Deus, n.º 112, 2150-196 Golegã.

Tel.: 249976440. Fax: 249977100.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GOLEGÃ

Datas extremas: 1669-1971.

Dimensão: C. 119 liv. e 1 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas (1827-1869); registo de matrícula de irmãos (1860-1918); registo de irmãos perpétuos (1874); correspondência expedida ¹⁵ (1882-1971); inventários de bens (1874) e, no domínio actividades de gestão hospitalar, registo de entrada de doentes (1850-1967) e registo de óbitos (1860-1924).

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DA
GOLEGÃ ¹⁶**

Datas extremas: 1963-1970 ¹⁷.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE RIO MAIOR**

Av. Dr. João Afonso Calado da Maia,

2040-333 Rio Maior.

Tel.: 243996133. Fax: 243992141.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE RIO MAIOR**

Datas extremas: 1813-1956.

Dimensão: 18 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um modesto número de séries, nas quais se destacam actas das sessões da Mesa (1867-1956); termos de admissão de irmãos (1925); registo de irmãos (1813); correspondência expedida (1833-1912) e actas da Assembleia Geral da Associação Protectora da Infância Desvalida do Hospital da Misericórdia (1935).

**F: CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO
DE RIO MAIOR**

Datas extremas: 1875-1908.

Dimensão: 9 liv.

¹³ Inclui o compromisso impresso da Misericórdia de Lisboa de 1618.

¹⁴ Este fundo não se encontra individualizado no “Recenseamento...”, pelo que não é possível apresentar a sua dimensão.

¹⁵ Neste distrito, o “Recenseamento...” não definiu se estes casos se referem a registos de correspondência expedida ou a copiadore.

¹⁶ Este fundo não se encontra individualizado no “Recenseamento...”, pelo que não é possível apresentar a sua dimensão.

¹⁷ Este fundo não se encontra individualizado no “Recenseamento...”, pelo que não é possível apresentar a sua dimensão.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SALVATERRA DE MAGOS**

Urbanização Pinhal da Vila, 2120, Salvaterra de Magos.
Tel.: 263504201. Fax: 263504617.
Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SALVATERRA DE MAGOS**

Datas extremas: 1670-1977.

Dimensão: 110 liv. e 28 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos, termos e actas da Mesa (1701-1958); matrícula de irmãos (1886-1906); registo de irmãos (1734); registo de visitantes (1913-1934); ofícios (1876-1886); registo de correspondência (1941-1944); copiadores de correspondência (1929-1940); copiadores de ofícios e circulares (1887-1929); copiadores de ofícios expedidos (1944-1955); registo de correspondência expedida (1958-1977); inventário dos bens móveis e imóveis (1754-1928) e, no domínio actividades de gestão hospitalar, documentação sobre o movimento de doentes (1884-1944) e sobre óbitos (1913-1936).

**F: IRMANDADE DAS ALMAS DE SALVATERRA
DE MAGOS**

Datas extremas: 1660-1897.

Dimensão: 17 liv.¹⁸.

**F: IRMANDADE DO SENHOR DOS PASSOS DE
SALVATERRA DE MAGOS**

Datas extremas: 1820-1854.

Dimensão: 3 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SANTARÉM**

Largo Cândido dos Reis, 2000-241 Santarém.
Tel.: 243305260. Fax: 243325714.
Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SANTARÉM**

Datas extremas: 1404-1953.

Dimensão: 781 liv.

História arquivística: Na primeira metade da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, foram realizados trabalhos de identificação da documentação.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros e patrimoniais, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos e actas da Mesa¹⁹ (1498-1781); registo de requerimentos e despachos (1851-1870); inventários de bens (1839-1867); traslados de testamentos²⁰ (1590-1662); registo de expostos (1740-1855); registo de óbitos (1603-1664) e registo de defuntos (1682-1744). São ainda de salientar os seguintes documentos de instituições medievais de Santarém: livros dos gafos de S. Lázaro (1496²¹-1780); tombos do Hospital de João Afonso ou de Jesus Cristo (1426-1780); tombos do Hospital de Santa Maria de Palhais e anexos (1479-1781); documentação do Hospital do Espírito Santo (1404-1454); documentação da Albergaria de S. Julião (1422) e documentação da Albergaria e Capela de D. Gaião (1421). A Misericórdia possui ainda uma série relativa aos rendimentos dos conventos (1835).

Organização: Está previsto um tratamento arquivístico aprofundado deste fundo.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Na sede da União das Misericórdias Portuguesas, existem centenas

¹⁸ Inclui um compromisso (1660).

¹⁹ O “Recenseamento...” apresenta uma série de livros da Mesa (1743-1953) cujo conteúdo não está discriminado.

²⁰ Tratam-se de traslados realizados em diferentes livros.

²¹ A partir dos dados fornecidos pelo “Recenseamento...” não é possível constatar se a documentação produzida anteriormente à criação da Misericórdia pertence a outro fundo, pelo que mantivemos o critério daquela obra.

de fichas de descrição da documentação de arquivo, elaboradas no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”.

Bibliografia: REIS, Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos – *As criaturas expostas em Santarém em meados do Antigo Regime, 1691-1701: elementos sociais e demográficos*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1988 (dissertação de mestrado mimeografada).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO SARDOAL

Largo do Convento, 2230 Sardoal.

Tel.: 241855233. Fax: 241855180.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO SARDOAL

Datas extremas: 1614-1975.

Dimensão: 72 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros e patrimoniais e ainda às actividades da Santa Casa no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e farmácia. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos²² (1828); actas das sessões da Mesa (1864-1905); actas das eleições da Mesa (1864); inventários dos bens móveis (1852-1896) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica, registo de ofertas ao hospital (1931); registo do movimento de doentes (1859-1866); registo de óbitos (1875-1890) e receiptuário da farmácia (1904-1936).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TOMAR

R. Infanteria 15, 9 E, 1º, 2300-585 Tomar.

Tel.: 249312326. Fax: 249323237.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TOMAR

Datas extremas: 1508-1958.

Dimensão: 386 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos²³ (1704-1779); acórdãos e actas das sessões e eleições da Mesa (1644-1958); actas das sessões da Comissão Administrativa (1846); actas da Junta da Mesa de Definição (1864); registo dos despachos dados às petições à Mesa (1860); despachos da Mesa (1868); documentação sobre eleições e posse da Mesa (1811-1949); documentação sobre eleições e posse de irmãos definidores (1794); termos de admissão de irmãos (1874-1953); registo de irmãos (1648-1811); copiadores de ofícios (1865-1928); copiadores de ofícios expedidos (1870-1878); tombos (1510-1820); tombos de capelas (1508-1623); inventários de bens móveis e imóveis (1819-1940); testamentos (1823); documentação referente a legados (1940); documentação sobre esmolas conferidas pela Mesa (1874); matrícula de expostos (1799); registo de amas dos expostos (1833-1834) e documentação referente a eleições de dotadas (1663). No domínio actividades de gestão hospitalar, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: tombos (1508); inventário de bens (1911); documentação relativa à entrada de doentes (1844-1880); documentação referente ao movimento de doentes (1884-1929); registo de doentes (1829-1833); termos de óbitos (1815-1907) e registo de óbitos (1916).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TORRES NOVAS

Largo dos Heróis de Diu 2350-438 Torres Novas.

Tel.: 249822541. Fax: 249812669.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TORRES NOVAS

Datas extremas: 1610-1928.

Dimensão: 326 liv.

História arquivística: Foram desenvolvidos trabalhos de identificação no âmbito do “Projecto de inventariação

²² Esta série é constituída unicamente pelo compromisso impresso da Misericórdia de Lisboa.

²³ Trata-se de compromissos impressos da Misericórdia de Lisboa.

dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se regulamentos internos (1861); actas de deliberações e Assembleias Gerais (1866); termos e autos (1666-1901); actas de eleições e posse da Mesa (1887); registo e termos de entrada de irmãos (1770-1857); registo de bens encapelados (1830); registo de enjeitados (1768-1783) e registo de enterramentos (1781). No domínio actividades de gestão hospitalar, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: inventários (1869) e registo de doentes (1785-1908).

F: IRMANDADE DO SENHOR DOS SANTOS PASSOS DE TORRES NOVAS

Datas extremas: 1723-1845.

Dimensão: 2 liv.²⁴.

F: ORDEM DO CARMO

Datas extremas: 1715-1861.

Dimensão: 18 liv.²⁵.

ED: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ABRANTES (por depósito da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes)

Convento de S. Domingos, 2200 Abrantes.

Tel.: 241363202. Fax: 241365392.

Responsável hierárquico: Chefe de divisão das Bibliotecas e Arquivos da Câmara Municipal de Abrantes.

Acesso: O serviço encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h30 e das 14h às 17h30.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ABRANTES

Datas extremas: 1488-1950.

Dimensão: 85 liv. e 3191 docs.

História arquivística: Este fundo teve um primeiro tratamento documental entre 1976 e 1980, realizado pelo Arquivo Distrital de Santarém.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1602); provisões e alvarás régios (1488-1532); acórdãos, deliberações e actas (1638-1893); documentação sobre eleições (1898); admissões e renúncias de irmãos (1508-1899); documentação sobre admissão de irmãos (1674-1692); documentação relativa às relações da Santa Casa com outras entidades (1845-1899); documentação referente à fiscalização por parte de autoridades administrativas (1845-1899); tombos de propriedades (1635²⁶-1759); inventários de bens (1501-1899); testamentos (1622-1896); documentação relativa a legados pios (1858-1900); a capelas (1692-1885); a enterros (1600-1748); à assistência a presos pobres (1624-1898); a peditórios (1603-1659); a esmolos (1727-1900); à assistência a expostos (1854-1833) e a dotes (1633). No domínio das actividades de gestão hospitalar, destacam-se ainda as seguintes séries: documentação relativa ao movimento de doentes (1741-1808) e à assistência a doentes (1700-1950).

Organização: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, o fundo encontrava-se ainda em organização.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Catálogo dactilografado, resultante do tratamento documental realizado pelo Arquivo Distrital de Santarém. Encontram-se disponíveis descrições ao nível do documento, em suporte informático ou em suporte de papel, através da consulta do programa *Arqbase* e das suas respectivas fichas de recolha de dados.

Bibliografia: SOUSA; António Soares – *A Santa Casa da Misericórdia de Abrantes nos séculos XVI e XVII*. Lisboa, 1966 (dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada).

²⁴ Inclui um compromisso.

²⁵ Inclui estatutos.

²⁶ J. Candeias Silva referencia um tomo de 1594 desta instituição [cf. SILVA, Joaquim Candeias – *Abrantes: a vila e seu termo no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Colibri, 2000, p. 539].

Distrito de Setúbal ¹

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL

Olival do Coronel, 7580-135 Alcácer do Sal

Tel: 265622778. Fax: 265612012

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL

Datas extremas: 1509-1975.

Dimensão: 180 liv., 3 cd. e 1 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1674); bulas e breves apostólicos (1674); acórdãos e actas da Mesa (1747-1975); livros dos definidores (1728-1854); termos de aceitação de irmãos (1660-1861); registo de irmãos (1793-1852); registo de correspondência (1862); escrituras e testamentos (1509-1898); legados pios (1760-1876) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, registo do movimento de doentes (1739-1912); registo de óbitos (1613-1959) e receituário e dietas (1840-1866).

F: CONVENTO «ARA COELI» DE ALCÁCER DO SAL

Datas extremas: 1694-1822.

Dimensão: 1,50 m.l. (39 lv).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOCHETE

Largo Barão de Samora Correia, 2890-000 Alcochete

Tel.: 212340120. Fax: 212340766

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOCHETE

Datas extremas: 1501-1908.

Dimensão: 2 m. l. (56 liv., 3 cd., 5 mç. e 6 pt.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde². Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos³ (1888-1890); acórdãos (1763-1816); autos de eleições de mesários (1567-1591); termos de eleições (1591-1881); documentação sobre admissão e renúncia de irmãos (1604-1672); registo de irmãos (1671-1752); documentação referente ao litígio entre a Santa Casa e a Irmandade da Sr.^a do Rosário (1628); tombos (1580-1752); legados pios (1854-1877); testamentos (s.d.); documentação referente a assistência aos presos (1610-1660); registo de defuntos e enterros (1649-1806) e registo de dotes para orfãs e termos de aceitação de capelães (1631-1832). O fundo possui vária documentação quinhentista. A mais antiga pertence à série de títulos de propriedades (1501-1730).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um inventário antigo do cartório (1807-1888).

Unidades de descrição relacionada: Existe documentação relacionada no Arquivo Distrital de Setúbal⁴.

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 11: *Distrito de Setúbal*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2000 e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes: informações recolhidas pela bolsista Silvana Pires, do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, via telefone.

² O “Recenseamento...” inclui ainda uma secção referente a “Confrarias”, com documentação das Confrarias de N.^a Sr.^a da Vida [(1720-1827), 2 liv.] e de N.^a Sr.^a do Rosário [(1729-1813), 4 liv.].

³ A primeira data extrema refere-se ao compromisso oitocentista da Misericórdia de Sintra [(1888), 1 cd.].

⁴ De acordo com informações prestadas por telefone ao projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, a documentação desta Misericórdia no Arquivo Distrital de Setúbal, com datas extremas entre 1567 e 1906, é composta por 70 peças.

Bibliografia: CUNHA, Francisco José Coutinho Leite da – Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia da vila de Alcochete. In IV CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS – *Actas*. Lisboa: [s.n.]. 1959, p. 372-376.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ALHOS VEDROS**

Largo da Misericórdia, 17, 2860-027 Alhos Vedros
Tel.: 212099740. Fax: 212099750
Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ALHOS VEDROS**

Datas extremas: 1821-1957.

Dimensão: 0,3 m.l. (10 liv.).

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas das sessões da Mesa (1875-1957); registo de irmãos (1821) e tombo de propriedades (1870).

Unidades de descrição relacionada: Existe documentação relacionada no Arquivo Distrital de de Setúbal⁵.

Bibliografia: COMISSÃO PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS – *500 anos das misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ALMADA**

Lar Granja Luís Rodrigues, Costas de Cão, 2825-045 Monte da Caparica⁶.
Tel.: 212954868. Fax: 212940055.
Possui arquivo e biblioteca.
Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

Datas extremas: 1386-1946.

Dimensão: 22 m.l. (87 liv., 11 mç., 1 doc.).

História arquivística: Na primeira metade da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das

Misericórdias Portuguesas (UMP) em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto do Património Cultural, procedeu-se à organização e descrição da documentação de arquivo desta instituição

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1639); acórdãos e deliberações da Mesa (1830); documentação sobre eleições (1587-1629); inventários de bens e róis (1610-1901); registo de funerais (séc. XVI); registo de dotes para órfãos (1728-1837) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, registo do movimento de doentes (1928-1941). Na documentação mais antiga do arquivo, incluem-se escrituras (1386-1786); registo de irmãos (1438-1772); títulos de bens (1490-1794); o compromisso e o tombo de bens de São Lázaro – Hospital de Santa Maria de Almada (ambos de 1505), um conjunto de “papéis vários” (1507-1830) e a documentação da série receita e despesa (1559-1900).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DO BARREIRO**

Rua Miguel Bombarda, 2830 Barreiro.
Tel.: 212168729. Fax: 212168857.
Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BARREIRO

Datas extremas: 1734-1970.

Dimensão: 5 m.l. (93 liv., 1 cd.; 1 mç.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domí-

⁵ De acordo com informações prestadas por telefone ao projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, a documentação desta Misericórdia no Arquivo Distrital de Santarém é composta por 1 liv. (1801-1809).

⁶ Trata-se do endereço do arquivo.

nio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos (1811); actas da direcção (1889-1948); documentação sobre eleições de mesários (1739-1811); registo de irmãos (1739); tombos de propriedades (1734); registo de correspondência recebida (1955-1968); correspondência expedida⁷ (1945-1967) e registo do movimento de doentes do hospital (1962).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CANHA

Rua Mário Salgueiro, 28, 2985 Canha (Montijo).
Tel.: 265897911. Fax: 265897912.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CANHA⁸

Datas extremas: 1641-1969.

Dimensão: 7 m.l. (252 liv. e 38 pt.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1915); acórdãos, actas e termos da Mesa (1710-1953); registo de irmãos (1652-1969); correspondência (1859-1960); testamentos (1686-1809); documentação referente à Sopa dos pobres (1941-1942); registo de doentes tratados no domicílio (1900-1906) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica, registo do movimento de doentes e registo de géneros alimentícios (1828-1953); fichas de diagnóstico (1876-1961); receita e dietas (1872-1936) e documentação relativa à farmácia (1906-1960).

F: COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA DA FREGUESIA DE CANHA⁹

Datas extremas: 1932-1936.

Dimensão: 4 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GRÂNDOLA

R. D. Nuno Álvares Pereira, 7570 Grândola.
Tel.: 269442065. Fax: 269441170.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GRÂNDOLA

Datas extremas: Final do séc. XIX...

Âmbito e conteúdo: Segundo informações prestadas por telefone ao projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* entre a documentação que sobreviveu após a passagem da administração do hospital para o Estado, em meados dos anos 1970, contam-se actas (1918-...), testamentos e doações (desde o final do séc. XIX). A instituição conserva praticamente toda a documentação produzida a partir de 1974-1975.

Bibliografia: SILVA, Germesindo da – *Fundação da Santa Casa da Misericórdia de Grândola*. Vila Real de Santo António: E. Litográfica do Sul, 1988.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PALMELA

Avenida Rainha D. Leonor, 2950-208 Palmela
Tel.: 212350017. Fax: 212330995
Possui arquivo e biblioteca.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PALMELA

Datas extremas: 1631-1951.

Dimensão: 2 m.l. (40 liv., 72 cd., 1 mç. e 2 pt.).

História arquivística: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a Santa Casa da Misericórdia de Palmela não possuía arquivo constituído e o fundo estava no Arquivo Municipal.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa

⁷ O “Recenseamento...” não especifica se se trata de registos ou de copiadores.

⁸ Prevê-se o depósito deste fundo no Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Montijo.

⁹ O “Recenseamento...” incluiu este fundo no da Misericórdia de Canha.

Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se provisões e alvarás régios (1747); acórdãos, termos e actas da Mesa (1816-1902); registo de irmãos (1753-1843); correspondência (1924-1937); tomos de propriedades (1822-1861); inventários de bens e róis (1861); testamentos (1859) e documentação referente ao movimento de doentes do hospital (1818-1896).

Organização: No final de 2001, o fundo estava a ser organizado por funcionários do Arquivo Municipal ¹⁰.

Bibliografia: FORTUNA, António Matos – *Misericórdia de Palmela: vida e factos*. Palmela: Santa Casa da Misericórdia de Palmela, 1990 e, do mesmo autor, *Priores mores ... provedores da Misericórdia de Palmela*. Palmela: Santa Casa da Misericórdia de Palmela, [1994].

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTIAGO DO CACÉM

Quinta da Hortinha, apartado 115, 7540-185 Santiago do Cacém.

Tel.: 269823139. Fax: 269827276.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTIAGO DO CACÉM

Datas extremas: 1688-1898.

Dimensão: 0,7 m.l. (32 liv.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1764); acórdãos e actas da Mesa (1735-1898); termos de eleições de mesários (1706-1735); tomos de propriedades (1708); inventários de bens móveis da Misericórdia e do hospital (1815-1872); declarações e testamentos (originais e treslados) (s.d.) e receituário do hospital (1836-1854) ¹¹.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SEIXAL

R. Cândido dos Reis, 2840-503 Seixal.

Tel.: 212213824. Fax: 212210359.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, uma parte da documentação encontrava-se em prateleiras, sem algum critério arquivístico, enquanto outra estava amontoada no chão.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SEIXAL

Datas extremas: 1961-1990 ¹².

Dimensão: 21 m.l. (10 liv. e 70 cx.).

Âmbito e conteúdo: Segundo o “Recenseamento...”, o fundo é constituído por “documentação sem interesse histórico, a mais antiga datando da década de 60”.

F: CELEIRO MUNICIPAL DO SEIXAL

Datas extremas: 1918-1919.

Dimensão: 0,4 m.l. (1 liv. e 3 pt.).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SESIMBRA

Av. da Liberdade, 36, 2970-635 Sesimbra.

Tel.: 212288210. Fax: 212288229.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SESIMBRA

Datas extremas: 1570-1977.

Dimensão: 3 m.l. (115 liv.).

História arquivística: Na primeira metade da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto do Património Cultural, procedeu-se à organização e descrição da documentação de arquivo desta instituição.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia.

¹⁰ Informação prestada pela Dr.ª Rosa Bela Azevedo ao projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*.

¹¹ O “Recenseamento...” incluiu ainda neste fundo, na secção “Saúde e assistência”, documentação das Confrarias das Almas [(1747-1788), 2 liv.], do Santíssimo Sacramento [(1837), 1 liv.] e do Santo Lenho de Santiago do Cacém [(1759-1891), 1 liv.]. Este último inclui um registo dos compromissos dos membros daquela associação religiosa.

¹² Data extrema fornecida pelo “Recenseamento...”.

Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos¹³ (1818); registo de provisões, ordens e sentenças (1807-1888); acórdãos e actas da Mesa (1801-1977); registo de irmãos (1861-1951); correspondência (1911-1946); tombos de propriedades (1710-1774); documentação referente a instituição de capelas (1765-1910; s.d.); registo de sepulturas na igreja (1817-1840) e, no domínio das actividades da gestão hospitalar, receituário e dietas (1873-1896)¹⁴ e registo de óbitos (1898-1913). *Instrumentos de descrição e pesquisa:* Existe um inventário antigo do cartório da instituição (1618-1972).

**F: CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
(DELEGAÇÃO DE SESIMBRA)**

Datas extremas: 1920-1921.

Dimensão: 1 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SINES**

Av. 25 de Abril, 2, 7520-107 Sines.
Tel.: 269630460. Fax: 269630469.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES

Datas extremas: 1871-1992.

Dimensão: 0,5 m.l. (7 liv.)

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam as actas da Assembleia Geral e da Direcção (1914-1992); tombos de propriedades (1871-1885) e registo de óbitos do hospital (1911-1966).

F: JUNTA DE PARÓQUIA DE SINES

Datas extremas: 1838-1934

Dimensão: 3 m.l. (24 lv; 54 pt.)

**ED: ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA
MUNICIPAL DO MONTIJO (por depósito da
Santa Casa da Misericórdia do Montijo)**

Estrada do Pau Queimado, 2870 Montijo.

Tel.: 21 232 35 60.

Responsável: Técnico superior de arquivo.

Acesso: Serviço de consulta de Segunda a Sexta-feira, das 9h às 12h30 e das 14 às 17h30.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTIJO

Datas extremas: 1489-1931.

Dimensão: 7 m.l. (103 liv. e 3088 doc.)

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e serviços administrativos¹⁵, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1701-1775); legislação (1691-1874); acórdãos e actas da Mesa (1573-1909); termos de eleições (1663-1907); documentação sobre admissão e renúncia de irmãos (1773); registo de irmãos (1625-1907); correspondência¹⁶ (1604-1905); tombos de propriedades (1489-1873); inventários de bens e róis (1586-1867); documentação referente a doações (1775-1883); documentação relativa à instituição de capelas (1784-1845); legados pios (1579-1886); documentação referente a assistência aos presos (1667-1812); petições (1605-1890); documentação relativa a esmolos (1621-1879); documentação referente à assistência a defuntos (1621-1865); registo de defuntos e enterros (1856); registo de expostos (1871) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, documentação referente ao movimento de doentes (1689-1930). Entre a documentação mais antiga ainda não enunciada, encontra-se uma série de receita e despesa (1553-1931).

Organização: O fundo, sobretudo a sua documentação avulsa, encontra-se actualmente em fase de tratamento

¹³ Trata-se do compromisso impresso da Misericórdia de Lisboa.

¹⁴ O “Recenseamento...” incluiu ainda, na secção “Gestão patrimonial”, um inventário da Irmandade do Senhor Jesus das Chagas (1895).

¹⁵ Neste distrito, o “Recenseamento...” incluiu sentenças nesta secção.

¹⁶ O “Recenseamento...” refere ainda a existência de memorandos dos Serviços Administrativos (1813-1826) que não foram encontrados em 2001, continuando a ser procurados.

arquivístico.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um conjunto de 3000 fichas de descrição elaboradas no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980.

Bibliografia: QUARESMA, J. S. – *Albergaria, Hospital, Misericórdia – Vila de Aldeia Galega do Ribatejo. Lembranças para a sua história*. Montijo: ed. Autor, 1948.

F: CÂMARA MUNICIPAL DE CANHA

Datas extremas: 1736-1836.

Dimensão: 11 liv.

ED: MUSEU DE SETÚBAL (por depósito da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal)

Convento de Jesus, R. Balneário Dr. Paula Borba, 2900-329 Setúbal.

Tel.: 265 53 78 90. Fax: 265 53 78 93.

Responsável: Director do Departamento de Cultura, Educação e Desporto da Câmara Municipal de Setúbal

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

Datas extremas: 1570-1913.

Dimensão: 94 m.l. (751 liv., 7 pt; 20 mç; 24 doc.).

Procedência: De acordo com a Misericórdia, o seu acervo passou para a guarda do Museu de Setúbal, na igreja de Jesus, a título de depósito, pertencendo-lhe a propriedade dele, como o comprovam os documentos produzidos para darem seguimento à transferência do fundo¹⁷.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação

pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1704)¹⁸; provisões e alvarás régios (s.d.; 1751); privilégios e obrigações (s.d.); sentenças e privilégios (1612)¹⁹; termos e acórdãos (1617-1851); actas da Mesa (1852-1893); documentação sobre admissão e renúncia de irmãos (1803); registo de irmãos (1703-1788); registo de correspondência recebida (1838-1912); copiador de correspondência (1814-1890); tombos de propriedades (1618-1779); documentação sobre legados pios (1570-1912); testamentos (1712); documentação relativa a enjeitados (1679-1716); documentação referente a órfãos e cativos (1705-1832); registo dos casamentos das pessoas dotadas (1874); registo de visitas a pobres e providas (1753-1856) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, inventários de bens (1616-1880); registo de curativos de praças do exército e armada (1859-1892) e registos do movimento de doentes (1731-1901)²⁰. O fundo inclui ainda uma História da Misericórdia (s.d.), em duas partes.

Instrumentos descritivos: Inventário com quadro de classificação, datado de cerca de meados dos anos 1990, policopiado.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação relacionada no Arquivo do Hospital Distrital de Setúbal.

Bibliografia: ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e de poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia, 1990 e, da mesma autora, *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na modernidade*. Viseu: Palimage Editores, 1999.

F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA²¹

¹⁷ A posição da Direcção do Museu sob o estatuto jurídico pela qual o acervo se encontra na instituição parece não ser totalmente coincidente com a da Santa Casa.

¹⁸ Trata-se do compromisso impresso da Misericórdia de Lisboa.

¹⁹ O “Recenseamento...” incluiu neste fundo uma sentença de confirmação da fundação do hospital e instituição da Confraria de N.ª Sr.ª da Anunciada (s.d.).

²⁰ O “Recenseamento...” incluiu na secção “Saúde e assistência” documentação duma “Confraria”, sem especificar a qual se referia, motivo pelo qual não sabemos se se trata da confraria da Misericórdia ou outra. Entre essa documentação, incluem-se forais (1638-1894); mercês (s.d.); registo de ordens [(1840-1847), 1 liv.], actas [(1844-1867), 1 liv.], correspondência [(1840-1869), 1 liv.] e testamentos (s.d.).

²¹ Laurinda de Abreu, em *Memórias da alma...*, referencia ainda os fundos da Irmandade de N.ª Sr.ª da Boa Sentença, da Irmandade de N.ª Sr.ª do Monte Carmo e da Irmandade de S. José.

²² O fundo inclui a cópia quinhentista do compromisso, actas da Confraria e termos do Hospital da Anunciada (1757-1867).

Distrito de Viana do Castelo ^{1 2}

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ

Lg. Dr. Pinto Osório, apartado 49,
4970 Arcos de Valdevez.

Tel.: 258516261. Fax: 258521651.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se em estantes de metal e em caixas de madeira, no sótão do Lar, e num armário de madeira embutido na parede da sala do Consistório.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ

Datas extremas: 1597-1982.

Dimensão: 262 liv., 231 mç. e 1 pt.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação³ da Misericórdia, às actividades de expediente⁴ e contencioso, à gestão dos recursos informativos, financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito assistencial. Foram ainda consideradas as seguintes áreas orgânicas individualizadas no fundo: Asilo de Infância Desvalida e Órfãs [(1914-1963), 8 liv. e 13 mç.]; Hospital de S. José [(1773-1963), 53 liv. e 59 mç.] e Departamentos do hospital (Botica, Posto antivenéreo e Posto de enfermagem) [(1866-1954), 18 liv.]. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1619⁵-1938); apontamentos sobre a instituição da Misericórdia (séc.

XX); acórdãos e actas da Mesa (1747-1982); actas da Junta dos Definidores (1907-1912); índices dos termos das Mesas definitórias (1731-1881); termos de eleições (1714-1946); termos de admissão de irmãos (1665-1934); registo de irmãos (1820-1946); registo de escrituras fora do arquivo e outra documentação (1889-1904); registo da correspondência recebida (1914-1940); correspondência recebida (1883-1942); registo da correspondência expedida (1878-1959); registo de sepulturas (1797-1853); tombos de propriedades (1706-1979); tombos de N.^a Sr.^a da Porta (1784-1815); plantas⁶ (séc. XX); processos de obras⁷ (1925); inventários de N.^a Sr.^a da Porta (1727-1781); registo de doações, legados e heranças (1878-1957); documentação relativa a legados (1684-1924); registo de encargos pios (1914-1930); petições de esmolas (1905-1921) e registo de defuntos enterrados pela Misericórdia (1597-1611).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

Bibliografia: ARIEIRO, José Borlido – *Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 1995.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ARCOS DE VALDEVEZ

Datas extremas: 1946-1958.

Dimensão: 4 liv.

F: JUÍZO DOS ÓRFÃOS DE ARCOS DE VALDEVEZ

Datas extremas: 1842-1845.

Dimensão: 1 liv.

F: JULGADO DE PAZ DO SALVADOR DE VILA E COMARCA DE ARCOS DE VALDEVEZ

Datas extremas: 1917-1918.

Dimensão: 1 mç.

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 3: *Distrito de Viana do Castelo*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1996 e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes: instrumento de pesquisa do fundo da Misericórdia de Viana do Castelo e informações recolhidas por telefone, no segundo semestre de 2001, pela bolsista Silvana Pires, no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, principalmente junto da Misericórdia de Ponte da Barca e do Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

² Não foi contemplado o caso do arquivo da extinta Misericórdia de Valadares, que consta do “Recenseamento...”.

³ Neste distrito, o “Recenseamento...” propõe a divisão desta secção em várias sub-secções, sendo uma delas, intitulada “Estrutura orgânica”, dedicada à documentação dos diversos órgãos das Misericórdias.

⁴ Neste distrito, o “Recenseamento...” designa a secção por “Correspondência”.

⁵ Inclui um exemplar do compromisso da Misericórdia de Lisboa, impresso em 1619.

⁶ Trata-se duma planta do edifício do hospital.

⁷ Refere-se a obras no Asilo.

F: [FIRMA] MANUEL GONÇALVES DE OLIVEIRA

Datas extremas: 1922-1929.

Dimensão: 2 liv. e 2 mç.

F: [FIRMA] PEREIRA FERNANDES & BARROS LIMA

Datas extremas: 1932-1938.

Dimensão: 7 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA

Praça Calouste Gulbenkian, 4910 Caminha.

Tel.: 258922645. Fax: 258921493.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelo Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se em estantes de madeira embutidas na parede da sala do consistório, próxima do arquivo corrente e intermédio da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA

Datas extremas: 1498-1990.

Dimensão: 177 liv., 4 mç. e 1 pt.

Âmbito e conteúdo: O fundo, um dos mais completos do distrito, testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades de expediente, à gestão dos recursos informativos, financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito assistencial. Foi ainda considerada a seguinte área orgânica individualizada no fundo: Hospital da Misericórdia [(1840-1955), 8 liv.]. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1537-1981); regulamentos (1877); registo de bulas, provisões e documentos com prerrogativas e isenções concedidas à Santa Casa (1896); actas da Assembleia Geral (1908-1983), acórdãos e actas da Mesa (1653-1960); extractos dos documentos contidos nos livros de acórdãos de 1653 a 1896 (séc. XX); actas do Conselho Fiscal (1884-1918); actas de eleições (1849-1990); registo de irmãos (1674-1970); registo da correspondência recebida (1906-

-1913); registo da correspondência expedida (1874-1930); tombos de propriedades (1498-1590); inventários de bens móveis e imóveis (1680-séc. XX); registo de donativos, legados e doações (1741-1949). Entre a documentação quinhentista da Misericórdia contam-se documentos das séries de receita e despesa (1551-1876); despesa (1551-1764); receita do hospital (1547-1590) e receita e despesa do hospital (1590-1872). É ainda de salientar a existência de uma sinopse dos documentos antigos que existem no arquivo da Misericórdia, transcritos pela sua antiguidade (1894-1947).

Organização: Os documentos encontram-se ordenados por séries documentais.

Instrumentos de descrição e pesquisa: O arquivo possui um inventário antigo do cartório (1698).

Bibliografia: SANTOS, João M. F. Silva – Caminha através dos tempos. *Caminiana*. 2: 2 (1980) 127-159.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MELGAÇO

Loja Nova, 4960-558 Melgaço.

Tel.: 251402646. Fax: 251402646.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: A documentação encontra-se na sala do consistório, num armário de madeira com portas de vidro.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MELGAÇO⁸

Datas extremas: 1590-1993.

Dimensão: 108 liv., 1 mç. e 2 pt.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades de expediente, à gestão dos recursos financeiros e patrimoniais e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito assistencial. Foram ainda consideradas as seguintes áreas orgânicas individualizadas no fundo: Asilo Pereira de Sousa [(1943), 1 liv.] e Hospital da Caridade (1892-1975), 18 liv.]. Entre as séries deste fundo, destacam-se

⁸ Prevê-se a transferência deste fundo, a título de depósito, para o Arquivo Municipal de Monção.

compromissos e estatutos (1609-1982); registo das obras dignas de memória e das esmolas dos provedores (1597-1844); registo de visitas dos mesários da Santa Casa e dos facultativos do hospital (1892-1921); actas da Assembleia Geral (1984-1993); acórdãos e actas da Mesa (1590-1988); actas de inauguração do hospital e capela e Asilo Pereira de Sousa (1892-1936); termos de eleições (1864-1993); registo de irmãos (1758-1975); copiador da correspondência recebida (1852-1880); copiador da correspondência expedida (1863-1945); tombo de propriedades e inventários de bens móveis e imóveis (1634-1927); registo de legados pios (1943-1949); registo de testamentos e capelas (1673-1850); registo dos mamposteiros (1700-1783); registo de defuntos enterrados pela Misericórdia (1875-1898); registo dos benfeitores do hospital (1892) e registo das oferendas particulares destinadas ao hospital (1894-1932).

Organização: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, o fundo necessitava de um tratamento arquivístico aprofundado, o qual foi realizado nos últimos anos.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existem alguns inventários antigos que descrevem apenas parte dos documentos, a exemplo de um de 1634.

Bibliografia: ESTEVES, Augusto César – *A Santa Casa da Misericórdia de Melgaço*. Melgaço: Tip. «Melgacense», 1957.

F: ESCOLA ELEMENTAR DE MELGAÇO

Datas extremas: 1878-1896.

Dimensão: 2 liv. e 1 pt.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONÇÃO

Largo dos Nérís, 4950 Monção.

Tel.: 251652761. Fax: 251652761.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelo Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se repartida pelo gabinete do Provedor, num armário de madeira com portas de vidro, pelo sótão do Lar da Terceira Idade e por uma das dependências da Quinta das Barreiras.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONÇÃO

Datas extremas: 1419-1983.

Dimensão: 140 liv., 2 mç. e 3 cx.

História arquivística: Uma parte do arquivo foi saqueado e destruído pelo fogo durante a “guerra da aclamação” contra os espanhóis.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades de expediente, à gestão dos recursos financeiros e patrimoniais, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito assistencial. Foram ainda consideradas as seguintes áreas orgânicas individualizadas no fundo: Asilo [(1917-1934), 1 liv.]; Colégio da Santa Casa da Misericórdia [(1933-1934), 1 liv.] e Hospital da Misericórdia (1804-1992), 32 liv.]. Foi também individualizada uma colecção de documentos em maços, de extensão considerável (22,8 m.l.) [(1576-1903), 3 cx.]. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1876-1983); acórdãos e actas da Mesa⁹ (1635-1912); recenseamento de irmãos eleitores e elegíveis (1890-1916); registo de irmãos (1670-1905); registo de correspondência expedida (1859-1896); tombo de propriedades (1588-1790); inventários de bens móveis e imóveis (1875); registo de mamposteiros (1598-1759); registo de esmolas (1856-1874); registo de legados (1484-1912) e registo de defuntos enterrados pela Misericórdia (1637-1789). São ainda de salientar o tomo da Gafaria de S. Gião (1419-1608) e a série de receita e despesa das rendas da Gafaria de S. Gião (1562-1584).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA

Largo Hintz Ribeiro, 4940 Paredes de Coura.

Tel.: 251782351.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num armário de metal da secretaria, no Lar da Terceira Idade.

⁹ Inclui registos de eleições e contas. Os livros da série de registo das esmolas das Almas do cemitério (1815-1837) possuem também registos de acórdãos.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PAREDES DE COURA**

Datas extremas: 1871-1974.

Dimensão: 5 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam estatutos (1885); actas das sessões (1885-1920); registo de irmãos (1885-1974); registo de benfeitores do Hospital da Caridade (1860-1888) e registo dos legados ao Hospital da Caridade (1862-1888)¹⁰.

Bibliografia: CORREIA, J. – *Cidades e vilas de Portugal. Paredes de Coura*. V. N. Famalicão: CGF, 1957; CUNHA, Narciso – *No Alto Minho. Paredes de Coura*. 2.^a ed. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1979.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PONTE DA BARCA**

R. Conde da Folgosa, 4980 Ponte da Barca.

Tel.: 258452165. Fax: 258454075.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação histórica encontrava-se na sala de reuniões.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PONTE DA BARCA**

Datas extremas: 1585-1994.

Dimensão: 154 liv. e 5 mç.

História arquivística: Um incêndio ocorrido no edifício do antigo hospital da Misericórdia, antes de 1980, destruiu documentação deste fundo, motivo pelo qual se encontra incompleto.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação

pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades de expediente, à gestão dos recursos financeiros e patrimoniais, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito assistencial. Foram ainda consideradas as seguintes áreas orgânicas individualizadas no fundo: Lar Condes de Fogosa [(1924-1950), 7 liv.] e hospital [(1799-1977), 16 liv.]. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1674¹¹-1927); registo de ordens e decretos (1746-1859); actas das sessões da Assembleia Geral (1956-1994); acórdãos e actas das sessões da Mesa (1666-1993); termos de eleições (1689-1839); registo de irmãos (1605¹²-1991); registo de correspondência expedida (1866-1954); inventários de bens móveis e imóveis da Misericórdia (1853-1876)¹³; processos de obras do hospital (1934-1956)¹⁴; registo de verbas de testamentos, doações, cartas de compra e papéis da Misericórdia (1631-1697); documentação relativa a legados (1915-1937) e registos de enterramentos (1634-1958).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Trabalho manuscrito de PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Inventário do cartório da Misericórdia de Ponte da Barca*. Coimbra, 1956 (referencia e descreve diversa documentação que actualmente já não existe). Existem alguns inventários antigos que descrevem apenas parte dos documentos.

**F: ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS
DOS ARTISTAS DE PONTE DA BARCA**

Datas extremas: 1930-1945.

Dimensão: 2 liv.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE PONTE DA BARCA**

Datas extremas: 1946-1966.

Dimensão: 1 liv.

**F: CONFRARIA DO ESPÍRITO SANTO
DE PONTE DA BARCA**

Datas extremas: 1656-1685.

Dimensão: 1 liv.

¹⁰ O Hospital da Caridade era administrado pela Real Confraria do Espírito Santo antes da sua passagem para a gestão da Misericórdia, criada em 1885.

¹¹ Inclui 1 liv. com um exemplar do compromisso da Misericórdia de Lisboa, impresso em 1674, que integra ainda acórdãos (1705-1815) e proviões (1739-1833).

¹² O livro que foi iniciado em 1605 contém informação “das cousas que de segredo houver...”. Não sabemos se se trata de um dos raros livros dos segredos existentes nos arquivos das Misericórdias de Portugal.

¹³ Um dos livros inclui ainda registo de foros, censos e pensões.

¹⁴ Incluem plantas.

**F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO
ROSÁRIO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA
DE PONTE DA BARCA**

Datas extremas: 1698-1875.

Dimensão: 8 liv.

**F: CONFRARIA DO SANTÍSSIMO CORAÇÃO
DE JESUS DE PONTE DA BARCA**

Datas extremas: 1892-1913.

Dimensão: 2 liv.¹⁵.

**F: CONFRARIA DE SÃO SEBASTIÃO
DE PONTE DA BARCA**

Datas extremas: 1804-1893.

Dimensão: 2 liv.

**F: ORDEM TERCEIRA DA PENITÊNCIA
DE SÃO FRANCISCO DE PONTE DA BARCA**

Datas extremas: 1785-1891.

Dimensão: 7 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PONTE DE LIMA**

R. General Norton de Matos, 63, 4990 Ponte Lima
Tel.: 258909100. Fax: 258909108.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se em estantes de metal numa dependência da sede e, um conjunto de seis pergaminhos, no cofre da sala do consistório.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PONTE DE LIMA**

Datas extremas: 1530-1982.

Dimensão: 6 perg., 763 liv. e 49 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades de

expediente e contencioso, à gestão dos recursos informativos, financeiros e patrimoniais, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito assistencial. Foram ainda consideradas as seguintes áreas orgânicas individualizadas no fundo: Asilo de Infância Desvalida D. Maria Pia [(1937), 1 mç.] e Hospital da Misericórdia [(1749-1959), 66 liv.]. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1530-1982); alvarás régios e outros documentos da arca de ferro do consistório (1587-1833); cartas régias (1548-1750); breves de indulgência e outros privilégios (1640-1792); privilégios da Misericórdia¹⁶ (1717-1869); actas da Assembleia Geral (1615-1885); acórdãos e actas da Mesa (1678-1964); actas do Definitório (1651-1862); termos de eleições (1630-1975); registo de irmãos (1733-1913); registo das cartas da Índia (1633-1680); correspondência recebida (1812-1939); registo da correspondência expedida (1894-1947); registo da correspondência recebida e expedida (1855-1894); registo dos papéis que saíram do cofre (1600-1787); tombos (1622¹⁷-1833); inventários e relações de bens (1630-1862); testamentos de benfeitores e documentação sobre legados (1553-séc. XX); processos de obras do hospital (séc. XX); atestados de pobreza (1945-1948); pautas de esmolos (1863-1912); registo de cartas de guia (1807-1935); registo dos enterramentos (1652-1808), registo dos casamentos (1681-1882), registo de expostos e amas (1815); registo de órfãs (1678); registo órfãs dotadas e de pobres que a Misericórdia vestia (1713-1924); requerimentos de órfãs (1613-1916) e registo dos presos libertados pela Santa Casa (1625-1749).

Instrumentos de descrição e pesquisa: REIS, António P. de M. dos – Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima. *Arquivo de Ponte de Lima*. 1 (1980) 42-51, 2 (1980) 74-88, 3 (1980) 148-159, 6 (1985) 381-391. Existe ainda um índice do cartório (séc. XIX), entre outros registos nos inventários de bens, como o livro iniciado em 1630.

Bibliografia: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos pelas Misericórdias de Vila Viçosa e de Ponte de Lima. *Cadernos do Noroeste*. 11: 2 (1998) 83-114; ID. – *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima. 1680-1850*. Barcelos. Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000; ID. – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias*

¹⁵ Inclui 1 liv. de estatutos (1892).

¹⁶ Existe ainda um registo dos privilégios da Misericórdia de Lisboa (com índice).

¹⁷ Inclui o tomo de privilégios e bens da Santa Casa 1622-1789). Existem diversos índices de livros desta série.

de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII). Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000. ID. – Retalhos de vidas: a assistência às mulheres na Misericórdia de Ponte de Lima durante os séculos XVII e XVIII. In CONGRESSO DE DEMOGRAFIA DE HISTÓRICA – *Actas*. Castelo Branco, 2001; REIS, António P. de M. dos – *A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima 1530 – 1980*. Ponte de Lima, [s.n.], 1979; ID. – *A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima no passado e no presente*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 1997.

F: CARTÓRIO NOTARIAL DE PONTE DE LIMA

Datas extremas: 1599-1624.

Dimensão: 4 liv.

F: CONFRARIA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DE PONTE DE LIMA

Datas extremas: 1858-1909.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALENÇA

Largo Visconde de Guaratiba, 4930 Valença.

Tel.: 251800000. Fax: 251800005.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num armário embutido na parede, no piso inferior do Lar.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALENÇA

Datas extremas: (1639-1977)

Dimensão: 173 liv. e 2 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades de expediente, à gestão dos recursos informacionais, financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito assistencial. Foram ainda considerada as seguintes áreas orgânicas individualizadas no fundo: Asilo Fonseca [(1904-1964), 7 liv.]; Asilo da Mendicidade Cruz [(1908-1957), 6 liv.]; Hospital da Caridade [(1838-1977), 65 liv.] e Botica [(1879-1880),

1 liv.]. Foi também individualizada uma colecção de documentos com tipologias documentais que se encontram igualmente nas secções referidas [(1572-1840), 3 pt.]. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1871); registo geral de mercês, avisos, representações, etc. (1824-1857); acórdãos e actas da Mesa (1642-1974); actas do Definitório (1871-1908); termos de eleições (1851-1870); registo de irmãos (1739-1909); registo da correspondência recebida (1871-1907); correspondência recebida (1872-1881); registo da correspondência expedida (1869-1946); tombos de propriedades (1687-1688); inventários de bens (1869-1870); livros de notas (1687-1746); registo de benfeitores (1874-1964); registo de defuntos enterrados pela Misericórdia (1675-1788) e história do hospital da Misericórdia de Valença e despesa do seu edifício (1869).

Organização: A documentação apresenta um critério temático-cronológico de arrumação nas estantes.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação deste fundo no Arquivo Municipal de Valença.

F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA LAPA DE VALENÇA

Datas extremas: 1760-1822.

Dimensão: 2 liv.

F: JUÍZO ORDINÁRIO DO JULGADO DE VALENÇA

Datas extremas: 1876-1879.

Dimensão: 1 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Avenida Manuel José Lebrão,

4920 Vila Nova de Cerveira

Tel.: 251795370 Fax: 251795370

Responsável hierárquico: Provedor

Acesso: A consulta da documentação depende de uma autorização concedida pelos responsáveis da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se distribuída entre o Lar da Terceira Idade, num compartimento exíguo, e na secretaria.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Datas extremas: 1666-1975.

Dimensão: 105 liv., 9 mç. e 1 pt.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia.

Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada sobretudo em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades de expediente, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito assistencial. Foi ainda considerada a seguinte área orgânica individualizada no fundo: Hospital da Misericórdia [(1857-1967), 17 liv. e 2 mç.] Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1897-1898); registo geral (1787¹⁸-1894); actas da Assembleia Geral (1922-1968); acórdãos (1787-1835); actas da Mesa (1869-1949); termos de eleições (1686-1811); registo de irmãos (1724-1941); inventários de bens (1917); registo de correspondência expedida (1909-1938); copiadore de correspondência expedida (1927-1944); registo de legados e donativos (1894-1896); registo de legados pios (1910-1975); petições de esmolas e auxílio (1836-1857) e registo de visitantes (1910-1926).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

Bibliografia: LEAL, Diogo José – *Santa Casa da Misericórdia*. Vila Nova de Cerveira: Câmara Municipal, 1979.

ED: ARQUIVO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO (por depósito da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo)

R. Manuel Espregueira, 140 – 4900 Viana do Castelo.
Tel.: 258 82 97 39. Fax: 258 82 97 39.

Arquivo público. Subordinação administrativa: Ministério da Cultura – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Responsável hierárquico: Director do Arquivo Distrital de Viana do Castelo (Chefe de divisão).

Acesso: A consulta da documentação pode ser realizada nos dias úteis, das 9h às 12h30m e das 14h às 17h30m.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO

História arquivística: No final da década de 1970, foi produzida uma descrição do acervo, na sequência do trabalho de uma equipa de alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto para um seminário de História Moderna. Também na primeira metade da década de 1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas, em colaboração

com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, se iniciaram trabalhos com vista à descrição da documentação com interesse histórico.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. A sua documentação encontra-se classificada em secções relativas à constituição, organização e regulamentação da Misericórdia, ao planeamento e controlo de actividades, à gestão dos recursos informativos, financeiros, patrimoniais e humanos, às actividades de contencioso e de relações públicas e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito assistencial. Foram ainda consideradas as seguintes áreas orgânicas individualizadas no fundo: Hospital da Misericórdia (1810-séc. XX); Recolhimento de Santiago (1707-séc. XIX); Albergue Nocturno (1911-1918); Balneário da Misericórdia (1929-1935); Creche de S. Domingos (1952-1974); Hospital Pe. Luís Faria (1929-1933) e Banco Agrícola e Industrial Vianense (1873-1897). Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos¹⁹ (1577-séc. XX); regulamentos gerais (1874); bulário de provisões, privilégios, sentenças, etc ([1521]-1749); registo de provisões régias (1596-1754); actas das sessões da Mesa (1559-1978); actas das sessões da Assembleia Geral (1873-1949); termos de eleições (1590-1873); processos relativos às eleições da Mesa e da Junta Consultiva (1937-1962); cadernos de recenseamento de irmãos (1937-1968); registo de irmãos (1556-1948); registo de sentenças (1544-séc. XIX); registo de entrada de correspondência recebida (1896-1931); correspondência recebida (1835-1959); copiadore de correspondência expedida (1896-1971); copiadore de correspondência recebida e expedida (1669-1895); registo da correspondência expedida pela Comissão Administrativa (1835-1838); registo de visitantes (1891-1937); registo de visitantes do arquivo (1960-1984); álbuns e colecções de fotografias (séc. XX); tombos de propriedades (1576-1884); relações de propriedades (1870-1876); inventários de bens (1817-séc. XX); inventários de valores, objectos e documentos existentes em cofre (1948-1956); álbuns e colecções de plantas (1776-séc. XX); processos de reparação de edifícios da Misericórdia (séc. XX); registo de obras na igreja (1716-1838); registo de testamentos, doações e inventários (1540-1824); registo de legados recebidos após 1880 (1882-1923); registo de esmolas e ofertas (1868-1890); registo de sepulturas (1557-1761); registo de defuntos (1635-1821) e registo de capelas, obrigações de missas e legados pios (sécs. XVII-XX). No domínio das

¹⁸ O livro de 1787 contém ordens, provisões, privilégios, etc.

¹⁹ Inclui estatutos da Misericórdia de Penafiel (1697-1788).

actividades de gestão hospitalar, destacam-se regulamentos (séc. XX); inventários de bens (1747-1845); registo do movimento de doentes (1844-1951); receiptuário (1838-1922); receiptuário externo, registo de esmolas e cartas de guia (1910-1916); registo de dietas (1857-1918) e registo de óbitos de doentes (1870-1932).

Instrumentos de descrição e pesquisa: PEREIRA, Maria Olinda Alves Pereira; AMARAL, Maria Clotilde de Mendonça – *Misericórdia de Viana do Castelo séc. XVI a XX – Catálogo do acervo documental*. Viana do Castelo: Arquivo Distrital de Viana do Castelo; Lions Clube de Viana do Castelo, 1997. Existem inventários da documentação, desde 1557 até 1978, ano em que foi realizado um trabalho de descrição no âmbito de um seminário de História Moderna da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, orientado pelo Prof. Eugénio dos Santos. Existe ainda um inventário topográfico (sécs. XIX-XX). Em Outubro de 2001 estava a ser ultimada uma guia de remessa da última documentação recebida da Santa Casa.

Incorporações: Estão previstas transferências regulares da documentação da Santa Casa para o Arquivo Distrital, ao abrigo de um protocolo entre ambas as instituições²⁰.

Bibliografia: COMISSÃO PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS – *500 anos das misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000; COUTINHO, Pedro de Abreu – A data de fundação da Misericórdia de Viana. *Centro de Estudos Regionais. Boletim Cultural*. 2 (1985) 138-141; GUERRA, Luís Figueiredo da – Fundação da Misericórdia de Viana. *Arquivo Vianense*. 1: 8 (Agosto 1891) 140-141; ID. – Hospital Velho. *Arquivo Vianense*. 1: 9 (1891) 126-127; SERRA, Manuel D. P. Cunha – As duas confrarias da Misericórdia e as duas confrarias dos Mareantes de Viana de Foz do Lima do século XVI. *Estudos Regionais*. 16 (1995) 73-94 e VIANA, Abel; ARAÚJO, José Rosa do – Livro do tombo da Misericórdia e Gafaria de Viana. *Arquivo do Alto – Minho*. 6 (1956) 150-167, 7 (1957) 19-48.

**F: ASILO DA INFÂNCIA DESVALIDA
DE VIANA DO CASTELO**

Datas extremas: 1958.

Dimensão: 1 mç.

**F: ASILO DAS MENINAS ÓRFÃS E DESAMPARADAS
DE VIANA DO CASTELO**

Datas extremas: 1948-1950.

Dimensão: 1 mç.

**F: CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE VIANA DO CASTELO**

Datas extremas: 1947-1951.

Dimensão: 5 liv. e 2 mç.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE VIANA DO CASTELO**

Datas extremas: 1960-1961.

Dimensão: 2 cad.

**F: ²¹ CONFRARIA DE NOSSA SENHORA
DO DESTERRO DO RECOLHIMENTO
DE SANTIAGO DE VIANA DO CASTELO**

Datas extremas: 1726-1753.

Dimensão: 1 liv.

**F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DE
GUADALUPE DE VIANA DO CASTELO**

Datas extremas: 1637-1744.

Dimensão: 3 liv.²².

**F: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO PORTO
DE VIANA DO CASTELO**

Datas extremas: 1764.

Dimensão: 1 cap.

**F: CONFRARIA DE SÃO JOSÉ DA MATRIZ
DE VIANA DO CASTELO**

Datas extremas: 1 mç

Dimensão: 1958-1963

**F: DELEGACIA DE VIANA DO CASTELO
DA TESOURARIA DO HOSPITAL
DE SÃO MARCOS²³**

Datas extremas: 1899-1915.

Dimensão: 1 liv.

F: MARTIM VELHO BARRETO

Datas extremas: 1633-1669.

Dimensão: 1 liv. e 1 mç.

F: OFICINA DE SÃO JOSÉ – VIANA DO CASTELO

Datas extremas: 1898-1914.

Dimensão: 1 pt.

²⁰ A colaboração do Arquivo Distrital com a Misericórdia inclui apoio técnico ao nível do tratamento do arquivo corrente e intermédio.

²¹ Fundos provenientes da Misericórdia de Viana do Castelo.

²² Inclui estatutos (1637-1638).

²³ No "Recenseamento..." (p. 359), o fundo apresenta o título "Delegação de Saúde de Viana do Castelo".

Distrito de Vila Real ^{1 2}

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALIJÓ

Largo de Santo António, 5070 Alijó.
Tel.: 259959248.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público mas é admitida a consulta da documentação mediante uma autorização prévia da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num móvel de madeira, no salão do Lar da Terceira Idade.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALIJÓ

Datas extremas: 1901-1985.

Dimensão: C. 10 m.l. (168 liv., 1 mç. e 8 cx.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do Asilo Dr. Serafim de Barros, do Asilo João Teixeira de Barros e do hospital e botica da Misericórdia, respectivamente. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Assembleia Geral (1901-1931); actas da Mesa (1910-1983); actas do Definitório (1910-1970); documentação referente a relações com outras entidades (1911-1983) e inventários de bens e róis (1932-1938). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: inventários de bens e róis do hospital (1905); registo do movimento de doentes (1903-1980) e receituário e dietas (1903-1958) ³.

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ALIJÓ ⁴

Datas extremas: 1946-1970.

Dimensão: 10 liv. ⁵.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CERVA

R. Padre António André, 4870-037 Cerva (Ribeira de Pena).

Tel.: 259470432 Fax: 259470432.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação mediante uma autorização prévia da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se instalada no gabinete dos serviços administrativos.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CERVA

Datas extremas: 1918-1993.

Dimensão: 6 m.l. (14 liv.).

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Assembleia Geral (1918-1993); actas da Mesa (1918-1993); actas do Conselho Fiscal (1985-1993); registo de irmãos (1918-1993); documentação referente a relações com outras entidades (1923-1993) e tombos de propriedades (1918-1921).

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 5: *Distrito de Vila Real*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997 (recolha de dados de 1993) e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes: informações recolhidas no Verão de 2001 pela bolsista Silvana Pires, no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* para os casos de Montalegre e Vila Pouca de Aguiar. Foram ainda utilizados instrumentos de pesquisa publicados e a obra ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL – *Misericórdias do Distrito de Vila Real – Passado, presente, futuro*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1998.

² Não foi contemplado o caso da Misericórdia de Ribeira de Pena, devido ao facto de, após ter sido contactada por escrito e por telefone pelo projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, a Santa Casa, criada em 1918, ter indicado que não dispunha de arquivo histórico.

³ Neste distrito, o “Recenseamento...” incluiu a documentação das Comissões Municipais de Assistência nos fundos das Misericórdias, opção com a qual não concordamos e que aqui apresentamos de forma diferente.

⁴ Entre outros, inclui uma série de actas [(1946-1970), 1 liv.].

⁵ Inclui 3 liv. de documentação referente a relações com outras entidades, que o “Recenseamento...” apresenta como acumulada pela Comissão, entre 1955-1985. Deve, contudo, apurar-se se todos pertencem a este produtor, dado que estas Comissões foram extintas em 1971.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE CHAVES E BOTICAS**

Largo Caetano Ferreira, apartado 70, 5400 Chaves.

Tel.: 276333122 Fax: 276333122.

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação mediante uma autorização prévia dos responsáveis da instituição.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CHAVES

Datas extremas: 1516-1987⁶.

Dimensão: 7,02 m.l. (285 liv. 7, 2 pt. e 1 mç.).

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. A documentação encontra-se classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1516⁸-1704⁹); actas da Assembleia Geral (1877-1973); acórdãos e deliberações (1670-1858); actas da Mesa (1855-1987); termos de eleições (1792); registo de irmãos (1718-1954); registo de correspondência recebida (1939-1951); copiadore de correspondência expedida (1840-1931); inventários e róis (1734-1962); documentação sobre legados pios¹⁰ (1858-1954); registo de testamentos (1577-1678); testamentos (1716-1968); sentenças e autos cíveis (1812); tombos de propriedades (1654-1881); registo de óbitos e enterros (1773-1949). Inclui ainda documentação do Asilo de Infância Desvalida Infante D. Manuel (1846-1910); do Asilo de Infância Desvalida P. Celestino da Silva (1910-1963); da Casa dos Anciãos (1936-1962) e da Escola Agrícola, de Artes e Ofícios (1934-1968). No que diz respeito às actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia destacam-se registo de donativos para o novo hospital (1939-1944); registo de nascimentos (1916-1947); registo do movimento de

doentes (1827-1947); inventários da botica (1875) e receituário da botica (1836-1928).

Instrumentos de descrição e pesquisa: GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita – *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas. Inventário*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1998. Existe ainda um inventário antigo dos livros da secretaria (1734-1808) e um inventário parcial, ordenado cronologicamente, mais recente, que remetia para o número da etiqueta dos livros.

Bibliografia: Misericórdia de Chaves: 462 anos de serviço ininterrupto. *A Voz das Misericórdias*. (1987) 7-11.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE CHAVES**

Datas extremas: 1926-1931.

Dimensão: 1 liv.

**F: COMISSÃO EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA
DA 2.ª ZONA CENTRAL**

Datas extremas: 1936-1938.

Dimensão: 2 liv.¹¹.

F: CONFRARIA DAS ALMAS DE CHAVES

Datas extremas: 1676-1923

Dimensão: 16 liv. e 1 pt.¹².

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MESÃO FRIO**

Av. Dr. Domingos Monteiro, 144, 5040 Mesão Frio.

Tel.: 254891402. Fax: 254891403

Possui arquivo e biblioteca.

Responsável hierárquico: Vice-Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação mediante uma autorização prévia da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se numa divisão do edifício do Lar de São Nicolau.

⁶ No “Recenseamento...” vem indicada como data extrema do fundo o ano de 1993.

⁷ Inclui livros religiosos impressos que serviram nos actos litúrgicos.

⁸ Trata-se de um livro impresso do compromisso da Misericórdia de Lisboa com autorização régia manuscrita de 1525 para que a Santa Casa de Chaves se pudesse regular pelo documento. Foi considerada como unidade de valor excepcional pelo Inventário do Património Cultural Móvel.

⁹ No “Recenseamento...” vem indicada como data extrema da série o ano de 1981.

¹⁰ Inclui registo de benfeitores.

¹¹ Inclui 1 liv. de actas das sessões da Comissão (1936-1937).

¹² Inclui 3 liv. de actas da Mesa (1893-1923).

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MESÃO FRIO**

Datas extremas: 1604-1993.

Dimensão: 186 liv. e 41 cx.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1734-1871); actas da Assembleia Geral (1963); actas da Mesa (1872-1972); termos de eleições (1734-1736); registo de irmãos (1910-1916); documentação referente a relações com outras entidades (1604-1975); tombos de propriedades (1689); inventários de bens e róis (1805-1972); documentação relativa à instituição de capelas (1733-1876) e legados pios (1915). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: regulamentos internos (1901); registo do movimento de doentes (1780-1970); registo de óbitos (1746); receituário e dietas (1887-1943); documentação referente a serviços clínicos (1906-1961) e receituário da botica (1946-1957).

Organização: A documentação possui uma primeira organização, encontrando-se ordenada cronologicamente.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Existe um instrumento de descrição que permite aceder à documentação através duma cota numérica.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação complementar no arquivo da Ordem Terceira de São Francisco da Freguesia de São Nicolau.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE MESÃO FRIO**

Datas extremas: 1925.

Dimensão: 1 liv.

**F: ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA
FREGUESIA DE SÃO NICOLAU DE MESÃO FRIO**

Datas extremas: 1795-1913.

Dimensão: 17 liv.¹³

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MONDIM DE BASTO**

R. Comendador Alfredo Alvares de Carvalho Pinto, 4880 Mondim de Basto.

Tel.: 255381218.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação mediante uma autorização prévia da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se instalada em três armários metálicos na sala dos serviços administrativos.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MONDIM DE BASTO**

Datas extremas: 1935-1993.

Dimensão: C. 11 m.l. (36 liv., 14 mç., 1 pç., 2 pt. e 1 cx.)

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do Hospital Mondinense. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Mesa (1935-1993); documentação referente a relações com outras entidades (1935-1972); inventários de bens e róis (1962-1977) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, registo do movimento de doentes (1936-1953).

Organização: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação não se encontrava totalmente organizada, estando parte por identificar.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE MONDIM DE BASTO**

Datas extremas: 1946-1971.

Dimensão: 7 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MONTALEGRE**

R. General Humberto Delgado, 5470-247 Montalegre.

Tel.: 276 51 22 66. Fax: 276 51 13 52.

¹³ Inclui compromissos e estatutos (1871-1912).

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: É admitida a consulta da documentação mediante uma autorização da Mesa administrativa da instituição.

Condições de instalação: A documentação encontra-se num armário do gabinete do provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE

Datas extremas: 1813-1870.

Dimensão: 1 liv.

História arquivística: O acervo da Misericórdia chegou a estar sob a protecção de um antigo provedor, que o guardou na sua casa e na Paróquia. Quando faleceu, os seus familiares destruíram a quase totalidade dos documentos ¹⁴.

Âmbito e conteúdo: De acordo com a Santa Casa, a documentação com interesse histórico é constituída apenas pelo *Livro que serve para actos da Meza da Misericórdia da Vila de Monte Alegre* ¹⁵.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MURÇA

R. Marquês Valfor, s/n, 5090 Murça.

Tel.: 259512533 Fax: 259512533.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação mediante uma autorização prévia da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se instalada no Lar da Terceira Idade e no sótão do Hospital Marquês de Valflor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MURÇA

Datas extremas: 1923-1993.

Dimensão: C. 11,4 m.l. (71 liv., 16 pt., 3 pç. e 2 cx.).

História arquivística: Desconhece-se o paradeiro da documentação da primeira fase da vida da instituição, que foi “restaurada” em 1923.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia.

Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência sócio-educativa e no domínio da saúde, exercidas através do Externato Técnico-liceal José Luis Valflor e do Hospital Marquês de Valflor, respectivamente. Entre as séries deste fundo, destacam-se actas da Assembleia Geral (1944-1968); actas da Mesa (1923-1982); documentação sobre admissão e renúncia de irmãos (1924-1958); documentação referente a relações com outras entidades ou instituições (1935-1965) e registo do movimento de doentes do hospital (1937-1946).

Organização: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação não se encontrava totalmente organizada.

Características físicas: No referido período, a documentação depositada no Hospital Marquês de Valflor encontrava-se em estado de degradação acentuada.

Bibliografia: COSTA, António Luís Pinto da – *O conceito de Murça*. Murça: Câmara Municipal de Murça, 1992.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALPAÇOS

Largo da Misericórdia, 5430 Valpaços.

Tel.: 278710140.

Responsável hierárquico: Provedor.

Acesso: O arquivo não se encontra aberto ao público, mas é admitida a consulta da documentação mediante uma autorização prévia da instituição.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num cofre metálico no gabinete da Provedoria, no Lar da Terceira Idade.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VALPAÇOS ¹⁶

Datas extremas: 1953-1993.

Dimensão: 7 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam e actas da

¹⁴ Suspeita-se que alguma documentação possa estar guardada na Paróquia, nomeadamente um livro com a primeira acta da Santa Casa, de 1715.

¹⁵ Contém actas da Mesa, registo das tomadas de posse, autos de arrematação, etc.

¹⁶ Desconhece-se o paradeiro da documentação da Associação Beneficente Municipal e outras instituições que estiveram na origem da Misericórdia de Valpaços, em 1946.

Assembleia Geral (1982-1993); actas da Mesa (1953-1993), actas do Definitório (1984-1993) e livros de honra (1967-1992).

Bibliografia: MARTINS, A. Veloso – *Monografia de Valpaços*. Porto: Câmara Municipal de Valpaços, 1978.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA POUCA DE AGUIAR**

R. Dr. Francisco Gomes da Costa, 11, 5450-026 Vila Pouca de Aguiar.

Tel.: 259 40 15 67. Fax: 259 40 15 67.

Responsável hierárquico: Provedor

Acesso: É admitida a consulta da documentação mediante uma autorização da Mesa Administrativa da instituição.

Condições de instalação: O arquivo encontra-se instalado provisoriamente numa pequena sala interior do Lar de Idosos, nas suas unidades de instalação originais, em estantes de metal e em caixotes de papel. Os livros de actas encontram-se no gabinete do Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VILA POUCA DE AGUIAR**

Datas extremas: 1937-1990.

Dimensão: 12 liv. e c. 20 pt.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam estatutos (1983); actas da sessão da Mesa Administrativa e de outros actos da Misericórdia (1937-1961); actas das reuniões da Comissão Administrativa (1967-1991); ofícios da Direcção Geral de Assistência¹⁷ (1948-1990); correspondência recebida (1940-1967); copiadore de correspondência expedida (1937-1961).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

Instrumentos de descrição e pesquisa: A acta da sessão da Mesa Administrativa de 26 de Novembro de 1960 contém uma enumeração de todos os livros de arquivo transmitidos pela Mesa cessante à sua sucessora (actas, registo de irmãos, correspondência e livros de receita e despesa), podendo servir para auxiliar a recuperação da informação arquivística existente na instituição.

**ED: ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL
(por depósito das Santas Casas da
Misericórdia de Peso da Régua e de Vila Real)**

Av. Almeida Lucena, 5, 5000 Vila Real.

Tel.: 259 325761. Fax: 259 325712.

Arquivo público. Subordinação administrativa: Ministério da Cultura – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Responsável hierárquico: Director do Arquivo Distrital de Vila Real (Chefe de divisão).

Acesso: O serviço de consulta funciona durante os dias úteis da semana, entre as 9 h. e as 12 h. 30 e as 14 h. e as 17 h. 30.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PESO DA RÉGUA**

Datas extremas: 1883-1965¹⁸.

Dimensão: 1 m.l. (14 liv.).

Procedência: O fundo da Misericórdia passou para o Arquivo Distrital a título de depósito, em 1980.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um modesto número de séries, nas quais se destacam actas da Assembleia Geral (1928-1959); actas da Mesa (1928-1965) e, no que diz respeito às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, documentação do Asilo de Infância Desvalida José Vasques Osório, do Asilo Pedro Verdial e do Hospital D. Luís I. No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, existem as seguintes séries: actas da Assembleia Geral do hospital (1873-1927); inventários de bens e róis (1897-1939) e documentação relativa a legados pios (1897-1929).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Descrição automatizada com recurso ao programa informático *Arqbase*. Gonçalves, Manuel Silva (coord.) – *Arquivo Distrital de Vila Real. Guia de fundos*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1999, vol. I, p. 205-207.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL

Datas extremas: 1524-1975¹⁹.

Dimensão: 258 liv. e 6 mç.

História arquivística: Na primeira metade da década de

¹⁷ A partir de 1972, denominada Direcção-Geral da Assistência Social.

¹⁸ A documentação posterior a esta data encontra-se na Misericórdia.

¹⁹ A documentação posterior a esta data encontra-se na Misericórdia.

1980, no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas, em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, foram realizados trabalhos de organização e descrição da documentação de arquivo.

Procedência: O fundo da Misericórdia passou para o Arquivo Distrital a título de depósito.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do hospital e botica da Misericórdia, respectivamente. Entre as séries deste fundo, destacam-se provisões e alvarás régios (1528-1830); acórdãos, deliberações e actas da Mesa (1794-1975); actas do Definitório ou Conselho da Irmandade (1866-1893); termos de eleições (1737-1901); documentação sobre admissão e renúncia de irmãos (1862-

-1903); registo de irmãos (1693-[1891]); documentação referente a relações com outras entidades (1866-1931); tombos de propriedades (1575-1830); escrituras (1524-[1900]); testamentos (1528-1830); documentação referente à instituição de capelas (1524-1885) e registo de sepulturas na igreja (1725). No domínio das actividades de gestão hospitalar da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: regimentos internos (1844-1889); inventários de bens e róis (1821-1917); documentação referente a relações com outras entidades (1840-1843); documentação relativa ao movimento de doentes (1844-1889); receiptuário e dietas (1858-1905) e documentação referente a óbitos (1815-1960)²⁰.

Organização: ordenação cronológica da documentação.

Instrumentos de descrição e pesquisa: GONÇALVES, Manuel Silva (coord.) – *Arquivo Distrital de Vila Real. Guia de fundos*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1999, vol. I, p. 207-211; GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita – *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. Inventário*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1998; SOUSA, Fernando de – *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real II*. Vila Real, 1979. No âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, foram também produzidas fichas de descrição da documentação de arquivo.

²⁰ Foi ainda considerado como pertencente a este fundo I liv. de actas da Comissão Administrativa Central de Assistência do Distrito de Vila Real (1933-1937).

Distrito de Viseu ^{1 2}

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARMAMAR

Praça da República, 5110 Armamar.

Tel.: 254855210.

Responsável hierárquico: Provedor

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARMAMAR

Datas extremas: 1955-...

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destaca a de correspondência.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTRO DAIRE

Av. da Misericórdia, 3600 Castro Daire.

Tel.: 232319030.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se na secretária, estando, pelo menos uma parte, instalada num armário de madeira.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTRO DAIRE

Datas extremas: 1843-1950.

Dimensão: C. 1,5 m.l. (22 liv.).

História arquivística: As más condições de acondicionamento da documentação, no edifício do hospital, durante vários anos, deverão estar na origem da destruição de uma parte dela.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos ³, à gestão dos recursos financeiros,

patrimoniais e humanos ⁴, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1861); actas e deliberações da Mesa (1879-1957); actas de autos de posse (1929-1950); matrículas de irmãos (1864-1921) e registo de irmãos beneméritos (1944).

Organização: Acervo documental desorganizado.

Características físicas: Os documentos mais antigos deste fundo apresentam vestígios de humidade que poderão contribuir para a sua destruição, a curto prazo.

Bibliografia: CARVALHO, Abílio Pereira de – *Misericórdia de Castro Daire: subsídios para a sua história*. Castro Daire: Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, 1990.

F: IRMANDADE DAS ALMAS DE CASTRO DAIRE

Datas extremas: 1731-1857.

Dimensão: 7 liv.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CINFÃES

R. General Humberto Delgado, 4690 Cinfães.

Tel.: 255 56 14 21. Fax: 255 56 29 46.

Responsável hierárquico: Provedor

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CINFÃES

Datas extremas: 1905-2001.

Dimensão: 9 liv., 8 pt. e 2 doc. ⁵.

Âmbito e conteúdo: Fundo em que se destacam as seguintes séries: compromissos (1951-1982); actas da Assembleia Geral (1951-2001); actas da Mesa (1951-1989); actas de eleições dos corpos gerentes (1967-1982); actas de posse dos corpos gerentes (1961-1999); inventário de bens (s.d.); documentação referente a doações (1905-1994) e processo de indemnização da Misericórdia (1978-1996).

¹ Principais fontes de informação: PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Vol. 14: *Distrito de Viseu*. Coord. geral de José Mariz. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2000 e UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – *As misericórdias de Portugal*. Vol. 1: *Organização e dados globais*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000. Outras fontes: informações recolhidas e/ou confirmadas via telefone pela bolsreira Silvana Pires, no âmbito do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, para os casos de Cinfães, Mortágua, Penela da Beira e Sernancelhe.

² Para além dos arquivos das Misericórdias criadas após 1982, não foi contemplado o caso da Misericórdia de Tabuaço, que indicou a inexistência de documentação anterior a 1950.

³ Neste distrito, o “Recenseamento...” inclui nesta secção as diferentes séries de correspondência.

⁴ Nesta caso, o “Recenseamento...” incluiu nesta secção as séries referentes a irmãos.

⁵ A dimensão apresentada refere-se exclusivamente às séries discriminadas.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LAMEGO**

Largo Dr. João de Almeida, 5100-095 Lamego.

Tel.: 254612057.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, uma parte da documentação encontrava-se na sede da Misericórdia, havendo a intenção de a colocar em novas instalações, juntamente com a documentação da Santa Casa que ainda estava no arquivo do Hospital de Lamego. Segundo informações prestadas ao projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* em 2001, esta documentação teria dado entrada na Misericórdia há cerca de dois anos, encontrando-se por organizar, no sótão.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO

Datas extremas: 1585-1968.

Dimensão: C. 7 m.l. (50 liv. e documentos avulsos) ⁶.

História arquivística: Parte da documentação encontrava-se no antigo hospital da Misericórdia, entretanto desanexado, tendo sido transferida entre 1985 e 1991.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos e à gestão dos recursos financeiros e patrimoniais. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1860); actas e deliberações da Mesa (1898-1943); tombos de propriedades (1735-1756) e documentação referente a legados, doações e heranças (1936-1938) ⁷.

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado ⁸.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MANGUALDE**

Av. General Humberto Delgado, 3530 Mangualde.

Tel.: 232622577. Fax: 232622577.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a Misericórdia possuía arquivo histórico e intermédio, cuja organização tinha sido iniciada no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980. Com a interrupção do Projecto, encontravam-se ainda cerca de 3 m.l. de documentos no chão, presumivelmente pertencentes ao arquivo intermédio da instituição.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MANGUALDE**

Datas extremas: 1724-1961.

Dimensão: 85 liv., 2041 dc. e 37 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através do seu hospital. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos e deliberações (1725-1865); actas e deliberações da Mesa (1865-1917); documentação sobre eleições (1724-1892); termos de entrada de irmãos (1793-1901); registo de correspondência recebida (1908-1912); copiadore de correspondência expedida (1875-1916); inventários de bens móveis (1856-1941); registo dos mordomos e bens pertencentes à capela de S. Bartolomeu da Santa Casa (1724-1860); registo dos títulos de doações, legados e contratos (1728-1910); registo de óbitos de irmãos (1795-1930); documentação referente a dotes a órfãos (1741-1891) e documentação relativa à distribuição da esmola enviada para Treixedo (1856-1897).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário e ficheiro realizado no âmbito do referido projecto de inventariação.

⁶ Não inclui a documentação vinda recentemente do Hospital de Lamego.

⁷ No “Recenseamento...”, são incluídas referências a mais de 20 m.l. de documentação, distribuída entre o que então foi considerado ser o Arquivo do Hospital de Lamego (meados séc. XVIII-séc. XX), com ficheiro, e o “Arquivo do Hospital Distrital de Lamego” (1765-1950), ambos situados fora da Misericórdia. Não foram fornecidos dados suficientes para a distinção entre estes arquivos.

⁸ No estado actual dos conhecimentos, não se sabe se ainda continuam a existir unidades de descrição relacionadas no Arquivo do Hospital de Lamego.

Bibliografia: BOLETIM informativo da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde. N.º 1-... (1984-...).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MOIMENTA DA BEIRA**

Bairro do Aguiar, 65, 3620-308 Moimenta da Beira.

Tel.: 254582789. Fax: 254582789.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MOIMENTA DA BEIRA**

Datas extremas: 1955-...

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam as actas da Mesa.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MORTÁGUA**

R. Dr. José Branquinho da Fonseca, 3450 Mortágua.

Tel.: 231927490. Fax: 231927499.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE
MORTÁGUA**

Datas extremas: Séc. XX.

Dimensão: ⁹.

História arquivística: De acordo com as informações prestadas ao “Recenseamento...”, a documentação da instituição teria desaparecido “durante o processo de nacionalização do hospital”. O projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* constatou apenas a existência de uma parte da documentação da Santa Casa, dispersa.

Âmbito e conteúdo: Da documentação com interesse histórico, a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua apenas possui, actualmente, os primeiros estatutos (1948) e um livro de actas da Assembleia Geral (1959-1993).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DE FRADES

R. Coronel Neves, 3680 Oliveira de Frades.

Tel.: 232761222. Fax: 232762358.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE OLIVEIRA DE FRADES**

Datas extremas: 1930-...

Dimensão: 11 liv.

História arquivística: De acordo com informações prestadas ao “Recenseamento...”, toda a documentação que se encontrava no hospital desapareceu durante o processo da sua passagem para a administração do Estado, no período que se seguiu à Revolução de Abril de 1974.

Âmbito e conteúdo: Fundo cuja documentação com interesse histórico é apenas constituído por actas da Mesa.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PENALVA DO CASTELO**

R. do Lar, 3550 Penalva do Castelo.

Tel.: 232642533. Fax: 232642753.

Responsável hierárquico: Provedor

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se dispersa pela sala do provedor, sala das sessões e Centro da Terceira Idade, estando ainda outra em dependências da capela, num espaço muito húmido.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PENALVA DO CASTELO**

Datas extremas: 1704-1962.

Dimensão: 45 liv. e 3744 doc. avulsos.

História arquivística: O fundo teve tratamento arquivístico iniciado no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas, em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos (1704); actas da Mesa (1817-1912); actas de eleições (1881-1912); documentação sobre eleições, juramentos e contas (1723-1819); registo de irmãos (1786-1912); correspon-

⁹ A documentação é de reduzidas dimensões.

dência expedida¹⁰ (1888-1912); inventários de bens (1765-1877); registo dos testamentos, dívidas e legados (1703-1909); registo de óbitos (1839-1851); documentação referente a dotes a órfãs (1788-1876) e matrículas dos dotados pela Misericórdia (1867-1876).

Organização: A organização da documentação não chegou a ser concluída pela equipa do referido Projecto.

Características físicas: Alguma documentação encontra-se mal acondicionada.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Fichas de alguma documentação, provavelmente realizadas no contexto do referido Projecto.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação complementar no fundo da Confraria de Santa Cruz de Penalva do Castelo.

F: CONFRARIA DE SANTA CRUZ DE PENALVA DO CASTELO

Datas extremas: 1613.

Dimensão: 1 doc.¹¹.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENELA DA BEIRA

R. do Parque, 4, 3630 Penela da Beira.

Tel.: 254504210.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Em 2001, a documentação encontrava-se, provisoriamente, num armário da secretaria.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENELA DA BEIRA

Datas extremas: 1957-1989.

Dimensão: 13 liv. e 6 pt.

História arquivística: De acordo com informações prestadas ao “Recenseamento...”, a documentação histórica da instituição anterior a 1974 perdeu-se praticamente toda, “em consequência das transformações políticas ocorridas nesta data”, o que confirmámos em 2001.

Âmbito e conteúdo: Fundo em que se destaca a seguin-

te documentação: estatutos (1957-1989); actas da Mesa¹² (1957-1987); tombos de bens (1972); projectos de construção do hospital¹³ (c. 1959) e registo dos doentes de tuberculose¹⁴ (1957-...).

Organização: O fundo necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RESENDE

Resende, 4660 – 213 Resende.

Tel.: 254877434. Fax: 254877434.

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RESENDE

Datas extremas: 1934-...

História arquivística: Um incêndio ocorrido no arquivo da Misericórdia, em 1992, destruiu grande parte do acervo documental. Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, previa-se a entrega da documentação que em 1976 tinha ficado em poder do hospital, entretanto nacionalizado.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam as actas da Mesa Administrativa, da Assembleia Geral e do Concelho Fiscal (1965-...) e documentação referente à construção do hospital (1934-c.1939).

ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTA COMBA DÃO

R. Mouzinho de Albuquerque, 30, 3440 Santa Comba Dão.

Tel.: 232882378. Fax: 232882378.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num armário pequeno da sala das sessões e doze caixotes de papelão, com documentação avulsa, num pequeno compartimento contíguo, extremamente húmido.

¹⁰ Não sabemos se se trata de registos ou copiadotes.

¹¹ Trata-se de uma bula papal, em pergaminho, concedendo aos irmãos da Confraria de Santa Cruz da igreja da Misericórdia de Penalva três indulgências plenárias e perpétuas.

¹² Nos primeiros anos desta Misericórdia não havia um livro para registar, exclusivamente, as actas da Assembleia Geral, que constavam dos livros de actas da Mesa.

¹³ Trata-se de um projecto de construção, para além do qual existe ainda mais documentação avulsa referente ao assunto, por organizar.

¹⁴ Esta série é composta por 9 livros correspondentes a nove freguesias do concelho.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SANTA COMBA DÃO**

Datas extremas: 1596-1938 ¹⁵.

Dimensão: 73 liv.

História arquivística: Muita da documentação desapareceu em virtude de infiltrações de água e aumento de humidade nos antigos armários onde estava acondicionada.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas através da sua farmácia. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (originais e treslados) (1708-1807); acórdãos, resoluções e actas da Mesa (1708-1938); registo de eleições (1656-1811); registo de irmãos ¹⁶ (1596-1788); correspondência expedida ¹⁷ (1886); registo de mamposteiros (1671-1739); tombos de propriedades (1849-1917); inventários de bens (1710-1893); registo de eleições de turnos para os enterros (1710).

F: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO

Dimensão: 19 liv. ¹⁸.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SANTAR**

Largo Visconde de Taveiro, 3520 Santar (Nelas).

Responsável hierárquico: Provedor.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTAR

Datas extremas: 1737-1962.

Dimensão: 15 liv.

História arquivística: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, parte da documentação valiosa da Misericórdia não se encontrava na instituição, sendo “voz corrente” que estaria na posse do Dr. Francisco Caetano da Cunha Coelho, após o seu pai ter tomado posse dela no primeiro quartel do século XX.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam actas da Mesa (1901-1958); registo de irmãos (1901-1944); correspondência (1878-1962) e registo de benfeitores (1901-1956).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA**

Praça da República, 5130 S. João da Pesqueira.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se instalada num espaço com sinais de degradação.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA**

Datas extremas: 1622-1959.

Dimensão: 43 liv.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1698-1912); actas da Mesa (1844-1909); documentação sobre eleições de mesários (1755-1911); matrículas de irmãos (1622-1931); correspondência recebida (1946-1950); inventários de bens móveis e imóveis (1879); registo de fazendas compradas (1861-1871); registo de defuntos (1755-1809) e registo de enjeitados (1690-1767).

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE
SANTO ANTÓNIO DE SÃO PEDRO DO SUL**

R. da Misericórdia, 3660 S. Pedro do Sul.

Tel.: 232723024. Fax: 232712053.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-

¹⁵ Não inclui referências à documentação avulsa existente nos referidos caixotes, com datas extremas entre 1778 e 1958.

¹⁶ Original e treslados.

¹⁷ Não sabemos se se trata de registos ou copiadores.

¹⁸ Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a Misericórdia era depositária da documentação desta instituição, produzida maioritariamente pelo extinto concelho de Treixedo.

se em suportes metálicos, numa pequena sala com 10 m. de área e, a restante, amontoada.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SANTO ANTÓNIO DE SÃO PEDRO DO SUL**

Datas extremas: 1844-1950.

Dimensão: 41 liv. e 1 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde. Entre as séries deste fundo, destacam-se estatutos (1875); actas das sessões da Mesa (1876-1950); relações de eleitores (1844-1892); termos de admissão de irmãos (1876); correspondência expedida¹⁹ (1932-1944) e, no domínio das actividades de gestão hospitalar, documentação relativa à fundação do hospital (1882-1934), a esmolas e oferendas (1899-1944) e registo de óbitos (1916-1919). *Organização:* Parte da documentação necessita de um tratamento arquivístico aprofundado.

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação complementar no fundo da Irmandade de Santo António de S. Pedro do Sul.

**F: IRMANDADE DE SANTO ANTÓNIO
DE SÃO PEDRO DO SUL**

Datas extremas: 1801-1878.

Dimensão: 3 liv. e 4 pt.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SERNANCELHE**

R. do Penedro, 3640 Sernancelhe.

Tel.: 254595288. Fax: 254595288.

Responsável hierárquico: Provedor.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SERNANCELHE**

História arquivística: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, toda a documentação com interes-

se histórico anterior a 1954 tinha desaparecido, o que confirmámos em 2001.

Âmbito e conteúdo: Da documentação institucional com interesse histórico, a Santa Casa apenas possui o seu compromisso de 1954²⁰.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE TAROUCA**

R. de S. Miguel, 3610 Tarouca.

Tel.: 254679410. Fax: 254679410.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação com interesse histórico encontrava-se num compartimento junto à capela, “em péssimas condições de instalação” e, uma parte dela, constituída por livros, provinda de uma garagem, em dependências junto da secretaria.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA

Datas extremas: 1695-1950.

Dimensão: 21 liv. e 12 pt.

História arquivística: A documentação terá, ao longo do tempo, circulado por diferentes espaços de instalação, tendo muita dela sofrido deterioração ou sido retirada por particulares, após a desactivação da instituição no período que se seguiu à Revolução de Abril de 1974.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas às actividades dos órgãos governativos da Misericórdia, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social. Entre as séries deste fundo, destacam-se acórdãos da Mesa (1722-1845); documentação sobre eleições de mesários (1742-1830); correspondência expedida²¹ (1902-1915); inventários de bens (1887-1932) e registo dos indivíduos auxiliados pela Mesa (1888-1920).

Características físicas: Parte da documentação encontra-se em mau estado de conservação.

¹⁹ Não sabemos se se trata de registos ou copiadore.

²⁰ Além desta escassez do acervo, que pressupõe claramente o desaparecimento de documentação com interesse histórico, constata-se ainda que não existe nesta Santa Casa documentação do arquivo da Misericórdia de Tabosa, aqui integrada por despacho da Secretaria de Estado da Segurança Social, de 14 de Fevereiro de 1974.

²¹ Não sabemos se se trata de registos ou copiadore.

**F: COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
DE TAROUCA**

Datas extremas: 1948-1950.

Dimensão: 1 liv.²².

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE TONDELA**

Av. Visconde de Tondela, 3460 Tondela.

Tel.: 232822186. Fax: 232822186.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se num gabinete do Centro de Dia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TONDELA

Datas extremas: 1949-1952.

Dimensão: 3 liv.

Âmbito e conteúdo: Fundo constituído por um reduzido número de séries, nas quais se destacam as actas (1952) e tombos de propriedades (1949).

Unidades de descrição relacionadas: Existe documentação complementar no fundo da Sociedade de Beneficência de Tondela.

F: SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA DE TONDELA²³

Datas extremas: 1898-1930.

Dimensão: 5 liv.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VISEU**

Largo Major Teles, 3500 Viseu.

Tel.: 232422100. Fax: 232425528.

Possui arquivo e biblioteca.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a documentação encontrava-se já numa sala própria, com 56 m² de área, na sede, devidamente acondicionada e colocada em estantes de madeira.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VISEU

Datas extremas: 1516-1950.

Dimensão: C. 30 m.l. (685 liv. e 2300 doc. avulsos).

História arquivística: O arquivo transitou do edifício do hospital da Misericórdia para o rés-do-chão dos edifícios anexos à igreja da Santa Casa, em 1969. Teve tratamento arquivístico no âmbito do “Projecto de inventariação dos arquivos das misericórdias”, promovido pela União das Misericórdias Portuguesas em colaboração com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e o Instituto Português do Património Cultural, na primeira metade da década de 1980.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. Segundo o “Recenseamento...”, a sua documentação pode ser classificada em secções relativas à constituição e regulamentação da Misericórdia, às actividades dos órgãos governativos, à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, e ainda às actividades da Santa Casa no âmbito da assistência social e no domínio da saúde, exercidas, respectivamente, através do Asilo Anjo da Caridade e do hospital e botica. Entre as séries deste fundo, destacam-se compromissos e estatutos (1516); actas e deliberações da Mesa (1840-1914); registo de eleições e irmãos (1830-1950); registo de irmãos (1884-1908); copiadores de ofícios e correspondência (1859-1935); notas do lançamento da correspondência recebida (1887-1911); registo de processos judiciais (1705-1950); tombos e registos de propriedades (1712-1950); registo de instituição de capelas (1693-1948); registo de legados pios (1707-1934); registo de nomes, ofertas e encargos dos benfeitores (1889-1950); registo de óbitos de irmãos e de missas de sufrágio (1811-1921); registo de amas de leite pagas pela Santa Casa e filhos de mães pobres (1837-1879); registo de subsídios de lactação (1913-1928); registo de esmolas a irmãos e viúvas da Misericórdia e registo de eleições de órfãs dotadas (1758-1862). No domínio das actividades de gestão hospitalar e farmacêutica da Misericórdia, destacam-se ainda as seguintes séries documentais: regulamentos (1911); correspondência (1883-1897); inventários do hospital e botica (1844-1916); documentação relativa a legados ao hospital (s.d.); registo da admissão de militares doentes (1833-1848); registo de doentes (1851-1860); registo do movimento diário de doentes (1911-1950); registo do receituário (1931-1948) e registo de medicamentos manipulados na farmácia para venda ao público (1915-1932). Do fundo consta ainda um registo das ofertas ao Senhor Jesus da Santa Casa (1876-1880).

²² Trata-se de 1 liv. de receita da Comissão, inserido no fundo da Misericórdia.

²³ Trata-se da instituição antecessora da Misericórdia.

Organização: A documentação encontra-se organizada, na sequência do trabalho realizado pela equipa do Projecto de inventariação enunciado.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Inventário e ficheiro, realizados no contexto do referido Projecto.

Bibliografia: ALMEIDA, Ricardo Cardoso Correia de – *Santa Casa da Misericórdia de Viseu: subsídios para a sua história*. Viseu: Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 1985; ALVES, Alexandre – *Igreja da Misericórdia de Viseu*. Viseu: Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 1988.

**ED: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE VOUZELA**

Vouzela, 3670 Vouzela.

Tel.: 232740400. Fax: 232740406.

Responsável hierárquico: Provedor.

Condições de instalação: Na época em que foi realizado o “Recenseamento...”, a Misericórdia, apesar de fundada em 1649, apenas possuía dois documentos com interesse histórico guardados em cofre²⁴.

²⁴ Trata-se de dois breves apostólicos atribuídos à Confraria dos Santos Passos (1636) e à Confraria das Almas (1641).

Suplemento – Arquipélagos dos Açores e da Madeira ¹

ED: ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA

Palácio de S. Pedro, Rua da Mouraria, 33,
9004-564 Funchal.

Tel.: 291220961. Fax: 291234272.

E-mail: arm@arquivo-madeira.org.

Site: <http://www.arquivo-madeira.org>.

Responsável: Director do Arquivo Regional da Madeira.

Acesso: O Arquivo Regional da Madeira (ARM) possui Serviço de leitura, a funcionar de segunda a sexta-feira, das 10h às 12h30 e das 14h às 18h30m. Possui ainda serviço de certidões até às 19h de cada dia.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA ²

Datas extremas: 1535-1885.

Dimensão: 0,75 m.l. (34 liv.)³.

Procedência: O acervo foi doado em 30 de Julho de 1960 pelo provedor da Misericórdia, Comendador Joaquim Sequeira Cabrita.

Âmbito e conteúdo: Fundo em que se destacam compromissos e provisões régias⁴ (s.d.); correspondência oficial recebida (1863-1900); correspondência oficial expedida (1864-1911); correspondência inglesa (1846-1850); correspondência a particulares (1900-1909); tombos (1535-1844)⁵; inventários⁶ (1642-1755); testamentos e documentos relativos a vendas e foros (1561-1581).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Para além do inventário manuscrito, de c. 1964, existe o trabalho de COSTA, José Pereira da; COSTA, Maria Clara Pereira da – Arquivo da Misericórdia da Calheta. *Arquivo Histórico da Madeira*. 13 (1962-1963) 215-271, 14 (1964-1966) 9-84.

Unidades de descrição relacionadas: Fundo da Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal.

Bibliografia: COMISSÃO PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS – *500 anos das misericórdias portuguesas: solidariedade de geração em geração*. Lisboa: Comissão para as comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNCHAL

Datas extremas: 1477-1922⁷.

Dimensão: 761 liv.⁸.

Procedência: A documentação deu entrada no Arquivo Regional em Outubro de 1931 e Julho de 1964.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia, podendo destacar-se as seguintes séries: registo de alvarás (1499-1582); acórdãos da Mesa (1676-1860); acórdãos da Junta (1635-1863); livros da Confraria (1571-1574); registo de eleições (1614-1833); registo de irmãos e eleições (1566-1613); termos de posse de irmãos (1760-1683); editais e anúncios (1887-1915); registo de ofícios e portarias (1843-1857); registo de ofícios recebidos (1864-1900); correspondência oficial recebida (1863-1900); registo de correspondência oficial expedida (1864-1911); copiadores de cartas (1741-1822); correspondência a particulares (1900-1909); correspondência inglesa (1846-1850); sentença cível (1749); tombos (1571-1863); testamentos e doações (séc. XVI-1822); documentação sobre heranças (1718-1772); documentação sobre doações (1737-1793); documentos referentes aos bens da Santa Casa (séc. XVI-XVIII); inventários de bens (1659-1811; s.d.⁹); registo de requerimentos e despachos (1834-1910);

¹ Principais fontes de informação: Para elaborar esta descrição utilizámos o site do Arquivo Regional da Madeira (ARM) na Internet, a obra de FERREIRA, Maria Fátima Araújo de Barros [et al.] – *Guia do Arquivo Regional da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direcção Geral dos Assuntos Culturais, Arquivo Regional da Madeira (SRTC-DRAC-ARM), 1997, bem como os inventários do mesmo arquivo, de 1964, gentilmente enviados pela sua directora, Dr.ª Maria de Fátima Ferreira, em resposta ao pedido de colaboração do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Para o caso dos arquivos públicos dos Açores foram utilizadas sobretudo informações do guia da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo e instrumentos de descrição gentilmente fornecidos pela Biblioteca Pública e Arquivo da Horta. Foram também usadas informações complementares enviadas por correio electrónico e prestadas por telefone pela Dr.ª Sofia Santos (ARM), Sr.ª Raquel Sousa (BPAAH), Dr. Valente de Araújo (BPAH) e Dr. Pedro Medeiros (arquivista – BAD – Açores).

² O inventário inclui 1 liv. da Confraria de N.ª Sr.ª da Ajuda da Serra d'Água (1751-1769).

³ Na obra de MORA, Luís Miguel Garcia – *Fuentes manuscritas para la Historia de Portugal: guía de instrumentos de investigación*. [Madrid:] Fundación Histórica Tavera, 1998, p. 174, refere-se que existem ainda 285 documentos deste fundo.

⁴ Inclui ainda documentação sobre foros e dinheiro emprestado a juros.

⁵ Inclui despesas feitas pelos provedores e referências a obras e alfaias e ainda escrituras de doação e contratos.

⁶ Inclui referências a foros.

⁷ O inventário de 1964 apresenta como datas extremas 1499-1915.

⁸ Existem ainda documentos avulsos, os quais estão actualmente a ser tratados.

⁹ Inclui termos de fiança.

livros da cadeia (séc. XVII); documentação relativa a capelas (1680-1835); registo das obrigações de missas e sufrágios (1571-1662); tabuadas de encargos pios (séc. XVII); documentação sobre expostos (1855-1857); registos de órfãos (sécs. XVI-XX); livros do rol dos pobres (1712-1724); documentação relativa à entrada de doentes (homens, mulheres e militares) no hospital (1809-1811)¹⁰ e documentação referente à entrada dos doentes pobres (1877-1881). No fundo foi ainda incluído um livro do depósito da arca da Provedoria dos Resíduos e Capelas (1800-1842).

Organização: Classificação funcional e ordenação cronológica.

Instrumentos de descrição e pesquisa: *Inventário do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Funchal*. [Funchal:] Arquivo Distrital do Funchal – Direcção Regional dos Assuntos Culturais – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1964¹¹ [dactilografado]. Actualmente, está em elaboração um novo inventário do fundo. Existem ainda diversos índices antigos e um inventário dos “livros, tomos e mais papéis” do arquivo da Santa Casa (1688).

Unidades de descrição relacionadas: Fundo da Câmara Municipal do Funchal, Escola-Médico-Cirúrgica do Funchal e Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal. **Bibliografia:** JARDIM, Maria Dina dos Ramos – *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal: século XVIII: subsídios para a sua história*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996; NASCIMENTO, Cabral do – Catálogo dos mss. oferecidos pela Santa Casa. *Arquivo Histórico da Madeira*. 2 (1932) 83-94.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO MACHICO

Datas extremas: 1543-1560.

Dimensão: 0,07 m.l. (1 liv.).

História arquivística: É provável que a antiga documentação do cartório da Santa Casa tenha desaparecido durante o aluvião de 1803.

Procedência: A documentação deu entrada no Arquivo Regional em 1 de Março de 1943, juntamente com o fundo da Câmara Municipal de Machico.

Âmbito e conteúdo: No ARM, este fundo conta apenas com um tombo que inclui registos de eleições, esmolas e defuntos, róis de irmãos e juramentos, contas tomadas

aos provedores, receita e despesa da caixa, inventários de bens e um auto da paixão representado na Misericórdia, em 1551.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO SANTO

Datas extremas: [séc. XIX].

Dimensão: 0,15 m.l. (1 liv.).

História arquivística: Uma parte da documentação da Misericórdia de Porto Santo terá desaparecido durante ataques corsários à ilha.

Âmbito e conteúdo: O fundo existente no Arquivo Regional da Madeira apenas possui uma cópia do compromisso da Misericórdia¹².

Bibliografia: PEREIRA, Pe. Eduardo C. Nunes. – Misericórdia do Porto Santo. *Arquivo Histórico da Madeira: Boletim do Arquivo Distrital do Funchal*. 14 (1964-1966) 240-256.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTA CRUZ

Datas extremas: 1620-1817.

Dimensão: 0,01 m.l. (2 liv.).

Procedência: A documentação deu entrada no Arquivo em Janeiro de 1960, entregue por um representante da Santa Casa.

Âmbito e conteúdo: O fundo existente no ARM apenas inclui tombos¹³ (1620-1817).

ED: BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DE ANGRA DO HEROÍSMO

Palácio Bettencourt, Rua da Rosa, 49, 9700-171 Angra do Heroísmo (Terceira).

Tel.: 295 212690. Fax: 295212821.

E-Mail: info@mail.bpaah.raa.pt; bpaah@mail.telepac.pt

Responsável: Director da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (BPAAH).

Acesso: A BPAAH possui serviço de leitura, a funcionar de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h55 e ao sábado das 9h30 às 11h55. Nos meses de Julho, Agosto e Setembro está aberto, durante a semana, das 9h às 16h55.

¹⁰ Existe ainda uma série de registo de entrada e saída de doentes e contas da gaveta (1738-1898).

¹¹ A primeira parte do inventário é de 1957.

¹² Em 1966, o arquivo da Misericórdia, guardado na igreja paroquial de N.ª Sr.ª da Piedade do Porto Santo, possuía alguns inventários de bens (sécs. XVIII-XIX), entre os quais uma relação de livros e papéis da Casa (1859).

¹³ Estes tombos registam escrituras, testamentos, sentenças e títulos de irmãos.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ANGRA DO HEROÍSMO**

Datas extremas: 1556-1913 ¹⁴.

Dimensão: 11 liv. e c. de 50 mç.

Âmbito e conteúdo: O fundo inclui actas das sessões da Mesa, tombo de propriedades, registo de irmãos e inventários de bens. A maior parte da documentação emaçada do fundo é composta de testamentos, legados, bem como escrituras relativas às propriedades da Misericórdia e às suas rendas e foros.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Para além do guia do arquivo, publicado em 1999 ¹⁵, existe o inventário realizado apenas para os livros – BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DE ANGRA DO HEROÍSMO – Misericórdia de Angra do Heroísmo. *Inventário provisório.* [Angra do Heroísmo: BPAAH], s.d. (dactilografado) ¹⁶ e ainda fichas manuscritas.

Bibliografia: SÁ, Isabel de Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português. 1500-1800.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 115-145 e 278.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DA PRAIA (GRACIOSA)**

Datas extremas: 1785-1869.

Dimensão: 0,02 m.l. (1 cp.) ¹⁷.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE PRAIA DA VITÓRIA (TERCEIRA)**

Datas extremas: [1558-1863] ¹⁸.

Dimensão: 0,83 m.l. (27 liv. ¹⁹).

Âmbito e conteúdo: O fundo inclui tombo de propriedades, registo de testamentos e documentos referente a legados e contratos, para além de documentação de âmbito contabilístico da Santa Casa e do hospital.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Para além do guia do arquivo, publicado em 1999, existe o inventário parcial do fundo – BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DE ANGRA DO HEROÍSMO – *Inventário do fundo da*

Misericórdia da Vila Nova (Praia da Vitória). Angra do Heroísmo. [Angra do Heroísmo: BPAAH], s.d. (dactilografado) e descrições informatizadas, acessíveis através do programa informático *Arqbase*.

Bibliografia: SÁ, Isabel de Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português. 1500-1800.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 115-145.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE SÃO SEBASTIÃO**

Datas extremas: 1592-1919.

Dimensão: 0,50 m.l. (11 mç. com 38 liv. e 545 doc.).

Âmbito e conteúdo: O fundo inclui alvarás de privilégios; acórdãos das sessões da Mesa; correspondência, tombo de propriedades; testamentos e documentação referente a legados, registo de irmãos, documentação de âmbito contabilístico, etc.

Instrumentos de descrição e pesquisa: Para além de uma antiga relação de livros e documentos e do guia do arquivo, publicado em 1999, existe BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DE ANGRA DO HEROÍSMO – Misericórdia da vila de S. Sebastião. *Inventário provisório.* [Angra do Heroísmo: BPAAH], s.d. (dactilografado) ²⁰.

Bibliografia: SÁ, Isabel de Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português. 1500-1800.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 115-145.

**F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DA VILA NOVA**

Datas extremas: 1741-1828.

Dimensão: 0,07 m.l. (2 liv. e 1 doc.).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Para além do guia do arquivo, publicado em 1999, existe um inventário informatizado, acessível através do programa informático *Arqbase*.

¹⁴ Corresponde apenas à documentação descrita.

¹⁵ Referimo-nos a BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DE ANGRA DO HEROÍSMO – *Guia da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo.* Angra do Heroísmo: BPAAH, 1999.

¹⁶ Esta informação foi recolhida da obra de Luís Miguel Garcia Mora, *Fuentes manuscritas...*, p. 161. É provável que exista ainda uma relação informatizada da documentação referente ao fundo, naquele arquivo.

¹⁷ Fundo por inventariar.

¹⁸ Corresponde apenas à documentação descrita.

¹⁹ Existe ainda documentação emaçada por descrever.

²⁰ Esta informação foi recolhida da obra de Luís Miguel Garcia Mora – *Fuentes manuscritas...*, p. 162. É provável que exista ainda uma relação informatizada da documentação referente ao fundo, naquele arquivo.

²¹ Fundo por inventariar.

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DA VILA DAS VELAS

Dimensão: 0,032 m.l. (3 liv.)²¹.

**ED: BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO
DA HORTA**

R. Pedro IV, 25-1, 9900 Horta.

Tel.: 292 208190 e 292 293341. Fax: 292 293341.

Responsável: Director da Biblioteca Pública e Arquivo da Horta (BPAH).

F: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA HORTA

Datas extremas: 1507-1953.

Dimensão: 342 liv. e diversas cx.s.

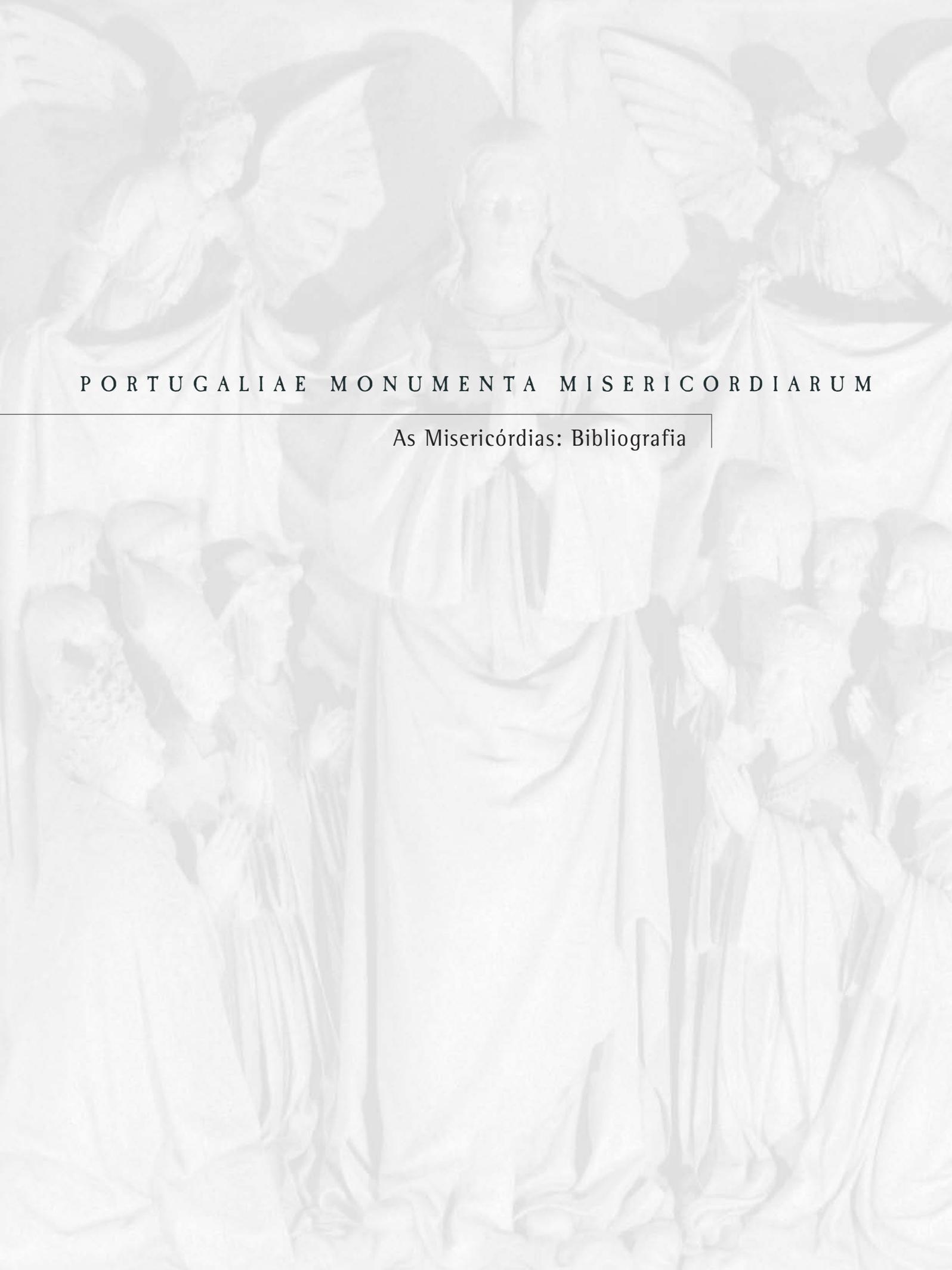
Procedência: A documentação foi doada c. 1980.

Âmbito e conteúdo: O fundo testemunha a estrutura orgânica, as funções e as actividades da Misericórdia. A sua documentação foi classificada em secções²² referentes à estrutura orgânica da Santa Casa: Provedoria (1855-1904), Mesa Administrativa (1707-1924), tesouraria (1773-1958), hospital (1817-1928), botica / farmácia (1790-1941) e Lar de S. Francisco de Ponta Delgada (1843-1944), existindo ainda uma secção intitulada “Diversos”, onde se encontra alguma da documentação mais antiga da instituição. Entre as séries deste fundo destacam-se registo de irmãos, estatutos e regulamentos (1730-1882); estatutos e compromissos (séc. XX); pla-

nos de reforma – Mesa (1850); acórdãos e actas da Mesa (1707-1941); ordens de serviço (1837-1945); autos de posse (1903-1932); correspondência – Mesa (1854-1871); correspondência recebida do Governo Civil (1818-1900); correspondência recebida do Governo Civil, Central e Câmara (1901-1953); sentenças judiciais (1632-1823); diversas séries referentes a legados (sécs. XVII-XIX); testamentos (1570-1948); documentação relativa à construção do hospital e do asilo de mendicidade e à criação dum fundo para o manicómio (1900-1914); tombos de propriedades (1552-1854); inventários da mordomia fiscal (1916-1926); documentação referente a subsídios governamentais (1899-1902); cortejos de oferendas (1950-1952); actas do Lar de S. Francisco (1843); registo de entrada de pobres do Lar (1843-1856) e registo de enterros no cemitério da Misericórdia (1846-1867). No que diz respeito à documentação referente às actividades de gestão hospitalar destacam-se actas (1854-1937); inventários do hospital, do asilo de mendicidade e outros (1674-1900); inventários de enfermarias (1916-1928); documentação relativa à entrada de doentes (1834-1854); registo do movimento de doentes (1906-1950) e registo de óbitos (1926-1931). A documentação mais antiga inclui escrituras de propriedade e outras (1507-1899).

Instrumentos de descrição e pesquisa: Para além de BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DA HORTA – *Guia da Santa Casa da Misericórdia da Horta (provisório)*. [Horta: BPAH], s.d. (dactilografado) existe o inventário

²² No instrumento de descrição provisório que foi amavelmente cedido pela Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, em resposta ao pedido de colaboração com o projecto “Portugaliae Monumenta Misericordiarum”, é referido como fundo o que em termos arquivísticos é considerado secção.



PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM

As Misericórdias: Bibliografia

As Misericórdias

Bibliografia

Esta bibliografia temática reúne as obras que se tem produzido neste campo de estudos.

De seguida, poderá o leitor encontrar uma descrição dos procedimentos utilizados para a sua elaboração, bem como algumas indicações sobre o modo de consulta.

I. Estrutura

Seguindo os critérios definidos pela Comissão Científica do projecto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, as referências bibliográficas estão numeradas sequencialmente de 1 a 1408, sendo classificadas como Fontes Impressas (quando se trata de publicações produzidas por misericórdias ou por outra entidade que a elas se refira) e como Estudos (sempre que contenham uma componente de estudo/investigação histórica).

A pesquisa de referências bibliográficas pode ser feita através de vários auxiliares:

- *Índice temático* que permite o acesso por assuntos dentro de cada uma das quatro secções do *Plano temático* (este *Plano temático*, elaborado pela Comissão Científica, foi a base da indexação das referências - cada referência foi indexada com um mínimo de quatro descritores e um máximo de 12);
- *Índice dos descritores* que elenca alfabeticamente todos os assuntos e os remete para o local do *Índice temático* onde são incluídos;
- *Índice toponímico* que possibilita o acesso às referências através de uma localidade ou região/país;
- *Índice onomástico* que permite o acesso a personalidades relacionadas com a respectiva referência;
- *Índice de autores* que indica a localização das referências bibliográficas de cada autor. No *Índice de autores* foram feitos remissivos (ver também) sempre que existe relação directa com outra entrada, por exemplo, Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Coimbra), ver também Santa Casa da Misericórdia, (Coimbra).

2. Cronologia e âmbito geográfico

Em termos cronológicos, a bibliografia apresenta referências cuja publicação ocorreu entre o século XVI e o ano de 2001, em todo o território português. No que se refere aos territórios que foram colónias portuguesas, recolheram-se referências respeitantes a Angola, Brasil, Índia, Macau, S. Tomé e Príncipe, e à cidade de Nagasáqui (Japão); e relacionamentos ocorridos com outros países, no âmbito da assistência internacional e/ou acção directa das Misericórdias Portuguesas e dos seus irmãos ou benfeitores, nomeadamente, Argentina, Espanha, Estados Unidos da América, França e Itália.

3. Metodologia

As referências foram seleccionadas a partir das dissertações de mestrado ou doutoramento apresentadas nos últimos dez anos, que tinham como objecto central o estudo das «Misericórdias» e da assistência do ponto de vista histórico. Seguiu-se uma pesquisa exaustiva efectuada através da PORBASE (Biblioteca Nacional). Para esse efeito seleccionaram-se todas as obras que, na classificação por assuntos, ou no título, tinham, pelo menos, um dos seguintes termos: Albergaria, Arquivos das Misericórdias, Assistência, Associações de Socorros Mútuos, Benemérito, Beneméritos, Bodos, Botica, Caridade, Cemitérios, Colónia Balnear, Confraria, Cortejos de Oferendas, Cozinhas Económicas, Creches, Definidor, Definidores, Doentes, Elogios Fúnebres, Esmola, Esmolas, Estabelecimentos de Ensino, Estatutos, Exposto, Expostos, Gafaria, Gafarias, Hospitais, Irmandade, Irmandades, Insígnias, Lares de Idosos, Legados Pios, Leonor, Lotaria, Lotarias, Manicómios, Mesários, Misericórdia, Misericórdias, Montepio, Orfanato, Órfãos, Peregrinos, Pobres, Pobreza, Presos, Prisão, Prisões, Provedor, Provedores, Recolhimentos, Reforma Social, Regulamentos, Roda dos Expostos, Sege, Semana Santa, Tumba.

No que se refere às publicações periódicas, nomeadamente, as revistas, foi feita uma pesquisa sistemática de um conjunto considerado pertinente (veja-se respectivo elenco em anexo) e estabeleceu-se o ano de 1950 como ponto de partida cronológico para essa consulta. No caso de publicações posteriores a esta data, consideraram-se a partir do primeiro número publicado. Constitui uma excepção o *Boletim da Assistência Social*, que foi examinado a partir de 1943.

4. Normas

Na execução desta bibliografia seguiu-se a Norma Portuguesa 405 para referências bibliográficas de documentos impressos. O encabeçamento das referências bibliográficas para as monografias foi organizado segundo a ordem alfabética de autor e/ou título, nos títulos respeitou-se a grafia extraída dos catálogos consultados, seguido do número de edição, local de edição, editor e data de publicação; quanto aos analíticos, foram encabeçados pelo autor, título do artigo e referência da publicação de onde foi retirada a respectiva referência bibliográfica. Em relação às datas de publicação incertas utilizou-se (?) ou os últimos algarismos substituídos por (-).

O presente instrumento de trabalho, devido à sua natureza e metodologia de recolha, apresentará algumas lacunas, nomeadamente no que se refere às espécies bibliográficas não incorporadas nos fundos bibliográficos consultados, que se prevê possam ser contempladas numa outra fase do projecto, a apresentar no último volume desta colecção, que incluirá igualmente uma actualização da bibliografia entretanto surgida.

Jacinto Salvador Guerreiro

Lista das publicações periódicas examinadas

Anais do Município de Faro
Análise Social
Beira Alta
Biblos
Boletim da Assistência Social
Bracara Augusta
Brigantia
Brotéria
Cadernos do Noroeste
A Cidade de Évora
A Cidade [Portalegre]
Clio
Eborensia
O Estudo da História
História
Igreja Eborensis
Ler História
Lusitania Sacra
Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe Letras
Oceanos
Penélope
Revista de Ciências Históricas [Porto]
Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Revista da Faculdade de Letras [Lisboa]
Revista da Faculdade de Letras [Porto]
Revista de Guimarães
Revista de História [Lisboa]
Revista de História das Ideias
Revista Portuguesa de História
Revista da Universidade de Coimbra

Abreviaturas

- a. – ano
- apresent. – apresentação
- aument. – aumentada
- Bol. – Boletim
- colab. – colaboração
- coment. – comentário
- compil. – compilação
- coord. – coordenação
- corrig. – corrigido(a)
- dout. – doutoramento
- ed. – edição, editor
- elab. – elaboração
- Fac. – Faculdade
- fasc. – fascículo
- fot. – fotografia
- Fund. – Fundação
- Hist. – História
- Imp. – impressão(or)
- Introd. – Introdução
- Livr. – Livraria
- mestr. – mestrado
- nº – número
- Offic – Oficina
- p. – página
- Pref. – Prefácio
- reed. – reedição
- Rev. – Revista
- s.d. – sem data
- s.l. – sem local
- s.n. – sem nome
- Sel. – Seleção
- Sep. – Separata
- Soc. – Sociedade
- t. – tomo
- Tip./Typ. – Tipografia
- Trad. – Tradução
- Univ. – Universidade
- v. – ver
- vol. – volume

I – FONTES IMPRESSAS

- [1] 1516 *O Primitivo Compromisso e regimento dos oficiais da Santa Confraria da Misericórdia*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1943, n.ºs 4-5, p. 155-167
- [2] ABRANCHES, Pais – *Solenisação do 1.º decénio da promulgação da lei de 25 de Maio de 1911 reorganizadora dos serviços da Assistência Pública*. Lisboa: [s.n.], 1921
- [3] *Acordo de cooperação entre a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã e a Assistência Nacional aos Tuberculosos*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1943, n.ºs 4-5, p. 215-217
- [4] *Adição ao Regimento de Educação das Meninas do Recolhimento da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa de Trovão e Companhia, 1826
- [5] AGUIAR, António Augusto Correia de – *Relatório da sindicância à repartição das loterias e legados pios da Santa Casa da Misericórdia de Nova Goa*. Nova Goa: Imp. Nacional, 1918
- [6] AGUIAR, Vicente de – *Sermam do Apóstolo S. André: que na S. Caza da Misericórdia desta cidade de Lisboa*. Lisboa: António Craesbeeck de Mello, 1762
- [7] AGUIAR, Vicente de – *Triumpho da subida de Maria Santíssima ao ceo: em o dia de sua gloriosa Assumpçam: prégado na Santa Caza da Misericórdia*. [Lisboa]: Officina de António Craesbeeck de Mello, 1671
- [8] ALMEIDA, Cristóvão de – *Oração fúnebre nas exéquias que mandou fazer na Santa Casa da Misericórdia desta Cidade de Lisboa o muito Alto: & muito Poderoso Re D. Affonso VI...* Coimbra: Officina de Rodrigo de Carvalho Coutinho, 1665
- [9] ALMEIDA, Cristóvão de – *Oração fúnebre, nas exéquias da Senhora D. Ignacia da Sylva. Que se fizerão no Convento de S. Bento de Xabregas, no anno de 1667...* Lisboa: Officina de Joam da Costa [?], 1668 [?]
- [10] ALMEIDA, Luiz A. A. Moraes e – *Relatório da Administração da Sancta Casa da Misericórdia de Coimbra no anno administrativo de 1876 a 1877*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1878
- [11] ALMEIDA, Luiz da Costa e – *Relatório da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 24 de Julho de 1873 a 13 de Julho de 1874*. Coimbra: Typ. de A. D. Areosa, 1875
- [12] *O amante da humanidade; ou Memórias sobre a extinção da mendicidade em Portugal; a que se annexão Algumas reflexões sobre as ordens religiosas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821
- [13] *Análise e refutação ao agravo que tem por título análise da sentença dada no juízo de 1.ª instância de Santarém entre partes José da Silva Rato e o Hospital de Santo Cristo da mesma vila...* Lisboa: Imp. Nacional, 1860
- [14] *Aniversário do Hospital de Todos-os-Santos*. [S.l.: s.n., D.L. 1981]. Sep. Bol. Clínico dos Hospitais Cívicos de Lisboa, 39
- [15] ANTÓNIO DE HOLANDA – *O livro de Horas da Rainha Dona Leonor*. Compil. Reinaldo dos Santos. Lisboa: [s.n.], 1959
- [16] *Ao provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, doutor José Guilherme de Melo e Castro*. Lisboa: Casa do Pessoal da Santa Casa da Misericórdia, 1963
- [17] APRESENTAÇÃO, Luís da – *Excellencias da misericórdia: e fructos da esmolla: I. parte*. [Lisboa]: Gerardo da Vinha, 1625
- [18] ARAGÃO, Fernando Ximenes de – *Incendium animae sive abbreviatum verbum misericordiarum Dei*. Olysippone: apud Petrum Craesbeeck, 1630
- [19] ARAÚJO, Manuel Carneiro de; BERNARDES, Manuel dos Reis – *Sermam da cinza no Templo da Misericórdia da cidade do Porto: dado a estampa e dedicado a soberana emperatriz dos amigos: may de Deos e senhora da senhora da Misericórdia*. Lisboa: Of. Ferreyriana, 1729

- [20] ASCENSÃO, Luís da – *Sermão na sexta feyra de Lazaro em a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra: pregou-o o P. M. Dom Luís da Ascensam...* Coimbra: Oficina de Joseph Ferreyra, 1672
- [21] ASSISTÊNCIA À MENDICIDADE EM BRAGA – *Estatutos da Assistência à Mendicidade em Braga*. Braga: A.M., [192-]
- [22] ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS ARTÍSTICA VIMARANENSE; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Guimarães) – *Regulamento dos contratos outorgados entre esta Associação e as Mesas da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães...* Guimarães: A.S.M.A.V., 1945
- [23] *Auto de D's Padre e justiça e mia: obra nouamente feita em a qual se representa a Misericórdia e a Justiça perante Deos Padre...* [S.l.: s.n., 15--]
- [24] AVELAR, João de Magalhães e – *Relação breve, e compendiosa do melhoramento, e adiantamento feito no Hospital Real de S. António da cidade do Porto: com huma succinta descrição da solemne benção do novo cemitério do mesmo hospital*. Porto: [s.n.], 1824
- [25] AZEVEDO, Joaquim Peito de Carvalho da Mota e – *Processo de syndicancia que por ordem do Excellentissimo Governador Civil Visconde de Quedes foi instaurado na secretaria da Mizericórdia d'Evora*. Évora: Typ. do Governo Civil, 1871
- [26] BARBOSA, António Maria – *Memória sobre as principaes causas da mortalidade do Hospital de S. José e meios de as attenuar*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa de Francisco Xavier de Sousa, 1856
- [27] BARBOSA, Joaquim António Teixeira – *Questão judicial movida por Joaquim António Teixeira Barbosa e sua mulher contra as misericórdias de Coimbra e Estremoz sobre a substituição testamentária que a favor... Amaro Coutinho Pereira*. Coimbra: Imp. da Universidade, 1855
- [28] BARBOSA, Luís Soares – *Projecto sôbre o estabelecimento de um hospício para a criação dos expostos em cada cabeça de comarca*. Jornal de Coimbra. – [Coimbra: s.n.], 1817. nº 50, parte I
- [29] BARRICO, Joaquim Simões – *Notícia histórica da venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da cidade de Coimbra e do seu hospital e asylo*. Coimbra: Typ. de J. J. Reis Leitão, 1895
- [30] BARROS, Afonso Ernesto de – *Relatório dos actos das Mesas da Santa Casa da Misericórdia da Figueira da Foz nos annos económicos de 1882...1890*. Coimbra: Tip. M. C. da Silva, 1890
- [31] BARROS, José Joaquim Soares de – *Memória sobre os hospitais do reino*. In: Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e das indústria em Portugal, e suas conquistas: 1789-1815. – Lisboa: Banco de Portugal, 1991. tomo 4
- [32] BETTENCOURT, Lindolfo – *Manual das confrarias, irmandades e mais corporações de piedade e beneficência: con-*
tendo a legislação respectiva e os modelos dos livros, orçamentos, estatutos, diplomas, etc.. Porto: Sousa Brito, 1894
- [33] BLUTEAU, Rafael – *Oraçam fúnebre nas exéquias reaes da... Rainha de Portugal D. Maria Francisca Isabel de Saboya: celebradas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: aos 27 de Janeiro de 1684*. Lisboa: na offic. de Miguel Deslandes, 1684
- [34] BLUTEAU, Rafael – *Oraçam fúnebre que disse o R. P. D. Rafael Bluteau... no seu Convento em o 1. dia de Outro... de 1670. nas exéquias do... Barão de Bateville... offerecida ao... Marquez de Marialva... por Pedro Lupina...* Em Lisboa: na officina de Joam da Costa, 1670
- [35] BRAGANÇA, António – *Uma fraude de 105 contos: a Misericórdia de Gaia e o caso Alberto Eduardo Ferreira*. [S.l.: s.n.], 1937
- [36] BRASIL. Tribunal da Relação da Corte – *Apelação n. 2535: apelante A Mesa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da cidade do Porto, Reino de Portugal: apelado o Visconde de Souto testamenteiro do finado Manoel José Ferreira Braga*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1879
- [37] *Breve relatório do estado em que foi encontrado o Hospital da Misericórdia de Portalegre*. Coimbra: Typ. de M. C. da Silva, 1877
- [38] BRITO, Francisco de – *Oraçam fúnebre*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1708
- [39] BRITO, Francisco de – *O rey sobre grande: e máximo: sem semelhante fúnebre oração que disse frey Francisco de Brito... nas exéquias annuaes, que a Casa da Santa Misericórdia desta Corte...* Lisboa: na Officina de Filipe de Sousa Villela, 1710
- [40] C., F. – *O regimento das Capelas e Hospitais*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado da Assistência Social. 1943, nºs 4-5, p. 189-194
- [41] CABEDO, Jorge de – *De Patronatibus Ecclesiarum Regiae Coronae Regni Lusitaniae*. Lisboa: [s.n.], 1603
- [42] CALÉM, António Alves, Júnior – *Actualização dos juros dos títulos do Estado, cuja aquisição obrigatória, foi determinada pelos poderes públicos*. In: Segundo Congresso das Misericórdias realizado no Porto de 19 a 22 de Maio de 1929. – Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1930. p. 79-85
- [43] CALÉM, António Alves, Júnior – *Misericórdia do Porto: paguem se em ouro, às Misericórdias, os juros dos títulos da dívida pública*. In: I Congresso das Misericórdias em Portugal. – Lisboa: Misericórdia de Elvas, 1924. p. 1-29
- [44] CALISTO, João Maria Baptista – *Algumas palavras sobre o estado actual das prisões em geral e sua reforma*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1860
- [45] CARVALHO, Adelino Vieira de Campos de – *Prophylaxia da peste, febre amarella e cholera-morbus...* Coimbra: Typ. França Amado, 1898

- [46] CARVALHO, João de – *Sermão do Mandato: prégou-o na Casa da Sancta Misericórdia da cidade de Coimbra*. Coimbra: Oficina de Manoel Rodrigues de Almeyda, 1680
- [47] CARVALHO, Tomás de – *Oração proferida pelo provedor da Misericórdia de Lisboa na... distribuição dos prémios às amas*. Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1891
- [48] CASTELO BRANCO, António de Azevedo – *Cadeias e manicómios: uma reforma necessária*. Lisboa: Imp. Minerva, 1891
- [49] CASTRO, Manuel de Oliveira Chaves e – *Relatório da Administração da Sancta Casa da Misericórdia de Coimbra desde 12 de Julho de 1867 a 22 de Julho de 1868*. Coimbra: Typ. de Santos & Silva, 1868
- [50] CASTRO, Vieira de – *Discurso sobre a caridade: recitado aos 26 de Janeiro de 1867...* Rio de Janeiro: [s.n.], 1867
- [51] CENÁCULO, Manuel do – *[Cartas, licença e apontamentos] [Manuscrito]*. , 1780-1808
- [52] COIMBRA, Eduardo de Bárcia – *As misericórdias perante a actual crise económica e financeira*. Lisboa: [s.n.], 1932
- [53] COLÉGIO DOS ÓRFÃOS DE SÃO CAETANO DE COIMBRA – *Regulamento interno do Collegio dos Orphãos de S. Caetano*. Coimbra: Imp. Universidade, 1908
- [54] COMISSÃO DA COLÓNIA BALNEAR INFANTIL DA MISERICÓRDIA DE ALMADA – *Colónia balnear infantil da Misericórdia de Almada*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1944, nºs 20-22, p. 368-371
- [55] *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*. Em Lisboa: Na Off. de Miguel Manescal, 1704
- [56] *Compromisso da Santa Misericórdia da cidade de Coimbra, e sua instituição, com um resumo da principal legislação que lhe diz respeito, e o regulamento da Real Casa dos Expostos por extenso*. Reimpresso por ordem da Mesa. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1830
- [57] *Compromisso do Hospital das Caldas dado pela Rainha D. Leonor, sua fundadora, em 18 de Março de 1512*. Acção Médica. – Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses, 1959. nºs 91-92, p. 227-264
- [58] *Compromisso do Hospital das Caldas pela Rainha D. Leonor*. [S.l.: s.n.], 1930
- [59] CONCEIÇÃO, Marcelino da – *Meios morais e materiais para o revigoração das Misericórdias em Portugal*. [Lisboa: s.n.], 1936
- [60] CONFERÊNCIA DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Relatório e contas*. Porto: C.N.S.M., [196-] -
- [61] CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS DE LISBOA, 4, Lisboa, 1959 – *IV Congresso das Misericórdias de Lisboa: actas*. Lisboa: [s.n.], 1959
- [62] CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS DE PORTUGAL, 1, Lisboa, 1924 – *Primeiro Congresso das Misericórdias de Portugal*. [S.l.: s.n.], 1924
- [63] CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS, 4, Braga, 1936 – *Regulamento geral do IV Congresso das Misericórdias a realizar em Braga nos dias 24, 25, 26 e 27 de Maio de 1936*. [S.l.: s.n.], 1936
- [64] CONGRESSO REGIONAL DAS MISERICÓRDIAS DOS AÇORES, 2, Angra do Heroísmo, 1987 – *Repensar as Misericórdias*. Org. Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Angra do Heroísmo: S.C.M., 1990
- [65] COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS DA MISERICÓRDIA DO PORTO DA SEGURANÇA SOCIAL E DA SAÚDE – *Relatório*. Porto: C.C.E.M.P.S.S., [198-] -
- [66] *Cortejo de oferendas para o Hospital da Misericórdia: relatório e contas*. [S.l.: s.n., 194-] -
- [67] *Cortejos de oferendas*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1945, nºs 25-26, p. 63-64
- [68] *Cortejos de oferendas*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1947, nºs 53-55, p. 203-214
- [69] *Cortejos de oferendas*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1947, nº 56-58, p. 269-288
- [70] *Cortejos de oferendas*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1950, nºs 92-94, p. 432-448
- [71] *Cortejos de oferendas*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Ministério da Saúde e da Assistência. 1965, nºs 157-158, p. 145-147
- [72] *Cortejos de oferendas*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1959, nºs 137-138, p. 643-653
- [73] *Cortejos de oferendas: Janeiro a Junho de 1951*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1951, nºs 95-100, p. 81-83
- [74] *Cortejos de oferendas: Julho a Dezembro de 1951*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1951, nºs 101-106, p. 155-162
- [75] *Cortejos de oferendas: realizados no país de Julho a Dezembro de 1961*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Ministério da Saúde e Assistência. 1960, nºs 145-146, p. 243-251
- [76] *Cortejos de oferendas: realizados no país: de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1962*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Ministério da Saúde e da Assistência. 1960, nºs 147-148, p. 273-275
- [77] *Cortejos de oferendas: realizados no país: de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1958*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1958, nºs 133-134, p. 603-612
- [78] *Cortejos de oferendas: realizados no país: de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1960*. Boletim da Assistência Social.

- Lisboa: Ministério da Saúde e da Assistência. 1960, nºs 141-142, p. 247-257
- [79] *Cortejos de oferendas: realizados no país: de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1963*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Ministério da Saúde e da Assistência. 1963, nºs 151-154, p. 241-245
- [80] *Cortejos de oferendas: realizados no país: de Janeiro a Dezembro de 1952: a favor das Misericórdias e Hospitais*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1952, nºs 107-110, p. 263-266
- [81] *Cortejos de oferendas: realizados no país: de Julho a Dezembro de 1955*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência. 1955, nºs 121-122, p. 587-597
- [82] *Cortejos de oferendas: realizados no país: de Julho a Dezembro de 1962*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Ministério da Saúde e da Assistência. 1962, nºs 149-150, p. 193-200
- [83] *Cortejos de oferendas: realizados no país: durante o ano de 1964*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Ministério da Saúde e da Assistência. 1964, nºs 155-156, p. 161-168
- [84] *Cortejos de oferendas: realizados no país: Julho a Dezembro de 1954*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1954, nºs 117-118, p. 555-567
- [85] *Cortejos de oferendas realizados no país: a favor das Misericórdias: durante o ano de 1946 até 31 de Março de 1947*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1947, nºs 47-49, p. 7-87
- [86] *Cortejos de oferendas realizados no país: nos últimos meses de 1947*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1948, nºs 62-64, p. 71-102
- [87] COSTA, António da – *Auroras da instrução pela iniciativa particular*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884
- [88] COUTINHO, M. da C. Pereira – *Questão entre a Ordem Terceira da Cidade de Coimbra e o Hospital de S. José e Misericórdia de Lisboa sobre encargos pios não cumpridos*. Coimbra: Imp. da Universidade, 1861
- [89] CRISTO, António – *A declaração de nulidade da eleição da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: alegações de recurso apresentadas no Supremo Tribunal Administrativo*. Porto: Tip. Porto Médico, 1955
- [90] CRISTÓVÃO DE LISBOA – *Sermam da terceira domingo do Advento que na ocasião em que el Rey Dom João o III. se jurou por Rey deste Reyno, prégou na Santa Casa da Misericórdia da cidade de Lisboa, Frey Christovão de Lisboa...* Em Lisboa: por António Alvarez, 1641
- [91] DIAS, Miguel António – *Nova informação da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia da villa de Torres Novas ao novo recurso*. Lisboa: Typ. José da Costa Nascimento Cruz, 1865
- [92] *Documentos históricos da cidade de Évora*. Lisboa: INCM, 1998
- [93] *Documentos relativos ao legado do bemfeitor António Francisco Guimarães para a fundação de uma casa de caridade ou misericórdia nas Caldas de Vizela*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia, 1889
- [94] ENCONTRO DAS MISERICÓRDIAS DO DISTRITO DE AVEIRO, I, Aveiro, 1991 – *I Encontro das Misericórdias do Distrito de Aveiro*. Org. do Secretariado Regional do Distrito de Aveiro da União das Misericórdias Portuguesas. Aveiro: Sec. Regional de Aveiro da União das Misericórdias Portuguesas, 1991
- [95] ESCOLA DE ENFERMAGEM DO HOSPITAL DE SÃO MARCOS – *Regulamento*. [S.l.: s.n.], 1946
- [96] ESCOLA MÉDICO-CIRÚRGICA DO PORTO – *Regulamento das enfermarias de clínica da eschola medico-cirurgica no Hospital Real de Santo António*. Porto: E.M.C., 1862
- [97] *Estatuto da Misericórdia de Vieira*. [S.l.: s.n.], 1933
- [98] *Estatutos da Irmandade da Misericórdia da Vila e freguezia de Gois*. Arganil: Tip. de A Comarca, 1913
- [99] FERREIRA, Silvestre Pinheiro – *Projecto de Associação para o melhoramento da sorte das classes industriosas*. Paris: Rey & Gravier, 1840
- [100] FIGUEIREDO, Pio Cordeiro de Oliveira – *Cópia do officio que a Santa Casa da Misericórdia mandou, em 17-8-960 à Câmara Municipal de Castro Daire*. Coimbra: [s.n.], 1960
- [101] *Foi inaugurado solenemente o novo hospital de Alcochete*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1951, nºs 95-100, p. 40-41
- [102] FONSECA, António Ferreira da – *Relatório do inquérito à Santa Casa da Misericórdia de Goa*. Nova Goa: Imp. Nacional, 1921
- [103] FRAZÃO, Amaral – *Manual das Misericórdias e das demais pessoas colectivas e utilidade pública e administrativa*. Lisboa: Papelaria Veneza, 1937
- [104] FREIRE, Francisco de Castro – *Relatório da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 27 de Julho de 1861 a 14 de Julho de 1862*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1862
- [105] FREITAS, Paulo Marcelino Dias de – *Carta ao cidadão Provedor Presidente da Comissão Administrativa da Misericórdia do Porto a propósito do decreto de 11 de Maio de 1911*. Porto: [s.n.], 1911
- [106] FREITAS, Paulo Marcelino Dias de – *Desagravo da verdade, da justiça e da dignidade, ultrajadas pela calúnia machinando adentro do ambiente sagrado da Misericórdia do Porto*. Porto: Tip. Mendonça de Laura Couto & Pinto, 1927

- [107] GARCIA, Emídio – *A roda dos expostos: parecer e projecto de reforma, apresentados à Junta Geral do Districto de Coimbra*. Coimbra: Imp. Litteraria, 1871
- [108] GOIS, Damião de – *Descrição da Cidade de Lisboa pelo cavaleiro português Damião de Góis ao inclito príncipe Dom Henrique, infante de Portugal, Eminentíssimo Cardeal da Santa Igreja Romana, do título dos quatro santos coroados*. Trad. Raúl Machado. Lisboa: Frenesi, 2000
- [109] GOMES, Luís – *Sermam da natividade da Sereníssima Virgem Maria Mãe de Deos, & S. N. em a Misericórdia desta Corte, & cidade de Lisboa,....* Lisboa: na Officina de António Pedrozo Galram: a custa de Joseph Pereyra, mercador de livros, 1698
- [110] GOUVEIA, António de – *Sermam que o Padre Fr. António de Gouveia... prégo nas exéquias de Andre Furtado de Mendonça... no Convento de N. Senhora da Graça de Lisboa no anno de 1610*. Impresso em Lisboa [?]: por Vicente Alvares [?], [depois de 1611]. Contrafacção da ed. 1611, conforme bibliogr.; tipo de papel e impr. semelhante à obra: Oraçam fúnebre nas exéquias annuaes do Sereníssimo Rey de Portugal Dom Manoel de gloriosa memória. Disse-a na Santa Casa da Misericórdia desta cidade de Lisboa em 13 de Dezembro de 1655 o P. M. Fr. Christovam de Almeyda,... – Lisboa: na officina de António Craesbeeck de Mello, 1665; deve ser contrafacção do séc. XVIII, provavelmente do impr. Miguel Rodrigues
- [111] GUIMARÃES, Manuel José Cid Carvão – *Relatório da moromeria da capela da Santa Casa da Misericórdia da Chamusca no triénio de 1947-1949*. Chamusca: Tip. A Persistente, 1950
- [112] GUIMARÃES, Manuel Lopes – *Reflexões que, sôbre a memória ácerca de dois casos de febre amarella, observados no Hospital de Misericordia da Cidade de Ponta Delgada....* Ponta Delgada: Typ A. das Letras Açorianas, 1858
- [113] HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DE ANGRA DO HEROÍSMO – *Regulamento do Hospital da Misericórdia d'Angra*. Angra do Heroísmo: Imp. de Joaquim José Soares, [183-]
- [114] HOSPITAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FREIXO DE ESPADA-À-CINTA – *Regulamento: 1959*. Freixo de Espada-à-Cinta: [s.n.], 1960
- [115] HOSPITAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GOA – *Regulamento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Goa*. [S.l.: s.n.], 1934
- [116] HOSPITAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS – *Regulamento*. [S.l.: s.n.], 1939
- [117] HOSPITAL DAS CALDAS DA RAINHA DONA LEONOR – *Orçamento de receita e despesa para o ano económico de 1914-1915: anexo IV ao orçamento*. Lisboa: Imp. Nacional, 1914
- [118] HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE, (Gouveia) – *Regulamento do hospital de Nossa Senhora da Piedade na villa de Gouvêa*. Coimbra: Imp. Universidade, 1876
- [119] HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DE CAMPOS E MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-VELHO – *Relatório da gerência*. Montemor-o-Velho: H.N.S.C., [1968?]-
- [120] HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Angra do Heroísmo) – *Regulamento do hospital de Santo Espirito da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Imp. Municipal, 1903
- [121] HOSPITAL DE SÃO JOÃO, (Lousã) – *Regulamento: 1957*. Lousã: Santa Casa da Misericórdia, 1957
- [122] HOSPITAL DE SÃO MARCOS – *Instruções regulamentares do funcionamento dos Serviços Externos do Hospital de São Marcos*. [S.l.: s.n., 19--]
- [123] HOSPITAL DE SÃO MARCOS – *Regulamento dos serviços técnicos da Misericórdia e Hospital de São Marcos*. [S.l.: s.n.], 1941
- [124] HOSPITAL DE TODOS OS SANTOS – *Regimento do Hospital de Todos os Santos*. Lisboa: [Sanitas], 1946
- [125] HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO – *Regulamento: 1957*. Évora: Santa Casa da Misericórdia, [D.L. 1959]
- [126] HOSPITAL GERAL DE SANTO ANTÓNIO. Serviço Religioso Católico – *As coordenadas espirituais do Serviço Nacional de Saúde: a doutrina e a pastoral da Igreja para com os doentes*. Porto: [s.n.], 1981
- [127] HOSPITAL RAINHA DONA LEONOR – *Regulamento*. Lisboa: Imp. Nacional, 1928
- [128] HOSPITAL REAL CIVIL DO ESPÍRITO SANTO, (Évora) – *Regulamento para o hospital real civil do Espirito Santo da cidade d'Evora*. Lisboa: Na Imp. Regia, 1825
- [129] HOSPITAL REAL DAS CALDAS DA RAINHA – *Regulamento do Hospital Real das Caldas da Rainha e seus annexos*. Lisboa: Imp. Nacional, 1893
- [130] HOSPITAL REAL DE SANTO ANTÓNIO – *Regulamento do Hospital Real de Santo António da Cidade do Porto...levando em appendice o regulamento das enfermarias de clinica da Eschola Medico-Cirurgica d'esta mesma cidade*. Porto: Na Typ. de Sebastião José Pereira, 1858
- [131] HOSPITAL REAL DE SANTO ANTÓNIO – *Regulamento do Hospital Real de Santo António da cidade do Porto: levando em appendice o regulamento das enfermarias de clinica da Eschola Medico-Cirurgica desta mesma cidade*. Porto: Typ. de C. Gandra, 1863
- [132] HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS – *Relação das rendas, e gastos, que o Hospital Real de Todos os Santos desta cidade de Lisboa fez...* Lisboa: Na Offic. de Miguel Manescal da Costa, 1743-1770
- [133] HOSPITAL REGIONAL DE BRAGANÇA – *Regulamento interno do Hospital Regional de Bragança*. Bragança: Santa Casa da Misericórdia, 1965

- [134] HOSPITAL REGIONAL DE GUIMARÃES – *Regulamento interno do Hospital Regional*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia, 1967
- [135] *Idade dourada: publicação especial dos hóspedes dos lares de idosos da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: S.C.M., 1999
- [136] IGREJA CATÓLICA. Papa, 1534-1549 (Paulo III) – *Bulla das indulgências concedidas pello santo padre Paulo iij aos confrades da Misericórdia desta cidade Deuora q[ue] a acompanhar[m] a p[ro]cissam de quinta feira da somana mayor...* Em Euora: em casa da Viua... de André de Burgos, 1 Deze[m]bro, 1582
- [137] IGREJA CATÓLICA. Papa, 1555-1559 (Paulo IV) – *Summario das indulgências, e graças concedidas pelo Santo Padre Paulo IV à Santa Casa da Misericórdia do Porto...* Porto: na Off. de António Alvares Ribeiro, 1800
- [138] IGREJA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIANA DO CASTELO – *Programa: solenidades da Semana Santa na Igreja da Santa Casa da Misericórdia: conferências*. [S.l.: s.n.], 1942
- [139] *Inauguração do novo Hospital da Misericórdia de Villa Nova de Famalicão*. Lisboa: [s.n.], 1878
- [140] ÍNDIA PORTUGUESA – *Regulamento para as confrarias, misericórdias, instituições de beneficência ou de piedade, asilos e albergues do Estado da Índia*. 2ª ed. Nova Goa: Imp. Nacional, 1917
- [141] ÍNDIA – *Regulamento interno da Secretaria da Santa Casa da Misericórdia de Goa: aprovado por portaria provincial nº 58 de 15 de Fevereiro de 1902*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1902
- [142] *Um instrumento português de solidariedade social no século XVI: o compromisso da Misericórdia de Lisboa*. Reed. facsimil.. [Lisboa]: Chaves Ferreira, imp. 1992
- [143] IRMANDADE DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Gaia) – *Compromisso*. Vila Nova de Gaia: Irmandade da Misericórdia, 1984
- [144] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila de Povoação) – *Estatutos da Irmandade da Misericórdia da Vila de Povoação*. [S.l.: s.n., D.L. 1963]
- [145] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Abrantes) – *Compromisso*. Abrantes: Sta. Casa da Misericórdia, 1934
- [146] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Alpalhão) – *Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão*. [S.l.: s.n.], 1935
- [147] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Baião) – *Compromisso*. Penafiel: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, 1982
- [148] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Belver) – *Estatutos da Irmandade da Misericórdia de Belver*. Belver: Casa Portugal, 1932
- [149] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Compromisso*. Coimbra: I.M.C.C., 1937
- [150] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Compromisso da Irmandade da Misericórdia da Cidade de Coimbra*. [S.l.: s.n.], 1937
- [151] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Covilhã) – *Compromisso: 8 Outubro 1945*. Covilhã: [s.n.], 1958
- [152] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Estarreja) – *Estatutos*. [S.l.: s.n.], 1936
- [153] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Estarreja) – *Estatutos [da] Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Estarreja*. Porto: I.S.C.M.E., 1937
- [154] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Estremoz) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz*. Estremoz: I. S. C. M. E., imp. 1985
- [155] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Fão) – *Compromisso*. Vila do Conde: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, 1982
- [156] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Fão) – *Estatutos da Irmandade da Misericórdia da freguesia de Fão*. Porto: Casa do Povo, 1914
- [157] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Figueira da Foz) – *Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Figueira da Foz*. [S.l.: s.n., 1924]
- [158] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Fornos de Algodres) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres*. [S.l.: s.n.], 1958
- [159] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Fornos de Algodres) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres*. [S.l.: s.n., 195?]
- [160] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Fornos de Algodres) – *Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da vila, freguesia e concelho de Fornos d'Algodres*. Coimbra: Casa Minerva, 1916
- [161] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Guimarães) – *Compromisso*. Guimarães: [s.n.], 1964
- [162] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Guimarães) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães*. Guimarães: I.S.C.M.G., 1981
- [163] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Luanda) – *Estatutos: 1963*. Luanda: [s.n.], 1964
- [164] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Macau) – *O novo compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Macau*. Macau: Imp. Nacional, 1928
- [165] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Macau) – *Relatório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Macau*. Macau: I.S.C.M.M., [1917?]
- [166] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Marco de Canaveses) – *Relatório*. Marco de Canaveses: I.S.C.M., 1935-1944

- [167] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Monchique) – *Estatutos da Irmandade da Misericórdia de Monchique*. Monchique: Misericórdia, 1927
- [168] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Murça) – *Estatutos*. Murça: I.S.C.M., [D.L. 1995]
- [169] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Paços de Ferreira) – *Estatutos*. [S.l.: s.n.], 1929
- [170] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Ponte de Lima) – *Compromisso*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia, 1982
- [171] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Póvoa de Varzim) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, Hospital e Asilo*. [S.l.: s.n.], imp. 1940
- [172] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Sernancelhe) – *Estatutos da Irmandade da Misericórdia de Sernancelhe*. Sernancelhe: I.M.S., 1985
- [173] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Sintra) – *Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Cintra*. Lisboa: Tip. Pheonix, 1915
- [174] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Tabosa do Carregal) – *Estatutos reformados da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Taboza do Carregal no concelho de Sernancelhe*. Viseu: Imp. do Governo Civil, 1911
- [175] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Tábua) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tábua*. Tábua: S.C.M., [D.L. 1990]
- [176] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Terena) – *Estatutos da Irmandade da Misericórdia da Vila de Terena concelho de Alandroal*. Évora: Minerva Comercial, 1914
- [177] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Viana do Castelo) – *Estatutos da Irmandade da Misericórdia de Vianna do Castelo: alvará de 21 de Fevereiro de 1874*. Vianna: Typ. d'André J. Pereira, 1900
- [178] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Viana do Castelo) – *Regulamento do hospital*. [S.l.: s.n.], 1940
- [179] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vieira do Minho) – *Compromisso*. Braga: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, 1981
- [180] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila de Pereira) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira*. Coimbra: Imp. Litteraria, 1871
- [181] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Gaia) – *Compromisso da Irmandade [da] Misericórdia de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Misericórdia, 1998
- [182] IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Viseu) – *Compromisso*. Viseu: I.S.C.M.V., 1978. Misericórdias Portuguesas. – Viseu: Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas. 1978, nº 2, p. 39-50
- [183] IRMANDADE DA SANTA E REAL CASA DA MISERICÓRDIA, (Braga) – *Compromisso da Irmandade da Santa e Real Casa da Misericórdia de Braga*. Braga: Typ. Lusitana, 1857
- [184] IRMANDADE DA SANTA E REAL CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Cerveira) – *Compromisso*. Vila Nova de Cerveira: I.S.R.C.M.V.N.C., 1982
- [185] IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA DO PORTO – *Compromisso*. Porto: I.N.S.M., imp. 1981
- [186] JARDIM, Manuel dos Santos Pereira – *Relatório da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 27 de Julho de 1862 a 26 de Julho de 1863*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1863
- [187] JUSTINIANO, Diogo da Anunciação – *Oraçam fúnebre nas exéquias reaes da Sereníssima Rainha de Portugal D. Maria Sofia Isabel... celebradas na Real Casa da Misericórdia de Lisboa, aos 11. de Setembro de 1699*. Lisboa: na officina de Miguel Deslandes, 1699
- [188] LOURENÇO, José – *Comemoração do 2º cortejo de oferendas do Hospital da Misericórdia de S. Vicente de Beira 1952*. [S.l.: s.n.], 1953
- [189] LUÍS DA APRESENTAÇÃO; LUÍS DE MÉRTOLA – *Livro das excelencias da Misericórdia, & frutos da esmola*. Lisboa: Giraldo da Vinha, 1625
- [190] MACEDO, Inácio José de – *Oração fúnebre nas exéquias do muito alto e poderoso Senhor D. João VI Imperador do Brazil: e Rei de Portugal e Algarves recitada na Santa e Real Casa da Misericórdia da cidade de Braga*. Porto: Imprensa do Gandra, 1826
- [191] MACEDO, José Agostinho de – *Sermão em Quarta Feira de Cinza: prégado na Santa Igreja da Misericórdia de Lisboa a 3 de Março de 1813*. Lisboa: Impressão Regia, 1813
- [192] *Manifesto offerecido à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da cidade d'Angra e ao publico*. Lisboa: Na Impressão de Galhardo e Irmãos, 1837
- [193] *Memória descritiva da solemnição do IV centenário da Misericórdia do Porto: 1499-1899*. Porto: Officina Typographica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1900
- [194] *Memória estatístico-historica sobre a administração dos Expostos na cidade do Porto...*. Porto: Vª Alvarez Ribeiro & Filhos, 1823
- [195] MENDES, Carlos de Azevedo – *Relatório do representante das misericórdias na Câmara Corporativa: legislatura 1934-1938*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1938
- [196] MENDONÇA, Jorge Francisco Machado de – *Pelo breve memorial espõe [...] o regimen que tem estabelecido no Hospital Real de Todos os Santos...*. Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1761
- [197] *Minuta a favor de Francisca da Graça e filho menor Francisco, na appelação em que contendem com a Misericórdia de Mação...*. Lisboa: Typ. do Jornal O Progresso, 1881

- [198] MIRANDA, Vitalino – *Soneto dedicado às festas do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, no dia 21 de Setembro de 1942*. Mafra: Tip. Liberty, imp. 1942
- [199] MISERICÓRDIA E HOSPITAL ANTÓNIO LOPES – *Estatutos*. Póvoa de Lanhoso: [s.n.], 1964
- [200] MISERICÓRDIA E HOSPITAL ANTÓNIO LOPES, (Póvoa de Lanhoso) – *Estatutos*. Póvoa de Lanhoso: [s.n.], 1929
- [201] MISERICÓRDIA E HOSPITAL DE BEJA – *Relatório 1882-1883*. Lisboa: Typ. do Diário da Manhã, 1883
- [202] *Mobiliário do século XVIII: extracto formal de partilhas dos bens que couberam a Francisco Xavier de Horta Osório Castel-Branco, por falecimento de sua mãe*. [Ericeira: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira], 1943
- [203] *Modificação do compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Concelho de Anadia*. [S.l.: s.n.], 1933
- [204] *Um momento de atenção sobre legados pios, e sobre os desgraçados a quem o seu producto se applica*. Lisboa: Imp. Commercial, 1853
- [205] MORAIS, Inácio Paulino de – *Dissertação sobre o melhor methodo de evitar, e providenciar a pobreza, fundamentada nas memorias, que à sociedade de Bath offerecerão Ricardo Pew, o senador Gilbert, e João Me. Farlan, augmentada com hums novos estatutos, e apropriada ao reino de Portugal; debaixo dos auspicios, e ordem de S. Alteza Real, o Principe Regente nosso Senhor,....* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1802
- [206] MOREIRA, Guilherme Alves – *Relatório da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no anno económico de 1893-94*. Coimbra: Typ. de F. França Amado, 1894
- [207] *Na Vila de Pernes inaugurou-se o hospital da Misericórdia*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1951, nºs 95-100, p. 42-43
- [208] *No caminho da recuperação social dos não videntes*. Porto: Santa Casa da Misericórdia, [D.L. 1980]
- [209] *No Recolhimento de N.ª S.ª da Encarnação o chefe de Estado inaugurou a sala da Infanta D. Maria*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1947, nºs 53-55, p. 164-166
- [210] NOGUEIRA, José Félix Henriques – *Obra completa seguida de marginália, esboço bibliográfico, apêndice documental e notas*. Edição organizada por António Carlos Leal da Silva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1976-1980
- [211] *Um Notável documento da Misericórdia de Beja salvo da destruição*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub Secretariado de Estado da Assistência Social. 1943, nºs 4-5, p. 195-196
- [212] *Noticia curiosa do novo, e grave estilo, com que se ensina toda a Matéria Scientifica, pertencente à Medicina na Escola do Doutor D. António de Monravá, e Roca... do Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa....* [Lisboa: s.n., 1739]
- [213] *Óbidos: cortejo de oferendas para o Hospital da Misericórdia: relatório e contas de 1946*. [S.l.: s.n.], 1947
- [214] OLIVEIRA, Nicolau de – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: na Impressão Régia, 1804
- [215] *Oração fúnebre nas exéquias de S. M. I. O Senhor D. Pedro d'Alcântara de Bragança e Bourbon: Duque de Bragança: e Regente de Portugal na Santa Casa da Misericórdia do Porto em 16 de Outubro de 1834*. Porto: Imprensa de Gandra & Filhos, 1835
- [216] PACHECO, Abel – *A questão da Lapa: a mesa da irmandade e os médicos do seu hospital*. [S.l.: s.n.], 1931
- [217] PEIXOTO, Eduardo Augusto Correia Malheiro Pereira – *Resposta a uma carta do Senhor Doutor Libório Simões de Araújo, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima*. Viana do Castelo: [s.n., D.L. 1961]
- [218] PEREIRA, Agostinho – *Sermam de Nossa Senhora da Caridade*. Lisboa: Off. de Pedro Ferreira, 1747
- [219] PEREIRA, Carlos Maria; FERREIRA, António Aurélio da Costa – *O hospital de Dona Leonor das Caldas da Rainha: relatório da comissão nomeada por portaria de 4 de Fevereiro de 1911, para syndicar dos actos da Administração do referido hospital*. [S.l.: s.n.], 1913
- [220] PEREIRA, Domingos Machado – *Ação de despejo: autora a Misericórdia da Ericeira, ré Maria da Conceição Frazão: petição e resposta da autora*. Mafra: [s.n.], 1927
- [221] PINTO, António Joaquim de Gouveia – *Exame Critico e Histórico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga, e moderna, tanto pátria como subsidiária, e das nações mais vizinhas, e cultas, relativamente aos Expostos, ou Enjeitados....* Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1828
- [222] PINTO, Luís Fernandes – *Defesa do cartório da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra às acusações que lhe foram feitas pelo ex-amanuense da Secretaria da mesma Santa Casa, José da Cruz e Costa Júnior*. Coimbra: [s.n.], 1959
- [223] *[Alvará isentando as Misericórdias do pagamento da Décima]*. [Lisboa]: na Regia Officina Typ[ografica], [1777]
- [224] *Alvará... determinando que as casas de misericórdias das cidades e villas destes Reinos e seus domínios se regulem pelo compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. [Lisboa]: na Impressão Régia, [1806]
- [225] *[Alvará de privilégio de isenção dos encargos de guerra aos filhos das amas dos enjeitados do Hospital Real de Todos Os Santos]*. [S.l.: s.n., 1695?]

- [226] *[Alvará isentando do pagamento da decima as rendas da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Lisboa e as das outras Misericórdias e Hospitais]*. [Lisboa]: na Regia Officina Typographica, [1877]
- [227] *Carta por que V. Magestade he seuido fazer pura perpetua e irrevogavel doação da Igreja e Casa de S. Roque dos Regulares expulsos e proscriptos da Companhia denominada de Jesus à Irmandade da Santa Caza da Mizericórdia da Cidade de Lisboa...* [S.l.: s.n., 1768]
- [228] *Legislação sobre tomada de contas de legados pios*. Lisboa: Typ. Adolpho de Mendonça, 1899
- [229] *Misericórdias de Portugal: decreto nº 10242, de 1 de Novembro de 1924*. [S.l.: s.n.], 1925
- [230] *Misericórdias e organismos de assistência privada: decreto nº 10242 de 1 de Novembro de 1924*. Lisboa: Imp. Nacional, 1924
- [231] *Regimento de como os contadores das comarcas hã de prouer sobre as capellas, ospitaaes, albergarias, cõfrarias, gafarias, obras, terças e residos nouame[n]te ordenado e copillado pello muyto alto e muyto poderoso Rey dom Manuel nosso senhor. E per especial mandado de Sua Alteza Iohão Pedro de Bonhomini de Cremona ho mandou empremir*. [Lisboa]: Luduucius Rodurici, [1539]
- [232] *Regulamento geral dos concursos de prognósticos ou apostas mútuas desportivas: 1962*. Lisboa: [s.n.], 1963
- [233] *Remodelação dos serviços da Misericórdia de Lisboa: decreto nº 8219 de 29 de Junho de 1922*. Lisboa: Imp. Nacional, 1922
- [234] *Programa das comemorações do Quinto Centenário do Nascimento da Rainha Dona Leonor e do Quarto Congresso das Misericórdias*. Lisboa: [s.n.], 1958
- [235] *Proposta feita pelo Enfermeiro Mór do Hospital Real de S. José aos facultativos do mesmo hospital, para se obter os meios de melhoramento dos Enfermos...* Lisboa: Impressão Regia, 1810
- [236] *Providencias interinas para o Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança: approvadas e mandadas observar pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia em sessão de 11 de Março de 1840*. Porto: Typ. de Gandra & Filhos, 1840
- [237] *Questão das misericórdias de Coimbra e Extremoz com Joaquim António Teixeira Barbosa... e accordão do Supremo Tribunal julgando a validade d'esta disposição*. Coimbra: Imp. Universidade, 1863
- [238] REAL IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Braga) – *Compromisso da Real Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Braga*. Braga: Typ. Lusitana, 1893
- [239] *Realizações e perspectivas: exposição apresentada pelo Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra, na reunião da Assembleia Geral da respectiva irmandade realizada no dia 20 de Janeiro de 1967*. Lisboa: Esc. Prof. Salesianos, [D.L.1967]
- [240] *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*. Ed. fac-simil. [Lisboa]: Comissão Organizadora do V Centenário da Fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, imp. 1992
- [241] *[Regimentos de capelas e mercearias régias]* [Manuscrito]. [1701-1800]
- [242] *Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*. Com pref. de Jorge Borges de Macedo. Lisboa: [s.n.], 1996
- [243] *Regulamento da Real Casa dos Expostos da cidade de Coimbra*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1813
- [244] *Regulamento dos partidos de facultativos e da Botica da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra*. Coimbra: Typ. M. C. da Silva, 1892
- [245] *Regulamento para o governo da Sancta Casa da Misericórdia da cidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909
- [246] *Relatório da Administração da Santa Casa da Misericórdia de Évora*. Évora: S.C.M., 1872-
- [247] *Relatório da gerência de...* Fundão: S.C.M.F., [19--]-
- [248] *Relatório e contas da gerência de...* Torres Vedras: S.C.M.T.V., [19--]-
- [249] *Relatório e contas*. Porto: S.C.M., [1955]-
- [250] *Relatório e contas*. Abrantes: S.C.M.A., [196--]-
- [251] *Relatório e contas*. Penamacor: S. C. M. P., [1975?]-
- [252] *Relatório e contas*. Porto: S.C.E.S.C.M.P., [196--]-
- [253] *Relatório e contas*. Mafra: S. C. M. M., [197--]-
- [254] *Relatório e contas*. Lisboa: C.P.S.C.M.L., [196--]-
- [255] *Relatório e contas*. Funchal: [s.n., 19--]-
- [256] *Reorganização dos serviços da Misericórdia de Lisboa: Relatório do Decreto-Lei número 32:255*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1943, nºs 4-5, p. 150-154
- [257] *Representação das misericórdias de Campo Maior e do Alandroal, dirigida e entregue ao Exmo. Presidente da Assembleia Nacional*. [S.l.: s.n.], imp. 1940
- [258] RIBEIRO, José Silvestre – *Apontamentos sobre as classes desvalidas e institutos de beneficência*. Funchal: Typ. do Madeirense, 1847
- [259] RIBEIRO, José Silvestre – *O que ha sido feito e o que ha a fazer em matéria de beneficência*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878
- [260] SAMPAIO, José Maria Rangel de – *Dois agravos a prover: questão entre Belchior Martins Galego e a Santa Casa da Misericórdia de Faro*. [S.l.: s.n., 19--]
- [261] *O Sanatório-Hospital Rodrigues Semide da Santa Casa da Misericórdia do Porto reabre as suas portas aos doentes, depois de remodelado e ampliado*. Porto: [s.n.], 1961

- [262] SANCHES, António Gomes da Silva – *Discurso feito pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia de Arganil em sessão de mesa de 29 de Agosto de 1889 a propósito da inauguração do retrato da Condessa das Cannas*. Lisboa: Typ. Gazeta de Portugal, 1889
- [263] *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: serviço dos expostos: instruções para os reverendos parochos*. Lisboa: Typ. do Futuro, 1863
- [264] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, (Tarouca) – *Compromisso*. Tarouca: I. S. C. M. N. S. S., [D.L. 1985]
- [265] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS, (Matosinhos) – *Estatutos*. [S.l.: s.n.], 1939
- [266] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Abrantes) – *Relatório apresentado à Ex.ma Mesa administrativa pelo director clínico do Hospital do Salvador*. [S.l.: s.n.], 1938
- [267] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Albufeira) – *Compromisso: 1961*. Albufeira: [s.n.], 1961
- [268] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Alcácer do Sal) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal: 1530-1982*. Alcácer do Sal: S.C.M., imp. 1982
- [269] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Alcácer do Sal) – *Relatório*. Alcácer do Sal: S.C.M.A.S., [196-]-
- [270] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Alhos Vedros)- *Relatório*. Alhos Vedros: S. C. M. A. V., [1962?]-
- [271] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Alijó) – *Relatório da construção do novo hospital maternidade inaugurado em 11 de Setembro de 1941*. Alijó: S.C.M., 1944
- [272] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Amarante) – *Relatório e contas da gerência da Mesa Administrativa*. Amarante: S.C.M., [1967?]-
- [273] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Amares) – *Compromisso*. Amares: Santa Casa da Misericórdia, 1981
- [274] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Angra do Heroísmo) – *Estatutos*. [S.l.: s.n.], 1938
- [275] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Angra do Heroísmo) – *Estatutos da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo*. [S.l.: s.n.], 1946
- [276] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Arcos de Valdevez) – *Em prol do bem comum*. Lisboa: Imp. Lucas, 1949
- [277] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Arganil) – *Estatutos ou compromisso*. Arganil: S.C.M., [D.L. 1982]
- [278] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Arrifana de Sousa) – *Compromisso da Misericórdia de Arrifana de Sousa...* Em Coimbra: na oficina de Joam Antunes, 1697
- [279] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Arruda dos Vinhos) – *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Arruda dos Vinhos*. Lisboa: Imp. Reg., 1828
- [280] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Aveiro) – *Relatório e contas: 1945*. [S.l.: s.n.], 1946
- [281] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Aviz) – *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia da Villa de Aviz*. Lisboa: Tip. Universal, 1913
- [282] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Baião) – *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Baião*. Baião: S.C.M., 1938
- [283] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Baião) – *Estatutos, 1971*. Baião: [s.n.], 1971
- [284] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Barcelos) – *Memória da I semana das ofertas ao Hospital realizada em 7 de Outubro de 1943*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1943
- [285] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Barcelos) – *Projecto de compromisso da Irmandade da Santa e Real Casa da Misericórdia da Villa de Barcellos*. Barcellos: Imprensa Camões, 1885
- [286] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Boliquireme) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Boliquireme*. Boliquireme: S.C.M.B., imp. 1990
- [287] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Cabrela) – *Compromisso da Misericórdia de Cabrela: aprovado em sessão de 3 de Janeiro de 1932*. [S.l.: s.n.], 1932
- [288] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Cadaval) – *Compromisso da Misericórdia do Cadaval*. [S.l.: s.n.], 1954
- [289] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Cantanhede) – *Alocação do Provedor da Santa Casa da Misericórdia, na inauguração do Asilo da Infância Desvalida «Maria Cordeiro», em 1 de Dezembro de 1914 e conta geral da receita e despesa com o Asilo da Infância Desvalida «Maria Cordeiro» pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede....* Coimbra: Imprensa Académica, 1914
- [290] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Cantanhede) – *Regulamento do Asylo de Infância Desvalida Maria Cordeiro pertencente á Santa Casa da Misericórdia*. Cantanhede: S.C.M., 1913
- [291] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Cascais) – *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Cascaes*. Lisboa: Typ. do Jornal, 1895
- [292] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Castelo Branco) – *Relatório e contas das gerências*. Castelo Branco: S.C.M.C.B., [19-]-
- [293] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Castelo de Paiva) – *Gincana de automóveis em benefício do Hospital Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva*. [S.l.: s.n.], 1949
- [294] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Castelo de Vide) – *Compromisso*. Castelo de Vide: I. S. C. M., 1983

- [295-296] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Compromisso da Sancta Misericórdia da cidade de Coimbra: sua instituição e cathalogo dos provedores e escrivaens que até o presente tem servido nella. Impresso por mandado e á custa de Filippe Sarayva de Sampayo de Mello...* Coimbra: na Officina de Luis Secco Ferreyra, 1747
- [297] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Reforma de algumas disposições regulamentares dos serviços clínicos da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra.* Coimbra: Imp. da Universidade, 1907
- [298] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Reforma de alguns artigos do compromisso e regulamento da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra.* Coimbra: Imp. da Universidade, 1885
- [299] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Regulamento para o governo da irmandade da Sancta Casa da Misericórdia da Cidade de Coimbra.* Coimbra: Imprensa de E. Trovão, 1854
- [300] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Relatório da Administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra.* Coimbra: Imp. Litteraria, [186-] -
- [301] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Relatório da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 27 de Julho de 1862 a 26 de Julho de 1863.* Coimbra: Santa Casa da Misericórdia, 1863
- [302] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Relatório da Sancta Casa da Misericórdia da cidade de Coimbra.* Coimbra: Imp. Universidade, [1857]-
- [303] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Relatório e contas da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra do anno de 1891-1892.* Coimbra: Typ. de M. C. da Silva, 1892
- [304] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Remodelação dos serviços da Misericórdia: 1920.* Coimbra: Misericórdia de Coimbra, 1993
- [305] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Coimbra) – *Representação que ao governo de Sua Magestade dirige a Misericórdia de Coimbra.* Coimbra: Santa Casa da Misericórdia, 1855
- [306] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Concelho de Barquinha) – *Compromisso da Misericórdia do Concelho da Barquinha.* Coimbra: Typ. Auxiliar d'Escreptorio, 1922
- [307] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Condeixa a-Nova) – *Relatório e contas da «Sopa dos Pobres».* [S.l.: s.n., 19 -] -
- [308] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Covilhã) – *Esclarecimento.* [S.l.: s.n], 1949
- [309] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Elvas) – *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia d'Elvas.* [S.l.: s.n.], 1913
- [310] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Elvas) – *Regulamento interno do Hospital, Secretaria e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Elvas.* [S.l.: s.n.], 1935
- [311] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Espinho) – *Compromisso.* Espinho: Santa Casa da Misericórdia, 1987
- [312] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Estremoz) – *Compromisso: 1952.* Estremoz: [s.n.], 1962
- [313] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Évora) – *Colectânea publicada pela semana santa de 1941.* [S.l.: s.n.], 1941
- [314] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Évora) – *Compromisso.* [S.l.: s.n., 1937]
- [315] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Évora) – *Compromissos: 1954.* Évora: [s.n.], 1955
- [316] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Évora) – *Estatutos da Misericórdia de Évora.* Évora: Minerva Comercial, 1913
- [317] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Évora) – *Legados pios.* Évora: Typ. da Casa Pia, 1882
- [318] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Évora) – *Regulamento dos Serviços Hospitalares e da farmácia da Santa Casa da Misericórdia de Évora.* [S.l.: s.n.], 1942
- [319] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Fafe) – *Relatório e contas.* Fafe: S. C. M. V. F., [1963?]-
- [320] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Fão) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Fão.* Fão: Santa Casa da Misericórdia, [D.L. 1990]
- [321] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Felgueiras) – *Relatório e parecer do conselho fiscal da mesa da Misericórdia da Villa de Felgueiras.* Porto: Typ. Occidental, 1902-
- [322] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Freixo de Espada-à-Cinta) – *Estatutos: 1960.* Freixo de Espada-à-Cinta: [s.n.], 1960
- [323] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Fronteira) – *Compromisso.* Fronteira: I. S. C. M., 1983
- [324] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Funchal) – *Compromisso.* [S.l.: s.n.], 1942
- [325] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Funchal) – *Relatório e contas.* Funchal: [s.n., 19--]-
- [326] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Funchal) – *Relatório e contas relativo ao ano de...* Funchal: S.C.M., 1960-
- [327] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Fundão) – *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Fundão.* [S.l.: s.n.], 1949
- [328] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Goa) – *Regulamento da secretaria da Santa Casa da Misericórdia de Goa: 1956.* Goa: Imp. Nacional, 1956
- [329] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Góis) – *Santa Casa da Misericórdia de Góis.* Góis: S.C.M., 1996
- [330] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Guimarães) – *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Guimarães.* Porto: Typ. Commercial, 1858
- [331] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lamego) – *Compromisso da Santa Casa de Lamego.* Porto: Of. do Comercio do Porto, 1902

- [332] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lamego) – *Relatório e contas*. Lamego: S. C. M., [19--]-
- [333] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lamego) – *Relatório e contas da gerência*. Porto: Of. do Comercio do Porto, 1903-
- [334] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Leiria) – *Compromisso*. Leiria: S.C.M., 1982
- [335] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Colectânea legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: 1498-1998*. Coord. geral Elvira Brandão. Coord. téc. e pesq. Rogério Seabra Cardoso. Lisboa: S.C.M., 1998
- [336] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Compromisso da Irmandade da Casa da Sancta Misericórdia da Cidade de Lisboa*. [Lisboa]: por António Aluarez, 1600
- [337] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: na officina de Henrique Valente de Oliveira, 1662
- [338] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Estatutos: 1961*. Lisboa: [s.n.], 1962
- [339] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Regulamento da Real Casa dos Expostos*. Lisboa: Imp. Democratica, 1886
- [340] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Regulamento das lotarias*. Lisboa: Imp. Nacional, 1922
- [341] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Regulamento do recolhimento das orphãs*. Lisboa: Imp. Democratica, 1886
- [342] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Regulamento dos agentes e outros intermediários das apostas mútuas desportivas Totobola*. Lisboa: S.C.M., [D.L. 1981]
- [343] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Regulamento para o serviço das inspecções*. Lisboa: Typ. do Futuro, 1873
- [344] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Regulamento para o serviço dos visitantes*. Lisboa: Typ. do Futuro, 1873
- [345] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação da receita e despeza: que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa teve no ano findo no presente dia 2 de Julho de 1768: sendo Provedor o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. João de N. Senhora da Porta: do Concelho de Estado: Arcebispo de Évora: Regedor das Justiças: e Presidente da Real Mesa Censória*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1768
- [346] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1748*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1748
- [347] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1731*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1731
- [348] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1739*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1739
- [349] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em Junho de 1693*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1693
- [350] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Junho de 1694*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1694
- [351] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1697*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1697
- [352] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1701*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1701
- [353] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1702*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1702
- [354] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1703*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1703
- [355] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1708*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1708
- [356] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1710*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1710
- [357] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1721*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1721
- [358] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1723*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1723
- [359] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1724*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1724
- [360] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1727*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1727

- [361] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1728*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1728
- [362] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1729*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1729
- [363] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1730*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1730
- [364] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1733*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1733
- [365] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1735*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1735
- [366] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1741*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1741
- [367] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1742*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1742
- [368] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1743*. Lisboa: Santa casa da Misericórdia, 1743
- [369] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1744*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1744
- [370] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1745*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1745
- [371] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1746*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1746
- [372] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1747*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1747
- [373] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1749*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1749
- [374] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1751*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1751
- [375] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1752*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1752
- [376] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1753*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1753
- [377] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1714*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1714
- [378] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1738*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1738
- [379] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1736*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1736
- [380] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1722*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1722
- [381] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relação dos gastos que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa fez este ano: que acabou em 2 de Julho de 1706*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1706
- [382] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relatório que a administração da Santa Casa dirigiu ao Sr. Ministro do Interior da República Portuguesa com as contas da gerência no ano económico de 1912 1913*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1914
- [383] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao excelentíssimo senhor ministro....* Lisboa: Typ. da Loteria da Santa Casa da Misericórdia, 1907
- [384] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Relatórios dos serviços médicos e farmacêuticos relativos ao ano económico de....* Lisboa: Misericórdia de Lisboa, [19--]
- [385] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Serviço clínico dos visitados, expostos e mais enfermos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: regulamento aprovado por portaria de 29 de Janeiro de 1874*. Lisboa: Typ. do Futuro, 1874
- [386] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Serviço de visitas*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1863
- [387] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lousã) – *A assistência na Lousã*. Lousã: Santa Casa da Misericórdia, 1945-1946

- [388] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lousã) – *Compromisso*. Lousã: S. C. M., [D.L. 1984]
- [389] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lousada) – *Relatório*. Lousada: S. C. M. L., 1962-1964
- [390] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Macau) – *Novo Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Macau*. Macau: Santa Casa da Misericórdia, 1843
- [391] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Macau) – *Regulamento da lotaria da Santa Casa da Misericórdia, alterado por deliberação da Assembleia da Irmandade da mesma Santa Casa*. Macau: Imp. Nacional, 1933
- [392] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Macedo de Cavaleiros) – *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros*. [S.l.: s.n.], 1970
- [393] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Marco de Canaveses) – *Relatório: contas da gerência*. Marco de Canaveses: Santa Casa da Misericórdia, 1968
- [394] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Marco de Canaveses) – *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canaveses*. [S.l.: s.n.], 1934
- [395] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Marvão) – *Estatutos*. [S.l.: s.n.], 1944
- [396] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Mesão Frio) – *Compromisso*. Mesão Frio: I.S.C.M., 1988
- [397] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Miranda do Corvo) – *Compromisso, 1957*. Miranda do Corvo: S. C. M., 1958
- [398] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Mirandela) – *Compromisso: 1962*. Mirandela: [s.n.], 1962
- [399] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Moncarapacho) – *Compromisso*. Moncarapacho: I. S. C. M., 1982
- [400] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Moncorvo) – *Compromisso*. Moncorvo: S.C.M., 1984
- [401] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Mondim de Basto) – *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Mondim de Basto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1936
- [402] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Mortágua) – *Santa Casa da Misericórdia de Mortágua: estatutos*. Mortágua: [s.n.], 1998
- [403] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Odemira) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Odemira*. Coimbra: Imp. Académica, 1907
- [404] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Oeiras) – *Compromisso*. Oeiras: [s.n.], 1963
- [405] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Olhão) – *Santa Casa da Misericórdia e a sua obra assistencial*. Olhão: S.C.M., 1959
- [406] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Oliveira de Azeméis) – *Relatório da Santa Casa da Misericórdia e seu hospital da villa de Oliveira de Azeméis*. Porto: Of. Commercio do Porto, 1902-
- [407] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Oliveira de Azeméis) – *Relatório e contas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis*. Oliveira de Azeméis: Francisco de Paiva Santos, 1974-
- [408] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Oliveira de Frades) – *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Nossa Senhora dos Milagres de Oliveira de Frades*. [S.l.: s.n.], 1929
- [409] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Ourique) – *Estatutos da Misericórdia da vila de Ourique*. [S.l.: s.n.], 1927
- [410] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Paços de Ferreira) – *Regulamento interno*. [S.l.: s.n.], 1931
- [411] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Paredes de Coura) – *Novo compromisso da irmandade*. Paredes de Coura: S. C. M., 1982
- [412] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Penacova) – *Compromisso*. Penacova: S. C. M. P., imp. 1986
- [413] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Penela da Beira) – *Um lar para a terceira idade: memória do acto de inauguração, realizado em 4 de Junho de 1989*. Penela da Beira: S.C.M., [D.L. 1990]
- [414] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Penela) – *Compromisso*. Pref. Manuel Augusto Rodrigues. Penela: S. C. M., 1984
- [415] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Ponta Delgada) – *[Regulamento]: 1959 Fevereiro 12*. Ponta Delgada: [s.n.], 1959
- [416] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Ponta Delgada) – *Compromisso*. [S.l.: s.n.], 1949
- [417] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Ponte de Lima) – *Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Ponte de Lima: 1530 1982*. Ponte de Lima: S.C.M., [D.L. 1990]
- [418] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Portalegre) – *Regulamento dos serviços internos do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Portalegre*. [S.l.: s.n.], imp. 1954
- [419] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Portalegre) – *Relatório da Comissão Administrativa da Sancta Casa de Misericórdia de Portalegre*. Lisboa: Typ. Leituras Populares, 1886
- [420] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Portel) – *Relatório e contas da gerência*. Portel: S.C.M.P., [1965?]-
- [421] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Alterações ao regulamento dos serviços técnicos do Hospital Geral de Santo António*. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1919
- [422] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Compromisso da Misericórdia do Porto*. Porto: Typ. de António Alvarez Ribeiro, 1800
- [423] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Formulário dos medicamentos para o Hospital Real de Santo António da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1881

- [424] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Instruções regulamentares para o serviço especial de Oftalmologia do Hospital Geral de Santo António*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1915
- [425] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Regulamento da organização dos serviços, 19 Fevereiro 1957*. Porto: S. C. M., 1957
- [426] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Regulamento da secretaria, e da thesouraria da Santa Casa da Misericórdia, da cidade do Porto*. Porto: Typ. Commercial, 1863
- [427] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Regulamento do Curso de Enfermagem*. Porto: Santa Casa da Misericórdia; Hospital de Santo António, 1918
- [428] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Regulamento geral da Mesa e definitório da Irmandade da Nossa Senhora da Misericórdia do Porto*. Porto: Off. Typ. do Hosp. de Alienados do Conde Ferreira, 1913
- [429] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Relatório da gerência da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: S.C.M., [19--]-
- [430] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Relatório e resoluções que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia propoz ao definitório*. Porto: Na Typ. de Sebastião José Pereira, 1855
- [431] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Requerimento dirigido às Cortes da Nação*. Porto: Imp. de Gandra & Filhos, 1838
- [432] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Póvoa de Lanhoso) – *Compromisso*. Póvoa de Lanhoso: I.S.C.M., imp. 1982
- [433] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Povoação) – *Compromisso*. Povoação: S.C.M., 1990
- [434] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Proença-a Velha) – *Estatutos*. [S.l.: s.n., 1937]
- [435] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Sabrosa) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa*. Sabrosa: S. C. M., 1989
- [436] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Santo Tirso) – *Criação de novas categorias de Irmãos e alteração da forma de admissão das já existentes*. Santo Tirso: Tip. Central, 1920
- [437] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (São João da Madeira) – *Relatório e contas: 1969*. São João da Madeira: [s.n., D.L. 1973]
- [438] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (São Tomé e Príncipe) – *Portaria nº 748, aprova o Estatuto da Santa Casa da Misericórdia da Ilha de S. Tomé*. S. Tomé: Imprensa Nacional, 1945
- [439] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (São Tomé) – *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé*. S. Tomé: Imp. Nacional, 1945
- [440] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Serpa) – *Estatutos*. [S.l.: s.n.], imp. 1954
- [441] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Setúbal) – *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*. [S.l.: s.n.], 1950
- [442] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Setúbal) – *Estatutos*. [S.l.: s.n.], 1936
- [443] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Setúbal) – *Total da receita, e despeza, que houve na Santa Casa da Misericórdia da Villa de Setuval nos tres annos desde Julho 1739 até julho de 1742....* [Setubal: S.C.M., 1742]
- [444] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Sever do Vouga) – *Relatório*. Sever do Vouga: S.C.M.S.V., [196-]-
- [445] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Sobral de Monte Agraço) – *Compromisso*. Leiria: S.C.M.S.M.A., 1949; [D.L. 1962]
- [446] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Soito) – *Compromisso*. Soito: S. C. M., 1982
- [447] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Tábua) – *Relatório e contas da gerência do ano de....* Tábua: S.C.M.T., [19--]-
- [448] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Távira) – *Compromisso da Misericórdia de Tavira*. [S.l.: s.n., D.L. 1965]
- [449] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Tomar); HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA, (Tomar) – *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia e Hospital de N. S. da Graça da Cidade de Thomar*. Lisboa: Typ. Universal, 1862
- [450] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Tomar) – *Compromisso da Irmandade*. Tomar: Santa Casa da Misericórdia, 1981 [D.L. 1993]
- [451] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Tondela) – *Relatório e contas da gerência*. Tondela: S.C.M.T., [196-]-
- [452] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Torres Novas) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas*. Torres Novas: S.C.M., [D.L. 1990]
- [453] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Torres Novas) – *Informação da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia da villa de Torres Novas ao recurso do Sr. Miguel António Dias*. Lisboa: Typ. Universal, 1865
- [454] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Torres Vedras) – *Compromisso: 1959*. Torres Vedras: [s.n., D.L. 1960]
- [455] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Valpaços) – *Estatutos*. [S.l.: s.n.], 1948
- [456] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vendas Novas) – *Relatório*. Vendas Novas: M.V.N., [195-]-
- [457] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Viana do Castelo) – *Carta circular*. Viana de Castelo: Viúva de José de Sousa Filhos, [D.L. 1971]
- [458] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Viana do Castelo) – *Compromisso, 1946*. Viana do Castelo: M. V. C., 1957

- [459] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Viana do Castelo) – *Misericórdia de Viana do Castelo: compromisso aprovado por portaria*. [S.l.: s.n.], 1938
- [460] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Viana do Castelo) – *Relatório e contas*. Viana do Castelo: S.C.M.V.C., 1936; 1957; 1958; 1960; 1961; 1962; 1963; 1964; 1969; 1970; 1971; 1972; 1973;
- [461] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital Regional, (Viana do Castelo) – *Relatório e contas*. Viana do Castelo: H.R.M.V.C., [196]-
- [462] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila de Frades) – *Reforma do compromisso em harmonia com a Lei da Separação da Igreja do Estado da Misericórdia de Vila de Frades*. [S.l.: s.n.], 1913
- [463] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila do Cano) – *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Cano*. [S.l.: s.n.], 1934
- [464] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila do Conde) – *Compromisso*. Vila do Conde: S. C. M., 1984
- [465] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila do Porto) – *Compromisso*. Ponta Delgada: [s.n.], 1971
- [466] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Flor) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor*. Vila Flor: I.S.C.M., 1982
- [467] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Anços) – *Compromisso da Irmandade da Sancta Casa da Misericórdia de Villa Nova d'Anços*. Coimbra: Imp. Universidade, 1885
- [468] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Famalicão) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: S.C.M., 1981
- [469] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Famalicão) – *Estatutos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vila Nova de Famalicão*. [S.l.: s.n.], 1967
- [470] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Famalicão) – *Reforma dos estatutos*. [S.l.: s.n.], 1945
- [471] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Famalicão) – *Regulamento interno dos utentes do «Lar para Idosos»*. Vila Nova de Famalicão: S.C.M., 1980
- [472] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Gaia) – *Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: I.M., 1987
- [473] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Gaia) – *Relatório e contas da gerência*. Vila Nova de Gaia: Misericórdia, [1941]-
- [474] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Pouca de Aguiar) – *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar*. [S.l.: s.n.], 1938
- [475] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Real) – *Compromisso da Real Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*. Vila Real: S.C.M., [1992]
- [476] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Verde) – *50º aniversário da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde: 1944-1994*. Vila Verde: S.C.M., [D.L. 1995]
- [477] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Verde) – *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde*. [S.l.: s.n.], 1945
- [478] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vimioso) – *Compromisso*. Vimioso: S.C.M., 1961
- [479] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vizela) – *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vizela*. [S.l.: s.n.], 1952
- [480] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Apostas Mútuas Desportivas, (Lisboa) – *Desenvolvimento do orçamento da receita e despesa para o ano económico de....* Lisboa: S.C.M.L., [1963?]-
- [481] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Arquivo Biblioteca, (Lisboa) – *Catálogo das obras impressas nos séculos XV e XVI: a colecção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Introd. org., bibliografia, catalogação e índices Júlio Caio Velloso. 2ª ed. rev. & aumentada. Lisboa: S.C.M., 1994
- [482] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Caixa Económica, (Angra do Heroísmo) – *Relatório e contas: parecer do Conselho Fiscal: gerência de 1942*. [S.l.: s.n.], 1943
- [483] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Comissão Administrativa, (Velas) – *Relatório e contas referentes à gerência do ano económico de....* Velas, Angra do Heroísmo: S.C.M., [192] -
- [484] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital de São João de Deus, (Vila Nova de Famalicão) – *Relatório e contas*. Vila Nova de Famalicão: S. C. M., [1962]-
- [485] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital do Espírito Santo, (Évora) – *Compromisso para a Santa Casa da Misericórdia e Hospital do Espírito Santo de Évora*. Coimbra: Typ. Auxiliar d'Escritório, 1895
- [486] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital, (Castelo Branco) – *Regulamento: 1958 Setembro 26*. Castelo Branco: S. C. M., 1958
- [487] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital, (Fundão) – *Regulamento do hospital da Santa Casa da Misericórdia do Fundão*. Lisboa: Typ. M. Jesus Coelho, 1860
- [488] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital, (Guimarães) – *Regulamento administrativo do hospital dos entrevados da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Guimarães*. Porto: Typ. Commercial, 1858
- [489] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital, (Monsaraz) – *Compromisso para a Santa Casa da Misericórdia e Hospital de Monsaraz*. Reguengos: S.C.M.H., 1914
- [490] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital, (São Marcos de Braga) – *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia e Hospital de São Marcos de Braga*. Braga: Livr. Cruz, 1952

- [491] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital, (Serpa) – *Regulamento: 1956 Janeiro 26*. Serpa: [H.S.C.M.], 1956
- [492] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital, (Vieira) – *Relatório, contas e movimento hospitalar: gerência...* Braga: S.C.M.H.V., [19--]-
- [493] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital, (Vieira-Braga) – *Estatuto*. Vieira-Braga: S.C.M., 1975
- [494] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Hospital, (Vila de Oliveira de Azeméis) – *Estatutos*. [S.l.: s.n.], 1939
- [495] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Lotaria Nacional, (Lisboa) – *Regulamento dos agentes da lotaria nacional*. Lisboa: Lotaria Nacional, 1975
- [496] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Valença do Minho) – *Estatutos da Misericórdia de Valença do Minho*. Porto: Typ. Azevedo, 1913
- [497] SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, (Baía) – *Relatório*. Bahia: S.C.M.B., 1973-1974
- [498] SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, (Diu) – *Disposições legais sobre a loteria*. Nova Goa: Imp. Nacional, 1905
- [499] SANTA E REAL CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Cerveira) – *Estatutos da Santa e Real Casa da Misericórdia de Villa Nova de Cerveira*. Vianna: Typ. d'André J. Pereira, 1898
- [500] SARAIVA, Francisco de São Luís – *Lembranças a favor dos pobres*. Lisboa: Typ. de Eugenio Augusto, 1835
- [501] SEMBLANO, Gonçalo da Madre de Deus – *Sermam do Mandato pregado na Sancta Caza da Misericórdia de Coimbra: sendo provedor o Senhor Bispo Conde*. Coimbra: Officina de Rodrigo de Carvalho Coutinho, 1673
- [502] SILVA, António Luís da – *Synopse da administração da roda dos expostos da invicta cidade do Porto durante a gerência do Vereador António Luiz da Silva*. Porto: Typ. Commercial, 1850
- [503] SILVA, Jerónimo Peixoto da – *Sermam na sexta feira de Lazaro: pregou-o na Sancta Caza da Misericórdia da cidade do Porto*. Em Coimbra: na officina de Rodrigo de Carvalho Coutinho, 1672
- [504] SILVA, Jerónimo Peixoto da – *Sermão de quarta feira de cinza na Misericórdia da cidade do Porto... pregou... Hieronimo Peixoto da Silva... anno 1658*. Em Coimbra: na impressão da viuva de Manoel Carvalho, 1664
- [505] SIMÕES, António Augusto da Costa – *O Hospital de Santo António da Misericórdia do Porto: relatório*. Porto: Typ. do Jornal do Porto, 1883
- [506] SOARES, José Pinheiro de Freitas – *Memória, sobre a preferencia do leite de vaccas ao leite de cabras para o sustento das crianças, principalmente nas grandes Casas dos Expostos; e sobre algumas outras matérias, que dizem respeito à criação delles*. In: *Memórias económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. – Lisboa: Off. da Academia Real das Sciencias, 1815. t. 5
- [507] SOARES, José Pinheiro de Freitas – *Tractado de policia medica, no qual se comprehendem todas as matérias que podem servir para organizar um regimento de policia de saúde, para o interior do reino de Portugal*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1818
- [508] SOCIEDADE COOPERATIVA DOS EMPREGADOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA – *Estatutos*. Porto: [s.n.], 1972
- [509] SOUSA, Silvino de – *Oração gratulatoria pronunciada no Te deum celebrado na Misericórdia de S. João da Pesqueira por occasião da visita... Exmo. Sr. Marquez de Soveral...* Vianna: Typ. d'André I. Pareira & Filho, 1904
- [510] *O Sub-secretário da Assistência Social inaugurou as modelares instalações da «Casa dos Pobres» de Albergaria-a-Velha*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1948, nºs 62-64, p. 47-48
- [511] *Subsídios concedidos no ano de 1959*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1959, nºs 135-136, p. 279-317
- [512] *Subsídios de participação a conceder na gerência de 1957: aos estabelecimentos: serviços e instituições officiais de assistência*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1957, nºs 127-128, p. 271-309
- [513] *Subsídios ordinários concedidos no ano de 1960*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1960, nºs 139-140, p. 215-259
- [514] *Subsídios ordinários de cooperação concedidos pela Direcção-Geral da Assistência no ano de 1958*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1958, nºs 131-132, p. 171-201
- [515] *Subsídios ordinários de cooperação em 1950 pela Direcção Geral de Assistência*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1950, nºs 83-85, p. 119-129
- [516] TORRES, Joaquim Maria – *Memória ou reflexões sobre o melhoramento do novo projecto ou regulamento da saúde publica...* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822
- [517] TRAVASSOS – *Extracto da memória de [...] médico da Câmara da Villa da Vacariça e annexas, 12 de Janeiro de 1813*. Jornal de Coimbra. – Coimbra: [s.n.], 1813. nº 15, Março de 1813
- [518] TRINDADE, Bento da – *Homilia, ou exposição parafraseada do Cântico Magnificat, pregada na Igreja da Misericórdia da Bahia*. Lisboa: Offic. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1785
- [519] UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUEAS – *Estatutos da União das Misericórdias Portuguesas: 2ª versão*. Lisboa: U. M. P., 1984
- [520] *Valor e atribuições das Misericórdias actuais*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1943, nºs 4-5, p. 197-202

- [521] VAZ, Francisco de Assis de Sousa – *Notícia sobre o estado actual da Casa da Roda da cidade do Porto...* Porto: Imprensa aos Lavadouros, 1834
- [522] VEIGA, Abel Eduardo da Mota; GRAÇA, Francisca da – *Minutas de appellação na acção de investigação de paternidade illegitima: por parte dos appellantes Misericórdia da Villa de Mação, Padre Joaquim Lopes Maia, D. Josepha Candida de Portugal e outros: em que são appellados Francisca da Graça e seu marido.* Lisboa: Imp. Nacional, 1881
- [523] VEIGA, João Crisóstomo da – *Reflexões ou breve discurso sobre as rodas dos expostos.* Coimbra: Imp. da Universidade, 1853
- [524] VIEIRA, César Augusto de Faria – *Relatório da sindicância feita às administrações cessantes da Misericórdia de Castelo de Vide (1881 a 1910) conforme o alvará de 13 de Dezembro último.* Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1911
- [525] VIEIRA, António – *Predigt uber Maria Heimsuchung.* Kritischer text und kommentar von Radegundis Leopold. Munster, Westfalen: Aschendorffsche, 1977
- [526] VIEIRA, António – *Sermam das obras de misericórdia que pregou a favor dos pobres o príncipe dos pregadores o P. António Vieira, da Companhia de Jesus, natural desta cidade, na Igreja do Hospital Real; com o Santíssimo exposto.* Lisboa: Reimpresso à custa de D. T. A. F. do S. Officio, 1753
- [527] VIEIRA, António – *Sermam, que pregou o P. António Vieira... na Misericórdia da Bahia de Todos os Santos em dia da Visitação de Nossa Senhora Orago da Casa... anno. 1646[?].* Em Lisboa: na officina de Domingos Lopes Rosa, 1646. Publ. em «Sermoens», VI (1690) p. 386-415, onde apresenta tít. cor. «Sermão da Visitação de Nossa Senhora».
- [528] VITERBO, Sousa – *Hospitais em Lisboa: o hospital dos incuráveis.* [Porto: s.n., 1895]

2 – ESTUDOS

- [529] *500 anos [da] Santa Casa da Misericórdia do Porto.* Porto: S.C.M., 1999
- [530] ABRANTES, Ventura Ledesma – *A Santa Casa da Misericórdia da Vila de Olivença.* Lisboa: [s.n.], 1940. Sep. Boletim da Sociedade de Geografia. A. 58
- [531] ABREU, Alberto Antunes de – *O Arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão.* Fão, Esposende: Santa Casa da Misericórdia, 1988 [D.L. 1992]
- [532] ABREU, Alberto Antunes de – *O arquivo e as origens da Santa Casa da Misericórdia de Fão.* Boletim Cultural de Esposende. – Esposende: Câmara Municipal. 1982, nº 2, p. 45-65; 1983, nº 3, p. 77-120; 1983, nº 4, p. 105-126; 1984, nº 5, p. 73-127; 1984, nº 6, p. 113-150; 1985, nº 7-8, p. 134-144; 1986, nº 9-10, 144-178; 1987, nº 11-12, p. 111-138
- [533] ABREU, Eduardo de – *Notícia de dois documentos raros relativos ao Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa.* Porto: Typ. de Arthur José de Sousa & Irmão, 1887. Sep. Archivos da História da Medicina Portuguesa
- [534] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Confrarias e Irmandades de Setúbal: redes de sociabilidade e poder.* In: Congresso Internacional do Barroco: Actas / do I Congresso. – Porto: Reitoria da Universidade do Porto: Governo Civil do Porto, 1991. vol. 1, p. 3-15
- [535] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Confrarias e Irmandades: a santificação do quotidiano.* In: A Festa: Actas do 8º Congresso Internacional. – Lisboa: Sociedade Portuguesa de estudos do século XVIII, 1992. vol. 2, p. 429-440
- [536] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na modernidade.* Viseu: Palimage Editores, 1999
- [537] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Padronização hospitalar e misericórdia.* Revista Portuguesa de História. – Coimbra: Universidade de Coimbra, 1996. vol. 31, p. 287-303
- [538] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Padronização Hospitalar e Misericórdias: apontamentos sobre a reforma da assistência pública em Portugal.* In: V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: Actas / do Congresso Comemorativo. – Évora: Hospital do Espírito Santo, 1996. p. 137-148
- [539] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *O papel das misericórdias dos «lugares de Além Mar» na formação do império portugueses.* História, Ciências, Saúde – Mangueiros, Vol. 8, nº 2, 2001, p. 591-611
- [540] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Para uma outra visão do Purgatório: uma primeira abordagem aos breves de perdão e de redução.* Revista Portuguesa de História. Tomo 23, vol. 2, 1999, p. 713-736
- [541] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal: (séculos XV-XIX).* Dynamis: Acta Hispanica ad Medicinam Scientiarumque Historiam Illustrandam. Vol. 20, 2000, p. 395-415
- [542] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder.* Pref. por António de Oliveira. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia, 1990

- [543] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1660 a 1755 [Texto policopiado]: aspectos de sociabilidade e poder*. [Coimbra: s.n.], 1989. Tese de mestrado apresentada na Fac. de Letras da Univ. de Coimbra
- [544] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *Setúbal na modernidade: memórias da alma e do corpo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1998. Dissertação de doutoramento em História Moderna apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- [545] ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *O trabalho, o casamento e a caridade: algumas formas de subsistência material da mulher, em Setúbal, no século XVIII*. O quotidiano na História Portuguesa: Actas I do Encontro Internacional. – Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 1993. p. 1-21
- [546] ABREU, Solano de – *Assistência à infância desvalida e aos mendigos*. Abrantes: Tip. Morgado, 1922
- [547] AFONSO, Belarmino – *Confrarias e mentalidade barroca*. In: Congresso Internacional do Barroco: Actas I do I Congresso. – Porto: Reitoria da Universidade do Porto: Governo Civil do Porto, 1991. vol. 1, p. 17-53
- [548] AFONSO, João – *Há meio século nos primórdios da Misericórdia de Angra: Irmandade do Espírito Santo e Hospital do Santo Espírito*. In: Repensar as Misericórdias: Actas I do II Congresso Regional das Misericórdias dos Açores. – Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia, 1987. p. 33-45
- [549] AGUIAR, José Pinto – *Recolhimentos da capital: breves apontamentos*. Lisboa: [Grupo Amigos de Lisboa], 1966
- [550] *Ainda a questão da Lapa: a mesa da Irmandade e os médicos do seu hospital*. Porto: [s.n.], 1931
- [551] ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins – *As instituições de resgate de cativos em Portugal [Texto policopiado]: sua estruturação e evolução no século XV*. Lisboa: [s.n.], 1994. Tese maestr. em Hist. Descobrimientos e da Expansão Portuguesa apresentada à Univ. Nova Lisboa
- [552] ALBUQUERQUE, Luís de – *Estudos de História*. Coimbra: Universidade, 1974-1976
- [553] ALBUQUERQUE, Maria João – *A irmandade e confraria da Misericórdia de Vila Verde dos Francos*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. nº 35, p. 100-109
- [554] *Algumas efemérides referentes às Misericórdias*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa. Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social, 1943. nºs 4-5, p. 168-173
- [555] *Algumas mulheres eborenses vivas na história da caridade, da filantropia e da piedade*. Évora: Minerva Eborense, [1844]
- [556] *Algumas notas para a história da Rainha D. Leonor*. Acção Médica. – Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses, 1959. nº 91-92, p. 402-425
- [557] *Alguns elementos para a história dos serviços da provedoria da assistência pública de Lisboa: gerência do provedor interino Aurélio da Costa Ferreira, 22 de Julho de 1911 a 16 de Junho de 1912*. [S.l.: s.n.], 1912
- [558] ALMEIDA, Adriano Carlos Veloso de – *Interesses das misericórdias em geral*. In: Segundo Congresso das Misericórdias realizado no Porto de 19 a 22 de Maio de 1929. – Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1930. p. 95-105
- [559] ALMEIDA, André Ferrand de – *As Misericórdias*. In: História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Dir. José Mattoso. – Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. vol. 3, p. 185-193
- [560] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Os caminhos e a assistência no norte de Portugal*. In: A pobreza e assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas I 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973-. t. 1, p. 39-57
- [561] ALMEIDA, Fernando de – *Do caderno de um peregrino. Acção Médica*. – Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses, 1959. nº 91-92, p. 314-320
- [562] ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nov. ed.. Porto: Portucalense, 1967-1971
- [563] ALMEIDA, Francisco Alves de – *Alguns aspectos da assistência infantil no Porto*. [S.l.: s.n., 1951]
- [564] ALMEIDA, João Ferreira de – *Integração social e exclusão social: algumas questões*. Análise Social. – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Coimbra, vol. 28, nºs. 123-124, 1993, p. 828-834
- [565] ALMEIDA, Justino Mendes de – *Da confraria do Espírito Santo à Santa Casa da Misericórdia: 750 anos de bem-fazer em Benavente*. In: V Centenário das Misericórdias Portuguesas. – Lisboa: Academia Portuguesa de História: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2000. p. 37-48
- [566] ALMEIDA, Luiz A. A. Moraes e – *A Misericórdia de Coimbra: traços históricos*. O Instituto. – Coimbra: [s.n.], 1888. vol. 35
- [567] ALMEIDA, Maria Manuel Proença Ferreira de – *Em busca das representações do povo [Texto policopiado]: Portugal: século XVII*. Coimbra: [s.n.], 1996. Tese maestr. História Moderna apresentada à Univ. de Coimbra
- [568] ALMEIDA, Reinaldo Cardoso Correia de – *Santa Casa da Misericórdia de Viseu: subsídios para a sua história*. Viseu: Santa Casa da Misericórdia, 1985
- [569] ALVES, Alexandre – *Igreja da Misericórdia de Viseu*. Viseu: Santa Casa da Misericórdia, 1988
- [570] ALVES, Jorge Fernandes – *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Ed. Autor, 1994
- [571] ALVES, Luís Alberto Marques – *O brasileiro: ausência e*

- presença no Portugal oitocentista*. In: Os brasileiros de torna viagem no noroeste de Portugal. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. p. 41-59
- [572] ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e – *Aspectos na assistência às crianças expostas e desvalidas no Concelho de Valongo no século XIX*. Revista de Ciências Históricas. – Porto: Universidade do Porto, 1987. vol. 2, p. 261-267
- [573] ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e – *Em torno dos expostos: as duas primeiras casas de expostos portuguesas*. Porto: [s.n.], 1984. Sep. Rev. História, 1
- [574] ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e – *Notas à margem de um livro de termos de grávidas*. Revista de Ciências Históricas. – Porto: Universidade, 1987. vol. 2, p. 293-324
- [575] AMBRÓSIO, António – *Dona Simoa de S. Tomé em Lisboa*. [Lisboa]: Santa Casa da Misericórdia, 1998
- [576] AMEAL, João – *Dona Leonor: Princesa perfeitíssima*. Porto: Livr. Tavares Martins, 1943
- [577] AMORIM, Aires – *Das confrarias do concelho da Feira: séculos XVII a XX*. – Aveiro: Arquivo Distrital, 1976. Sep. Arquivo do Distrito de Aveiro, 42
- [578] AMORIM, Inês – *Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII (1690-1814) [Texto policopiado]: estudo económico de um espaço histórico*. Porto: [s.n.], 1996. Tese dout. História Moderna, Univ. Porto.
- [579] AMORIM, Inês – *Misericórdia de Aveiro e misericórdias da Índia no século XVII: procuradoras de defuntos*. In: Congresso Internacional do Barroco: Actas / do I Congresso. – Porto: Reitoria da Universidade do Porto: Governo Civil do Porto, 1991. vol. 1, p. 113-137
- [580] AMORIM, Inês – *Roteiro do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Revista de História. – Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Universidade do Porto. 1986 – 1987, vol. 7, p. 229-263
- [581] ANDRADE, A. A. Banha de – *Roteiro do arquivo histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo, com a história da fundação e os primeiros anos da Santa Casa*. Revista Portuguesa de História. – Coimbra: Universidade. 1977, t. 17, p. 137-176
- [582] ANICA, Arnaldo Casimiro – *História da Misericórdia de Tavira no último quartel do séc. XX*. Tavira: Santa Casa da Misericórdia, 1998
- [583] ANICA, Arnaldo Casimiro – *O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade: notas*. Tavira: [s.n.], imp. 1983
- [584] ANJO, A. César – *Assistência às crianças expostas em Portugal*. Amatus Lusitanus: revista de medicina e cirurgia. – Lisboa: [s.n.], 1950. vol. 7, nº 10
- [585] ANTUNES, Manuel Luís Marinho – *Actualidade pastoral das Misericórdias Portuguesas*. Eborensia. – Évora: Instituto Superior de Teologia. 1999, nºs 23-24, p. 171-177
- [586] ARAÚJO, Ana Cristina – *Cerimónias de execução pública no Antigo Regime: escatologia e justiça*. Revista de História da Sociedade e da Cultura. nº1, 2001, p. 169-211
- [587] ARAÚJO, Ana Cristina – *A morte em Lisboa: atitudes e representações: 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997
- [588] ARAÚJO, António de Sousa – *Subsídio para o estudo das irmandades ou confrarias de Portugal*. Itinerarium. vol. 20, n. 85, 1974, p. 267-324
- [589] ARAÚJO, José Rosa de – *A confraria dos sapateiros*. A Aurora do Lima. – Viana do Castelo, 1942. nºs 62-66, 68, 70 e 71
- [590] ARAÚJO, José Rosa de – *A igreja da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo*. 2ª ed. corrig. e aument. Viana do Castelo: Santa Casa da Misericórdia, 1983
- [591] ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Alcançar o Céu através da dádiva de roupa: a distribuição de roupa nos testamentos da Misericórdia de Vila Viçosa: séculos XVI-XVII*. – Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais / Universidade do Minho, 2000
- [592] ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *A Confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados: 1731-1780*. [S.l.]: Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, 2001
- [593] ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Dar aos pobres e empregar a Deus [Texto policopiado]: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima: séculos XVI-XVIII*. Barcelos: Santa Casa de Misericórdia de Vila Viçosa e de Ponte de Lima, 2000. Tese dout. apresentada à Universidade do Minho
- [594] ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *A Misericórdia de Vila Viçosa e assistência aos soldados em finais do século XVIII*. In: V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: Actas / do Congresso Comemorativo. – Évora: Hospital do Espírito Santo, 1996. p. 149-164
- [595] ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima*. Cadernos do Noroeste. – Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais / Universidade do Minho. vol. 11, nº 2, 1998, p. 83-114
- [596] ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Pobres, honradas e virtuosas: a distribuição de dotes de D. Francisco pela Misericórdia de Ponte de Lima: (1680-1850)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000
- [597] ARIEIRO, José Borlido C. – *Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez: 4º centenário: 1595-1995*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 1995
- [598] ARNAUD, Joaquim António Leitão Rebelo – *A Misericórdia de Pavia*. In: V Centenário da Rainha D. Leonor:

- Actas / do IV Congresso das Misericórdias. – Lisboa [s.n.], 1959. vol. I, p. 441-443
- [599] *Arquivo da Misericórdia de Monsaraz: inventário*. [Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal], 2001
- [600] *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas: inventário*. Colab. de João Carlos Osório. [S.l.]: Arquivo Distrital de Vila Real: Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas, 1998
- [601] ARRIAGA, Roque Manuel de – *Assistência: tese apresentada ao 1º congresso da União Nacional*. [S.l.: s.n.], 1935
- [602] ARRUDA, Luisa – *Figuras de convite em Portugal e no Brasil*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1998/1999, nºs 36-37, p. 126-154
- [603] *Assistência Social: princípios e realizações*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-secretariado de Estado da Assistência Social. 1949, nºs 71-73, p. 3-20
- [604] AVELLAR, Ana Filipa Sá e Serpa Gomes de – *Compromisso de confraria de Setúbal (1330) [texto policopiado]*. Lisboa: [s.n.], 1996. Tese de mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Universidade de Lisboa
- [605] ÁVILA, João Gabriel – *Santa Casa da Misericórdia da Vila de Velas: achegas para a sua história*. Vila de Velas: Santa Casa da Misericórdia, 1996
- [606] AYALLA, F. – *A Misericórdia de Goa e a questão da Índia*. Goa: [s.n.], 1904
- [607] AZEVEDO, Rui Pinto de – *O compromisso da confraria do Espírito Santo de Benavente*. Lusitania Sacra. – Lisboa: Centro de Estudos de História Eclesiástica. 1962-1963. 1ª s., t. 6, p. 7-23
- [608] *Bandeiras das Misericórdias*. Coord. Natália Correia Guedes. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2002
- [609] BARBOSA, Ilídio de Oliveira – *A fundadora das Misericórdias*. Lisboa: [s.n.], 1963
- [610] BARREIRA, Manuel de Oliveira – *A Santa Casa de Misericórdia de Aveiro [Texto policopiado]: pobreza e solidariedade (1600-1750)*. Coimbra: [s.n.], 1995. Tese maestr. em Hist. Moderna apresentada à Univ. Coimbra
- [611] BARREIRA, Manuel de Oliveira – *Santa Casa de Misericórdia de Aveiro: poder, pobreza, solidariedade*. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia, 1998. Orig. tese mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- [612] BARROS, Amândio Jorge Morais – *A confraria de S. Pedro de Miragaia no Porto do século XV*. Porto: Universidade do Porto, 1991. Tese de mestrado apresentada à Universidade do Porto
- [613] BARROS, Manuel da Silva – *Ação social da Santa Casa da Misericórdia de Évora*. Eborensia. – Évora: Instituto Superior de Teologia. 1999, nºs 23-24, p. 241-247
- [614] BARROS, Teresa Leitão de – *A Rainha D. Leonor*. Lisboa: SNI, [1949]
- [615] BASSO, José Fraústo – *Da Santa Casa da Misericórdia de Nisa: a assistência particular em Portugal e as misericórdias: elementos para o seu estudo*. In: V Congresso Nacional das Misericórdias. – Lisboa: Secretariado Nacional da União das Misericórdias, 1977. p. 211-290
- [616] BASSO, José Fraústo – *As misericórdias*. Lisboa: [s.n.], D.L. 1974]
- [617] BASTO, Artur de Magalhães – *Breve história da Misericórdia do Porto e seu hospital geral*. Porto: Of. Tip. do Instituto Surdos Mudos, 1934
- [618] BASTO, Artur de Magalhães – *O espírito que presidiu a criação das Misericórdias: a sua formação de caridade cristã deu-lhes um passado glorioso: como remediar os males do presente para lhes assegurar um futuro condigno do seu passado?*. Porto: Misericórdia do Porto, 1936
- [619] BASTO, Artur de Magalhães – *«Fons Vitas»: o misterioso quadro existente na Misericórdia do Porto*. Porto: Tip. do Hospital do Conde de Ferreira, 1933
- [620] BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: S.C.M., 1934-1964
- [621] BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. 2ª ed. Porto: S.C.M., 1997
- [622] BASTO, Artur de Magalhães – *A inspiração espiritual das Misericórdias*. In: V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias. – Lisboa [s.n.], 1959. vol. I, p. 61-67
- [623] BASTO, Artur de Magalhães – *Origens e desenvolvimento de um grande estabelecimento de assistência e caridade: o hospital de Santo António da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1998
- [624] BASTOS, A. Rebelo – *Para a história da enfermagem religiosa no hospital da Santa Casa da Misericórdia de Lamego*. Lisboa: [s.n.], D.L. 1974]
- [625] BEIRANTE, Maria Ângela – *As «heranças das almas» na diocese de Évora no início do século XVI*. In: Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora: Actas. – Évora: Instituto Superior de Teologia, Seminário Maior de Évora, 1994. vol.I, p. 105-117
- [626] BEIRANTE, Maria Ângela – *Confrarias medievais portuguesas*. Lisboa: M. A. Beirante, 1990
- [627] BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: [s.n.], 1988
- [628] BEIRANTE, Maria Ângela – *A gafaria de Évora*. A cidade de Évora: revista de cultura da Câmara Municipal. – Évora: [Câmara Municipal], 1994-95. nº 1, 2ª série, p. 213-218
- [629] BEIRANTE, Maria Ângela – *Santarém quinhentista*. Lisboa: [s.n.], 1981

- [630] BELO, Maria Filomena Valente – *Os recolhimentos femininos e a expansão: séculos XVI-XVII*. In: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Actas / do Congresso. – Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. vol. 1, p. 675-685
- [631] BERNARDO, Bonifácio dos Santos – *Fundação e Espírito do Beatério ou Recolhimento de S. Brás do Bonfim em Portalegre. A Cidade*. – Portalegre: Revista Cultural: Atelier de Artes Plásticas de Portalegre. 1992, nº 7, p. 35-49
- [632] BETHENCOURT, Francisco – *Os conventos femininos no Império Português: o caso do Convento de Santa Mónica em Goa*. In: O Rosto Feminino na Expansão Portuguesa: Actas / do Congresso. – Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. vol. 1 p. 631-652
- [633] BIGOTTE, José Quelhas – *Santa Casa da Misericórdia de Seia: três séculos de vida activa e assistência modelar*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado da Assistência Social. 1945, nºs 31-32, p. 201-205
- [634] BIGOTTE, José Quelhas – *Situação jurídica das misericórdias portuguesas*. 2ª ed. Seia: [s.n.], 1994
- [635] BOLÉO, José de Paiva – *Caridade e assistência social*. [S.l.: s.n.], 1944
- [636] BORGES, Nelson Correia – *João de Ruão escultor da renascença coimbrã*. Coimbra: Instituto de História de Arte, 1980
- [637] BOSCHI, Caio César – *O assistencialismo na Capitania do Ouro*. Revista de História. – [s. l.: s.n.], 1984. nº 116, p. 25-41
- [638] BOSCHI, Caio César – *As directrizes metropolitanas, a realidade colonial e as irmandades mineiras*. RBEP. – Belo Horizonte, 1987. n. 65
- [639] BOSCHI, Caio César – *As irmandades leigas em Minas Gerais*. In: Achegas à História de Minas Gerais: século XVIII / Caio César Boschi. – Porto: Universidade Portucalense, 1994. p. 39-58
- [640] BOSCHI, Caio César – *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986
- [641] BOSCHI, Caio César – *As Misericórdias e a assistência à pobreza nas Minas Gerais setecentistas*. Revista de Ciências Históricas. – Porto: Universidade Portucalense, 1996. vol. 11, p. 77-89
- [642] BOXER, Charles Ralph – *Estudos para a história de Macau: séculos XVI a XVIII*. Lisboa: Fundação Oriente, 1991 -
- [643] BOXER, Charles Ralph – *Portuguese society in the tropics: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1965
- [644] BOXER, Charles Ralph – *Race relations in the portuguese colonial empire 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963
- [645] BRAGA, Alberto Vieira – *Curiosidades de Guimarães*. Guimarães: Soc. Martins Sarmento, 1980 - Sep. Revista de Guimarães
- [646] BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *Assistência, saúde pública e prática médica em Portugal: séculos XV-XIX*. Lisboa: Universitária Editora, 2001
- [647] BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *A Misericórdia de Ceuta e a protecção às donzelas: 1580-1640*. In: Actas do Congresso Internacional de História da Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas. – Braga: [s.n.], 1993. vol. 3, p. 455-463
- [648] BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *Mulheres cativas e mulheres de cativos em Marrocos no século XVII*. In: O rosto feminino da expansão portuguesa: congresso internacional: actas. – Lisboa: [s.n.], 1995. vol. 1, p. 439-448
- [649] BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *A saúde pública e os seus agentes em Portugal: o caso dos boticários (1521-1557)*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, [1994]. Sep. Rev. Asclepio, v. 46, fasc. 2
- [650] BRAGA, Paulo Drumond – *A crise dos estabelecimentos de assistência aos pobres nos finais da Idade Média*. Revista Portuguesa de História. – Coimbra: Universidade/Faculdade de Letras – Instituto de História Económica e Social, 1991. t. 26, p. 175-190
- [651] BRAGA, Paulo Drumond – *Setúbal medieval [Texto polycopiado]: (séculos XIII a XV)*. Lisboa: [s.n.], 1991. Tese maestr. Hist. Idade Média apresentada à Univ. Nova de Lisboa
- [652] BRANDÃO, Diogo de Castelbranco de Paiva – *A obra de assistência do Estado Novo: os seus fundamentos: os seus objectivos*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub Secretariado de Estado da Assistência Social. 1948, nºs 65-70, p. 138-149
- [653] *Os brasileiros de torna viagem no noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000
- [654] BRÁSIO, António – *As confrarias medievais do Espírito Santo, paradigmas das misericórdias*. Lisboa: Acad. Port. da História, 1982. Sep. Actas Colóquio Presença de Portugal no Mundo
- [655] BRÁSIO, António – *As misericórdias de Angola*. Studia. – [S.l.: s.n.], 1959. vol. 4, p. 106-149
- [656] BRETTEL, Caroline B.; FEIJÓ, Rui – *A roda de Viana do Castelo no século XIX: apoio social e estratégias familiares*. Cadernos Vianenses. – Viana do Castelo: Câmara Municipal, 1989. t. 12, p. 215-267
- [657] *Breve noticia da origem e desenvolvimento das creches e da sua introdução em Portugal*. Lisboa: Lellement Frères, 1876
- [658] BRITO, A. da Rocha – *História da Gafaria de Coimbra*. In:

- Arquivos de Dermatologia e Sifilografia. – [Coimbra: s.n.], 1931-1932. vol. I
- [659] BRITO, Maria Filomena – *A bandeira processional de Nossa Senhora da Misericórdia na vida portuguesa: testemunhos de tradição e valor*. In: *Mater Misericordiae: simbolismo e representação da Virgem da Misericórdia* / coord. Nuno Vassalo e Silva. – Lisboa: Livros Horizonte, 1995. p. 86-105
- [660] C., A. de – *Resumo histórico: sobre o quadro pintado a óleo representando o acto do casamento d'el rei o Senhor D. Manuel com a senhora D. Leonor que se conserva na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde o XVI século*. Lisboa: Typ. Universal, 1871
- [661] C., F. – *Bandeiras das Misericórdias*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1944. nº 11, p. 481-482
- [662] CABAÇO, Mariano – *O quadro da Misericórdia de Lisboa*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. nº 35, p. 52-60
- [663] CABRAL, José Curry – *Assistência pública e hospitalização*. In: *Notas sobre Portugal*. – Lisboa: [s.n.], 1908. vol. I
- [664] CAEIRO, Francisco Gama – *A assistência em Portugal no século XIII e os cônegos regrantes de Santo Agostinho*. In: *A pobreza e a assistência na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas / 1^{as} Jornadas Luso espanholas de História Medieval* – Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973 : t.1,p. 219-229
- [665] CAEIRO, Maria Margarida Castro Neves Mascarenhas – *Concepção da vida e da morte no Portugal filipino [Texto policopiado]*. Lisboa: M.M.C.N.M. Caeiro, 1990. Tese de mestrado em História Moderna apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Lisboa
- [666] CAETANO, Joaquim Oliveira – *Pintura: colecção de pintura da Misericórdia de Lisboa: século XVI ao século XX*. Colab. Maria Filomena Brito, Teresa Freitas Morna. Lisboa: S.C.M., 1998-
- [667] CAETANO, Joaquim Oliveira – *Sob o manto protector: para uma iconografia da Virgem da Misericórdia*. In: *Mater Misericordiae: simbolismo e representação da Virgem da Misericórdia*. Coord. Nuno Vassalo e Silva. – Lisboa: Livros Horizonte, 1995. p. 14-51
- [668] CAETANO, Joaquim Oliveira – *A Virgem da Misericórdia: uma aproximação iconográfica*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. nº 35, p. 62-77
- [669] CAETANO, Marcelo – *A antiga organização dos mestres da cidade de Lisboa*. In: *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história* / Franz-Paul Langhans; prefácio de Marcello Caetano. – Lisboa: Imprensa Nacional, 1943. vol. I
- [670] CALADO, Rafael Salinas – *Origens e vida da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras*. Torres Vedras: Tip. Sociedade Progresso Industrial de Torres Vedras, 1936
- [671] CALÇADA, António Viegas – *Terras, águas, e moinhos em Alcácer do Sal: alegações pró Misericórdia e Dr. Francisco Serra Lince contra João dos Reis*. [S.l.: s.n.], 1936
- [672] *Caldas da Rainha e o seu hospital*. Lisboa: [s.n., D.L. 1971]
- [673] CALDAS, Fernando – *Misericórdia de Cascais uma obra: um projecto*. In: *As Misericórdias ontem, hoje e amanhã: II Congresso Internacional das Misericórdias*. – Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. 1985, p. 325-348
- [674] CALDAS, José César – *A implantação e o desenvolvimento histórico das Misericórdias e outras instituições no Brasil*. In: *As Misericórdias ontem, hoje e amanhã: II Congresso Internacional das Misericórdias*. – Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. 1985, p. 101-127
- [675] CALDEIRA, Maria de Fátima C. G. E. Silva – *De meninos se fazem os homens: assistência infantil e juvenil na cidade de Lisboa durante a 1^a República*. Lisboa: [s.n.], 1993. Tese de mestrado em História apresentada à Universidade Nova de Lisboa
- [676] CAMARA DEL RIO, Manuel – *La Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericordia de Ceuta*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties, 1996
- [677] CÂMARA, Maria Teresa Bettencourt da – *A Igreja da Misericórdia de Angra do Heroísmo: 1728-1746*. In: *Congresso Internacional do Barroco: Actas I do I Congresso*. – Porto: Reitoria da Universidade do Porto: Governo Civil do Porto, 1991. vol. I, p. 213-227
- [678] CÂMARA, Maria Teresa Bettencourt da – *Óbidos [Texto policopiado]: arquitectura e urbanismo: sécs. XVI e XVII*. Lisboa: [s.n.], 1986. Tese de mestrado em História de Arte apresentada à Fac. de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa
- [679] CAMPOS, Ernesto de Sousa – *Bandeiras e emblemas das misericórdias*. [S.l.]: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1948
- [680] CAMPOS, Ernesto de Sousa – *Santa Casa da Misericórdia de Santos*. S. Paulo: [s.n.], 1943
- [681] CAMPOS, Ernesto de Sousa – *Santa Casa de Misericórdia de Bahia: origem e aspectos de seu funcionamento*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. – [S.l.: s.n.], 1943. vol. 69, p. 213-252
- [682] CAMPOS, Manuel de – *Dois provedores da Santa Casa da Misericórdia de Goa...* Nova Goa: Impr. Nacional, 1811
- [683] CANAVEIRA, Manuel Filipe Cruz de Moraes – *A fortuna de uma nobre portuguesa no século XVIII: D. Filipa de Noronha e a sua testamenteira*. Revista de História Económica e Social. – Lisboa: Sá da Costa. nº 13, 1984, p. 93-140
- [684] CAPELA, José Viriato – *A Igreja, sociedade e estado na*

- partilha dos bens eclesiásticos: dízimos e direitos paroquiais no Arcebispado de Braga nos fins do Antigo Regime*. In: IX Centenário da dedicação da Sé de Braga: Actas / do Congresso Internacional. – Braga: Faculdade de Teologia: Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990. vol. 2/2, p. 421-488
- [685] CAPELA, José Viriato – *O sistema eleitoral municipal: eleições, representação e representatividade social nas instituições locais da sociedade portuguesa de Antigo Regime*. In: Construction d'un gouvernement municipal: elites, elections et pouvoir à Guimarães entre Absolutisme et Libéralisme: 1753-1834 / [coord.] José da Silva Marinho. – Braga: Universidade do Minho, 2000. p. 19-46
- [686] CARDADOR, José de Carvalho Asseiceira – *Subsídios para o estudo da Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra de Magos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1970. Tese de licenciatura apresentada à Universidade de Coimbra
- [687] *Caritatis Monumenta Historica: Misericórdia de Arouca*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1949, nºs 77-79, p. 221
- [688] CARMONA, Mário Reis Figueiredo – *O Hospital Real de Todos-os Santos da cidade de Lisboa*. [S.l.: s.n.], 1954
- [689] CARMONA, Mário Reis Figueiredo – *Organização do Museu da Misericórdia de Lisboa: segundo as modernas normas da museologia*. In: V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias. – Lisboa [s.n.], 1959. vol. I, p. 478-490
- [690] CARVALHO, Abílio Pereira de – *História de uma confraria 1677-1855*. Castro Verde: Câmara Municipal, 1989
- [691] CARVALHO, Abílio Pereira de – *Misericórdia de Castro Daire: subsídio para a sua história*. Castro Daire: Santa Casa da Misericórdia, D.L. 1990
- [692] CARVALHO, Augusto da Silva – *Crónica do hospital de Todos-os Santos*. Lisboa: [s.n.], D.L. 1992
- [693] CARVALHO, Augusto da Silva – *História da medicina portuguesa*. Lisboa: Imp. Nacional, 1929
- [694] CARVALHO, Augusto da Silva – *Memórias das Caldas da Rainha: 1484-1884*. Lisboa: Ferin, 1932
- [695] CARVALHO, José Adriano – *Pauperismo e sensibilidade social em Espanha nos fins do século XVI*. Revista da Faculdade de Letras do Porto: série de filosofia. – Porto. 1973. p. 91-137
- [696] CARVALHO, José Vilhena de – *Santa Casa da Misericórdia de Almeida*. Guarda: [s.n., D.L. 1971]
- [697] CARVALHO, M. P. Henriques de – *Notícia histórica sobre a origem da pobreza e da mendicância, das suas causas mais influentes: dos seus espantosos progressos: finalmente dos meios que tem tentado em algumas nações*. Lisboa: Typ. de Filippe Nery, 1835
- [698] CARVALHO, Maria Elvira R. C. Teixeira de – *A Câmara Municipal de Braga e os pobres, 1900-1945 [Texto polycopiado]*. [Braga: s.n.], 1998. Tese de mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea apresentada à Universidade do Minho
- [699] CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, imp. 1986
- [700] CARVALHO, Sérgio Luís de – *Assistência e medicina no Portugal medieval*. [Lisboa]: Grupo Trab. Min. Educação para Comem. Descobr. Portugueses, D.L. 1995
- [701] CARVALHO, Sérgio Luís – *O tombo dos bens do hospital de Sintra*. História. – [S.l.: s.n.], 1989. ano 11, nº 114, p. 58-61
- [702] CARVALHO, Vicente António Esteves de – *Notícia de algumas providências concernentes a Expostos...* Jornal de Coimbra. – Coimbra: [s.n.], 1815. nº 41, 2ª parte
- [703] CASCAIS. Câmara Municipal; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Cascais) – *Património histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais*. Coord. Pedro Galvão Lucas. Cascais: C.M.: S.C.M., D.L. 1998
- [704] CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira – *Aspectos sociais e económicos do concelho de Arganil na segunda metade do século XIX*. Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra. – Coimbra: Universidade, 1978. nº 4, p. 3-37
- [705] CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira – *Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910: permanência e mudança em duas comunidades do Litoral*. Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís de Albuquerque: Câmara Municipal: Liv. Minerva, 1998
- [706] CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira – *Permanência e mudança em duas comunidades do Litoral [Texto polycopiado]: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*. Coimbra: Gabinete de Publicações da FLUC, 1989. Tese de doutoramento em História apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra
- [707] CASTILHO, Júlio de – *A extincta irmandade do Espírito Santo do Lumiar: estudo do seu antigo compromisso*. Archivo Historico Portuguez. – [S.l.: s.n.], 1903. vol. I, p. 97-101
- [708] CASTILHO, Júlio de – *Planta topographica exacta do sitio que comprehende a rua em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos... [Visual gráfico]*. [Lisboa?: s.n., 1889]
- [709] CASTRO, Augusto César da Silva, Júnior – *A Santa Casa da Misericórdia de Luanda*. In: V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias. – Lisboa: [s.n.], 1959. vol. I, p. 192-202
- [710] CASTRO, Augusto Mendes Simões de – *Guia histórico do viajante em Coimbra e arredores*. Coimbra: Imprensa da Universidade, imp. 1867
- [711] CASTRO, Felipe Alípio F. de Araújo e – *Projecto sobre a administração dos expostos: [datado de Lisboa, 1813]*. O Investigador Portuguez em Inglaterra.... nºs 49-50, 1815

- [712] CASTRO, Francisco Cyrne de – «*Misericórdias*» do Alto Minho: a sua administração na primeira metade do século XIX. Arquivo do Alto Minho. – Viana do Castelo: Repositório de Estudos e Documentos Regionais, 1980. vol. 25, 3ª s., p. 6-23
- [713] CASTRO, João Osório de – *Leonor: Santa Rainha: (laudário da Misericórdia)*. Coord. João Gil. [Mafra]: Elo, 1999
- [714] CASTRO, José de – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*. Lisboa: União Gráfica, 1948
- [715] CASTRO, José de – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*. Lisboa: [s.n.], 1941
- [716] CASTRO, Maria de Fátima – *Assistência no hospital de S. Marcos da 2ª metade do século XVII a cerca de 1710*. Bracara Augusta. – Braga: Câmara Municipal, 1993. vol. 44, nº 96 (109), p. 45-73
- [717] CASTRO, Maria de Fátima – *Construção, conservação e ampliação de edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Braga*. Bracara Augusta. – Braga: Câmara Municipal de Braga. vol. 47, nº100 (113), p. 5-106
- [718] CASTRO, Maria de Fátima – *Devoções ligadas à igreja da Misericórdia e Sé Primaz de Braga: documentação exemplificativa*. Via spiritus. – Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto; Instituto de Cultura Portuguesa; Faculdade de Letras. 2000, nº 7, p. 163-201
- [719] CASTRO, Maria de Fátima – *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: devoções: procissões e outras festividades (do século XVI a começos do século XX)*. [S.l.]: M.F. Castro, 1998
- [720] CASTRO, Maria de Fátima – *O recolhimento das beatas de Santo António do campo da vinha*. Bracara Augusta. – Braga: Câmara Municipal, 1995/96. vol. 46, nº 98/99, p. 169-250
- [721] *Catálogo dos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia da Bahia: século XVII*. Salvador: Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1977
- [722] CENTRO HOSPITALAR DE CALDAS DA RAINHA; CASA DA CULTURA DAS CALDAS DA RAINHA. Grupo de Estudos do Património Histórico – *O compromisso da Rainha: exposição*. Caldas da Rainha: P.H., 1992
- [723] CENTRO HOSPITALAR DE CALDAS DA RAINHA – *Rodrigo Berquó Cantagalo, 1839-1896: arquitecto das termas*. Coord. Jorge Mangorrinha. Textos e sel. doc. Dulce Maria de Soure... [et al.]. Fot. Joaquim A. Silva. Caldas da Rainha: Centro Hospitalar, 1996
- [724] CEPEDA, Augusto Abreu Lopes – *Misericórdia de Penafiel: a Igreja e uma pintura antiga*. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia, 1990
- [725] CEPEDA, Isabel Vilarés – *Os Livros da Rainha D. Leonor, segundo o códice da Biblioteca Nacional, Lisboa*. Revista da Biblioteca Nacional. – Lisboa: B.N., 1987. 2ª s., vol. 2, nº 2, p. 51-81
- [726] CERIMÓNIAS, António José – *Azulejos da igreja da Misericórdia de Chaves*. Dresden: Frau & Schwab Imp., 1928
- [727] *La chapelle de St. Jean Baptiste dans l'église de St. Roch de la Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisbonne: Imp. de l'Académie Royale des Sciences, 1893
- [728] CHATEAUNEUF, Benoiston de – *Algumas páginas acerca de expostos*. Trad. Francisco de Assis e Sousa Vaz. [Porto: s.n.], 1841
- [729] CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – *Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII*. Revista de História Económica e Social. – Lisboa: Sá da Costa. nº 21, 1987, p. 93-130
- [730] CID, Isabel – *Presenças femininas nas fortalezas portuguesas da Índia no século XVII*. In: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Actas / do Congresso. – Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. vol. 1, p. 687-694
- [731] COATES, Timothy Joel – *Colonização feminina patrocinada pelos poderes públicos no Estado da Índia*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1995, nº 21, p. 34-43
- [732] COATES, Timothy Joel – *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*. Trad. de José Vieira de Lima. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998
- [733] COELHO, Maria de Fátima – *Albergarias*. In: Dicionário Enciclopédico da História de Portugal / coord. José Costa Pereira. – [s.l.]: Selecções do Reader's Digest. 1989, vol.1, p. 30
- [734] COELHO, Maria de Fátima – *Confrarias*. In: Dicionário Enciclopédico da História de Portugal / coord. José Costa Pereira. – [s.l.]: Selecções do Reader's Digest. 1989, vol.1, p. 149
- [735] COELHO, Maria de Fátima – *Hospitais*. In: Dicionário Enciclopédico da História de Portugal / coord. José Costa Pereira. – [s.l.]: Selecções do Reader's Digest. 1989, vol. 1, p. 316-317
- [736] COELHO, Maria de Fátima – *Mendicidade*. In: Dicionário Enciclopédico da História de Portugal / coord. José Costa Pereira. – [s.l.]: Selecções do Rider's Digest. 1989. vol. 1
- [737] COELHO, Maria de Fátima – *Misericórdias*. In: Dicionário Enciclopédico da História de Portugal / coord. José Costa Pereira. – [s.l.]: Selecções do Reader's Digest. 1989, vol. 1, p. 477-478
- [738] COELHO, Maria Helena da Cruz – *A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII. A pobreza e a assistência na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas / 1ª Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* – Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973-. t.1, p. 231-257
- [739] COELHO, Maria Helena da Cruz – *As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na*

- morte. In: Cofradías, gremios, solidaridades en la Europa Medieval: Actas / XIX Semana de Estudios Medievales, Estella 92. – [S.l.: s.n.], 1992
- [740] *Comissão Distrital de Assistência do Funchal: a sua acção no ano de 1948*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1949, nºs 80-82, p. 309-323
- [741] CONCEIÇÃO, Augusto dos Santos – *Condeixa a-Nova*. 2ª ed.. [S.l.: s.n.], 1983
- [742] CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Subsídios para o estudo dos gafos de Santarém: séculos XIII-XV*. Estudos Medievais. – Porto: [s.n.], 1987. nº 8
- [743] CONGRESSO BEIRÃO, 6, Vila Nova de Famalicão, 1936 – *Corpos administrativos, casas do povo e misericórdias ante o problema social: a protecção à propriedade e o cadastros geométrico*. Coment. Jaime Lopes Dias. [S.l.: s.n.], 1936
- [744] CONGRESSO COMEMORATIVO DO V CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DO HOSPITAL REAL DO ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA, Évora, 1995 – *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: actas*. Évora: H.E.S., 1996
- [745] CONGRESSO DAS MISERICÓRDIAS, 2, Porto, 1929 – 2º *Congresso das Misericórdias*. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1930
- [746] CONGRESSO INTERNACIONAL DAS MISERICÓRDIAS, 2, Caldas da Rainha, 1985 – *As Misericórdias ontem, hoje e amanhã: notícias, comunicações, imagens*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 1985
- [747] CONGRESSO PORTUGUÊS DE BENEFICÊNCIA, 1, [Porto, 1906] – *1º Congresso Portuguez de Beneficência*. Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1906
- [748] CORREIA, António Augusto Mendes – *Conveniência de as Misericórdias manterem na sua orientação beneficente e caritativa os princípios doutrinários que inspiraram e animaram a sua fundação*. In: Segundo Congresso das Misericórdias realizado no Porto de 19 a 22 de Maio de 1929. – Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1930. p. 87-93
- [749] CORREIA, Fernando – *A actualização do primitivo compromisso da Misericórdia*. [S.l.: s.n.], 1932
- [750] CORREIA, Fernando Calapez – *A cidade e o termo de Lagos no período dos reis Filipes*. Pref. Joaquim Veríssimo Serrão. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1994. Originalmente tese maestr. apresentada à Univ. de Lisboa
- [751] CORREIA, Fernando Calapez – *Compromisso das Misericórdias de 1577*. Lagos: Santa Casa da Misericórdia, 1998
- [752] CORREIA, Fernando Calapez – *Elementos para a história da Misericórdia de Lagos*. Lagos: Santa Casa da Misericórdia, 1998
- [753] CORREIA, Fernando da Silva – *V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor*. Boletim da assistência social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social, 1954. nºs 117-118, p. 311-342
- [754] CORREIA, Fernando da Silva – *Algumas preposições sobre as Misericórdias Portuguesas*. In: V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias. – Lisboa [s.n.], 1959. vol. 1, p. 95-105
- [755] CORREIA, Fernando da Silva – *Algumas teses sobre a história da assistência em Portugal*. In: II Congresso do Mundo Português. – Lisboa: [s.n.], 1940. vol.2, p. 643-660
- [756] CORREIA, Fernando da Silva – *Apontamentos sobre as origens e evolução dos hospitais*. Acção Médica. – Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses, 1959. nº 91-92, p. 426-448
- [757] CORREIA, Fernando da Silva – *A arquitectura do Hospital de Todos os Santos: subsídio para a sua história*. Lisboa: [s.n.], 1948. Sep. Jornal Soc. Ciências Médicas Lisboa, 112
- [758] CORREIA, Fernando da Silva – *A assistência aos pobres no começo da nacionalidade*. In: II Congresso do mundo português. – Lisboa: [s.n.], 1940. vol. 2, p. 623-642
- [759] CORREIA, Fernando da Silva – *A assistência cristã desde o século IV ao século X*. [S.l.: s.n.], 1938
- [760] CORREIA, Fernando da Silva – *A assistência médica em Portugal durante o século XVI*. Lisboa: Imprensa Médica, 1943
- [761] CORREIA, Fernando da Silva – *A assistência moderna e a tradição*. Imprensa Médica. – [S.l.: s.n.], 1939. ano 5, nº 6
- [762] CORREIA, Fernando da Silva – *A assistência nos primeiros tempos do cristianismo*. [S.l.: s.n.], 1938
- [763] CORREIA, Fernando da Silva – *Charitatis Monumenta Historica: regimento das capelas e hospitais*. In: Boletim da Assistência Social. – [S.l.: s.n.], 1945. 2º ano, nºs 14-24
- [764] CORREIA, Fernando da Silva – *O compromisso do Hospital das Caldas – 1512*. Acção Médica. – Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses, 1959. nºs 91-92, p. 223-226
- [765] CORREIA, Fernando da Silva – *O conceito social moderno da Instituição «Misericórdia»*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1944, nºs 17-19, p. 196-200
- [766] CORREIA, Fernando da Silva – *Culto da Rainha Dona Leonor pela Serva de Deus Mafalda*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social, 1949. nºs 77-79, p. 222-224
- [767] CORREIA, Fernando da Silva – *Um documento importante para a história do Hospital de Todos-os-Santos*. Imprensa Médica. – Lisboa: Biblioteca da Faculdade de Medicina de Lisboa, 1940. nº 1, p. 202-205
- [768] CORREIA, Fernando da Silva – *O ensaio da Assistência*

- Social das Caldas da Rainha*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1944, n.ºs 17-19, p. 228-283
- [769] CORREIA, Fernando da Silva – *Um grande administrador hospitalar português de há três séculos (1656) – Jorge de S. Paulo: à memória de Prof. Francisco Gentil*. Lisboa: [s.n.], 1965. Sep. do Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, 129
- [770] CORREIA, Fernando da Silva – *A higiene do corpo e do espírito: assistência, higiene e educação*. [S.l.: s.n.], 1938
- [771] CORREIA, Fernando da Silva – *Hospitais das Misericórdias*. [S.l.: s.n.], 1938. Sep. Rev. Clínica, Higiene e Hidrologia, 7
- [772] CORREIA, Fernando da Silva – *Os hospitais medievais portugueses*. *A Medicina Contemporânea*. – [S.l.: s.n.], 1943. ano 41, n.ºs 11, 12, 13, 14 e 15
- [773] CORREIA, Fernando da Silva – *Hospitais pré-quincentistas Portugueses: A lição da História*. Imprensa Médica. – Lisboa: Biblioteca da Faculdade de Medicina de Lisboa, 1943. n.ºs 23 e 24, p. 361-366, 372-379
- [774] CORREIA, Fernando da Silva – *A idade de ouro da assistência cristã: a assistência na idade média*. Acção Médica. – Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses, 1939. ano 3, n.º 11, p. 157-190
- [775] CORREIA, Fernando da Silva – *João Luís Vivès e o renascimento da assistência*. *O Médico*. – [S.l.: s.n.], 1956. n.º 273
- [776] CORREIA, Fernando da Silva – *O julgamento da Rainha D. Leonor: seguido de três relatórios médicos*. Lisboa: Tip. Editorial Império, 1943
- [777] CORREIA, Fernando da Silva – *Leonor de Lencastre: tragédia d'uma grande alma*. Lisboa: Emp. Nacional de Publicidade, 1932
- [778] CORREIA, Fernando da Silva – *A obra da Rainha D. Leonor pela Educação Nacional*. Acção Médica. – Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses, 1959. n.º 91-92, p. 321-336
- [779] CORREIA, Fernando da Silva – *A origem dos grandes hospitais portugueses*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1944, n.ºs 17-19, p. 191-195
- [780] CORREIA, Fernando da Silva – *Origens e formação das misericórdias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1999
- [781] CORREIA, Fernando da Silva – *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*. Lisboa: Henrique Torres Ed., 1944
- [782] CORREIA, Fernando da Silva – *O primitivo compromisso da Misericórdia de Lisboa – 1498*. Acção Médica. – Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses, 1959. n.ºs 91-92, p. 265-268
- [783] CORREIA, Fernando da Silva – *Quem foi o primeiro Provedor da misericórdia de Lisboa*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Ministério da Saúde e Assistência, 1962. n.ºs 147-148, p. 43-53
- [784] CORREIA, Fernando da Silva – *Rainha D. Leonor*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1947, n.ºs 47-49, p. 3-6
- [785] CORREIA, Fernando da Silva – *Uma reforma da assistência*. [S.l.: s.n.], 1942
- [786] CORREIA, Fernando da Silva – *O Regimento do Hospital de Todos os Santos*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1946, n.ºs 35-36, p. 337-357
- [787] CORREIA, Fernando da Silva – *Subsídios para a história da saúde pública portuguesa do século XV a 1822*. – Porto: [s.n.], 1958. Sep. *O Médico*.
- [788] CORREIA, Fernando da Silva – *Os velhos hospitais da Lisboa antiga*. Revista municipal. – Lisboa: [s.n.], 1941. ano 2, n.º 14, p. 3-13
- [789] CORREIA, Joaquim Manuel Lopes – *A Santa Casa da Misericórdia de Mora*. Figueira da Foz: [s.n.], 1964
- [790] CORREIA, Manuel Antunes – *Subsídios para a história da Misericórdia do Fundão: séculos XVI, XVII e XVIII*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1971. Tese de licenciatura apresentada à Universidade de Coimbra
- [791] CORTES, Nuno Osório de Nóbrega – *O abandono de crianças no Algarve [texto policopiado]: o caso dos expostos de Loulé: 1820-1884*. Porto: [s.n.], 1991. Tese de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- [792] CORTES, Nuno Osório de Nóbrega – *O sistema liberal da roda dos expostos: o exemplo da administração algarvia*. In: *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente: Actas / do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica*. – Porto: ADEH: Biblioteca das Ciências do Homem, 1993. vol. 3, p. 127-138
- [793] COSTA, Adolfo – *Órfãs de El-Rei e as mulheres portuguesas vindas à Índia durante o século XVI*. Boletim do Instituto Vasco da Gama. [Goa?]: Instituto Vasco da Gama, 1940 (Bastorá: Tipografia Rangel)
- [794] COSTA, Américo Fernando da Silva – *A Misericórdia de Guimarães: crédito e assistência (1650-1800)*. Cadernos do Noroeste. – Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 1998. vol. 11, n.º 2, p. 147-167
- [795] COSTA, Américo Fernando da Silva – *O movimento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães*. In: *V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: Actas / do Congresso Comemorativo*. – Évora: Hospital do Espírito Santo, 1996. p. 165-193
- [796] COSTA, Américo Fernando da Silva – *Poder e conflito*

- [Texto policopiado]: *a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1650-1800*. Braga: [s.n.], 1997. Tese maestr. em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea apresentada à Univ. do Minho
- [797] COSTA, Américo Fernando da Silva – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: 1650-1800: caridade e assistência no meio vimarense dos séculos XVII e XVIII*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia, D.L. 1999. Orig. tese maestr. História das Instituições e Cultura Moderna Contemporânea apresentada à Univ. do Minho
- [798] COSTA, Antonieta de Santos – *O poder e as Irmandades do Espírito Santo*. Lisboa: Rei dos Livros, 1999
- [799] COSTA, António Domingues de Sousa – *Hospitais e Albergarias na documentação pontificia da segunda metade do séc. XV*. In: *A pobreza e assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas / 1^{as} Jornadas Luso Espanholas de História Medieval* – Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973-. t. I, p. 259-327
- [800] COSTA, António Luís Pinto da – *A roda municipal dos expostos de Murça*. Lisboa: [s.n.], 1964. Brigantia. – Bragança: Secretaria da Assembleia Distrital. 1989, vol. 9, nº 1, p. 73-82
- [801] COSTA, Bruto da – *Exclusões sociais*. Revisão de Pedro da Costa Domingues. Colab. João Palma, Ana Miranda. Lisboa: Gradiva, 1998
- [802] COSTA, Elisa Maria Lopes da – *Meio século de pulsar quotidiano da Santa Casa da Misericórdia de Évora (1541-1598)*. Évora: [s.n.], 1994. Sep. Actas do Congresso de História no IV Cent. do Seminário de Évora
- [803] COSTA, Francisco – *Dona Leonor de Lencastre: grande rainha e cristã exemplar (2-5-1458 – 17-11-1525)*. Fátima: Centro Nacional João Paulo II, 1994
- [804] COSTA, José Pereira da – *Assistência médico-social na Madeira: breve resenha histórica*. Funchal: Sec. Regional dos Assuntos Sociais, 1993
- [805] COSTA, M. M. da Silva – *A Misericórdia de Esposende e a Semana Santa: apontamentos subsidiários*. Esposende: Santa Casa da Misericórdia, 1988
- [806] COSTA, Maria Clara Pereira – *A Vila de Avis Cabeça de Comarca e da Ordem: Século XVI a XVIII: Tombos de Direitos, Bens e Propriedades da Santa Casa da Misericórdia*. Revista do Instituto Geográfico e Cadastral. – Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral. 1984. nº 4, p. 79-128
- [807] COSTA, Sousa – *A Rainha D. Leonor de Lencastre: a sua época: a sua vida e a sua obra no V centenário do seu nascimento: in memoriam*. Compil. José Troncho de Melo. São Paulo: [s.n.], 1959
- [808] COTA, Luís – *Santo Cristo das Misericórdias*. Praia da Vitória: Santa Casa da Misericórdia, 1990
- [809] COUTINHO, José Maria – *A Santa Casa da Misericórdia de Águeda: elementos para a sua história: comentários à situação económica actual e previsões para o futuro*. Águeda: Gráfica Ideal, 1958
- [810] COUTINHO, Manuel Pereira – *Apontamentos para a história dos hospitais da Universidade de Coimbra extrahidos dos documentos que actualmente se encontram no Archivo dos mesmos hospitais publicado por Costa Simões em Noticia historica dos hospitais da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1882
- [811] COUTINHO, Maria Manuela Castro – *A assistência social em Portugal [Texto policopiado]*. Lisboa: [s.n.], 1993
- [812] COUTINHO, Maria Manuela Castro – *A assistência social em Portugal: 1965-1971: um período charneira*. Lisboa: Associação Portuguesa de Segurança Social, 1999
- [813] COUTINHO, Pedro de Abreu – *A data da fundação da Misericórdia de Viana*. Boletim Cultural. – Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais. 1985, nº 2, 138-141
- [814] COUTO, Firmino Abel da Silva – *Subsídios para a história da Misericórdia de Vila do Conde*. Vila do Conde: Santa Casa da Misericórdia, 1998
- [815] COUTO, Gustavo – *A propósito do III Congresso das Misericórdias*. Lisboa: Soc. Nac. de Tipografia, 1932
- [816] COUTO, Henrique José – *Descrição do antigo Hospital d'El Rei ou de Todos os Sanctos situado outro'ra em parte do terreno que hoje occupa o mercado da Praça da Figueira*. Lisboa: Typ. de R. da Costa, 1835
- [817] CRISTO, António – *O caso do hospital da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro*. Aveiro: [s.n.], 1953
- [818] CRUZ, António – *A assistência na cidade do Porto e o seu termo durante a Idade Média*. In: *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas / 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* – Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973 : t. I, p. 329-344
- [819] CRUZ, Manuel Braga da – *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Presença: Gab. de Investigações Sociais, 1980
- [820] CUMBRE, José Mário de Paiva – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Chamusca: 1620-1820*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1973. Tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- [821] CUNHA, Alfredo da – *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*. Porto: Off. de O Commercio do Porto, 1925
- [822] CUNHA, Francisco José Coutinho Leite da – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia da vila de Alcochete*. In: *V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias*. – Lisboa: [s.n.], 1959. vol. I, p. 372-376
- [823] DAVID, José Dionísio; CONDE, Manuel Sílvio Alves – *O hospital de S. Maria de Palhais e a assistência Medieval Portuguesa: monografia histórico-arqueológica*. História e Crítica. – Lisboa: Faculdade de Letras, 1980. nº 5,

- [824] *Deutsches krankenheim in Lissabon: Misericórdia da Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães em Lisboa.* [S.l.: s.n.], 1931-1932
- [825] DIAS, António Gonçalves – *Monografia simplificada da Misericórdia de Mesão Frio e apostilada no final com pedaços da história deste Concelho.* Mesão Frio: Santa Casa da Misericórdia, 1993
- [826] DIAS, Francisco Maduro – *O culto do Espírito Santo.* Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1989, nº 1, p. 79-81
- [827] DIAS, Guimarães – *O espírito da caridade: conferência.* [S.l.: s.n.], 1935
- [828] DIAS, José Lopes – *Albergarias da Beira Baixa.* [S.l.: s.n.], 1946
- [829] DIAS, José Lopes – *Elementos de história da protecção aos estudantes no século XVI: a confraria de Caridade dos Estudantes: o primeiro médico escolar.* Lisboa: [s.n.], 1942
- [830] DIAS, José Lopes – *Misericórdias e hospitais da Beira-Baixa.* [S.l.: s.n.], imp. 1938
- [831] DIAS, Manuel Madureira – *Da Misericórdia de Deus à Misericórdia dos Homens.* Eborenseia. – Évora: Instituto Superior de Teologia. 1999, nºs 23-24, p. 7-22
- [832] DIAS, Urbano de Mendonça – *A assistência pública no Distrito de Ponta Delgada.* Vila Franca do Campo: [s.n.], 1940
- [833] DIAS, Urbano de Mendonça – *A vida dos nossos avós...* Vila Franca do Campo: Tip. de «A Crença», 1944
- [834] *Dicionário de História da Igreja em Portugal.* Coord. A. A. Banha de Andrade. Lisboa: Editorial Resistência, 1980 -
- [835] DINIS, António Joaquim Dias – *O infante D. Henrique e a assistência em Tomar no século XV.* In: *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas / 1ª Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* – Lisboa: Instituto de alta cultura, 1973-. t. I, p. 345-370
- [836] DINIZ, Manuel Vieira – *Uma Confraria Mariana do século XVI.* Boletim da Comissão de Etnografia e História. – Porto: Junta da Província do Douro Litoral, 1956. nºs. 3-4, p. 317-324
- [837] DIOGO, José Leal – *Santa Casa da Misericórdia.* Vila Nova de Cerveira: Câmara Municipal, 1979
- [838] *Do compromisso da Confraria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.* Caldas da Rainha: Tip. Caldense, 1929
- [839] *Dona Leonor de Lencastre, Rainha de Portugal, fundadora das misericórdias: V centenário do seu nascimento, 1458 1958.* Lisboa: C.T., 1958
- [840] DORNELAS, Afonso de – *O emblema das misericórdias.* Lisboa: [s.n.], 1932
- [841] DURÃO, Joaquim – *Exposição das providências, com que se tem pretendido melhorar a Administração da Casa da Roda e expostos de Torres-Vedras desde o princípio de 1814 por diante.* Jornal de Coimbra. – [Coimbra: s.n.], 1817. nº 60, 1ª parte
- [842] EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa – *A obra assistencial dos terceiros Franciscanos Portugueses: elementos para o seu estudo: [Comunicação ao] Colóquio «O Porto na Época Moderna».* Revista de História. – Porto: Centro de História da Universidade, 1980. vol. 3, p. 21-36
- [843] *Em louvor da Santa Casa da Misericórdia e Hospital de S. Marcos de Braga.* Braga: [s.n., D.L. 1958]
- [844] ENCARNAÇÃO, João J. G. da – *Enfrentando uma campanha: o espectáculo de caridade da Tuna Académica do Porto e a questão da Santa Casa da Misericórdia de Lamego.* [S.l.: s.n.], 1940
- [845] ENES, Carlos – *As festas do Espírito Santo nos Açores: razões para a sua permanência e causas da decadência.* Ler História. – Lisboa: Associação de Actividades Científicas. 1996, nº 31, p. 145-155
- [846] ENES, Maria Fernanda – *As confrarias do Santíssimo e das Almas no âmbito da cultura barroca.* In: Congresso Internacional do Barroco: Actas / do I Congresso. – Porto: Reitoria da Universidade do Porto: Governo Civil do Porto, 1991. vol. 1, p. 275-298
- [847] ESAGUY, Augusto Isaac de – *Dois documentos para a história da assistência.* Lisboa: [s.n., 19--]
- [848] ESTEVES, Augusto César – *Santa Casa da Misericórdia de Melgaço.* Melgaço: Tip. Melgacense, 1957
- [849] ESTEVES, Luís Morais de Sena – *Misericórdias portuguesas em risco.* Lisboa: [s.n.], 1971
- [850] *Exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal.* Oeiras: Celta, 1992
- [851] FALCÃO, José António – *Achega para o estudo da actividade do entalhador António da Fonseca em Santiago do Cacém: a construção do retábulo-mor da Igreja da Misericórdia em 1742.* Santiago do Cacém: Santa Casa da Misericórdia, 1995
- [852] FARIA, Acácio de Abreu – *Alcácer do Sal e o seu hospital, de ontem e de hoje.* II. José Pomba Cupido. Alcácer do Sal: [s.n.], 1958
- [853] FARIA, Augusto Leite de – *Assim vai o mundo: subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia do Porto.* Porto: Imp. Social, 1970
- [854] FERNANDES, Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos – *D. João II [Texto policopiado]: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal.* Lisboa: [s.n.], 1989. Tese de doutoramento em História apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Lisboa
- [855] FERRARI, António de Melo; CORREIA, Fernando da Silva;

- FERRARI, Manuel de Melo – *O hospital termal das Caldas da Rainha: a sua história, as suas águas, as suas curas*. Caldas de Rainha: Gráfica Ed., 1930
- [856] FERAZ, José Maria Pereira – *Assistência privada na vida das Misericórdias*. Sintra: [s.n.], 1936
- [857] FERREIRA, Ernesto – *Por honra nossa!: brado a favor da Misericórdia de Vila-Franca do Campo*. Vila Franca do Campo: Emp. Tipográfica, 1924
- [858] FERREIRA, F. A. Gonçalves – *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990
- [859] FERREIRA, Felix – *A Santa Casa da Misericórdia Fluminense*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1894-1898
- [860] FERREIRA, Florival Maurício – *A Santa Casa da Misericórdia de Peniche: (1626-1700): subsídios para a sua história*. Pref. Joaquim Veríssimo Serrão. Peniche: Câmara Municipal: Santa Casa da Misericórdia, 1997
- [861] FERREIRA, J. A. Pinto – *Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança*. Porto: Gabinete de História da Câmara Municipal, [s.d.]
- [862] FERREIRA, Jorge M. Rodrigues; FERREIRA, Olegário A. Vieira – *O abandono das crianças na roda da Câmara Municipal de Faro entre 1839 e 1848*. In: *Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica do século XVI ao presente: Actas / do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica*: – Porto: ADEH / Biblioteca das Ciências do Homem, 1993. vol. 3, p. 139-157
- [863] FERREIRA, José Augusto – *Catálogo dos provedores da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga: instituída pelo grandioso Arcebispo D. Diogo de Sousa*. Braga: Livraria Cruz, 1940
- [864] FERREIRA, José Augusto – *Origem das misericórdias ou instituição em 1498 da Misericórdia de Lisboa: donde dimanaram as demais misericórdias do país, e influência destas beneméritas corporações na acção missionária portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Congresso do Mundo Português. – Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940. vol. 5, t. 3, p. 13-29
- [865] FERREIRA, José – *A Confraria de Nossa Senhora da Saúde do Monte de Fralães*. Revista da Câmara Municipal de Barcelos. – Barcelos: Câmara Municipal, 1990. vol. 2, nº 1, p. 57-97
- [866] FERREIRA, Maria de Fátima Moura – *O discurso historiográfico sobre assistência e pobreza de finais de Oitocentos e primeiras décadas do século XIX*. Cadernos do Nordeste. vol. 11, 1998, p. 9-30
- [867] FERREIRA, Maria Júlia – *Habitação social em Portugal [Texto policopiado]: breve história e alguns problemas*. Lisboa: [s.n.], 1988
- [868] FERRO, Maria José Pimenta – *Assistência social caritativa: I: assistência na Idade Média*. In: *Dicionário de História da Igreja em Portugal / [coord. por] A. A. Banha de Andrade*. – Lisboa: Resistência, 1980. vol. 1, p. 635-661
- [869] FERRO, Maria José Pimenta – *Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres*. In: *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas / 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* – Lisboa: Instituto de alta cultura, 1973 : t.1, p. 371-400
- [870] FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de – *Coimbra antiga e moderna*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1886
- [871] FIGUEIREDO, João Manuel Pacheco de – *O Hospital Real de Goa*. [S.l.: s.n.], 1947
- [872] FIGUEIREDO, José Valle de – *O património cultural das Santas Casas*. In: *As Misericórdias ontem, hoje e amanhã: II Congresso Internacional das Misericórdias*. – Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. 1985, p. 129-139
- [873] FIGUEIREDO, Maria Josefina Oliveira de – *A Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo: (1595-1850): assistência-economia*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1971. Tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- [874] FONSECA, Alberto Dinis da – *Irmandade das almas do Rochoso e as termas assistenciais do Cró*. In: *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias*. – Lisboa: [s.n.], 1959. vol.1, p. 145-154
- [875] FONSECA, Carlos Augusto de Azevedo Mendes Dinis da – *As bandeiras das Misericórdias na actualidade*. In: *As Misericórdias ontem, hoje e amanhã: II Congresso Internacional das Misericórdias*. – Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. 1985, p. 299-311
- [876] FONSECA, Carlos Dinis da – *Da organização hospitalar do país*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1953, nºs 111-112, p. 43-65
- [877] FONSECA, Carlos Dinis da – *História e actualidade das Misericórdias*. Mem Martins: Inquérito, 1996
- [878] FONSECA, Carlos Dinis da – *As Misericórdias e a Igreja Católica*. Misericórdias Portuguesas. – Viseu: Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas. 1979, nº 6, p. 3-21
- [879] FONSECA, Carlos Dinis da – *As Misericórdias e os hospitais*. Misericórdias Portuguesas. – Viseu: Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas. 1978, nº 4, p. 7-18
- [880] FONSECA, Carlos Dinis da – *A Princesa Perfeitíssima*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência, 1958. nºs 133-134, p. 271-277
- [881] FONSECA, Diniz da – *Hospital infantil de S. Roque: Bases para a sua organização*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1943, nº 10, p. 444-448
- [882] FONSECA, Joaquim Diniz da – *As Misericórdias Portuguesas: sua origem e possível reforma*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado da Assistência Social. 1943, nºs 4-5, p. 147-149

- [883] FONSECA, Manuel das Dores Telo Lopes – *História da farmácia portuguesa através da sua legislação*. Porto: Emp. Industrial Gráfica do Porto, 1936-1941
- [884] FONSECA, Pires da – *As Irmandades da misericórdia: origem do nome «Santas Casas»: sua actualidade*. [S.l.]: P. Fonseca, 1998
- [885] FONTE, Teodoro Afonso da – *O abandono de crianças em Ponte de Lima: 1625-1910*. Ponte de Lima: Câmara Municipal: Centro de Estudos Regionais, 1996
- [886] FONTE, Teodoro Afonso da – *Conjuntura económica e comportamento demográfico: o preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima: 1675-1874*. In: *Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica do século XVI ao presente: Actas / do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica*. – Porto: ADEH/Biblioteca das Ciências do Homem, 1993. vol. 3 p. 187-203
- [887] FORTUNA, A. Matos – *Misericórdia de Palmela: vida e factos*. Palmela: Santa Casa da Misericórdia, 1990
- [888] FORTUNA, A. Matos – *Priores mores... provedores da Misericórdia de Palmela*. Palmela: Santa Casa da Misericórdia, 1994
- [889] FRANÇA, José-Augusto – *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. 3ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: Ministério da Educação, 1989
- [890] FRAZÃO, Amaral – *Assistência social e suas bases reguladoras*. Lisboa: [s.n.], 1944
- [891] FREIRE, Manuel Leal – *Grandes beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto: que viveram no Brasil*. Boletim dos Amigos do Porto. – Porto: Associação Cultural
- [892] FREITAS, Divaldo Gaspar – *Apontamentos para a história da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede*. In: *V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias*. – Lisboa [s.n.], 1959. vol. 1, p. 327-363
- [893] FREITAS, Divaldo Gaspar – *Estranha prerrogativa das Misericórdias*. In: *V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias*. – Lisboa [s.n.], 1959. vol. 1, p. 299-319
- [894] FREITAS, Divaldo Gaspar – *As Misericórdias no Brasil*. In: *V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias*. – Lisboa [s.n.], 1959. vol. 1, p. 219-298
- [895] FREITAS, Divaldo Gaspar – *Uma Santa Casa de Misericórdia em Buenos Aires na primeira metade do seicentismo fundada por portugueses*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1958, n.ºs 133-134, p. 429-435
- [896] FREITAS, Eugénio de Andrade da Cunha e – *A Misericórdia de Azurara: passado e presente*. In: *V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias*. – Lisboa: [s.n.], 1959. vol. 1, p. 369-371
- [897] FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1995
- [898] FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – *A rainha D. Leonor*. Lisboa: F. C. G., 1958
- [899] GAMA, Eurico – *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas...* Coimbra: Coimbra Editora, 1954
- [900] GENTIL, Francisco de Mascarenhas – *O legado deixado por Francisco João de Amorim à Santa Casa da Misericórdia Hospital e Asilo da Póvoa de Varzim*. [S.l.: s.n.], 1944
- [901] GOMES, António Luís – *Ociosidade, vagabundagem e mendicidade: estudo social e jurídico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892
- [902] GOMES, Bernardino António – *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus et de fièvre jaune en Portugal, dans les années 1833-1865...* Constantinople: [s.n.], 1866
- [903] GOMES, J. Pinharanda – *Confrarias, Misericórdias, Ordens Terceiras, Obras Pias e outras Associações de Fiéis em Portugal nos séculos XIX e XX: bibliografia institucional*. Lusitania Sacra / Centro de Estudos de História Religiosa – Lisboa: 1996/97. 2ª s., t. 8/9, p. 611-648
- [904] GOMES, J. Pinharanda – *História da diocese da Guarda*. Braga: Editora Pax, 1981
- [905] GOMES, Joaquim Ferreira – *A educação infantil em Portugal: achegas para a sua história*. Coimbra: Livr. Almedina, 1977
- [906] GOMES, Joaquim Ferreira – *Estudos para a história da educação no século XIX*. Coimbra: Livr. Almedina, 1980
- [907] GOMES, Saúl António – *Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o séc. XVII: o protagonismo dominicano da Stª Maria da Vitória*. Lusitania Sacra / Centro de Estudos de História Religiosa. – Lisboa: CEHR, 1995. 2ª s., t. 7, p. 89-150
- [908] GONÇALVES, A. Nogueira – *Do púlpito de Santa Cruz ao retábulo da Misericórdia: alguns aspectos*. Lisboa: [s.n.], 1978. Sep. Belas Artes, 2ª s., 32
- [909] GONÇALVES, A. Nogueira – *O escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra*. Lisboa: [s.n.], 1964
- [910] GONÇALVES, A. Nogueira – *Vila da Feira: castelo: convento: misericórdia*. Vila da Feira: Câmara Municipal, 1978
- [911] GONÇALVES, Artur – *Torres Novas: subsídios para a sua história*. Torres Novas: Câmara Municipal, 1935
- [912] GONÇALVES, Iria – *Físicos e cirurgiões quatrocentistas: as cartas de exame*. In: *Imagens do Mundo Medieval / Iria Gonçalves*. – Lisboa: Livros Horizonte, 1988
- [913] GONÇALVES, Iria – *Formas medievais de assistência num meio rural estremenho*. In: *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas*

- / 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – Lisboa: Instituto de alta cultura, 1973-. t.I, p. 434-454
- [914] GONÇALVES, Joaquim Casimiro – *As Misericórdias face ao direito português*. Eboresia. – Évora: Instituto Superior de Teologia. 1999, nºs 23-24, p. 127-169
- [915] GOODOLFIM, José Cipriano da Costa – *A associação: história e desenvolvimento das associações portuguesas*. Pref. e notas de César Oliveira. Lisboa: Seara Nova, 1974
- [916] GOODOLFIM, José Cipriano da Costa – *O Hospital de Todos os Santos: sua fundação; Hospitais existentes em Lisboa; El-Rei D. João II: o seu testamento; El-Rei D. Manuel I*. Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal. – Lisboa: Livraria Central de Gomes editor, 1908. 1^a série, tomo I, p. 237-266
- [917] GOODOLFIM, José Cipriano da Costa – *As Misericórdias*. 2^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1998. Ed. fac-simile da Imprensa Nacional de 1897
- [918] GOODOLFIM, José Cipriano da Costa – *As misericórdias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897
- [919] GOODOLFIM, José Cipriano da Costa – *A Providência*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889
- [920] GORJÃO, Sérgio – *A imagem de Santo António da Igreja da Misericórdia da Ericeira*. [S.l.]: Mar de Letras, [D.L. 1997]
- [921] GORJÃO, Sérgio – *Núcleo documental do Museu da Amieira do Tejo (Nisa)*. Pref. João Liberata Machado. A Cidade. – Portalegre: Revista Cultural: Atelier de Artes Plásticas de Portalegre. 1995, nº10, p. 57-70
- [922] GOULÃO, Francisco da Conceição Carriço – *A Misericórdia de Proença-a-Nova [Texto policopiado]*. Coimbra: Universidade, 1971. Tese de licenciatura apresentada à Universidade de Coimbra
- [923] GRAÇA, Serafim Soares da – *A visitação no simbolismo das misericórdias*. Águeda: [s.n.], 1962
- [924] GRÁCIAS, Fátima da Silva – *Health and hygiene in colonial Goa: 1510-1961*. 1st ed. New Delhi: Concept Publishing Company, 1994
- [925] GUEDES, Ana Isabel Marques – *A assistência e a educação dos órfãos durante o antigo regime [Texto policopiado]: o Colégio dos Órfãos do Porto*. Porto: [s.n.], 1993. Tese de mestr. em Hist. Moderna apresentada à Univ. do Porto
- [926] GUEDES, Ana Isabel Marques – *Les enfants orphelins: éducation et assistance: les collèges de meninos órfãos, Évora, Porto et Braga: XVIIe XIXe siècles*. Florença: Instituto Universitário Europeu, 2000. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Universitário Europeu
- [927] GUEDES, Ana Isabel Marques – *Os estatutos dos colégios dos órfãos: estratégias e vivências (séculos XVI a XVIII)*. Cadernos do Noroeste. – Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 1998. vol. 11, nº 2, p. 115-146
- [928] GUEDES, Ana Isabel Marques – *Tentativas de controle da reprodução da população colonial: as órfãs d'el-rei*. In: O rosto feminino da expansão portuguesa: actas / Congresso Internacional O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. – Lisboa: [s.n.], 1995. vol.1, p. 665-674
- [929] GUERREIRO, Alcântara – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora nos séculos XVII a XX*. Évora: [s.n.], 1979-1981
- [930] GUERREIRO, Analide – *Situação jurídico-canónica das Irmandades das Santas Casas de Misericórdia Portuguesas: peças de um processo que correu termo na Cúria Diocesana do Algarve*. Faro: Diocese do Algarve, 1991
- [931] GUIMARÃES, Augusta das Dores Lopes da Silva Xavier – *A caridade em Braga: iniciativas da segunda metade do século XIX*. Braga: Universidade do Minho, 1998. Tese de mestrado apresentada à Universidade do Minho
- [932] GUIMARÃES, Daniel Tércio Ramos – *A Santa casa da Misericórdia de Aveiro*. Boletim Municipal de Aveiro. – Aveiro: Câmara Municipal, 1992. nº 19, p. 9-28
- [933] GUSMÃO, Adriano de – *Tábuas quinhentistas na ermida de Nossa Senhora do Vale*. Torres Novas: Santa Casa da Misericórdia, imp. 1985
- [934] GUSMÃO, Armando Nobre de – *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora*. Évora: [s.n.], 1958-1973
- [935] GUSMÃO, Artur Nobre de – *Breves considerações sobre o património artístico e arquivístico das Misericórdias Portuguesas no continente*. In: V Centenário da nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias. – Lisboa [s.n.], 1959. vol. I, p. 185-191
- [936] HENRIQUES, António José – *Hospital de Todos os Santos*. In: Monografias históricas e descritivas / António José Henriques. – Lisboa: Imprensa Nacional, 1904. p. 29-38
- [937] HESPANHA, António Manuel Botelho – *História das instituições: épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982
- [938] HESPANHA, António Manuel Botelho – *Poder e instituições no Antigo Regime: guia de estudo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992
- [939] *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1992-1993
- [940] *Homenagem à Santa Casa de Misericórdia do Porto*. Porto: Fac. de Medicina, 1960
- [941] *O Hospital de Angra nos séculos XV e XVI: compromisso, estatutos: outros documentos inéditos*. Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia, 1970
- [942] *Hospital de Santo António: 200 anos de história*. [Porto]: N. Fortes, 1991-
- [943] IGNÁZIA, irmã; KATAOKA, Rumiko – *Fundação e organização da confraria da Misericórdia de Nagasáqui*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1998, nº 35, p. 111-120

- [944] *A inauguração do novo Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1943, nº 6, p. 256-257
- [945] *IV Centenário da Santa Casa de Misericórdia de Macau*. Macau: Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Macau, 1969
- [946] *O IV Congresso das Misericórdias: Reportagem sucinta*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1958, nºs 133-134, p. 453-510
- [947] JARDIM, Maria Dina dos Ramos – *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal século XVIII [Texto policopiado]: subsídios para a sua história*. Lisboa: [s.n.], 1995. Tese mestrado em História Moderna apresentada à Universidade de Lisboa
- [948-949] JARDIM, Maria Dina dos Ramos – *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal: século XVIII: subsídios para a sua história*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura C.E.H.A., 1996. Orig. tese maestr. em História Moderna apresentada à Universidade de Lisboa
- [950] JORGE, Ricardo – *O óbito de D. João II*. Lisboa: Portugália, 1922
- [951] KAMAT, Pratima – *Instituições Cristãs de Caridade e a Mulher em Goa: 1510-1835*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1995, nº 21, p. 45-51
- [952] LAGOA, Alberto – *A misericórdia do Porto e os médicos*. [S.l.: s.n.], 1942. Sep. do Jornal do Médico, 46
- [953] LAGOA, Cherubino – *A obra-prima da Irmandade da Misericórdia do Porto: ensaio crítico*. Porto: Imprensa Commercial, 1898
- [954] LAMY, Alberto Sousa – *História da Santa Casa da Misericórdia de Ovar*. Ovar: Santa Casa da Misericórdia, 1984
- [955] LANÇA, Joaquim – *D. Leonor de Lencastre*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1958, nºs 131-132, p. 25-28
- [956] LANDEIRO, Carlota Maria Gonçalves Borges – *A Vila de Penamacor no 1º quartel do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos, 1965
- [957] LAPA, Albino – *O Hospital e a Misericórdia de Vila Viçosa*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1950, nºs 86-88, p. 173-176
- [958] LAVAJO, Joaquim Chorão – *Génese e evolução das Misericórdias Portuguesas*. Eborensia. – Évora: Instituto Superior de Teologia. 1999, nºs 23-24, p. 85-125
- [959] LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto – *Portugal antigo e moderno: dicionário geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias: noticias de muitas cidades e outras povoações da lusitana de que apenas restam vestígios ou somente a tradição*. Continuado por Pedro Augusto Ferreira. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, 1873-1890
- [960] LEÃO, Francisco G. Cunha – *Os caminhos da Piedade: o impressor Valentim Fernandes e a Misericórdia de Lisboa*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, nº 35, p. 80-88
- [961] LEÃO, Francisco G. Cunha – *As edições quinhentistas dos compromissos da Misericórdia de Lisboa*. In: Mater Misericordiae: simbolismo e representação da Virgem da Misericórdia / coord. de Nuno Vassalo e Silva. – Lisboa: Livros Horizonte, 1995. p. 52-67
- [962] LEITE, Duarte; FREIRE, José Moreira – *Argumento sobre o quadro da Misericórdia do Porto e discussão entre Duarte Leite e Moreira Freire em Agosto de 1896*. Lisboa: [s.n.], 1896
- [963] LEMOS, Eugénio de Mascarenhas Viana de – *A Santa Casa da Misericórdia da Vila da Lousã: 1566-1966*. [S.l.: s.n.], 1966
- [964] LEMOS, Maximiano – *História da medicina em Portugal: doutrinas e instituições*. Lisboa: Manoel Gomes Editor, 1899 -
- [965] LEONE, José – *A albergaria de Dom Payo Delgado, primeiro posto de urgência cristã?*. Lisboa: [s.n., D.L. 1964]
- [966] LIMA, Alberto Pires de – *Reflexões escritas por parte da autora: a Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: [s.n., 19-]
- [967] LIMA, Américo Pires de – *A situação da misericórdia da Baía no fim do século XVII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1950
- [968] LIMA, António Augusto Pires de – *Ação de anulação do testamento do Conde de Bertandos*. Porto: Comarca de Viana do Castelo, 1933
- [969] LIMA, Henrique de Campos Ferreira – *Notas iconográficas e bibliográficas de D. Leonor*. Boletim da sociedade de geografia de Lisboa. – Lisboa: Sociedade de geografia, 1944, nº 3/4, p. 187-200
- [970] LIMA, Manuel C. Baptista de – *A introdução do culto do Espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitectura religiosa dos séculos XV e XVI*. In: Os impérios do Espírito Santo e a simbólica do império: Actas / do II Colóquio Internacional de Simbologia. – Angra do Heroísmo: Boletim do Instituto Histórico da Ilha da Madeira, 1984, vol. 43, t. I, p. 123-167
- [971] *A linguagem da verdade: a Santa Casa da Misericórdia da Louzã: as Irmãs Franciscanas de Maria*. [S.l.: s.n.], 1939
- [972] LOPES, Alfredo Luís – *O Hospital de Todos os Santos hoje denominado de S. José: contribuições para a história das*

- Sciencias medicas em Portugal*. Lisboa: Imp. Nacional, 1890
- [973] LOPES, Irene de Jesus – *Subsídios para o estudo da história das Farmácias de Misericórdias*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1945, nºs 33-34, p. 301-307
- [974] LOPES, João Carlos – *A Confraria dos Lavradores de Torres Novas*. Torres Novas: Digital Texto Publicações, 1993
- [975] LOPES, Maria Antónia; ROQUE, João Lourenço – *Pobreza, asistencia y política social en Portugal en los siglos XIX e XX: perspectivas historiográficas*. In: Ayer: pobreza, beneficencia y política social. – Madrid: Asociación de Historia Contemporánea: Marcial Pons, 1997. vol 25, p. 211-240
- [976] LOPES, Maria Antónia; ROQUE, João Lourenço – *Pobreza, assistência e política social em Portugal nos sécs. XIX e XX: perspectivas históricas*. In: A cidade e o campo: colectânea de estudos. – Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000. p. 63-83
- [977] LOPES, Maria Antónia – *Os expostos no Concelho da Meda em meados do século XIX: 1838-1866*. Revista Portuguesa de História. – Coimbra: Faculdade de Letras, 1984. t. 21 p. 119-176
- [978] LOPES, Maria Antónia – *A Misericórdia de Coimbra e a sua memória*. In: Memórias da Misericórdia de Coimbra: documentação & arte: catálogo. – Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000. p. 45-50
- [979] LOPES, Maria Antónia – *A mordomia da capela da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra*. In: A mordomia da capela da Santa Casa: séculos XVI-XX: exposição documental: catálogo. – Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2001. p. 1-4
- [980] LOPES, Maria Antónia – *Os pobres e a assistência pública*. In: História de Portugal: O Liberalismo: 1807-1890 / coord. por L. Torgal e J. Roque. – Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. vol. 5, p. 501-515
- [981] LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra [Texto policopiado]: 1750-1850*. Coimbra: Universidade, 1999. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- [982] LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850*. Pref. de António de Oliveira. Viseu: Palimage, 2000. Orig. tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea
- [983] LOPES, Maria de Jesus dos Mártires – *Goa Setecentista: tradição e modernidade: 1750-1800*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1996
- [984] LOPES, Maria de Jesus dos Mártires – *Mendicidade e «maus costumes» em Macau e Goa na segunda metade do século XVIII*. In: As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sudeste e o Extremo-Oriente: actas / do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. – Macau, Lisboa: [s.n.], 1993. p. 65-82
- [985] LOPES, Maria de Jesus dos Mártires – *As recolhidas de Goa em setecentos*. In: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Actas / do Congresso. – Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. vol. 1, p. 653-664
- [986] LOPES, Maria José Queirós – *Inventário do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante*. Amarante: Santa Casa da Misericórdia, D.L. 1992
- [987] LOPES, Vítor Sousa – *Igreja da Misericórdia de Chaves*. História. – Lisboa: O Jornal. 1986, nºs 90-91, p. 63
- [988] LOUREIRO, José Pinto – *Coimbra no passado*. Coimbra: Câmara Municipal, [D.L. 1964]
- [989] LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Inquisição e cristãos-velhos: a visita ao Priorado do Crato em 1587-1588. A Cidade*. – Portalegre: Revista Cultural: Atelier da Artes Plásticas de Portalegre. 1993, nº 8, p. 31-64
- [990] MACIEL, Saul Julião – *Piedade, instrução e apostolado da rua na 2ª metade do século XVIII [texto policopiado]: o itinerário do fundador do Seminário de Caridade dos Órfãos Desamparados de Lisboa*. Porto: [s.n.], 1991. Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Fac. de Letras do Porto
- [991] MADAHIL, António Gomes da Rocha – *As informações paroquiais da cidade de Coimbra recolhidas em 1721*. Coimbra: [s.n.], 1937
- [992] MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Relação das coisas notáveis da cidade de Coimbra que em 1758 escreveu o reverendo António da Costa Pacheco....* Coimbra: Of. da Coimbra Editora, 1939
- [993] MADUREIRA, Nuno Luís – *Crédito e mercados financeiros em Lisboa*. Ler História. – Lisboa: Sociedades de Actividades Científicas. 1994, nº 26, p. 21-43
- [994] MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Algarve económico: 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1988
- [995] MAIA, Fernando – *Segurança social em Portugal: evolução e tendências*. Lisboa: IED, 1985
- [996] MALHEIRO, Eduardo – *Uma carta: subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima*. [S.l.: s.n.], 1954
- [997] MARCADÉ, Jacques – *Une comarque portugaise Ourique, entre 1750 et 1800*. Avant-propos par Joaquim Veríssimo Serrão. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971
- [998] MARCÍLIO, Maria Luísa – *Marginalidade, pobreza e abandono de crianças no Brasil: séculos XVIII e XIX*. Revista de Ciências Históricas. – Porto: Universidade Portucalense, 1996. vol. 11, p. 163-173

- [999] MARCOS, Francisco Sanches – *História da Misericórdia do Alandroal*. Pref. António Borges Coelho. Alandroal: [s.n.], 1982
- [1000] MARKL, Dagoberto L.; SERRÃO, Vítor – *Os tectos maneiristas da igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos, 1580-1613*. Lisboa: [s.n., D.L. 1981]. Sep. Bol. Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 86
- [1001] MARKL, Dagoberto L. – *Breve introdução ao estudo da iconografia das virgens da Misericórdia*. Boletim da Academia Nacional de Belas Artes. Vol. 7, 1985
- [1002] MARQUES, A. H. de Oliveira – *História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, [1978]
- [1003] MARQUES, José – *Antecedentes das misericórdias portuguesas*. In: Misericórdias do Alto Minho, 10 a 31 de Outubro de 1998. – Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2001, p. 24-42
- [1004] MARQUES, José – *A assistência aos peregrinos no norte de Portugal, na Idade Média*. Revista de História. – Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Universidade do Porto, 1991, vol. 11, p. 9-22
- [1005] MARQUES, José – *A assistência no norte de Portugal nos finais da Idade Média*. Revista da Faculdade de Letras. – Porto: Universidade, 1989. 2ª s., vol. 6, p. 11-93
- [1006] MARQUES, José – *A confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)*. Revista da Faculdade de Letras. – Porto: Universidade, 1984. 2ª s., t. 1, p. 57-95
- [1007] MARQUES, José – *As Confrarias da Paixão da antiga arquidiocese de Braga*. Theologica. – [S.l.: s.n.], 1993. vol. 28, 2ª série, fasc. 2, p. 447-480
- [1008] MARQUES, José – *Os pergaminhos da confraria de S. João do Souto da cidade de Braga: 1185-1545*. – [Braga: s.n.], 1982. Sep. Bracara Augusta, 36
- [1009] MARQUES, Silvestre Ourives – *Estatuto sócio jurídico das Misericórdias*. Eboresnia. – Évora: Instituto Superior de Teologia, 1999, nºs 23-24, p. 179-225
- [1010] MARTINS, Alcina Maria de Castro – *Génese, emergência e institucionalização do serviço social portugueses*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999
- [1011] MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira – *Hospital do Espírito Santo da Misericórdia: subsídios para o seu inventário artístico: 1494-1994*. Praia da Vitória (Açores): Santa Casa da Misericórdia, D.L. 1994
- [1012] MARTINS, J. F. Ferreira – *Dom Frei Aleixo de Menezes e a Misericórdia de Goa*. O Oriente Português. – Nova Goa: Imprensa Nacional, 1909. vol. 6, p. 305-323
- [1013] MARTINS, João Madeira – *As confrarias em Minde*. Odivelas: Oficina Tipográfica do Autor, 1993
- [1014] MARTINS, José F. Ferreira – *As misericórdias e as órfãs de el-rei: colonização*. [S.l.: s.n.], 1932
- [1015] MARTINS, José Frederico Ferreira – *História da Misericórdia de Goa: 1520-1910*. Nova Goa: Imp. Nacional, 1910-1914
- [1016] MARTINS, José Frederico Ferreira – *Os Provedores da Misericórdia de Goa*. Nova Goa: Imp. Nacional, 1914
- [1017] MARTINS, Manuel A. Morais – *A difusão do modelo português de assistência nas terras do ultramar: as misericórdias*. Atlântida. – Angra do Heroísmo: [s.n.], 1991. vol. 5, p. 101-114
- [1018] MARTINS, Maria Joana de Sousa Anjos – *Subsídios para o estudo da assistência social portuguesa: os recolhimentos de Lisboa: 1543-1623*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1961. Tese de licenciatura apresentada à Universidade de Lisboa
- [1019] MARTINS, Mário – *O breviário franciscano da Rainha D. Leonor*. Brotéria. – Lisboa: Tipografia Pôrto Médico, 1961. vol. 72, p. 510-522
- [1020] MARTINS, Mário – *Ladainhas de Nossa Senhora em Portugal: Idade Média e séc. XVI*. Lisboa: [s. n.], 1961
- [1021] MARTINS, Mário – *Ludolfo de Saxónia e a «Vita Christi»*. Brotéria. – Lisboa: Tipografia Pôrto Médico, 1960. vol. 70, p. 675-682
- [1022] MARTINS, Mário – *Nossa Senhora nos romances do Santo Graal e nas ladainhas medievais quinhentistas*. Braga: Magnificat, 1988
- [1023] MARTINS, Mário – *As origens do «Auto de Deus Padre e Justiça e Misericórdia»*. Lusitania Sacra / Centro de Estudos de História Eclesiástica – Lisboa: CEHR, 1995. 2ª s., t. 3, p. 47-66
- [1024] MARTINS, Mário – *A Rainha D. Leonor e os Livros*. Brotéria. – Lisboa: Tipografia Pôrto Médico, 1958. vol. 67, p. 249-257
- [1025] MATA, Luís António Santos Nunes – *Ser, ter e poder: o Hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*. Leiria: Magno Edições, 2000
- [1026] *Mater Misericordiae: simbolismo e representação da Virgem da Misericórdia*. Coord. Nuno Vassalo e Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1995
- [1027] MATOS, Fernando de – *D. Lopo de Almeida e o Hospital Geral de Santo António*. [S.l.: s.n.], 1968
- [1028] MATOS, Fernando de – *Natureza: fins e caracteres da Misericórdia do Porto*. Porto: [s.n.], 1957
- [1029] MATOS, José Sarmiento – *A Senhora do Povo*. Oceanos – Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses. 1991, nº 8, p. 79-85
- [1030] MATOS, Sebastião de – *Os expostos da Roda de Barcelos: 1783-1835*. Areias de Vilar: Associação Cultural e Recreativa, 1995
- [1031] MATOS, Sebastião de – *Os expostos da roda em Esposende*. In: Boletim Cultural de Esposende. – Esposende: [s.n.], 1983. nº 4

- [1032] MAURO, Frédéric – *Portugal, o Brasil e o Atlântico: 1570-1670*. Lisboa: Estampa, 1989. Dissertação de doutoramento em Economia apresentada ao Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa
- [1033] MECO, José – *Azulejaria Portuguesa na Bahia*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998/1999, n.ºs 36-37, p. 52-86
- [1034] MECO, José – *A expansão da azulejaria Portuguesa*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses. 1998/1999, n.ºs 36-37, p. 8-17
- [1035] MEIRELES, António da Cunha Vieira de – *Memórias de epidemiologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866
- [1036] MELÍCIAS, Vítor – *Os compromissos das Misericórdias na sua vertente social e religiosa*. Eborensia. – Évora: Instituto Superior de Teologia. 1999, n.ºs 23-24, p. 227-240
- [1037] MELÍCIAS, Vítor – *As Misericórdias: uma realidade económica social*. In: *As Misericórdias ontem, hoje e amanhã: II Congresso Internacional das Misericórdias*. – Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. 1985, p. 235-245
- [1038] MELO, J. J. de – *Os engeitados*. O Instituto. vol. 11, n.º 11, 1863
- [1039] *Memória sobre a Misericórdia do Porto apresentada ao Congresso Internacional de Assistência Pública e de Beneficência Particular*. Porto: Impr. do Commercio do Porto, 1900
- [1040] *Memórias da Misericórdia de Coimbra: documentação & arte: catálogo*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia, 2000
- [1041] MENDEIROS, José Filipe – *D. Leonor de Beja: princesa de grandes espíritos*. [S.l.: s.n.], 1970
- [1042] MENDES, A. Lopes – *A Índia portuguesa: breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886
- [1043] MENDES, Isilda de Carvalho Mourato Pires – *O património da Misericórdia de Évora [texto policopiado]*. Évora: [s.n.], 1995. Tese mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora
- [1044] MENDES, João Maria – *Os bens das Misericórdias da Vila Nova e da Vila de S. Sebastião*. In: *Repensar as Misericórdias: Actas I do II Congresso Regional das Misericórdias dos Açores*. – Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia, 1987. p.105-117
- [1045] MENDES, José Maria Amado – *Pobres e pobreza à luz de alguns documentos emanados das cortes: séculos XIV e XV*. In: *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas I das jornadas luso-espanholas de História Medieval*, 1972. – Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973. vol. 2
- [1046] MENDONÇA, Manuela – *Albergarias e Hospitais no Portugal de Quatrocentos*. Revista de Ciências Históricas. – Porto: Universidade Portucalense, 1996, vol. 11, p. 39-53
- [1047] MESGRAVIS, Laima – *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976
- [1048] MIGUÉNS, Maria Isabel N. – *O Tombo do Hospital e Gafaria do Santo Espírito (Sintra) [Texto policopiado]: funcionalidade e intencionalidade*. Lisboa: [s.n.], 1995. Tese de mestrado em Paleografia apresentada à Universidade de Lisboa
- [1049] MIRA, M. Ferreira de – *História da medicina portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1947
- [1050] MIRANDA, Abílio – *História da Misericórdia de Penafiel*. Penafiel: [s.n.], 1987
- [1051] *A Misericórdia de Castelo de Vide e seus beneméritos: fragmentos d'um sudário*. Portalegre: Typ. Leonardo, [1910]
- [1052] *A Misericórdia do Porto e a sua autonomia: a Federação dos hospitaes e a anexação pedagógica: o Hospital de Conde de Ferreira*. Porto: [s.n.], 1911
- [1053] *A Misericórdia do Porto e a sua fundação da assistência através dos séculos: Breves notas para a sua história*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1943, n.ºs 4-5, p. 178-188
- [1054] *Misericórdia do Porto: resumo histórico da sua fundação e desenvolvimento*. [S.l.: s.n., 19--]
- [1055] *Misericórdias do Continente e Ilhas Adjacentes*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1943, n.ºs 4-5, p. 203-209
- [1056] *Misericórdias do distrito de Vila Real: passado, presente, futuro*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1998
- [1057] *As misericórdias em Portugal*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2000
- [1058] *Misericórdias: cinco séculos*. Lisboa: CNCDP, 1998
- [1059] MOITA, Irisalva – *V Centenário do Hospital de Todos os Santos*. Fot. Júlio Marques. [Lisboa]: Correios de Portugal, D.L. 1992
- [1060] MONIZ, António Francisco – *O convento de S. Domingos e a Confraria do Rozário, em Damão*. O Oriente Portuguez. – [S.l.: s.n.], 1909. vol. 6, p. 292-304
- [1061] MONTEIRO, Abílio Augusto – *Direito português sobre legados pios*. Porto: Typ. de António José da Silva, 1879

- [1062] MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – *A litigiosidade e o «perdão» em Vila Nova de Gaia: séculos XVII e XVIII*. Revista de Ciências Históricas. – Porto: Universidade Portucalense, 1996. vol. 11, p. 101-112
- [1063] MONTEIRO, Jacinto – *As Misericórdias dos Açores*. In: Repensar as Misericórdias: Actas / do II Congresso Regional das Misericórdias dos Açores. – Angra do Heroísmo: Santa Casa da Misericórdia, 1987. p. 55-102
- [1064] MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O endividamento aristocrático: (1750-1832): alguns aspectos*. Análise social. Vol. 27, 1992, p. 263-283
- [1065] MORA, Amadeu da Cunha – *Esboço histórico da Santa Casa da Misericórdia de Pombal*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 1953
- [1066] MORAIS, Maria da Graça de – *Dos expostos da roda do Hospital Real de Santo André da Vila de Montemor-o-Novo no início do séc. XIX: (1806-1830)*. Almansor. – [s.l.: s.n]. 1990, p. 45-88
- [1067] MORENO, Humberto Baquero – *O Infante D. Henrique na regência do Infante D. Pedro*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1994, nº17, p. 16-18
- [1068] MORENO, Humberto Baquero – *O Infante D. Pedro e as merceiras da Rainha D. Leonor*. In: *A pobreza e a assistência aos pobres na península Ibérica durante a Idade Média: Actas / 1ª Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* – Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973. t. 2, p. 671-684
- [1069] MORENO, Humberto Baquero – *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: estudos de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1985
- [1070] MORNÁ, Teresa Freitas – *A Nossa Senhora da Misericórdia na escultura da renascença coimbrã*. In: *Mater Misericordiae: simbolismo e representação da Virgem da Misericórdia / coord. de Nuno Vassalo e Silva*. – Lisboa: Livros Horizonte, 1995. p. 68-85
- [1071] MORSORF, D. Klaus – *A irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães em Lisboa*. Munique; Lisboa: [s.n.], 1957-1958
- [1072] MOSER, Fernando de Melo – *Misericórdia na tradição dramática Medieval e Renascentista*. Biblos. – Coimbra: Faculdade de Letras, 1981. vol., 57, p. 437-465
- [1073] MOSTEIRO DA MADRE DE DEUS – *Exposição «A Rainha D. Leonor»: 1958: catálogo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1958
- [1074] MOTA, Armor Pires da – *Oliveira do Bairro: vida e obra da Santa Casa*. Oliveira do Bairro: [s.n.], 1999
- [1075] MOTA, Valdemar – *Misericórdia da Praia da Vitória: memória histórica, 1498-1998*. Praia da Vitória: Santa Casa da Misericórdia, 1998
- [1076] MOURINHO, António Rodrigues – *A feira dos «Gorazes» de Mogadouro: pequeno subsídio para a história das feiras do Nordeste Transmontano*. Brigantia. – Bragança: Secretaria da Assembleia Distrital. 1981, vol.1, nº 1, p. 61-67
- [1077] MOURA, Helena; CARVALHO, Anabela – *Serviço Social no Estado Novo*. Coimbra: Centelha, 1987
- [1078] MUSEU RAFAEL BORDALO PINHEIRO. Galeria de Exposições Temporárias – *Hospital Real de Todos-os-Santos: catálogo*. [Lisboa]: Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993
- [1079] NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira – *A pobreza e a honra: recolhidas e dotadas na Santa Casa de Misericórdia da Bahia: 1700-1867*. Revista da Academia de Letras da Bahia. – [Salvador da Bahia: s.n.], 1992. nº 38, p. 123-134
- [1080] *Natureza e situação jurídicas da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Silves: parecer, apontamentos, notas e documentos*. Silves: Irmandade, 1983
- [1081] NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998
- [1082] NEVES, Amaro – *A Misericórdia de Aveiro [Texto polycopiado]: «A Mayor do mundo, pois o he do reyno»*. Coimbra: [s.n.], 1995. Tese maestr. Hist. de Arte apresentada à Univ. Coimbra
- [1083] NEVES, Amaro – *O Senhor da Índia: na Santa Casa da Misericórdia de Aveiro*. [Aveiro]: Santa Casa da Misericórdia, 1991
- [1084] NEVES, Eduardo Augusto da Silva – *Dos selos pendentes do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1950
- [1085] NEVES, Francisco Ferreira – *A confraria dos pescadores e mareantes de Aveiro: (1200-1855)*. Arquivo do Distrito de Aveiro. nº 156, 1983, p. 19-73
- [1086] NEVES, Francisco Ferreira – *A igreja da misericórdia de Aveiro: o arquitecto e engenheiro militar Filipe Terzi ao serviço de Portugal (1577-1597)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1967. Sep. Arq. distrito Aveiro, 23
- [1087] NEVES, Pedro Alexandre Cardoso – *Lotaria nacional: subsídios para a sua história, 1783-1983*. Pref. António Branquinho de Amaral Pereira. [Lisboa]: Lotaria Nacional, [D.L. 1984]
- [1088] NOGUEIRA, José Maria António – *Algumas notícias acerca dos hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do hospital de Todos os Santos: 15 de Maio de 1492*. In: *Esparsos, arqueologia, etnografia, bibliografia e história / José Maria António Nogueira*. – Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934. p. 75-125
- [1089] NOGUEIRA, José Maria António – *Esparsos: arqueologia, chorografia, bibliografia e história*. Coimbra: Imp. Univ., 1934
- [1090] NORONHA, Remo de – *A Misericórdia de Mesão Frio: alguns subsídios para a sua história, 1560-1958*. In: V

- Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias. – Lisboa [s.n.], 1959. vol. I p, 508-556
- [1091] NUNES, Mário – *Misericórdia de Penela, 1559-1999: servir e amar*. Introd. Manuel Ramos. Penela: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, 1999
- [1092] OLIVEIRA, António de – *A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congéneres*. In: Memórias da Misericórdia de Coimbra: documentação e arte: catálogo. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia, 2000. p. 11-41
- [1093] OLIVEIRA, Delfim José de – *Notícias de Penella: apontamentos históricos e archeologicos*. Lisboa: Typ. da Casa Minerva, 1884
- [1094] OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1887
- [1095] OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *Lotarias do Porto no século XVIII*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1961
- [1096] OLIVEIRA, Joaquim de – *Rainha Dona Leonor, figura enigmática de mulher*. [Lisboa: Editorial Império], D.L. 1965. Sep. Revista Ocidente, 69
- [1097] OLIVEIRA, Luísa Tiago de – *A saúde pública no vintismo: estudo e documentos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa/ISCTE: João Sá da Costa, 1992
- [1098] OLIVEIRA, Marta Tavares Escodard de – *As Misericórdias e a assistência aos presos*. Cadernos do Noroeste. – Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 1998. vol. 11, nº 2, p. 65-81
- [1099] OLIVEIRA, Miguel de – *História eclesiástica de Portugal*. Pref. António Costa Marques. [Ed. rev. e] actualização Artur Roque de Almeida. Mem Martins: Publicações Europa América, 1994
- [1100] *Origem da lotaria da Misericórdia*. Archivo Pittoresco. – [s.l.: s.n.], 1860. nº 3, pp. 260-261, 272, 319-320, 326-327
- [1101] OSÓRIO, João Mendes – *O Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Porto ou a proposta apresentada em mesa no dia 2 de Janeiro de 1865*. Porto: Typ. António José da Silva Teixeira, 1868
- [1102] OTT, Carlos – *A Santa Casa da Misericórdia da cidade do Salvador*. Rio de Janeiro: Publicação da Diretoria do Património Histórico e Artístico Nacional, 1960
- [1103] P., A. – *Reflexões sobre expostos: orphãos*. Jornal de Coimbra. – Coimbra: [s.n.], 1816. nº 53, parte 2
- [1104] PAGÉS MADRIGAL, José Manuel – *Implicaciones urbanísticas de las Misericordias en la evolución de las ciudades y villas del Alentejo*. In: *As Misericórdias ontem, hoje e amanhã: II Congresso Internacional das Misericórdias*. – Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. 1985, p. 313-323
- [1105] PAIXÃO, Vítor Manuel Braga – *Funções da Misericórdia de Lisboa segundo a Reforma em execução*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub Secretariado de Estado da Assistência Social. 1943, nºs 4-5, p. 174-177
- [1106] PAIXÃO, Vítor Manuel Braga – *A fundação das cozinhas económicas de Lisboa*. [S.l.: s.n.], 1944
- [1107] PARRA, Júlio – *Azulejos: painéis do século XVI ao século XX*. Coord. Nuno Vassalo e Silva. Fot. José Pedro Aboim Borges, Vítor Silva. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1994
- [1108] PÁSCOA, Marta – *Os expostos em Castro Verde entre 1887 e 1899*. Coord. e apresent. Miguel Rego. Castro Verde: Câmara Municipal, D.L. 1998
- [1109] PATRIARCA, Fátima – *A questão social no salazarismo: 1930-1947*. Lisboa: IN-CM, 1995
- [1110] PEDROSO, Vítor – *Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada: um pouco de história...* [S.l.: s.n.], 1985
- [1111] PEIXOTO, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira Nunes de Lemos – *Testamentos: alguns exemplos, séculos XVI a XX*. Coord. Santa Casa da Misericórdia do Porto. Porto: S.C.M., 1997
- [1112] PEIXOTO, Domingos – *Prática musical na Santa Casa da Misericórdia de Aveiro [Texto policopiado]: desde a data da construção da igreja*. Coimbra: [s.n.], 1996. Tese maestr. Ciências Musicais apresentada à Univ. de Coimbra
- [1113] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves – *Pensamento social e pedagógico de D. Frei Caetano Brandão*. Braga: [s.n.], 1991
- [1114] PENTEADO, Pedro – *Os arquivos da história das Misericórdias em Portugal: problemas e perspectivas*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. nº 35, p. 90-97
- [1115] PENTEADO, Pedro – *Confrarias*. In: *Dicionário de História Religiosa de Portugal / dir. Carlos Moreira Azevedo*. – Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 1, p. 459-470
- [1116] PENTEADO, Pedro – *Confrarias Portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação*. Lusitania Sacra / Centro de Estudos de História Religiosa. – Lisboa: CEHR, 1995. 2ª s., t. 7, p. 15-52
- [1117] PENTEADO, Pedro – *Fontes para a história das confrarias: algumas linhas de orientação para uma pesquisa na Torre do Tombo*. Lusitania Sacra / Centro de Estudos de História Religiosa. – Lisboa: CEHR, 1995. 2ªs., t.7, p. 151-180
- [1118] PENTEADO, Pedro – *Misericórdias nos séculos XIX-XX*. In: *Dicionário de História Religiosa de Portugal / dir. Carlos Moreira Azevedo*. – Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. vol. 4, p. 457-459

- [1119] PEREIRA, Alfredo J.; ALMEIDA, Jerónimo de; MOTA, Duarte C., Júnior – *Caixa e aposentações dos empregados da Misericórdia do Porto: considerações sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro*. Porto: Tip. Modesta, 1938
- [1120] PEREIRA, Ana Leonor – *Hospitais de alienados em Portugal [Texto policopiado]: origens do internamento*. Coimbra: Universidade, 1984
- [1121] PEREIRA, Ana Leonor – *A institucionalização da loucura em Portugal*. Revista Crítica de Ciências Sociais. – Coimbra :[s.n.], 1986. nº 21
- [1122] PEREIRA, Fernando Jasmins – *Assistência Social Caritativa*. Dicionário de História da Igreja em Portugal – Lisboa: Editorial Resistência, 1980. vol. 1, p. 631-717
- [1123] PEREIRA, Gabriel – *O Archivo da Santa Casa da Misericórdia d'Évora*. Évora: Minerva Eborense, 1888
- [1124] PEREIRA, Gabriel – *Estudos eborenses: história e arqueologia*. 2ª ed. integral. Évora: Ed. Nazareth, 1947-
- [1125] PEREIRA, Isaías da Rosa – *Dois compromissos de irmandades de homens pretos*. Lisboa: Pax, 1972
- [1126] PEREIRA, Isaías da Rosa – *O hospital do Espírito Santo da Vila de Castanheira*. Lisboa: [s.n.], 1971
- [1127] PEREIRA, Isaías da Rosa – *As obras de Misericórdia na Idade Média: as mercearias de Maria Esteves*. In: *A pobreza e a assistência aos pobres na península Ibérica durante a Idade Média: Actas / 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* – Lisboa: Instituto de alta cultura, 1973-. t. 2, p. 717-759
- [1128] PEREIRA, J. M. Esteves – *Mamposteiros da Santa Casa da Misericórdia da vila de Santa Comba Dão*. Lisboa: Tip. Henrique Torres, 1936
- [1129] PEREIRA, Joaquim Alvares – *Resumo historico da Santa Casa e Irmandade da Misericórdia de Coimbra....* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1840
- [1130] PEREIRA, José Augusto – *Resumo histórico da Santa Casa e Irmandade da Misericórdia da cidade de Coimbra: com noticia da trasladação das corporações dos orfãos para o Collegio de Santo Agostinho dos Conegos Regrantes*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1842
- [1131] PEREIRA, José Borges Pacheco – *Reflexões sobre o pauperismo ou as classes indigentes da sociedade*. Braga: Typ. de Domingos José da Cunha, 1857
- [1132] PEREIRA, Teresa Sancha – *Maria Isabel Saint-Léger: fundadora das cozinhas económicas: 1841 1920*. Coord. António Trindade, António Custódio. Lisboa: Câmara Municipal, Comissão Municipal de Toponímia, 1996
- [1133] PIMENTA, José M. de O. – *Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima*. [S.l.: s.n., D.L. 1978]
- [1134] PIMENTEL, Irene – *O Estado Novo e a Assistência às Mulheres: A «Obra das Mães» e as famílias numerosas*. História. – Lisboa: O Jornal. 1996, nº 18, p. 6-21
- [1135] PINA, Luís de – *Da Roda dos expostos à «Carta dos Direitos da Criança»*. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. – Porto: Câmara Municipal, 1964. vol. 27, fasc. 3-4
- [1136] PINA, Luís de – *A expansão portuguesa hospitalar portuguesa ultramarina*. Brotéria. – Lisboa: Tipografia Porto Médico, 1943. vol.37, p. 388-440
- [1137] PINA, Luís de – *A medicina portuguesa no século XV: alguns breves capítulos*. Studium Generale: Boletim do Centro de Estudos Humanísticos. – Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1960. vol. 7, p. 387-530
- [1138] PINHEIRO, Alfredo Dias – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: apontamentos para a sua história*. [S.l.: s.n.], 1931
- [1139] PINHEIRO, João Torres – *O Hospital da Misericórdia e o Caminho de Ferro de Thomar*. Tomar: [s.n.], 1933
- [1140] PINTO, Agostinho Albano da Silveira – *Memória estatístico historica sobre a administração dos expostos na cidade do Porto*. Porto: [s.n.], 1823
- [1141] PINTO, Américo Cortez – *D. Leonor e as misericórdias na expansão ultramarina*. In: *V Centenário do Nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias*. – Lisboa [s.n.], 1959. vol.I p. 155-183
- [1142] PINTO, António Joaquim de Gouveia – *Compilação das providencias, que a bem da criação e educação dos expostos ou engeitados se tem publicado e achão espalhadas em diferentes artigos de legislação pátria*. Lisboa: Imp. Regia, 1820
- [1143] PINTO, José Ribeiro – *História das lotarias em Portugal*. [S.l.: s.n.], 1943
- [1144] PINTO, Maria de Fátima M. Martins – *Os indigentes na cidade de Lisboa durante o 1º terço do séc. XX: entre a assistência e a mendicidade*. Lisboa: [s.n.], 1995. Tese de mestrado
- [1145] PINTO, Maria Helena Mendes; PINTO, Vítor Mendes – *As misericórdias do Algarve*. Lisboa: Dir. Geral de Assistência, 1968
- [1146] *A pintura e os pintores da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira*. Pref. Vítor Serrão. Ericeira: Mar de Letras, 1998
- [1147] PIRES, Amadeu Rodrigues – *A rainha Dona Leonor de Portugal e a Santa Casa de Misericórdia de Olivença*. Lisboa: [s.n.], 1963
- [1148] PIRES, Carlos Borges – *Pinhanços e os bodos da Senhora da Lomba*. Pinhanços: Comissão das Festas da Senhora da Lomba, 1993
- [1149] PIRIZ, Luís Afonso Limpo – *O passado e o presente da Santa Casa de Olivença*. In: *As Misericórdias ontem, hoje e amanhã: II Congresso Internacional das Misericórdias*. – Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. 1985, p. 283-298

- [1150] PITA, João Rui – *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal: 1772-1836*. Coimbra: Minerva, 1996
- [1151] POINSARD, Léon – *Portugal ignorado: estudo social, económico e político* Porto: Magalhães e Moniz, 1912
- [1152] POLICARPO, João de Almeida – *O pensamento social do grupo católico «A Palavra»: 1872-1913*. Lisboa: INIC, 1992
- [1153] PONTE, Salette da – *O Infante D. Henrique em Tomar*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1994, nº17, p. 26-31
- [1154] PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Reflexos: símbolos e imagens do Cristianismo na porcelana chinesa: symbols and images of Christianity on chinese porcelain*. [Lisboa]: CNCDP: SCM, D.L. 1996
- [1155] *As Misericórdias e as IPSS em geral, na história, na legislação, na jurisprudência e na prática administrativa*. Porto: Elcla, D.L. 1995
- [1156] PORTUGAL. Ministério da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel – *Recenseamento dos arquivos locais: câmaras municipais e misericórdias*. Coord. geral José Mariz. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995-
- [1157] *O primeiro compromisso da Misericórdia de Lisboa: 1516*. Acção Médica. – Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses, 1959. nºs 91-92, p. 269-294
- [1158] QUARESMA, José Simões – *Albergaria, hospital e misericórdia de aldeia-galega do Ribatejo: apontamentos e lembranças para a sua história*. Montijo: J.S. Quaresma, 1948
- [1159] QUINTAS, Maria da Conceição – *O aglomerado urbano de Setúbal: crescimento económico, contexto social e cultura operária: 1880-1930*. Coimbra: [s.n.], 1995
- [1160] RAFAEL, António José – *As Misericórdias: serviço evangélico dos pobres*. In: *As Misericórdias ontem, hoje e amanhã: II Congresso Internacional das Misericórdias*. – Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. 1985, p. 85-99
- [1161] RAIMUNDO, Natércia Reis – *A roda e os expostos*. 1ª ed. Almeida: [s.n.], 1994
- [1162] RAMALHO, Américo da Costa – *A Rainha D. Leonor e o seu tempo*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimientos Portugueses, 1991. nº 8, p. 96-101
- [1163] RAMOS, José da Silva – *A Misericórdia de Lisboa*. [S.l.: s.n.], 1931
- [1164] RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Do Hospital Real de Todos os Santos à história hospitalar portuguesa*. Revista da Faculdade de Letras História. – Porto: Faculdade de Letras. 1993, vol. 10, p. 333-350
- [1165] RAMOS, Mário Paredes – *Subsídios para a história de Góis*. Arquivo Histórico de Góis. – Torres Vedras: Arquivo Histórico de Góis. vol. 1, nº1, 1956, p. 27-42; nº 2, p. 64-86, nº 3-4, p. 115-174; 1957, nº 5, p. 213-233; nº 6, p. 241-272; vol. 2, 1958, nºs 7-9, p. 30-128
- [1166] *Os Recolhimentos da Capital: destinados às viúvas e órfãos dos portugueses que bem serviram a Pátria*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1948, nºs 59-61, p. 368-369
- [1167] REIS, António P. de Matos dos – *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima*. Arquivo de Ponte de Lima. – Ponte de Lima: Câmara Municipal. 1980, nº 1, p. 42-51; 1980, nº 3, p. 148-159; 1985, nº 6, p. 381-391
- [1168] REIS, António P. de Matos dos – *A Misericórdia de Ponte de Lima*. [S.l.: s.n., D.L. 1979]
- [1169] REIS, António P. de Matos dos – *A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima no passado e no presente*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia, 1997
- [1170] REIS, António P. de Matos dos – *A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima: 1530-1980*. Ponte de Lima: [s.n.], 1979
- [1171] REIS, Maria de Fátima – *As crianças expostas em Santarém em meados do antigo regime (1691-1710) [Texto policopiado]: elementos sociais e demográficos*. Lisboa: Universidade, 1988. Tese de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- [1172] REIS, Maria de Fátima – *Os expostos em Santarém: a acção social da Misericórdia: 1691-1701*. Pref. de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. Orig. tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- [1173] REIS, Maria José C. P. – *Crianças abandonadas e expostas no concelho de Alenquer: 1866-1891*. Lisboa: [s.n.], 1993
- [1174] *Resenha histórica da Santa Casa da Misericórdia de Amares*. Amares: S.C.M., 1996
- [1175] *Resumo de teses e comunicações do IV Congresso das Misericórdias*. Lisboa: [s.n.], 1958
- [1176] RIBEIRO, Ângelo – *Assistência*. In: *História de Portugal / [dir.] Damião Peres*. – Barcelos: Portucalense Editora, 1933-1934. vol. 5, p. 465-474. vol. 6, p. 625-636. vol. 7, p. 785-792
- [1177] RIBEIRO, Deolinda Margarida – *Acção da Rainha D. Leonor na vida portuguesa: 1458-1525*. Lisboa: Gama, 1947
- [1178] RIBEIRO, Deolinda Margarida – *As Misericórdias no plano centralizador da assistência portuguesa*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1958, nºs 131-132, p. 17-24

- [1179] RIBEIRO, José Silvestre – *História dos estabelecimentos científicos literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Ciências, 1871-1889
- [1180] RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *O cristianismo social de 1848*. Coimbra: F.L., U.C., 1940-. Revista de História das Ideias. – Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias; Faculdade de Letras, 1987. vol. 9, p. 481-494
- [1181] RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *Pensamento social e direitos humanos*. – Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1990. Sep. Revista de História, 10
- [1182] RIBEIRO, Mário de Sampaio – *A rainha Dona Leonor de Lencastre e os alvares do teatro português*. Lisboa: [s.n.], 1959
- [1183] RIBEIRO, Vítor – *O Arquivo da Misericórdia de Lisboa na Exposição Olissiponense de 1914*. Coimbra: Imp. da Universidade, 1915
- [1184] RIBEIRO, Vítor – *História da beneficência pública*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907
- [1185] RIBEIRO, Vítor – *A Infanta D. Maria e o seu Hospital da Luz: notícia documental*. Lisboa: Typ. da Casa da Moeda e Papel Sellado, 1907
- [1186] RIBEIRO, Vítor – *As lotarias da misericórdia e a Academia das Ciências*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914
- [1187] RIBEIRO, Vítor – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história 1498-1898: instituição, vida histórica, estado presente e seu futuro*. Lisboa: Typ. Academia Real das Ciências, 1902
- [1188] RIO MAIOR, Conde de – *As finanças e a mortalidade dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Imp. Nacional, 1869
- [1189] RIO MAIOR, Conde de – *Uma opinião sobre os expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866
- [1190] ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; RODRIGUES, Damião; PACHECO, Cipriano F. – *Terceira idade: poder, conflito e solidariedade: ciclo de conferências*. Povoação: Santa Casa da Misericórdia, 1993
- [1191] ROCHA, Helena Maria de Resende da – *A Misericórdia do Funchal no século XVI [Texto policopiado]: alguns elementos para o seu estudo*. Lisboa: [s.n.], 1995. Tese maestr. em Hist. Descobrimientos e da Expansão Port. apresentada à Univ. Nova Lisboa
- [1192] ROCHA, Leopoldo da – *As confrarias de Goa: séculos XVI XX: conceito histórico jurídico*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973
- [1193] RODRIGUES, Carlos Farinha – *Assistência social*. In: Dicionário de História do Estado Novo / dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. – Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. vol. 2, p. 742-744
- [1194] RODRIGUES, Carlos Farinha – *Pobreza*. In: Dicionário de História do Estado Novo / dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. – Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. vol. 1, p. 70-73
- [1195] RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil*. In: Expostos e ilegítimos na realidade ibérica: actas / do III Congresso da ADEH, Abril de 1993. – Porto: Afrontamento, 1996. vol. 3
- [1196] RODRIGUES, Jorge Rosa – *Outra obra de misericórdia*. [S.l.: s.n.], 1952
- [1197] RODRIGUES, José Damião – *Poder municipal e oligarquias urbanas: Ponta Delgada no século XVII*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1992
- [1198] RODRIGUES, Teresa Ferreira – *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Pref. de J. Manuel Nazareth. Lisboa: Cosmos, 1995
- [1199] ROQUE, João Lourenço – *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX: 1830-1870: contributo para o seu estudo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Coimbra
- [1200] ROQUE, João Lourenço – *Dramas individuais e familiares na biografia de algumas mulheres recatadas no Recolhimento do Paço do Conde em Coimbra*. Biblos. – Coimbra: Faculdade de Letras, 1987. vol. 63
- [1201] ROQUE, João Lourenço – *Epidemias no distrito de Coimbra no século XIX*. Revista Portuguesa de História. – Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 20. vol. 30, p. 1-152
- [1202] ROQUE, Mário – *Físicos, cirurgiões, boticários, parteiras e barbeiros que na sua maior parte viveram em Lisboa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Acad. Port. da História, 1984. Sep. Anais, 2ª série, 29
- [1203] ROSA, Maria de Lurdes – *O Estado Manuelino: a reforma de capelas, hospitais, albergarias e confrarias*. O Tempo de Vasco da Gama. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. p. 205-210
- [1204] ROSA, Maria de Lurdes – *«Santo António dei Portoghesi»: elementos para a história do hospital nacional português em Roma: sécs. XIV-XX*. Lusitania Sacra. 1993, 2ª série, t. 5, p. 319-378
- [1205] ROSENDO, Vasco – *Montepio Geral: 150 anos de história, 1840-1990*. Lisboa: [s.n.], 1990
- [1206] RUA, Jaime Guerreiro – *O hospital de Nossa Senhora dos Pobres*. Loulé: Santa Casa da Misericórdia, 1960
- [1207] RUIVO, Augusto Duarte – *A Soalheira e a sua Misericórdia*. Pref. de José Lopes Dias. Soalheira: Santa Casa da Misericórdia, 1970

- [1208] RUMINA, Branca – *A mulher e as misericórdias*. Lisboa: [s.n.], 1929
- [1209] RUSSEL-WOOD, A. J. R. – *Fidalgos and philanthropists: the Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. London: Macmillan, 1968
- [1210] SÁ, Isabel dos Guimarães; CORTES, Nuno Osório de Nóbrega – *A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados*. Cadernos do Noroeste. – Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 1992. vol.5, nºs 1-2, p. 179-190
- [1211] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário*. In: Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. – Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1998. p. IX-XXII
- [1212] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Abandono de crianças: ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal*. In: Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica do século XVI ao presente: Actas / do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica. – Porto: ADEH/Biblioteca das Ciências do Homem, 1993. vol. 3, p. 37-58
- [1213] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Apresentação da obra «Abandono de crianças no Algarve: o caso dos expostos de Loulé: 1820-1884» de Nuno Osório Cortes*. In: Al'ulyā: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé. – Loulé: Arquivo Histórico Municipal, 1994. nº 3, p. 13-14
- [1214] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Assistance to children in North West Portugal: the case of pre-industrial Braga*. Cadernos do Noroeste. – Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade de Minho, 1993. vol. 6, nºs 1-2, p. 95-115
- [1215] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Assistance to the poor on a royal model: the example of the Misericórdias in the Portuguese Empire from the sixteenth to the eighteenth century*. Confraternitas. – Toronto: [s.n.], 2002. vol. 13, nº 1, p. 3-18
- [1216] SÁ, Isabel dos Guimarães – *A assistência aos expostos no Porto [Texto policopiado]: aspectos institucionais (1519-1838)*. Porto: [s.n.], 1987. Tese de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Fac. de Letras da Univ. do Porto
- [1217] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Assistência II: Época Moderna e Contemporânea*. In: Dicionário de História Religiosa de Portugal / dir. Carlos Moreira Azevedo. – Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. 1, p. 140-149
- [1218] SÁ, Isabel dos Guimarães – *A casa da roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780)*. Revista da Faculdade de Letras. – Porto: Universidade, 1985.2ª s. vol. 2, p. 161-199
- [1219] SÁ, Isabel dos Guimarães – *The Casa da Roda do Porto: reception and restitution of foundlings during the eighteenth century*. In: *Enfance Abandonnée et Société en Europe: Actes / du Colloque International*, Rome, 30-31 Janvier 1987. – Rome: École Française de Rome, 1991. p. 539-572
- [1220] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Child abandonment in Portugal: legislation and institutional care*. Continuity and Change. – Cambridge: [s.n.], 1994. vol. 9, nº 1, p. 69-89
- [1221] SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. Orig. tese dout. apresentada ao Instituto Universitário Europeu de Florença
- [1222] SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul: o exemplo da Casa da Roda do Porto no século XVIII*. Lisboa: Gulbenkian, 1995
- [1223] SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa Meridional do século XVIII: o exemplo da 'Casa da Roda' do Porto*. Boletín de la Asociación de Demografía Histórica. – Madrid: [s.n.], 1992. vol. 10, nº 3, p. 115-123
- [1224] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Circulation of children in eighteenth century: Portugal*. In: *Abandoned Children / [ed. by] Catherine Panter-Brick and Malcom Smith*. – Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 27-39
- [1225] SÁ, Isabel dos Guimarães – *As confrarias e as misericórdias: A assistência: as misericórdias e os poderes locais*. In: História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia / [dir.] César de Oliveira. – [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1996. p. 55-60 e 136-142
- [1226] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Entre Maria e Madalena: a mulher como sujeito e objecto de caridade em Portugal e nas colónias: séculos XVI-XVIII*. In: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Actas / do Congresso. – Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. vol. 1, p. 329-337
- [1227] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Expostos, ilegítimos e concepções extra-matrimoniais em Portugal: trabalhos recentes e perspectivas*. In: Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente: actas / do III Congresso de la Asociación de Demografía Histórica, Braga, Abril de 1993. – Porto: Afrontamento, 1995. vol. 3, p. 37-58
- [1228] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Expostos: história das populações e informática*. Boletín de la Asociación de Demografía Histórica. – Madrid: A.D.E.H., 1989. vol. 7, fasc. 3, p. 55-64
- [1229] SÁ, Isabel dos Guimarães – *A história religiosa em Portugal e no Brasil: algumas perspectivas: séculos XVI-XVIII*. In: Brasil – Portugal: história, agenda para o milênio: perspectivas da historiografia luso-brasileira / [org.] José Jobson Arruda e Luís Adão da Fonseca. – S. Paulo: EDUSC, 2001. p. 29-54

- [1230] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Os Hospitais Portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno*. In: V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo da Évora: Actas / do Congresso Comemorativo. – Évora: Hospital do Espírito Santo, 1996. p. 87-103
- [1231] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Igreja e assistência em Portugal no século XV*. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. – [S.l.: Instituto Histórico da Ilha Terceira], 1995. vol. 53, p. 219-236. – . In: O mundo do Infante D. Henrique: actas / do Congresso realizado em Angra do Heroísmo de 5 a 9 de Junho de 1995, efectivamente publicadas em 1998
- [1232] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Infanticídio, aborto e abandono de crianças na sociedade portuguesa tradicional: uma reflexão sobre textos jurídicos*. Penélope. – [S.l.: s.n.], 1992. nº 8, p. 75-89
- [1233- SÁ, Isabel dos Guimarães – *As misericórdias*. In: -1234] História da expansão portuguesa / dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. – [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. vol. 1, p. 360-368. vol. 2, p. 350-360. vol. 3, p. 280-289
- [1235] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Misericórdias*. In: Dicionário de História Religiosa de Portugal / dir. por Carlos Moreira Azevedo. – Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. vol. 3, p. 200-203
- [1236] SÁ, Isabel dos Guimarães – *As misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno*. Cadernos do Noroeste. História, 1. – Braga: [s.n.], 2001. vol. 15, nºs 1 2, p. 337-358
- [1237] SÁ, Isabel dos Guimarães – *As misericórdias no império português: 1500-1800*. In: 500 anos das misericórdias portuguesas: [catálogo de exposição] / Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias. – [Lisboa]: Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000. p. 101-132
- [1238] SÁ, Isabel dos Guimarães – *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001
- [1239] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno*. Cadernos do Noroeste. – Braga: [s.n.], 1998. vol. 11, nº 2
- [1240] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Misericórdias: portuguesas no Brasil e «brasileiros»*. In: Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal: catálogo de exposição. – [Lisboa]: CNCDP, 2000. p. 117-133
- [1241] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Pobreza*. In: Dicionário de História Religiosa de Portugal / dir. Carlos Moreira Azevedo. – Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. vol. 3, p. 456-461
- [1242] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Práticas da caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas: séculos XVI-XVIII: algumas metáforas*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. nº 35, p. 42-50
- [1243] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Prefácio do livro de Teodoro Afonso da Fonte, «O abandono de crianças em Ponte de Lima: 1625-1910»*. In: O abandono de crianças em Ponte de Lima: 1625-1910 / Teodoro Afonso da Fonte. – Viana do Castelo: Câmara Municipal de Ponte de Lima Centro de Estudos Regionais, 1996. p. 15-17
- [1244] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português: 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997
- [1245] SÁ, Isabel dos Guimarães – *A reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu (1490-1600)*. Cadernos do Noroeste. – Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 1998. vol. 11, nº 2, p. 31-63
- [1246] SÁ, Isabel dos Guimarães – *The role of religion and race in shaping portuguese society at home and Overseas: the example of the misericórdias from the sixteenth to the eighteenth century*. Portuguese Studies. – London: [s.n.], 1997. nº 13, p. 210-221
- [1247] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Segredos de família: os sinais de expostos entre as práticas de identidade e a construção de memória*. In: Sinais de expostos: exposição histórico-documental. Lisboa: S.C.M., 1987. p. 9
- [1248] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Subalternas ou excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico*. In: Exclusão na história / [ed.] Maria João Vaz, Eunice Relvas e Nuno Pinheiro. – [S.l.]: Celta, 2000. p. 41-51
- [1249] SÁ, Isabel dos Guimarães – *Trabalho de mulheres e economia familiar: o caso das amas de expostos da Casa da Roda do Porto: século XVIII*. Boletín de la Asociación de Demografía Histórica. Madrid: Asociación de Demografía Histórica, 1994. vol. 12, nºs 2-3, p. 233-250
- [1250] SABUGOSA, Conde de – *A Misericórdia*. Boletim da Assistência. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência, 1958, nºs 131-132, p. 7-16
- [1251] SABUGOSA, Conde de – *A rainha D. Leonor, 1458-1525*. Lisboa – Rio de Janeiro: Portugalia, imp. 1921
- [1252] SABUGOSA, Conde de – *A rainha D. Leonor: 1458-1525*. 2. ed. [S.l.]: Livraria San Carlos, 1974
- [1253] SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho – *O espírito das misericórdias nos testamentos de D. Leonor e de outras mulheres da Casa de Avis*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 1999
- [1254] SALGADO, Abílio José – *Lisboa, o Hospital de Todos-os-Santos e os descobrimentos portugueses*. [S.l.: s.n.], D.L. 1992

- [1255] SALGADO, Anastácia Mestrinho; SALGADO, Abílio José – *O açúcar da Madeira e algumas instituições de assistência na Península e Norte de África durante a primeira metade do século XVI*. [S.l.: s.n.], 1986
- [1256] SALGADO, Anastácia Mestrinho; SALGADO, Abílio José – *Formas de sensibilidade na assistência, durante a época dos descobrimentos*. Lisboa: Rei dos Livros, 1991
- [1257] SALGADO, Anastácia Mestrinho – *O hospital de Todos-os-Santos e os bens confiscados aos mouros, judeus e cristãos-novos*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Univ. Nova, 1986
- [1258] SALGADO, Anastácia Mestrinho – *O Hospital de Todos-os-Santos: Suas relações com a Misericórdia do Porto, a Misericórdia de Olivença e a Custódia de Los Angeles de Castela*. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. – Lisboa: Sociedade das Ciências Médicas, 1986. t. 150, n.º 6, p. 322-325
- [1259] SALGADO, José Bernard Guedes – *A heráldica das Misericórdias*. In: *As Misericórdias ontem, hoje e amanhã: II Congresso Internacional das Misericórdias*. – Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 1985, p. 215-221
- [1260] SALGUEIRO, Emílio – *A Misericórdia de Abrantes: O Hospital do Salvador*. *Boletim da Assistência Social*. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social, 1944. n.ºs 17 a 19, p. 207-214
- [1261] SALGUEIRO, Manuel Trindade – *Inspiração espiritual das misericórdias*. *Ação Médica*. – Lisboa: Associação dos Médicos Católicos Portugueses, 1959. n.ºs 91-92, p. 199-222
- [1262] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Ericeira) – *Arte sacra: Arquivo-Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira*. Ericeira: Santa Casa da Misericórdia, 1994
- [1263] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *464 anos de assistência na cidade de Lisboa: 1498-1962*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1962
- [1264] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *A arte do livro na Misericórdia de Lisboa: os cimélios da Santa Casa: catálogo*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1997
- [1265] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Enrique Mantero Belard, 1903-1974: perfil de um benemérito*. Lisboa: S. C. M., imp. 1985
- [1266] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Fundo musical: século XVI ao século XIX*. [Colab. e org.] José Maria Pedrosa Cardoso. Colab. Francisco d'Orey Manoel. Trad. Ivan V. G. Moody. Fot. José Pedro de Abranches, Ferrão de Aboim Borges, Mário Soares. Lisboa: S.C.M.-Arq. Histórico Biblioteca: Museu de São Roque, D.L. 1995
- [1267] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Garcia Fernandes: um pintor do Renascimento, eleitor da Misericórdia de Lisboa*. Coord. Elvira Brandão, Nuno Vassalo e Silva. Lisboa: S.C.M., imp. 1998
- [1268] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Igreja de São Roque: roteiro*. Texto Maria Filomena Brito. Lisboa: S.C.M., 1992
- [1269] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *No caminho do Japão: arte oriental nas coleções da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Realização Nuno Vassalo e Silva, Maria Filomena Brito, Teresa Freitas Morna. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, imp. 1993
- [1270] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*. Lisboa: Arquivo Histórico da Bib. da Santa Casa da Misericórdia, 1995
- [1271] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Lisboa) – *Sinais de expostos: exposição histórico-documental*. Lisboa: S.C.M., 1987
- [1272] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Conde de Ferreira: in memoriam e programa*. Porto: S. C. M., imp. 1982
- [1273] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Manuscritos, pintura e escultura da Misericórdia do Porto*. Textos Agostinho Pinto de Andrade... [et al.]. Fot. António Cardoso. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1999
- [1274] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Ourivesaria e paramentaria da Misericórdia do Porto*. Textos Alexandre Ribeiro Matos... [et al.]. Fot. José Eduardo Cunha. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1998
- [1275] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *A Rainha Dona Leonor e as misericórdias: 1959*. Porto: [s.n.], 1959
- [1276] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Vila Nova de Gaia) – *A Misericórdia de Vila Nova de Gaia: 1929-1999*. Vila Nova Gaia: Misericórdia, 1999
- [1277] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Arquivo Histórico, (Lisboa) – *Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Pref. Isabel dos Guimarães Sá. Lisboa: S.C.M., 1998
- [1278] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Arquivo-Biblioteca, (Lisboa) – *Catálogo das obras impressas no século XVII: a coleção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Apresentação José V. de Pina Martins. Introd. org., bibliografia, catalogação e índices [de] Júlio Caio Velloso. Colab. Paulo Manuel Coelho do Nascimento, Rosa Carolina do Nascimento Ribeiro Lemos Serrão e Silva. Lisboa: S.C.M., 1994
- [1279] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Arquivo-Biblioteca, (Lisboa) – *Catálogo das obras impressas no século XVIII: a coleção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Apresent. por José Vitorino de Pina Martins. Introd., org., bibliografia, catalogação e índices por Júlio Caio Velloso. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1999
- [1280] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA. Museu de São Roque, (Lisboa) – *Frontais de altar seiscentistas da Igreja de S. Roque*. Lisboa: M.S.R., 1994

- [1281] SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, (Porto) – *Inventário dos retratos de benfeitores*. Porto: [s.n.], 1983
- [1282] SANTOS, Costa – *Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José*. Arquivo do Hospital de S. José. Porto: [s.n.], 1918. Sep. Arquivos de História da Medicina Portuguesa
- [1283] SANTOS, Cândido dos – *A população do Porto de 1700 a 1820: contribuição para o estudo da demografia urbana*. Revista de História. – Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1978. vol. I
- [1284] SANTOS, Eugénio dos – *Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal*. In: Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. p. 15-25
- [1285] SANTOS, Eugénio dos – *A Igreja em Portugal sob a monarquia absoluta*. In: História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias: Portugal absolutista. – Amadora: Clube internacional do livro. 1995, vol. 7, p. 183-214
- [1286] SANTOS, Eugénio dos – *A irmandade dos congregantes do oratório do Porto*. Porto: [s.n.], 1983
- [1287] SANTOS, João Marinho; ROQUE, João Lourenço – *Os bens da Misericórdia da Sarzedas em meados do século XVIII*. Biblos. – Coimbra: Faculdade de Letras, 1979. vol. 55, p. 233-258
- [1288] SANTOS, José Beleza dos – *Alguns aspectos da miséria e algumas formas da caridade*. [S.l.: s.n.], 1927
- [1289] SANTOS, Luís Reis – *Painel antoniano de Gregório Lopes na Misericórdia de Tomar*. Lisboa: [s.n.], 1960
- [1290] SANTOS, Maria Carlota de Assis de Almeida – *Estudo feito sobre a provável primeira Misericórdia do país: a das Caldas da Rainha*. In: V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor: actas I do IV Congresso das Misericórdias. – Lisboa: [s.n.], 1959. vol. I, p. 468-477
- [1291] SANTOS, Maria José Moutinho – *A sombra e a luz: as prisões do liberalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1999
- [1292] SANTOS, Maria Manuela Lima – *A assistência infantil na transição para o século XX e nos primeiros anos da República*. Lisboa: [s.n.], 1989
- [1293] SANTOS, Reinaldo dos – *Dona Leonor e a Arte*. Colóquio. – Revista de Artes e Letras. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1959, nº1, p. 3-8
- [1294] SANTOS, Rui – *Senhores da terra: senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII*. Análise Social. – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. nº 121, 4ª s.. 1993 p. 345-369
- [1295] SANTOS, Rui – *O «socorro aos lavradores» de Mértola em 1792: empréstimos e esmolas de trigo em Mértola, 1792: ensaio de exploração estrutural*. Mértola: Câmara Municipal, 1987
- [1296] SÃO PAULO, Jorge de – *Antiguidades das Caldas da Rainha e do tempo da Rainha D. Leonor*. Rev., pref., e notas Fernando da Silva Correia. Caldas da Rainha: [s.n.], 1959
- [1297] SÃO PAULO, Jorge de – *História da Rainha D. Leonor e da fundação do Hospital das Caldas*. Pref. de Fernando Correia. Lisboa: Tip. da Emp. Nac. de Publicidade, 1928
- [1298] SARAFAÑA, Manuel Ferreira – *Hospital-Providência: Misericórdias*. [S.l.: s.n., D.L. 1960]. Sep. Hospitais Portugueses, 81
- [1299] SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média*. Revista de Ciências Históricas. – Porto: Universidade Portucalense. 1995, vol. 10, p. 155-194
- [1300] SARAIVA, José da Cunha, pseud. – *A capela da Misericórdia na Sé de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1934
- [1301] SARMENTO, Zeferino – *Santarém*. Fot. Marques Abreu. Porto: Marques Abreu, 1931
- [1302] SEGURADO, Jorge – *Da igreja manuelina da Misericórdia de Lisboa a: Conceição-Velha*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1977
- [1303] SEIXAS, Wilson Nóbrega – *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba: 385 anos*. João Pessoa (Paraíba): Gráfica Santa Marta, 1987
- [1304] SERRA, Manuel D. P. Cunha – *As duas confrarias da Misericórdia e as duas Confrarias dos Mareantes de Viana de Foz do Lima do século XVI*. Estudos Regionais/Revista de cultura do Alto Minho. – Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 1995. nº 16, p. 73-94
- [1305] SERRANO JÚNIOR, Adriano – *Hospital Geral de Santo António: apontamentos sobre a sua história*. [S.l.: s.n., D.L. 1981. Sep. Bol. Hospital, 2
- [1306] SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998
- [1307] SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Nos 5 séculos da Misericórdia de Lisboa: um percurso na história*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. nº 35, p. 8-22
- [1308] SERRÃO, Vítor – *André de Padilha e a pintura quinhentista: entre o Minho e a Galiza*. [S.l.]: Estampa, 1998
- [1309] SERRÃO, Vítor – *Domingos Lourenço Pardo, mestre pintor do retábulo da Misericórdia de Guimarães (1616-1618): introdução ao estudo da pintura maneirista no norte*. [S.l.: s.n., D.L. 1981]. Sep. Minia, 2ª série, 3
- [1310] SERRÃO, Vítor – *Duas telas do pintor Miguel Figueira (1640) na igreja da Misericórdia de Torres*. Torres Novas: Santa Casa da Misericórdia, imp. 1986

- [1311] SERRÃO, Vítor – *O mecenato da Rainha D. Leonor e as pinturas de corte*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991. nº8, p. 104-107
- [1312] SERRÃO, Vítor – *Uma obra desconhecida do pintor maneirista André Peres: as tábuas do antigo retábulo da Misericórdia de Arraiolos: 1603*. Callipole. – [S.l.: s.n.], 1997-1998. nºs 5-6, p. 123-140
- [1313] SERRÃO, Vítor – *O pintor Cristovão Vaz mestre dos retábulos da Igreja da Misericórdia de Sintra (1581-1584)*. Lisboa: [s.n.: Ramos, Afonso & Moita], D.L. 1981]. Sep. Bol. Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 3ª série, 85
- [1314] SERRÃO, Vítor – *A pintura na antiga Índia Portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1994, nºs 19-20, p. 102-112
- [1315] SERRÃO, Vítor – *O retábulo da Misericórdia de Tancos é de Simão Rodrigues*. Lisboa: Inst. Port. de Arqueologia, História e Etnografia, 1970
- [1316] SERRÃO, Vítor – *Sobre a iconografia da Mater Omnium: pintura de intuítos assistenciais nas Misericórdias durante o século XVI*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. nº 35, p. 134-144
- [1317] SILVA, Antero – *Proezas dos imaculados: ao serviço da Misericórdia de Santo António da Vila de S. Pedro do Sul*. [S.l.]: A. Silva, 1916
- [1318] SILVA, Armando Carneiro da – *O catálogo dos provedores e escrivães da misericórdia*. Pref. Cunha Matos. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia, 1991
- [1319] SILVA, Armando Carneiro da – *Um inventário seiscentista da misericórdia coimbrã*. [Coimbra]: Munda, 1985 [D.L. 1987]
- [1320] SILVA, Carlos Manique – *A capela de S. Lázaro e a Cafaria de Sintra*. Sintra: Santa Casa da Misericórdia, 1999
- [1321] SILVA, César da – *Real Casa Pia de Lisboa: breve história da sua fundação, grandeza e desenvolvimento de 1780 até ao presente*. [S.l.]: Typ. Brito Nogueira, 1896
- [1322] SILVA, Francisco Caetano da; VENTURA, Maria Helena Santos – *Santa Casa da Misericórdia de Alvaizere: contributos para a sua história: 1663-1997*. [S.l.: s.n.], 1997
- [1323] SILVA, Francisco Ribeiro da – *Brasil, brasileiros e irmandades/ordens terceiras portuenses*. In: Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 135-147
- [1324] SILVA, Francisco Ribeiro da – *Marginais e marginados à luz das Ordenações Filipinas*. Revista de Ciências Históricas – Porto: Universidade Portucalense, 1996. vol. 11, p. 69-76
- [1325] SILVA, Francisco Ribeiro da – *A Misericórdia de Santa Maria da Feira: breve notícia histórica*. Porto: [s.n.], 1995
- [1326] SILVA, Germesindo – *A fundação da Santa Casa da Misericórdia de Grândola*. [S.l.: s.n.], imp. 1988
- [1327] SILVA, H. Castro e – *A Misericórdia de Castelo Branco: apontamentos históricos*. 2ª ed.. Castelo Branco: Santa Casa da Misericórdia, 1958
- [1328] SILVA, José Custódio Vieira da – *A igreja de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*. Fot. José Pessoa. Caldas da Rainha: [s.n.], 1985
- [1329] SILVA, José Sidónio M. da – *O edifício do «Hospital Novo» de Viseu: 1793*. Beira Alta. – Viseu: Assembleia Distrital. 1994, vol. 53, fas. 1-2, p. 77-107
- [1330] SILVA, Manuel Dias da – *O Collegio dos Orphãos de S. Caetano em Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892
- [1331] SILVA, Manuel Ferreira da – *A Rainha D. Leonor e as misericórdias portuguesas*. [Lisboa]: Rei dos Livros, 1998
- [1332] SILVA, Manuel Maria Madureira da – *A expressão ética da Misericórdia*. Eboresia. – Évora: Instituto Superior de Teologia. 1999, nºs 23-24, p. 47-84
- [1333] SILVA, Manuela Santos – *A assistência social na Idade Média: estudo comparativo de algumas instituições de beneficência de Santarém*. Estudos Medievais. – Porto: [s.n.], 1987. nº 8, p. 171-242
- [1334] SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *Pobreza feminina no Brasil colonial*. Revista de Ciências Históricas. – Porto: Universidade Portucalense, 1996. vol. 11, p. 91-100
- [1335] SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *O problema dos expositos na capitania de São Paulo*. Revista de História Económica e Social. – Lisboa: [s.n.], 1980. nº 5
- [1336] SILVA, Maria Luísa Fernandes da – *A assistência hospitalar da Santa Casa da Misericórdia do Porto no século XVII*. Porto: Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, 1989
- [1337] SILVA, Maria Manuela Tavares dos Santos; CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média*. In: Jornadas de História Medieval: 1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV-XV: actas. – Lisboa: História e Crítica, 1985. p. 69-98
- [1338] SILVA, Mário José Costa da – *A confraria de Santa Maria Madalena de Montemor-o-Velho: Subsídios para a sua história*. Lusitania Sacra / Centro de Estudos de História Religiosa. – Lisboa: CEHR. 2ª s., t. 7, 1995, p. 53-88
- [1339] SILVA, Mário José Costa da – *A Santa Casa de Misericórdia de Montemor-o-Velho [Texto policopiado]: espaço de sociabilidade, poder e conflito, (1546-1803)*. Coimbra: [s.n.], 1996. Tese maestr. em História Moderna apresentada à Univ. de Coimbra

- [1340] SILVA, Nuno Vassalo e – «*Obras da Índia*» nas *Misericórdias Portuguesas*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. nº 35, p. 123-132
- [1341] SILVA, Sebastião Alfredo da; COIMBRA, Júlio Armindo Dias – *As misericórdias, sua receita e despesa, património, pessoal, etc.*. Lisboa: [s.n.], 1932
- [1342] SILVA, Vítor de Albuquerque Freire da – *O Hospital Real de Goa: 1510-1610: contribuição para o estudo da sua história e regimentos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- [1343] SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – *Desamortização II: século XIX*. In: *Dicionário de História Religiosa de Portugal / dir. Carlos Moreira Azevedo*. – Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. 2, p. 60-62
- [1344] SIMÕES, António Augusto da Costa – *Um dos projectos de hospitais districtaes com applicação ao novo hospital da Misericórdia do Porto*. Porto: Typ. do Jornal do Porto, 1884
- [1345] SIMÕES, António Augusto da Costa – *Hospitais da Convalescença: sua fundação e posterior administração até 1774*. Coimbra Médica. – Coimbra: [s.n.], 1881. ano 1, nºs 4 e 5
- [1346] SIMÕES, António Augusto da Costa – *Hospital de S. Lázaro: sua fundação e posterior administração até 1774*. Coimbra Médica. – Coimbra: [s.n.], 1881. ano 1, nº. 10, p. 153-156; 11, p. 168-171; 12, p. 187-189
- [1347] SIMÕES, António Augusto da Costa – *Notícia dos hospitais da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1882
- [1348] SIMÕES, João Alves – *Os expostos da roda de Góis: 1784-1841 [Texto policopiado]*. Porto: [s.n.], 1999. Tese mestrado em História Contemporânea apresentada à Universidade do Porto
- [1349] SIMÕES, Maurício Humberto Gomes – *Santa Casa da Misericórdia da Covilhã: cibos para a sua história*. Covilhã: Câmara Municipal, 1999
- [1350] SOARES, José Caetano – *Macau e a assistência: programa médico social*. [Lisboa]: Agência Geral das Colónias, 1950
- [1351] SOBRAL, José M. – *Religião, relações sociais e poder: a Misericórdia de f.i. é freguesia] no seu espaço social e religioso: séculos XIX-XX*. *Análise Social*. – [Lisboa: I.S.C.E.F.], 1990. vol. 25, nº 107, p. 351-373
- [1352] SOUSA, António Caetano de – *Provas da história genealógica da Casa Real portuguesa*. 2. ed. Coimbra: Atlântida, 1946
- [1353] SOUSA, António Gomes de – *Dois pergaminhos da Misericórdia de Penafiel*. Penafiel: [s.n.], 1989
- [1354] SOUSA, António Gomes de – *Zeferino de Oliveira: bene-mérito da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel e mecenas dos «Estudos Camonianos»*. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia, 1980
- [1355] SOUSA, Armindo de – *A estratégia política dos municípios no reinado de D. João II*. *Revista da Faculdade de Letras*. – Porto: Universidade, 1989. 2ª s., vol. 6, p. 137-174
- [1356] SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*. [S.l.]: I.N.I.C., 1990
- [1357] SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – *A propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média [Texto policopiado]*. Lisboa: [s.n.], 1986. Provas de aptidão e capacidade científica na Fac. Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa
- [1358] SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Irmãos da Santa Casa da Misericórdia do Porto: (1799-1856)*. Porto: Universidade Moderna, 1999. Sep. da Revista de Genealogia & Heráldica nº 1 do Centro de Estudos de Genealogia e Hist. da Família
- [1359] SOUSA, Ivo Carneiro de – *V Centenário das Misericórdias Portuguesas, 1498-1998*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 1998
- [1360] SOUSA, Ivo Carneiro de – *O Cardeal D. Jorge da Costa e a reforma da assistência em Portugal*. In: IX Centenário da dedicação da Sé de Braga: Actas I do Congresso Internacional. – Braga: Faculdade de Teologia: Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990. vol. 2/1, p. 647-660
- [1361] SOUSA, Ivo Carneiro de – *O compromisso primitivo das Misericórdias Portuguesas: 1498-1500*. *Revista da Faculdade de Letras: História*. – Porto: Universidade, 1996. 2ª s., vol. 13, p. 259-306
- [1362] SOUSA, Ivo Carneiro de – *Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias: (1498-1525)*. Porto: Granito, Editores e Livrários, 1999
- [1363] SOUSA, Ivo Carneiro de – *Da fundação das Misericórdias aos Brasileiros nas Misericórdias portuguesas*. In: Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 91-115
- [1364] SOUSA, Ivo Carneiro de – *Da fundação e da originalidade das Misericórdias Portuguesas (1498-1500)*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. nº 35, p. 24-39
- [1365] SOUSA, Ivo Carneiro de – *Os estatutos da confraria de S. Gonçalo de Amarante da Sé do Porto: 1768*. O Tripeiro. – [Porto: s.n.], 1996. 7ª série, ano 15, nºs 1-2, p. 25-31

- [1366] SOUSA, Ivo Carneiro de – *Introdução ao estudo do património, da casa e da corte de D. Leonor*. Porto: [s.n., 1993?]
- [1367] SOUSA, Ivo Carneiro de – *Legados Pios do Convento de S. Francisco do Porto: As fundações de missas nos séculos XV e XVI*. Boletim do Arquivo Distrital do Porto. – Porto: Arquivo Distrital, 1982. vol. I, p. 59-119
- [1368] SOUSA, Ivo Carneiro de – *A procissão de Quinta-Feira Santa da Confraria da Misericórdia do Porto (1646)*. [S.l.: s.n.], 1995. Sep. da Rev. O Tripeiro, 1995
- [1369] SOUSA, Ivo Carneiro de – *A Rainha D. Leonor e as Murate de Florença: notas de investigação*. Revista da Faculdade de Letras: História. – Porto: Universidade, 1987. 2ª s., vol. 4, p. 119-133
- [1370] SOUSA, Ivo Carneiro de – *A rainha da misericórdia na história da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento [Texto policopiado]*. Porto: [s.n.], 1992. Tese doutoramento em Cultura Portuguesa apresentada à Universidade do Porto
- [1371] SOUSA, Luís Vaz – *O enquadramento corporativo das Misericórdias*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1958, nºs 133-134, p. 367-387
- [1372] SOUSA, Tude Martins de – *A Misericórdia da Amieira: do antigo priorado do Crato: a sua antiguidade: a sua campanha: o seu compromisso*. Arqueologia e História. – Lisboa: [s.n.], 1932. vol. 10, p. 119-128
- [1373] SOUZA, Laura de Mello e – *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1990
- [1374] TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *D. Leonor e a fundação das Misericórdias*. Oceanos. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991. nº8, p. 89-92
- [1375] TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos*. Estudos Medievais. – [S.l.: s.n.], 1987. p. 55-72
- [1376] TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Para o estudo do pobre em Portugal na Idade Média*. Revista de História Económica e Social. – Lisboa: Sá da Costa. 1983, nº 11, p. 29-54
- [1377] TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Presença, 1989
- [1378] TAVARES, Marília de Assis – *A pobreza na Ribeira Grande durante a segunda metade do século XVI: estudo quantitativo baseado nos registos de óbito*. Arquipélago. – Ponta Delgada: [s.n.], 1983. nº especial, p. 43-60
- [1379] TAYLOR, René – *John Carr e o Hospital de Santo António do Porto*. Lisboa: [s.n.], 1960
- [1380] TEIXEIRA, Manuel – *D. Melchior Carneiro, fundador da Santa Casa da Misericórdia de Macau*. [Macau]: Comissão Executiva das Comemorações do IV Centenário da Santa Casa da Misericórdia de Macau, [19--]
- [1381] TEIXEIRA, Maria Elvira – *Assistência III: do fim da Monarquia ao Estado Novo*. In: Dicionário de História Religiosa de Portugal / dir. Carlos Moreira Azevedo. – Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. 1, p. 149-152
- [1382] *Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto: [catálogo de exposição]*. Porto: Ed. da Santa Casa da Misericórdia do Porto-CNCDP, 1995
- [1383] TRINDADE, Maria José Lagos – *Notas sobre a intervenção régia na administração das instituições de assistência nos fins da Idade Média*. In: A pobreza e a assistência aos pobres na península Ibérica durante a Idade Média: Actas / 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – Lisboa: Instituto de alta cultura, 1973 : t. 2, p. 873-887
- [1384] VALE, Lucena e – *Centenário da fundação do Asilo da Viscondessa de S. Caetano*. Beira Alta. – Viseu: Junta de Província. 1955, vol. 14, fasc. 4, p. 343-353
- [1385] VALÉRIO, António João Feio – *Alvito [texto policopiado]: o espaço e os homens: 1251-1640: subsídios para a história de uma vila alentejana*. Lisboa: [s.n.], 1993. Tese maestr. em Hist. Moderna apresentada à Univ. Lisboa
- [1386] VALLECILLO, Teodoro – *Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza: 1501-1970*. Badajoz: [s.n.], 1993
- [1387] VASCONCELOS, Ivolino de – *Anchieta e a fundação do hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro*. In: V Centenário do nascimento da Rainha D. Leonor: Actas / do IV Congresso das Misericórdias. – Lisboa [s.n.], 1959. vol. 1, p. 337-392
- [1388] VASCONCELOS, Ivolino de – *A Rainha Dona Leonor, fundadora das Misericórdias no mundo Lusíada*. Imprensa Médica. – Lisboa: [s.n.], 1959. nº 10, p. 386-392
- [1389] VASCONCELOS, Ivolino de – *Pequena crónica em louvor a Braz Cubas*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Direcção Geral da Assistência. 1958, nºs 133-134, p. 419-428
- [1390] VENANCIO, Renato Pinto – *Casa da Roda: institution d'assistance infantile au Brésil: XVIIIe-XIXe siècles*. Paris: Sorbonne-Paris IV, 1993. Tese de doutoramento
- [1391] VERÍSSIMO, Nelson – *A Confraria do Corpo Santo no séc. XVIII*. Islenha. – Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1992. nº 10, p. 116-124
- [1392] VERMELL Y BUSQUETS, Luís – *Origem do real hospital e da villa das Caldas da Rainha*. Lisboa: Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1878
- [1393] VIANA, Abel; ARAÚJO, José Rosa de – *Livro do Tombo da Misericórdia e Gafaria de Viana*. Arquivo do Alto

- Minho. – Viana do Castelo: Repositório de Estudos e Documentos Regionais, 1956. vol. 6/7, p. 148-167; 19-48
- [1394] VIANA, Abel – *O Tombo do hospital de Beja*. Brotéria. – Lisboa: Tipografia Pôrto Médico, 1943. vol. 37, p. 285 -302
- [1395] VIANA, Artur – *A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícia histórica 1650-1902*. Pará: Typ. de Alfredo Augusto Silva, 1902
- [1396] VIANA, Mário Gonçalves – *Rainha D. Leonor*. Porto: Ed. Educação Nacional, 1937
- [1397] VIEIRA, Maria José de Azevedo Flores da Costa – *A Confraria do Menino Deus e a Paróquia de Maximinos: 1700-1850: população, sociedade e assistência*. Braga: Universidade do Minho, 1994. Tese de mestrado apresentada à Universidade do Minho
- [1398] VILA REAL. Arquivo Distrital- *Misericórdias do distrito de Vila Real: passado, presente, futuro*. Coord. Manuel Silva Gonçalves, Paulo Mesquita Guimarães. Vila Real: A.D., 1998
- [1399] VILHENA, Arnaldo Cardoso de – *A colónia balnear da Santa Casa da Misericórdia de Faro*. Boletim da Assistência Social. – Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social. 1944, n°s 20-22, p. 372-374
- [1400] VITORINO, António Ferreira – *Elementos para a história da Santa Casa da Misericórdia de Vila da Feira*. Porto: Universidade do Porto, 1973. Dissertação de Licenciatura apresentada à Universidade do Porto
- [1401] WOLF, Stuart – *Ideologias e práticas de caridade na Europa ocidental do Antigo Regime: prefácio*. In: Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português: 1500-1800 / Isabel dos Guimarães Sá. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 7-13
- [1402] XAVIER, Ângela Barreto – *Amores e desamores pelos pobres: imagens, afectos e atitudes: sécs. XVI e XVII*. Lusitania Sacra. – [S.l.: s.n.], 1999. 2ª série, tomo 11, p. 59-85
- [1403] ZAGALO, Francisco Baptista d'Almeida Pereira – *Breve memória histórica da Misericórdia de Alcobaça*. In: Primeiro Congresso Portuguez de Beneficência: documentos. – Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1906. p. 105-117
- [1404] ZAGALO, Francisco Baptista d'Almeida Pereira – *Desamortisação nos bens das corporações de beneficência*. In: Primeiro Congresso Portuguez de Beneficência: documentos. – Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1906. p. 100-104
- [1405] ZAGALO, Francisco Baptista d'Almeida Pereira – *História da Misericórdia de Alcobaça*. Alcobaça: Olímpio Jorge, 1918
- [1406] ZAGALO, Francisco Baptista d'Almeida Pereira – *Imposto do rendimento das inscrições das corporações de beneficência*. In: Primeiro Congresso Portuguez de Beneficência: documentos. – Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1906. p. 118-123
- [1407] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Dois livros notáveis da Misericórdia de Lagos*. Porto: Costa Carregal, 1947
- [1408] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *A Santa Casa da Misericórdia de Leiria: história e necessidades*. [S.l.: s.n., 1944]

Plano temático

1. Instrumentos de trabalho
 - 1.1 - Bibliografias
 - 1.2 - Cronologias
 - 1.3 - Dicionários e enciclopédias
 - 1.4 - Descrição arquivística
 - 1.5 - Edição de documentos
2. Obras gerais sobre a Assistência
3. Monografias sobre uma Misericórdia
4. As Misericórdias
 - 4.1 - O conceito de Misericórdia
 - 4.2 - Fundações e extinções
 - 4.2.01 - Fundações
 - 4.3 - O quadro normativo-legal
 - 4.3.01 - Legislação da administração central
 - 4.3.02 - Legislação da administração local
 - 4.3.03 - Legislação canónica
 - 4.3.04 - Compromissos/estatutos
 - 4.3.05 - Regimentos de hospitais
 - 4.3.06 - Regimentos de recolhimentos
 - 4.3.07 - Regimentos de escolas
 - 4.3.08 - Regimentos de expostos
 - 4.3.09 - Regimentos de orfanatos/colégios
 - 4.3.10 - Regimentos de bancos
 - 4.3.11 - Privilégios
 - 4.3.12 - Indulgências
 - 4.3.13 - Breves de perdão e componenda
 - 4.3.14 - Breves de redução
 - 4.3.15 - Jurisprudência
 - 4.3.16 - Acórdãos
 - 4.4 - Organização e funcionamento
 - 4.5 - Património e administração económica
 - 4.5.01 - Participações da administração central
 - 4.5.02 - Testamentos
 - 4.5.03 - Legados Pios
 - 4.5.04 - Esmolas
 - 4.5.05 - Cartas da Índia
 - 4.5.06 - Espectáculos
 - 4.5.07 - Exploração de serviços
 - 4.5.08 - Lotarias
 - 4.5.09 - Propriedades
 - 4.5.10 - Foros/Censos
 - 4.5.11 - Juros
 - 4.5.12 - Taxas
 - 4.5.13 - Montepios
 - 4.5.14 - Desvinculação/Desamortização
 - 4.5.15 - Cortejos de oferendas
 - 4.5.16 - Investimentos
 - 4.6 - Relações com outras instituições
 - 4.6.01 - Santa Sé
 - 4.6.02 - Bispos e cabidos
 - 4.6.03 - Clero paroquial
 - 4.6.04 - Ordens religiosas
 - 4.6.05 - Administração central
 - 4.6.06 - Administração local
 - 4.6.07 - Tribunais
 - 4.6.08 - Misericórdias
 - 4.6.09 - Instituições de assistência estrangeiras
 - 4.6.10 - Irmandades/confrarias
 - 4.6.11 - Ordens terceiras
 - 4.6.12 - Associações de socorros mútuos
 - 4.6.13 - Estabelecimentos de ensino
 - 4.6.14 - Hospitais
 - 4.6.15 - Albergarias
 - 4.6.16 - «Pessoas singulares»
 - 4.7 - Os agentes
 - 4.7.01 - Protectores e beneméritos
 - 4.7.02 - Provedores
 - 4.7.03 - Irmãos
 - 4.7.04 - Mesários e definidores
 - 4.7.05 - Capelães
 - 4.7.06 - Funcionários
 - 4.7.07 - Voluntários

- 4.8 - Os receptores da assistência
 - 4.8.01 - Presos
 - 4.8.02 - Pobres
 - 4.8.03 - Defuntos
 - 4.8.04 - Almas
 - 4.8.05 - Órfãos
 - 4.8.06 - Viúvas
 - 4.8.07 - Donzelas desprotegidas
 - 4.8.08 - Doentes
 - 4.8.09 - Cativos
 - 4.8.10 - Peregrinos/viajantes
 - 4.8.11 - Expostos
 - 4.8.12 - Idosos
 - 4.8.13 - Providas e visitadas/merceiras
 - 4.8.14 - Recolhidas

- 4.9 - Lugares da prática da assistência
 - 4.9.01 - Edifícios da Misericórdia
 - 4.9.02 - Hospitais
 - 4.9.03 - Boticas/Farmácias
 - 4.9.04 - Cemitérios
 - 4.9.05 - Albergues
 - 4.9.06 - Recolhimentos
 - 4.9.07 - Mercearias
 - 4.9.08 - Rodas de expostos
 - 4.9.09 - Colónias balneares
 - 4.9.10 - Cozinhas económicas
 - 4.9.11 - Creches
 - 4.9.12 - Escolas de ensino especial
 - 4.9.13 - Escolas de ensino profissional
 - 4.9.14 - Escolas de ensino elementar
 - 4.9.15 - Lares de idosos
 - 4.9.16 - Manicómios
 - 4.9.17 - Orfanatos
 - 4.9.18 - Casas privadas
 - 4.9.19 - Rua
 - 4.9.20 - Prisão
 - 4.9.21 - Igrejas
 - 4.9.22 - Barcos

- 4.10 - Práticas devocionais
 - 4.10.01 - Procissão de Endoenças
 - 4.10.02 - Procissão dos Ossos
 - 4.10.03 - Procissão do Enterro
 - 4.10.04 - Procissão dos Passos
 - 4.10.05 - Missas
 - 4.10.06 - Lava Pés
 - 4.10.07 - Espírito Santo
 - 4.10.08 - Santos
 - 4.10.09 - Conjuntas com outras instituições

- 4.11 - Cerimonial e ritual
 - 4.11.01 - Eleição
 - 4.11.02 - Investidura
 - 4.11.03 - Reunião da mesa
 - 4.11.04 - Concessão de dotes
 - 4.11.05 - Visitas às cadeias
 - 4.11.06 - Execuções públicas
 - 4.11.07 - Cortejos inaugurais
 - 4.11.08 - Cortejos de oferendas
 - 4.11.09 - Sermões solenes
 - 4.11.10 - Missas
 - 4.11.11 - Festas e procissões
 - 4.11.12 - Semana Santa
 - 4.11.13 - Bodos
 - 4.11.14 - Funerais
 - 4.11.15 - Vestes e insígnias

- 4.12 - Património artístico
 - 4.12.01 - Arquitectura de igrejas e outros edifícios
 - 4.12.02 - Plantas
 - 4.12.03 - Pinturas/frescos
 - 4.12.04 - Estatuária
 - 4.12.05 - Gravuras, pagelas e estampas
 - 4.12.06 - Azulejos
 - 4.12.07 - Mobiliário
 - 4.12.08 - Alfaia litúrgicas
 - 4.12.09 - Andores
 - 4.12.10 - Sacrários
 - 4.12.11 - Relicários
 - 4.12.12 - Ex-votos
 - 4.12.13 - Bandeiras
 - 4.12.14 - Varas
 - 4.12.15 - Seges/Tumbas/Esquifes
 - 4.12.16 - Paramentos/vestuário
 - 4.12.17 - Insígnias
 - 4.12.18 - Música
 - 4.12.19 - Iluminura
 - 4.12.20 - Outros objectos

- 4.13 - Discursos
 - 4.13.01 - Político-administrativos
 - 4.13.02 - Teológico-morais
 - 4.13.03 - Sermões
 - 4.13.04 - Médicos
 - 4.13.05 - Jurídicos
 - 4.13.06 - Assistência/Reforma social
 - 4.13.07 - Elogios fúnebres
 - 4.13.08 - Críticos da acção das Misericórdias
 - 4.13.09 - Panegíricos e memoriais
 - 4.13.10 - Literatura de viagens

- 4.14 - Memória das Misericórdias
 - 4.14.01 - Museus
 - 4.14.02 - Bibliotecas
 - 4.14.03 - Arquivos
 - 4.14.04 - Exposições

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Bibliografias: 435, 481, 725, 862, 903, 939, 969, 1024, 1156, 1212, 1264, 1266, 1278, 1279, 1370

Cronologias: 548, 554, 556, 562, 599, 608, 721, 753, 756, 855, 917, 918, 939, 959, 1029, 1051, 1057, 1099, 1122, 1270, 1276, 1367, 1370

Dicionários e enciclopédias: 136, 227, 562, 834, 939, 959, 1122

Descrição arquivística: 118, 122, 130, 131, 211, 328, 426, 505, 531, 532, 556, 580, 581, 599, 600, 701, 703, 718, 806, 921, 986, 999, 1008, 1048, 1114, 1117, 1123, 1126, 1156, 1167, 1204, 1271, 1273, 1277, 1295, 1304, 1319, 1353, 1369, 1398

Edição de documentos: 25, 57, 88, 92, 124, 128, 140, 142, 214, 240, 242, 343, 453, 497, 531, 532, 533, 551, 553, 567, 574, 579, 604, 606, 607, 615, 620, 621, 622, 626, 631, 642, 645, 662, 668, 694, 699, 704, 707, 721, 722, 729, 751, 752, 799, 806, 821, 835, 847, 854, 855, 860, 861, 885, 907, 930, 941, 943, 956, 960, 961, 970, 974, 977, 985, 989, 991, 992, 10, 1005, 1006, 1008, 1011, 1015, 1030, 1048, 1050, 1068, 1075, 1080, 1083, 1089, 1090, 1124, 1126, 1127, 1136, 1138, 1142, 1146, 1157, 1158, 1162, 1165, 1185, 1186, 1189, 1218, 1251, 1257, 1271, 1274, 1277, 1287, 1295, 1300, 1304, 1326, 1347, 1348, 1360, 1361, 1364, 1368, 1369, 1370, 1379, 1380, 1385, 1387, 1393, 1394, 1407

OBRAS GERAIS SOBRE A ASSISTÊNCIA

12, 44, 50, 126, 259, 433, 538, 541, 545, 546, 552, 557, 562, 594, 635, 637, 644, 654, 695, 700, 704, 748, 758, 761, 762, 767, 773, 774, 780, 781, 787, 793, 795, 812, 823, 828, 834, 847, 866, 867, 868, 890, 931, 937, 975, 976, 977, 981, 982, 995, 1004, 1005, 1006, 1010, 1017, 1019, 1024, 1069, 1077, 1109, 1122, 1131, 1150, 1151, 1152, 1164, 1176, 1179, 1181, 1190, 1193, 1196, 1208, 1212, 1214, 1226, 1230, 1239, 1244, 1254, 1255, 1258, 1288, 1298, 1333, 1338, 1373, 1402

MONOGRAFIAS SOBRE UMA MISERICÓRDIA

Abrantes: 1260

Águeda: 809

Alandroal: 999

Alcobaça: 1403, 1405

Almeida: 696

Alvaiázere: 1322

Amares: 1174

Amieira: 1372

Arcos de Valdevez: 597

Aveiro: 610, 611, 932, 1082

Baía: 681, 1102

Benavente: 565

Bragança: 714, 715

Castelo Branco: 1327

Castelo de Vide: 1051

Castro Daire: 691

Chamusca: 820

Coimbra: 1040, 1129, 1130

Covilhã: 1349

Elvas: 899

Esposende: 805

Évora: 929, 934

Ferreira do Alentejo: 873

Funchal: 947, 948, 949, 1191

Fundão: 790

Goa: 1012, 1015

Grândola: 1326
Guimarães: 797, 1138
Lagos: 752
Lisboa: 1163, 1187
Lousã: 963
Macau: 945
Meda: 977
Melgaço: 848
Mesão Frio: 825
Montemor-o-Velho: 1339
Mora: 789
Olhão: 405
Oliveira do Bairro: 1074
Olivença: 1147, 1386
Ovar: 954
Palmela: 887
Pará: 1395
Paraíba: 1303
Penafiel: 1050
Penela: 1091
Peniche: 860
Pombal: 1065
Ponte de Lima: 596, 1170
Porto: 193, 529, 617, 620, 621, 897, 940, 1218
Praia da Vitória: 1075
Proença-a-Nova: 922
Rio de Janeiro: 859
Salvaterra de Magos: 686
Santa Maria da Feira: 1325
Santos: 680
São Paulo: 1047
Sarzedas: 1287
Setúbal: 536, 542, 543, 544
Soalheira: 1207
Tavira: 582
Torres Vedras: 670
Velas: 605
Vila da Feira: 1400
Vila do Conde: 814

Vila Nova de Cerveira: 837
Vila Nova de Gaia: 1276
Viseu: 568

AS MISERICÓRDIAS

O conceito de Misericórdia: 9, 12, 17, 18, 20, 23, 63, 189, 239, 526, 554, 558, 559, 564, 576, 746, 753, 762, 780, 783, 815, 831, 864, 917, 918, 1003, 1009, 1017, 1023, 1041, 1058, 1063, 1072, 1160, 1233, 1235, 1242, 1245, 1252, 1261, 1331, 1332, 1362, 1388, 1393

Fundações e extinções:

Fundações: 199, 548, 554, 559, 566, 607, 614, 655, 670, 680, 681, 720, 780, 783, 864, 880, 932, 1056, 1057, 1063, 1114, 1130, 1165, 1177, 1191, 1260, 1287, 1321, 1326, 1362, 1388, 1393, 1398

O quadro normativo-legal:

Legislação da administração central: 1, 2, 3, 21, 25, 29, 32, 35, 40, 43, 48, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 85, 88, 89, 93, 94, 97, 100, 103, 115, 116, 120, 123, 127, 133, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 158, 161, 162, 168, 169, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 195, 208, 211, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 241, 256, 257, 260, 264, 265, 267, 268, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 287, 288, 289, 291, 294, 297, 298, 299, 300, 305, 306, 308, 309, 312, 314, 315, 316, 317, 320, 328, 329, 331, 334, 335, 337, 339, 340, 342, 345, 346, 348, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 385, 386, 387, 388, 390, 391, 392, 396, 398, 399, 400, 401, 404, 407, 409, 411, 413, 414, 416, 417, 419, 422, 428, 432, 435, 437, 438, 439, 441, 442, 443, 446, 449, 450, 451, 452, 453, 459, 462, 463, 464, 466, 467, 468, 469, 473, 474, 477, 480, 482, 485, 489, 490, 498, 499, 516, 519, 520, 522, 524, 528, 530, 531, 532, 537, 538, 539, 546, 551, 552, 553, 557, 559, 560, 567, 572, 574, 578, 580, 581, 594, 603, 606, 609, 613, 615, 616, 618, 619, 620, 621, 622, 625, 629, 633, 634, 635, 638, 641, 643, 649, 651, 652, 656, 665, 675, 683, 685, 687, 688, 689, 691, 692, 693, 696, 697, 698, 709, 712, 726, 727, 729, 731, 732, 734, 735, 737, 740, 746, 749, 751, 752, 754, 761, 763, 765, 781, 783, 784, 786, 792, 799, 800, 802, 803, 804, 811, 812, 813, 817, 818, 821, 822, 825, 832, 837, 840, 845, 849, 850, 853, 856, 857, 861, 863, 869, 874, 876, 877, 878, 879, 881, 882, 883, 884, 885, 887, 888, 890, 892, 893, 894, 895, 896, 903, 906, 909, 914, 919, 923, 924, 925, 929, 930, 934, 936, 938, 943, 946, 951, 956, 957, 958, 960, 965, 966, 968, 973, 974, 988, 992, 993, 995, 997, 998, 999, 1002, 1004, 1005, 1009, 1010, 1014, 1015, 1016, 1028, 1030, 1032, 1036, 1037, 1039, 1045, 1049, 1050, 1052, 1053, 1054, 1061, 1065, 1066, 1068, 1075, 1077, 1080, 1089, 1104, 1105, 1108, 1109, 1110, 1113, 1114, 1115, 1118, 1134, 1135, 1138, 1139, 1141, 1142, 1145, 1147, 1149, 1153, 1155, 1158, 1159, 1163, 1167, 1168, 1170, 1171, 1174, 1186,

- 1192, 1197, 1203, 1204, 1205, 1213, 1216, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1224, 1225, 1227, 1228, 1232, 1234, 1238, 1245, 1247, 1248, 1249, 1250, 1258, 1261, 1268, 1282, 1285, 1290, 1295, 1303, 1307, 1316, 1318, 1324, 1327, 1333, 1340, 1343, 1346, 1347, 1348, 1355, 1357, 1364, 1367, 1371, 1376, 1377, 1380, 1381, 1383, 1387, 1394, 1395, 1396, 1403, 1404, 1405, 1406
- Legislação da administração local:* 102, 105, 537, 572, 574, 597, 627, 634, 645, 656, 685, 690, 698, 704, 712, 732, 750, 761, 792, 800, 813, 815, 818, 845, 850, 862, 874, 885, 886, 892, 893, 895, 924, 929, 934, 938, 954, 977, 993, 1005, 1014, 1030, 1066, 1140, 1155, 1158, 1171, 1197, 1203, 1213, 1219, 1220, 1222, 1224, 1225, 1227, 1228, 1234, 1247, 1248, 1249, 1260, 1261, 1285, 1294, 1295, 1333, 1355, 1367, 1376, 1385
- Legislação canônica:* 57, 136, 154, 163, 168, 172, 182, 264, 268, 277, 286, 294, 311, 320, 323, 334, 388, 396, 399, 400, 402, 411, 412, 414, 417, 432, 433, 435, 446, 450, 452, 458, 464, 466, 468, 472, 477, 493, 499, 519, 535, 537, 538, 607, 616, 631, 634, 734, 761, 762, 763, 771, 783, 812, 836, 877, 878, 882, 903, 914, 930, 938, 958, 966, 989, 1005, 1009, 1028, 1036, 1037, 1045, 1061, 1062, 1080, 1115, 1116, 1118, 1134, 1155, 1174, 1192, 1204, 1220, 1224, 1225, 1231, 1233, 1234, 1246, 1261, 1333, 1346, 1360, 1367, 1370, 1406
- Compromissos/estatutos:* 1, 21, 22, 29, 32, 47, 55, 56, 58, 61, 64, 65, 89, 94, 97, 98, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 199, 203, 205, 211, 224, 238, 245, 256, 264, 265, 267, 268, 269, 273, 274, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 291, 294, 295, 296, 298, 299, 306, 309, 311, 312, 314, 315, 316, 320, 322, 323, 324, 327, 329, 330, 331, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 388, 390, 392, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 408, 409, 411, 412, 413, 414, 416, 417, 422, 426, 429, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 445, 446, 448, 449, 450, 452, 454, 455, 457, 458, 459, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 472, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 482, 485, 489, 490, 491, 493, 494, 496, 499, 508, 519, 529, 530, 531, 532, 535, 538, 542, 543, 544, 547, 548, 553, 554, 579, 580, 581, 583, 593, 594, 597, 598, 604, 606, 607, 609, 610, 611, 613, 615, 616, 617, 618, 620, 621, 622, 623, 625, 626, 629, 630, 631, 633, 634, 641, 645, 651, 652, 661, 664, 682, 686, 687, 691, 696, 699, 706, 707, 712, 713, 714, 715, 719, 720, 721, 722, 730, 734, 737, 746, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 760, 763, 764, 765, 774, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 786, 788, 789, 790, 794, 797, 802, 803, 807, 809, 820, 821, 822, 825, 830, 837, 838, 840, 856, 859, 860, 861, 863, 864, 874, 876, 877, 879, 880, 884, 887, 888, 892, 893, 894, 896, 897, 899, 903, 909, 911, 913, 914, 915, 917, 918, 919, 923, 927, 929, 930, 932, 934, 935, 936, 941, 943, 945, 947, 948, 951, 954, 958, 960, 963, 966, 970, 973, 974, 986, 999, 1005, 1006, 1009, 1012, 1014, 1016, 1028, 1044, 1046, 1050, 1054, 1063, 1065, 1072, 1073, 1075, 1080, 1083, 1090, 1091, 1098, 1110, 1116, 1117, 1123, 1125, 1127, 1138, 1141, 1145, 1147, 1157, 1158, 1167, 1170, 1174, 1185, 1186, 1190, 1191, 1192, 1204, 1205, 1207, 1221, 1225, 1230, 1233, 1250, 1251, 1252, 1256, 1261, 1273, 1275, 1290, 1296, 1297, 1303, 1307, 1322, 1327, 1330, 1331, 1333, 1339, 1346, 1353, 1359, 1360, 1361, 1362, 1364, 1365, 1368, 1370, 1372, 1374, 1375, 1377, 1387, 1388, 1389, 1391, 1394, 1395, 1396, 1397, 1403, 1405
- Regimentos de hospitais:* 37, 40, 57, 96, 105, 106, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 139, 158, 159, 178, 196, 199, 200, 203, 235, 240, 244, 266, 297, 306, 308, 310, 315, 318, 321, 335, 410, 415, 418, 421, 423, 424, 427, 431, 456, 485, 486, 487, 488, 491, 505, 507, 516, 538, 544, 607, 623, 688, 692, 712, 716, 722, 760, 763, 764, 767, 772, 773, 778, 779, 780, 785, 786, 787, 788, 795, 807, 817, 842, 843, 853, 858, 871, 880, 883, 915, 924, 936, 941, 954, 964, 965, 970, 985, 1005, 1012, 1015, 1046, 1048, 1049, 1052, 1089, 1097, 1120, 1121, 1122, 1126, 1137, 1164, 1171, 1185, 1203, 1226, 1230, 1245, 1260, 1307, 1336, 1342, 1345, 1346, 1347, 1350, 1357, 1360, 1394, 1405
- Regimentos de recolhimentos:* 4, 236, 335, 341, 630, 632, 720, 730, 795, 861, 906, 985, 1018, 1079, 1122, 1203, 1226
- Regimentos de escolas:* 95, 96, 130, 212, 298, 335, 656, 657, 905, 906, 915, 925, 985, 1113, 1122, 1214, 1321
- Regimentos de expostos:* 56, 194, 243, 263, 335, 339, 343, 344, 385, 506, 521, 523, 572, 573, 791, 792, 862, 885, 886, 886, 977, 1030, 1066, 1122, 1161, 1172, 1188, 1211, 1212, 1213, 1216, 1218, 1219, 1220, 1222, 1223, 1224, 1227, 1228, 1232, 1243, 1247, 1248, 1249, 1277, 1348, 1390
- Regimentos de orfanatos/colégios:* 53, 290, 335, 341, 529, 656, 829, 886, 905, 915, 925, 926, 927, 928, 990, 1122, 1211, 1214, 1220, 1223, 1224, 1232, 1243
- Regimentos de bancos:* 275, 335, 469, 496, 915, 919
- Privilégios:* 1, 3, 124, 223, 224, 225, 226, 240, 241, 313, 335, 530, 551, 615, 618, 677, 737, 750, 778, 797, 813, 821, 836, 838, 860, 877, 884, 899, 911, 914, 917, 918, 957, 986, 988, 997, 1028, 1053, 1068, 1123, 1138, 1147, 1149, 1157, 1191, 1245, 1273, 1294, 1326, 1353, 1355, 1374
- Indulgências:* 63, 137, 718
- Breves de perdão e componenda:* 335, 535, 540, 989, 1062, 1324
- Breves de redução:* 538, 540, 544
- Jurisprudência:* 89, 224, 257, 260, 1061, 1062, 1155, 1221, 1324, 1346
- Acórdãos:* 13, 89, 228, 237, 241, 317, 335, 604, 607, 721, 802, 900, 914, 1061, 1098, 1123, 1142, 1304
- Organização e funcionamento:** 29, 49, 57, 61, 89, 95, 96, 97, 103, 115, 118, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150,

151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 164, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 196, 199, 200, 203, 222, 233, 238, 240, 245, 259, 264, 267, 268, 273, 277, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 290, 294, 297, 304, 310, 311, 312, 318, 320, 323, 328, 330, 334, 338, 339, 341, 343, 344, 384, 385, 388, 391, 392, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 404, 408, 409, 410, 411, 412, 414, 415, 416, 418, 425, 426, 431, 434, 436, 440, 441, 442, 445, 446, 448, 450, 454, 455, 457, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 470, 472, 474, 475, 478, 482, 486, 487, 488, 489, 493, 494, 495, 499, 505, 508, 516, 519, 536, 552, 554, 558, 559, 566, 582, 588, 589, 592, 593, 604, 608, 609, 610, 611, 612, 614, 616, 626, 644, 654, 655, 657, 664, 669, 670, 680, 681, 682, 686, 694, 700, 707, 721, 722, 737, 748, 749, 752, 761, 769, 786, 789, 790, 791, 795, 796, 802, 803, 805, 809, 814, 817, 820, 828, 833, 838, 848, 853, 855, 856, 859, 860, 861, 865, 868, 871, 873, 877, 884, 887, 919, 922, 931, 932, 938, 946, 949, 964, 966, 975, 976, 981, 982, 994, 1046, 1057, 1058, 1074, 1082, 1085, 1087, 1090, 1092, 1097, 1102, 1125, 1128, 1129, 1130, 1140, 1157, 1161, 1177, 1191, 1192, 1205, 1206, 1208, 1211, 1223, 1230, 1235, 1237, 1239, 1244, 1261, 1277, 1287, 1294, 1306, 1307, 1321, 1325, 1326, 1333, 1337, 1339, 1341, 1342, 1345, 1350, 1361, 1362, 1364, 1372, 1375, 1393, 1397, 1400

Património e administração económica:

Comparticipações da administração central: 21, 42, 49, 59, 62, 69, 73, 74, 77, 80, 81, 84, 101, 117, 121, 124, 125, 129, 195, 201, 219, 229, 230, 239, 240, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 270, 276, 284, 292, 303, 313, 319, 325, 326, 332, 347, 382, 389, 393, 429, 430, 438, 439, 444, 447, 460, 461, 473, 475, 476, 480, 483, 484, 492, 528, 533, 538, 560, 594, 603, 630, 632, 634, 643, 650, 652, 657, 675, 692, 694, 698, 712, 729, 740, 750, 752, 768, 771, 794, 799, 806, 832, 834, 852, 853, 862, 868, 876, 890, 942, 970, 985, 994, 1002, 1043, 1052, 1066, 1089, 1130, 1139, 1153, 1157, 1186, 1188, 1192, 1206, 1216, 1257, 1295, 1306, 1336, 1337, 1341, 1346, 1347, 1355, 1357, 1384, 1394, 1406, 1408

Testamentos: 13, 21, 27, 32, 35, 36, 40, 55, 64, 88, 93, 94, 101, 104, 111, 116, 119, 124, 129, 160, 166, 175, 202, 204, 219, 228, 231, 240, 241, 249, 256, 260, 261, 269, 272, 280, 284, 307, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 387, 393, 406, 420, 473, 475, 522, 538, 542, 543, 544, 545, 570, 571, 575, 579, 580, 591, 593, 610, 611, 617, 623, 625, 630, 632, 633, 641, 653, 670, 683, 692, 704, 705, 706, 716, 720, 726, 733, 737, 738, 752, 753, 755, 764, 773, 781, 784, 785, 789, 794, 797, 799, 806, 818, 822, 830, 834, 846, 857, 860, 861, 868, 869, 887, 888, 891, 892, 894, 896, 899, 900, 954, 966, 968, 991, 996, 999, 1027, 1028, 1043, 1044, 1048, 1052, 1053, 1061, 1065, 1082, 1104, 1111, 1123, 1126, 1127, 1132, 1139, 1142, 1149, 1163, 1165, 1167, 1168, 1170, 1174, 1183, 1185, 1203,

1209, 1230, 1242, 1245, 1253, 1257, 1260, 1265, 1296, 1299, 1305, 1318, 1326, 1327, 1334, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1346, 1357, 1363, 1367, 1376, 1377, 1393

Legados Pios: 5, 21, 32, 43, 59, 88, 102, 118, 129, 139, 141, 175, 177, 201, 204, 209, 228, 249, 262, 280, 292, 305, 317, 319, 321, 325, 326, 328, 333, 373, 374, 375, 376, 382, 383, 389, 406, 419, 425, 429, 438, 451, 473, 475, 483, 484, 496, 497, 505, 538, 544, 580, 670, 691, 692, 705, 706, 752, 768, 797, 822, 834, 846, 868, 890, 900, 986, 1044, 1050, 1061, 1082, 1083, 1090, 1125, 1139, 1242, 1254, 1288, 1303, 1337, 1340, 1341, 1347, 1367, 1377, 1380, 1384, 1405

Esmolas: 10, 11, 17, 21, 24, 32, 52, 54, 62, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 118, 119, 121, 139, 165, 166, 188, 189, 198, 201, 239, 270, 271, 272, 280, 284, 289, 292, 299, 300, 301, 307, 308, 319, 321, 333, 336, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 389, 393, 406, 420, 428, 439, 443, 444, 449, 456, 460, 461, 473, 475, 483, 492, 512, 530, 531, 532, 533, 534, 545, 547, 557, 579, 583, 591, 597, 601, 603, 610, 611, 616, 617, 620, 621, 623, 625, 631, 633, 635, 645, 653, 657, 684, 687, 690, 691, 696, 698, 709, 716, 719, 729, 733, 736, 737, 740, 753, 759, 762, 771, 781, 785, 802, 813, 815, 824, 826, 838, 842, 846, 849, 851, 857, 868, 880, 890, 892, 896, 957, 1043, 1044, 1047, 1050, 1053, 1055, 1065, 1076, 1090, 1138, 1149, 1158, 1167, 1170, 1191, 1226, 1245, 1254, 1258, 1290, 1305, 1326, 1336, 1337, 1338, 1339, 1341, 1371, 1374, 1377, 1384, 1405, 1408

Cartas da Índia: 579, 684, 815

Espectáculos: 21, 25, 270, 293, 444, 454, 768, 844

Exploração de serviços: 2, 5, 22, 65, 117, 119, 133, 216, 232, 249, 257, 272, 275, 293, 304, 306, 340, 342, 347, 391, 407, 420, 451, 456, 461, 471, 480, 495, 508, 550, 673, 853, 877, 919, 993, 1051, 1087, 1095, 1100, 1110, 1189

Lotarias: 5, 102, 165, 232, 233, 256, 340, 342, 382, 383, 391, 495, 498, 520, 580, 803, 839, 1087, 1095, 1100, 1143, 1163, 1186, 1187, 1189, 1211, 1254, 1263

Propriedades: 13, 25, 32, 37, 43, 49, 62, 65, 101, 102, 111, 119, 127, 129, 140, 158, 165, 166, 175, 201, 202, 217, 220, 231, 239, 241, 249, 257, 260, 269, 271, 284, 292, 299, 300, 303, 313, 319, 321, 322, 324, 326, 387, 389, 393, 406, 407, 437, 443, 460, 461, 480, 482, 484, 497, 530, 538, 542, 543, 554, 578, 613, 619, 625, 627, 683, 684, 690, 694, 704, 709, 712, 715, 718, 720, 738, 743, 786, 790, 794, 797, 806, 809, 816, 820, 822, 834, 857, 859, 867, 868, 874, 886, 888, 900, 921, 932, 970, 974, 994, 996, 999, 1043, 1044, 1048, 1065, 1101, 1104, 1110, 1123, 1126, 1130, 1138, 1147, 1149, 1157, 1165, 1183, 1192, 1205, 1254, 1257, 1260, 1265, 1287, 1294, 1296, 1297, 1299, 1303, 1318, 1327, 1336, 1337, 1338, 1341, 1343, 1346, 1347, 1356, 1357, 1367, 1381, 1384, 1385, 1393, 1395, 1404, 1406

Foros/Censos: 2, 10, 11, 25, 32, 35, 43, 57, 58, 62, 65, 102, 104, 117, 132, 186, 195, 201, 206, 217, 219, 220, 223, 226, 229, 230, 231, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 272, 280, 284, 289, 291, 292, 295, 299, 300, 301, 303, 307, 309, 319, 322, 325, 326, 328, 332, 333, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 389, 393, 403, 407, 419, 420, 430, 437, 443, 447, 454, 456, 460, 461, 473, 480, 482, 483, 484, 497, 530, 531, 532, 542, 543, 598, 606, 610, 611, 619, 629, 630, 632, 645, 650, 683, 684, 690, 694, 704, 715, 716, 720, 789, 790, 794, 795, 806, 809, 815, 820, 830, 834, 846, 857, 859, 860, 868, 873, 886, 896, 900, 910, 929, 932, 934, 947, 948, 970, 974, 986, 993, 994, 999, 1006, 1047, 1048, 1051, 1055, 1065, 1076, 1083, 1104, 1126, 1147, 1183, 1191, 1257, 1260, 1294, 1297, 1299, 1326, 1337, 1338, 1341, 1343, 1346, 1347, 1356, 1381, 1393, 1395, 1404, 1406

Juros: 35, 42, 43, 62, 65, 98, 111, 117, 132, 199, 216, 217, 272, 275, 280, 284, 289, 292, 300, 301, 303, 307, 319, 321, 333, 345, 346, 348, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 383, 387, 406, 407, 420, 429, 437, 438, 439, 443, 444, 451, 460, 461, 473, 480, 482, 483, 484, 492, 497, 508, 524, 547, 550, 580, 677, 683, 684, 690, 691, 768, 794, 822, 851, 860, 868, 915, 919, 947, 948, 993, 1047, 1064, 1257, 1339, 1341

Taxas: 42, 43, 59, 132, 133, 229, 230, 257, 270, 275, 292, 321, 393, 444, 451, 460, 461, 480, 484, 497, 868, 915, 993, 1257, 1356

Montepios: 102, 140, 180, 275, 482, 683, 684, 690, 691, 774, 781, 797, 868, 915, 919, 993, 1037, 1064, 1130, 1143, 1146, 1205, 1245, 1341

Desvinculação/Desamortização: 10, 11, 37, 42, 43, 62, 102, 104, 217, 284, 508, 520, 538, 635, 712, 746, 771, 822, 825, 830, 849, 856, 857, 884, 911, 917, 918, 930, 946, 993, 1002, 1061, 1104, 1110, 1118, 1254, 1343, 1381, 1395, 1404, 1406

Cortejos de oferendas: 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 100, 166, 188, 213, 239, 270, 280, 284, 308, 319, 326, 387, 389, 393, 405, 451, 456, 460, 484, 603, 740, 963, 1148

Investimentos: 65, 216, 239, 266, 275, 429, 508, 550, 704, 851, 886, 993, 1095, 1100, 1205, 1341, 1370

Relações com outras instituições:

Santa Sé: 17, 126, 136, 137, 317, 544, 578, 618, 651, 668, 688, 694, 697, 754, 764, 765, 778, 779, 784, 799, 803, 804, 807, 811, 812, 835, 836, 854, 872, 875, 877, 878, 879, 903, 910, 914, 932, 1009, 1019, 1028, 1036, 1075, 1080, 1089, 1134, 1160, 1178, 1285, 1290, 1297, 1353, 1357, 1360, 1371

Bispos e cabidos: 8, 17, 19, 24, 41, 51, 59, 64, 72, 79, 84, 86, 109, 113, 128, 136, 137, 138, 163, 168, 172, 175, 187,

190, 234, 264, 286, 294, 311, 317, 323, 329, 334, 388, 396, 399, 402, 411, 412, 414, 417, 433, 435, 446, 450, 452, 464, 468, 472, 475, 503, 504, 519, 530, 535, 537, 547, 551, 556, 562, 578, 607, 613, 618, 627, 631, 635, 642, 645, 684, 692, 699, 709, 713, 729, 734, 748, 759, 793, 821, 834, 836, 846, 877, 878, 895, 903, 904, 907, 927, 930, 931, 939, 958, 965, 988, 992, 997, 1029, 1036, 1061, 1080, 1089, 1099, 1116, 1117, 1136, 1168, 1174, 1182, 1192, 1231, 1246, 1250, 1267, 1285, 1300, 1318, 1353, 1360, 1384, 1391, 1408

Clero paroquial: 59, 101, 215, 228, 263, 272, 343, 498, 511, 512, 513, 514, 519, 531, 532, 534, 557, 560, 563, 567, 572, 574, 627, 645, 656, 657, 675, 684, 699, 728, 729, 730, 734, 759, 792, 811, 812, 818, 821, 846, 850, 862, 863, 885, 892, 903, 904, 921, 956, 970, 974, 986, 991, 992, 1044, 1062, 1091, 1116, 1117, 1134, 1198, 1207, 1212, 1246, 1285, 1294, 1301, 1304, 1338, 1357, 1385, 1397

Ordens religiosas: 6, 7, 8, 9, 12, 20, 29, 33, 34, 38, 39, 46, 52, 60, 61, 90, 95, 108, 110, 119, 120, 121, 125, 136, 139, 190, 191, 207, 209, 227, 307, 334, 387, 437, 451, 456, 460, 476, 491, 492, 501, 514, 515, 526, 527, 533, 537, 544, 547, 551, 553, 556, 562, 567, 578, 579, 585, 602, 607, 613, 615, 622, 624, 627, 630, 631, 632, 635, 638, 639, 642, 643, 644, 650, 651, 654, 661, 664, 666, 668, 674, 683, 684, 689, 692, 693, 697, 699, 718, 720, 725, 727, 729, 733, 734, 735, 737, 742, 746, 750, 753, 754, 755, 758, 759, 760, 764, 771, 778, 779, 781, 782, 785, 793, 799, 800, 804, 825, 826, 835, 840, 842, 846, 850, 863, 864, 869, 875, 888, 893, 894, 895, 903, 907, 910, 917, 918, 924, 925, 932, 939, 943, 944, 958, 960, 971, 979, 985, 988, 991, 992, 997, 1012, 1015, 1016, 1019, 1021, 1024, 1033, 1042, 1060, 1084, 1086, 1099, 1104, 1107, 1116, 1117, 1127, 1133, 1136, 1153, 1154, 1166, 1171, 1178, 1180, 1182, 1182, 1185, 1192, 1203, 1205, 1253, 1256, 1258, 1260, 1267, 1268, 1269, 1280, 1282, 1285, 1286, 1301, 1304, 1307, 1314, 1316, 1332, 1337, 1338, 1351, 1359, 1361, 1367, 1369, 1374, 1376, 1380, 1385, 1387, 1389, 1393, 1399

Administração central: 3, 25, 32, 33, 35, 41, 47, 52, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 94, 100, 101, 103, 105, 119, 121, 125, 150, 151, 162, 175, 195, 201, 205, 207, 208, 209, 217, 223, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 234, 239, 241, 256, 257, 261, 269, 270, 271, 288, 293, 305, 307, 308, 321, 328, 338, 340, 382, 385, 391, 396, 413, 419, 431, 448, 453, 457, 459, 465, 475, 480, 483, 484, 498, 510, 519, 524, 525, 527, 528, 530, 537, 539, 546, 547, 548, 551, 553, 556, 561, 564, 567, 572, 574, 579, 593, 594, 601, 603, 606, 607, 614, 615, 616, 617, 618, 622, 623, 637, 638, 639, 642, 643, 646, 651, 652, 655, 661, 668, 672, 673, 674, 675, 677, 683, 687, 693, 696, 697, 698, 699, 704, 724, 727, 729, 730, 731, 732, 733, 735, 740, 746, 749, 754, 757, 759, 765, 767, 769, 785, 787, 792, 793, 800, 801, 803, 804, 806, 811, 813, 817, 819, 822, 832, 835, 840, 849, 850, 853, 854, 855, 856, 857, 863, 875, 876, 877, 878, 879, 882, 884, 885, 888, 890, 893, 895, 896, 906, 907, 911, 914, 919, 923, 924, 927,

942, 943, 944, 946, 951, 957, 960, 965, 966, 974, 980, 988, 991, 996, 998, 1003, 1005, 1009, 1012, 1014, 1016, 1027, 1028, 1030, 1036, 1037, 1039, 1042, 1043, 1044, 1045, 1048, 1052, 1062, 1066, 1067, 1068, 1077, 1080, 1081, 1083, 1089, 1098, 1099, 1104, 1105, 1108, 1109, 1110, 1114, 1116, 1117, 1119, 1134, 1136, 1141, 1142, 1146, 1147, 1149, 1151, 1153, 1154, 1162, 1164, 1166, 1168, 1171, 1177, 1178, 1180, 1184, 1186, 1188, 1189, 1192, 1197, 1198, 1202, 1205, 1215, 1216, 1225, 1229, 1230, 1231, 1233, 1236, 1237, 1238, 1244, 1245, 1250, 1259, 1277, 1280, 1282, 1285, 1287, 1290, 1294, 1295, 1296, 1297, 1299, 1304, 1307, 1311, 1314, 1316, 1324, 1332, 1334, 1338, 1340, 1346, 1347, 1348, 1351, 1352, 1353, 1355, 1357, 1359, 1364, 1366, 1371, 1376, 1383, 1384, 1386, 1394, 1396, 1399, 1405, 1408

Administração local: 28, 43, 47, 52, 54, 59, 61, 62, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 92, 93, 94, 101, 102, 105, 119, 121, 175, 195, 201, 207, 208, 210, 213, 219, 228, 229, 230, 241, 258, 259, 266, 267, 270, 280, 288, 293, 308, 312, 319, 328, 329, 338, 343, 382, 389, 393, 397, 398, 403, 407, 410, 413, 416, 419, 437, 438, 439, 444, 445, 451, 453, 456, 461, 473, 475, 479, 484, 492, 510, 512, 519, 525, 528, 534, 537, 548, 556, 560, 564, 567, 572, 574, 577, 578, 581, 593, 601, 616, 627, 629, 637, 638, 639, 642, 643, 649, 650, 651, 652, 655, 656, 665, 672, 673, 675, 685, 690, 691, 692, 693, 696, 697, 698, 699, 704, 705, 712, 716, 724, 729, 730, 731, 732, 733, 735, 740, 743, 750, 757, 760, 765, 768, 769, 771, 785, 792, 797, 800, 802, 804, 806, 812, 813, 815, 840, 846, 849, 850, 854, 862, 863, 882, 885, 886, 890, 893, 895, 899, 906, 907, 914, 915, 921, 923, 924, 925, 944, 951, 954, 971, 977, 996, 998, 1003, 1005, 1012, 1014, 1016, 1028, 1030, 1031, 1039, 1042, 1047, 1048, 1052, 1054, 1062, 1066, 1077, 1080, 1081, 1093, 1094, 1098, 1101, 1104, 1108, 1109, 1114, 1116, 1117, 1119, 1136, 1139, 1141, 1142, 1151, 1153, 1154, 1156, 1158, 1164, 1165, 1169, 1171, 1189, 1192, 1197, 1198, 1205, 1212, 1216, 1221, 1225, 1229, 1231, 1233, 1236, 1237, 1259, 1277, 1287, 1294, 1295, 1304, 1314, 1318, 1324, 1338, 1348, 1351, 1355, 1376, 1383, 1384, 1387, 1391

Tribunais: 2, 27, 35, 36, 37, 88, 89, 91, 116, 197, 217, 220, 222, 228, 237, 257, 260, 269, 389, 406, 453, 522, 551, 586, 618, 619, 627, 671, 732, 817, 818, 864, 885, 893, 900, 930, 966, 968, 996, 997, 1030, 1061, 1062, 1080, 1098, 1142, 1221, 1245, 1291, 1324, 1355

Misericórdias: 3, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 46, 47, 51, 54, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 93, 94, 95, 100, 101, 105, 106, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 126, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 166, 178, 187, 188, 190, 191, 195, 202, 207, 208, 210, 211, 215, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 269, 271, 275, 276, 289, 290, 297, 305, 317, 318, 324, 328, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 384, 385, 386, 387, 391, 406, 410, 413, 415, 418, 419, 423, 425, 426, 427, 428, 431, 436, 439, 453,

460, 461, 471, 480, 486, 487, 488, 491, 492, 495, 498, 500, 501, 503, 504, 507, 508, 509, 510, 511, 513, 514, 515, 519, 522, 524, 525, 527, 528, 534, 537, 538, 548, 552, 553, 561, 562, 567, 571, 574, 577, 578, 579, 581, 585, 588, 593, 594, 598, 602, 603, 613, 614, 615, 618, 619, 622, 623, 624, 625, 629, 630, 632, 635, 641, 643, 652, 654, 655, 660, 661, 662, 665, 666, 668, 672, 673, 674, 677, 682, 687, 689, 693, 700, 705, 706, 713, 716, 721, 724, 726, 727, 728, 730, 731, 732, 735, 740, 743, 744, 745, 746, 749, 750, 753, 755, 760, 761, 765, 767, 768, 769, 771, 776, 777, 778, 781, 782, 784, 785, 787, 792, 795, 799, 800, 803, 804, 806, 807, 811, 812, 813, 815, 817, 819, 822, 824, 825, 830, 834, 839, 840, 849, 850, 851, 852, 853, 856, 857, 858, 862, 863, 864, 868, 872, 874, 875, 876, 878, 879, 881, 882, 884, 886, 888, 890, 892, 893, 894, 898, 899, 900, 902, 903, 904, 908, 909, 910, 914, 917, 918, 921, 923, 925, 927, 930, 933, 938, 939, 943, 944, 946, 951, 956, 957, 958, 960, 962, 966, 967, 968, 970, 971, 972, 973, 974, 978, 985, 987, 988, 994, 995, 996, 997, 998, 1002, 1003, 1009, 1010, 1014, 1016, 1024, 1027, 1029, 1032, 1036, 1037, 1041, 1055, 1058, 1060, 1061, 1063, 1071, 1073, 1075, 1076, 1077, 1081, 1083, 1084, 1092, 1095, 1098, 1099, 1100, 1104, 1106, 1109, 1115, 1117, 1118, 1124, 1131, 1132, 1136, 1141, 1142, 1143, 1146, 1147, 1149, 1156, 1158, 1160, 1164, 1165, 1167, 1171, 1176, 1177, 1178, 1181, 1184, 1186, 1189, 1190, 1193, 1194, 1197, 1198, 1212, 1215, 1216, 1218, 1221, 1225, 1229, 1231, 1234, 1235, 1236, 1238, 1239, 1240, 1241, 1244, 1246, 1250, 1252, 1255, 1257, 1258, 1259, 1268, 1269, 1272, 1280, 1282, 1289, 1294, 1298, 1300, 1316, 1323, 1331, 1338, 1340, 1341, 1351, 1353, 1355, 1359, 1361, 1363, 1368, 1371, 1380, 1381, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1389, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1404, 1405, 1406

Instituições de assistência estrangeiras: 99, 221, 564, 615, 695, 728, 756, 764, 767, 774, 824, 868, 874, 907, 912, 915, 919, 1004, 1014, 1071, 1143, 1189, 1204, 1229, 1255, 1344, 1352, 1359, 1369, 1401

Irmândades/confrarias: 1, 6, 7, 9, 12, 19, 20, 32, 36, 37, 40, 41, 47, 52, 57, 61, 62, 64, 77, 88, 90, 93, 94, 97, 105, 108, 111, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 179, 182, 184, 195, 199, 203, 211, 216, 227, 231, 264, 265, 267, 268, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 294, 306, 307, 309, 310, 311, 312, 315, 316, 320, 322, 323, 327, 329, 330, 331, 333, 336, 337, 388, 390, 391, 392, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 407, 408, 409, 411, 412, 414, 416, 417, 419, 420, 422, 425, 428, 431, 432, 433, 435, 436, 438, 440, 441, 442, 445, 446, 448, 449, 450, 452, 455, 456, 457, 458, 459, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 472, 474, 476, 477, 478, 479, 482, 485, 489, 490, 493, 494, 497, 498, 499, 511, 513, 514, 515, 531, 532, 533, 534, 535, 537, 541, 547, 548, 550, 551, 553, 554, 556, 562, 565, 567, 577, 578, 579, 581, 587, 588, 589, 592, 593, 594, 597, 598, 600, 602, 606, 607, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 616, 618, 620, 621, 622, 623, 625,

627, 629, 638, 639, 640, 641, 644, 650, 651, 654, 660, 661, 665, 668, 669, 676, 677, 682, 684, 687, 688, 691, 693, 696, 705, 706, 707, 709, 713, 716, 718, 719, 721, 727, 733, 734, 737, 738, 739, 745, 746, 749, 750, 752, 753, 754, 755, 756, 758, 760, 765, 767, 771, 774, 779, 781, 782, 783, 784, 785, 794, 798, 802, 803, 804, 807, 813, 818, 819, 821, 824, 826, 829, 833, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 845, 846, 849, 850, 851, 855, 857, 860, 863, 864, 865, 868, 874, 875, 876, 877, 878, 882, 884, 892, 893, 894, 895, 896, 899, 900, 903, 904, 907, 911, 912, 913, 914, 921, 924, 925, 930, 931, 932, 937, 939, 943, 946, 947, 948, 951, 953, 954, 957, 958, 960, 963, 965, 967, 970, 973, 974, 983, 986, 988, 991, 992, 996, 998, 1003, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1011, 1013, 1016, 1019, 1020, 1024, 1028, 1033, 1036, 1042, 1043, 1044, 1047, 1048, 1050, 1053, 1054, 1060, 1062, 1063, 1071, 1072, 1073, 1075, 1080, 1083, 1085, 1090, 1093, 1098, 1099, 1104, 1110, 1114, 1115, 1116, 1117, 1123, 1125, 1127, 1138, 1141, 1145, 1146, 1147, 1149, 1153, 1154, 1158, 1163, 1168, 1171, 1177, 1178, 1184, 1186, 1187, 1190, 1192, 1205, 1207, 1212, 1221, 1225, 1229, 1231, 1235, 1236, 1237, 1242, 1246, 1250, 1251, 1255, 1256, 1257, 1258, 1261, 1268, 1282, 1286, 1290, 1294, 1296, 1299, 1300, 1302, 1303, 1304, 1307, 1316, 1317, 1318, 1323, 1327, 1336, 1338, 1339, 1340, 1347, 1352, 1357, 1359, 1361, 1364, 1365, 1367, 1368, 1371, 1374, 1375, 1377, 1380, 1385, 1387, 1388, 1389, 1391, 1396, 1397, 1401, 1405, 1408

Ordens terceiras: 6, 12, 29, 41, 88, 90, 105, 108, 270, 511, 513, 514, 535, 551, 556, 578, 588, 640, 641, 661, 668, 669, 705, 706, 725, 765, 774, 782, 842, 868, 903, 912, 914, 931, 939, 983, 986, 1003, 1004, 1006, 1019, 1020, 1021, 1024, 1036, 1060, 1063, 1099, 1113, 1116, 1117, 1171, 1229, 1231, 1235, 1246, 1255, 1258, 1286, 1301, 1304, 1314, 1323, 1352, 1365, 1367, 1375, 1401

Associações de socorros mútuos: 3, 22, 65, 81, 99, 103, 229, 230, 258, 261, 480, 508, 511, 512, 513, 514, 515, 585, 601, 603, 641, 652, 669, 705, 740, 768, 773, 792, 812, 827, 844, 856, 868, 886, 890, 895, 903, 915, 919, 993, 1036, 1097, 1159, 1181, 1184, 1193, 1205, 1229, 1240, 1241, 1255, 1265, 1332, 1352, 1371, 1401

Estabelecimentos de ensino: 95, 96, 105, 130, 208, 212, 236, 305, 329, 431, 602, 649, 657, 693, 699, 760, 770, 778, 804, 812, 829, 850, 856, 876, 906, 915, 924, 925, 927, 964, 1037, 1052, 1081, 1134, 1214, 1229, 1272

Hospitais: 13, 14, 26, 31, 59, 62, 88, 95, 100, 105, 111, 122, 123, 126, 127, 129, 137, 188, 212, 217, 223, 225, 226, 228, 229, 230, 234, 262, 300, 317, 340, 427, 428, 482, 525, 556, 561, 607, 616, 641, 650, 663, 664, 672, 683, 693, 700, 726, 738, 744, 753, 754, 756, 757, 769, 771, 772, 773, 774, 786, 810, 812, 853, 857, 863, 876, 890, 932, 936, 964, 972, 998, 1029, 1035, 1043, 1044, 1046, 1049, 1052, 1059, 1081, 1088, 1101, 1120, 1121, 1123, 1133, 1136, 1164, 1185, 1198, 1202, 1206, 1229, 1230, 1245, 1257, 1272, 1305, 1311, 1336, 1344, 1388

Albergarias: 700, 744, 772, 773, 774, 828, 1004, 1046, 1068, 1120, 1121, 1229, 1257, 1305, 1356

«Pessoas singulares»: 35, 66, 198, 210, 213, 216, 220, 225, 266, 270, 305, 343, 509, 517, 533, 550, 567, 570, 571, 572, 576, 642, 683, 684, 693, 699, 705, 738, 753, 769, 811, 817, 819, 842, 850, 898, 900, 959, 966, 969, 971, 989, 993, 996, 1023, 1051, 1064, 1067, 1068, 1086, 1096, 1114, 1127, 1132, 1136, 1165, 1180, 1209, 1267, 1270, 1300, 1309, 1313, 1315, 1316, 1317, 1352, 1354, 1363, 1366, 1368, 1379, 1392

Os agentes:

Protectores e beneméritos: 24, 54, 57, 106, 121, 200, 201, 202, 204, 207, 261, 289, 293, 313, 406, 413, 436, 436, 448, 492, 549, 555, 570, 571, 575, 576, 596, 640, 653, 657, 686, 747, 780, 794, 852, 891, 898, 979, 1027, 1039, 1051, 1058, 1063, 1064, 1067, 1093, 1096, 1111, 1130, 1139, 1174, 1209, 1265, 1272, 1276, 1281, 1284, 1305, 1314, 1325, 1346, 1352, 1354, 1358, 1363, 1366, 1388

Provedores: 1, 16, 19, 30, 37, 55, 58, 63, 66, 95, 97, 98, 100, 109, 113, 114, 128, 130, 131, 133, 134, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 184, 199, 200, 203, 213, 217, 223, 224, 226, 256, 264, 265, 267, 268, 273, 274, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 288, 289, 291, 294, 295, 296, 298, 299, 306, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 320, 321, 322, 323, 324, 326, 327, 330, 331, 334, 336, 337, 340, 388, 390, 392, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 408, 411, 412, 413, 414, 416, 417, 418, 422, 426, 428, 432, 433, 435, 438, 439, 440, 441, 442, 445, 446, 449, 450, 452, 454, 455, 457, 458, 459, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 472, 474, 477, 478, 479, 485, 489, 490, 493, 494, 496, 499, 528, 529, 609, 616, 633, 660, 682, 694, 721, 722, 743, 751, 783, 796, 802, 817, 825, 837, 838, 851, 863, 869, 884, 888, 897, 922, 940, 967, 971, 996, 1015, 1016, 1051, 1057, 1065, 1076, 1086, 1091, 1110, 1133, 1158, 1169, 1170, 1174, 1187, 1191, 1207, 1270, 1276, 1282, 1303, 1307, 1318, 1327, 1349, 1358, 1392

Irmãos: 1, 24, 32, 55, 89, 97, 98, 128, 131, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 179, 180, 182, 184, 199, 200, 203, 222, 264, 265, 267, 268, 272, 273, 274, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 291, 294, 295, 298, 306, 309, 311, 312, 314, 315, 316, 320, 322, 323, 324, 327, 330, 331, 333, 334, 336, 337, 388, 390, 392, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 408, 411, 412, 414, 416, 417, 422, 428, 432, 433, 435, 436, 438, 439, 440, 441, 442, 445, 446, 448, 449, 450, 452, 454, 455, 457, 458, 459, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 472, 474, 475, 477, 478, 479, 485, 489, 490, 493, 494, 496, 499, 508, 528, 533, 534, 540, 553, 598, 604, 609, 615, 626, 633, 664, 682, 687, 713, 721, 751, 765, 782, 802, 813, 842, 853, 874, 884, 893, 913, 921, 943, 967, 1009, 1051, 1065, 1091, 1133, 1141, 1167, 1170, 1190, 1191, 1267, 1276, 1304, 1358, 1368, 1391

Mesários e definidores: 24, 30, 32, 37, 51, 55, 63, 66, 89, 91, 93, 96, 97, 98, 105, 106, 113, 114, 116, 118, 120, 121, 123, 125, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 199, 200, 203, 213, 216, 217, 222, 223, 224, 226, 239, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 255, 264, 265, 267, 268, 273, 274, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 311, 312, 314, 315, 316, 318, 320, 322, 323, 324, 327, 328, 329, 331, 332, 334, 336, 337, 338, 339, 341, 343, 344, 385, 386, 388, 390, 392, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 408, 410, 411, 412, 414, 415, 416, 417, 422, 426, 428, 430, 431, 432, 433, 435, 440, 441, 442, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 452, 454, 455, 457, 458, 459, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 472, 474, 475, 477, 478, 479, 485, 487, 488, 489, 490, 491, 493, 494, 496, 498, 499, 505, 540, 550, 568, 605, 670, 682, 686, 703, 721, 722, 743, 744, 751, 769, 796, 817, 851, 853, 967, 971, 1052, 1076, 1091, 1101, 1133, 1206, 1276, 1277, 1318, 1358, 1379

Capelães: 1, 39, 55, 58, 97, 98, 113, 115, 120, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 142, 145, 154, 156, 160, 162, 168, 172, 182, 199, 200, 203, 231, 240, 249, 268, 277, 278, 279, 285, 286, 295, 299, 310, 311, 314, 315, 318, 320, 323, 324, 336, 337, 339, 400, 402, 410, 412, 415, 417, 418, 422, 432, 433, 435, 449, 452, 466, 468, 475, 477, 486, 490, 493, 505, 604, 633, 720, 722, 751, 786, 794, 838, 1046, 1063, 1206, 1245, 1261, 1276, 1282, 1358

Funcionários: 1, 16, 25, 40, 55, 65, 96, 97, 98, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 182, 184, 199, 200, 203, 216, 219, 222, 225, 228, 231, 233, 236, 240, 252, 254, 256, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 273, 274, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 294, 297, 298, 299, 306, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 318, 320, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 330, 331, 334, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 384, 385, 386, 388, 390, 392, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 408, 409, 410, 411, 412, 414, 416, 417, 418, 421, 422, 423, 424, 426, 427, 428, 429, 432, 433, 435, 438, 439, 440, 441, 442, 445, 446, 448, 449, 450, 452, 453, 454, 455, 458, 459, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 471, 472, 474, 476, 477, 478, 479, 482, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 493, 494, 495, 496, 498, 499, 505, 508, 519, 550, 609, 721, 722, 751, 779, 786, 813, 827, 838, 843, 881, 884, 885, 946, 952, 977, 1030, 1108, 1119, 1128, 1139, 1164, 1191, 1206, 1216, 1218, 1221, 1249, 1276, 1277, 1282, 1348, 1358

Voluntários: 126, 134, 198, 293, 386, 415, 471, 486, 1139, 1165, 1191, 1208, 1276

Os receptores da assistência:

Presos: 1, 44, 47, 48, 142, 195, 295, 300, 330, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 564, 580, 583, 586, 594, 595, 604, 609, 629, 633, 645, 648, 650, 651, 697, 700, 714, 726, 732, 737, 749, 750, 759, 760, 762, 831, 838, 849, 893, 895, 911, 917, 918, 929, 934, 1015, 1047, 1050, 1053, 1062, 1090, 1098, 1123, 1170, 1217, 1242, 1250, 1253, 1291, 1318, 1326, 1332, 1339, 1361, 1364, 1374, 1376, 1387

Pobres: 1, 2, 21, 43, 60, 68, 69, 70, 85, 86, 93, 98, 99, 100, 101, 114, 115, 117, 118, 127, 130, 132, 139, 144, 165, 169, 178, 195, 205, 219, 224, 229, 230, 256, 262, 266, 267, 269, 274, 282, 283, 287, 290, 292, 300, 301, 304, 305, 308, 312, 316, 331, 340, 344, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 385, 387, 392, 394, 395, 405, 408, 409, 419, 420, 431, 436, 443, 445, 455, 457, 462, 467, 471, 478, 483, 491, 494, 498, 500, 505, 510, 511, 514, 515, 520, 536, 542, 543, 544, 557, 559, 560, 563, 564, 565, 567, 568, 572, 581, 583, 591, 595, 596, 601, 603, 604, 606, 610, 611, 617, 625, 626, 627, 629, 633, 635, 637, 642, 646, 650, 651, 652, 653, 656, 664, 665, 675, 677, 694, 695, 697, 698, 700, 704, 709, 714, 722, 728, 733, 735, 736, 737, 738, 740, 747, 749, 754, 755, 758, 759, 760, 762, 768, 774, 781, 782, 789, 795, 799, 800, 801, 804, 815, 818, 823, 830, 831, 835, 838, 839, 842, 849, 850, 856, 860, 867, 869, 882, 887, 890, 894, 896, 901, 911, 913, 919, 924, 929, 934, 943, 945, 963, 971, 975, 976, 980, 981, 982, 984, 986, 1009, 1013, 1028, 1043, 1045, 1050, 1053, 1054, 1069, 1075, 1091, 1106, 1113, 1126, 1127, 1131, 1132, 1136, 1144, 1152, 1159, 1160, 1163, 1164, 1168, 1170, 1175, 1176, 1178, 1184, 1191, 1194, 1198, 1199, 1203, 1208, 1214, 1215, 1217, 1225, 1239, 1241, 1242, 1256, 1263, 1283, 1284, 1288, 1292, 1295, 1298, 1318, 1326, 1332, 1334, 1336, 1339, 1364, 1371, 1373, 1374, 1376, 1377, 1378, 1383, 1386, 1391, 1392, 1396, 1399, 1402, 1408

Defuntos: 9, 17, 22, 45, 52, 55, 96, 98, 100, 143, 147, 151, 155, 160, 171, 174, 177, 179, 180, 184, 273, 287, 301, 310, 318, 324, 330, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 403, 418, 422, 436, 443, 448, 467, 469, 471, 520, 579, 583, 586, 587, 598, 626, 645, 665, 714, 734, 738, 739, 744, 751, 754, 762, 789, 797, 815, 849, 874, 887, 913, 929, 934, 945, 950, 957, 963, 1007, 1050, 1051, 1065, 1090, 1123, 1167, 1198, 1256, 1283, 1290, 1326, 1339, 1361, 1364, 1374

Almas: 33, 137, 143, 147, 155, 170, 172, 174, 179, 182, 184, 273, 541, 586, 587, 625, 645, 706, 714, 719, 734, 738, 739, 794, 846, 860, 913, 1007, 1013, 1111, 1203, 1216, 1230, 1242, 1256, 1339, 1353, 1377

Órfãos: 40, 53, 55, 64, 74, 84, 152, 153, 163, 177, 225, 227, 231, 233, 236, 263, 278, 289, 295, 298, 300, 301, 305,

336, 337, 341, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 425, 429, 506, 511, 513, 514, 515, 520, 521, 542, 545, 546, 549, 551, 557, 563, 564, 574, 584, 595, 597, 601, 606, 620, 621, 630, 631, 656, 665, 692, 698, 702, 711, 731, 732, 737, 738, 751, 759, 762, 793, 841, 861, 862, 925, 926, 927, 928, 951, 990, 991, 992, 998, 1012, 1013, 1014, 1038, 1039, 1042, 1054, 1063, 1103, 1106, 1113, 1135, 1152, 1167, 1173, 1195, 1208, 1210, 1212, 1214, 1218, 1220, 1221, 1224, 1232, 1243, 1253, 1256, 1263, 1283, 1292, 1330, 1332, 1334, 1335, 1377, 1380, 1383, 1396

Viúvas: 64, 93, 114, 165, 209, 545, 557, 709, 731, 739, 762, 830, 951, 1012, 1014, 1069, 1085, 1152, 1166, 1199, 1226, 1283, 1332, 1334, 1391

Donzelas desprotegidas: 279, 428, 520, 545, 630, 647, 648, 731, 732, 793, 887, 951, 985, 1079, 1200, 1242, 1396

Doentes: 1, 2, 3, 14, 17, 22, 24, 26, 29, 31, 37, 40, 43, 45, 47, 48, 52, 57, 58, 59, 60, 61, 68, 81, 84, 85, 86, 96, 100, 101, 106, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 139, 142, 144, 148, 156, 159, 160, 165, 166, 169, 171, 173, 176, 177, 178, 186, 195, 196, 198, 200, 201, 203, 206, 216, 219, 224, 229, 230, 231, 235, 240, 256, 261, 262, 266, 269, 271, 274, 276, 279, 280, 281, 284, 287, 290, 291, 292, 295, 301, 305, 307, 308, 309, 310, 313, 314, 316, 318, 319, 321, 330, 331, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 384, 385, 386, 387, 389, 390, 393, 394, 395, 397, 401, 404, 405, 406, 408, 409, 410, 415, 418, 419, 420, 421, 424, 425, 429, 431, 436, 440, 443, 444, 451, 454, 455, 456, 457, 462, 463, 469, 471, 474, 478, 479, 483, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 494, 500, 505, 507, 511, 512, 513, 516, 517, 520, 528, 530, 531, 532, 533, 537, 539, 542, 543, 545, 550, 557, 580, 581, 583, 593, 594, 595, 597, 603, 604, 606, 610, 611, 616, 617, 623, 624, 626, 628, 629, 633, 635, 641, 649, 650, 651, 652, 658, 663, 664, 665, 672, 673, 675, 677, 692, 693, 694, 698, 700, 701, 709, 714, 716, 719, 722, 723, 733, 734, 735, 737, 738, 740, 742, 744, 749, 754, 755, 757, 759, 760, 765, 767, 768, 769, 771, 772, 773, 774, 779, 782, 785, 787, 788, 789, 795, 797, 799, 802, 804, 807, 810, 817, 821, 823, 824, 827, 830, 831, 833, 835, 842, 843, 852, 856, 861, 866, 869, 871, 876, 879, 881, 882, 890, 901, 902, 911, 912, 913, 916, 919, 924, 929, 934, 942, 943, 945, 947, 948, 952, 958, 963, 965, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 983, 986, 1009, 1025, 1027, 1028, 1035, 1039, 1042, 1046, 1047, 1048, 1049, 1052, 1053, 1059, 1066, 1075, 1088, 1089, 1090, 1091, 1101, 1105, 1120, 1121, 1126, 1127, 1133, 1136, 1138, 1139, 1141, 1144, 1152, 1157, 1163, 1164, 1167, 1175, 1178, 1185, 1186, 1191, 1198, 1199, 1201, 1202, 1204, 1206, 1208, 1230, 1242, 1251, 1254, 1256, 1263, 1265, 1272, 1299, 1305, 1307, 1318, 1320, 1326, 1328, 1332, 1336, 1342, 1344, 1345, 1347, 1348, 1350, 1361, 1364, 1374, 1376,

1377, 1380, 1383, 1385, 1387, 1389, 1392, 1393, 1394, 1396, 1402, 1405, 1408

Cativos: 17, 40, 336, 551, 595, 606, 626, 648, 650, 714, 722, 738, 749, 750, 759, 762, 818, 895, 929, 934, 1012, 1015, 1016, 1032, 1063, 1184, 1242, 1253, 1291, 1324

Peregrinos/viajantes: 17, 443, 537, 560, 561, 583, 677, 714, 733, 755, 759, 762, 789, 799, 818, 826, 835, 845, 869, 894, 913, 949, 958, 965, 1004, 1021, 1032, 1090, 1098, 1168, 1170, 1204, 1256, 1391, 1408

Expostos: 28, 47, 64, 107, 194, 221, 224, 225, 227, 228, 233, 243, 263, 298, 300, 339, 344, 345, 382, 383, 384, 385, 409, 502, 506, 521, 523, 542, 543, 544, 563, 572, 573, 574, 583, 584, 656, 698, 702, 711, 728, 731, 791, 792, 800, 841, 862, 882, 885, 917, 918, 954, 956, 977, 998, 1030, 1031, 1038, 1047, 1063, 1066, 1069, 1103, 1108, 1113, 1130, 1135, 1140, 1141, 1161, 1163, 1171, 1172, 1173, 1186, 1188, 1189, 1195, 1198, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1216, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1227, 1228, 1232, 1243, 1247, 1248, 1249, 1271, 1283, 1334, 1335, 1348, 1390

Idosos: 2, 81, 85, 135, 152, 153, 156, 159, 166, 208, 313, 340, 384, 405, 409, 413, 425, 465, 471, 476, 496, 520, 557, 564, 582, 603, 673, 734, 735, 801, 811, 850, 869, 945, 1014, 1208, 1256, 1263, 1265, 1277, 1283, 1332, 1376, 1384

Providas e visitadas/merceiras: 40, 132, 231, 317, 376, 542, 543, 545, 731, 849, 869, 913, 1068, 1127, 1166, 1190, 1226, 1396

Recolhidas: 4, 132, 209, 545, 549, 630, 631, 632, 652, 720, 730, 732, 793, 842, 849, 985, 1012, 1015, 1018, 1042, 1054, 1079, 1113, 1166, 1186, 1200, 1226

Lugares da prática da assistência:

Edifícios da Misericórdia: 30, 66, 87, 91, 125, 134, 135, 186, 189, 201, 204, 206, 213, 220, 239, 258, 259, 266, 289, 293, 386, 410, 471, 486, 529, 539, 541, 554, 559, 566, 568, 582, 589, 605, 614, 628, 647, 658, 676, 678, 686, 702, 711, 712, 717, 723, 736, 741, 745, 757, 782, 814, 833, 848, 852, 855, 870, 901, 922, 940, 978, 983, 1027, 1042, 1051, 1056, 1059, 1074, 1082, 1092, 1093, 1094, 1101, 1102, 1107, 1129, 1131, 1139, 1141, 1151, 1169, 1175, 1176, 1177, 1179, 1183, 1196, 1206, 1208, 1215, 1217, 1234, 1236, 1241, 1244, 1262, 1283, 1306, 1317, 1320, 1322, 1325, 1328, 1336, 1344, 1348, 1349, 1373, 1378, 1388, 1392, 1393, 1398, 1400

Hospitais: 3, 13, 14, 21, 22, 24, 26, 29, 31, 37, 40, 43, 45, 47, 52, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 105, 106, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 144, 145, 159, 160, 161, 165, 166, 169, 171, 173, 176, 178, 196, 198, 200, 201, 203, 207, 211, 213, 216, 219, 225, 231, 233, 235, 239, 240, 249, 256, 260, 261, 265, 266, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 280,

281, 282, 283, 284, 287, 290, 291, 292, 301, 306, 307, 308, 309, 310, 313, 314, 315, 316, 318, 319, 321, 322, 326, 327, 329, 331, 333, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 387, 389, 390, 392, 393, 394, 395, 397, 398, 401, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 415, 416, 418, 419, 420, 421, 423, 424, 425, 427, 429, 431, 436, 437, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 449, 451, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 463, 465, 469, 473, 474, 476, 477, 478, 479, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 496, 497, 499, 505, 507, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 528, 530, 533, 537, 542, 543, 544, 548, 550, 560, 561, 574, 580, 581, 583, 593, 594, 595, 597, 598, 601, 603, 606, 609, 610, 611, 615, 616, 617, 618, 620, 621, 623, 624, 625, 626, 627, 629, 633, 635, 641, 643, 646, 649, 650, 651, 652, 658, 661, 663, 664, 672, 675, 676, 677, 678, 688, 691, 692, 693, 694, 697, 700, 701, 709, 714, 716, 723, 726, 733, 734, 735, 738, 741, 744, 750, 752, 754, 755, 756, 757, 759, 760, 765, 767, 769, 771, 772, 773, 774, 778, 779, 780, 781, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 795, 797, 799, 800, 802, 803, 804, 807, 810, 811, 816, 817, 818, 821, 822, 823, 824, 825, 827, 830, 831, 835, 837, 839, 842, 843, 849, 852, 853, 855, 856, 858, 869, 871, 874, 876, 877, 879, 880, 881, 882, 883, 887, 891, 892, 894, 896, 899, 902, 912, 913, 916, 924, 929, 934, 936, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 952, 954, 955, 957, 958, 960, 963, 965, 971, 972, 973, 974, 986, 988, 991, 992, 998, 999, 1004, 1005, 1006, 1011, 1015, 1016, 1025, 1027, 1030, 1035, 1039, 1042, 1046, 1047, 1048, 1049, 1052, 1053, 1055, 1059, 1063, 1065, 1066, 1071, 1073, 1075, 1078, 1088, 1089, 1090, 1091, 1097, 1101, 1105, 1110, 1122, 1126, 1127, 1133, 1136, 1137, 1138, 1139, 1141, 1145, 1147, 1150, 1153, 1157, 1158, 1164, 1168, 1170, 1175, 1178, 1184, 1185, 1186, 1191, 1198, 1201, 1202, 1203, 1204, 1206, 1216, 1230, 1251, 1254, 1256, 1258, 1263, 1272, 1276, 1282, 1290, 1296, 1297, 1298, 1299, 1303, 1305, 1307, 1320, 1327, 1328, 1329, 1332, 1336, 1337, 1342, 1345, 1346, 1347, 1350, 1357, 1361, 1371, 1376, 1377, 1379, 1380, 1383, 1385, 1387, 1388, 1389, 1392, 1394, 1396, 1405, 1408

Boticas/Farmácias: 22, 26, 31, 37, 45, 113, 115, 117, 120, 123, 129, 130, 131, 244, 266, 280, 285, 301, 310, 314, 318, 344, 384, 386, 403, 407, 415, 418, 419, 420, 423, 448, 473, 476, 483, 486, 487, 491, 524, 613, 642, 649, 673, 677, 773, 780, 795, 858, 871, 883, 899, 902, 912, 936, 973, 1035, 1046, 1049, 1078, 1088, 1137, 1150, 1201, 1230, 1327, 1336, 1342

Cemitérios: 24, 587, 641, 1198

Albergues: 117, 227, 285, 327, 405, 458, 512, 515, 557, 560, 581, 583, 598, 615, 625, 626, 627, 628, 629, 635, 658, 661, 693, 700, 716, 726, 733, 735, 742, 747, 755, 756, 762, 773, 774, 780, 781, 785, 799, 818, 822, 828, 834, 835, 869, 879, 894, 911, 913, 937, 957, 958, 965, 988, 1004, 1005, 1046, 1068, 1089, 1110, 1122, 1126, 1127, 1153, 1158, 1184, 1206, 1207, 1254, 1337, 1356, 1357, 1376, 1377, 1383, 1385, 1389, 1392, 1396, 1408

Recolhimentos: 4, 102, 177, 209, 236, 241, 249, 326, 341, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 407, 425, 429, 458, 459, 545, 546, 549, 613, 617, 630, 631, 632, 647, 652, 665, 675, 712, 720, 730, 731, 793, 842, 861, 866, 870, 880, 925, 926, 928, 947, 948, 951, 973, 977, 980, 985, 991, 992, 1014, 1015, 1016, 1018, 1042, 1054, 1079, 1113, 1122, 1126, 1130, 1163, 1166, 1187, 1200, 1334

Mercearias: 241, 615, 647, 683, 700, 755, 773, 780, 839, 880, 911, 958, 965, 1068, 1122, 1183, 1184

Rodas de expostos: 28, 56, 107, 194, 221, 225, 243, 263, 339, 502, 506, 521, 523, 563, 572, 573, 574, 584, 597, 656, 702, 711, 728, 791, 792, 800, 841, 862, 885, 886, 947, 948, 977, 980, 998, 1030, 1031, 1038, 1047, 1053, 1066, 1103, 1108, 1135, 1140, 1161, 1171, 1172, 1173, 1184, 1187, 1188, 1189, 1195, 1211, 1212, 1213, 1214, 1216, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1227, 1228, 1243, 1247, 1248, 1249, 1271, 1277, 1334, 1335, 1348, 1380, 1390

Colónias balneares: 54, 117, 219, 387, 520, 672, 723, 1091, 1210, 1263, 1392, 1399

Cozinhas económicas: 2, 72, 85, 165, 256, 307, 383, 390, 405, 444, 511, 512, 513, 557, 564, 601, 603, 740, 896, 1106, 1132, 1163, 1174

Creches: 52, 72, 81, 94, 233, 326, 327, 405, 476, 511, 512, 513, 514, 515, 563, 601, 613, 657, 675, 768, 770, 771, 811, 831, 906, 971, 1011, 1106, 1174, 1263, 1276

Escolas de ensino especial: 208, 276, 673, 770, 811, 906, 1321

Escolas de ensino profissional: 2, 95, 96, 130, 212, 427, 512, 514, 770, 906, 1321

Escolas de ensino elementar: 52, 87, 163, 208, 236, 265, 290, 298, 299, 327, 339, 341, 437, 497, 512, 515, 601, 673, 675, 706, 770, 891, 905, 906, 971, 1113, 1214, 1263, 1272, 1292, 1321

Lares de idosos: 2, 52, 81, 85, 94, 94, 114, 135, 156, 158, 159, 161, 165, 220, 269, 322, 329, 405, 413, 425, 432, 437, 440, 441, 442, 471, 472, 476, 496, 511, 512, 513, 514, 515, 520, 564, 597, 613, 673, 801, 811, 830, 831, 945, 999, 1091, 1133, 1174, 1184, 1187, 1190, 1263, 1265, 1276, 1384

Manicômios: 48, 756, 773, 1120, 1121

Orfanatos: 52, 53, 85, 233, 236, 265, 289, 290, 301, 341, 497, 513, 515, 546, 549, 563, 584, 595, 630, 656, 675, 731, 732, 755, 792, 793, 862, 886, 906, 925, 926, 927, 928, 951, 990, 998, 1038, 1039, 1042, 1054, 1103, 1130, 1163, 1173, 1184, 1187, 1195, 1210, 1212, 1214, 1218, 1220, 1224, 1232, 1243, 1263, 1292, 1330, 1334

Casas privadas: 99, 263, 386, 476, 498, 545, 564, 572, 704, 730, 867, 993, 1132, 1194, 1212, 1334

Rua: 293, 736, 901, 984, 990, 1144, 1194, 1288

Prisão: 44, 48, 453, 595, 697, 732, 1062, 1098, 1291, 1324

Igrejas: 117, 241, 310, 526, 560, 718, 726, 826, 845, 855, 901, 910, 979, 1001, 1070, 1217, 1246, 1302, 1302, 1308, 1312, 1328, 1393

Barcos: 1032

Práticas devocionais:

Procissão de Endoenças: 55, 136, 138, 278, 324, 330, 337, 422, 718, 719, 837, 917, 918, 1359, 1361, 1364, 1368

Procissão dos Ossos: 595, 602

Procissão do Enterro: 29, 33, 138, 535, 718, 963, 1007

Procissão dos Passos: 1007, 1207

Missas: 9, 33, 118, 138, 182, 534, 604, 725, 766, 794, 826, 1027, 1111, 1185, 1203, 1218, 1367

Lava Pés: 138, 535

Espírito Santo: 548, 654, 725, 798, 826, 845, 970, 1025, 1153

Santos: 6, 7, 19, 20, 23, 24, 33, 109, 138, 143, 147, 155, 170, 179, 218, 273, 373, 374, 375, 531, 532, 659, 665, 667, 668, 687, 705, 706, 718, 719, 724, 725, 766, 808, 875, 907, 920, 921, 923, 1001, 1007, 1008, 1019, 1020, 1022, 1026, 1071, 1072, 1207, 1296, 1316, 1359, 1374

Conjuntas com outras instituições: 24, 126, 556, 622, 705, 719, 766, 798, 845, 1004, 1019, 1020, 1021, 1022, 1024, 1148, 1261, 1267

Cerimonial e ritual:

Eleição: 63, 89, 149, 175, 685, 783, 1116, 1157, 1294

Investidura: 685

Reunião da Mesa: 63, 106, 149, 295, 594, 795

Concessão de dotes: 631, 632, 766, 1287

Visitas às cadeias: 1098, 1324

Execuções públicas: 586, 989, 1098

Cortejos inaugurais: 24, 845

Cortejos de oferendas: 66, 213, 696, 709

Sermões solenes: 6, 7, 19, 20, 535, 718

Missas: 766, 836, 845, 1024

Festas e procissões: 6, 7, 19, 20, 29, 90, 138, 180, 184, 279, 333, 531, 532, 535, 547, 548, 567, 595, 617, 623, 626, 643, 645, 659, 665, 667, 687, 690, 706, 718, 719, 729, 766, 798, 808, 821, 826, 836, 837, 845, 846, 887, 921, 923, 963, 970, 988, 991, 1004, 1020, 1021, 1116, 1148, 1187, 1250, 1287, 1296, 1303, 1327, 1359, 1368, 1374

Semana Santa: 20, 138, 535, 659, 703, 718, 805, 808, 826, 1062, 1207, 1262

Bodos: 560, 626, 826, 845, 907, 970, 1116, 1148

Funerais: 22, 33, 98, 180, 187, 586, 587, 604, 665, 739, 907, 945, 950, 1111, 1391

Vestes e insígnias: 766

Patrimônio artístico:

Arquitetura de igrejas e outros edifícios: 15, 29, 58, 92, 111, 139, 170, 214, 220, 528, 530, 547, 560, 561, 569, 575, 576, 590, 597, 602, 605, 632, 636, 672, 677, 678, 688, 689, 690, 691, 692, 708, 710, 714, 717, 724, 726, 727, 741, 746, 752, 756, 757, 780, 789, 826, 837, 851, 852, 855, 861, 870, 887, 888, 889, 892, 896, 899, 908, 909, 910, 923, 932, 933, 935, 947, 948, 962, 963, 987, 988, 991, 999, 10, 1011, 1027, 1029, 1033, 1034, 1043, 1073, 1083, 1086, 1091, 1094, 1096, 1101, 1107, 1145, 1146, 1147, 1149, 1153, 1162, 1165, 1168, 1179, 1183, 1187, 1206, 1207, 1230, 1246, 1268, 1275, 1287, 1293, 1296, 1297, 1300, 1301, 1302, 1303, 1305, 1309, 1311, 1313, 1314, 1327, 1328, 1329, 1341, 1344, 1349, 1379, 1385, 1386

Plantas: 58, 560, 583, 602, 688, 689, 708, 717, 723, 756, 861, 888, 910, 999, 1033, 1043, 1059, 1075, 1101, 1136, 1138, 1179, 1268, 1299, 1328, 1329, 1344, 1348, 1379

Pinturas/frescos: 15, 111, 202, 547, 561, 569, 590, 608, 620, 621, 660, 662, 666, 668, 679, 689, 703, 710, 724, 727, 852, 875, 888, 933, 935, 942, 945, 953, 962, 969, 987, 10, 1011, 1026, 1073, 1145, 1146, 1149, 1162, 1207, 1242, 1256, 1259, 1262, 1267, 1268, 1270, 1273, 1275, 1281, 1289, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1328, 1370, 1382, 1391

Estatuária: 15, 202, 547, 569, 590, 598, 636, 667, 710, 724, 778, 808, 851, 908, 909, 910, 920, 923, 935, 969, 10, 1001, 1011, 1026, 1059, 1070, 1073, 1083, 1168, 1262, 1268, 1269, 1273, 1274, 1275, 1300, 1301, 1314, 1328, 1340, 1382

Gravuras, pagelas e estampas: 481, 679, 688, 703, 723, 969, 1019, 1021, 1024, 1059, 1183, 1262, 1264, 1271, 1275, 1281, 1379, 1382

Azulejos: 602, 690, 724, 726, 910, 923, 935, 987, 1033, 1034, 1059, 1107, 1145, 1162, 1268, 1273, 1275, 1280, 1328

Mobiliário: 111, 202, 216, 550, 840, 1011, 1145, 1269

Alfaias litúrgicas: 689, 690, 703, 705, 766, 935, 1011, 1073, 1145, 1262, 1269, 1274, 1275, 1296, 1370, 1382

Andores: 719, 808, 1024, 1368

Sacrários: 1370

Relicários: 1268, 1269, 1293

Ex-votos: 1262

Bandeiras: 111, 234, 561, 598, 608, 610, 611, 659, 661, 666, 667, 668, 679, 703, 746, 821, 825, 836, 840, 875, 892, 893, 899, 911, 923, 935, 1001, 1011, 1026, 1073, 1091, 1145, 1146, 1183, 1187, 1242, 1250, 1251, 1259, 1262, 1275, 1316, 1359, 1368

Varas: 703, 1091, 1273, 1391

Seges/Tumbas/Esquifes: 1290

Paramentos/vestuário: 703, 722, 727, 766, 935, 1073, 1262, 1269, 1274, 1296

Insígnias: 679, 703, 1091, 1187, 1368

Música: 719, 1112, 1259, 1266, 1382

Iluminura: 15, 481, 713, 961, 969, 1019, 1059, 1264, 1269, 1273, 1275, 1316, 1370, 1382

Outros objectos: 111, 202, 590, 722, 935, 969, 1011, 1059, 1154, 1269, 1271, 1273, 1274, 1275, 1277, 1340

Discursos:

Político-administrativos: 14, 106, 192, 193, 216, 217, 222, 509, 550, 682, 728, 1017, 1061, 1208, 1278, 1279, 1324, 1355

Teológico-morais: 6, 7, 9, 17, 19, 20, 23, 90, 110, 126, 189, 191, 218, 501, 503, 504, 518, 525, 526, 527, 585, 725, 775, 831, 872, 989, 1019, 1021, 1024, 1072, 1113, 1180, 1278, 1279, 1332

Sermões: 6, 7, 9, 19, 20, 46, 90, 109, 110, 187, 191, 218, 501, 503, 504, 518, 525, 526, 527, 725, 1278, 1279

Médicos: 95, 112, 126, 212, 423, 503, 505, 744, 858, 883, 942, 964, 972, 1101, 1137, 1150, 1278, 1279

Jurídicos: 13, 260, 453, 522, 968, 1061, 1278, 1279, 1355

Assistência/Reforma social: 2, 14, 44, 48, 50, 60, 63, 87, 95, 106, 126, 135, 195, 205, 239, 297, 505, 523, 525, 546, 558, 564, 567, 585, 646, 657, 663, 698, 700, 728, 744, 745, 747, 769, 770, 775, 785, 793, 801, 831, 847, 856, 866, 906, 942, 946, 995, 1010, 1017, 1027, 1072, 1105, 1119, 1131, 1160, 1175, 1180, 1181, 1190, 1192, 1193, 1208, 1360, 1371, 1392

Elogios fúnebres: 8, 9, 33, 34, 38, 39, 110, 187, 190, 215, 1185, 1265, 1272, 1278, 1279

Críticos da acção das Misericórdias: 63, 106, 192, 220, 222, 453, 525, 1023, 1101

Panegíricos e memoriais: 18, 39, 187, 191, 481, 880, 1278, 1279, 1370

Literatura de viagens: 198, 725, 1019, 1021, 1022, 1182

Memória das Misericórdias:

Museus: 660, 689, 920, 933, 1084, 1262, 1267, 1269, 1271, 1273, 1274

Bibliotecas: 481, 725, 1264, 1278, 1279

Arquivos: 580, 581, 599, 722, 806, 872, 920, 935, 1058, 1084, 1114, 1117, 1123, 1145, 1149, 1165, 1167, 1183, 1277, 1278, 1279

Exposições: 234, 703, 723, 898, 933, 935, 978, 979, 1040, 1058, 1059, 1073, 1078, 1114, 1154, 1183, 1237, 1240, 1247, 1262, 1267, 1269, 1271, 1273, 1274, 1275, 1280, 1382

Índice dos descritores por ordem alfabética

- Acórdãos, v. O quadro normativo-legal
- Administração central, v. Relações com outras instituições
- Administração local, v. Relações com outras instituições
- Albergarias, v. Relações com outras instituições
- Albergues, v. Lugares da prática da assistência
- Alfaías litúrgicas, v. Património artístico
- Almas, v. Os receptores da assistência
- Andores, v. Património artístico
- Arquitectura de igrejas e outros edifícios, v. Património artístico
- Arquivos, v. Memória das Misericórdias
- Assistência/Reforma social, v. Discursos
- Associações de socorros mútuos, v. Relações com outras instituições
- Azulejos, v. Património artístico
- Bandeiras, v. Património artístico
- Barcos, v. Lugares da prática da assistência
- Bibliografias, v. Instrumentos de Trabalho
- Bibliotecas, v. Memória das Misericórdias
- Bispos e cabidos, v. Relações com outras instituições
- Bodos, v. Cerimonial e ritual
- Boticas/Farmácias, v. Lugares da prática da assistência
- Breves de perdão e componenda, v. O quadro normativo-legal
- Breves de redução, v. O quadro normativo-legal
- Capelães, v. Os agentes
- Cartas da Índia, v. Património e administração económica
- Casas privadas, v. Lugares da prática da assistência
- Cativos, v. Os receptores da assistência
- Cemitérios, v. Lugares da prática da assistência
- Clero paroquial, v. Relações com outras instituições
- Colónias balneares, v. Lugares da prática da assistência
- Comparticipações da administração central, v. Património e administração económica
- Compromissos/estatutos, v. O quadro normativo-legal
- Concessão de dotes, v. Cerimonial e ritual
- Conjuntas com outras instituições, v. Práticas devocionais
- Cortejos de oferendas, v. Cerimonial e ritual
- Cortejos de oferendas, v. Património e administração económica
- Cortejos inaugurais, v. Cerimonial e ritual
- Creches, v. Lugares da prática da assistência
- Críticos da acção das Misericórdias, v. Discursos
- Cronologias, v. Instrumentos de Trabalho
- Defuntos, v. Os receptores da assistência
- Descrição arquivística, v. Instrumentos de Trabalho
- Desvinculação/Desamortização, v. Património e administração económica
- Dicionários e enciclopédias, v. Instrumentos de Trabalho
- Doentes, v. Os receptores da assistência
- Donzelas desprotegidas, v. Os receptores da assistência
- Edição de documentos, v. Instrumentos de Trabalho
- Edifícios da Misericórdia, v. Lugares da prática da assistência
- Eleição, v. Cerimonial e ritual
- Elogios fúnebres, v. Discursos
- Escolas de ensino elementar, v. Lugares da prática da assistência

Escolas de ensino especial, v. Lugares da prática da assistência

Escolas de ensino profissional, v. Lugares da prática da assistência

Esmolas, v. Património e administração económica

Espectáculos, v. Património e administração económica

Espírito Santo, v. Práticas devocionais

Estabelecimentos de ensino, v. Relações com outras instituições

Estatuária, v. Património artístico

Execuções públicas, v. Cerimonial e ritual

Exploração de serviços, v. Património e administração económica

Exposições, v. Memória das Misericórdias

Expostos, v. Os receptores da assistência

Ex-votos, v. Património artístico

Festas e procissões, v. Cerimonial e ritual

Foros/Censos, v. Património e administração económica

Funcionários, v. Os agentes

Fundações, v. Fundações e extinções

Funerais, v. Cerimonial e ritual

Gravuras, pagelas e estampas, v. Património artístico

Hospitais, v. Lugares da prática da assistência

Hospitais, v. Relações com outras instituições

Idosos, v. Os receptores da assistência

Igrejas, v. Lugares da prática da assistência

Iluminura, v. Património artístico

Indulgências, v. O quadro normativo-legal

Insígnias, v. Património artístico

Instituições de assistência estrangeiras, v. Relações com outras instituições

Investidura, v. Cerimonial e ritual

Investimentos, v. Património e administração económica

Irmandades/confrarias, v. Relações com outras instituições

Irmãos, v. Os agentes

Jurídicos, v. Discursos

Jurisprudência, v. O quadro normativo-legal

Juros, v. Património e administração económica

Lares de idosos, v. Lugares da prática da assistência

Lava Pés, v. Práticas devocionais

Legados Pios, v. Património e administração económica

Legislação canónica, v. O quadro normativo-legal

Legislação da administração central, v. O quadro normativo-legal

Legislação da administração local, v. O quadro normativo-legal

Literatura de viagens, v. Discursos

Lotarias, v. Património e administração económica

Manicómios, v. Lugares da prática da assistência

Médicos, v. Discursos

Mercearias, v. Lugares da prática da assistência

Mesários e definidores, v. Os agentes

Misericórdias, v. Relações com outras instituições

Missas, v. Cerimonial e ritual

Missas, v. Práticas devocionais

Mobiliário, v. Património artístico

Monografias sobre uma Misericórdia

Montepios, v. Património e administração económica

Museus, v. Memória das Misericórdias

Música, v. Património artístico

O conceito de Misericórdia, v. As Misericórdias

Obras gerais sobre a Assistência

Ordens religiosas, v. Relações com outras instituições

Ordens terceiras, v. Relações com outras instituições

Orfanatos, v. Lugares da prática da assistência

Órfãos, v. Os receptores da assistência

Organização e funcionamento

Outros objectos, v. Património artístico

Panegíricos e memoriais, v. Discursos

Paramentos/vestuário, v. Património artístico

Peregrinos/viajantes, v. Os receptores da assistência

«Pessoas singulares», v. Relações com outras instituições

Pinturas/frescos, v. Património artístico

Plantas, v. Património artístico

Pobres, v. Os receptores da assistência

Político-administrativos, v. Discursos

Presos, v. Os receptores da assistência

Prisão, v. Lugares da prática da assistência

Privilégios, v. O quadro normativo-legal

Procissão de Endoenças, v. Práticas devocionais

Procissão do Enterro, v. Práticas devocionais

Procissão dos Ossos, v. Práticas devocionais

Procissão dos Passos, v. Práticas devocionais

Propriedades, v. Património e administração económica
Protectores e beneméritos, v. Os agentes
Provedores, v. Os agentes
Providas e visitadas/merceiras, v. Os receptores da assistência
Recolhidas, v. Os receptores da assistência
Recolhimentos, v. Lugares da prática da assistência
Regimentos de bancos, v. O quadro normativo-legal
Regimentos de escolas, v. O quadro normativo-legal
Regimentos de expostos, v. O quadro normativo-legal
Regimentos de hospitais, v. O quadro normativo-legal
Regimentos de orfanatos/colégios, v. O quadro normativo-legal
Regimentos de recolhimentos, v. O quadro normativo-legal
Relicários, v. Património artístico
Reunião da mesa, v. Cerimonial e ritual
Rodas de expostos, v. Lugares da prática da assistência
Rua, v. Lugares da prática da assistência
Sacrários, v. Património artístico
Santa Sé, v. Relações com outras instituições
Santos, v. Práticas devocionais
Seges/Tumbas/Esquifes, v. Património artístico
Semana Santa, v. Cerimonial e ritual
Sermões solenes, v. Cerimonial e ritual
Sermões, v. Discursos
Taxas, v. Património e administração económica
Teológico-morais, v. Discursos
Testamentos, v. Património e administração económica
Tribunais, v. Relações com outras instituições
Varas, v. Património artístico
Vestes e insígnias, v. Cerimonial e ritual
Visitas às cadeias, v. Cerimonial e ritual
Viúvas, v. Os receptores da assistência
Voluntários, v. Os agentes

Índice toponímico

Abrantes: 145, 250, 266, 1260, 1289

Açores: 64, 826, 845

Águeda: 809

Alandroal: 257, 999

Albergaria-a-Velha: 510

Albufeira: 267

Alcácer do Sal: 268, 269, 619, 671, 852

Alcobaça: 1403, 1405

Alcochete: 101, 822

Aldeia Galega do Ribatejo: 1158

Alegrete: 815

Alenquer: 1068, 1173

Alentejo: 1104

Algarve: 1145

Algarve, diocese do: 930

Alhos Vedros: 270, 561

Alijó: 271

Almada: 54

Almeida: 696

Alpalhão: 146

Alvaiázere: 1322

Alvito: 1385

Amarante: 272, 986

Amares: 273, 1174

Amieira: 989, 1372

Amieira do Tejo: 921

Anadia: 203

Angola: 655

Angra do Heroísmo: 113, 120, 192, 274, 275, 482, 548, 677, 846, 941, 968, 1226

Arcos de Valdevez: 276, 597

Arês: 921

Arganil: 262, 277, 704

Arouca: 687

Arraiolos: 1312

Arrifana de Sousa: 278

Arronches: 561

Arruda dos Vinhos: 279

Aveiro: 89, 94, 280, 578, 579, 610, 611, 817, 932, 1082, 1083, 1085, 1086, 1112

Avis: 281, 806

Azurara: 896

Baiã: 497, 518, 525, 527, 643, 674, 681, 721, 967, 1079, 1102, 1209, 1226, 1334

Baião: 147, 282, 283

Barcelos: 284, 285, 1030

Barquinha: 306

Batalha: 907

Beja: 201, 211, 1041, 1394

Belo Horizonte: 638, 639

Belver: 148

Benavente: 565, 607

Boliqueime: 286

Boticas: 600

Braga: 18, 21, 95, 122, 123, 183, 190, 238, 490, 684, 698, 716,

717, 719, 843, 863, 926, 931, 1007, 1008, 1214, 1284, 1308

Bragança: 133, 547, 714, 715

Brasil: 36, 61, 234, 637, 746, 807, 894, 1240, 1389, 1390

Buarcos: 705, 706

Buenos Aires: 895

Cabrela: 287

Cadafaz: 329

Cadaval: 288

Caldas da Rainha: 57, 58, 117, 127, 129, 219, 234, 554, 661, 672, 694, 722, 723, 764, 767, 768, 778, 780, 855, 1029, 1251, 1290, 1293, 1296, 1297, 1392, 1328

Caldas de Vizela: 93

Campo Maior: 257

Campos (Rio de Janeiro): 674

Cantanhede: 289, 290, 892

Cascais: 291, 673, 703

Castanheira do Ribatejo: 1126

Castelo Branco: 292, 486, 830, 1327

Castelo de Paiva: 293

Castelo de Vide: 294, 524, 1051

Castro Daire: 100, 691

Castro Verde: 690, 1108

Ceilão: 730

Celorico de Basto: 574

Ceuta: 647, 648, 676

Chamusca: 111, 820

Chaves: 600, 726, 987

Coimbra: 4, 10, 11, 20, 27, 29, 46, 49, 53, 56, 88, 104, 107, 149, 150, 150, 186, 206, 222, 237, 243, 244, 245, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 501, 566, 636, 658, 664, 810, 870, 908, 909, 978, 979, 981, 982, 988, 991, 992, 1040, 1070, 1092, 1129, 1130, 1199, 1200, 1201, 1299, 1318, 1319, 1330, 1345, 1347

Condeixa-a-Nova: 307, 741

Cós: 907

Covilhã: 3, 151, 308, 1349

Crato: 1372

Crato, priorado do: 989

Custódia de Los Angeles (Castela, Espanha): 1258

Damão: 1060

Diu: 498

Elvas: 309, 310, 899

Ericeira: 198, 202, 220, 920, 1146, 1262

Espanha: 695

Espinho: 311

Espírito Santo: 674

Esposende: 805, 1031

Estados Unidos da América: 697

Estarreja: 152, 153

Estremoz: 27, 154, 237, 312

Évora: 25, 51, 92, 125, 128, 136, 246, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 485, 555, 613, 625, 627, 628, 744, 802, 926, 929, 934, 1043, 1123, 1124, 1356, 1357

Fafe: 319

Fão: 155, 156, 320, 531, 532

Faro: 260, 862, 1399

Felgueiras: 321

Ferreira do Alentejo: 873

Figueira da Foz: 30, 157, 705, 706

Florença: 764, 767, 1369

Fornos de Algodres: 158, 159, 160

França: 697, 1189

Freixo de Espada-à-Cinta: 114, 322

Fronteira: 323

Funchal: 255, 324, 325, 326, 740, 947, 948, 949, 1191, 1391

Fundão: 247, 327, 487, 790, 821

Galiza (Espanha): 1308

Garvão: 561

Goa: 102, 115, 141, 234, 328, 579, 606, 632, 643, 682, 730, 731, 793, 815, 871, 924, 951, 983, 984, 985, 1012, 1014, 1015, 1016, 1034, 1042, 1226, 1314, 1342

Góis: 98, 329, 1165, 1348

Gouveia: 118

Grândola: 1326

Guarda: 904

Guimarães: 22, 93, 134, 161, 162, 330, 488, 645, 744, 794, 795, 796, 797, 1006, 1138, 1309

Índia: 140, 730, 1314, 1340

Inglaterra: 697, 1189

Lagos: 750, 751, 752, 1407

Lamego: 331, 332, 333, 624, 844

Leiria: 67, 334, 1408

Lisboa: 1, 2, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 16, 33, 34, 38, 39, 47, 55, 88, 90, 108, 109, 124, 132, 142, 187, 191, 196, 209, 212, 214, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 234, 235, 240, 241, 254, 256, 263, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 480, 481, 495, 500, 528, 549, 557, 559, 575, 587, 598, 622, 660, 661, 664, 666, 669, 688, 689, 707, 713, 727, 756, 757, 767, 778, 780, 782, 783, 786, 816, 824, 838, 839, 869, 881, 889, 916, 917, 918, 936, 961, 965, 972, 973, 990, 10, 1018, 1059, 1071, 1078, 1084, 1087, 1088, 1094, 1100, 1105, 1106, 1107, 1132, 1143, 1144, 1163, 1164, 1166, 1183, 1188, 1189, 1198, 1202, 1211, 1247, 1251, 1254, 1257, 1258, 1263, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1277, 1278, 1279, 1280, 1282, 1300, 1302, 1306, 1321, 1340, 1388

Loulé: 791, 1206, 1213

Lousã: 121, 387, 388, 963, 971

Lousada: 389

Luanda: 163, 643, 709

Mação: 197, 522

Macau: 164, 165, 390, 391, 642, 643, 945, 984, 1350, 1380

Macedo de Cavaleiros: 392

Madeira: 804, 1255

Mafra: 253

Marco de Canaveses: 166, 393, 394

Marrocos: 648

Marvão: 395

Matosinhos: 116, 265

Maximinos: 1397

Meda: 977

Melgaço: 848

Mértola: 1294, 1295

Mesão Frio: 396, 825, 1090

Minas Gerais: 638, 639, 641

Minde: 1013

Miranda do Corvo: 397

Mirandela: 398

Mogadouro: 1076

Monção: 712

Moncarapacho: 399, 930

Monchique: 167

Moncorvo: 400

Mondim de Basto: 401

Monsaraz: 489, 599

Monte de Farlães: 865

Montemor-o-Novo: 581, 1066

Montemor-o-Velho: 119, 1338, 1339

Montijo, ver Aldeia Galega do Ribatejo

Mora: 789

Moreira de Cónegos: 93

Mortágua: 402

Murça: 168, 800

Nagásáqui: 943

Nisa: 921

Nova Goa: 5

Óbidos: 66, 213, 678

Odemira: 403, 561

Oeiras: 404, 1208

Olhão: 405

Olinda: 674

Oliveira de Azeméis: 406, 407, 494

Oliveira de Frades: 408

Oliveira do Bairro: 1074

Olivença: 530, 746, 1147, 1149, 1258, 1386

Ourique: 409, 997

Ovar: 954

Paços de Ferreira: 169, 410, 836

Palhais: 823

Palmela: 887, 888

Pará: 1334, 1395

Paraíba: 1303

Paredes de Coura: 411

Pavia: 598

Penacova: 412

Penafiel: 724, 1050, 1353, 1354

Penamacor: 251, 956

Penela: 414, 1091, 1093

Penela da Beira: 413

Peniche: 860

Pereira: 180

Pernambuco: 674

Pernes: 207
 Peso da Régua: 968
 Pico de Regalados: 592
 Pinhanços: 1148
 Pombal: 1065
 Ponta Delgada: 112, 415, 416, 832, 1110, 1190, 1197
 Ponte de Lima: 170, 217, 417, 589, 593, 595, 596, 712, 885, 886, 968, 996, 1054, 1133, 1167, 1168, 1169, 1170, 1243
 Portalegre: 37, 418, 419, 631
 Portel: 420
 Porto: 19, 24, 36, 43, 60, 63, 65, 96, 105, 106, 130, 131, 135, 137, 185, 193, 194, 208, 216, 236, 249, 252, 261, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 502, 503, 504, 505, 508, 518, 521, 529, 550, 563, 570, 578, 580, 612, 617, 618, 620, 621, 623, 818, 835, 842, 844, 853, 861, 891, 897, 925, 926, 940, 942, 952, 953, 962, 966, 1006, 1027, 1028, 1039, 1052, 1053, 1095, 1101, 1111, 1119, 1140, 1142, 1210, 1216, 1218, 1219, 1221, 1222, 1223, 1249, 1258, 1272, 1273, 1274, 1281, 1283, 1286, 1305, 1323, 1336, 1340, 1344, 1358, 1365, 1367, 1368, 1379, 1382
 Póvoa de Lanhoso: 199, 200, 432
 Póvoa de Varzim: 171, 900
 Povoação: 144, 433, 1190
 Praia da Vitória: 808, 1011, 1075
 Proença-a-Nova: 922, 989
 Proença-a-Velha: 434
 Reguengos de Monsaraz: 599
 Ribeira Grande: 1190, 1378
 Rio de Janeiro: 50, 674, 859, 1034, 1142, 1373, 1387
 Rochoso: 874
 Roma: 1204, 1360
 S. João da Madeira: 437
 S. João da Pesqueira: 509
 S. Pedro do Sul: 1317
 S. Salvador da Baía: 602, 998, 1033, 1034
 S. Tomé (S. Tomé e Príncipe): 438, 439, 575
 S. Vicente da Beira: 188
 Sabrosa: 435
 Salvaterra de Magos: 686
 Santa Comba Dão: 1128
 Santa Maria da Feira: 577, 1325
 Santarém: 13, 629, 742, 1025, 1171, 1172, 1301, 1333, 1337
 Santiago de Compostela: 1004
 Santiago do Cacém: 851
 Santo António da Campo da Vinha: 720
 Santo Tirso: 436
 Santos: 680
 São Paulo: 674, 1047, 1335
 São Sebastião (Terceira: Açores): 1044
 Sarzedas: 1287
 Seia: 633, 1148
 Sernancelhe: 172
 Serpa: 440, 491
 Sertão: 989
 Server do Vouga: 444
 Sesimbra: 239
 Setúbal: 441, 442, 443, 534, 535, 536, 542, 543, 544, 545, 604, 651, 1159
 Siena: 764
 Silves: 1080
 Sintra: 173, 701, 1048, 1313, 1320
 Soalheira: 1207
 Sobral de Monte Agraço: 445
 Soito: 446
 Tabosa do Carregal (Sernancelhe): 174
 Tábua: 175, 447
 Tancos: 1315
 Tarouca: 264
 Tavira: 448, 582
 Terena: 176
 Tomar: 449, 450, 1139, 1153, 1289
 Tondela: 451
 Torres Novas: 91, 452, 453, 911, 913, 933, 974, 1310
 Torres Vedras: 241, 248, 454, 670, 841, 944
 Vacariça: 517
 Valença do Minho: 496
 Valongo: 572
 Valpaços: 455
 Velas: 483, 605
 Vendas Novas: 456
 Viana do Castelo: 138, 177, 178, 457, 458, 459, 460, 461, 590, 656, 813, 968, 1284, 1304, 1316, 1393

Vieira: 97, 492, 493

Vieira do Minho: 179

Vila da Feira: 910, 1400

Vila de Frades: 462

Vila do Cano: 463

Vila do Conde: 464, 814

Vila do Porto: 465

Vila Flor: 466

Vila Franca de Xira: 872

Vila Franca do Campo: 857

Vila Nova (Terceira; Açores): 1044

Vila Nova de Anços: 467

Vila Nova de Ceira: 329

Vila Nova de Cerveira: 184, 499, 837

Vila Nova de Famalicão: 139, 468, 469, 470, 471, 484

Vila Nova de Gaia: 35, 143, 181, 472, 473, 1062

Vila Pouca de Aguiar: 474

Vila Real: 475, 1056, 1398

Vila Verde: 476, 477, 592

Vila Verde dos Francos: 553

Vila Viçosa: 591, 593, 594, 595, 744, 957

Vimioso: 478

Viseu: 182, 519, 568, 569, 1329, 1384

Vizela: 479

Índice onomástico

- Abade de Esmelo, provedor: 724
- Abdul, Vasco: 1182
- Abreu, Pimenta: 18
- Afonso V, rei: 551, 784, 969, 973, 1006, 1383, 1394
- Afonso X, rei: 1004
- Afonso, Jorge, pintor: 1311
- Aguiar, Manuel de, bispo: 1408
- Albernaz, Margarida: 554, 1300
- Albuquerque, João de: 1076
- Alcoforado, Francisco de Sousa da Silva, provedor: 63
- Almeida, Francisco de, vice-rei da Índia: 793
- Almeida, João d', conde: 1260
- Almeida, José Tomás d': 25
- Almeida, Lopo de: 942, 1027, 1260
- Almeida, Luís de, médico: 1254
- Almeida, Valentim de, pintor: 1033, 1034
- Alvares, Rodrigo: 1126
- Amélia, rainha: 1029, 1106
- Amorim, Francisco João de, testador: 900
- Amorim, Maria Luísa Besse de: 900
- Amriques, Filipe: 15, 1293
- Amriques, Pero: 15, 1293
- Anchieta, José de, padre: 674, 1387
- Andrade, Francisco da Fonseca, director de enfermaria: 624
- André, Manuel, pintor: 662
- Antunes, Bartolomeu, pintor: 1034, 1107
- Araújo, Libório Simões de, provedor: 217, 1133
- Armas, Reimão de, pintor - restaurador: 1311
- Ataide, Nuno da Cunha, bispo e capelão-mor: 39
- Avelar, Francisco Gomes de: 723
- Avelar, João de Magalhães e, bispo do Porto: 190
- Azevedo, Baltazar de, físico-mor: 1202
- Azevedo, Francisco Borges de, cirurgião-mor: 1202
- Azevedo, Sebastião Rodrigues de, físico-mor: 1202
- Bacelar, Carlos Augusto Pereira, vogal da mesa: 682
- Barahona, Inácia Angelica Fernandes Ramalho de: 555
- Barbosa, Joaquim António Teixeira: 27, 237
- Barreto, Araújo: 18
- Barreto, Diogo de Oliveira: 1083
- Barreto, Francisco: 18
- Bastos, João José: 524
- Bautista, Maria Joana, duquesa de Sabóia: 33
- Beatriz, infanta: 777, 1253
- Beck, Maria Luísa de Sousa Holstein, duquesa de Palmela: 1106
- Belard, Enrique Mantero, benemérito: 1265
- Benedetta, Eugénia: 1369
- Bernardes, António de Oliveira, pintor: 1033
- Bernardes, Manuel dos Reis, cónego: 19
- Bernardes, Oliveira: 987
- Bernardo de Alcobaça, frei: 1021
- Bernardo, José: 1076
- Bernardo, São: 1023
- Berquó, Rodrigo Maria, arquitecto, provedor: 672, 723, ver também Cantagalo, marquês de

- Bertiandos, conde e condessa de: 968
- Bettencourt, Nicolau António Borges de, provedor: 1110
- Bichi, Vicente, arcebispo de Laodicea: 317
- Blundell, James, cirurgião: 942
- Boitaca, Diogo, arquitecto: 15, 688, 1293
- Borges, Alvaro Dias: 777
- Borges, Amélia Bravo, benemérita: 271
- Borges, Duarte: 783
- Borja, João da, duque da Gandia: 1084
- Botelho, Francisco Manuel Alvares: 1205
- Bourbon, Pedro d'Alcântara de Bragança e, duque de Bragança: 215
- Braga, Manuel José Ferreira: 36, 1142
- Braga, Teófilo: 1023
- Bragança, duque de: 777
- Branca, Luzia Joaquina, testadora: 1111
- Brandão, Caetano, frei: 1113
- Brandão, Salvador Ferreira, testador: 35
- Bulhões, Maria Isabel de Mello, condessa de Cannas, benemérita: 262
- Cabral, Costa, ministro: 776
- Cabral, Jorge: 18
- Cadaval, marquesa do: 969
- Calejo, José Roiz Sá: 1076
- Campos, Francisco, pintor: 1000
- Canário, José Maximo: 524
- Cann, John, arquitecto: 942
- Cantagalo, marquês de: 723, ver também Berquó, Rodrigo Maria,
- Cardoso, António Dias, visitador do Santo Ofício: 989
- Cardoso, Fernão Rodrigues, físico-mor: 1202
- Cardoso, Luís, padre: 992
- Carlos I, rei: 1106
- Carmo, Tomás do, pintor: 1034
- Carneiro, Belchior, bispo: 945, 1380
- Carneiro, Lúcio, provedor: 682
- Carneiro, Melchior, ver Carneiro, Belchior, bispo
- Caroto, Antão, desembargador: 687
- Cartilha, Inácio da, padre: 1084
- Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de: 908, 909
- Carvalho, José António de: 1265
- Carvalho, Simão António de, tabelião: 13
- Casal Ribeiro, José Maria do, jornalista: 1180
- Castelo Branco, Francisco Xavier de Horta Osório, provedor: 202
- Castro, Francisco Pereira Sanches de, provedor: 837
- Castro, Francisco, bispo da Guarda e inquisidor geral: 18
- Castro, José Ferreira de Albuquerque e: 208
- Castro, José Guilherme de Melo e, provedor: 16
- Castro, Pedro de: 987
- Catarina de França, rainha: 1369
- Catarina, aia: 713
- Catarina, rainha: 1253
- Chagas, António das, frei: 1285
- Chanterene, Nicolau, escultor: 908, 1293
- Clemente XI, papa: 317
- Clemente XIV, papa: 1353
- Coelho, Joaquim Possidónio: 524
- Coelho, Luís Filipe Gonçalves: 22
- Coelho, Miguel, entalhador: 1168
- Cogominho, Nuno Fernandes, almirante-mor: 1300
- Coimbra, bispo conde de, provedor: 501
- Colares, Maria Madalena Guerreiro: 47
- Conceição, Maria da, testadora: 13
- Contreiras, Miguel, frei: 47, 553, 620, 621, 622, 660, 661, 713, 749, 777, 780, 783, 839, 840, 864, 917, 918, 1178, 1250, 1251, 1261, 1307, 1359
- Cordeiro, João Luís de Carvalho: 524
- Correia, Vergílio: 908
- Cortesão, Jaime: 895
- Costa Júnior, José da Cruz e, amanuense: 222
- Costa, Álvaro da, provedor: 660
- Costa, Ana José Guedes da, enfermeira: 827
- Costa, Duarte da, provedor: 662
- Costa, Ernesto Gonçalves, bispo: 1080
- Costa, Gaspar da, cirurgião-mor: 1202
- Costa, Gil da, cirurgião-mor: 1202
- Costa, Jorge da, cardeal de Alpedrinha: 764, 779, 780, 1029, 1036, 1360
- Costa, Martinho da, bispo: 713
- Costa, Simão Roubão da, físico-mor: 1202

Coutinho, André, padre: 1340
Crawford, Oswald, consul: 953
Cristo, José de D.: 908
Cruz, Domingos Braga da, provedor: 261
Cruz, Francisco António da, secretário da mesa: 123
Cubas, Braz: 1389
Cunha, Domingos da, pintor: 666
Cunha, Fernando Ferreira Carmo da: 1133
Cunha, Manuel da, testamenteiro: 575
Dantas, Júlio, escritor: 776
Davies, R. T., escritor: 1072
Del Barco, Gabriel, pintor: 1033, 1034, 1107
Del Prado, Blas, pintor: 660, 662
Delgado, José da Costa Vasconcelos: 262
Delgado, Payo: 965
Dias, Joana, testadora: 1300
Dias, Manuel Madureira, bispo: 930
Dias, Miguel António: 453
Ellis, F. S., escritor: 1072
Encina, Juan del: 1182
Ervedosa, Delfina Borges, benemérita: 271
Esquiros, Alphonse: 1180
Esteves, João, beneficiado: 1300
Esteves, Maria, testadora: 1127
Falcão, Francisco de Pina Carvalho Freire: 522
Faria, Gertrudes Eduarda Verdades de: 1265
Farlan, João: 205
Félix, Roberto, jornalista: 413
Fernandes, Bartolomeu, notário: 989
Fernandes, Garcia, pintor: 662, 1267, 1311, 1314
Fernandes, Luís Gonzaga Martins: 1133
Fernandes, Mateus, arquitecto: 15, 1293
Fernandes, Valentim, impressor: 777, 807, 960, 1162
Fernandes, Vasco, pintor: 962
Fernando, infante: 1260
Ferrão, Manuel de Castro Caiado, provedor: 271
Ferreira, Alberto Eduardo: 35
Ferreira, conde de, benemérito: 891, 1039, 1272
Ferreira, Joaquim António da Silva, testamenteiro: 1142
Ferrer, Manuel Eliano Gomes, padre: 954
Figueira, Miguel, pintor: 1310
Figueiredo, Cristóvão de, pintor: 15, 1293, 1311
Figueiredo, José de: 15, 1289
Filipe I, rei: 1086
Filipe II, rei: 1324
Filipe II de Espanha, rei: 724
Fisher, John, escritor: 1072
Fonseca, André da, provedor e fundador: 825
Fonseca, António da, entalhador: 851
Fonseca, Francisco Xavier da: 855
Fonseca, Gastão Teixeira da, testador: 272
Fonseca, Paulo Felisberto Peixoto de, comendador: 284
Fontoura, Alfredo Antunes, testador: 966
Foreiro, Francisco, frei, confessor: 1185
França Júnior, António, benemérito: 116
Franca, Júlia Palhana da: 202
Francisco de Assis, santo: 874
Francisco de Borja, santo: 1084
Franco, Diogo: 649
Franco, Francisco Lopes, fundador: 202, 1146
Frazão, Maria da Conceição: 220
Frederico III da Alemanha, imperador: 969
Freire, Anselmo Braancamp: 776
Freitas, Gaspar d'Ábreu de, provedor: 504
Freitas, Nicolau de, pintor: 1033, 1034, 1107
Freitas, Paulo Marcelino Dias de: 106
Galego, Belchior Martins: 260
Galhardo, Eduardo Augusto Rodrigues: 141
Gama, Sanches da, jurista: 909
Gama, Simão da, arcebispo de Évora: 317
Garcia, Pero: 696
Garcia, Prudêncio Quintino, cônego: 909
Gaubil, Antoine, padre: 642
Gazalho, Eduardo: 524
Gentil, Francisco: 769
Godinho, Simoa: 575, ver também São Tomé, Simoa de
Góis, Damião de: 108, 776
Góis, Manuel António de, pintor: 1146

- Gomes, António Luís, provedor: 966
- Gomes, Fernão, pintor: 1000
- Gomez, D.: 1369
- Gonçalves, André, pintor: 666
- Gonçalves, António Augusto: 909
- Gonçalves, Isabel, testadora: 857
- Gonçalves, Marcos, provedor: 1076
- Graça, Francisca da: 197, 522
- Grosseteste, Roberto: 1023
- Guieiro, Domingos Joaquim, testador: 260
- Guilhofrei, visconde de, benemérito: 492
- Guimarães, António Francisco, testador: 93
- Guimarães, João Teixeira, benemérito: 891
- Guimarães, Leonor Maria: 260
- Henrique, cardeal: 108
- Henrique, infante: 835, 1067, 1153
- Henriques, Francisco, pintor: 1311
- Holanda, António de, iluminador: 15
- Holanda, Francisco de, pintor: 668
- Iacoma, João Bezerra, chantre de Lisboa: 18
- Inocêncio VIII, Papa: 1046
- Isabel, rainha: 1253
- Jaime, duque de Bragança: 957
- Jayakexi, soberano indu: 815
- Joana, princesa, santa: 776, 1253
- João II, rei: 14, 211, 242, 556, 609, 688, 733, 735, 753, 756, 757, 764, 766, 776, 777, 779, 780, 784, 786, 803, 807, 839, 854, 876, 879, 880, 916, 946, 950, 955, 960, 962, 1006, 1021, 1046, 1089, 1162, 1178, 1182, 1251, 1261, 1282, 1293, 1297, 1355, 1360, 1371, 1383, 1388, 1389, 1392, 1394
- João III, rei: 533, 553, 649, 662, 699, 735, 1267, 1268, 1285, 1304, 1389
- João IV, rei: 90, 724, 1324
- João V, rei: 602, 672, 727
- João VI, rei: 190, 1305
- João, príncipe: 187
- João, prior: 664
- José I, rei: 227, 533, 1287
- Júnior, José Teixeira Rebelo, provedor: 624
- Justi, Carl, crítico de arte: 953
- Keller, Helen: 208
- Lamennais, Hugues Félicité Robert de: 1180
- Le Clerc, Guillaume: 1023
- Lebrão, Manuel José, benemérito: 837
- Leitão, António Joaquim: 25
- Lemos, António José de Afonseca, desembargador do Paço: 223, 226
- Lencastre, António, bispo: 1379
- Lencastre, Filipa de, infanta: 1253
- Lencastre, Sebastião: 996
- Leonor de Aragão, duquesa de Ferrara: 1369
- Leonor de Castela, rainha: 660
- Leonor, rainha: 15, 40, 57, 61, 127, 198, 211, 219, 234, 242, 548, 554, 556, 559, 576, 609, 614, 620, 621, 622, 672, 688, 694, 713, 725, 749, 753, 754, 764, 765, 766, 776, 777, 778, 779, 780, 782, 783, 784, 803, 807, 839, 840, 864, 876, 877, 879, 880, 882, 884, 898, 917, 918, 935, 946, 955, 960, 969, 973, 1009, 1019, 1021, 1024, 1029, 1036, 1041, 1067, 1068, 1072, 1073, 1096, 1104, 1114, 1141, 1162, 1177, 1178, 1182, 1203, 1208, 1250, 1251, 1252, 1253, 1261, 1275, 1290, 1293, 1297, 1305, 1307, 1311, 1328, 1331, 1359, 1364, 1366, 1369, 1370, 1371, 1374, 1388, 1389, 1392, 1396
- Leroux, Pierre: 1180
- Lima, Linhares de, coronel, ministro do interior: 195
- Lisboa, António Abreu de, azulejador: 602
- Lopes, António Ferreira, benemérito: 200
- Lopes, Diogo, físico-mor: 649
- Lopes, Gregório, pintor: 1289
- Lopes, Júlia do Sacramento: 35
- Lopo, Mestre, boticário: 649
- Lourinhã, mestre da, pintor: 1311
- Lower, Richard, médico: 942
- Luchim, Jacques, escultor: 908
- Ludolfo de Saxónia, frei: 1021
- Lynce, Francisco Serra: 619, 671
- Machado, Joaquim Pereira, benemérito: 289
- Mafalda, infanta, beata: 766
- Maia, Joaquim Lopes, padre: 522
- Manuel I, rei: 34, 38, 39, 40, 211, 242, 553, 609, 617, 618, 622, 623, 649, 660, 662, 696, 699, 727, 756, 760, 776, 777, 779, 782, 786, 803, 838, 839, 840, 852, 864, 879, 880, 914, 916, 946, 953, 957, 962, 1029, 1053, 1089, 1157, 1162, 1178, 1182, 1203, 1238, 1245, 1250, 1251, 1267, 1282, 1297, 1305, 1360, 1383, 1394

Manuel II, rei: 533

Mardel, Fernando, mestre: 1289

Margarida de Áustria, duquesa da Toscana: 1369

Maria I, rainha: 223, 226, 839, 1295

Maria II, rainha: 1106

Maria Sofia, rainha: 187

Maria, infanta: 209, 1185, 1253

Marinis, Domingos Maria de, vigário-geral da Companhia de Jesus: 1084

Mariz, José: 1114

Markl, Dagoberto: 662

Marques, Manuel Justiniano, padre: 25

Martins, Inácio, padre: 1084

Martins, Joaquim Pedro de Oliveira: 776

Mártires, Bartolomeu dos, frei: 1285

Mascarenhas, João, marquês de Fronteira: 7, 34

Massucci, Agostino, pintor: 727

Matos, Francisco de: 1107

Melgaço, Luís de, frei: 668

Melo, António Craesbeeck de, impressor: 7

Melo, Sebastião José de Carvalho e, marquês de Pombal: 729, 1238, 1285

Memling, Gans, pintor: 962

Mendoça, João Rafael, bispo: 1353

Mendonça, André Furtado de, governador da Índia: 110

Meneses, Aleixo de, bispo: 985, 1012

Meneses, Luís de, marquês de Vila Real: 90

Mesquita, Verónica de, fundador: 825

Michaelis, Carolina: 1162

Montalvão, marquês de, vice-rei do Brasil: 525, 527

Monteiro, Nicolau, bispo: 1353

Mora, Adriano Tavares: 852

Moraes, Laurentino Joaquim Pereira de: 13

Moreira, Amaro, padre: 1050

Moreira, Aníbal: 996

Mota, Henrique da: 1182

Mota, Inácio Francisco Silveira da: 1180

Nicolau da Saxónia, impressor: 960

Nobre, Bruno Alves, benemérito: 891

Nóbrega, Manuel da, padre: 674

Nogar, João Joaquim d'Oliveira, provedor: 682

Noronha, Álvaro, bispo e visitador: 631

Noronha, Filipa Teresa de, testadora: 683

Nova Cintra, barão de, benemérito: 891, 1039

Novaes, Mário, fotógrafo: 1084

Nunes, Leonardo, físico-mor: 649

Oliveira, Francisco de Paula e, pintor: 1033

Oliveira, Gomes de: 308

Oliveira, Zeferino de, benemérito: 1354

Ornelas, Afonso de: 1259

Pacheco, António da Costa, prior: 992

Pacheco, Duarte, ministro: 271

Pacully, Emil: 953

Padilha, André de, pintor: 1316

Padilha, José Joaquim Durão, pintor: 1146

Paio, prior: 664

Pardo, Domingos Lourenço, mestre pintor: 1309

Parisio, Cataldo: 1162

Pastilho, Diogo de, provedor: 909

Paulo IV, papa: 136, 137

Paulo, São: 17

Pedro II, rei: 696

Pedro, infante: 784, 1067, 1068

Pereira, Amaro Coutinho: 27

Pereira, António, pintor: 1033

Pereira, Diogo Forjaz, e esposa, condes e senhores da Feira: 910

Pereira, Gabriel: 662

Pereira, Henrique Domingos: 271

Pereira, José da Costa: 1076

Pereira, Maria da Conceição Correia Gonçalves, benemérita: 207

Pereira, Pedro Gonçalves Cordeiro, desembargador: 227

Peres, André, pintor: 1312

Peres, Domingos, abade: 720

Pew, Ricardo: 205

Pimenta, Álvaro: 524

Pina, Francisco de: 522

Pinheiro, Rafael Bordalo, pintor: 723, 1034

Pinto, Joaquim Soares, benemérito: 954

Pinto, Luís Fernandes, irmão-cartorário: 222
 Pires, José: 1076
 Porto, Araújo, benemérito: 1039
 Porto, José Rodrigues Araújo, benemérito: 891
 Portugal, Josefa Cândida de: 522
 Portugal, Manuel Neto, provedor: 413
 Português, Eduardo, pintor: 953
 Queimado, Cristóvão de Pinho: 1083
 Qental, Bartolomeu de, frei: 1285
 Quinhões, Francisco de, cardeal: 136
 Quintela, Manuel da Silva, vice provedor: 624
 Raczynski, Atanásio, conde: 953
 Ramalho, Acácio Mendes de Magalhães, provedor: 624
 Ravasio, António Pereira, pintor: 666
 Reinoso, André, pintor: 666
 Reis, João dos: 619, 671
 Renda, G.: 1107
 Resende, Garcia de: 776, 1182
 Revah, I. S.: 1023
 Rio, Afonso do: 1369
 Robinson, J. C., crítico de arte: 953
 Rodrigues, Branco: 208
 Rodrigues, Simão, pintor: 933, 1315
 Ruão, João de, escultor: 636, 908, 909, 1070
 Rudolfo II, imperador: 1084
 S. Domingos, Tomás de, frei: 18
 S. Maria, Nicolau de: 908
 S. Paulo, Jorge de: 769, 880, 955, 1290, 1328
 S. Vítor, Hugo de: 1023
 Sabóia, Maria Francisca Isabel de, rainha: 33
 Saint-Léger, Maria Isabel da Anunciação de Lemos e R. C. E. M. de: 1132
 Saint-Simon, Henri de: 1180
 Salema, Rui: 852
 Samodães, conde de, provedor: 261
 Samora Correia, baronesa de: 101
 Sanches, António Ribeiro Sanches, físico: 642
 Santa Ana, Diogo, frei: 632
 Santos, António Monteiro dos, testador: 1111
 Santos, Manuel António Monteiro dos, benemérito: 891
 Santos, Reinaldo dos: 1289
 Santos, Teotónio dos, pintor: 1033, 1034
 São Tomé, Simoa de: 575, ver também Godinho, Simoa
 Sarzedas, conde de: 38
 Saxónia, Ludolfo de: 1023
 Sebastião, rei: 528, 726, 751, 879, 1086
 Semide, Manuel José Rodrigues, benemérito: 261, 891, 1111
 Sena, António de: 1272
 Sequeira, Serafim Pedro de Carvalho: 1051
 Serrão, Domingos Vieira: 10
 Serrão, Vieira, pintor: 933
 Shakespeare, William, escritor: 1072
 Silva, António Luís da, vereador: 502
 Silva, Inácia da: 9
 Silva, Jerónimo da, pintor: 666
 Silva, Joana Forjaz Pereira de Meneses e, condessa da Feira: 910
 Silva, José Custódio Vieira da: 1029
 Silva, Luísa Maria da: 9
 Silva, Maria Manuela: 811
 Silveira, Bento Coelho da, pintor: 666, 1314
 Silveira, Luís da, senhor de Góis: 1165
 Simões, António José: 262
 Simões, Bernardo José: 262
 Sixto IV, papa: 784
 Soares, Carlos: 851
 Soares, Diogo, provedor da alfândega: 6
 Sousa, Alfredo de, provedor: 624
 Sousa, António de, frei: 18
 Sousa, António Freire Gameiro de, bispo: 578
 Sousa, Diogo de, arcebispo de Braga: 863
 Sousa, Jaime Correia de, director clínico: 624
 Sousa, Luís de, provedor: 109
 Souto, visconde de: 36
 Soveral, marquês de: 509
 Teixeira, Diogo, pintor: 1000
 Telmo, Pedro Gonçalves: 1391
 Terzi, Filipe, arquitecto e engenheiro: 1086
 Tons, João, pintor: 953
 Torres, Pedro Fernandes de, pintor: 1000

Vale, Amaro do, pintor: 666, 10
Valladares, Hermano: 1107
Van der Kloert, Willem: 602
Van Orley, Bernhard, pintor: 953
Van-Eyck, Hubert, pintor: 962
Van-Eyck, Jean, pintor: 962
Vandermonde, Jacques-François, físico: 642
Vasco, Grão, pintor: 660, 962
Vasconcelos, Agostinho Manuel de, escritor: 776
Vasconcelos, Carolina Michaelis de: 1023
Vasconcelos, Luís de Almeida e: 575
Vaz, Cristovão, pintor: 1313
Vermell y Busquets, Luis: 855

Verregas, Francisco, pintor: 1000
Vicente de Paulo, São: 635
Vicente, Gil, escritor: 713, 777, 807, 1023, 1072, 1182, 1293
Vidal, João Henrique de Matos, vice provedor: 624
Vieira, António, padre: 526, 894
Vieira, Custódio José: 1180
Vilas Boas, Manuel do Cenáculo, frei: 51
Viseu, duque de: 777
Viseu, Eugénia Nunes, viscondessa de S. Caetano, benemérita: 1384
Vivès, João Luís: 775
Whitehead, John, consul: 1379

Índice de autores

- Abranches, José Pedro de: 1266
Abranches, Pais: 2
Abrantes, Ventura Ledesma: 530
Abreu, Alberto Antunes de: 531, 532
Abreu, Eduardo de: 533
Abreu, Laurinda Faria dos Santos: 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545
Abreu, Marques: 1301
Abreu, Solano de: 546
Afonso, Belarmino: 547
Afonso, João: 548, 941
Aguiar, António Augusto Correia de: 5
Aguiar, José Pinto: 549
Aguiar, Vicente de: 6, 7
Alberto, Edite Maria da Conceição Martins: 551
Albuquerque, Luís de: 552
Albuquerque, Maria João: 553
Almeida, Adriano Carlos Veloso de: 558
Almeida, André Ferrand de: 559
Almeida, Artur Roque de: 1099
Almeida, Carlos Alberto Ferreira de: 560
Almeida, Cristóvão de: 8, 9
Almeida, Fernando de: 561
Almeida, Fortunato de: 562
Almeida, Francisco Alves de: 563
Almeida, Jerónimo de: 1119
Almeida, João Ferreira de: 564, 850
Almeida, Justino Mendes de: 565
Almeida, Luiz A. A. Moraes e: 10, 566
Almeida, Luiz da Costa e: 11
Almeida, Manuel Rodrigues de: 46
Almeida, Maria Manuel Proença Ferreira de: 567
Almeida, Reinaldo Cardoso Correia de: 568
Alvares, António: 90, 336
Alvares, Vicente: 110
Alves, Alexandre: 569
Alves, Jorge Fernandes: 570
Alves, Luís Alberto Marques: 571
Alvim, Maria Helena Vilas Boas e: 572, 573, 574
Ambrósio, António: 575
Ameal, João: 576
Amorim, Aires: 577
Amorim, Inês: 578, 579, 580
Andrade, A. A. Banha de: 581, 834, 868
Andrade, Agostinho Pinto de: 1273
Anica, Arnaldo Casimiro: 582, 583
Anjo, A. César: 584
Anjos, Amaro dos: 33
António de Holanda: 15
Antunes, João: 278
Antunes, Manuel Luís Marinho: 585
Apresentação, Luís da: 17, ver também Luís da Apresentação
Aragão, Fernando Ximenes de: 18
Araújo, Ana Cristina: 586, 587

Araújo, António de Sousa: 588
 Araújo, José Rosa de: 589, 590, 1393
 Araújo, Manuel Carneiro de: 19
 Araújo, Maria Marta Lobo de: 591, 592, 593, 594, 595, 596
 Arieiro, José Borlido C.: 597
 Armilim Júnior, M. V.: 919
 Arnaud, Joaquim António Leitão Rebelo: 598
 Arriaga, Roque Manuel de: 601
 Arruda, Luísa: 602
 Ascensão, Luís da: 20
 Assistência à Mendicidade em Braga: 21
 Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranesa: 22
 Avelar, João de Magalhães e: 24
 Avelar, Ana Filipa Sá e Serpa Gomes de: 604
 Ávila, João Gabriel: 605
 Ayalla, F.: 606
 Azevedo, Carlos Moreira: 1115, 1118
 Azevedo, Joaquim Peito de Carvalho da Mota e: 25
 Azevedo, Rui Pinto de: 607
 Barbosa, António Maria: 26
 Barbosa, Artur Correia: 407
 Barbosa, Ilídio de Oliveira: 609
 Barbosa, Joaquim António Teixeira: 27
 Barbosa, Luís Soares: 28
 Barca, 1º conde da: 51
 Barca, Manuel da: 504
 Barreira, Manuel de Oliveira: 610, 611
 Barreiros, José Baptista: 843
 Barrico, Joaquim Simões: 29
 Barros, Afonso Ernesto de: 30
 Barros, Amândio Jorge Morais: 612
 Barros, José Joaquim Soares de: 31
 Barros, Manuel da Silva: 613
 Barros, Teresa Leitão de: 614
 Basso, José Fraústo: 615, 616
 Basto, Artur de Magalhães: 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623
 Bastos, A. Rebelo: 624
 Batoréo, Manuel Luís Violante: 1146
 Beirante, Maria Ângela: 625, 626, 627, 628, 629
 Belo, Maria Filomena Valente: 630
 Bernardes, Manuel dos Reis: 19
 Bernardo, Bonifácio dos Santos: 631
 Bethencourt, Francisco: 632
 Bettencourt, Lindolfo: 32
 Bigotte, José Quelhas: 633, 634
 Bluteau, Rafael: 33, 34
 Boléo, José de Paiva: 635
 Borges, Ferrão de Aboim: 1266
 Borges, José Pedro de Aboim: 1107
 Borges, Nelson Correia: 636
 Boschi, Caio César: 637, 638, 639, 640, 641
 Boxer, Charles Ralph: 642, 643, 644
 Braga, Alberto Vieira: 645
 Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond: 646, 647, 648, 649
 Braga, Paulo Drumond: 650, 651
 Bragança, António: 35
 Brandão, Diogo de Castelbranco de Paiva: 652
 Brandão, Elvira: 335, 1267
 Brasil. Tribunal da Relação da Corte: 36
 Brásio, António: 654, 655
 Brettel, Caroline B.: 656
 Brito, A. da Rocha: 658
 Brito, Francisco de: 38, 39
 Brito, Maria Filomena: 659, 666, 1268, 1269
 Burgos, André de, viúva de.: 136
 C., A. de: 660
 C., F.: 40, 661
 Cabaço, Mariano: 662
 Cabedo, Jorge de: 41
 Cabral, José Curry: 663
 Caeiro, Francisco Gama: 664
 Caeiro, Maria Margarida Castro Neves Mascarenhas: 665
 Caetano, Joaquim Oliveira: 666, 667, 668, 1267
 Caetano, Marcelo: 669
 Calado, Rafael Salinas: 670
 Calçada, António Viegas: 671
 Caldas, Fernando: 673
 Caldas, José César: 674

- Caldeira, Maria de Fátima C. G. E. Silva: 675
- Calém, António Alves, Júnior: 42, 43
- Calisto, João Maria Baptista: 44
- Camara del Rio, Manuel: 676
- Câmara, Maria Teresa Bettencourt da: 677, 678
- Campos, Ernesto de Sousa: 679, 680, 681
- Campos, Manuel de: 682
- Canaveira, Manuel Filipe Cruz de Morais: 683
- Capela, José Viriato: 684, 685
- Cardador, José de Carvalho Asseiceira: 686
- Cardoso, António: 1273
- Cardoso, José Maria Pedrosa: 1266
- Cardoso, Rogério Seabra: 335, 1270
- Carmona, Mário Reis Figueiredo: 688, 689
- Carrilho, João: 1057
- Carvalho, Abílio Pereira de: 690, 691
- Carvalho, Adelino Vieira de Campos de: 45
- Carvalho, Anabela: 1077
- Carvalho, Augusto da Silva: 692, 693, 694
- Carvalho, Diogo de: 503
- Carvalho, João de: 46
- Carvalho, José Adriano: 695
- Carvalho, José Vilhena de: 696
- Carvalho, M. P. Henriques de: 697
- Carvalho, Manuel de, viúva de: 504
- Carvalho, Maria Elvira R. C. Teixeira de: 698
- Carvalho, Rómulo de: 699
- Carvalho, Sérgio Luís de: 700, 701
- Carvalho, Tomás de: 47
- Carvalho, Vicente António Esteves de: 702
- Casa da Cultura das Caldas da Rainha. Grupo de Estudos do Património Histórico: 722
- Cascais. Câmara Municipal: 703
- Cascão, Rui de Ascensão Ferreira: 704, 705, 706
- Castelo Branco, António de Azevedo: 48
- Castilho, Júlio de: 707, 708
- Castro, Augusto César da Silva, Júnior: 709
- Castro, Augusto Mendes Simões de: 710
- Castro, Felipe Alípio F. de Araújo e: 711
- Castro, Francisco Cyrne de: 712
- Castro, João Osório de: 713
- Castro, José de: 714, 715
- Castro, Manuel de Oliveira Chaves e: 49
- Castro, Maria de Fátima: 716, 717, 718, 719, 720
- Castro, Vieira de: 50
- Cenáculo, Manuel do: 51
- Centro Hospitalar de Caldas da Rainha: 722, 723
- Cepeda, Augusto Abreu Lopes: 724
- Cepeda, Isabel Vilarés: 725
- Cerimónias, António José: 726
- Chateaufort, Benoiston de: 728
- Chorão, Maria José Mexia Bigotte: 729
- Cid, Isabel: 730
- Coates, Timothy Joel: 731, 732
- Coelho, António Borges: 999
- Coelho, Maria de Fátima: 733, 734, 735, 736, 737
- Coelho, Maria Helena da Cruz: 738, 739
- Coimbra, Eduardo de Bácia: 52
- Coimbra, Júlio Armindo Dias: 1341
- Colégio dos Órfãos de São Caetano de Coimbra: 53
- Comissão da colónia balnear infantil da Misericórdia de Almada: 54
- Conceição, Augusto dos Santos: 741
- Conceição, Marcelino da: 59
- Conde, Manuel Sílvio Alves: 742, 823, 1337
- Conferência de Nossa Senhora da Misericórdia, (Porto): 60
- Congresso Beirão, 6, Vila Nova de Famalicão, 1936: 743
- Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora, Évora, 1995: 744
- Congresso das Misericórdias de Lisboa, 4, Lisboa, 1959: 61
- Congresso das Misericórdias de Portugal, 1, Lisboa, 1924: 62
- Congresso das Misericórdias, 2, Porto, 1929: 745
- Congresso das Misericórdias, 4, Braga, 1936: 63
- Congresso Internacional das Misericórdias, 2, Caldas da Rainha, 1985: 746
- Congresso Português de Beneficência, 1, [Porto, 1906]: 747
- Congresso Regional das Misericórdias dos Açores, 2, Angra do Heroísmo, 1987: 64
- Cooperativa de Consumo dos Empregados da Misericórdia do Porto da Segurança Social e da Saúde: 65
- Correia, António Augusto Mendes: 748

Correia, Fernando: 749

Correia, Fernando Calapez: 750, 751, 752

Correia, Fernando da Silva: 124, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 855, 1296, 1297

Correia, Joaquim Manuel Lopes: 789

Correia, José: 1080

Correia, Manuel Antunes: 790

Cortes, Nuno Osório de Nóbrega: 791, 792, 1210

Costa, Adolfo: 793

Costa, Américo Fernando da Silva: 794, 795, 796, 797

Costa, Antonieta de Santos: 798

Costa, António da: 87

Costa, António Domingues de Sousa: 799

Costa, António Luís Pinto da: 800

Costa, Bruto da: 801

Costa, Elisa Maria Lopes da: 802

Costa, Francisco: 803

Costa, João da: 9, 34

Costa, José Pereira da: 804

Costa, M. M. da Silva: 805

Costa, Maria Clara Pereira: 806

Costa, Miguel Manescal da: 196

Costa, Sousa: 807

Cota, Luís: 808

Coutinho, José Maria: 809

Coutinho, M. da C. Pereira: 88

Coutinho, Manuel Pereira: 810

Coutinho, Maria Manuela Castro: 811, 812

Coutinho, Pedro de Abreu: 813

Coutinho, Rodrigo de Carvalho: 503

Coutinho, Rodrigo de Sousa: 51

Couto, Firmino Abel da Silva: 814

Couto, Gustavo: 815

Couto, Henrique José: 816

Craesbeeck, Pedro: 18

Cristo, António: 89, 817

Cristóvão de Lisboa: 90

Cruz, António: 818

Cruz, Manuel Braga da: 819

Cumbre, José Mário de Paiva: 820

Cunha, Alfredo da: 821

Cunha, Francisco José Coutinho Leite da: 822

Cunha, José Eduardo: 1274

Cupido, José Pomba: 852

Custódio, António: 1132

David, José Dionísio: 823

Deslandes, Miguel: 33, 187

Dias, António Gonçalves: 825

Dias, Francisco Maduro: 826

Dias, Guimarães: 827

Dias, Jaime Lopes: 743

Dias, José Lopes: 828, 829, 830, 1207, 1327

Dias, Manuel Madureira: 831

Dias, Miguel António: 91, 453

Dias, Urbano de Mendonça: 832, 833

Dinis, António Joaquim Dias: 835

Diniz, Manuel Vieira: 836

Diogo, José Leal: 837

Domingues, Paulo da Costa: 801

Dornelas, Afonso de: 840

Durão, Joaquim: 841

Eiras, José Aníbal Guimarães da Costa: 842

Encarnação, João J. G. da: 844

Encontro das Misericórdias do Distrito de Aveiro, I, Aveiro, 1991: 94

Enes, Carlos: 845

Enes, Maria Fernanda: 846

Esaguy, Augusto Isaac de: 847

Escola de Enfermagem do Hospital de São Marcos de Braga: 95

Escola Médico-Cirúrgica do Porto: 96

Esteves, Augusto César: 848

Esteves, Luís Morais de Sena: 849

Esteves, Neuza Rodrigues: 721

Falcão, José António: 851

Faria, Acácio de Abreu: 852

Faria, Augusto Leite de: 853

Feijó, Rui: 656

Fernandes, Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos: 854

Ferrari, António de Melo: 855
Ferrari, Manuel de Melo: 855
Ferraz, José Maria Pereira: 856
Ferreira, António Aurélio da Costa: 219
Ferreira, Ernesto: 857
Ferreira, F. A. Gonçalves: 858
Ferreira, Felix: 859
Ferreira, Florival Maurício: 860
Ferreira, J. A. Pinto: 861
Ferreira, Jorge M. Rodrigues: 862
Ferreira, José: 20, 865
Ferreira, José Augusto: 863, 864
Ferreira, Luís Seco: 295
Ferreira, Maria de Fátima Moura: 866
Ferreira, Maria Júlia: 867
Ferreira, Olegário A. Vieira: 862
Ferreira, Pedro Augusto: 959
Ferreira, Silvestre Pinheiro: 99
Ferro, Maria José Pimenta: 868, 869, ver também Tavares,
Maria José Pimenta Ferro
Figueiredo, António Cardoso Borges de: 870
Figueiredo, João Manuel Pacheco de: 871
Figueiredo, José Vale de: 529, 872
Figueiredo, Manuel de: 504
Figueiredo, Maria Josefina Oliveira de: 873
Figueiredo, Pio Cordeiro de Oliveira: 100
Fonseca, Alberto Dinis da: 874
Fonseca, António Ferreira da: 102
Fonseca, Carlos Augusto de Azevedo Mendes Dinis da: 875
Fonseca, Carlos Dinis da: 876, 877, 878, 879, 880
Fonseca, Diniz da: 881
Fonseca, Joaquim Diniz da: 882
Fonseca, Manuel das Dores Telo Lopes: 883
Fonseca, Pires da: 884
Fonte, Teodoro Afonso da: 885, 886
Fortes, Nunes: 942
Fortuna, A. Matos: 887, 888
França, José-Augusto: 889
Frazão, Amaral: 103, 890
Freire, Francisco de Castro: 104
Freire, José Moreira: 962
Freire, Manuel Leal: 891, 1155
Freitas, Divaldo Gaspar: 892, 893, 894, 895
Freitas, Eugénio de Andrade da Cunha e: 896, 897
Freitas, Paulo Marcelino Dias de: 105, 106
Fundação Calouste Gulbenkian: 898
Galvão, António Pedroso: 109
Gama, Eurico: 899
Garcia, Emídio: 107
Gentil, Francisco de Mascarenhas: 900
Gil, João: 713
Gois, Damião de: 108
Gomes, António Luís: 429, 901
Gomes, Bernardino António: 902
Gomes, J. Pinharanda: 903, 904
Gomes, Joaquim Ferreira: 905, 906
Gomes, Luís: 109
Gomes, Saúl António: 907
Gonçalves, A. Nogueira: 908, 909, 910
Gonçalves, Artur: 911
Gonçalves, Iria: 912, 913
Gonçalves, Joaquim Casimiro: 914
Gonçalves, Manuel Silva: 600, 1398
Goodolfim, José Cipriano da Costa: 915, 916, 917, 918, 919
Gorjão, Sérgio: 920, 921, 1262
Goulão, Francisco da Conceição Carriço: 922
Gouveia, António de: 110
Graça, Francisca da: 522
Graça, Serafim Soares da: 923
Grácias, Fátima da Silva: 924
Guedes, Ana Isabel Marques: 925, 926, 927, 928
Guedes, Natália Correia: 608
Guerreiro, Alcântara: 929
Guerreiro, Analide: 930
Guimarães, Augusta das Dores Lopes da Silva Xavier: 931
Guimarães, Daniel Tércio Ramos: 932
Guimarães, Manuel José Cid Carvão: 111
Guimarães, Manuel Lopes: 112
Guimarães, Paulo Mesquita: 600, 1398

- Gusmão, Adriano de: 933
- Gusmão, Armando Nobre de: 934
- Gusmão, Artur Nobre de: 935
- Henriques, António José: 936
- Hespanha, António Manuel Botelho: 937, 938
- Hospital da Misericórdia de Angra do Heroísmo: 113, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Angra do Heroísmo)
- Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta: 114, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Freixo de Espada-à-Cinta)
- Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Goa: 115, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Goa)
- Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos: 116
- Hospital das Caldas da Rainha Dona Leonor: 117
- Hospital de Nossa Senhora da Graça, (Tomar): 449, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Tomar)
- Hospital de Nossa Senhora da Piedade, (Gouveia): 118
- Hospital de Nossa Senhora de Campos e Misericórdia de Montemor-o-Velho: 119
- Hospital de Santo Espírito: 120
- Hospital de São João, (Lousã): 121, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Lousã)
- Hospital de São Marcos: 122, 123, ver também Irmandade da Santa e Real Casa da Misericórdia, (Braga)
- Hospital de Todos os Santos: 124, ver também Hospital Real de Todos os Santos
- Hospital do Espírito Santo: 125, ver também Hospital Real Civil do Espírito Santo, (Évora); Santa Casa da Misericórdia, (Évora)
- Hospital Geral de Santo António. Serviço Religioso Católico: 126, ver também Hospital Real de Santo António; Santa Casa da Misericórdia, (Porto)
- Hospital Rainha Dona Leonor: 127
- Hospital Real Civil do Espírito Santo, (Évora): 128, ver também Hospital do Espírito Santo; Santa Casa da Misericórdia, (Évora)
- Hospital Real das Caldas da Rainha: 129
- Hospital Real de Santo António: 130, 131, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Porto)
- Hospital Real de Todos os Santos: 132, ver também Hospital de Todos os Santos
- Hospital Regional de Bragança: 133
- Hospital Regional de Guimarães: 134
- Ignátia, irmã: 943
- Igreja Católica. Papa, 1534-1549 (Paulo III): 136
- Igreja Católica. Papa, 1555-1559 (Paulo IV): 137
- Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo: 138
- Índia Portuguesa: 140
- Índia: 141
- Inventário do Património Cultural Móvel: 1156
- Irmandade da Misericórdia, (Vila Nova de Gaia): 143, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Gaia); Santa Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Gaia)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Abrantes): 145, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Abrantes)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Alpalhão): 146
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Baião): 147
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Belver): 148
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Coimbra): 149, 150, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Coimbra)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Covilhã): 151, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Covilhã)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Estarreja): 152, 153
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Estremoz): 154, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Estremoz)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Fão): 155, 156, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Fão)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Figueira da Foz): 157
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Fornos de Algodres): 158, 159, 160
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Guimarães): 161, 162, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Guimarães)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Luanda): 163
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Macau): 164, 165, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Macau)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Marco de Canaveses): 166, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Marco de Canaveses)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Monchique): 167
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Murça): 168
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Paços de Ferreira): 169, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Paços de Ferreira)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Ponte de Lima): 170, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Ponte de Lima)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Póvoa de Varzim): 171

- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Sernancelhe): 172
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Sintra): 173
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Tabosa do Carregal): 174
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Tábua): 175, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Tábua)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Terena): 176
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Viana do Castelo): 177, 178
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Vieira do Minho): 179, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Viana do Castelo)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Vila de Pereira): 180
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Vila de Povoação): 144, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Povoação)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Gaia): 181, ver também Irmandade da Misericórdia, (Vila Nova de Gaia); Santa Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Gaia)
- Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Viseu): 182
- Irmandade da Santa e Real Casa da Misericórdia, (Braga): 183, ver também Hospital de São Marcos; Real Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Braga); Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (São Marcos de Braga)
- Irmandade da Santa e Real Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Cerveira): 184, ver também Santa e Real Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Cerveira)
- Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto: 185, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Porto)
- Jardim, Manuel dos Santos Pereira: 186
- Jardim, Maria Dina dos Ramos: 947, 948, 949
- Jorge, Ricardo: 950
- Justiniano, Diogo da Anunciação: 187
- Kamat, Pratima: 951
- Kataoka, Rumiko: 943
- Lagoa, Alberto: 952
- Lagoa, Cherubino: 953
- Lamy, Alberto Sousa: 954
- Lança, Joaquim: 955
- Landeiro, Carlota Maria Gonçalves Borges: 956
- Langhans, Franz-Paul: 669
- Lapa, Albino: 957
- Lavajo, Joaquim Chorão: 958
- Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho: 959
- Leão, Francisco G. Cunha: 960, 961
- Leite, Duarte: 962
- Leite, Francisco de Paula: 51
- Lemos, Eugénio de Mascarenhas Viana de: 963
- Lemos, Maximiano: 964
- Lemos, Rosa: 1278
- Leone, José: 965
- Leopold, Radegundis: 525
- Lima, Alberto Pires de: 966
- Lima, Américo Pires de: 967
- Lima, António Augusto Pires de: 968
- Lima, Henrique de Campos Ferreira: 969
- Lima, Manuel C. Baptista de: 970
- Lopes, Alfredo Luís: 972
- Lopes, Irene de Jesus: 973
- Lopes, João Carlos: 974
- Lopes, Maria Antónia: 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982
- Lopes, Maria de Jesus dos Mártires: 983, 984, 985
- Lopes, Maria José Queirós: 986
- Lopes, Vítor Sousa: 987
- Loureiro, José Pinto: 988
- Lourenço, José: 188
- Lourenço, Maria Paula Marçal: 989
- Lucas, Pedro Galvão: 703
- Luís da Apresentação: 189, ver também Apresentação, Luís da
- Luís de Mértola: 189
- Lupina, Pedro: 34
- Macedo, Artur Eleutério Gonçalves: 1174
- Macedo, Inácio José de: 190
- Macedo, Jorge Borges de: 242
- Macedo, José Agostinho de: 191
- Machado, João Liberato: 921
- Machado, Raul: 108
- Maciel, Saul Julião: 990
- Madahil, António Gomes da Rocha: 991, 992
- Madureira, Nuno Luís: 993
- Magalhães, Joaquim Romero: 994
- Magalhães, Virgílio de: 228
- Maia, Fernando: 995

Malheiro, Eduardo: 996
 Manescal, Miguel: 55
 Mangorrinha, Jorge: 723
 Manuel, Francisco d'Orey: 1266
 Marcadé, Jacques: 997
 Marcílio, Maria Luísa: 998
 Marcos, Francisco Sanches: 999
 Marinho, José da Silva: 685
 Mariz, José: 599, 1156
 Markl, Dagoberto L.: 1000, 1001
 Marques, A. H. de Oliveira: 1002
 Marques, José: 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008
 Marques, Júlio: 1059
 Marques, Silvestre Ourives: 1009
 Martins, Alcina Maria de Castro: 1010
 Martins, Francisco Ernesto de Oliveira: 1011
 Martins, J. F. Ferreira: 1012
 Martins, J. V. de Pina: 481, 1278, 1279
 Martins, João Madeira: 1013
 Martins, José F. Ferreira: 1014
 Martins, José Frederico Ferreira: 1015, 1016
 Martins, Manuel A. Morais: 1017
 Martins, Maria Joana de Sousa Anjos: 1018
 Martins, Mário: 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024
 Mata, Luís António Santos Nunes: 1025
 Matos, Alexandre Ribeiro: 1274
 Matos, Cunha: 1318
 Matos, Fernando de: 1027, 1028
 Matos, José Sarmento: 1029
 Matos, Sebastião de: 1030, 1031
 Mattoso, José: 939
 Mauro, Frédéric: 1032
 Meco, José: 1033, 1034
 Meireles, António da Cunha Vieira de: 1035
 Melícias, Vítor: 1036, 1037, 1057
 Melo, António Craesbeeck de: 6, 7
 Melo, Filipe Saraiva de Sampaio de: 295
 Melo, J. J. de: 1038
 Melo, José Troncho de: 807
 Mendeiros, José Filipe: 1041
 Mendes, A. Lopes: 1042
 Mendes, Carlos de Azevedo: 195
 Mendes, Isilda de Carvalho Mourato Pires: 1043
 Mendes, João Maria: 1044
 Mendes, José Maria Amado: 1045
 Mendonça, Jorge Francisco Machado de: 196
 Mendonça, Manuela: 1046
 Mesgravis, Laima: 1047
 Miguéns, Maria Isabel N.: 1048
 Mira, M. Ferreira de: 1049
 Miranda, Abílio: 1050
 Miranda, Ana: 801
 Miranda, Vitalino: 198
 Misericórdia e Hospital António Lopes, (Póvoa de Lanhoso):
 199, 200, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Póvoa
 de Lanhoso)
 Misericórdia e Hospital de Beja: 201
 Moita, Irisalva: 1059
 Moniz, António Francisco: 1060
 Monteiro, Abílio Augusto: 1061
 Monteiro, Isilda Braga da Costa: 1062
 Monteiro, Jacinto: 1063
 Monteiro, Nuno Gonçalo: 1064
 Moody, Ivan V. G.: 1266
 Mora, Amadeu da Cunha: 1065
 Morais, Inácio Paulino de: 205
 Morais, Maria da Graça de: 1066
 Moreira, Guilherme Alves: 206
 Moreno, Humberto Baquero: 1067, 1068, 1069
 Morna, Teresa Freitas: 666, 1070, 1269
 Morsdorf, D. Klaus: 1071
 Moser, Fernando de Melo: 1072
 Mosteiro da Madre de Deus: 1073
 Mota, Armor Pires da: 1074
 Mota, Duarte C., Júnior: 1119
 Mota, Valdemar: 1075
 Mourinho, António Rodrigues: 1076
 Mouro, Helena: 1077
 Museu Rafael Bordalo Pinheiro: 1078

Nascimento, Ana Amélia Vieira: 1079
Nascimento, Paulo Manuel Coelho do: 1278
Nazareth, J. Manuel: 1198
Neto, Vítor: 1081
Neves, Amaro: 1082, 1083
Neves, Eduardo Augusto da Silva: 1084
Neves, Francisco Ferreira: 1085, 1086
Neves, Pedro Alexandre Cardoso: 1087
Nogueira, José Félix Henriques: 210
Nogueira, José Maria António: 1088, 1089
Noronha, Remo de: 1090
Nunes, Mário: 1091
Oliveira, António de: 542, 982, 1092
Oliveira, Delfim José de: 1093
Oliveira, Eduardo Freire de: 1094
Oliveira, Filipe Roiz de: 708
Oliveira, Henrique Valente de: 337
Oliveira, J. M. Pereira de: 1095
Oliveira, Joaquim de: 1096
Oliveira, Luísa Tiago de: 1097
Oliveira, Marta Tavares Escodard de: 1098
Oliveira, Miguel de: 1099
Oliveira, Nicolau de: 214
Osório, João Carlos: 600
Osório, João Mendes: 1101
Ott, Carlos: 1102
P., A.: 1103
Pacheco, Abel: 216
Pacheco, António da Costa: 992
Pacheco, Cipriano F.: 1190
Pagés Madrigal, José Manuel: 1104
Paixão, Vítor Manuel Braga: 1105, 1106
Palma, João: 801
Parra, Júlio: 1107
Páscoa, Marta: 1108
Patriarca, Fátima: 1109
Pedroso, Vítor: 1110
Peixoto, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira Nunes de Lemos:
1111
Peixoto, Domingos: 1112
Peixoto, Eduardo Augusto Correia Malheiro Pereira: 217
Peixoto, José Carlos Gonçalves: 1113
Penteado, Pedro: 1114, 1115, 1116, 1117, 1118
Pereira, Agostinho: 218
Pereira, Alfredo J.: 1119
Pereira, Ana Leonor: 1120, 1121
Pereira, António Branquinho de Amaral: 1087
Pereira, Carlos Maria: 219
Pereira, Domingos Machado: 220
Pereira, Fernando Jasmins: 1122
Pereira, Gabriel: 1123, 1124
Pereira, Gabriel Vítor do Monte: 92
Pereira, Isaías da Rosa: 1125, 1126, 1127
Pereira, J. M. Esteves: 1128
Pereira, Joaquim Alvares: 1129
Pereira, José: 109
Pereira, José Augusto: 1130
Pereira, José Borges Pacheco: 1131
Pereira, Teresa Sancha: 1132
Perez, Vítor de Ávila: 241
Pessoa, José: 1328
Pimenta, Álvaro: 1051
Pimenta, José M. de O.: 1133
Pimentel, Irene: 1134
Pina, Luís: 1136, 1137
Pina, Luís de: 1135
Pinheiro, Alfredo Dias: 1138
Pinheiro, João Torres: 1139
Pinto, Agostinho Albano da Silveira: 1140
Pinto, Américo Cortez: 1141
Pinto, António Joaquim de Gouveia: 221, 1142
Pinto, José Ribeiro: 1143
Pinto, Luís Fernandes: 222
Pinto, Maria de Fátima M. Martins: 1144
Pinto, Maria Helena Mendes: 1145
Pinto, Paulo Campos: 608
Pinto, Vítor Mendes: 1145
Pires, Amadeu Rodrigues: 1147
Pires, Carlos Borges: 1148

- Piriz, Luís Afonso Limpo: 1149
- Pita, João Rui: 1150
- Poinsard, Léon: 1151
- Policarpo, João de Almeida: 1152
- Ponte, Salete da: 1153
- Portugal. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: 1154
- Portugal. Decretos, leis, etc.: 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 1142, 1155
- Portugal. Ministério da Cultura: 1156
- Quaresma, José Simões: 1158
- Quintas, Maria da Conceição: 1159
- Rafael, António José: 1160
- Raimundo, Natércia Reis: 1161
- Ramalho, Américo da Costa: 1162
- Ramos, José da Silva: 1163
- Ramos, Luís A. de Oliveira: 1164
- Ramos, Manuel: 1091
- Ramos, Mário Paredes: 1165
- Real Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Braga): 238, ver também Irmandade da Santa e Real Casa da Misericórdia, (Braga)
- Rego, Miguel: 1108
- Reis, António P. de Matos dos: 1167, 1168, 1169, 1170
- Reis, Maria de Fátima: 1171, 1172
- Reis, Maria José C. P.: 1173
- Ribeiro, Ângelo: 1176
- Ribeiro, Deolinda Margarida: 1177, 1178
- Ribeiro, José Silvestre: 258, 259, 1179
- Ribeiro, Maria Manuela Távares: 1180, 1181
- Ribeiro, Mário de Sampaio: 1182
- Ribeiro, Vítor: 1183, 1184, 1185, 1186, 1187
- Rio Maior, Conde de: 1188, 1189
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes: 1190
- Rocha, Helena Maria de Resende da: 1191
- Rocha, Leopoldo da: 1192
- Rodrigues, Carlos Farinha: 1193, 1194
- Rodrigues, Damião: 1190
- Rodrigues, Henrique Fernandes: 1195
- Rodrigues, Jorge Rosa: 1196
- Rodrigues, José Damião: 1197
- Rodrigues, Luís: 231
- Rodrigues, Manuel Augusto: 414
- Rodrigues, Teresa Ferreira: 1198
- Romão, Maria do Carmo: 1277
- Roque, João Lourenço: 975, 976, 1199, 1200, 1201, 1287
- Roque, Mário: 1202
- Rosa, Domingos Lopes: 527
- Rosa, Maria de Lurdes: 1203, 1204
- Rosendo, Vasco: 1205
- Rua, Jaime Guerreiro: 1206
- Ruivo, Augusto Duarte: 1207
- Rumina, Branca: 1208
- Russel-Wood, A. J. R.: 1209
- Sá, Isabel dos Guimarães: 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1277
- Sabugosa, Conde de: 1250, 1251, 1252
- Salgado, Abílio José: 240, 242, 1253, 1254, 1255, 1256
- Salgado, Anastácia Mestrinho: 240, 242, 1253, 1255, 1256, 1257, 1258
- Salgado, José Bernard Guedes: 1259
- Salgado, Vicente: 51
- Salgueiro, Emilio: 1260
- Salgueiro, Manuel Trindade: 1261
- Samagaio, Estêvão: 1273
- Sampaio, José Maria Rangel de: 260
- Sanches, António Gomes da Silva: 262
- Santa Casa da Misericórdia de Nossa Senhora do Socorro, (Tarouca): 264
- Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus, (Matosinhos): 265
- Santa Casa da Misericórdia, (Abrantes): 266, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Abrantes)
- Santa Casa da Misericórdia, (Albufeira): 267
- Santa Casa da Misericórdia, (Alcácer do Sal): 268, 269
- Santa Casa da Misericórdia, (Alhos Vedros): 270
- Santa Casa da Misericórdia, (Alijó): 271
- Santa Casa da Misericórdia, (Amarante): 272
- Santa Casa da Misericórdia, (Amares): 273
- Santa Casa da Misericórdia, (Angra do Heroísmo): 120, 274, 275, ver também Hospital da Misericórdia de Angra do

- Heroísmo; Santa Casa da Misericórdia. Caixa Económica, (Angra do Heroísmo)
- Santa Casa da Misericórdia, (Arcos de Valdevez): 276
- Santa Casa da Misericórdia, (Arganil): 277
- Santa Casa da Misericórdia, (Arrifana de Sousa): 278
- Santa Casa da Misericórdia, (Arruda dos Vinhos): 279
- Santa Casa da Misericórdia, (Aveiro): 280
- Santa Casa da Misericórdia, (Avis): 281
- Santa Casa da Misericórdia, (Baião): 282, 283
- Santa Casa da Misericórdia, (Barcelos): 284, 285
- Santa Casa da Misericórdia, (Boliquireme): 286
- Santa Casa da Misericórdia, (Cabrela): 287
- Santa Casa da Misericórdia, (Cadaval): 288
- Santa Casa da Misericórdia, (Cantanhede): 289, 290
- Santa Casa da Misericórdia, (Cascais): 291, 703
- Santa Casa da Misericórdia, (Castelo Branco): 292, ver também Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Castelo Branco)
- Santa Casa da Misericórdia, (Castelo de Paiva): 293
- Santa Casa da Misericórdia, (Castelo de Vide): 294
- Santa Casa da Misericórdia, (Coimbra): 10, 11, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Coimbra)
- Santa Casa da Misericórdia, (Concelho de Barquinha): 306
- Santa Casa da Misericórdia, (Condeixa-a-Nova): 307
- Santa Casa da Misericórdia, (Covilhã): 308, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Covilhã)
- Santa Casa da Misericórdia, (Elvas): 309, 310
- Santa Casa da Misericórdia, (Ericeira): 1262
- Santa Casa da Misericórdia, (Espinho): 311
- Santa Casa da Misericórdia, (Éstremoz): 312
- Santa Casa da Misericórdia, (Évora): 313, 314, 315, 316, 317, 318, ver também Hospital do Espírito Santo; Hospital Real Civil do Espírito Santo, (Évora)
- Santa Casa da Misericórdia, (Fafe): 319
- Santa Casa da Misericórdia, (Fão): 320, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Fão)
- Santa Casa da Misericórdia, (Felgueiras): 321
- Santa Casa da Misericórdia, (Freixo de Espada-à-Cinta): 322, ver também Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta
- Santa Casa da Misericórdia, (Fronteira): 323
- Santa Casa da Misericórdia, (Funchal): 324, 325, 326
- Santa Casa da Misericórdia, (Fundão): 327, ver também Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Fundão)
- Santa Casa da Misericórdia, (Goa): 328
- Santa Casa da Misericórdia, (Góis): 329
- Santa Casa da Misericórdia, (Guimarães): 22, 330, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Guimarães); Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Guimarães)
- Santa Casa da Misericórdia, (Lamego): 331, 332, 333
- Santa Casa da Misericórdia, (Leiria): 334
- Santa Casa da Misericórdia, (Lisboa): 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 1154, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, ver também Santa Casa da Misericórdia. Apostas Mútuas Desportivas, (Lisboa); Santa Casa da Misericórdia. Arquivo Histórico, (Lisboa); Santa Casa da Misericórdia. Arquivo-Biblioteca, (Lisboa); Santa Casa da Misericórdia. Lotaria Nacional, (Lisboa); Santa Casa da Misericórdia. Museu de São Roque, (Lisboa)
- Santa Casa da Misericórdia, (Lousã): 387, 388, ver também Hospital de São João, (Lousã)
- Santa Casa da Misericórdia, (Lousada): 389
- Santa Casa da Misericórdia, (Macau): 390, 391, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Macau)
- Santa Casa da Misericórdia, (Macedo de Cavaleiros): 392
- Santa Casa da Misericórdia, (Marco de Canaveses): 393, 394, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Marco de Canaveses)
- Santa Casa da Misericórdia, (Marvão): 395
- Santa Casa da Misericórdia, (Mesão Frio): 396
- Santa Casa da Misericórdia, (Miranda do Corvo): 397
- Santa Casa da Misericórdia, (Mirandela): 398
- Santa Casa da Misericórdia, (Moncarapacho): 399
- Santa Casa da Misericórdia, (Moncorvo): 400
- Santa Casa da Misericórdia, (Mondim de Basto): 401
- Santa Casa da Misericórdia, (Mortágua): 402
- Santa Casa da Misericórdia, (Odemira): 403
- Santa Casa da Misericórdia, (Oeiras): 404
- Santa Casa da Misericórdia, (Olhão): 405
- Santa Casa da Misericórdia, (Oliveira de Azeméis): 406, 407
- Santa Casa da Misericórdia, (Oliveira de Frades): 408
- Santa Casa da Misericórdia, (Ourique): 409

- Santa Casa da Misericórdia, (Paços de Ferreira): 410, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Paços de Ferreira)
- Santa Casa da Misericórdia, (Paredes de Coura): 411
- Santa Casa da Misericórdia, (Penacova): 412
- Santa Casa da Misericórdia, (Penela da Beira): 413
- Santa Casa da Misericórdia, (Penela): 414
- Santa Casa da Misericórdia, (Ponta Delgada): 415, 416
- Santa Casa da Misericórdia, (Ponte de Lima): 417, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Ponte de Lima)
- Santa Casa da Misericórdia, (Portalegre): 418, 419
- Santa Casa da Misericórdia, (Portel): 420
- Santa Casa da Misericórdia, (Porto): 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 1272, 1273, 1274, 1275, 1281, ver também Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto
- Santa Casa da Misericórdia, (Póvoa de Lanhoso): 432, ver também Misericórdia e Hospital António Lopes, (Póvoa de Lanhoso)
- Santa Casa da Misericórdia, (Povoação): 433, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Vila da Povoação)
- Santa Casa da Misericórdia, (Proença-a-Velha): 434
- Santa Casa da Misericórdia, (Sabrosa): 435
- Santa Casa da Misericórdia, (Santo Tirso): 436
- Santa Casa da Misericórdia, (São João da Madeira): 437
- Santa Casa da Misericórdia, (São Tomé e Príncipe): 438, 439
- Santa Casa da Misericórdia, (Serpa): 440, ver também Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Serpa)
- Santa Casa da Misericórdia, (Setúbal): 441, 442, 443
- Santa Casa da Misericórdia, (Sever do Vouga): 444
- Santa Casa da Misericórdia, (Sobral de Monte Agraço): 445
- Santa Casa da Misericórdia, (Soito): 446
- Santa Casa da Misericórdia, (Tábua): 447, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Tábua)
- Santa Casa da Misericórdia, (Tavira): 448
- Santa Casa da Misericórdia, (Tomar): 449, 450
- Santa Casa da Misericórdia, (Tondela): 451
- Santa Casa da Misericórdia, (Torres Novas): 452, 453
- Santa Casa da Misericórdia, (Torres Vedras): 454
- Santa Casa da Misericórdia, (Valença do Minho): 496
- Santa Casa da Misericórdia, (Valpaços): 455
- Santa Casa da Misericórdia, (Vendas Novas): 456
- Santa Casa da Misericórdia, (Viana do Castelo): 457, 458, 459, 460, 461, ver também Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Viana do Castelo)
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila de Frades): 462
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila de Mação): 522
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila do Cano): 463
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila do Conde): 464
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila do Porto): 465
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila Flor): 466
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Añços): 467
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Famalicão): 468, 469, 470, 471, ver também Santa Casa da Misericórdia. Hospital de São João de Deus, (Vila Nova de Famalicão)
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Gaia): 472, 473, 1276, ver também Irmandade da Misericórdia, (Vila Nova de Gaia); Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Gaia)
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila Pouca de Aguiar): 474
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila Real): 475
- Santa Casa da Misericórdia, (Vila Verde): 476, 477
- Santa Casa da Misericórdia, (Vimioso): 478
- Santa Casa da Misericórdia, (Vizela): 479
- Santa Casa da Misericórdia. Apostas Mútuas Desportivas, (Lisboa): 480; ver também Santa Casa da Misericórdia, (Lisboa)
- Santa Casa da Misericórdia. Arquivo Histórico, (Lisboa): 1277, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Lisboa)
- Santa Casa da Misericórdia. Arquivo-Biblioteca, (Lisboa): 481, 1278, 1279, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Lisboa)
- Santa Casa da Misericórdia. Caixa Económica, (Angra do Heroísmo): 482, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Angra do Heroísmo); Hospital da Misericórdia de Angra do Heroísmo
- Santa Casa da Misericórdia. Comissão Administrativa, (Velas): 483
- Santa Casa da Misericórdia. Hospital de São João de Deus, (Vila Nova de Famalicão): 484, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Famalicão)
- Santa Casa da Misericórdia. Hospital do Espírito Santo, (Évora): 485, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Évora)
- Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Castelo Branco): 486, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Castelo Branco)
- Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Fundão): 487, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Fundão)

- Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Guimarães): 488, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Guimarães)
- Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Monsaraz): 489
- Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (São Marcos de Braga): 490, ver também Irmandade da Santa e Real Casa da Misericórdia, (Braga)
- Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Serpa): 491, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Serpa)
- Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Vieira): 492
- Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Vieira-Braga): 493
- Santa Casa da Misericórdia. Hospital, (Vila de Oliveira de Azeméis): 494
- Santa Casa da Misericórdia. Lotaria Nacional, (Lisboa): 495, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Lisboa)
- Santa Casa da Misericórdia. Museu de São Roque, (Lisboa): 1280, ver também Santa Casa da Misericórdia, (Lisboa)
- Santa Casa de Misericórdia, (Bahia): 497
- Santa Casa de Misericórdia, (Diu): 498
- Santa e Real Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Cerveira): 499, ver também Irmandade da Santa e Real Casa da Misericórdia, (Vila Nova de Cerveira)
- Santos, Cândido dos: 1283
- Santos, Costa: 1282
- Santos, Eugénio dos: 1284, 1285, 1286
- Santos, João Marinho: 1287
- Santos, José Beleza dos: 1288
- Santos, Luís Reis: 1289
- Santos, Maria Carlota de Assis de Almeida: 1290
- Santos, Maria José Moutinho: 1291
- Santos, Maria Manuela Lima: 1292
- Santos, Reinaldo dos: 15, 1293
- Santos, Rui: 1294, 1295
- São José, João de: 503
- São Paulo, Jorge de: 1296, 1297
- Sarařana, Manuel Ferreira: 1298
- Saraiva, Anísio Miguel de Sousa: 1299
- Saraiva, Francisco de São Luís: 500
- Saraiva, José da Cunha, pseud.: 1300
- Sarmento, Zeferino: 1301
- Segurado, Jorge: 1302
- Seixas, Wilson Nóbrega: 1303
- Semblano, Gonçalo da Madre de Deus: 501
- Serra, Manuel D. P. Cunha: 1304
- Serrano Júnior, Adriano: 1305
- Serrão, Joaquim Veríssimo: 142, 860, 1306, 1307
- Serrão, Vítor: 1000, 1146, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316
- Silva, Antero: 1317
- Silva, António Carlos Leal da: 210
- Silva, António Luís da: 502
- Silva, Armando Carneiro da: 1318, 1319
- Silva, Carlos Manique: 1320
- Silva, César da: 1321
- Silva, Francisco: 1276
- Silva, Francisco Caetano da: 1322
- Silva, Francisco Ribeiro da: 1323, 1324, 1325
- Silva, Germesindo: 1326
- Silva, H. Castro e: 1327
- Silva, Inocêncio José da: 51
- Silva, Jerónimo Peixoto da: 503, 504
- Silva, Joaquim António: 723
- Silva, José Custódio Vieira da: 1328
- Silva, José Sidónio M. da: 1329
- Silva, Manuel Dias da: 1330
- Silva, Manuel Ferreira da: 1331
- Silva, Manuel Maria Madureira da: 1332
- Silva, Manuela Santos: 1333
- Silva, Maria Beatriz Nizza da: 1334, 1335
- Silva, Maria Luísa Fernandes da: 1336
- Silva, Maria Manuela Tavares dos Santos: 1337
- Silva, Mário José Costa da: 1338, 1339
- Silva, Nuno Vassalo e: 1026, 1107, 1269, 1340
- Silva, Sebastião Alfredo da: 1341
- Silva, Vítor: 1107
- Silva, Vítor de Albuquerque Freire da: 1342
- Silveira, Luís Nuno Espinha da: 1343
- Simões, António Augusto da Costa: 505, 1344, 1345, 1346, 1347
- Simões, João Alves: 1348
- Simões, Maurício Humberto Gomes: 1349
- Soares, José Caetano: 1350
- Soares, José Pinheiro de Freitas: 506, 507

Soares, Mário: 1266
Sobral, José M.: 1351
Sociedade Cooperativa dos Empregados da Santa Casa da Misericórdia: 508
Soure, Dulce Maria Santa Marta de: 723
Sousa, António Caetano de: 1352
Sousa, António Gomes de: 1353, 1354
Sousa, Armindo de: 1355
Sousa, Bernardo de Vasconcelos e: 1356, 1357
Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e: 1274, 1358
Sousa, Ivo Carneiro de: 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370
Sousa, José de: 503
Sousa, Luís Vaz: 1371
Sousa, Silvino de: 509
Sousa, Tude Martins de: 1372
Souza, Laura de Mello e: 1373
Tavares, Maria José Pimenta Ferro: 1374, 1375, 1376, 1377, ver também Ferro, Maria José Pimenta
Tavares, Marília de Assis: 1378
Taylor, René: 1379
Teixeira, Manuel: 1380
Teixeira, Maria Elvira: 1381
Teles, José: 503
Tojal, Alexandre Arménio: 608
Torres, Joaquim Maria: 516
Travassos: 517
Trindade, António: 1132
Trindade, Bento da: 518
Trindade, Maria José Lagos: 1383
União das Misericórdias Portuguesas: 519
Vale, Lucena e: 1384
Valério, António João Feio: 1385
Vallecillo, Teodoro: 1386
Vasconcellos, Ivolino de: 1387, 1388, 1389
Vaz, Francisco de Assis Sousa: 521, 728
Veiga, Abel Eduardo da Mota: 522
Veiga, João Crisóstomo da: 523
Veloso, Júlio Caio: 481, 1278, 1279
Venancio, Renato Pinto: 1390
Ventura, Maria Helena Santos: 1322
Veríssimo, Joaquim: 1172
Veríssimo, Nelson: 1391
Vermell y Busquets, Luis: 1392
Viana, Abel: 1393, 1394
Viana, Artur: 1395
Viana, Mário Gonçalves: 1396
Videira, César Augusto de Faria: 524
Vieira, António: 525, 526, 527
Vieira, Maria José de Azevedo Flores da Costa: 1397
Vila Real. Arquivo Distrital: 1398
Vila Verde, 8º Conde de: 51
Vilela, Filipe de Sousa: 39
Vilhena, Arnaldo Cardoso de: 1399
Vinha, Gerardo da: 17
Viterbo, Sousa: 528
Vitorino, António Ferreira: 1400
Woolf, Stuart: 1401
Xavier, Ângela Barreto: 1402
Zagalo, Francisco Baptista d'Almeida Pereira: 1403, 1404, 1405, 1406
Zuquete, Afonso Eduardo Martins: 1407, 1408

Índice

Introdução	11
As Misericórdias: da fundação à União Dinástica	19
As Misericórdias: de D. Filipe I a D. João V	47
As Misericórdias: de D. José ao final do século XX	79
As Misericórdias: Contributo para um guia dos Arquivos	121
As Misericórdias: Bibliografia	283

Este volume dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*,
da responsabilidade do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa
em colaboração com a União das Misericórdias Portuguesas,
acabou de imprimir-se aos 20 de Dezembro de 2002
nas oficinas da SerSilito-Empresa Gráfica, Lda./Maia





II

D. Manuel I, Nicolau Chanterene, c. 1517
Lisboa, Mosteiro de Santa Maria de Belém (portal axial)
(Fotografia: Rui Esteves)



III

D. João III, atrib. a Cristóvão Lopes, pintura a óleo sobre madeira, c. 1550-1560
Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga
(fotografia: José Pessoa, DDF/IPM)



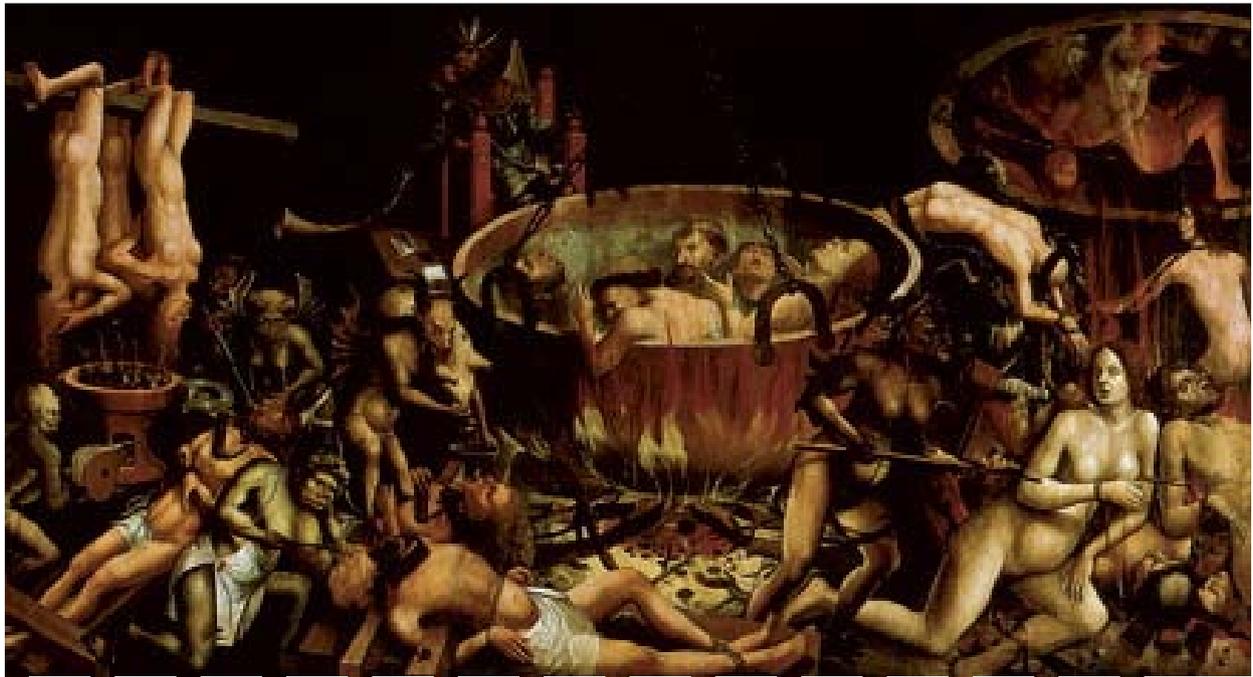
IV

Tímpano da Igreja da Conceição Velha,
arquitetura atrib. a João de Castilho,
escultura de oficina de Lisboa, c. 1525-1530.
Lisboa, Igreja da Conceição Velha
(Fotografia: Rui Esteves)



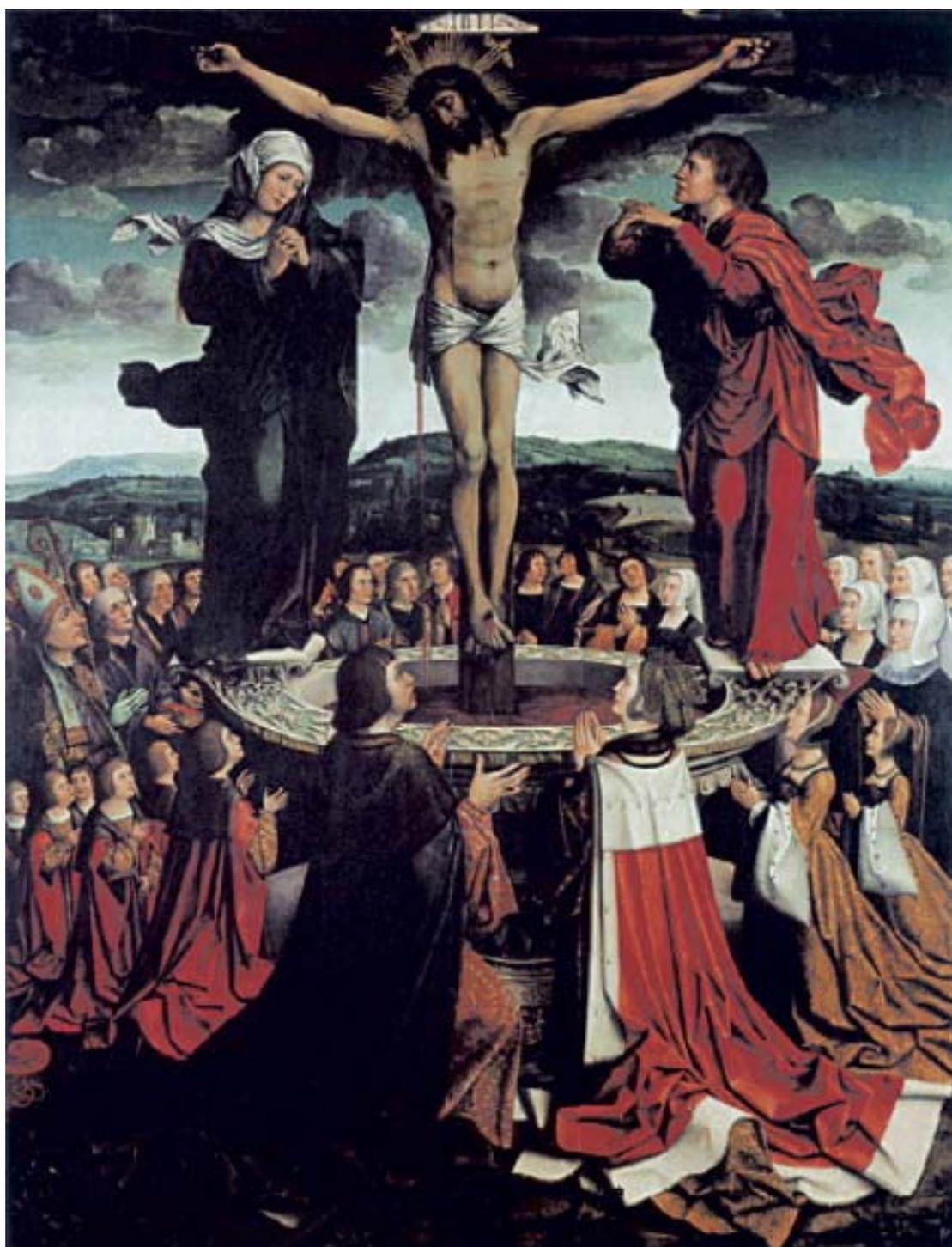
V

A Justiça
Lisboa, Igreja da Conceição Velha
(Fotografia: Rui Esteves)



VI

Inferno, mestre desconhecido, pintura a óleo sobre madeira, primeira metade do séc. XVI
Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga
(Fotografia: Pedro Ferreira, DDF/IPM)



VII

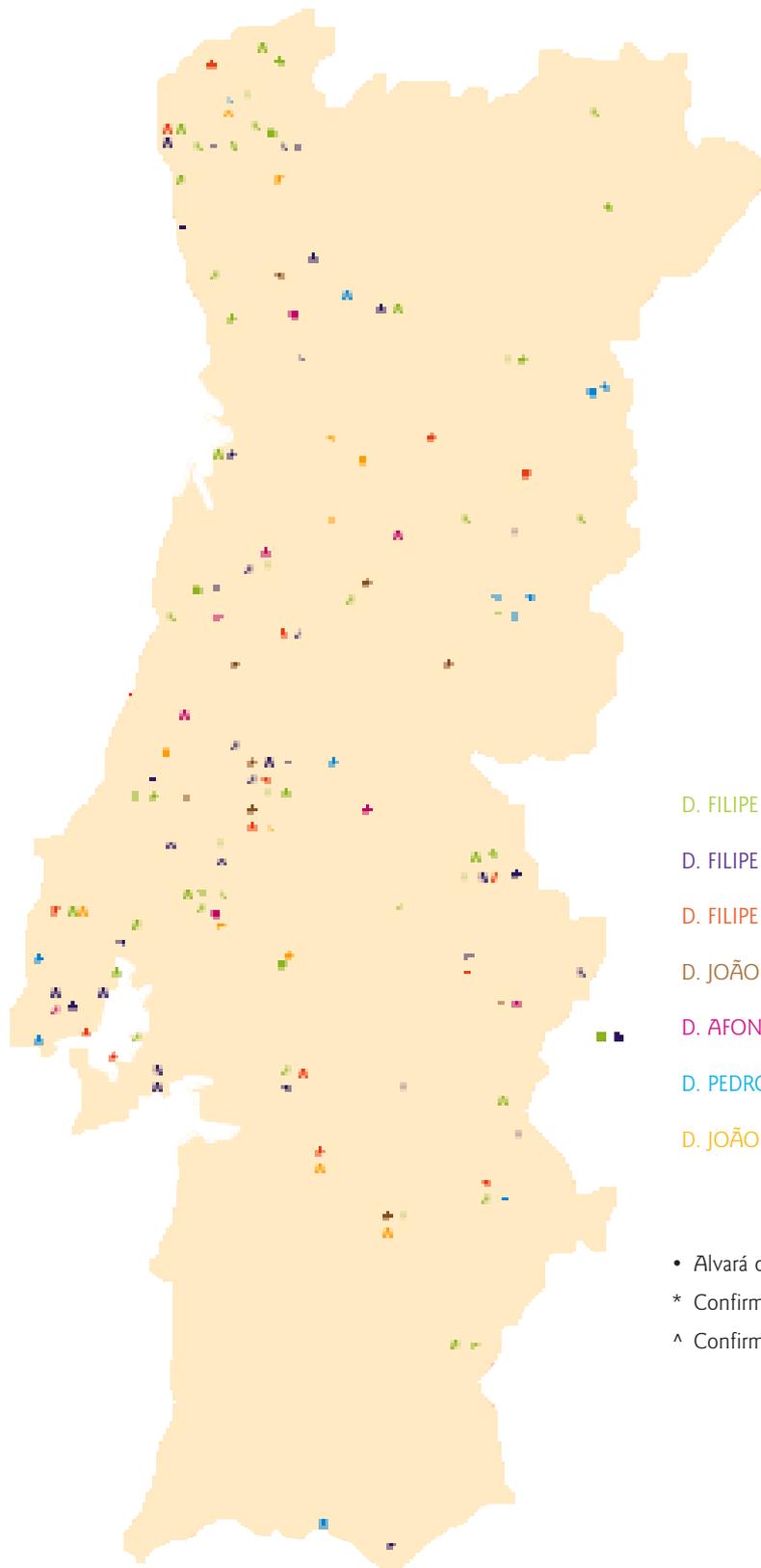
«Fons Vitae», anónimo flamengo, pintura a óleo sobre madeira, c. 1515-1520
Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto



VIII

Nossa Senhora da Piedade, bandeira, atrib. a Francisco de Campos, c. 1550
Alcochete, Santa Casa da Misericórdia de Alcochete





D. FILIPE I

D. FILIPE II

D. FILIPE III

D. JOÃO IV

D. AFONSO VI

D. PEDRO II

D. JOÃO V

- Alvará de Instituição
- * Confirmação de Compromisso
- ^ Confirmação de Privilégios

X

As Misericórdias do Continente nas Chancelarias Régias
 Alvarás de instituição e de confirmação de compromissos e privilégios
 (D. Filipe I a D. João V)

D. FILIPE I

^ Abrantes
^ Aldeia Galega
* Alfândega da Fé
^ Algodres
* Alpedrinha
* Alverca
* Arcos Valdevez
^ Armamar
* Atalaia
^ Arruda
^ Aveiro
^ Avis
^* Azinhaga
^ Beja
^ Barcelos
^ Braga
^ Caminha
* Cela
^ Coimbra
* Cós
^* Crato
• Erra
^ Esposende
^ Eporão
* Faro
^ Gafete
^ Góis
^ Maiorca
^* Mértola
^ Monção
^ Montemor-o-Novo
^ Monsaraz
^ Moura
^ Muge
^ Olivença
^ Pernes
^ Ponte de Lima
^ Porto
^ Setúbal
^ Salvaterra
^ Santarém
^ Sarzedas
• Tentúgal
^ Torres Vedras
^* Trancoso
* Valadares
^ Vinhais
^ Viana do Castelo
^ Vila de Alfaiates
•^ Vila Verde

D. FILIPE II

^ Abrantes
^ Alcanede
* Alcobaça
* Alcochete
* Alenquer
^ Alverca
^ Aljezur
* Amarante
^ Amieira
^ Arouca
* Aveiro
^ Azinhaga
* Azurara
* Barcelos
^ Belmonte
^* Braga
* Cabrela
^ Castanheira
^ Coimbra
* Colares
^ Elvas
^ Évora
^ Fão
^ Figueiró dos Vinhos
* Lamego
* Montemor-o-Velho
^ Mourão
^ Olivença
^ Ourém
^ Palmela
* Portalegre
^ Setúbal
^ Sintra
* Sousel
*^ Tomar
^ Torres Novas

D. FILIPE III

^ Alcobaça
* Aldeia Galega
* Alvito
* Asseiceira
* Caminha
* Chamusca
* Estremoz
* Figueiró dos Vinhos
* Lisboa
^ Montalvão
^ Montemor-o-Novo
* Moura
^ Portalegre
* Santar
• Sortelha
* Torres Vedras
^ Viana

D. JOÃO IV

* Arganil
* Beja
* Colegã
* Penafiel
* Redinha
* Tomar
* Turgel
* Vila de Álvaro
* Vila Viçosa

D. AFONSO VI

* Coimbra
* Gavião
• Envidos
• Fornos
^ Galizes
^ Leiria
^ Sintra
* Soure
* Vila Viçosa

D. PEDRO II

* Albufeira
•* Almeida
* Cascais
* Castelo Novo
* Ericeira
* Fundão
* Granja (Vila de Moura)
^ Mesão Frio
^ Ponte de Lima
* Sardoal
* Soalheira

D. JOÃO V

• Alafões
• Batalha
^ Beja
^ Chamusca
* Envidos
* Erra
* Guimarães
^ Ponte de Lima
* Santa Comba Dão
^ Torres Vedras
^ Torrão
* Vouzela



XI

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Évora (interior), séc. XVII
Évora, Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Évora
(Fotografia: Mário Ribeiro)



XII

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira, sécs. XVII-XVIII
Santa Maria da Feira
(Fotografia: Eduardo Cunha)



XIII
Nossa Senhora da Misericórdia,
bandeira, mestre desconhecido,
pintura a óleo sobre tela, séc. XVIII
Setúbal, Museu de Setúbal / Igreja de Jesus
(Fotografia: Rui Esteves)



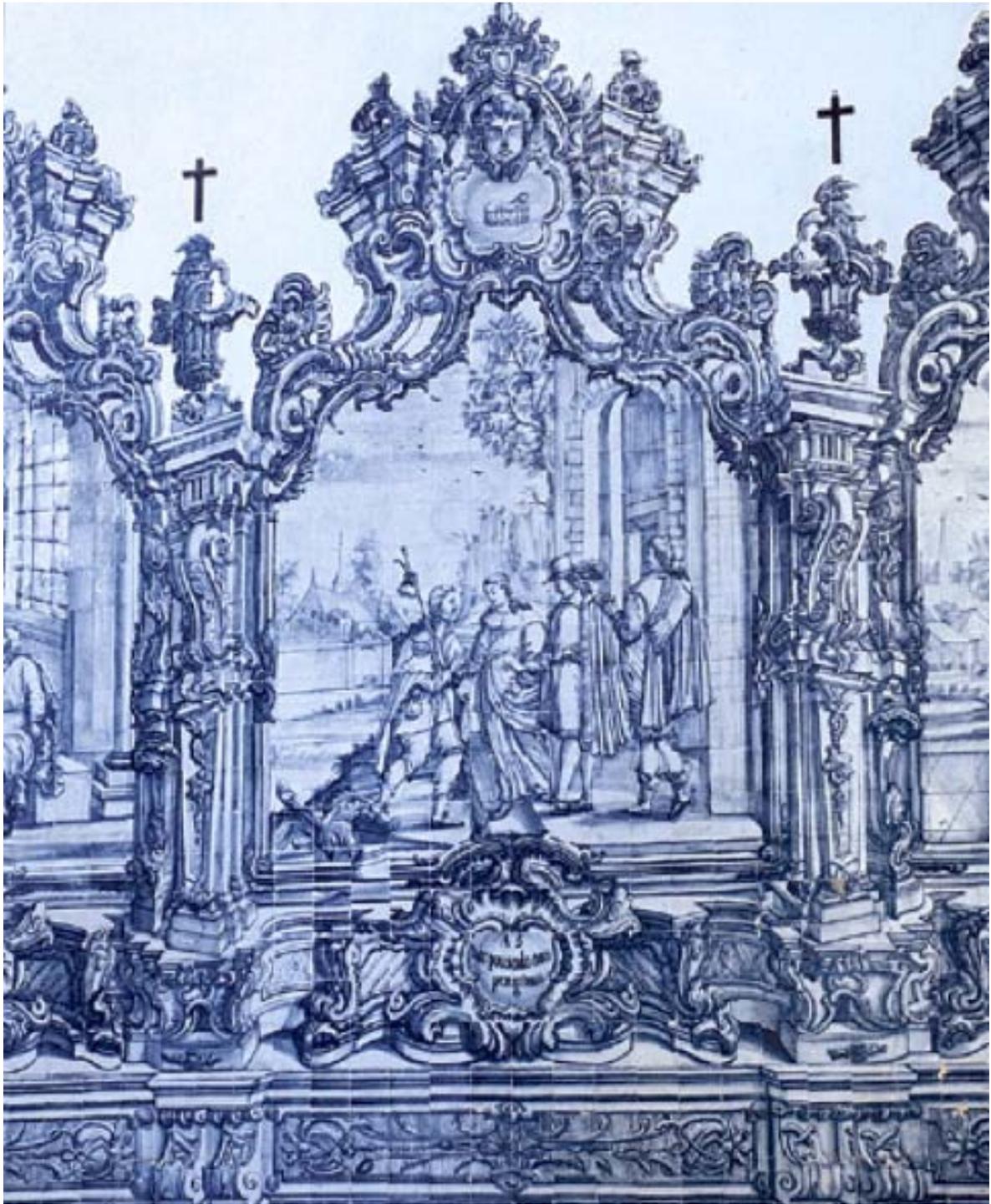
XIV
Enfermaria, mestre desconhecido,
pintura a óleo sobre tela, séc. XVIII
Setúbal, Museu de Setúbal / Igreja de Jesus
(Fotografia: Rui Esteves)



XV

Hospital de Todos-os-Santos, painel de azulejos, séc. XVIII
Lisboa, Museu da Cidade de Lisboa
(Fotografia: Rui Esteves)





XVI

Obras de Misericórdia, painéis de azulejos, séc. XVIII
Tavira, Santa Casa da Misericórdia de Tavira



XVII

Nossa Senhora da Misericórdia, bandeira, mestre desconhecido, pintura a óleo sobre tela, séc. XVIII
Lisboa, Museu de São Roque / Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



XVIII

Hospital de São Marcos, Braga, nos meados do séc. XIX
Archivo Pittoresco. 7 (1864) 265.



XIX

A Misericórdia de Coimbra e os seus Orfanatos
Coimbra

(Fotografia: Varela Pécurto)



XX

Mesa e cadeiral dos mesários, mestre desconhecido, madeira, sécs. XVII-XVIII
Abrantes, Santa Casa da Misericórdia de Abrantes



XXI

Caldeirões do jantar aos presos
CASTRO, José de - *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*, 1948.



XXII

Criança saindo de uma sopa dos pobres
Ilustração Portuguesa. II série. 668 (1918) 479.



XXIII

Transporte de doentes
Ilustração Portuguesa. II série. 670 (1918) 516.





XXV
Bandeira da Misericórdia,
Ernesto Condeixa,
pintura a óleo sobre tela, 1908
Penela, Santa Casa
da Misericórdia de Penela



XXVI

Depósito de arquivo
Lisboa, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



XXVII

Burra (dita "Arca do Consistório"),
ferro policromado, séc. XVII
Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima
(Fotografia: Eduardo Cunha)

